

Estudos de Sociologia

nº 48



Revista Semestral do Departamento de Sociologia e
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
FCL – UNESP – Araraquara – v.25 – n.48 – 1º semestre de 2020

EXPEDIENTE

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Reitor: Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini

Vice-reitor: Prof. Dr. Sergio Roberto Nobre

FCLAR – Faculdade de Ciências de Letras de Araraquara

Diretor: Prof. Dr. Cláudio Cesar de Paiva

Vice-diretora: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Chefe: Prof. Dr. Carlos Gileno

Vice-chefe: Prof. Dr. Rafael Orsi

Secretária: Cleusa Nery

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

Vice-coordenador: Prof. Dr. Marcelo Santos

Estudos de Sociologia / Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. – Vol.1 (1996)-, - Araraquara: UNESP/FCLAR, Laboratório Editorial, 1996-

Semestral

Resumos em português e inglês

A partir de 2008 versão online pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)

ISSN 1414-0144

1. Sociologia 2. Política 3. Antropologia 4. Ciências Sociais 4. Ciências

Assistente Editorial: Rafael Afonso Silva

Normalização: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Diagramação: Eron Pedroso Januskevictz

Revisão: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Revisão para o espanhol: Livia Valili

Versão para o Inglês: Jussara Úngari

Capa: Paulo José de Carvalho Moura

Indexada por / Indexed by:

GeoDados – <http://www.geodados.uem.br>; ClaseCich-Unam; DOAJ – Directory of Open Access Journals <http://www.doaj.org>; IBZ – International Bibliography of Periodical Literature on the Humanities and Social Sciences; IBR – International Bibliography of Book Reviews on Scholarly Literature on the Humanities and Social Sciences; IPSA – International Political Science Abstracts; Sociological Abstracts

Redação e Contatos

Depto. de Sociologia FCLAr/UNESP

Rod. Araraquara-Jaú, km 1 – CP 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil Fone: (16) 3334-6219

E-mail: estudosdesociologia@fclar.unesp.br; <http://periodicos.fclar.unesp.br/estudos>

MISSÃO

A revista Estudos de Sociologia é uma publicação vinculada ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Ar e tem como missão publicar artigos e ensaios nacionais e internacionais na área da Sociologia e afins, buscando contribuir para o debate disciplinar e interdisciplinar das questões sociais clássicas e contemporâneas.

EDITORA

Maria Aparecida Chaves Jardim UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

EDITORA EMÉRITA

Lucila Scavone UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Lúcia Castro UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

João Carlos Soares Zuin UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

Maria Teresa Miceli Kerbauy UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Bebiano UC – Instituição Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Anete Brito Leal Ivo UFBA – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, Brasil

Anita Simis UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

Annie Thébaud-Mony INSERM – Instituto Nacional de Saúde e de Pesquisa Médica, Paris, França

Carmen Junqueira PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil

Eduardo Garuti Noronha UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil

Francisco Rüdiger	PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil
Frederic Lebaron	UVSQ – Universidade de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, Versailles, França
Gabriel Cohn	USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil
Gerard Mauger	EHESS – Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, Paris, França
Hinnerk Bruhns	CNRS – Centro Nacional de Pesquisa Científica / CRH/ EHESS - Centro de Pesquisa Histórica, Paris, França
Irllys Alencar Firmo Barreira	UFC – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil
István Mészáros	US – Universidade de Sussex, Brighton, Reino Unido
José Antonio Segatto	UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil
José Vicente Tavares dos Santos	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil
Joseph Yvon Thériault	UQUAM – Universidade de Quebec em Montreal, Montreal/QC, Canadá
Klaus von Lampe	CUNY – Universidade da Cidade de Nova York, Nova York, Estados Unidos da América
Lourdes Maria Bandeira	UnB – Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil
Magda Maria Bello de Almeida Neves	PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil
Marcelo Siqueira Ridenti	UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, Brasil
Maria Arminda do Nascimento Arruda	USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil
Maria Orlanda Pinassi	UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil
Maria Ribeiro do Valle	UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil
Mariano Fernandez Enguita	USAL – Universidade de Salamanca, Salamanca, Espanha
Marie-Blanche Tahon	uOttawa – Universidade de Ottawa, Ottawa/ON, Canadá
Marta Araújo	UC – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
Mauro Guilherme Pinheiro Koury	UFPB – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, Brasil

Meryl Adelman	UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil
Michael Löwy	CNRS – Centro Nacional de Pesquisa Científica, Paris, França
Monique De Saint-Martin	EHESS – Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, Paris, França
Pablo Gonzáles Casanova	UNAM – Universidade Nacional Autônoma do México, Cidade do México, México
Philippe Steiner	PARIS IV – Universidade Paris-Sorbonne, Paris, França
Raimundo Santos	UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Roberto Grün	UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil
Russell Parry Scott	UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil
Sérgio França Adorno de Abreu	USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil
Tânia Pellegrini	UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil

SUMÁRIO

SOCIOLOGIA DIGITAL: TÓPICOS E ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA SOCIAL NO SÉCULO XXI

DOSSIÊ: SOCIOLOGIA DIGITAL: TÓPICOS E ABORDAGENS
TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA SOCIAL NO
SÉCULO XXI

*Apresentação. Sociologia digital – tópicos e abordagens teórico-
metodológicas da pesquisa social no século XXI* 21
Lara Facioli e Felipe Padilha

*Antagonismos discursivos nas hashtags #marqueteirosdojair e #bolsolão
no Twitter nas eleições de 2018 no Brasil: contribuições da análise de
redes sociais à sociologia digital*..... 37
Otávio Vinhas, Nilton Sainz e Raquel Recuero

Discursos sobre regulação e governança algorítmica 63
Sergio Amadeu da Silveira

*Memes, fake news e pós-verdade ou como a teoria de gênero vira uma
“ideologia perigosa”* 87
Luiz Augusto Mugnai Vieira Junior e Larissa Pelúcio

*Nas empresas de garagem: reflexões sobre masculinidades, empreen-
dedorismo e mídias digitais* 115
Juliana do Prado

ARTIGOS

Viés algorítmico – um balanço provisório 139
Letícia Simões-Gomes, Enrico Roberto e Jônatas Mendonça

Fact-checking: uma análise da checagem de informação política do projeto Truco! 167
Desirèe Luíse Lopes Conceição e Rosemary Segurado

VARIA

Democracia e feminismo no Brasil..... 193
Lucila Scavone

Las prácticas culturales, más allá de la distinción: nuevos enfoques teóricos..... 229
Marina Moguillansky

A celebração como sucessora do carisma ou como contrapartida secular? O papel dos famosos na sociedade contemporânea 249
João Kamradt

Agentes comunitários de saúde no contexto da implantação de grandes obras de infraestrutura: o caso da hidrelétrica Belo Monte, Altamira-PA..... 267
Márcia Grisotti, Dinar Duarte de Vasconcelos, Emílio Frederico Moran e Geysiane Costa e Silva

A morte pela espada: o suicídio ritualístico japonês analisado à luz da teoria de Émile Durkheim..... 289
Alana Camoça Gonçalves de Oliveira

A judicialização do cais: o legicentrismo no estatuto do juiz..... 309
Marcelo Rubin de Lima

ENSAIOS

Depois do pós-fordismo: as últimas décadas da razão material do trabalho..... 323

Breilla Zanon

RESENHA

Vigilância, estágio superior do capitalismo. Será? 353

Glauco Arbix e Rodrigo Brandão

ENTREVISTA

Colonialismo tecnológico ou como podemos resistir ao novo eugenismo digital – entrevista com Sérgio Amadeu Silveira 363

Felipe Padilha e Lara Facioli

SUMMARY

DIGITAL SOCIOLOGY: TOPICS AND THEORETICAL-METHODOLOGICAL APPROACHES TO SOCIAL RESEARCH IN THE 21ST CENTURY

DOSSIER: DIGITAL SOCIOLOGY: TOPICS AND THEORETICAL-METHODOLOGICAL APPROACHES TO SOCIAL RESEARCH IN THE 21ST CENTURY

Foreword. Digital Sociology – topics and theoretical-methodological approaches to social research in the 21st century..... 21
Lara Facioli and Felipe Padilha

Discursive antagonisms on the hashtags #marqueteirosdojair and #bolsolão on Twitter in the Brazilian presidential election of 2018: contributions from the social network analysis to the digital sociology..... 37
Otávio Vinhas, Nilton Sainz and Raquel Recuero

Discourse on regulation and algorithmic governance 63
Sergio Amadeu da Silveira

Memes, fake news and post-truth or how gender theory becomes a “dangerous ideology”..... 87
Luiz Augusto Mugnai Vieira Junior and Larissa Pelúcio

In garage enterprises: reflections on masculinity, entrepreneurship and digital media 115
Juliana do Prado

ARTICLES

- Algorithmic bias: a provisional review*..... 139
Letícia Simões-Gomes, Enrico Roberto and Jônatas Mendonça
- Fact-checking: an analysis of the political information verified by the Truco!'s project*..... 167
Desirée Luíse Lopes Conceição and Rosemary Segurado

VARIA

- Democracy and feminism in Brazil*..... 193
Lucila Scavone
- Cultural practices, beyond distinction: new theoretical perspectives*..... 229
Marina Moguillansky
- The celebratising as a successor of the charism or as a secular counterpart? The role of celebrities in contemporary society*..... 249
João Kamradt
- Community health agents in the context of the implementation of a major infrastructure project: the case of Belo Monte hydroelectric power plant, Altamira-PA*..... 267
Márcia Grisotti, Dinar Duarte de Vasconcelos, Emílio Frederico Moran and Geysiane Costa e Silva
- Death by the sword: Japanese ritualistic suicide analyzed in the light of Émile Durkheim's theory*..... 289
Alana Camoça Gonçalves de Oliveira
- The judicialization of the harbor: the legicentrism in the statute of the judge*..... 309
Marcelo Rubin de Lima

ESSAY

- After post-Fordism: the last decades of the material reason for labour*..... 323
Breilla Zanon

REVIEW

- Is surveillance the upper stage of capitalism?*..... 353
Glauco Arbix and Rodrigo Brandão

INTERVIEW

- Technological colonialism or how we can resist the new digital eugenics – interview with Sergio Amadeu Silveira*..... 363
Felipe Padilha and Lara Facioli

TABLA DE CONTENIDO

SOCIOLOGÍA DIGITAL: TEMAS Y ENFOQUES TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE LA INVESTIGACIÓN SOCIAL EN EL SIGLO XXI

DOSIER: SOCIOLOGÍA DIGITAL: TEMAS Y ENFOQUES TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE LA INVESTIGACIÓN SOCIAL EN EL SIGLO XXI

*Presentación. Sociología Digital – temas y enfoques teórico-
metodológicos de la investigación social en el siglo XXI..... 21*
Lara Facioli y Felipe Padilha

*Antagonismos discursivos en los hashtags #marqueteirosdojair y
#bolsolão no Twitter en las elecciones de 2018 en Brasil: contribuciones
del análisis de redes sociales a la sociología digital..... 37*
Otávio Vinhas, Nilton Sainz y Raquel Recuero

Discursos sobre regulación y gobernanza algorítmica 63
Sergio Amadeu da Silveira

*Memes, noticias falsas y post-verdad o cómo la teoría de género se
convierte en una “ideología peligrosa” 87*
Luiz Augusto Mugnai Vieira Junior y Larissa Pelúcio

*En las empresas de garaje: reflexiones sobre masculinidad, emprendi-
miento y medios digitales..... 115*
Juliana do Prado

ARTÍCULOS

Sesgo algorítmico: una síntesis provisional 139
Letícia Simões-Gomes, Enrico Roberto e Jônatas Mendonça

Fact-checking: un análisis de verificación de información política del proyecto Truco! 167
Desirèe Luíse Lopes Conceição y Rosemary Segurado

VARIA

Democracia y feminismo en Brasil 193
Lucila Scavone

Las prácticas culturales, más allá de la distinción: nuevos enfoques teóricos 229
Marina Moguillansky

¿Celebración como sucesor del carisma o como contraparte secular? el papel de los famosos en la sociedad contemporánea 249
João Kamradt

Agentes de salud comunitarios en el contexto de la ejecución de grandes obras de infraestructura: el caso de la hidroeléctrica de Belo Monte, Altamira-PA 267
Márcia Grisotti, Dinar Duarte de Vasconcelos, Emílio Frederico Moran y Geysiane Costa e Silva

Muerte por la espada: el suicidio ritualista japonés analizado a la luz de la teoría de Emile Durkheim 289
Alana Camoça Gonçalves de Oliveira

La judicialización del puerto: el legicentrismo en el estatuto del juez 309
Marcelo Rubin de Lima

ENSAYOS

Después del postfordismo: las últimas décadas de la razón material de trabajo..... 323
Breilla Zanon

RESEÑA

Vigilancia, la etapa superior del capitalismo. ¿Lo es? 353
Glauco Arbix y Rodrigo Brandão

ENTREVISTA

El colonialismo tecnológico o como podemos resistir al nuevo eugenesia digital – entrevista con Sergio Amadeu Silveira..... 363
Felipe Padilha y Lara Facioli

**Dossiê:
Sociologia Digital:
tópicos e abordagens
teórico-metodológicas da
pesquisa social no século XXI**

APRESENTAÇÃO. SOCIOLOGIA DIGITAL – TÓPICOS E ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA SOCIAL NO SÉCULO XXI

*Lara FACIOLI**
*Felipe PADILHA***

Este dossiê reúne um conjunto de reflexões produzidas por pesquisadores e pesquisadoras das humanidades, em especial, das Ciências Sociais, com foco em diferentes temas, agrupados em torno de uma visão sociológica sobre os usos sociais das mídias digitais na sociedade brasileira contemporânea.

Os artigos percorrem um conjunto diverso de questões fundamentadas em trabalhos de pesquisas empíricas. São investigações que partem de diferentes abordagens e recortes, orientados por configurações teórico-metodológicas específicas, mas que, em comum, buscam interrogar múltiplas dimensões das relações sociais digitalmente mediadas.

Esta apresentação oferece uma síntese a respeito de alguns elementos conceituais e teórico-metodológicos que consideramos relevantes na composição do campo da sociologia digital. Além disso, busca também jogar luz sobre alguns dilemas de uma área em formação, com vistas a apontar os limites de uma concepção determinista acerca da consolidação das tecnologias digitais em nosso cotidiano.

Os artigos reunidos neste volume não evidenciam respostas, manuais ou saídas preestabelecidas para os impasses que inevitavelmente surgem durante o processo de pesquisa. Assim sendo, nossa intenção é promover um espaço de

* FURG – Universidade Federal do Rio Grande. Campus Carreiros. Grupo de Pesquisa em Sociologia Digital. Carreiros – Rio Grande – RS – Brasil. 96203-900 - larafacioli@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0003-4054-9631>.

** UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia. Pesquisador Associado ao NAMCULT/ UFSCar – Núcleo de Estudos em Ambiente, Cultura e Tecnologia. São Carlos – SP – Brasil. 13565905 - felipeapa@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-5511-7252>.

diálogo, reflexão e intercâmbio de conhecimentos e experiências sobre o tema, um convite para que o outros pesquisadores e outras pesquisadoras se aventurem e contribuam com esse conjunto diverso de reflexões a respeito da presença contínua e integrada das tecnologias digitais no mundo em que vivemos, sem deixar de considerar as implicações dessa presença para o fazer da pesquisa.

As mídias digitais descortinam um campo fértil de oportunidades para o exercício da imaginação sociológica (MILLS, 1972), na medida em que permitem a formulação de um novo conjunto de conexões entre aspectos relevantes para as discussões da Sociologia, ao longo do tempo, como a clássica relação entre indivíduo e coletividade. Não se trata de considerar exclusivamente o papel relevante que as tecnologias digitais desempenham nas sociedades, mas também de entender como o advento das mídias digitais impacta o próprio ofício da sociologia (NASCIMENTO, 2016).

Tecnologias digitais são recursos incorporados à vida social de uma maneira quase inimaginável até há poucos anos. Um dos marcos de popularização do acesso à internet no Brasil se localiza no ano de 2013, quando a então presidenta Dilma Rousseff assinou decreto que zerou as alíquotas da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de *smartphones*; resultando na queda do preço dos equipamentos e no consequente aumento no consumo. A medida tornou os aparelhos produzidos em solo nacional mais acessíveis, o que contribuiu para consolidar o telefone celular como o principal meio de acesso à internet no país.

Vale ressaltar que no ano de 2020, enquanto elaboramos este dossiê, vivemos a pandemia da Covid-19, período que marca também uma série de transformações e que tem acentuado e acelerado o processo de aprofundamento da presença da tecnologia em nosso cotidiano.

O momento de crise sanitária que o país enfrenta, bem como suas implicações, permite-nos experimentar momentos históricos e epistemológicos em que a tecnologia ganha mais centralidade não somente em nosso dia a dia, mas também em nossos repertórios simbólicos, culturais e investigativos. Trata-se de uma coincidência que nos permite, de forma bastante viva, realizar um balanço deste campo de conhecimento.

Paradoxalmente, no Brasil, no ano de 2018 cerca de um quarto da população ainda não possuía acesso à internet (IBGE, 2020). Apesar disso, tecnologias como *smartphones*, *tablets* e computadores com acesso à rede têm se colocado como pré-condição para o acesso aos benefícios concedidos pelo governo, para a continuidade das atividades escolares, para a construção de rotinas de trabalho remoto e para manutenção de vínculos afetivos em situações de isolamento.

Ao analisar as desigualdades digitais, Nelly Oudshoorn e Trevor Pinch (2003) nos ajudam a compreender esse fenômeno, sustentando que o foco exclusivo no indivíduo como unidade de análise pode reforçar o abismo entre incluídos e excluídos digitais, o que contribui para a construção de uma compreensão simplificada das relações sociais.

Dessa perspectiva, a premissa binária que aponta aqueles que estão fora ou dentro da possibilidade de uso da tecnologia acaba por ocultar as diferentes matizes presentes no envolvimento com as mídias digitais, além de contribuir para eclipsar uma diversidade de clivagens e significados socioculturais que podem estar envolvidos com o não-uso de uma tecnologia (BAUMER *et al.*, 2015).

A compreensão que opõe incluídos e excluídos, conectados e não-conectados, pouco contribui para um entendimento sobre a diversidade de desigualdades presumidas sob o termo “acesso”, especialmente no Brasil. Dessa forma, partimos da compreensão de que o estudo sobre as relações entre tecnologia, cultura e sociedade envolve usos e não usos, conexões e desconexões, uma vez que a mídia não somente é performativa, como também modula e regula até mesmo o cotidiano não conectado ou dos sujeitos que a ela não têm acesso.

Com essas pontuações, abrem-se algumas questões: será que as transformações ensejadas pelas tecnologias digitais são suficientes para sustentar a construção de um novo campo de pesquisa social? Afinal, o que é o digital e quais são suas características?

Empregamos os termos “mídias digitais” ou “tecnologias digitais” de maneira intercambiável, como uma expressão “guarda-chuva” que busca cobrir tanto o conjunto de suportes técnicos de dispositivos conectados em rede quanto a própria rede. O digital coloca em evidência a dimensão sociotécnica das relações, ou seja, um conjunto articulado de práticas sociais, políticas e representações cujo desempenho depende da tecnologia.

[Assim,] Quando falamos de tecnologia digital, frequentemente nos referimos às atividades e práticas que as pessoas fazem em conjunto com a tecnologia, e não às próprias tecnologias. A sociologia digital, portanto, coloca em primeiro plano as discussões em termos de sentimentos e emoções das pessoas, seus (des)prazeres e (in)sensibilidades ao encontrar tecnologias digitais durante o curso de suas vidas cotidianas (SELWYN, *et al.*, 2016, p.5, tradução nossa)¹.

¹ No original: *When we talk about digital technology we are often referring to the activities and practices that people do in tandem with technology, rather than the technologies themselves. Digital sociology therefore foregrounds discussions in terms of people's feelings and emotions, their (dis)pleasures and (in) sensitivities when encountering digital technologies during the course of their everyday lives.* (SELWYN, N. *et al.* Toward a digital sociology of school. In: Daniels, J. *et al* (eds). *Digital sociologies*. Bristol: Policy Press, 2016, p.5).

Por isso, não se trata de reunir um conjunto de análises centradas exclusivamente no digital, na internet, no smartphone ou no computador, ainda que, de certo modo, todos esses dispositivos estejam incluídos e articulados, inclusive na dimensão artesanal da pesquisa. Afinal, numa vida digitalizada, até mesmo o que conta como social, é cada vez mais representado por meio das tecnologias digitais (LUPTON, 2015). De outro modo, trata-se de levar a sério que o desenvolvimento e a expansão da computação, aliada à geração de dados através da mídia, representa uma oportunidade para a sociologia recalibrar conceitos, métodos e nossa compreensão do social (LATOURE, 2008).

Autoras contemporâneas como Deborah Lupton (2015) e Noortje Marres (2017), por caminhos diferentes, sublinham que o potencial renovador da sociologia digital reside no conjunto de questões que orbitam o debate em torno do qual deve ser o foco da área e quais métodos de pesquisa seriam os mais adequados à teorização e à pesquisa sociológicas contemporâneas. Dessa perspectiva, as relações sociotécnicas configuradas a partir das mídias digitais são vistas como geradoras de oportunidades, que permitem o estabelecimento de novas conexões entre tecnologias e práticas sociais, poder, economia, desigualdades, diferenças.

O digital se estabelece aprofundando a interdependência com os domínios sociais preexistentes, daí seu aspecto sociotécnico. A presença da tecnologia não afeta apenas práticas e áreas específicas da vida social, mas tem a capacidade de deslocar as relações entre ambas, gerando novas formas organizacionais. Marres (2017) chama atenção para o fato de que a digitalização contínua da sociedade não representa somente um importante tópico de investigação, mas também guarda o potencial para transformar o próprio papel que a pesquisa social desempenha na sociedade.

O interesse da sociologia pela tecnologia não é uma novidade. Podemos afirmar que seu surgimento enquanto disciplina acadêmica esteve atravessado por processos de transformações mediados pelas tecnologias. Debruçados sobre o contexto dos processos de industrialização e sobre, por exemplo, as novas relações de trabalho desenvolvidas com o advento das esteiras industriais, embora pese a não centralidade das tecnologias nas análises clássicas inferimos que, elas surgem como aparato técnico mediador de novas relações sociais.

Ainda que as mídias digitais não fossem possíveis no século XIX, as tecnologias do contexto industrial foram fundamentais para construir as que utilizamos hoje e alteraram, já naquele momento, relações sociais e a maneira de estabelecer a circulação de informações e de repertórios culturais. Da mesma forma, o advento da imprensa, do rádio e, posteriormente, da televisão é desse momento e se constitui enquanto base analógica antecedente do computador e das novas formas de circulação de informação.

A relação entre os cartões perfurados passíveis de leitura pelas máquinas de tear do século XVIII, aqueles utilizados para decifração de códigos durante a segunda Guerra Mundial, e os algoritmos que pautam nossos usos da rede no ano de 2020 nos permite pensar em termos de um *continuum* não somente entre o on e o off-line, mas entre os próprios aparatos técnicos que nunca são totalmente novos, muito menos desvinculados de interesses históricos.

As transformações tecnológicas que adentram o século XX e o fenômeno causador de uma virada epistemológica, chamada por Stuart Hall (1997) de centralidade da cultura, tensionam a teoria social e, fundamentalmente, a sociologia, de forma que seu repertório investigativo não pode ignorar o advento dessas mídias.

Pode-se verificar também que, ao menos desde meados da década de 1990, as ciências sociais têm demonstrado crescente interesse pela internet, desde o seu surgimento em contexto norte-americano. Conforme observado por Richard Miskolci e Fernando Balieiro (2018), em um balanço provisório a respeito da produção na área em solo nacional

[...] é possível afirmar que no contexto brasileiro se deu processo similar ao observado por Deborah Lupton na esfera acadêmica anglo-saxã, ou seja, nos estudos culturais (o que no caso brasileiro equivale, aproximadamente, à produção na área de comunicação e, em parte, na antropologia), predominou por cerca de uma década o interesse em cibercultura, enquanto, na sociologia, predominaram objetos mais próximos da “sociedade da informação” ou de uma “sociologia das tecnologias da informação”. Segundo a socióloga australiana: “o foco ‘ciber’ dos estudos culturais enfatiza as dimensões futurísticas, de ficção científica das tecnologias computadorizadas enquanto termos referindo-se a ‘tecnologias da informação’ dirigem a atenção ao uso real, factual e utilitário de tais equipamentos para acessar informação” (MISKOLCI e BALIEIRO, 2018, p.138).

A perspectiva sociológica permite entender como tecnologias incluem práticas sociais e culturais específicas, que não são meramente técnicas, mas resultam de decisões e escolhas políticas, além de contribuir para a compreensão de problemáticas sociológicas mais amplas, como o papel que a tecnologia desempenha nos processos de mudança social (MACKENZIE e WAJCMAN, 1999) e a elaboração de categorias analíticas que permitam captar as articulações complexas entre tecnologia e sociedade (SASSEN, 2002).

Assim, empregamos o digital como um termo que comporta um conjunto de interações e relações sociais radicalmente condicionadas pela tecnologia, sem que isso implique em afirmar que tais relações sejam determinadas pela tecnologia. Desse modo, circunscrevemos um conjunto diversificado de práticas moldadas e engendradas, ao longo dos processos sociais, articulando forças econômicas,

culturais, políticas e também pela distribuição do acesso aos recursos técnicos indispensáveis.

De acordo com Saskia Sassen (2017), não há economia puramente digital, nem comunidade totalmente virtual. Isso significa dizer que poder, contestação, desigualdade, hierarquia se inscrevem no espaço eletrônico e moldam a criação de programas, aplicativos, ferramentas, plataformas, hardwares e softwares. Em outros termos, as tecnologias digitais, assim como outros aparatos técnicos e tecnológicos não são invenções nascidas de um esforço científico individual, mas estão imersas no solo das relações sociais e de poder.

Um dos equívocos apontados pelas teorias do chamado determinismo tecnológico e pelo profetismo da aldeia global (MCLUHAN, 1990), construídas no contexto de surgimento das mídias comunicacionais dos anos de 1960 e retomadas a cada nova descoberta do ramo da tecnologia, consistiu em apresentar uma versão de leitura dessas tecnologias digitais que desconsiderava seus contextos de produção e seus interesses. Esse grupo de autores apontou para a suposta capacidade que esses aparatos teriam de “fazer coisas”, de transformar a realidade e de promover mudanças positivas em nosso cotidiano e no cenário político.

A irrupção de Mashall McLuhan e seus estudos sobre comunicação nos anos de 1960, traz para os estudos de mídia um caráter quase que profético ao apontar para a suposta revolução trazida pela televisão, meio multissensorial que estimularia e possibilitaria a participação em uma cultura comum e em uma espécie de aldeia global democrática, na qual diferentes formas de relações seriam possíveis.

O conceito de ciberespaço, desenvolvido por Pierre Levy (2015), na década de 1990, momento de surgimento da internet e das mídias digitais, também carrega consigo uma perspectiva otimista de que a tecnologia se constituiria neste espaço aberto e em rede, de trocas e circulações integradoras. O espaço ciber, ou seja, aquele que está “lá”, em linhas gerais, poderia ser diferente do “aqui”, que está situado fora da tela e, portanto, estar on-line seria ocupar um espaço portador de inúmeras possibilidades.

As teorias sobre a tecnologia de caráter determinista, sobretudo aquelas criticadas por Raymond Williams (2016) ao analisar a televisão, partem do pressuposto de que uma tecnologia exerce efeito causal sobre o comportamento humano, aspecto que o autor considera ingênuo a respeito das mídias. De outro modo, para este autor, a questão que se coloca é como consideramos o modo como essa tecnologia será articulada com grupos específicos de interesse e dentro de determinadas ordens sociais?

Dessa forma, o aprimoramento de novas técnicas e ferramentas tecnológicas não acontece de forma autônoma em relação às forças sociais de uma sociedade. Para Donald MacKenzie e Judy Wajcman (1999) que observaram com atenção o contexto de surgimento e consolidação das mídias digitais e se debruçaram

fundamentalmente sobre análises amplas em torno da temática da Ciência e da Tecnologia, o desenvolvimento tecnológico seja ele qual for, via de regra, está atravessado pelo discurso problemático do mito do homem inventor:

Para entender a força desse argumento, é necessário ver o que há de errado com nossa noção comum, mas totalmente mistificada, do inventor heroico. De acordo com essa noção, grandes invenções ocorrem quando, em um flash de gênio, uma ideia radicalmente nova se apresenta quase pronta na mente do inventor. Esta maneira de pensar é reforçada pelas histórias populares sobre a tecnologia, nas quais a cada dispositivo está anexada uma data precisa e um homem particular (algumas são, de fato, as mulheres nas listas estereotipadas) a quem a invenção inspirada “pertence”. (MACKENZIE; WAJCMAN, 1999, p.9, tradução nossa)².

Essa percepção teve como contraponto a consolidação de um conjunto de reflexões do campo dos estudos culturais, da sociologia e da comunicação. A crítica ao determinismo tecnológico caminhou no sentido da concretização de um esforço em compreender as diversas forças que atuam no surgimento de uma nova tecnologia ou ferramenta.

Para autores como Mackenzie e Wajcman (1999), as ferramentas tecnológicas são moldadas em um processo social que não tem uma força dominante única. Assim, entendemos que a tecnologia disponível é o resultado de um conjunto complexo de relações sociais que envolvem ciência, técnica, Estado, mercado, pessoas, entre outros fatores. Como tal, da maneira que aponta Willians (2016), a história da tecnologia deve ser a história de sua distribuição, de sua institucionalização e de seus usos.

Considerar essa complexidade de fatores que engendram as mídias digitais nos permite inferir, com auxílio do sociólogo australiano Scott McQuire (2011, p.205), que a noção de aldeia global ou de ciberespaço separados de um suposto mundo real, desconsidera a contínua negociação de diferentes fluxos midiáticos que gerenciam as diferentes formas de participação em cada um deles.

A mídia digital com acesso à internet seria, portanto, um “espaço relacional”, na medida em que leva em conta o local de acesso e a constante relação com outros espaços. Para uma análise sociológica das mídias isso implica pensar sobre como são construídas e negociadas fronteiras diversas como, por exemplo de classe social, gênero, local de acesso, questões raciais, nível de instrução, local de moradia, entre

² No original: *To understand the force of this argument, it is necessary to see what is wrong with our common, but wholly mystified, notion of the heroic inventor. According to that notion, great inventions occur when, in a flash of genius, a radically new idea presents itself almost ready-formed in the inventor's mind. This way of thinking is reinforced by popular histories of technology, in which to each device is attached a precise date and a particular man (few indeed are the women in the stereotyped lists) to whom the inspired invention 'belongs'.* (MACKENZIE; WAJCMAN, 1999, p.9).

outras diferenças, que estão postas no plano off-line e que produzem um tipo de estratificação digital.

Saskia Sassen (2002), em diálogo com a concepção de modelagem social das tecnologias, aponta a necessidade de observar as condições materiais dentro das quais essas tecnologias operam, uma vez que elas são incorporadas a uma estrutura de poder real que envolve processos sociológicos e econômicos globais, mas também relações locais e no interior das cidades.

O peso do contexto na produção de uma tecnologia, assim como dos mitos que circundam seu desenvolvimento, fica evidente no momento atual de produção deste dossiê. Reativamos uma série de discursos e práticas a respeito da presença da tecnologia em nosso cotidiano, fundamentalmente por conta dos efeitos da pandemia da Covid-19, exemplo que mobilizamos aqui e que, muito provavelmente, constituir-se-á enquanto marco histórico de avanço, tanto de ferramentas quanto de repertórios midiáticos e novas subjetividades. A epidemia, que até o dia 14 de julho de 2020, tinha mais de 13 milhões de contaminados e quase 600 mil mortos no mundo, impulsionou por conta de quarentenas totais e parciais, atividades com a utilização intensa de celulares e computadores com conexão à internet.

Há quem diga que a pandemia adiantou em anos o processo de entrada dessas tecnologias em nosso cotidiano e do recolhimento de dados pessoais expostos na rede. O Twitter, por exemplo, anunciou em maio de 2020 (G1, 2020) que os funcionários que desejassem trabalhar em casa para sempre poderiam optar pelo trabalho remoto.

De forma bem simples, enquanto setores da economia estiveram parados e tiveram que alterar sua rotina, o Vale do Silício parece ter como promessa um caminhar bastante lucrativo por meio das possibilidades de desenvolvimento de tecnologias para o desenvolvimento de *home office*, para consumo em massa de produtos culturais via plataformas *streaming* e pela forte investida de grupos interessados na consolidação de ferramentas de Educação a Distância. São novas relações cotidianas que podem ser pensadas como um capitalismo de softwares, de dados e de plataformas, como bem apontou Sérgio Amadeu da Silveira (2019):

A primeira característica dessa fase seria o papel de intermediação que as plataformas possuem. Elas se posicionam como um local que dá uma série de vantagens para que as transações aconteçam e, desse modo, obtêm dados de quem oferece e de quem procura algum bem ou serviço. A segunda característica fundamental é que as plataformas são dependentes dos “efeitos de rede”: quanto mais numerosos os usuários de uma plataforma, mais valiosa ela é para todos os outros. As plataformas são grandes devoradoras de dados e, como se fossem ruminantes digitais, os entregam em amostras específicas para cada um dos anunciantes ávidos por obter, se possível em tempo real, um bom resultado em

sua transação, seja ela a oferta de um táxi, a resposta à busca de um namorado ou namorada, o aluguel de um imóvel na praia ou a venda de um móvel antigo, etc. O capitalismo de plataforma é um capitalismo de dados tratados por algoritmos. (SILVEIRA, 2019, p.24).

A intensificação de uso dessas mídias, neste momento, fez crescer a disputa em torno dos discursos adequados para pensar sua presença nos diversos setores da vida diária. Apesar das críticas e de diversas formas de resistência, fortaleceu-se a percepção de que as mídias digitais com acesso à internet salvariam a quarentena ao conectar pessoas situadas em pontos distantes, desenvolver trabalho remoto sem “quebrar” totalmente a economia fragilizada pela pandemia e educar as crianças com atividades suplementares transmitidas por professores e professoras, de forma on-line.

Nesse contexto, no Brasil da pandemia, podemos mencionar um exemplo significativo do que chamamos de Modelagem Social da Tecnologia, a criação do Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP). O Centro tem como objetivo a manutenção de atividades remotas para os estudantes da Educação Básica de São Paulo e foi elaborado, juntamente a um aplicativo destinado a professores e estudantes, cujo intuito era o compartilhamento de conteúdos educacionais. De acordo com o material distribuído pelo governo do estado de São Paulo e pela Secretaria de Educação, para inaugurar o CMSP em um curto período de tempo e disponibilizar conteúdos de qualidade e ao vivo, o governo contou com a parceria de empresas como Instituto Lemann, Fundação Roberto Marinho, Amazon, Claro, Tim, Vivo, Oi.

Muito embora seja possível mapear um conjunto de elogios e crenças divulgadas, mesmo entre docentes, de que a plataforma seja a maneira mais eficaz de não deixar os estudantes à própria sorte, a simples observação das parcerias nos permite perceber, embora de maneira superficial, o campo de interesses em jogo na elaboração de um aplicativo como esse.

De acordo com a socióloga Jose Van Dijck (2016), o aspecto mercadológico que atravessa as mídias, marca também uma mudança de interfaces e a passagem do que chamamos de web 2.0 para a web 3.0 ou web semântica. Ao contrário do aspecto de conexão entre um ponto e outro, garantida pela web 1.0, aquela do advento da internet, as web's 2.0 e 3.0 são intermediadas pelas corporações que promovem o fenômeno que a autora chama de conectividade. Na web que consumimos atualmente, a Web Semântica, não se trata simplesmente de usuários conectados uns aos outros elaborando seus conteúdos, de acordo com seus interesses pessoais e privados, e sim de uma dinâmica que mobiliza dados produzidos sobre o uso, direcionando-os para a publicidade e, conseqüentemente, para o consumo.

Para Van Dijck (2016), o desenvolvimento de uma configuração que congrega técnica com interesses econômicos, não pode ser pensada sem que se avalie a consolidação da mediação por meio de plataformas como *Facebook*, *Twitter*, *Youtube* e *Linkedin*. A interligação das plataformas com os usuários e entre as próprias plataformas compõe o que a autora chama de ecossistema dos meios conectivos. Tal ecossistema faz com que, mesmo que não estejamos conectados a algumas delas, nossos dados trafeguem e sejam recolhidos e redirecionados a elas.

As plataformas maiores e mais influentes – *Facebook*, *Twitter*, *YouTUBE* e *LinkedIn* – viveram uma verdadeira explosão na quantidade de usuários e em seu potencial de gerar dinheiro e o mesmo ocorreu com uma incontável quantidade de sítios menores, tanto comerciais, quanto sem fins lucrativos. A interconexão dessas plataformas teve como resultado a emergência de uma nova infraestrutura: um ecossistema dos meios conectivos, conformado por peixes grandes e outros nem tanto. Este passo de uma comunicação em rede a uma socialidade moldada por plataformas, e de uma cultura participativa a uma verdadeira cultura da conectividade, ocorreu em um breve lapso de tempo de não mais de dez anos. (VAN DIJCK, 2016, p.19, tradução nossa).³

Os ecossistemas em rede conectam plataformas e usuários a interesses mais amplos, que envolvem corporações e que extrapolam contextos nacionais. Como nos alerta Sassen (2002), tais interesses se expressam por meio de estruturas de poder que não são apenas globais, mas também locais. No caso do brasileiro em tela, em especial, no caso da plataforma educacional paulista que utilizamos como ilustração, tanto ela quanto as empresas parceiras estão inseridas num quadro geopolítico, econômico e social, que não pode deixar de ser considerado em sua complexidade. As investigações sobre os fenômenos digitalmente mediados expressam relações que, em larga medida, expressam a composição da sociedade brasileira e as relações que a atravessam.

Nesse sentido, consideramos que nosso esforço dialógico de apresentar um conjunto de textos de autores e autoras nacionais que compõem o campo da sociologia digital, tem como objetivo ampliar o debate a respeito do caráter político da tecnologia, evidenciando sua dimensão sociotécnica em sua articulação com

³ No original: *Las plataformas más grandes e influyentes – Facebook, Twitter, YouTube y LinkedIn– vivieron una verdadera explosión en la cantidad de usuarios y en su potencial de generar dinero, y lo mismo ocurrió con una incontable cantidad de sitios más pequeños, tanto comerciales como sin fines de lucro. La interconexión de estas plataformas tuvo por resultado la emergencia de una nueva infraestructura: un ecosistema de medios conectivos, conformado por peces gordos y otros no tanto. Este paso de una comunicación en red a una socialidad moldeada por plataformas, y de una cultura participativa a una verdadera cultura de la conectividad, ocurrió en un breve lapso temporal de no más de diez años.* (VAN DIJCK, 2016, p.19).

dinâmicas de poder, controle e desigualdades que ganham novas cores a partir dos contextos em que se inserem.

Em certa medida, as pesquisas empíricas que compõem este volume questionam as explicações deterministas a respeito da tecnologia e compreendem que a cultura e o social tanto resultam das tecnologias, quanto moldam o que elas irão produzir. Em comum, os artigos não partem da presunção da existência de um espaço on-line desconectado da realidade face a face, uma vez que consideram tanto a ubiquidade das tecnologias em nosso contexto, quanto entendem que elas são performativas, regulam e moldam relações sociais de conexão e desconexão.

As investigações comportam análises de plataformas, de diálogo com usuários interlocutores de pesquisa e refletem sobre os usos, sobre estruturas algorítmicas, sobre forças políticas e econômicas que as engendram, dentre outros aspectos. Os textos apresentam uma percepção do digital em sua complexidade enquanto relação social e aportam problemáticas teóricas, mas também inovações metodológicas que inspiram a sociologia na reconfiguração de seus aparatos de pesquisa.

Assim, iniciamos pela temática da polarização política, especificamente, da formação de antagonismos discursivos em interações digitais que caracterizou o período das eleições brasileiras de 2018. Baseados em uma bibliografia robusta e contemporânea, Otávio Vinhas, Nilton Sainz e Raquel Recuero articulam no artigo *Antagonismos Discursivos nas Hashtags #Marqueteirosdojair e #Bolsolão no Twitter nas Eleições de 2018 no Brasil: Contribuições da Análise de Redes Sociais à Sociologia Digital*, softwares especializados na análise de redes sociais na internet à Teoria do Discurso para analisar as conexões e controvérsias desdobradas a partir do compartilhamento das *hashtags* #MarqueteirosDoJair e #Bolsolão, no *Twitter*, durante o período da disputa eleitoral.

As *hashtags*, pontos nodais formados por um agrupamento de interações que se caracterizam por muita similaridade e, portanto, são examinadas como discursos articulados. O artigo levanta questões pertinentes a respeito das chamadas “bolhas de opinião”, caracterizadas pela redundância nas interações reiterando uma mesma posição. O artigo revela como os debates não estão exclusivamente restritos às redes digitais ao compreender a polarização política como um fenômeno dinâmico, contingente e contraditório, sustentada por discursos articulados digitalmente. As redes expressam debates que articulam continuamente as dimensões on e off-line.

Sérgio Amadeu da Silveira, no artigo *Discursos Sobre Regulação e Governança Algorítmica*, analisa os impasses decorrentes da adoção generalizada de sistemas algorítmicos que dão suporte a instrumentos como Big Data e Inteligência Artificial. O artigo examina as práticas discursivas presentes nas principais pesquisas sobre a regulação e a governança dos algoritmos, identificando os riscos e benefícios decorrentes da implementação generalizada desses sistemas, compreendidos como práticas de regulação e controle.

O tema dos algoritmos e sua relação com os mercados e a política é retomado ao longo da sua entrevista *Colonialismo tecnológico ou como podemos resistir ao novo eugenismo digital*. O diálogo oferece um panorama a respeito de avanços teórico-metodológicos, mudanças recentes nas legislações nacionais, o impacto das mídias digitais nas eleições brasileiras de 2018 e as consequências decorrentes do ingresso da tecnologia na educação em tempos de pandemia.

Percorrendo as conexões entre política e tecnologia Luiz Augusto Mugnai Vieira Junior e Larissa Pelúcio ampliam o debate no texto *Memes, Fake News e Pós-Verdade ou Como a Teoria de Gênero Vira uma “Ideologia Perigosa”* ao incluir a dimensão das disputas em torno do gênero, além de trazer o poder dos afetos nas relações digitalmente mediadas. No caso do gênero, igualmente marcado por valores e questões morais conflitantes e antagônicas, o poder discursivo não se expressa através de *hashtags*, mas de *memes*. Metaforicamente compreendidos como poderosas armas de guerra, ideologicamente orientados pelo seu caráter sintético, os memes se expressam como argumentos visuais prontamente decodificáveis, daí sua eficácia.

Larissa Pelúcio e Luiz Augusto Mugnai Vieira Junior observam que “os *memes* e as *fake news* não são inverdades, são discursos e, portanto, contemplam efeitos de verdades”. No caso do gênero, tais ferramentas discursivas revelam seu poder na medida em que demonstram a capacidade de reavivar antigas crenças e medos que emergem diante da expansão dos direitos humanos e dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil.

Na esteira do gênero e dos afetos, Juliana do Prado analisa as relações entre mídias digitais e apoio emocional no artigo *Nas Empresas de Garagem: Reflexões Sobre Masculinidades, Empreendedorismo e Mídias Digitais*, tendo como foco específico as articulações e sentidos vinculados às masculinidades em rede. Com base em entrevistas com homens autodeclarados brancos, heterossexuais e profissionais liberais, selecionados a partir de uma rede on-line, a pesquisa mostra como a consolidação da comunidade ocorre mediante relações e vínculos estabelecidos entre homens que encontram um espaço para lidar com as inseguranças profissionais e com os impactos de tais inseguranças nas convenções e sentidos de masculinidades.

A rede de socialidade possibilita que os sujeitos sejam empreendedores de si enquanto buscam transformarem-se em homens socialmente admirados por suas conquistas no trabalho e nas relações afetivas. Nesse sentido, a comunidade pode ser entendida como um dos elementos envolvidos na modelagem social de uma masculinidade baseada em um modelo de negócios de apoio emocional, direcionado para homens com um perfil específico de classe social, sexualidade e raça.

O ensaio de Breilla Zanon, *Depois do Pós-Fordismo: As Últimas Décadas da Razão Material do Trabalho*, avança na reflexão sobre subjetividade e afetos

relacionados às incertezas do mercado de trabalho contemporâneo decorrentes, sobretudo, das novas dinâmicas de produção e organização dos trabalhadores. O ensaio apresenta como as gerações nascidas em meio às transformações do trabalho pós-fordista e o caráter empreendedor, a flexibilidade, a adaptação e a busca constante por inovação, posicionadas como questões-chave para a empregabilidade, emergem de maneira naturalizada.

As conexões produzidas pelo ensaio revelam como o espírito empreendedor, cuja expressão mais bem acabada pode ser observada a partir da organização e gestão do trabalho em *startups* e *coworkings*, apresenta-se como uma transfiguração do espírito do capitalismo flexível. A flexibilidade requer uma subjetividade, uma forma de interpretar o mundo do trabalho e as maneiras de se posicionar frente a um vínculo cada vez mais frágil, sustentado por novos arranjos e modalidades de disponibilidade e responsabilização dos trabalhadores.

Encerrando a publicação, Glauco Arbix e Rodrigo Brandão contribuem com a resenha do livro *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*, de autoria de Shoshana Zuboff. Além da contribuição para a agenda de pesquisa da sociologia digital, os autores destacam a importância do livro para a compreensão das características centrais da formação e do comportamento das redes sociais; para a percepção a respeito da concentração de poder nas mãos de poucas corporações e também as consequências dessa configuração para a democracia, o que recoloca o tema da regulação pública e da elaboração de mecanismos de controle para a atuação das gigantes tecnológicas.

Esperamos que este dossiê se construa enquanto espaço de diálogo e inspiração para o campo da Sociologia, fundamentalmente, na compreensão de que o digital, enquanto relação social, se coloca como um caminho sem volta a ser percorrido de forma investigativa na compreensão da sociedade contemporânea. Agradecemos aos autores e autoras e, principalmente, à Revista Estudos de Sociologia e à comissão editorial e seus colaboradores pelo espaço disponibilizado.

Boa leitura.

REFERÊNCIAS

BAUMER, E. P. S.; AMES, M. G; BURRELL, J. BRUBAKER, J. R.; DOURISH, P. Why study technology non-use? **First Monday**, v. 20, n. 11, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5210/fm.v20i11.6310>. Acesso em: 20 mai. 2020.

G1. Twitter afirma que funcionários poderão trabalhar de casa ‘para sempre’. Publicado em 12 de maio de 2020. **Globo.com**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/05/12/twitter-afirma-que-funcionarios-poderao-trabalhar-de-casa-para-sempre.ghtml>. Acesso em: 16 jul. 2020.

- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p.15-46, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em: 20 mai. 2020.
- IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.
- LATOUR, B. **Reensamblar lo social**. Ediciones Manantial: Buenos Aires, 2008.
- LÉVY, P. **A inteligência coletiva**. São Paulo, Folha de S.Paulo, 2015.
- LUPTON, D. **Digital Sociology**. Nova Iorque: Routledge, 2015.
- MACKENZIE, D.; WAJCMAN, J. (eds) **The social shaping of technology**. 2nd ed. Open University Press, Buckingham, UK. 1999.
- MARRES, N. **Digital Sociology: the reinvention of social research**. Malden, MA: Polity, 2017.
- MCLUHAN, Marshal. **Pour comprendre les medias**. Les prolongments technologiques de l'homme. Paris: Seuil, 1990.
- MCQUIRE, S. A casa estranhada. **Revista ECO-Pós**, v. 14, n. 1, p.195-232, 2011. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/919. Acesso em: 16 jun. 2020.
- MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MISKOLCI, R.; BALIEIRO, F. F. Sociologia Digital: balanço provisório e desafios. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 06, n. 12, p. 132-156, jan./abr, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.237>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- NASCIMENTO, L. F. A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI. **Sociologias** [online]. v. 18, n. 41, 2016, p.216-241. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-018004111>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- OUDSHOORN, N.; PINCH, T. Introduction: how users and non-users matter. *In*: OUDSHOORN, N.; PINCH, T. (Orgs.). **How Users Matter The Co-Construction of Users and Technologies**. Londres: MIT PRESS, 2003.
- SASSEN, S. Preface. *In*: DANIELS, J.; GREGORY, K.; COTTOM, T. M. (eds.). **Digital Sociologies**. Bristol: Policy Press. E-book, 2017.
- SASSEN, S. Towards a Sociology of Information Technology. **Current Sociology**, v. 50, n. 3, p.365-388, 2002. Disponível em: <http://www.saskiasassen.com/PDFs/publications/Towards-a-Sociology-of-Information-Technology.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

*Apresentação. Sociologia digital – tópicos e abordagens teórico-
metodológicas da pesquisa social no século XXI*

SELWYN, N.; NEMORIN, S.; BULFIN, S.; JOHNSON, N. Toward a digital sociology of school. In: DANIELS, J.; GREGORY, K.; COTTOM, T. M. (eds.). **Digital Sociologies**. Bristol: Policy Press. E-book, 2016.

SILVEIRA, S. A. **Democracia e os Códigos Invisíveis** - como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

VAN DIJCK, José. **La cultura de la conectividad**: una historia de las redes sociales. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão**: tecnologia e forma cultural. Trad. Márcio Serelle; Mário F. I. Viggiano. 1 ed. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte: PUC Minas, 2016.

ANTAGONISMOS DISCURSIVOS NAS HASHTAGS #MARQUETEIROSDOJAIR E #BOLSOLÃO NO TWITTER NAS ELEIÇÕES DE 2018 NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS À SOCIOLOGIA DIGITAL

*Otávio VINHAS**
*Nilton SAINZ***
*Raquel RECUERO****

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a formação de antagonismos discursivos nas *hashtags* #bolsolão e #marqueteirosdojair, no contexto polarizado das Eleições de 2018 no Brasil. Em contribuição aos desafios teórico-metodológicos da Sociologia Digital, partimos de uma abordagem interdisciplinar, articulando a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe à Análise de Redes Sociais na internet. A partir disso, coletamos um total de 26.548 *tweets* da API do Twitter através do *software* NodeXL Pro. Assim, investigamos as duas *hashtags* selecionadas através de uma análise de contingência, conforme as métricas da modularidade e do grau de intermediação. Desse modo, verificamos quais os sentidos encadeados na formação das duas *hashtags*, descrevendo como estão articulados segundo as lógicas de equivalência e de diferença. Concluímos que a nossa proposta teórico-metodológica permite observar a polarização política como um fenômeno dinâmico, contingente e contraditório no social, associado à emergência de antagonismos discursivos.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia Digital. Teoria do Discurso. *Twitter*. Análise de Redes Sociais; Eleições 2018.

* UFPel – Universidade Federal de Pelotas – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Pelotas – RS – Brasil. 96010-160 – otavio.vinhas@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-0226-4371>.

** UFPR – Universidade Federal do Paraná – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Curitiba – PR – Brasil. 80060-150 – sainznilton@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-3957-2714>.

*** UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Porto Alegre – RS – Brasil. 90035-007 – raquelrecuero@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-7417-9782>.

Introdução

A intenção deste trabalho consiste em investigar a formação de antagonismos discursivos (LACLAU & MOUFFE, 2015) em interações sociais no *Twitter* no contexto das Eleições Presidenciais de 2018 no Brasil. Através de um diálogo interdisciplinar entre as áreas da Sociologia, Ciência Política e Comunicação Social, propomos uma abordagem original, centrada na articulação da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, aos estudos em Análise de Redes Sociais na internet e à Análise de Contingência. Nessa perspectiva, procuramos estabelecer uma contribuição à Sociologia Digital a partir do seguinte questionamento: Como estão articuladas discursivamente as *hashtags* #bolsolão e #marqueteirosdojair, conforme as lógicas de equivalência e de diferença, segundo a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe?

Partimos do pressuposto de que o *Twitter*, como um site de rede social (BOYD & ELLISON, 2007), proporciona a emergência de conversações e, conseqüentemente, a formação de discursos. Dessa forma, delimitamos a nossa investigação às interações sociais no *Twitter* em torno da matéria de título “Empresários bancam campanha contra o PT pelo *WhatsApp*”, divulgada pelo jornal *Folha de São Paulo* no dia 18 de outubro de 2018 (MELLO, 2018), articuladas nas *hashtags* #bolsolão e #marqueteirosdojair. O conteúdo da matéria trata a respeito de uma prática, promovida por empresários favoráveis à campanha de Jair Bolsonaro à presidência da república, de contratar agências que prestam serviços de “disparo em massa” de mensagens em grupos no *WhatsApp*. Segundo a reportagem, a prática relatada é considerada ilegal pelo ordenamento jurídico brasileiro. Naquele momento, a matéria passou a ser um dos principais assuntos comentados no *Twitter*, a partir de interações articuladas principalmente nas *hashtags* “#bolsolão” e “#marqueteirosdojair”.

O trabalho encontra-se organizado em três partes. Na primeira parte, traçamos um breve panorama acerca do estabelecimento da Sociologia Digital como uma subdisciplina do conhecimento, apontando possíveis contribuições que a Análise de Redes Sociais na internet pode oferecer aos desafios sociológicos do século XXI. Na segunda parte, explicamos a nossa lente teórico-epistemológica direcionada a observar os fenômenos de polarização e da emergência de antagonismos discursivos nas interações sociais no *Twitter*, com base em conceitos advindos da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Na terceira parte, apresentamos os procedimentos metodológicos, a análise dos dados e as respostas a que chegamos frente à problemática de pesquisa.

1. Contribuições teórico-metodológicas da Análise de Redes Sociais para a Sociologia Digital

As formas pelas quais, atualmente, as mobilizações e as articulações políticas vêm sendo construídas têm instigado pesquisadores das ciências sociais a buscar modelos de explicação que contemplem as dinâmicas sociais produzidas pela mediação do digital. Por se tratar de uma pretensão eminentemente complexa, a busca pela interdisciplinaridade nas ciências sociais mostra-se imprescindível para o enfrentamento desses desafios inescapáveis à pesquisa do século XXI. Nesse contexto, abordamos as articulações políticas desempenhadas no on-line a partir de uma construção teórico-metodológica propícia ao ofício da Sociologia Digital. Para isso, propomos um estudo sobre uma questão central, o discurso na mediação do *Twitter*, constituído através do uso de marcadores como as *hashtags*, de uma operacionalização do instrumental analítico-observacional da Análise de Redes Sociais na internet e da Análise de Contingência, para investigar a configuração de um cenário de polarização política, de acordo com aportes advindos da teoria social contemporânea.

A Sociologia Digital surge como uma subdisciplina voltada a compreender e a assimilar o uso das tecnologias digitais na pesquisa sociológica (WYNN, 2009). Em face às novas problemáticas suscitadas pela imersão das tecnologias digitais no cotidiano, a Sociologia Digital é vista como um convite ao repensamento de teorias e métodos consolidados anteriormente à era pré-digital (SELWYN, 2019). Por conseguinte, a tarefa da Sociologia Digital consiste em repensar, a partir de modelos teórico-metodológicos novos ou renovados, as configurações entre público/privado, tradição/modernidade, rural/urbano e as demais fronteiras responsáveis por caracterizar as relações sociais (MISKOLCI, 2016). Sob esse direcionamento, Lupton (2015) resume os desafios da Sociologia Digital a quatro frentes distintas, quais sejam: 1) a utilização de ferramentas digitais para compartilhar pesquisas e a aproximar pesquisadores; 2) a análise dos usos sociais e das funções das mídias digitais na criação e reprodução de instituições e estruturas sociais; 3) a construção de métodos qualitativos e quantitativos para a análise de dados digitais; 4) a reflexão sobre as tecnologias digitais de acordo com as teorias sociais e culturais já existentes.

Na esteira dessa interação entre métodos e teorias, o horizonte da Sociologia Digital passa a envolver uma constante (re)leitura do fenômeno social, no que tange às interseções conceituais entre tecnologia, sociabilidade e conhecimento (MARRES, 2017). Conforme aponta Nascimento (2016), para lidar com este cenário, torna-se necessário um esforço reflexivo, no sentido de integrar os métodos de coleta e de organização de dados produzidos digitalmente ao aparato teórico e epistemológico da Sociologia. Diante dessa discussão, Marres e Gerlitz (2016) propõem a formulação do que chamam de métodos de interface. Esse conceito

denota que não há a necessidade de ferramentas digitais serem desenvolvidas especificamente para atender aos preceitos disciplinares de pesquisadores sociais e/ou culturais. Contrariamente a isso, campos sociais do conhecimento podem observar ferramentas digitais em geral como “oportunidades epistêmicas”, abertas a experimentações metodológicas dispostas a encontrar formas de responder a questionamentos socialmente relevantes (MARRES; GERLITZ, 2016, p.27-30). Na perspectiva proposta pelas autoras, métodos já consolidados cientificamente podem ser beneficiados, por exemplo, pelas APIs¹ proporcionadas pelas plataformas digitais² – como é o caso do *Twitter* –, desde que verificadas as capacidades e as limitações de tais métodos para observar contextos sociais (MARRES; GERLITZ, 2016).

Neste sentido, nossa proposta é aproveitar dados obtidos pela API do *Twitter* para discutir o fenômeno dos antagonismos discursivos a partir da perspectiva da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), estabelecendo de uma combinação teórico-metodológica que acene à essa proposta. Deste modo, fazemos uma discussão através de uma combinação de análise de redes (ARS) e uma análise de contingência – que é parte da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (1977) – como métodos pertinentes às propostas e aos desafios relativos à Sociologia Digital.

Um dos métodos que vem se destacando na construção e/ou na adaptação às ferramentas digitais é o da Análise de Redes Sociais (ARS) (RECUERO, 2017). Embora encontre as suas raízes na década de 1930, a partir da Sociometria de Jacob Moreno, é também uma abordagem utilizada para compreender as interações sociais constituídas digitalmente (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2016). No que tange às explorações empíricas, ao longo do Século XX, as técnicas desenvolvidas pela ARS, de coleta, de processamento, e de organização de dados, mostram-se proficuamente aplicáveis a objetos de pesquisa observados no âmbito digital (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015). Assim, quando voltada ao estudo das interações sociais na internet, a ARS não representa um método propriamente novo, mas uma abordagem possível de ser revigorada, principalmente à luz da emergência de novas ferramentas digitais, bem como de novas problemáticas à pesquisa social, sobretudo à Sociologia Digital (MARRES, 2017). O intuito da ARS consiste em estudar os componentes, as conexões e/ou os princípios estruturais imbricados às formas como se conectam os componentes de uma rede (NEWMAN, 2010). Em princípio, trata-se de uma abordagem orientada para uma análise estruturalista, no

¹ A API (em português: Interface de Programação de Aplicações) de uma plataforma é uma interface intermediária, destinada a facilitar a utilização de certos recursos da plataforma que normalmente não são disponíveis ao usuário comum.

² Nesse sentido, referimos-nos ao *Twitter* de acordo com o conceito de “plataformas digitais” de Tarleton Gillespie (2010), tendo em vista, além da sua acepção figurativa como uma plataforma voltada à interações, as suas características computacionais, arquitetônicas e políticas.

sentido da busca por identificar padrões responsáveis por moldar ou influenciar um determinado conjunto de relações (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2016). Todavia, embora possua um método com fundamentos consolidados, as técnicas e os aportes investigativos da ARS são amplamente adotados a partir de perspectivas interdisciplinares, em combinação a conceitos e teorias advindas de diferentes campos do conhecimento (WASSERMAN; FAUST, 1994).

Aplicada à pesquisa na *internet*, a ARS possui a prerrogativa de expor e publicar as redes sociais dos atores emergentes na estrutura de uma rede, constituída por conversações em sites e/ou plataformas digitais (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015). Para isso, são observadas as relações entre os nós (componentes de uma rede) e as arestas (conexões), de modo a investigar os nexos de causação e/ou de correlação presentes na posição de um ou mais nós, em combinação à estrutura geral de uma rede (RECUERO, 2017). Segundo essa lógica, o objetivo da ARS consiste em permitir que relações complexas sejam sintetizadas e estruturadas em um modelo de representação inteligível, capaz de ser observado através de diferentes vertentes teórico-epistemológicas.

Ao mesmo tempo, a análise de contingência é uma perspectiva de análise de conteúdo (BARDIN, 1977, p.18) que se refere à “análise das co-ocorrências de temas ou conceitos, ou exclusões, presentes no material de análise” e encontra suas raízes nos trabalhos de Osgood (1959). Essa perspectiva visa compreender a estrutura das relações de um determinado discurso através da frequência de determinadas associações nos dados. Como parte da Análise de Conteúdo, utiliza suas premissas de classificação e organização dos dados.

2. Antagonismos discursivos e a polarização política no *Twitter*

2.1. A emergência de antagonismos discursivos segundo a Teoria do Discurso

Eventos sociopolíticos recentes, a exemplo das Eleições de 2016 nos Estados Unidos, do Brexit no Reino Unido e das Eleições de 2018 no Brasil, têm se caracterizado por polarizações políticas, principalmente a partir daquilo que se observa nas interações sociais na *internet* (BENKLER; FARIS; ROBERTS, 2018). A formação de tais contextos ocorre de maneira complexa, uma vez que há um intrincamento permanente entre o que ocorre no real e os aspectos específicos atinentes às relações constituídas no digital. Observamos, em relação a essa problemática, que os aportes teórico-epistemológicos da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) representam ferramentas metodológicas cujo potencial interdisciplinar mostra-se imprescindível para estudos empíricos na

América Latina (COSTA; FREITAS; MERLIN, 2019). A partir dessa perspectiva, centramos-nos na ideia de antagonismos discursivos – e demais conceitos adjacentes, como articulações discursivas, ponto nodal, lógica de equivalência e lógica de diferença – para observar a emergência de um contexto polarizado, como parte de um social relacional, indeterminado e interconectado (LACLAU; MOUFFE, 2015).

A Teoria do Discurso (TD), como lente teórico-epistemológica voltada à descrição do cenário sociopolítico contemporâneo, estabelece o conceito de discurso como uma unidade complexa, constituída por palavras e ações (BURITY, 2014). Na perspectiva de Laclau e Mouffe (2015), o discurso é uma construção contínua, articulada em um social radicalmente indeterminado, caracterizado pela contingência e pela precariedade das relações. Em razão disso, o social é visto como uma dimensão na qual não existe uma essência teleológica e/ou estática capaz de representar o mundo através de todos os elementos que o compõem (LACLAU; MOUFFE, 2015). Assim, o discurso corresponde a um conjunto de regras, capaz de constituir uma unidade contingente e precária, a partir da atribuição de regularidade a elementos³ em dispersão (LACLAU, 2005; LACLAU; MOUFFE, 2015).

A construção do discurso, da forma entendida por Laclau e Mouffe (2015), envolve o que é chamado de articulações discursivas. Em contraste a uma lógica habermasiana, pautada pela racionalidade das relações, bem como pela possibilidade de formação de consensos intersubjetivos (HABERMAS, 1989), o discurso não é articulado no plano da retórica, mas no âmbito afetivo (LACLAU, 2005). Por conseguinte, a partir de uma visão da política como uma instância ligada aos desejos e ao poder, tais articulações discursivas passam a emergir no social a partir de associações entre afetos compartilhados (MOUFFE, 2005). Nesse sentido, a noção de articulações discursivas – mesmo ao se pensar sobre as interações digitais – torna a ideia racional de esfera pública (HABERMAS, 1989), por exemplo, uma “impossibilidade conceitual” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.46) na medida em que os vínculos afetivos tendem a criar conflitos de um “nós” contra um “eles” (MOUFFE, 2005).

As articulações discursivas são constituídas, portanto, em contextos de constantes disputas. Conforme Mouffe (2013), os preceitos para a emergência de uma articulação discursiva são as diferenças em comum identificadas por elementos discursivamente articulados em relação a outros. A isso, Laclau e Mouffe (2015) referem-se como “exterior constitutivo”, isto é, a observação de uma identidade outra (eles) contra a qual uma articulação (nós) emerge, na tentativa de dominar o campo da discursividade. Dessa forma, as articulações discursivas não seguem um princípio subjacente de representação (de classe, por exemplo), mas de articulações no sentido

³ Um elemento, na ótica da TD, corresponde a uma diferença que não se encontra discursivamente articulada (LACLAU; MOUFFE, 2015).

da prática e da luta política, sempre de modo contingente e precário (LACLAU; MOUFFE, 2015). Nessa lógica, o aspecto relacional, atinente às disputas que fundamentam a emergência de articulações discursivas, impossibilitam a construção de uma totalidade⁴, uma vez que a emergência de um discurso está sempre ligada a uma articulação contra um inimigo em comum (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Essa impossibilidade de fechamento de uma ordem total – isto é, de uma sociedade, tal como na concepção da TD – ocorre pelos limites estabelecidos pela dinâmica antagonística do social (LACLAU; MOUFFE, 2015). O conceito de antagonismo consta como o “centro da atual relevância” do enfoque adotado por Laclau e Mouffe (2015, p.42). Através da observação de antagonismos discursivos, é possível não apenas descrever as articulações e as causas que abrangem uma relação antagonística, mas definir as contradições envolvidas em antagonismos, as quais fazem-se presentes no social (LACLAU; MOUFFE, 2015). Dessa forma, podemos pensar a emergência de antagonismos analogamente ao que o senso comum entende como “duas faces de uma mesma moeda”, ao invés de associar o conceito à mera presença de duas forças distintas em oposição (LACLAU; MOUFFE, 2015). Assim, conforme Laclau e Mouffe (2015, p.204), o antagonismo pode ser definido como “uma relação na qual se mostram os limites de toda objetividade”, de modo que a inescapabilidade da presença antagonística associada a um inimigo outro é o que impede a sociedade de compor uma realidade objetiva.

A constituição de antagonismos discursivos pressupõe dinâmicas de articulação e de repulsão entre elementos heterogêneos, conforme o que Laclau (2005, p.200) chama de “lógicas de equivalência e de diferença”. No tocante a isso, uma articulação é composta mediante o encadeamento entre elementos aleatórios no social, os quais passam a compor momentos de uma unidade (discurso) contingente, através do reconhecimento de uma identificação negativa mútua em relação a seu exterior constitutivo (inimigo em comum) (LACLAU, 2005). Sob essa perspectiva a lógica de equivalência corresponde a uma forma de articulação baseada na subversão ou na supressão parcial de diferenças, em prol de combater um inimigo em comum. Já a lógica de diferença está relacionada à constatação de tais distinções, as quais são deixadas de lado momentaneamente, como condição de possibilidade para haja uma articulação entre diferentes (LACLAU, 2014).

A circunstância em que tais lógicas são articuladas envolve a emergência daquilo que Laclau chama de ponto nodal (LACLAU; MOUFFE, 2015). Esse conceito corresponde a uma plataforma de inscrição, através da qual elementos conseguem, contingentemente, se articular conjuntamente (LACLAU, 2005). Através de um ponto nodal, elementos heterogêneos constroem cadeias de equivalências,

⁴ A própria noção de sociedade, por se tratar de uma organização uníssona e, portanto, consensual, não existe, segundo a ótica de Laclau e Mouffe (2015).

mediante as quais são articuladas as lógicas de equivalência e de diferença, no sentido de transcender as diferenças compartilhadas entre si para se organizar no teor de combater um inimigo em comum (LACLAU, 2014). Nesse sentido, conforme apontam estudos anteriores, pontos nodais podem ser verificados nas interações digitais, seja através de menções de certas palavras/conceitos ou mesmo de *hashtags* (COSTA, 2014), caracterizando contextos de polarização política observados como antagonismos plataformizados (FARKAS; SCHOU; NEUMAYER, 2018).

2.2. A formação de contextos de polarização política no *Twitter*

As características das interações sociais desempenhadas em plataformas digitais representam um campo fértil para a emergência de antagonismos discursivos, contribuindo para a formação de cenários polarizados (GERBAUDO, 2018). Conforme afirma Herring (2001), as lógicas implicadas na ótica do discurso também se mostram presentes nas interações via computadores ou *smartphones*. Isso pode ser verificado na medida em que as articulações discursivas não emergem, necessariamente, a partir do conteúdo de redes de conversações, mas por padrões meta-comunicativos, responsáveis por orientar a ordenação de um discurso em torno de um inimigo em comum (CESARINO, 2020).

Os contextos político-eleitorais recentes de polarização política, tal como se observa no Brasil em 2018 (SOARES; RECUERO; ZAGO, 2019; MIGUEL, 2019), não raro, são associados à hipótese da formação de filtros-bolha em plataformas digitais (PARISER, 2011). Conforme Pariser (2011), um filtro-bolha representa um espaço em que apenas determinados conteúdos conseguem circular. De acordo com Bruns (2019), porém, ao se levantar a hipótese dos filtros-bolha, o debate sobre polarização política no social tende a ser reduzido a uma questão de mera dieta midiática, em uma perspectiva na qual contextos polarizados são vistos como consequência apenas das ações de algoritmos de personalização. Dessa forma, esse entendimento tende a dissociar o problema da polarização de questões sociais de maior complexidade, as quais indicam que contextos polarizados também se encontram associados à emergência de populismos e/ou sentimentos sociais radicalizados transpostos à política (BRUNS 2019). Nesse sentido, Bruns (2019) aponta que plataformas genéricas, como o *Twitter* e o *Facebook* tendem, justamente, a permitir a lógica contrária àquela dos filtros-bolha, ou seja, propiciando que determinados grupos observem ativamente com quais conteúdos o “outro lado” costuma interagir.

As maneiras específicas pelas quais ocorrem as interações on-line, de todo modo, mostram-se consoantes aos aspectos técnico-arquitetônicos de qualquer ambiente digital. Segundo Van Dijck (2013), a principal característica de uma

plataforma digital é o intercâmbio entre a participação social de usuários e os recursos de conectividade disponibilizados pela interface de uma plataforma. Isso denota que tais plataformas tratam-se de serviços oferecidos na internet, caracterizados pela dinâmica estabelecida entre as funcionalidades colaborativas e/ou amigáveis disponibilizadas aos usuários e a exploração comercial dos dados produzidos nas interações sociais, mediante a codificação de informações para a forma de protocolos quantificáveis – “amigos”, “likes”, “seguidores” (VAN DIJCK, 2013).

No caso do *Twitter*, as *hashtags* exercem função essencial para o desenvolvimento das interações sob a forma de redes sociais on-line. Conforme afirma Salazar (2017), uma *hashtag* é uma superfície digital que exerce a função de encapsular diversas mensagens circunscritas sobre ela. Essa dinâmica faz com que a emergência de uma *hashtag*, na medida em que passa a representar uma plataforma para a propagação de determinadas mensagens, também se torne um evento por si próprio (SALAZAR, 2017). Assim, uma *hashtag* conecta mensagens (*tweets*), dando-lhes contexto ou complemento do que é dito. Nesse sentido, as dinâmicas interacionais constituídas em torno de uma *hashtag* tendem a seguir um *continuum*, pelo qual os sentidos representados sob uma determinada cerquilha (#) tendem a ser modificados ao longo do tempo, na medida em que são atraídas novas mensagens (BRUNS; BURGESS, 2011).

Por se tratar de um site de rede social (BOYD; ELLISON, 2007), as interações no *Twitter* são caracterizadas por três aspectos: a) pela visibilidade das conversações; b) pela criação de perfis públicos; c) pela formação de redes sociais on-line. Esses aspectos favorecem que as interações entre os usuários do *Twitter* sejam desempenhadas autorreflexivamente, isto é, de modo que os usuários estejam autocientes do teor performático contido nas interações (PAPACHARISSI, 2012). Segundo Papacharissi (2009), ao passo que a visibilidade das conversações tende a promover interações de tendências narcísicas, também permite que determinadas mensagens, principalmente aquelas de caráter considerado subversivo, possam ser amplificadas para públicos maiores. Isso favorece, sobretudo, que o *Twitter* seja visto um espaço de constantes disputas de sentidos e de competições por visibilidade (RECUERO, 2018) e, por conseguinte, como um ambiente interacional disposto à formação de antagonismos discursivos, segundo o viés da TD (LACLAU; MOUFFE, 2015).

3. Proposta de Análise: Análise de contingência e Análise de Redes Sociais frente à Teoria do Discurso

Com o objetivo de analisar a formação de antagonismos discursivos no *Twitter* através de uma proposta metodológica que possa também contribuir

para a Sociologia Digital, o foco de investigação direciona-se às características e às diferenças relacionais entre as *hashtags* #marqueteirosdojair e #bolsolão, entendendo-as como articulações discursivas formadas em oposição. Para tanto, desempenhamos a coleta de um total de 26.548 *tweets*, sendo 5.217 correspondentes à “#marqueteirosdojair” e 21.331 *tweets* que mencionaram a *hashtag* “#bolsolão”. Estas *hashtags* apareceram entre os assuntos mais comentados no *Twitter* (*trending topics*) durante o dia 18 de outubro de 2018, data da publicação da matéria “Empresários bancam campanha contra o PT pelo *WhatsApp*” no jornal *Folha de São Paulo* (MELLO, 2018). Em razão da proeminência destas *hashtags* naquele contexto, observamos a possibilidade de que ambas emergiram como discursos reciprocamente organizados, em combate um ao outro ou, por outras palavras, como articulações antagônicas e relacionais (LACLAU; MOUFFE, 2015). A partir disso, ao descrevermos as relações antagônicas formadas nos discursos articuladas nas duas *hashtags* analisadas, observamos como a ARS, articulada junto à TD de Laclau e Mouffe (2015), pode fornecer bases teórico-metodológicas à Sociologia Digital.

3.1. Coleta de dados

O procedimento de coleta dos dados foi desempenhado com o auxílio do *software* NodeXL Pro⁵. Trata-se de um programa de computador capaz de realizar processos de coleta no *Twitter* de forma automática e retroativa, por meio do acesso à *API* da plataforma, até um limite de cerca de 18.000 (dezoito mil) *tweets* por coleta.

Ao todo, foram coletados um total de 26.548 *tweets*, emitidos entre os horários das 15h32min às 19h53min para #marqueteirosdojair e no período das 16h57min às 18h06min para #bolsolão. Visto que uma das *hashtags* (#marqueteirosdojair) apresentou um número de *tweets* relativamente menor do que a outra (#bolsolao) na primeira coleta, efetuamos uma coleta adicional para aproximar a diferença, conforme ilustramos no Quadro 1.

Quadro 1: *corpus* de análise

Data e horário das coletas	<i>Hashtag</i>	Número de <i>Tweets</i>
18/10/2018 às 17h50min	#bolsolão	21.331
18/10/2018 às 17h05min e às 19h15min	#marqueteirosdojair	5.217

Fonte: Elaboração própria.

⁵ O NodeXL é uma aplicação *open source* para o programa *Microsoft Excel*, destinada a coletar e organizar dados de plataformas digitais. Site: <https://nodexl.com/>.

Uma vez constituído o *corpus*, passamos a análise dos dados. Neste processo, trabalhamos inicialmente com a análise de contingência, cujos procedimentos são análogos aos da Análise de Conteúdo. Com o auxílio de software observamos as ocorrências de conjuntos de palavras em cada unidade (*tweet*). O sistema, inicialmente conta o número de vezes em que cada léxico apareceu em um *tweet*. Na primeira fase, selecionamos os 20 (vinte) léxicos mais frequentes em cada *hashtag*. Nesta etapa, independentemente da frequência, léxicos pouco significativos, como pronomes, artigos e preposições são eliminados do *corpus*. A partir desta primeira classificação, passamos ao segundo passo: A aglutinação de léxicos semelhantes em um mesmo conceito, a codificação. Nesta fase, palavras com sentido semelhantes ou palavras idênticas, porém escritas de modo diferente são aglutinadas em um mesmo código (por exemplo, Brasil, País, Brazil, etc.). Finalmente, no terceiro passo, obtivemos as co-ocorrências desses códigos, permitindo a construção de uma rede de conceitos que estão conectados entre si, conforme os dados obtidos nos *tweets*. A partir desta fase, utilizamos, então, métricas de Análise de Redes para indicar a importância dessas conexões e a centralidade dos conceitos no *corpus*, de modo a permitir identificar as articulações discursivas emergentes nas *hashtags*.

Assim, aplicamos a análise de contingência para tentar verificar as correlações formadas entre redes compostas por palavras/conceitos e tentar identificar a relacionalidade entre as palavras/conceitos que emergiram sob as *hashtags* #marqueteirosdojair e #bolsolão.

A organização e classificação dos dados, de acordo com os dois métodos mencionados, é efetuada através do *software Gephi*⁶. Nesse procedimento, aplicamos dois tipos de métricas da ARS para auxiliar a nossa análise: a métrica da modularidade e a métrica do grau de intermediação.

A métrica da modularidade calcula os índices de co-associações exibidos pelos nós de uma rede. Por meio de um algoritmo que calcula a força de atração entre os nós – *force atlas* (BLONDEL; GUILLAUME; LAMBIOTTE; LEFEBVRE, 2008) –, essa métrica define as posições dos nós, bem como das suas respectivas conexões, estabelecendo diferentes agrupamentos em uma rede, conforme o grau de redundância apresentado pelos nós de uma rede. Dessa forma, para o objetivo do presente artigo, a aplicação da métrica da modularidade nas redes analisadas permite observar quais os diferentes discursos inscritos articulados sob uma determinada *hashtag* no *Twitter*, no sentido de uma lógica de diferença (LACLAU; MOUFFE, 2015).

A métrica da intermediação calcula o índice da centralidade de um nó em uma rede. Isso permite identificar quais os nós que exerceram a função de uma ponte na holística dos componentes de uma rede (RECUERO, 2017). No sentido de um

⁶ *Gephi*. <https://gephi.org/>.

A rede é formada por 20 (vinte) palavras, divididas em 3 (três) agrupamentos, sendo eles nas cores laranja, azul e verde.

O agrupamento laranja interage sobre a prática efetuada na campanha de Jair Bolsonaro (“bolsonaro”) à presidência do Brasil, relatada na matéria lançada pela “Folha” de São Paulo (MELLO, 2018), como um crime de “caixa 2”, inclusive com o co-impulsioneamento de uma *hashtag* distinta (“#caixa2dobolsonaro”) de modo adjacente à “#bolsolão”. Deste modo, há indícios de que esse discurso a matéria da “Folha” à ocorrência de uma “fraude”, a partir do espalhamento de “mentiras” no “whatsapp”. Além disso, é possível verificar que, a partir da menção à “#elenão”, o agrupamento laranja estabelece uma articulação comum entre dois candidatos concorrentes nas Eleições de 2018 (“haddadfernando” e “ciro”).

O agrupamento compreende o evento como sendo uma prática de “corrupção”, voltada a difusão de “fake” “news”, a qual alega-se estar ligada à conduta de “empresários”. Percebe-se que, nesse agrupamento, as menções à “policiafederal” e ao “TSE” (Tribunal Superior Eleitoral) demonstram que há uma reivindicação à autoridades do campo institucional brasileiro, as quais seriam responsáveis por abordar o caso em uma eventual denúncia de crime ou de ilegalidade.

O agrupamento azul representa adjetivos utilizados contrariamente a Jair Bolsonaro, através das palavras “machista e “fascista” e “corrupto”. Nesse caso, é possível observar a construção de uma imagem negativa acerca de Bolsonaro, de modo que um dos atributos mencionados estaria ligado ao outro, isto é, conectando e aproximando conceitualmente as palavras “machista”, “fascista” e “corrupto”.

No quadro a seguir (Quadro 2), apresentamos o cálculo dos graus de intermediação de cada um dos conceitos ilustrados no grafo da #bolsolão.

Quadro 2: Agrupamentos e grau de intermediação dos conceitos da #bolsolão

Conceito	Agrupamento	Grau de intermediação
Tse	Verde	251.38
Bolsonaro	Laranja	198.75
#elenão	Laranja	93.46
Crime	Laranja	65.63
Corrupto	Azul	39.40
Empresários	Verde	39.37
Mentiras	Laranja	31.26
Whatsapp	Laranja	23.57
Fake	Verde	13.11
#bolsolão	Laranja	8.33

Conceito	Agrupamento	Grau de intermediação
Machista	Azul	5.92
Fascista	Azul	7.82
News	Verde	4.44
Folha	Laranja	2.48
Policiafederal	Verde	2.0
Ciro	Laranja	0.95
Fraude	Laranja	0.83
Corrupção	Verde	0.25
Haddadfernando	Laranja	0.0
#caixadobolsonaro	Laranja	0.0

Fonte: Elaboração própria.

A partir dos graus de intermediação de cada palavra, podemos perceber que os principais conceitos articulados para a constituição do discurso articulado na *hashtag* #bolsolão são “TSE”, “Bolsonaro” e “#elenão” (graus 251.38 e 198.75 e 93.46, respectivamente). Isso indica que os principais pontos nodais, articulados como pontes para a formação do discurso presente nesta *hashtag*, envolvem uma reivindicação ao TSE em relação à sua função que a institucional de investigar “crimes” eleitorais, bem como menções negativas à Jair Bolsonaro, inclusive através de uma *hashtag* mencionada de forma adjacente (#elenão).

Na perspectiva da TD (LACLAU, MOUFFE, 2015), é possível observar que a lógica de equivalência presente na constituição dessa *hashtag* está articulada a partir de duas diretrizes: a) uma demanda, direcionada ao campo institucional brasileiro (“TSE”, juntamente com “policiafederal”), para que “bolsonaro” e “empresários” sejam investigados (módulo verde); b) a constituição de Jair Bolsonaro como um inimigo em comum (“#elenão”), frente ao contexto de campanha eleitoral daquele momento, sob uma noção de que evitar a vitória de Bolsonaro – um candidato “machista”, “fascista” e “corrupto” – seria mais importante do que eleger candidato um “x” ou “y” (módulos laranja e azul).

A lógica da diferença (LACLAU; MOUFFE, 2015) mostra-se presente, principalmente, na construção de uma articulação entre dois candidatos concorrentes “haddadfernando” e “ciro”, sob um mesmo discurso. Portanto, tal como expõe a métrica da modularidade, a emergência da #bolsolão serviu como um “cimento ideológico” propício à formação de uma coalizão (LACLAU, 2005, p.237). Dessa forma, por meio da conexão entre diversas palavras, tais como “TSE”, “corrupto”, “empresários”, “mentiras”, “fascista”, “machista” e “fraude” – além da própria *hashtag* “#elenão” –, tornou-se possível que interagentes identificados com

O agrupamento azul está concentrado, unicamente, na noção de que o evento em questão corresponde a uma “fake” “news”, isto é, a uma notícia de caráter falso.

A seguir o Quadro 3 contendo os conceitos e os respectivos graus de intermediação.

Quadro 3: Grau de intermediação entre os conceitos da #marqueteirosdojair

Conceito	Agrupamento	Grau de intermediação
Esquerda	Verde	16.16
Mentiras	Verde	9.0
News	Azul	5.5
Fake	Azul	5.5
Brasileiros	Laranja	5.0
Flaviobolsonaro	Verde	3.33
Deus	Verde	2.58
Pslnacional	Verde	1.75
Whatsapp	Laranja	1.5
Marqueteiros	Verde	1.33
Folha	Verde	0.33
Ptbrasil	Verde	0.0
Voluntariamente	Laranja	0.0
Robôs	Verde	0.0
Corrupta	Verde	0.0
Lula	Laranja	0.0
Haddadfernando	Verde	0.0
Jairbolsonaro	Verde	0.0
#marqueteirosdojair	Verde	0.0
Robôs	Verde	0.0
#caixadoisdobolsonaro	Verde	0.0

Fonte: Elaboração própria.

As palavras da #marqueteirosdojair que se destacam pela maior proeminência dos graus de intermediação são “esquerda” e “mentiras” (graus 16.16 e 9.0, respectivamente). Isso demonstra que essas palavras, manifestamente negativas em

relação ao “outro inimigo”, foram os principais pontos nodais articulados nesta *hashtag* e, portanto, responsáveis por encadear em um só discurso os diferentes conceitos observados no grafo.

Constatamos, dessa forma, que a lógica de equivalência que orienta a emergência dessa *hashtag* está atrelada à demarcação da “esquerda” como o inimigo em comum, responsável pelo constante espalhamento de “mentiras” sobre Jair Bolsonaro. Além disso, destacamos a autoidentificação dos interagentes da #marqueteirosdojair como “brasileiros” (grau de intermediação 5.0), no sentido de que a possibilidade de constituição de uma determinada nacionalidade infere, necessariamente, a negação de outras. Assim, o termo “brasileiros” envolve uma identificação positiva, por um lado, e negativa, por outro, isto é, para que um seja brasileiro, um “outro” não pode ser – isso, segundo Laclau (2014, p.106), está associado à dinâmica pela qual uma articulação discursiva é constituída, em negação a um outro, uma vez que “a presença de um inimigo me impede de eu constituir a minha própria identidade”.

Quanto à lógica da diferença (LACLAU; MOUFFE, 2015), não se observa nessa *hashtag*, conforme a exposição dos principais conceitos mencionados nas interações, uma articulação entre identidades que, no contexto identificado, mostram-se notadamente divergentes. Tal como definido pelo grau da modularidade, a rede de interações dessa *hashtag* mostra-se relativamente condensada, visto que das 20 (vinte) palavras que compõem a *hashtag*, 15 (quinze) delas estão atreladas apenas a um agrupamento (verde) – o que indica um alto grau de coesão entre as interações. De todo modo, os elementos discursivamente articulados para a formação da #marqueteirosdojair abrangem ideais religiosos (“Deus”), a dedicação voluntária (“voluntariamente”) de “brasileiros” à candidatura de Jair Bolsonaro, apoiadores do partido “PSL” (Partido Social Liberal) e afetos negativos direcionados à figura de inimigos (“Lula” e “haddadfernando”).

Comparativamente, constatamos nas duas *hashtags* a emergência de uma dinâmica relacional de confronto, pela qual se formaram as articulações discursivas observadas. Na #bolsolão, notamos que o “exterior constitutivo” (LACLAU; MOUFFE, 2015) em questão – isto é, o inimigo em comum contra o qual um discurso se articula – trata-se de Jair Bolsonaro. Isso pode ser observado, inclusive, a partir da coalizão implícita na *hashtag* #elenão, composta entre interações identificadas a candidatos concorrentes nas Eleições de 2018. Já na #marqueteirosdojair, observamos como a “esquerda” figurou como a identidade contra a qual se articularam as interações em apoio à campanha de Jair Bolsonaro. Diante desses aspectos, observamos na nossa análise que essa dinâmica antagonica tende a produzir, no social, visões contraditórias acerca dos significados de um mesmo objeto – constituindo, portanto, um objeto de disputa.

Nesse caso, isso pode ser demonstrado ao se verificar a presença dos conceitos “fake”, “news” e “corrupção” em ambas as *hashtags*. No tocante a isso, observamos que, em cada *hashtag*, tanto o significado de “fake news”, como “corrupção”, são construídos de modo objetivamente contraditórios, como se cada discurso representasse um lado de uma mesma moeda.

Em um destes lados, na #marqueteirosdojair, o significado de “fake news” está relacionado a supostas notícias falsas publicadas por inimigos de Jair Bolsonaro (“esquerda”), sendo, mais especificamente, o jornal *Folha de São Paulo*, veículo de mídia tradicional no Brasil, colocado em xeque nesse cenário. Do mesmo modo, o conceito de “corrupção” também atrelado ao campo identificado nas interações como da “esquerda”, da qual entendem praticar o “ptbrasil”, ou seja, o Partido dos Trabalhadores (PT).

No outro lado, na #bolsolão, observamos a perspectiva inversa, visto que tanto a prática de “fake news” quanto de “corrupção” está atrelada à figura de Jair Bolsonaro (“Bolsonaro”), bem como a de “empresários”, uma vez que ambos são vistos como responsáveis por um “crime”, relacionado à prática de disparos de mensagens no *WhatsApp*, tal como relatada na matéria publicada.

Assim, ao se observar esse tipo de dinâmica nas interações no *Twitter*, torna-se verossímil a constatação do aspecto primário de não-racionalidade, atinente às dinâmicas sociais contemporâneas (LACLAU, 2005). Nessa ótica, os aportes da TD permitem observar uma predominância afetiva-valorativa no teor das interações sociopolíticas no digital, em detrimento de uma lógica retórica/argumentativa (LACLAU, 2005).

No sentido constatado por Laclau e Mouffe (2015, p.179), a relacionalidade necessária à formação de toda identidade prescinde do fato de que “todos os valores são valores de oposição e são definidos unicamente por sua diferença”. Nesse sentido, configura-se uma tendência de que, diante da crescente complexidade do social contemporâneo, os significados dos fenômenos e dos conceitos tendem a encontrar os seus limites objetivos nas contradições advindas da formação de antagonismos discursivos.

A observação das interações no *Twitter*, portanto, permite a identificação dos limites da “ordem social”, vista sob a noção de que existe uma única “sociedade”, integrada a partir do consenso. Tal como propôs Jodi Dean (2013), é possível verificar uma correspondência entre as características das interações sociais constituídas por meio da internet e conceitos vinculados à abordagem da TD. Na medida em que o social vem a ser, cada vez mais, um fenômeno concebido mediante o constante no intercâmbio on/off-line, a percepção sobre a realidade perpassa pelas características específicas relativas às relações estabelecidas em plataformas digitais (VAN DIJCK, 2013). Nesse caso, tendo em vista a nossa análise, a observação das interações no *Twitter* favorece a compreensão de que não existe uma sociedade

formada por uma “ordem objetiva”, mas um social contingente e precário, formado a partir de antagonismos que representam constantemente os limites da dita “sociedade” (LACLAU, 2014, p.112).

As *hashtags* corresponderiam, dessa forma, a pontos nodais, através dos quais uma heterogeneidade de elementos no social pode ser articulada em combate a um mesmo inimigo (LACLAU; MOUFFE, 2015). Conforme entende Papacharissi (2009), a linha tênue entre o que é público e o que é privado no âmbito das interações no *Twitter* favorece, por um lado, a emergência de mensagens narcísicas e/ou segregadas para um determinado grupo, enquanto, por outro, a possibilidade de que essas mesmas mensagens sejam comunicadas para um público maior. Assim, no sentido da terminologia dos estudos em análise de redes sociais, é possível considerar que uma *hashtag* poderia representar um ponto nodal quando há nela uma dinâmica de homofilia, isto é, de um agrupamento de interações caracterizado pelo alto grau de similaridade compartilhado entre os nós, indicando a produção de uma redundância informacional (RECUERO, 2017).

Em uma perspectiva mais abrangente, entendemos que a abordagem teórico-metodológica proposta neste trabalho privilegia a observação do contexto de polarização política no Brasil como um fenômeno dinâmico, contingente e contraditório no social. Consoante a isso, a dinamicidade se dá pelo fato de que o contexto de disputa em torno de um objeto – no caso analisado, a totalidade de um discurso referente à matéria lançada pelo jornal – é constituído em relação a eventos específicos, os quais acontecem a todo instante no social. Nesse sentido, a contingência decorre do aspecto de que redes e contextos polarizados de disputa emergem a partir da formação de coalizões circunstanciais, cada qual articulada na direção de combater um inimigo em comum (LACLAU, 2005). Assim, conforme verificamos nas *hashtags*, a contradição entre discursos passa a ser uma característica expressiva de um social contemporâneo caracterizado por processos permanentes de disputas antagônicas em torno de um objeto impossível: a possibilidade – ou a hegemonia, conforme os termos da TD (LACLAU; MOUFFE, 2015) – de significar totalmente a sociedade. Todavia, constatamos que a nossa abordagem mostrou-se limitada no que toca à observação do provável aspecto de precariedade, relativa à polarização política no contexto político-eleitoral brasileiro, uma vez que, para isso, seriam necessárias análises comparativas entre diferentes *hashtags* antagônicas atinentes a eventos distintos.

No sentido de uma contribuição à Sociologia Digital, a nossa abordagem envolve um esforço voltado à proposição de um método de interface, tal como sugerido por Marres (2017), bem como aos diferentes objetivos desta subdisciplina, descritos por Lupton (2015). Primeiramente, mediante a utilização de métodos e de ferramentas digitais, buscamos a construção de uma “oportunidade epistêmica” (MARRES, 2017) capaz de observar e responder questionamentos socialmente

pertinentes. Em um segundo momento, ao analisarmos *hashtags* no *Twitter* como discursos articulados digitalmente, refletimos de que forma os recursos de plataformas digitais são apropriados para reproduzir – ou mesmo potencializar – problemáticas constituídas sob um intercâmbio on/off-line constante. Por fim, ao aproximarmos os aportes metodológicos da ARS à lente teórico-epistemológica da TD de Laclau e Mouffe (2015), refletimos sobre como teorias sociais já consolidadas podem, simultaneamente, aprofundar e serem aprofundadas a partir da investigação de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas interações sociais digitais.

Considerações Finais

O presente trabalho abordou a formação de articulações discursivas no *Twitter*, no contexto político-eleitoral polarizado, das Eleições de 2018 no Brasil. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, combinando os aportes teórico-epistemológicos da Teoria do Discurso aos aportes metodológicos da Análise de Redes Sociais na internet, o trabalho analisou interações sociais desempenhadas por meio de plataformas digitais, trazendo uma contribuição teórico-metodológica para a Sociologia Digital.

Assim analisamos as articulações discursivas formadas nas *hashtags* “#bolsolão” e “#marqueteirosdojair”, as quais emergiram antagonicamente uma à outra, como discursos organizados em disputa, no contexto do lançamento da matéria do jornal *Folha de São Paulo*, do dia 18 de outubro de 2018, “Empresários bancam campanha contra o PT pelo *WhatsApp*” (MELLO, 2018). A partir disso, identificamos os elementos articulados na formação de cada uma das duas *hashtags* analisadas, descrevendo as equivalências e quais as diferenças verificadas em cada uma delas. Dessa forma, apresentamos a emergência de antagonismos discursivos, principalmente em um contexto sociopolítico brasileiro constatado como polarizado, como eventos associados a contradições no social, as quais expõem os limites objetivos atinentes ao discurso.

A originalidade apresentada neste trabalho, dentro da proposta da Sociologia Digital, abrange duas diretrizes. Por um lado, a proposição de uma base teórico-metodológica voltada à investigação da polarização política e/ou da formação de antagonismos discursivos em interações digitais. Por outro, a reflexão a respeito da aplicabilidade de teorias e métodos já existentes ao empírico observado digitalmente, utilizando-se inclusive de ferramentas disponíveis digitalmente, como forma de oportunizar investigações de caráter quantitativo e qualitativo.

Por fim, consideramos que as limitações da nossa proposta podem inspirar o desenvolvimento de trabalhos futuros. Assim, apontamos tanto para a possibilidade de maior aprofundamento teórico-epistemológico em relação à complexidade das

articulações discursivas efetuadas digitalmente, quanto para a proposição de novas possibilidades metodológicas envolvendo uma articulação entre Análise de Redes Sociais e teorias sociológicas dispostas a compor o escopo da Sociologia Digital.

**DISCURSIVE ANTAGONISMS ON THE HASHTAGS
#MARQUETEIROSDOJAIR AND #BOLSOLÃO ON TWITTER
IN THE BRAZILIAN PRESIDENTIAL ELECTION OF 2018:
CONTRIBUTIONS FROM THE SOCIAL NETWORK
ANALYSIS TO THE DIGITAL SOCIOLOGY**

ABSTRACT: *This article aims to analyze the configuration of discursive antagonisms in the hashtags #bolsolão and #marqueteirosdojair during the context of the 2018 presidential elections in Brazil. In contribution to the theoretical and methodological challenges of the Digital Sociology, we started from an interdisciplinary perspective, approaching Ernesto Laclau and Chantal Mouffe's Theory of Discourse to the Social Network Analysis on the internet. We collected a total of 26,548 tweets from the Twitter API through the software NodeXL Pro. Thus, the two hashtags selected were investigated using a contingency analysis, according to the metrics of modularity and degree of intermediation. By doing so, we verified the elements linked to the formation of the two hashtags, describing how they are articulated according to the logics of equivalence and difference. In conclusion, our theoretical-methodological proposal enables the observation of the political polarization as a dynamic, contingent and socially contradictory phenomenon, associated with the emergence of discursive antagonisms.*

KEYWORDS: *Digital Sociology. Discourse Theory. Twitter. Social Network Analysis. Brazilian elections of 2018.*

**ANTAGONISMOS DISCURSIVOS EN LOS HASHTAGS
#MARQUETEIROSDOJAIR Y #BOLSOLÃO NO TWITTER EN LAS
ELECCIONES DE 2018 EN BRASIL: CONTRIBUCIONES DEL
ANÁLISIS DE REDES SOCIALES A LA SOCIOLOGÍA DIGITAL**

RESUMEN: *Este artículo pretende analizar la formación de antagonismos discursivos en los hashtags #bolsolão y #marqueteirosdojair, en el contexto polarizado de las elecciones de 2018 en Brasil. En la contribución a los desafíos teórico-metodológicos de la Sociología Digital, partimos de un enfoque*

interdisciplinario, llevando la Teoría del Discurso de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe al Análisis de las Redes Sociales en Internet. A partir de esto, recogimos un total de 26.548 tweets del API de Twitter a través del software NodeXL Pro. Por lo tanto, investigamos los dos hashtags seleccionados a través de un análisis de contingencia, de acuerdo con la métrica de la modularidad y el grado de intermediación. De esta manera, verificamos qué sentidos están encadenados en la formación de los dos hashtags, describiendo cómo se articulan según las lógicas de equivalencia y diferencia. Llegamos a la conclusión de que nuestra propuesta teórico-metodológica permite observar la polarización política como un fenómeno dinámico, contingente y contradictorio en la sociedad, asociado a la aparición de antagonismos discursivos.

PALABRAS CLAVE: *Sociología Digital. Teoría del Discurso. Twitter. Análisis de Redes Sociales. Elecciones 2018.*

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENKLER, Yochai; FARIS, Robert; ROBERTS, Hal. **Network Propaganda**: manipulation, disinformation, and radicalization in american politics. New York: Oxford University Press, 2018.

BLONDEL, Vincent; GUILLAUME, Jean-Loup; LAMBIOTTE, Renaud; LEFEBVRE, Etienne. Fast unfolding of communities in large networks. **Journal of Statistical Mechanics: Theory and Experiment**, (10), P1000, 2008.

BOYD, Danah. ELLISON, Nicole. Social network sites: Definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, 13(1), article 11, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>. Acesso em 10/09/2019.

BRUNS, Axel. **Are Filter Bubbles Real?** Cambridge: Polity Press, 2019.

BRUNS, Axel & BURGESS, Jean E. The use of Twitter hashtags in the formation of ad hoc publics. Paper presented at **6th European Consortium for Political Research General Conference**, August 25–27, 2011. University of Iceland, Reykjavik. Disponível em: <http://eprints.qut.edu.au/46515/>. Acesso em: 28 jun. 2020.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

CESARINO, Leticia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, 2020, p.91-120. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>. Acesso em: 3 mar. 2020.

COSTA, Everton Garcia da. As Manifestações no Brasil vistas à luz da Teoria do Discurso. **Revista Sociologia em Rede**, v. 4, n. 4, 2014, p.15-36. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rsr/article/view/2costa4/132>. Acesso em: 29 out. 2019.

COSTA, Everton Garcia da; FREITAS, Felipe Corral de; MERLIN, Nora. Apresentação do Dossiê “Teoria do Discurso e seu alcance interdisciplinar e transversal: explorando debates empíricos e teóricos. **Simbiótica**, v. 6, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/28397/20244>. Acesso em: 30 mai. 2020.

DEAN, Jodi. Society doesn't exist. **First Monday**. Chicago, v. 18, n. 3. mar, 2013. Disponível em: <http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/4616/3419>. Acesso em: 28 set. 2019.

FARKAS, Johan; SCHOU, Jannick; NEUMAYER, Christina. Platformed antagonism: racist discourses on fake Muslim Facebook pages, **Critical Discourse Studies**, v. 15, n. 5, 2018, p.463-480. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17405904.2018.1450276>. Acesso em: 29 set. 2019.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. 4ª reimpressão. Porto Alegre, Sulina, 2016.

GERBAUDO, Paolo. Social media and populism: an elective affinity? **Media, Culture & Society**, v. 40, n° 5, 2018, p.1-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0163443718772192>. Acesso em: 02 mar. 2020.

GILLESPIE, Tarleton. The politics of ‘platforms’. **New Media & Society**, v. 12, n. 3, p.347-364, 2010. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1601487>. Acesso em: 01 mar. 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HERRING, Susan. Computer-mediated discourse. *In*: TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi; SCHIFFRIN, Deborah (Org.). **Handbook of discourse analysis**. Oxford: Blackwell, 2001.

LACLAU, Ernesto. **The Rhetorical Foundations of Society**. London: Verso, 2014.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista**. São Paulo: Intermeios, 2015.

- LUPTON, Deborah. **Digital Sociology**. London and New York: Routledge, 2015.
- MARRES, Noortje. **Digital Sociology: The Reinvention of Social Research**. Cambridge: Polity Press, 2017.
- MARRES, Noortje; GERLITZ, Carolin. Interface Methods: Renegotiating Relations between Digital Social Research, STS and Sociology. **The Sociological Review**, 64(1), 2016, p.21-46. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-954X.12314>. Acesso em: 01 mar. 2020.
- MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo *WhatsApp*. **FOLHA DE S.PAULO**. Publicado em de 18 outubro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- MIGUEL, Luis Felipe. Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 46-58, 2019.
- MISKOLCI, Richard. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea**, v. 6, n. 2, jul-dez, 2016. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/525>. Acesso em: 27 fev. 2020.
- MOUFFE, Chantal. Quais espaços públicos para práticas de arte crítica? **Arte & Ensaios** 27, ano XXI, n. 27, 2013, p.181-199. Disponível em: <http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/03/tematicas-chantal.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.
- MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p.11-23, nov, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31108.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.
- NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. A Sociologia Digital: um desafio para o Século XXI. **Sociologias**: Porto Alegre, ano 18, n. 41, 2016. p.216-241. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/53754/37173>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- NEWMAN, Mark. **Networks: An Introduction**. New York: Oxford University Press, 2010.
- OSGOOD, Charles. The representational model and relevant research methods. *In*: I. de S. Pool (ed.). **Trends in Content Analysis**. Champaign, Ill: University of Illinois Press, 1959.
- PAPACHARISSI, Zizi. Without You, I'm Nothing: Performances of the self on Twitter. **International Journal of Communication**, v. 6, 2012, p.1989–2006. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1484/775>. Acesso em: 29 set. 2019.
- PAPACHARISSI, Zizi. The virtual sphere 2.0: The Internet, the public sphere, and beyond. *In*: CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip. **Routledge handbook of Internet politics**. Abingdon: Routledge, 2009.

PARISER, Eli. **The Filter Bubble: What The Internet Is Hiding from You**. London: Penguin, 2011.

RECUERO, Raquel. Estudando Discursos em Mídia Social: uma proposta metodológica. In: SILVA, Tarcizo; BUCKSTEGGE, Jaqueline; ROGEDO, Pedro. **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais**. Brasília: IBPAD, 2018.

RECUERO, Raquel. **Introdução à análise de redes sociais**. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24759>. Acesso em: 27 jun. 2020.

RECUERO, Raquel.; BASTOS, Marco.; ZAGO, Gabriela. **Análise de Redes para Mídia Social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SALAZAR, Eduardo. Hashtags 2.0 – An Annotated History of the Hashtag and a Window to its Future. **Icono 14**, v. 15, n. 2, p.16-54. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6054356.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2020.

SELWYN, Neil. **What is Digital Sociology?** Cambridge: Polity Press, 2019.

SOARES, Felipe; RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. Asymmetric Polarization on Twitter and the 2018 Brazilian Presidential Elections. **Proceedings of the International Conference on Social Media & Society**, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/3328529.3328546>. Acesso em: 03 mar. 2020.

VAN DIJCK, José. **The Culture of Connectivity**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

WASSERMAN, Stanley.; FAUST, Katherine. **Social Network Analysis: methods and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WYNN, Jonathan. Digital sociology: emergent technologies in the field and the classroom. **Sociological Forum**, v. 24, n. 2, 2009, p.448-456. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1573-7861.2009.01109.x>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Recebido em 10/03/2020.

Aprovado em 06/05/2020.

DISCURSOS SOBRE REGULAÇÃO E GOVERNANÇA ALGORÍTMICA

*Sergio Amadeu da SILVEIRA**

RESUMO: O texto traz as práticas discursivas das principais pesquisas sobre a regulação e a governança dos algoritmos. Discorre sobre os elementos fundamentais que articulam os discursos em torno de sistemas algorítmicos e suas expressões como Big Data, *machine learning* e Inteligência Artificial (IA). Identifica os principais enunciados e expõe as controvérsias sobre regulação e as contraposições discursivas sobre os riscos e benefícios da implementação generalizada dos sistemas algorítmicos.

PALAVRAS-CHAVE: Sistemas algorítmicos. Governança algorítmica. Regulação algorítmica. Algoritmos. Inteligência Artificial.

Introdução

É preciso diferenciar a regulação feita pelos algoritmos da realizada sobre os algoritmos. A primeira é a agência dos algoritmos sobre pessoas e coisas e a segunda trata da ação das pessoas via dispositivos normativos e legais sobre os algoritmos. Enquanto uma trata de como alguns grupos compreendem e controlam processos e situações que envolvem demais pessoas e coisas por intermédio dos algoritmos, a outra tem como objetivo controlar socialmente as ações exercidas pelos algoritmos.

Os algoritmos são objeto da perspectiva regulatória dada a dimensão que alcançaram na sociedade. A expansão da sociedade informacional está diretamente relacionada à expansão de máquinas computacionais e softwares. Estes últimos são

* UFABC – Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo – SP – Brasil. 09606-045 - sergio.amadeu@ufabc.edu.br. <https://orcid.org/0000-0003-1029-9133>. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2.

formados por algoritmos. O desenvolvimento dos programas para os dispositivos de processamento de informação durante suas fases iniciais foi determinado pelos algoritmos que seguiam regras. A partir da segunda década deste século, se disseminaram programas e sistemas definidos por algoritmos que se alteram em função dos dados e das finalidades que os delimitam. A propagação do uso dos sistemas algoritmos que aprendem com dados propiciou a emergência dos modelos de negócios orientados a dados (*data-driven business models*), do marketing dirigido por dados (*data-driven marketing*), governança baseada em dados (*data-driven governance*), entre outros. Trata-se do culto aos dados que o Big Data propiciou ao atualizar as velhas perspectivas positivistas que podem ser expressas no enunciado “deixar os dados falarem” (MAYER-SCHONBERGER & CUKIER, 2013, p.6).

Os algoritmos servem à atividade automatizada. Sejam baseados em regras ou em dados, os algoritmos têm vocação para a ação sem a necessidade da intervenção humana. Por isso, suas implicações sociais são grandes e os discursos que engajam e caracterizam os sistemas algoritmos são, em geral: de apoio às atividades humanas como se fossem ferramentas; de ampliação exponencial ou qualitativa das ações efetuadas por humanos (produtividade) e de criação de novas possibilidades e ações impossíveis de serem executadas por pessoas. Os discursos sobre os algoritmos ou sobre os sistemas algorítmicos que compõem o Big Data, o aprendizado de máquina e a Inteligência Artificial (IA) são discursos de promoção de suas capacidades, inteligência, velocidade ou empoderamento. Mesmo os discursos críticos, que reforçam os aspectos negativos, estão envoltos pela ideia de superioridade algorítmica, ou seja, da ação autônoma desses dispositivos lógicos.

Regulação e governança

Quando o consultor e empresário Tim O’Reilly (2013, p.291) escreveu que “*algorithmic regulation is an idea whose time has come*”¹, estava falando da necessidade dos governos realizarem suas atividades e controles substituindo pessoas (funcionários públicos) por sistemas algorítmicos. Grande parte do discurso acadêmico ao tratar da regulação algorítmica se refere ao sistema de tomada de decisão e de controle de pessoas e coisas, nas empresas e/ou no Estado:

Algorithmic regulation refers to decision-making systems that regulate a domain of activity in order to manage risk or alter behavior through continual computational generation of knowledge by systematically collecting data (in real time on a continuous basis) emitted directly from numerous dynamic components

¹ “A regulação algorítmica é uma ideia cujo tempo chegou”. (O'REILLY, 2013, p.291, tradução nossa.).

*pertaining to the regulated environment in order to identify and, if necessary, automatically refine (or prompt refinement of) the system's operations to attain a pre-specified goal*² (YEUNG, 2017, p.3).

Baldwin, Scott e Hood (1998) escreveram que a regulação pode comportar três concepções principais, conforme disciplinas acadêmicas diferentes. Nesse sentido, essas concepções podem também ser compreendidas como uma organização de enunciados que compõem práticas discursivas distintas. A primeira concepção ou prática discursiva vê a regulação como a definição de um conjunto de regras autoritativas e mecanismos para a o seu cumprimento. A segunda, como os esforços das agências estatais para definir a direção da economia. A terceira, envolve todos os mecanismos de controle social, inclusive, os não-intencionais e não estatais.

O discurso da regulação algorítmica traz a questão da fixação de padrões de conduta e ao monitoramento e a coleta de dados para se efetivar em sistemas mais sofisticados tais como o de *machine learning* (ML). A regulação pelos algoritmos pode levantar novas composições discursivas que carregam controvérsias sobre a discricionariedade, flexibilidade e performatividade dos sistemas algorítmicos, como será tratado mais à frente.

Uma das questões controversas é a que define como inócua a tentativa de regular as operações algorítmicas dirigidas por dados, como no caso do aprendizado profundo, das redes neurais e em certos modelos de IA. O discurso da impossibilidade de explicação dos procedimentos realizados pelo sistema algorítmico para se atingir um resultado levaria a impossibilidade de seu controle, pois ele age segundo a estrutura de dados que obtém.

A pesquisadora Karen Yeung faz a aproximação de regulação e governança a partir da perspectiva de Julia Black (2014) que define regulação como governança regulatória. Assim, a regulação algorítmica para Yeung (2017, p.3) seria a “*intentional attempts to manage risk or alter behavior in order to achieve some pre-specified goal*”³. Em primeiro lugar, Yeung (2017) define que a regulamentação não deve ser considerada como uma atividade exclusivamente estatal. O Facebook também regula o comportamento de seus usuários. Em segundo lugar, que existe a regulação pelo direcionamento do comportamento de um determinado serviço. Isso ocorre com o Uber que oferece vantagens e incentivos para que os motoristas se

² A regulação algorítmica refere-se a sistemas de tomada de decisão que regulam um domínio de atividade para gerenciar riscos ou alterar o comportamento por meio da geração computacional contínua de conhecimento, coletando sistematicamente dados (em tempo real e continuamente) emitidos diretamente de vários componentes dinâmicos pertencentes ao ambiente regulado para identificar e, se necessário, refinar automaticamente (ou refinar rapidamente) as operações do sistema para atingir uma meta pré-especificada. (YEUNG, 2017, p.3, tradução nossa)

³ “tentativas intencionais de gerenciar riscos ou alterar comportamentos, a fim de alcançar algum objetivo pré-especificado”. (YEUNG, 2017, p.3, tradução nossa).

dirijam a determinados bairros. Em terceiro, considera que a regulamentação é uma atividade intencional. Não há como atingir uma meta regulatória sem um dirigente do sistema regulador, ou seja, ele é quem determina as metas do sistema regulatório.

A regulação não-estatal

O discurso da regulação não-estatal é compatível com um ambiente hegemonicamente neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2017). Existem discursos, principalmente no segmento corporativo e nas consultorias sobre a inadequação de uma regulação forte, entendida como regulamentação ou aprovação de leis que afetem o desenvolvimento tecnológico (THE WHITE HOUSE OFFICE, 2018). Mais recentemente, surgiu também outro discurso que clama pela correção, forma de regulação híbrida, uma vez que reconhece os problemas da regulação estatal sobre os sistemas algorítmicos, mas que também identifica que “*we have little reason to believe the companies we depend on will act in our interest in the absence of regulatory oversight*”⁴ (SANDVIG *et al.*, 2014, p.7). Christopher T. Marsden (2012) afirma que a correção se dá pela articulação das múltiplas partes interessadas no processo, objeto ou atividade a ser regulado, o que dá maior legitimidade às definições. “*The state, and stakeholder groups including consumers, are stated to explicitly form part of the institutional setting for regulation*”⁵ (MARSDEN, 2012, p.211). A correção tem ganhado força entre ativistas digitais e instituições como o Centre for European Policy Studies, organização independente sediada em Bruxelas.

Os discursos de regulação estatal ou híbrida, seja de correção, seja de regulação realizada por organizações independentes do Estado, seja auto regulação fiscalizada por auditorias e garantida por termos de compromisso e de conduta (*compliance*) não destacam que ao se tornarem atividades fundamentais e permanentes criam um mercado de regulação. As exigências da regulação e a atividade reguladora podem fomentar a criação de mercados de regulação: consultores, auditores, especialistas em especificações, em produção de medidas e documentos, entre outras. Um exemplo é o que está ocorrendo com a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados, sancionada no Brasil em 2018. Todas as empresas e instituições que armazenam e/ou manipulam dados pessoais terão que se adequar aos seus termos.

⁴ “temos poucas razões para acreditar que as empresas das quais dependemos agirão em nosso interesse na ausência de supervisão regulatória”. (SANDVIG *et al.*, 2014, p.7, tradução nossa).

⁵ “Afirma-se que o estado e os grupos interessados, incluindo os consumidores, fazem explicitamente parte do cenário institucional de regulamentação”. (MARSDEN, 2012, p.211, tradução nossa).

Uma pesquisa no mecanismo de busca do Google da expressão “especializado na Lei Geral de Proteção de dados” obteve 14.700.000 resultados. Em seguida, uma busca da frase “especializado na legislação ambiental” alcançou 7.840.000 resultados. A lei de proteção de dados é recente e gerará uma série de exigências o que explica este grande interesse por ela. A criação de novos negócios a partir da regulação é mais intensa no meio jurídico, como podemos observar no artigo de um dos inúmeros blogs relacionados ao Direito:

Não é apenas o direito das startups que oferece oportunidades de trabalho para o advogado. Olhando pela ótica da pessoa jurídica, toda e qualquer empresa deverá se adequar à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. E não serão apenas os grandes escritórios de advocacia que prestarão esse serviço às corporações.

Se você é advogado autônomo, ou atua em uma pequena banca, olhe para a sua região, veja quais são os empreendimentos que circundam o seu escritório. Eles podem guardar excelentes oportunidades para você atuar e oferecer um serviço de adequação à LGPD voltado para a realidade deles. (COELHO, 2019, n.p.).

A atividade de regulação é necessariamente restritiva e delimitadora. O maior grau de tecnicidade do objeto e do processo a ser regulado torna a atividade de regulação mais carente de especialistas e, portanto, pode ter um elevado custo econômico. A regulação dos sistemas algorítmicos até o momento não foi realizada, exceto se a revisão humana de decisões algorítmicas presentes na Lei Geral de Proteção de Dados da União Europeia for considerada a primeira ação regulatória sobre algoritmos.

Não somente devido à dimensão e à quantidade de acesso, mas também pelo modelo de negócios centrado na coleta de dados e na formação de perfis de interesse e consumo, a ação e o gerenciamento das plataformas de relacionamento online, tais como: Facebook, Youtube, Instagram, LinkedIn, entre outras, são realizados por sistemas algorítmicos. Em geral, são utilizados algoritmos de aprendizado de máquina, de linguagem natural, de reconhecimento de imagens, incluindo outros que distribuem mensagens e anúncios.

Perspectivas liberais, deleuzeanas e institucionalistas

Influenciado por Simondon, Gilles Deleuze considerou que nossas sociedades, nomeadas por ele como de controle, seriam moduladas. Sem uma definição inequívoca, a noção de modulação permite enquadrar os fenômenos de condução do olhar e do visível nas chamadas redes sociais digitais (SILVEIRA, 2019). O Facebook modula os comportamentos distribuindo os conteúdos conforme os perfis

definidos e armazenados pelos seus sistemas algorítmicos. Mas a modulação se aproxima muito da ideia de controle ou de regulação pelo design ou pela arquitetura da informação.

Inspirada no texto de Richard H. Thaler e Cass R. Sunstein (2009), *Nudge: Improving Decisions About Health, Wealth, and Happiness*, Karen Yeung (2017) considera que, a partir do chamado Big Data e sua relação com os algoritmos, estão abertas as possibilidades de moldar o contexto da escolha das pessoas. Ao canalizar as atenções, o algoritmo atua oferecendo caminhos específicos, direções a se tomar, como um *nudge* (em português, cutucar, empurrar, incentivar), uma suave indicação e uma alteração de comportamento de maneira previsível, sem proibições, sendo uma forma suave de controle por design, tal como o ordenamento dos resultados do mecanismo de busca que oferece nos primeiros resultados os links que tendem a ser mais escolhidos, pela posição que ocupam.

*The algorithmic analysis of data patterns dynamically configures the targeted individual's choice environment in highly personalised ways, affecting individual users' behaviour and perceptions by subtly moulding the networked user's understanding of the surrounding world. Their distinctly manipulative, if not straightforwardly deceptive, qualities arise from deliberately exploiting systematic cognitive weaknesses which pervade human decision-making to channel behaviour in directions preferred by the choice architect.*⁶ (YEUNG, 2017, p.130).

O discurso acadêmico de orientação liberal tem trazido a crítica ao que considera um exagero dos pesquisadores de influência foucaultiana-deleuzeana e dos teóricos dos estudos de vigilância. O foco do ataque liberal e neoliberal está na minimização dos riscos que os sistemas de escolha e de decisão algorítmicos possam gerar. Eric Goldman (2006) considera, por exemplo, que a personalização e o viés dos mecanismos de pesquisa podem ser uma consequência benéfica, uma vez que otimiza o conteúdo para seus usuários. Além disso, a “*regulatory intervention could counterproductively degrade search engines' value to searchers. Whatever the adverse consequences of search engine bias, the consequences of regulatory correction are probably worse.*”⁷ (GOLDMAN, 2006, p.198).

⁶ A análise algorítmica dos padrões de dados configura dinamicamente o ambiente de escolha do indivíduo alvo de maneiras altamente personalizadas, afetando o comportamento e as percepções dos usuários individuais, moldando sutilmente a compreensão do usuário em rede do mundo circundante. Suas qualidades distintamente manipuladoras, se não objetivamente enganosas, surgem da exploração deliberada de fraquezas cognitivas sistemáticas que permeiam a tomada de decisões humanas para canalizar o comportamento nas direções preferidas pelo arquiteto escolhido. (YEUNG, 2017, p.130, tradução nossa).

⁷ “a intervenção regulatória pode degradar de forma contraproducente o valor dos mecanismos de pesquisa para os pesquisadores. Quaisquer que sejam as consequências adversas do viés do

A rejeição aos controles estatais e à regulação mais forte, muito comum, por exemplo, no debate acadêmico sobre a governança da Internet, é um discurso presente não somente a partir do pensamento liberal e das corporações, envolve também a perspectiva mais autonomista e participativa. Adiante serão apresentados enunciados que começam a se entrelaçar e a se constituir em uma prática discursiva que considera a necessidade regulatória, mas reivindica a participação dos regulados e dos segmentos da sociedade interessados.

Frank Pasquale (2015) trabalhou em seu núcleo discursivo a questão da opacidade ou invisibilidade dos sistemas algorítmicos no texto *The Black Box Society* e das técnicas de ofuscação realizadas pelas instituições que utilizam esses algoritmos, o que remete diretamente à ausência de transparência e de *accountability* (em português, responsabilidade). Esses dois elementos discursivos têm sido tratados por diversos autores e organizações, fazendo parte de uma longa tradição de debates sobre o Estado (BOBBIO, 1997). Em relação aos sistemas algoritmos da chamada Inteligência Artificial, a questão do *accountability* se tornou um dos pontos de controvérsia, dada a impossibilidade de acompanhar, compreender e explicar o seu funcionamento. Entre os defensores da necessidade de explicação e de abertura para a fiscalização social temos diversos argumentos apresentados pelo pesquisador de mídia, Nicholas Diakopoulos (2014, 2015, 2016).

Em 2015, o Tow Center for Digital Journalism da Universidade de Columbia realizou o workshop sobre a transparência algorítmica na Mídia. Diakopoulos (2016) destacou que 50 especialistas da mídia e da academia discutiram conteúdos de notícias gerados automaticamente, simulações de modelagem narrativa, curadoria algorítmica e diversas dimensões da filtragem e classificação dos algoritmos. No encontro, cinco categorias – envolvimento humano, dados, modelo, inferências e presença algorítmica – foram selecionadas e preocupações foram apresentadas para cada uma delas (DIAKOPOULOS, 2016, p.60-61). É importante ressaltar que o discurso da transparência se vincula diretamente à necessidade de responsabilidade humana e da recusa de que os sistemas algorítmicos não possam ser compreendidos no plano de suas ações, intensões e resultados pretendidos.

At a high level, transparency around human involvement might involve explaining the goal, purpose, and intent of the algorithm, including editorial goals and the human editorial process or social context crucible from which the algorithm was cast. Who at your company has direct control over the algorithm? Who has oversight and is accountable? Ultimately, we want to identify the authors, or the designers, or the team that created and are behind this thing. (...) Involved

mecanismo de busca, as consequências da correção regulatória provavelmente são piores". (GOLDMAN, 2006, p.198, tradução nossa).

*individuals might feel a greater sense of public responsibility and pressure if their names are on the line.*⁸ (DIAKOPOULOS, 2016, p.60).

A ideia de que os algoritmos estão constituindo uma esfera pública automatizada (PASQUALE, 2017), ou seja, operada pelos sistemas algorítmicos e o clamor pela transparência, *accountability* e responsabilização implicam em regulação mais forte, legalmente definida, mesmo que operada ou delineada por organizações fora do Estado. Disso resulta na necessidade de definição de quem deve ser o regulador dos sistemas algorítmicos. Até o momento, apesar dos nomes fantasiosos de sistemas e softwares, os discursos não apresentaram nenhum algoritmo ou sistema algorítmico dono de si, seja no sentido jurídico de proprietário de sua patente ou copyright. Assim, a regulação sobre algoritmos, *machine learning* e outros modelos de Inteligência Artificial recairá sobre empresas e pessoas. “Desconfie dos mecanismos autorreguláveis das plataformas”, escreveu Frank Pasquale (2017, p.27) que propugna pela regulação concretizada na lei e nas ações de agentes legalmente instituídos sobre as corporações que desenvolvem e são proprietárias dos algoritmos:

[...] devemos exigir auditorias de dados tratados por sistemas algorítmicos. Aprendizagem por máquina, análises preditivas ou algoritmos podem ser muito complexos para uma pessoa entender, mas os registros de dados não o são. Sendo assim, eles podem, inclusive, ser auditados algoritmicamente. (PASQUALE, 2017, p.23).

O discurso da regulação tem suas definições e problemas conectados ao discurso da governança algorítmica. A governança dos algoritmos pode ser compreendida como a direção, delimitação, controle, enfim, como regulação sobre os sistemas algorítmicos. Regulação no sentido de processos humanos, sociais, intencionalmente conduzidos para dirigir os sistemas algorítmicos. As investigações sobre governança algorítmica ganharam força a partir de 2013, apesar de alguns pesquisadores das chamadas Ciências Humanas e Sociais terem publicado trabalhos que traziam a temática do controle algorítmico na primeira década do século XXI (INTRONA; NISSENBAUM, 2000; BEER, 2009; ANEESH, 2009).

⁸ Em um nível alto, a transparência em torno do envolvimento humano pode conter a explicação do objetivo, do propósito e da intenção do algoritmo, incluindo objetivos editoriais e o processo editorial humano ou o contexto social a partir do qual o algoritmo foi lançado. Quem na sua empresa tem controle direto sobre o algoritmo? Quem o supervisiona e é por ele responsável? Por fim, queremos identificar os autores, os designers ou a equipe que criou e está por trás deles. [...]. Os indivíduos envolvidos podem sentir um maior senso de responsabilidade e pressão do público se seus nomes estiverem em jogo. (DIAKOPOULOS, 2016, p.60, tradução nossa).

*Algorithm governance can vary from the strict legal and regulatory viewpoints to a purely technical standpoint. Its focus is often on accountability, transparency, and technical assurances. The resource to a certain governance path can be based on factors such as the nature of the algorithm, its context, or risk analysis. Generally, when a governance option is made it aims to reduce problems caused by the algorithm. It should try to preserve its effectiveness and reduce undesirable outcomes.*⁹ (DONEDA; ALMEIDA, 2016, p.61).

O fenômeno da governança algorítmica aparece também como uma tendência histórica da mecanização do poder, da modernização da organização jurídico-burocrática que seguiria o ritmo de progresso da indústria (DANAHER *et al*, 2017, p.2). Apesar de Aneesh (2009) considerar o controle algorítmico sobre os trabalhadores qualitativamente diferente do controle burocrático, ambos são manifestações de um poder descentralizado ou distribuído sobre pessoas. Todavia, são caracterizados por processos distintos em graus de flexibilidade, discricionariedade, compreensão e visibilidade.

Métodos de estudo da governança dos algoritmos

O pesquisador Henrique Félix de Souza Machado publicou, em 2018, a primeira compilação realizada no Brasil sobre regulação e governança algorítmica. Ao utilizar o Google Scholar acabou analisando 45 textos que apareciam na busca e se relacionavam com o tema. Constatou uma presença maior nas análises realizadas da tradição foucaultiana (WILLIANSO, 2013; ROUVROY, 2014; MCQUILLAN, 2015), da teoria do Ator-Rede (INTRONA, 2013; MUSIANI 2013; CAMPBELL-VERDUYN *et al.*, 2016) e da perspectiva institucionalista e regulatória (WILLIAMSON, 2014; YEUNG, 2016), além do que, reuniu visões da economia, negócios e produção colaborativa e auto governança (O'REILLY, 2013; PITT *et al.*, 2014), entre outras. O recorte e enquadramento são bastante discutíveis, mas Machado (2018) apresentou uma grande contribuição ao debate acadêmico. A perspectiva marxista estava ausente ou sob forte nebulosidade no debate e no discurso científico sobre os sistemas algorítmicos. Em 2019, Nick Dyer-Witheford, Atle Mikkola Kjøsén and James Steinhoff lançam o livro *Inhuman Power: Artificial*

⁹ A governança do algoritmo pode variar dos estritos pontos de vista legais e regulatórios até um ponto de vista puramente técnico. Muitas vezes, seu foco é responsabilidade, transparência e garantias técnicas. O recurso para um determinado caminho de governança pode ser baseado em fatores como a natureza do algoritmo, seu contexto ou análise de risco. Geralmente, quando uma opção de governança é feita, ela visa reduzir os problemas causados pelo algoritmo. Deve tentar preservar sua eficácia e reduzir resultados indesejáveis. (DONEDA; ALMEIDA, 2016, p.61, tradução nossa).

Intelligence and the Future of Capitalism em que trazem o debate marxista para tentar compreender se o que os sistemas algorítmicos realizam é ou não trabalho.

Um dos trabalhos mais circunstanciado e abrangente sobre a governança algorítmica está registrado no texto *Algorithmic governance: developing a research agenda through the power of collective intelligence* (DANAHER *et al.*, 2017). Ele resultou de um workshop multidisciplinar realizado na Queen's University Belfast que utilizou o método interativo de gerenciamento assegurando aos participantes que produzissem uma agenda e estrutura de pesquisa sobre a governança algorítmica. Três aspectos da literatura foram destacados: a) as formas e os modos de governança algorítmica; b) os problemas de governanças algorítmica; c) os métodos para o estudo da governança dos algoritmos (DANAHER *et al.*, 2017).

Do que poderia ser visto como um dos núcleos discursivos que diferenciam tipos distintos de algoritmos que incidem em diferentes formas de controle ou governança, o texto de Danaher *et al.* (2017) destaca o contraste entre o design de algoritmos *top-down* (em português, de cima para baixo) e *bottom-up* (em português, de baixo para cima). No primeiro tipo, o programador ou uma equipe definem pormenorizadamente o conjunto de regras do algoritmo ou dos algoritmos. No segundo tipo, o algoritmo recebe uma regra de aprendizado para que possa ser treinado por uma coleção ou por agrupamento de dados para a partir daí desenvolver as próprias regras. Os algoritmos chamados por Danaher *et al.* (2017) de *bottom-up* vão constituir o chamado *machine learning*. Sendo mais rigoroso, os termos “de cima para baixo” e “de baixo para cima” não expressam bem como operam os algoritmos. O primeiro deveria ser “definido por regras previamente programadas” e o segundo por “operado por regras extraídas de dados”.

Esse segundo tipo de algoritmo gera maiores dificuldades para sua governança. Ele está no coração de grande parte do que vem sendo chamado de Inteligência Artificial. Em geral, a transparência de algoritmos do primeiro tipo não assegura o conhecimento sem testes com estruturas de dados, uma vez que podem conter formulações extremamente complexas. Mas nos algoritmos de segundo tipo a transparência e o conhecimento sobre as operações são extremamente dificultadas pelas alterações de padrão e de regras que eles extraem dos dados. Diferentes estruturas de dados podem gerar diferentes regras para se obter determinadas finalidades. Como seria possível falar de governança nessa situação? Baseando-se em Citron e Pasquale (2014) e em Zarsky (2013), Danaher *et al.* (2017) expõem a necessidade de como obter a governança nos quatro estágios da governança algorítmica que encontro na revisão da literatura: coleta de dados, processamento, utilização e aprendizado. A participação humana em cada estágio passou a fazer parte dos objetivos dos discursos de governança.

É importante realçar que o discurso acadêmico crítico à opacidade algorítmica e à possibilidade de vieses e injustiças está na base da reivindicação da revisão

humana das decisões automatizadas. A legislação europeia, disposta no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR), é a primeira legislação abrangente que tratou de aspectos da governança e/ou da regulação diretamente relacionado aos sistemas algorítmicos, em especial, ao aprendizado de máquina. Para assegurar o direito a não discriminação e o direito à explicação de decisões tomadas por sistemas automatizados, o artigo 22 da CGPR confere às pessoas o direito de não estarem sujeitas a uma decisão baseada apenas no processamento automatizado, incluindo a criação de perfis.

*Above all else, the GDPR is a vital acknowledgement that, when algorithms are deployed in society, few if any decisions are purely “technical.” Rather, the ethical design of algorithms requires coordination between technical and philosophical resources of the highest calibre.*¹⁰ (GOODMAN; FLAXMAN, 2017, p.56).

Apesar da maioria dos textos acadêmicos girarem em torno da perspectiva crítica, Danaher *et al.* ressaltam no texto *Algorithmic Governance* (2017) que os sistemas algorítmicos podem ser rápidos, eficientes, abrangentes e imparciais como apontam os pesquisadores Pedro Domingos (2015) e Viktor Mayer-Schönberger e Kenneth Cukier (2013). Contudo, as questões críticas presentes nos argumentos que compõem as práticas discursivas acadêmicas são majoritárias na área das Ciências Sociais. Na identificação dos problemas da governança algorítmica, Danaher *et al.* (2017) destacaram o trabalho de Tal Zarsky(2016), *The trouble with algorithmic decisions*, por trazer uma taxonomia com pretensões de classificar todas as dificuldades, dilemas e perturbações da perspectiva crítica. Zarsky (2016) considerou que os sistemas de tomada de decisão algorítmicos têm duas propriedades principais: são automatizados e opacos. Danaher *et al.* (2017, p.3) argumentam que Zarsky (2016) retira dessas propriedades as objeções que sistematizou em dois ramos centrais: 1) da eficiência e 2) da justiça.

Quadro 1 – Governing Algorithms: An Analytical Framework

<i>Problems</i>	<i>Efficiency</i>	<i>Fairness</i>
<i>Attributes</i>	<i>Automation</i>	<i>Opacity</i>

Fonte: Zarsky, 2016, p.120.

¹⁰ Acima de tudo, o GDPR é um reconhecimento vital de que, quando os algoritmos são implantados na sociedade, poucas ou nenhuma decisão é puramente “técnica”. Em vez disso, o design ético dos algoritmos requer coordenação entre os recursos técnicos e filosóficos do mais alto calibre (GOODMAN; FLAXMAN, 2017, p.56, tradução nossa).

O trabalho realizado por 15 pesquisadores das áreas de Ciência da Computação, Direito, Biblioteconomia, Filosofia, Geografia, Psicologia, Ciência de Dados, Ciência Política e Sistemas de Informação, sistematizado no texto de Danaher *et al.* (2017, p.7-14) identificou 12 categorias principais de barreiras à governança algorítmica efetiva e legítima. São elas:

- Opacidade dos algoritmos;
- Tecnoutopia (otimismo tecnológico, acriticidade tecnológica);
- Tecnopessimismo (medo e paralisia diante das possibilidades da tecnologia);
- Incerteza tecnológica;
- Capacidade / conhecimento entre tecnólogos;
- Capacidade dos gestores e servidores públicos;
- Capacidade dos operadores do Direito;
- Complexidade jurídica e institucional;
- Desequilíbrio entre interesses públicos e privados;
- Governança eficaz versus direitos individuais;
- Consciência Ética (ou falta dela);
- Privacidade e consentimento informado.

Para esclarecer as expectativas sobre os possíveis impactos dos algoritmos, o instituto de pesquisa independente Pew Research Center e o Imagining the Internet Center da Universidade Elon realizaram uma pesquisa com especialistas em tecnologia, acadêmicos, profissionais de empresas e líderes governamentais sobre a crescente utilização dos algoritmos e suas implicações no futuro próximo. A pesquisa foi divulgada com o nome de *Code-Dependent: Pros and Cons of the Algorithm Age* (RAINIE; ANDERSON, 2017). O quadro a seguir mostra os temas que emergem como relevantes na pesquisa. Apresenta as preocupações que constituirão os componentes dos discursos sobre a governança dos algoritmos. O quadro busca uma síntese discursiva. Todavia não há consenso sobre os temas organizados pelos responsáveis pela pesquisa. Há grandes controvérsias como os relatos detalhados da pesquisa demonstram.

Quadro 2 – Sete principais temas sobre a Era do Algoritmo

I - INEVITABILIDADE DOS ALGORITMOS	<p>Tema 1 - Algoritmos continuarão a se espalhar por toda parte - Os benefícios serão visíveis e invisíveis podem levar a uma maior percepção humana do mundo - As muitas vantagens de algoritmos são acompanhadas de desafios</p> <p>Tema 2 - Coisas boas estão por vir - As abordagens orientadas a dados para a solução de problemas serão expandidas - Processos de código serão refinados e aprimorados; questões éticas estão sendo trabalhadas - “Algoritmos não precisam ser perfeitos; eles só precisam ser melhores que as pessoas” - No futuro, o mundo poderá ser governado por IA benevolente</p>
II - PREOCUPAÇÕES	<p>Tema 3 - Humanidade e julgamento humano são perdidos quando dados e modelagem preditiva se tornam primordiais - Programar principalmente na busca de profistas e eficiências é uma ameaça - Algoritmos manipulam pessoas e resultados e até “leem nossas mentes” - Tudo isso levará a uma sociedade orientada por lógica falha, mas inescapável - Alguns temem que as pessoas possam perder capacidades sofisticadas de tomada de decisão e inteligência local. - À medida que o código assume sistemas complexos, os humanos ficam de fora do circuito - As soluções devem incluir o respeito pelo indivíduo</p> <p>Tema 4 - Existem vieses em sistemas organizados por algoritmos - Algoritmos refletem os vieses de programadores e conjuntos de dados - Os algoritmos dependem de dados frequentemente limitados, deficientes ou incorretos</p> <p>Tema 5 - Categorizações algorítmicas aprofundam divisões - Os desfavorecidos provavelmente serão ainda mais prejudicados. - Algoritmos criam bolhas de filtro e silos moldados por coletores de dados corporativos. Eles limitam a exposição das pessoas a uma gama mais ampla de ideias e informações confiáveis e eliminam o acaso.</p> <p>Tema 6 - O desemprego aumentará - Algoritmos mais inteligentes e eficientes substituirão muitas atividades de trabalho humano. - Alguns buscam um sistema econômico global redefinido para apoiar a humanidade.</p>

<p>III - DESAFIOS SOCIAIS</p>	<p>Tema 7 - Cresce a necessidade de alfabetização algorítmica, transparência e supervisão. - Começa com a alfabetização de algoritmos - isso vai além da alfabetização digital básica - As pessoas pedem processos de responsabilização, supervisão e transparência - Muitos são pessimistas quanto às perspectivas de regras e supervisão de políticas.</p>
--------------------------------------	--

Fonte: Adaptação feita pelo autor do Quadro *Seven major themes about the algorithm* (RAINIE; ANDERSON, 2017, n.p.)

Expressando as inúmeras possibilidades de classificação das implicações algorítmicas pelas Ciências Humanas e Sociais, o trabalho de Martin Lodge e Andrea Mennicken (2017, p.2, tradução nossa) buscou, além das “questões de regulação da regulação algorítmica,” trazer a dimensão das questões éticas para o terreno das políticas públicas e perguntar qual conhecimento deve ser priorizado para tratar dos efeitos potenciais da regulação realizada pelos algoritmos? O quadro a seguir, foi baseado no trabalho apresentado por Lodge e Mennicken (2017) e explora pontos positivos e negativos das ações realizadas e controladas pelos sistemas algoritmos.

Quadro 3 – Efeitos potenciais da regulação realizada pelos algoritmos

<p>Aleatoriedade artificial aumentada</p> <p>+ torna os jogos e a corrupção menos viáveis, pois os reguladores podem processar vastos fluxos de informações em vez de confiar em indicadores-chave.</p> <p>- Informações complexas e vastas podem reduzir a possibilidade de detectar informações essenciais / a não transparência dos algoritmos significa falta de compreensão dos padrões.</p>	<p>Maior supervisão</p> <p>+ torna as avaliações baseadas em risco mais prováveis, pois vastos fluxos de informações permitem análises mais refinadas e supervisão sob medida.</p> <p>- Aumenta substancialmente os poderes de intrusão e vigilância.</p>
<p>Maior rivalidade</p> <p>+ aumenta a possibilidade de classificação e <i>benchmarking</i>.</p> <p>- Aumenta a vulnerabilidade a jogos e corrupção por ataques de bots e <i>malware</i>.</p>	<p>Maior mutualidade</p> <p>+ aprimora informações para um envolvimento informado.</p> <p>- Aumenta o domínio do “analista de dados” em relação a outros tipos de conhecimento profissional / conversas tendenciosas.</p>

Fonte: Adaptação feita pelo autor do Quadro 1 do texto *The importance of regulation of and by algorithm* (LODGE; MENNICKEN, 2017, p.5).

Sem dúvida, existem outras possibilidades de classificação dos problemas que envolvem ou justificam uma regulação e a governança de sistemas algorítmicos. Classificar implica em escolher o que incluir e o que excluir de cada divisão. A prática discursiva sobre a regulação algorítmica envolve uma série de enunciados que se interligam e se reforçam, mas existem aqueles que se contrapõe e se excluem. Esses discursos guardam ideologias. Karen Yeung (2017) escreveu que o “eu neoliberal”, aqui interpretado como uma construção ideológica, seria o maior consumidor de serviços digitais, o foco da governança por sistemas algorítmicos. Todavia, Julio Cesar Lemes de Castro (2018, p.169) alerta que “em que pese seu elo com o projeto neoliberal, não é possível asseverar que a governança algorítmica seja uma prerrogativa dele”.

Governança algorítmica e totalitarismos

O pesquisador Henrique Félix de Souza Machado publicou, em 2018, a primeira compilação realizada no Brasil sobre regulação e governança algorítmica. Ao utilizar o Google Scholar acabou analisando 45 textos que apareciam na busca e se relacionavam com o tema. Constatou uma presença maior nas análises realizadas da tradição foucaultiana (WILLIAMSON, 2013; ROUVROY, 2014; MCQUILLAN, 2015), da teoria do Ator-Rede (INTRONA, 2013; MUSIANI 2013; CAMPBELL-VERDUYN *et al.*, 2016) e da perspectiva institucionalista e regulatória (WILLIAMSON, 2014; YEUNG, 2016), além do que reuniu como visões da “economia, negócios e produção colaborativa” e auto governança (O'REILLY, 2013; PITT *et al.*, 2014), entre outras. O recorte e enquadramento são bastante discutíveis, mas Machado (2018) apresentou uma grande contribuição ao debate acadêmico. A perspectiva marxista estava ausente ou sob forte nebulosidade no debate e no discurso científico sobre os sistemas algorítmicos. Em 2019, Nick Dyer-Witheford, Atle Mikkola Kjösen and James Steinhoff lançam o livro *Inhuman Power: Artificial Intelligence and the Future of Capitalism* em que trazem o debate marxista para tentar compreender se o que os sistemas algorítmicos realizam é ou não trabalho.

O discurso acadêmico não tem vinculado sistemas algorítmicos com a teoria do totalitarismo, mas com a teoria econômica sobre o capitalismo, em especial, com sua vertente neoliberal. A concorrência e as possibilidades de vazio regulatório têm levado as corporações a agirem no sentido de capturar o máximo de dados possíveis, o que fundamenta uma coleta cada vez mais ubíqua e intrusa no cotidiano, público e íntimo, de cada pessoa, consumando uma situação de vigilância contínua (ZUBOFF, 2019). Além disso, um conjunto de contraposições que envolvem a segmentação e as profundas assimetrias aparecem no discurso já no início da segunda década do

século XXI (MAGNET, 2011), mas ganham corpo no último quarto da década, envolvendo a questão da segregação da pobreza, da discriminação de classe, de raça e gênero, entre outras (EUBANKS, 2018; NOBLE, 2018, BENJAMIN, 2019).

Olivia J Erdélyi e Judy Goldsmith (2018) trazem uma dimensão discursiva polêmica, mas promissora, ao recomendarem cautela em regulações puramente nacionais dos sistemas de Inteligência Artificial. As pesquisadoras defendem a criação de uma estrutura de cooperação regulatória internacional na área de IA que seja viável e permita afastar políticas fragmentadas de regulação da AI que gerem tensões internacionais. Erdélyi e Goldsmith (2018) consideram que a regulamentação da IA possui externalidades que transcendem as fronteiras nacionais. Apesar de considerarem que normas legais têm origens sociais, as considerações éticas terão um papel central na formulação do corpo legal sobre a AI. O uso de algoritmos de inteligência artificial em armamentos e com fins bélicos deveria ser internacionalmente proibido. Ainda como exemplo, existem ameaças de grande perigo com a utilização antiética da IA, como nos aplicativos de reconhecimento de padrões (WANG, KOSINSKI, 2018).

Outra constatação importante no plano do discurso é que há um consenso em torno do tema ética. Pode aparecer no discurso empresarial o risco de a regulação precoce matar o avanço técnico-científico. Isso gera uma contraposição entre regulação e progresso tecnológico. O desenvolvimento dos sistemas algorítmicos, por exemplo, deveria ser regido pela ética e não por legislações, afirmam diversos líderes empresariais. A ética é cultural e historicamente condicionada, e o debate relacionado aos algoritmos ainda não adquiriu relevância. As principais contraposições estão no quadro a seguir.

Quadro 4 – Contraposições discursivas

OPACIDADE	TRANSPARÊNCIA / ACCOUNTABILITY
INESCRUTABILIDADE	EXPLICABILIDADE
AUTONOMIA OPERACIONAL SISTÊMICA	RESPONSABILIZAÇÃO HUMANA
VIÉS E DISCRIMINAÇÃO	JUSTIÇA E REPARAÇÃO
PROFILING E RANKING	AUDITORIA
EFICIÊNCIA E EFICÁCIA	DENÚNCIA DO TOTALITARISMO NEOLIBERAL
SEGREGAÇÃO E EXCLUSÃO DE SEGMENTOS DA SOCIEDADE	TECNOLOGIAS DE INCLUSÃO E DEFESA DA DIGNIDADE SOCIAL

Fonte: autor.

Considerações finais: os regimes de verdade diante dos algoritmos

David Beer (2017) chama a atenção para o pensar não apenas no impacto e nas consequências do código, mas também nas maneiras poderosas pelas quais as noções e as ideias sobre o algoritmo circulam pelo mundo social. Quando se analisa o discurso, o objetivo principal está nos efeitos de consciência e de percepção que acabam se tornando efeitos sociais tão concretos quanto qualquer força material. A filósofa Antoinette Rouvroy (2014) não desconhece tal processo de atualização do virtual, mas apresenta a hipótese de que existe uma crise de representação geral, uma impossibilidade de o sinal substituir a parte da realidade que quer representar (ROUVROY; STIEGLER, 2016). A partir da perspectiva foucaultiana de regimes de verdade, Rouvroy (2014) questiona se a verdade é possível diante dessa crise e da ideologia de objetividade trazida pela gestão algorítmica do Big Data.

O regime de verdade, no sentido apresentado por Foucault, que não expressa o que seria a verdade, mas as formas de validação do que pode ser considerado verdadeiro, indica que os sistemas algorítmicos, em suas roupagens de Big Data, Inteligência Artificial, *Machine Learning*, “vieram para ficar”, como dita hoje o discurso nos corredores de vários departamentos da Academia. Esta pesquisa demonstra que a Academia possui uma diversidade de direções e de visões que aparecem claramente nos discursos consolidados em artigos e ensaios, seja considerando que os sistemas algorítmicos funcionam como um modo de controle, engendrando processos que nos identificam, modulam e regulam nossas vidas (CHENEY-LIPPOLD, 2011) ou que abalará as Ciências Sociais uma vez que “*have lost their monopoly on making sense of empirical data, as big-data analysis replaces the highly skilled survey specialists of the past*”.¹¹ (MAYER-SCHÖNBERGER; CUKIER, 2013, 30).

Danah Boyd e Kate Crawford (2012) ao caracterizarem o Big Data como um fenômeno cultural, tecnológico e acadêmico que maximizando o poder computacional e a precisão algorítmica conduz a uma crença generalizada de que grandes conjuntos de dados oferecem uma forma mais alta de inteligência e conhecimento, fazem uma denúncia do mito da objetividade algorítmica que também é realizada de modo contundente pelo pesquisador Tarleton Gillespie (2014). O Google não precisa conhecer nenhuma língua para traduzi-la. Detecta padrões e utiliza a matemática sem recorrer a análise semântica ou causal. Os algoritmos de aprendizagem de máquina estariam alterando o modo de pensar e fazer a ciência. Assim, a impressão é de que a correlação seria capaz de substituir a causalidade. Em, 2006, Chris Anderson (2008) sintetizou o espírito de muitos pesquisadores ao

¹¹ “eles perderam o monopólio de entender os dados sociais empíricos, pois a análise de big data substituiu os especialistas em pesquisa altamente qualificados do passado”. (MAYER-SCHÖNBERGER; CUKIER, 2013, p.30, tradução nossa).

afirmar que diante de dados massivos, a hipótese, o modelo e as teorias estariam se tornando obsoletas.

A expansão dos sistemas algorítmicos, corporificados nas expressões Big Data, *Machine Learning* e Inteligência Artificial, com a finalidade de modernização, de fazer mais com menos, tornar a gestão mais eficaz e eficiente se torna uma verdade discursiva, mais recentemente contestada por pesquisas que mostram que tal discurso serve à segregação e à redução dos benefícios de segmentos mais pauperizados e fragilizados da sociedade.

DISCOURSE ON REGULATION AND ALGORITHMIC GOVERNANCE

ABSTRACT: *The text presents the discursive practices of the main researches on the regulation and governance of algorithms. It exposes the fundamental elements which articulate the discourses around algorithmic systems and their expressions such as Big Data, machine learning and Artificial Intelligence. The main statements are identified and the controversies on regulation and the discursive contrasts about the risks and benefits of the generalized implementation of algorithmic systems are exposed in this text.*

KEYWORDS: *Algorithmic systems. Algorithmic governance. Algorithmic regulation. Algorithms. Artificial intelligence.*

DISCURSOS SOBRE REGULACIÓN Y GOBERNANZA ALGORÍTMICA

RESUMEN: *El texto presenta las prácticas discursivas de las principales investigaciones sobre la regulación y el gobierno de los algoritmos. Discute los elementos fundamentales que articulan los discursos en torno a los sistemas algorítmicos y sus expresiones como: Big Data, machine learning e inteligencia artificial. Identifica las principales declaraciones y expone las controversias sobre la regulación y los contrastes discursivos sobre los riesgos y beneficios de la implementación generalizada de sistemas algorítmicos.*

PALABRAS CLAVE: *Sistemas algorítmicos. Gobierno algorítmico. Regulación algorítmica. Algoritmos. Inteligencia artificial.*

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Chris. The end of theory: The data deluge makes the scientific method obsolete. **Wired Magazine**, v. 16, n. 7, 2008.
- ANEESH, Aneesh. Global labor: Algoratic modes of organization. **Sociological Theory**, v. 27, n. 4, p.347-370, 2009.
- BALDWIN, Robert; SCOTT, Colin; HOOD, Christopher. **A reader on regulation**. Oxford University Press, 1998.
- BEER, David. The social power of algorithms. **Information, Communication & Society**, 20:1, 1-13, 2017.
- BEER, David. Power through the algorithm? Participatory web cultures and the technological unconscious. **New Media & Society**, v. 11, n. 6, p. 985-1002, 2009.
- BENJAMIN, Ruha. **Race after technology: Abolitionist tools for the new jim code**. John Wiley & Sons, 2019.
- BLACK, J. Learning from Regulatory Disasters. **LSE Law, Society and Economy Working Papers**, v. 24, 2014.
- BOBBIO, Norberto. A democracia e o poder invisível. *In*: BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- BOYD, Danah; CRAWFORD, Kate. Critical questions for big data: Provocations for a cultural, technological, and scholarly phenomenon. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, p.662-679, 2012.
- CAMPBELL-VERDUYN, M.; GOGUEN, M.; PORTER, T. Big Data and algorithmic governance: the case of financial practices. **New Political Economy**, v. 22, n. 2, p.219-236, ago. 2016.
- CASTRO, Julio Cesar Lemes de. Redes sociais como modelo de governança algorítmica (Social Networks as a Model of Algorithmic Governance). **Matrizes**, São Paulo, v. 12, n. 2, p.165-191, 2018.
- CHENEY-LIPPOLD, John. A new algorithmic identity: Soft biopolitics and the modulation of control. **Theory, Culture & Society**, v. 28, n. 6, p.164-181, 2011.
- CITRON, Danielle Keats; PASQUALE, Frank. The scored society: Due process for automated predictions. **Wash. L. Rev.**, v. 89, p.1, 2014.
- COELHO, Lilian. Quais oportunidades a LGPD traz para os advogados? **Blog da Aurum**. Publicado em 20 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/lgpd/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

DANAHER, John; HOGAN, Michael J.; NOONE, Chris; KENNEDY Rónán; BEHAN, Anthony; DE PAOR Aisling; FELZMANN, Heike; HAKLAY, Muki; KHOO, Su-Ming; MORISON, John; MURPHY, Maria Helen; O'BROLCHAIN, Niall; SCHAFER, Burkhard; SHANKAR, Kalpana. Algorithmic governance: Developing a research agenda through the power of collective intelligence. **Big Data & Society**, v. 4, n. 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2053951717726554>. Acesso em: 14 jun. 2020

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DIAKOPOULOS, N. Algorithmic-Accountability: the investigation of Black Boxes. **Tow Center for Digital Journalism**, 2014.

DIAKOPOULOS, Nicholas. Accountability in algorithmic decision making. **Communications of the ACM**, v. 59, n. 2, p.56-62, 2016.

DIAKOPOULOS, Nicholas. Algorithmic accountability: Journalistic investigation of computational power structures. **Digital journalism**, v. 3, n. 3, p.398-415, 2015.

DOMINGOS, Pedro. **The master algorithm**: How the quest for the ultimate learning machine will remake our world. Basic Books, 2015.

DONEDA, Danilo; ALMEIDA, Virgilio AF. What is algorithm governance? **IEEE Internet Computing**, v. 20, n. 4, p.60-63, 2016.

DYER-WITHEFORD, Nick; KJØSEN, Atle Mikkola; STEINHOFF, James. **Inhuman Power**. Artificial Intelligence and the Future of Capitalism. Pluto Press, 2019.

ERDÉLYI, Olivia J.; GOLDSMITH, Judy. Regulating artificial intelligence: Proposal for a global solution. Proceedings of the 2018 AAAI/ACM. **Conference on AI, Ethics, and Society**. 2018.

EUBANKS, Virginia. **Automating inequality**: How high-tech tools profile, police, and punish the poor. St. Martin's Press, 2018.

GILLESPIE, Tarleton. The relevance of algorithms. *In*: GILLESPIE, Tarleton; BOCZKOWSKI, Pablo J.; FOOT, Kirsten A. **Media technologies**: Essays on communication, materiality, and society. MIT Press, 2014.

GOLDMAN, Eric. Search engine bias and the demise of search engine utopianism. **Yale Journal of Law & Technology**, 8, p.188–200, 2006.

GOODMAN, Bryce; FLAXMAN, Seth. European Union regulations on algorithmic decision-making and a “right to explanation”. **AI Magazine**, v. 38, n. 3, p.50-57, 2017.

INTRONA, Lucas D. Algorithms, performativity and governability. **Governing Algorithms: A Conference on Computation, Automation, and Control**, New York University, May. 2013. p.16-17.

INTRONA, Lucas D.; NISSENBAUM, Helen. Shaping the Web: Why the politics of search engines matters. **The information society**, v. 16, n. 3, p.169-185, 2000.

LODGE, Martin; MENNICKEN, Andrea. The importance of regulation of and by algorithm. **Algorithmic Regulation**, p.2, 2017.

MACHADO, H. F. de S. Algoritmos, regulação e governança: uma revisão de literatura. **Revista de Direito Setorial e Regulatório**, Brasília, v. 4, n. 1, p.39-62, maio 2018.

MAGNET, Shoshana. **When biometrics fail: Gender, race, and the technology of identity**. Duke University Press, 2011.

MARSDEN, Christopher T. Internet co-regulation and constitutionalism: Towards European judicial review. **International Review of Law, Computers & Technology**, v. 26, n. 2-3, p. 211-228, 2012.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. **Big Data: A revolution that will transform how we live, work, and think**. Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

MCQUILLAN, D. Algorithmic States of Exception. **European Journal of Cultural Studies**, v. 18, n. 4-5, p.564-576, jun. 2015.

MUSIANI, F. Governance by algorithms. **Internet Policy Review**, v. 2, n. 3, p.1-8, ago. 2013.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism**. NYU Press, 2018.

O'REILLY, Tim. Open data and algorithmic regulation. *In*: GOLDSTEIN, Brett; DYSON, Lauren. **Beyond transparency: Open data and the future of civic innovation**, p.289-300, 2013.

PASQUALE, Frank. A esfera pública automatizada. **LÍBERO**, v. 20 – nº 39 jan./ago. p.16-35, 2017. Disponível em: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/866>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PASQUALE, Frank. **The black box society**. Harvard University Press, 2015.

PITT, J.; BUSQUETS Dídac; DIACONESCU, Ada; NOWAK Andrzej; RYCHWALSKA Agnieszka; ROSZCZYNSKA-KURASINSKA, Magda. Algorithmic self-governance and the design of socio-technical systems. **CEUR Workshop Proceedings**, v. 1283, p.262-273, 2014. Disponível em: http://ceur-ws.org/Vol-1283/paper_33.pdf. Acesso em: 3 dez. 2017.

RAINIE, Lee; ANDERSON, Janna. Code-Dependent: Pros and Cons of the Algorithm Age. **Pew Research Center**. February 8, 2017. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/internet/2017/02/08/code-dependent-pros-and-cons-of-the-algorithm-age/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ROUVROY, A. Data Without (Any)Body? Algorithmic governmentality as hyper-disadjoinment and the role of Law as technical organ. **General Organology Conference**, University of Kent, Canterbury, Reino Unido, nov. 2014.

ROUVROY, Antoinette; STIEGLER, Bernard. The digital regime of truth: from the algorithmic governmentality to a new rule of law. *La Deleuziana: Online Journal of Philosophy*, v. 3, p.6-29, 2016. Disponível em: http://www.ladeleuziana.org/wp-content/uploads/2016/12/Rouvroy-Stiegler_eng.pdf. Acesso em 17 jun. 2020.

SANDVIG, Christian; HAMILTON, Kevin; KARAHALIOS; Karrie; LANGBORT, Cedric. **An algorithm audit**. Data and discrimination: collected essays. New York, NY: New America, Open Technology Institute, p.6-10, 2014.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. *In: SOUZA Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA Sérgio Amadeu da. (Org.). A sociedade de controle. Manipulação e modulação nas redes digitais*. 1ed. São Paulo: Hedra, 2019.

THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. **Nudge: Improving decisions about health, wealth, and happiness**. Penguin, 2009.

WANG, Yilun; KOSINSKI, Michal. Deep neural networks are more accurate than humans at detecting sexual orientation from facial images. **Journal of personality and social psychology**, v. 114, n. 2, p.246, 2018.

WHITE HOUSE OFFICE. **White House summit on artificial intelligence for american industry**. MAY 10, 2018.

WILLIAMSON, B. Knowing public services: Cross-sector intermediaries and algorithmic governance in public sector reform. **Public Policy and Administration**, v. 29, n. 4, p.292–312, may 2014.

WILLIAMSON, B. Decoding identity: Reprogramming pedagogic identities through algorithmic governance. Paper presented at British Educational **Research Association conference**, University of Sussex, Brighton, Reino Unido, 3 set. 2013.

YEUNG, K. Algorithmic Regulation: A Critical Interrogation. **Regulation & Governance**. July, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/rego.12158>. Acesso em: 16 jun. 2020.

YEUNG, K. Algorithmic regulation and intelligent enforcement. **Centre for Analysis of Risk and Regulation Discussion Paper Series**, n. 84, p.50-61, out. 2016.

ZARSKY, Tal. The trouble with algorithmic decisions: An analytic road map to examine efficiency and fairness in automated and opaque decision making. **Science, Technology & Human Values**, v. 41, n. 1, p.118-132, 2016.

ZARSKY, Tal Z. Transparent predictions. **Illinois Law Review**, p.1503-1569, 2013. Disponível em: <https://illinoislawreview.org/print/volume-2013-issue-4/transparent-predictions/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism**: The fight for a human future at the new frontier of power. Profile Books, 2019.

Recebido em 01/04/2020.

Aprovado em 13/04/2020.

MEMES, FAKE NEWS E PÓS-VERDADE OU COMO A TEORIA DE GÊNERO VIRA UMA “IDEOLOGIA PERIGOSA”

*Luiz Augusto Mugnai VIEIRA JUNIOR**
*Larissa PELÚCIO***

RESUMO: O presente artigo é baseado na tese nomeada “*Quantas curtidas merece essa trans?*” *A recepção da transexualidade nas mídias digitais*, realizada durante os anos de 2015 a 2018, a partir de imersão on-line oculta no Portal jornalístico *Globo.com* e em dois grupos do *Facebook* voltados para as temáticas de gênero. O trabalho imersivo revelou intensas disputas e opiniões inflamadas em torno das questões de gênero. O *meme* da ideologia de gênero foi um dado que chamou atenção na pesquisa, tais como o negacionismo e a pós-verdade material que tocava, sobretudo, em questões morais, ironizando e/ou rechaçando mudanças de comportamentos atribuídas a políticas de governo, corruptoras da moral e que fomentariam inversão de valores. Os *memes* foram usados como uma espécie de arma de guerra contra as teorias de gênero, convertidas em “ideologia perigosa”. Para a análise dos achados de pesquisa nos valem das ferramentas teóricas dos estudos de gênero em sua vertente pós-estruturalista, dos estudos *queer*, flertando, ainda com aportes das ciências políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria de gênero. Ideologia de gênero. *Memes*. Pós-verdade. Negacionismo.

* UNIPAR - Universidade Paranaense. Cascavel – PR – Brasil. 85810-240 - gutomugnai@prof.unipar.br. <https://orcid.org/0000-0002-8525-0230>.

** UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Campus de Bauru. Departamento de Ciências Humanas. Faculdade de Filosofia e Ciências - Câmpus de Marília. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Bauru – SP – Brasil. 17033-360 -larissa.pelucio@unesp.br. <https://orcid.org/0000-0001-6212-3629>.

Introdução

As mídias contemporâneas são emocionais por excelência. Afetamos e nos deixamos afetar por esses meios. Curtimos; damos *likes*; manifestamos rancores; verbalizamos posições políticas; protestamos; articulamos ações; propagamos pontos de vistas; nos apaixonamos, conectamos intensamente o pessoal e o político (PELÚCIO, 2017, p.28).

O presente artigo é baseado na tese nomeada “*Quantas curtidas merece essa trans?*” *A recepção da transexualidade nas mídias digitais* desenvolvida por Luiz Augusto Mugnai Vieira Junior (2018), sob orientação de Larissa Pelúcio. Tal pesquisa, realizada durante os anos de 2015 a 2018, dedicou-se à compilação e reflexão sobre a recepção de matérias sobre transexualidade nas mídias digitais. Tanto a autora como o autor deste trabalho veem que esse cenário contemporâneo “crescentemente mediado por tecnologias digitais é tão real quanto o mundo não digital sempre foi” (PELÚCIO, 2017, p.54). Assim, a fim de acessar a visão de pessoas comuns, quer dizer não especializadas, sobre temas relativos às transexualidades e travestilidades, houve um fundamental esforço de imersão oculta em plataformas on-line¹ para que fossem colhidos os comentários de leitores e leitoras de material jornalístico publicado no Portal *Globo.com*. Esse trabalho imersivo revelou intensas disputas em torno das questões de gênero e sexualidade e como estas vieram mobilizando opiniões inflamadas nas redes de comunicação on-line.

Acompanhar os comentários e postagens nas mídias digitais selecionadas nos colocou frente a um campo discursivo de ação (ALVAREZ, 2014) eivado por afetos. Para a autora:

Os campos discursivos de ação são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos. Os setores mais política e culturalmente visíveis desses campos, e os pontos nodais que os articulam, variam ao longo do tempo. Em diferentes momentos, distinta/os atoras/es ou vertentes ganha maior ou menor visibilidade política e cultural, e maior ou menor acesso ao microfone público e aos recursos

¹ Na imersão oculta em plataforma on-line o/a pesquisador/a atua como *lurker*, um/a observador/a silencioso/a (BRAGA, 2016; AMARAL, 2010), isso quer dizer ele/a acompanha as relações sociais estabelecidas no ambiente digital sem interagir com os/as observados/as. É como se o/a estudioso/a estivesse filmando a dinâmica digital e por de trás de sua câmera, aquele/a que filma no caso o/a pesquisador/a fosse invisível.

materiais e culturais, às vezes conseguindo se estabelecer como hegemônicos. (ALVAREZ, 2014, p.18).

As mídias sociais digitais têm sido cada vez mais usadas como um parâmetro para mensurar esses (des)afetos. Entre esse leque de questões discutidas no on-line, a transexualidade ganhou nos últimos cinco anos, período em que demarcamos o levantamento, cada vez mais a arena digital.

Os levantamentos a partir de palavras-chave (transexualidade; transexual; mulher transexual; transexual masculino; identidade de gênero; estudo de gênero; feminino; masculino; machismo; ideologia de gênero; feminismo; Judith Butler; transgênero; transgeneridade; homofobia; misoginia; feminicídio; transfobia e pessoa não binária) incluíram os anos de 2000 a 2018, em buscas no *Portal Globo.com*, o qual surge justamente em 2000, ano de nosso ponto de partida. Porém, o tempo de imersão englobou os anos de 2015 a 2018. Observar como a transexualidade foi discutida na rede on-line nesse período nos levou a perceber consistentes paralelos que já sinalizavam para o recrudescimento conservador que o país experimenta de forma mais acentuada a partir de 2013, com as derivações à direita das chamadas *Jornadas de Junho*, seguido dos atos políticos pelo impeachment de Dilma Rousseff ocorrido em 2016, e que culminou na eleição de Jair Messias Bolsonaro, em novembro de 2018.

À medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida, um dos dados levantados e obtidos pela imersão on-line despertou efetivamente a atenção do/da pesquisador/a: o *meme* da ideologia de gênero. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivos discutir como os *memes* foram usados como uma ferramenta deslegitimadora das teorias de gênero, a partir do escárnio expresso por meios imagéticos e gráficos. Bem como, ensaiar aproximações com os termos negacionismo e pós-verdade cotejando-os com alguns comentários dentre os mais de 21 mil recolhidos por Vieira Junior² (2018) ao longo da pesquisa. Toma como hipótese que o voto em um candidato de extrema direita, como se passou no Brasil, buscou seus fundamentos menos no cenário de crise econômica que em uma pauta moral que conseguiu articular corrupção política com questões tão amplas como educação das crianças, sexualidade e direitos humanos.

Para a análise dos dados, construímos nossos argumentos em diálogo com os estudos de gênero em sua vertente pós-estruturalista, os estudos *queer*, flertando, ainda com aportes das ciências políticas.

O título da pesquisa da qual este artigo deriva, inspirou-se em diversos *memes* que passaram a ironizar fotos de parentes amorosos que incitavam manifestações

² Tais postagens e comentários são oriundos de um conjunto de textualidades digitais do Portal *Globo.com* e dos grupos do *Facebook Transgente* e do *Hetero/Orgulho*, sendo que este último teve o seu nome original camuflado por razões éticas.

digitais afetuosas a crianças da família. As fotos eram seguidas das perguntas “quantas curtidas merece esse príncipezinho?” ou “quantas curtidas merece essa princesinha?”. Esse tipo de postagem foi tido por algumas pessoas como piegas e assim passou a ser utilizada de maneira jocosa. Serviu também para incitar o olhar e convocar a reflexão sobre corpos historicamente alijados do campo da ontologia. A tese em questão inspirou-se nessa espécie de trocadilho digital em seu título: *Quantas curtidas merece essa trans?* Ali, não se pretendeu ironizar as pessoas transexuais e/ou travestis, mas jogar com a pergunta, remetendo às redes sociais digitais, suscitando (de)afetos e convocando leitoras e leitores a interagir, mesmo que indiretamente, com o texto, ao mesmo tempo que se remete quem lê ao ambiente das redes sociais digitais.

O *meme* da ideologia

Em brincadeiras pelas redes sociais, alguns usuários defendem que depois do pau-brasil, da cana de açúcar, do ouro e do café, o grande produto exportação do Brasil são os *memes*. Encontrados em diversas manifestações nas redes, esses podem ser vistos inicialmente sob a perspectiva do humor, sendo rapidamente difundidos (viralizados) (FALCÃO, 2017, p.132).

O *meme* foi anteriormente adotado como um conceito vindo da sociobiologia, antes de cair nas graças das redes sociais e posteriormente ser definido como todo viral que se propaga pela rede web. Enfim, tudo aquilo que se espalha (se repete) pela internet em frases, fotos, vídeos, entre outros, adotando linguagens verbo-visuais³. “O *meme* agora é visto não somente como um conceito científico de base evolucionista, mas também como a nomeação de um modo recorrente de inter-relação entre sujeitos, textos/enunciados e práticas sociais, ou seja, como um gênero discursivo” (FERREIRA & VASCONCELOS, 2019 p.45).

Ao longo da imersão on-line o *meme* apareceu como estratégia discursiva para ridicularizar as questões relacionadas às identidades de gênero, acionando-se figuras de retórica reducionista e simplificadora de teorias de gênero, nomeada por seus detratores como ideologia, conforme se pode acompanhar na Figura 1.

³ Análogo à ideia de gene (informações genéticas) o biólogo Richard Dawkins na obra *O Gene Egoísta*, de 1976 reduziu o termo grego *mimesis* (imitação) à *meme* (informações culturais). E foi nesse estreitamento entre a cultura e a natureza que pela primeira vez o termo *meme* apareceu.

Figura 1: Exemplos de *meme* da ideologia de gênero.



Fontes: <https://twitter.com/conexaopolitica/status/875477816472719361>;

<https://br.ifunny.co/picture/a-sociedade-quis-impor-que-eu-fosse-um-fiat-uno-g2QcThDs6>.

Nos *memes* apresentados na Figura 1, as coisas se fetichizam, pois falam por si e agenciam uma suposta capacidade de se transformarem em algo diferente daquilo que seus rótulos e marcas anunciam. No *meme* que fecha a imagem, um homem declara que pelo imperativo de sua vontade seu cachorro seria um gato. Em todos os casos o que está insinuado é que o desejo de transexuais e/ou travestis em serem reconhecidas/dos a partir do gênero social e não do sexo genital, seria algo tão bizarro e risível quanto o voluntarismo dos objetos e do dono do animal. Ou seja, nada tem de racional ou defensável, pois pretende manipular a realidade a partir de percepções fantasiosas de si.

Observa-se, nos exemplos de imagens que compõem a Figura 1, que grande parte do poder do *meme* é imagético. Isso quer dizer que, as informações, principalmente quando usadas por meio de imagens, facilitam o entendimento daquilo que é transmitido, atuando de forma mais efetiva sobre os assuntos na vida social das pessoas. Outro item poderoso do *meme* é o humor. O humor é um instrumento de comunicação construído e voltado para a interação social, ou nas palavras de Ludwig Wittgenstein “o humor não é um estado de espírito, mas uma visão de mundo” (*apud* SALIBA, 2002, p.15).

A falácia da comparação entre voluntarismo individual e teorias fundamentadas em estudos desenvolvidos por diferentes campos de conhecimento⁴, é apagada pelo efeito humorístico que o *meme* pretende provocar. Ao atribuir o caráter ideológico ao Outro o discurso anti-gênero assume por meio do humor o *locus* moral de superioridade.

Qualquer pessoa que ri de outra acredita, nesse momento, que é superior a ela ao examiná-la e sente vontade de rir, e o riso, é sobretudo, a expressão de contentamento que inspira essa superioridade real ou imaginada. É possível rir

⁴ O conceito de gênero tem origem nas ciências biológicas e Psis (Psicologia, Psicanálise e Psiquiatria) sendo nos anos de 1980, apropriado pelos estudos feministas (FAUSTO-STERLING, 2001), os quais são multidisciplinares.

de si mesmo [...] o eu descobre o ridículo em qualquer uma das regiões inferiores do seu ser separa-se daquilo que ri, distingue-se dele e usufrui intimamente uma sagacidade que o eleva em sua própria estima (LAMENNAIS *apud* MINOIS, 2003, p.499).

O *meme* como “texto sucinto de cunho humorístico e de caráter verbo-visual que, mobilizando um remix cultural” (FERREIRA; VASCONCELOS, 2019 p.45) tem forte apelo comunicativo e, a partir das possibilidades das mídias digitais contemporâneas, pode ser facilmente replicado, armazenado e mesmo modificado uma vez que ele é composto a partir de um processo de “bricolagem”, cujo “objetivo não reside na coerência entre os elementos, ou nas partes “juntadas”, mas no objetivo final” (FALCÃO, 2017, p.170). No caso aqui analisado, ele apresenta-se para denunciar a dimensão ideológica e insidiosa da teoria de gênero tratada, então, com base no sintagma ideologia de gênero.

Em entrevista, Rogério Junqueira (LOWENKRON; MORA, 2017) explica que:

“Ideologia de gênero” é uma invenção católica que emergiu sob os desígnios do Conselho Pontifício para a Família, da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000. Trata-se de um sintagma urdido no âmbito da formulação de uma retórica reacionária antifeminista, sintonizada com o pensamento e o catecismo de Karol Wojtyła. A matriz dessa retórica é católica – mais precisamente, neofundamentalista católica, contrária inclusive a disposições do Concílio Vaticano II. (LOWENKRON; MORA, 2017, n.p.).

O sintagma ideologia de gênero teve sua popularização na América Latina pelas vias do discurso leigo como o de Jorge Scala, advogado argentino. Scala publicou em 2010 o livro intitulado *La ideología del género - O el género como herramienta de poder*⁵, por meio do qual reage às recentes conquistas de direitos sexuais e reprodutivos reverberando o que foi chamado de manipulação linguística de “lobbies gays”, feministas, que juntamente com defensores do multiculturalismo e do politicamente correto, extremistas ambientalistas, neomarxistas e outros pós-modernos, garantiriam a hegemonia daquela ‘ideologia’” em ambientes de debates transnacionais em agências da Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo (JUNQUEIRA, 2017, p.224).

O irônico desta nomeação é que o próprio argumento de seus adeptos é tão ideológico quanto o que eles criticam. Argumentam que os debates sobre gênero e sexualidade, sobretudo, se levados no âmbito da educação formal, comprometeriam

⁵ Lançado no Brasil em 2011, com o título de *Ideologia de Gênero: neototalitarismo e morte da família*.

a formação de famílias heterossexuais e procriativas, pois a diluição de papéis claros entre masculino e feminino corromperia a infância e, mais, colocaria em xeque a própria integridade social, a partir da alteração das pautas morais, desembocando mesmo na destruição da sociedade (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Ainda que os verdadeiros ideólogos de gênero insistam em dizer que se trata de temas privados, conseguiram, como mostra Fernando Balieiro (2018), acionar o pânico moral em torno das transformações do presente, ativando a defesa das crianças como mote salvacionista. Balieiro (2018, n.p.) analisa que com esse argumento de proteção das crianças, “conseguiram barrar iniciativas de combate à homofobia nas escolas, impedir o uso do termo gênero nos planos educacionais e até impedir ou cercear mostras artísticas com o tema das sexualidades diversas”. Teme-se não só que estruturas hierárquicas de gênero sejam abaladas, mas que com isso, a própria heterossexualidade, como sinônimo de ordem social, seja desafiada.

Em um olhar retrospectivo, quando voltamos aos comentários e postagens, encontramos um campo semântico no qual discursos misóginos, demonização dos avanços relativos à direitos sexuais e igualdade de gênero, perseguição às ciências humanas, anti-intelectualismo, expressos no enaltecimento da opinião *versus* argumentos sustentados por pesquisas, já indicavam que estava sendo gestada uma política de ressentimentos contra as agendas de direitos políticos estendidas a segmentos sociais historicamente alijados do campo dos direitos. O sintagma ideologia de gênero passou, então, a condensar uma vasta pauta moral que volta sua ira para as questões identitárias.

Os inimigos da nação tornavam-se aqueles e aquelas que supostamente poluem o corpo da nação: feministas, lgbtistas, comunistas, professores de esquerda, homossexuais, travestis, transexuais entre outros/as. Firmava-se a ideia de que havia pessoas e grupos que não mereceriam ascender ao *status* de cidadão e cidadã e que ao fazerem tornaram-se parasitárias, drenando não só recursos escassos do Estado, mas infeccionando com seus comportamentos o corpo social. Nas palavras de Achile Mbembe (2017a), referindo-se aos inimigos fantasmáticos acionados, mesmo em contextos democráticos, a fim de demonizar o Outro mais espectral que real.

Esses inimigos com os quais nenhum entendimento é possível ou desejável, aparecem em geral sob os traços de caricaturas, clichês e estereótipos. Caricaturas, clichês e estereótipos lhes concedem uma presença figural, essa forma de presença que, por sua vez, só faz confirmar o tipo de ameaça (ontológica) com a qual eles nos assombram (MBEMBE, 2017a, p.76).

É Mbembe (2017a) ainda, que propõe que a instalação do medo⁶ é um elemento central nesse ambiente de inimizades. De fato, ele cunha o conceito de sociedade de inimizade para descrever o clima de desgaste das democracias contemporâneas, vampirizadas pelo neoliberalismo que precarizou o trabalho, exacerbou a competição, inflou a meritocracia e terceirizou os custos da ruína que ele promoveu às políticas inclusivas.

Ressituando o debate ao campo dos mais de 21 mil comentários recolhidos ao longo da pesquisa foi possível acompanhar “a configuração de uma gramática moral que consegue reduzir os medos e as desesperanças de pessoas comuns a uma tirania do óbvio”, da verdade como escolha pessoal, do ignorante empoderado (DESLANDES, 2019, p.2-4). Em um momento que é mundial e, como destaca Daniel Kahneman, ganhador do prêmio Nobel de Economia: “quando as pessoas acreditam que uma conclusão é verdadeira, também ficam muito propensas a acreditar nos argumentos que parecem sustentá-la, mesmo que esses não sejam confiáveis”. “Temos de nos fazer confiáveis, por isso não podemos estar nem caladas nem confinadas.” (*apud* DESLANDES, 2019, p.2-4).

Nas redes de comunicação pesquisadas, sobretudo em meios aos comentários do Portal *Globo.com*, as críticas às políticas que ampliavam direitos às minorias políticas como transexuais e travestis foram associadas a uma espécie de capricho de alguns ilustrados que, tranquilos em seus privilégios, se esforçariam para colocar em prática o ditado popular “fazer cortesia com o chapéu alheio”, uma vez que não teriam nada de material a perder, angariando desonestamente bens simbólicos como prestígio, enquanto pessoas honestas estariam sendo preteridas. Essas arbitrariedades teriam transposto os limites do aceitável, quando autoridades passaram a defender e legislar a partir desses parâmetros de inclusão e, mais grave, segundo alguns argumentos: usando o dinheiro público para atender interesses dos “maus-cidadãos”, como no comentário reproduzido a seguir: “ridículo tanta gente morrendo nos hospitais públicos por falta de condições e remédios e até de médicos, e a juíza decide dá privilégio para um trans-homo ... inacreditável ... ele não corre risco de morte, dá para esperar!” – comentário na matéria “Justiça manda Estado fazer cirurgia de mudança de sexo em paciente” (GLOBO, 2016a, n.p.).

O termo trans-homo transcrito como no original, no comentário, para se referir a homens trans, pessoas que foram assignadas como mulheres ao nascer, mas ao longo de suas vidas se veem em conflito com as normas de gênero que prescrevem comportamentos, indumentária e usos específicos do corpo para homens e mulheres, buscando viver e serem identificados não pelas noções de senso comum

⁶ Rodrigo Borba (2019, n.p. tradução nossa) mostra por meio de RuthWodak que “a instanciamento do medo é um elemento central da ação política dos anti-ativistas de gênero e o novo tipo de populismo de direita que endossam no Brasil e em outros lugares (...) uma POLÍTICA DO MEDO (Ênfase no original). O ódio como Mbembe (2017a) descreve se fundamenta na criação de inimizades.

de feminilidade, mas como pessoas que se identificam com as masculinidades. Simone Ávila (2014) utiliza o conceito de transhomens

[...] por se tratar da uma tradução aproximada de transhomem, utilizado pela teórica *queer* Marie-Hélène Bourcier (2008); porque a palavra é um substantivo, algo que denomina os sujeitos, não um adjetivo, que os qualifica; e, por fim, para fugir de binarismos que ficariam implícitos na adjetivação homens trans/mulheres trans. (ÁVILA, 2014, p.32).

No comentário recortado por nós a forma como o termo foi grafado sugere mais uma associação da transexualidade com a orientação (homo)sexual do que com a experiência de gênero.

A locução “mau-cidadão” está sendo acionada aqui para se contrapor à “cidadãos de bem”, expressão que passou a ganhar força política, no contexto do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (2015-2016). Ainda que seja bastante vaga como definição de um perfil político e/ou sociológico, mostrou sua eficiência retórica para traçar fronteiras morais entre “Nós” e “Eles”. Constituída pelo contraste, o “cidadão de bem” reivindica para si retidão moral a partir da defesa da família como categoria genérica; pendor patriótico, associando-se ao verde-amarelo da bandeira nacional e rechaçando o vermelho como alienígena, associado ao comunismo como ideologia invasora e perigosa à ordem e à paz. Enfim, tudo que poderia soar como ameaça aos valores nacionalistas e heterossexistas compõe o “cidadão de bem”, identidade que mal disfarça sua vocação racista e classista.

O negacionismo dos estudos de gênero

Nesse projeto ainda difuso, mas já com ares globais, negacionismo e falsificacionismo históricos são elementos presentes nos discursos ascendentes anti-humanistas, antifeministas, antidemocráticos, antipopulares e antiliberais (BALLESTRIN, 2018, p.157).

Como foi verificado ao longo da pesquisa, a temática gênero foi, e ainda é, uma das mais discutidas nesses últimos anos nas redes sociais. Porém, sua abordagem apareceu na pesquisa em questão, mais como ideologia do que como teoria. Keila Deslandes (2019, p.1-4) avalia que a onda conservadora que engolfou o país atinge de forma sensível “tanto no campo da Saúde quanto no da Educação”. Para ela, “está em pauta o acirramento de uma agenda anti-igualitária sustentada por movimentos contrários às conquistas sociais e jurídicas de grupos historicamente subalternizados, cujos efeitos aprofundariam também as desigualdades de classe e étnico-raciais”.

Quando travestis e transexuais conquistam direitos, como obter o nome social, aquele pelo qual deseja ser reconhecido/a por estar de acordo com seu gênero, ou quando passam a ter acesso a tratamento e cirurgia de redesignação sexual por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras conquistas que tornam suas vidas mais habitáveis, as reações recolhidas em nossa pesquisa, entre os comentários de matérias, se voltam também contra o governo que atende essas reivindicações:

Esse Brasil é um LIXO!!!!!!!!!!!!!! **privilégios privilégios privilégios... transexualismo não é explicado pela ciência**, nem essa invenção de “identidade de gênero” e “orientação sexual”. Não se apoia em nada, não se justifica em nada. Redirecionar verba de problemas REAIS como câncer, cirurgias cardíacas e manutenção de hospitais para alimentar o FETICHE. (GLOBO, 2013, n.p., destaque nosso).

A inversão de valores na sociedade denigre o ser humano. Se amanhã você se sentir um rinoceronte! Você implanta um chifre nas narinas, ou vai a um psiquiatra?! Homens Capados é a melhor definição... falta de ter o q fazer... **o governo gastando com o “luxo” para algumas pessoas**, sendo que para outras coisas, é melhor deixar morrer... ptz. (GLOBO, 2012, n.p., destaque nosso).

Vamos nos ater aos comentários partindo dos trechos que destacamos. Começamos pela negação das pesquisas científicas sobre transexualidade. O “transexualismo” ao contrário do que pensa o comentarista tem sido largamente explorado pela ciência pelo menos desde último terço do século XIX ao primeiro do século XX (LEITE JÚNIOR, 2011). Mas podemos adiantar a linha da história da transexualidade e do gênero para a década de 1960, quando, a partir da ideia de transexual verdadeiro, Harry Benjamin (1966) vai desenvolver por meio de escalas uma separação entre a figura da transexual e da travesti, a primeira associada a um problema de gênero no qual a cirurgia seria o bálsamo para o sofrimento de conflito entre a identidade de gênero e o corpo biológico e a segunda relacionada a um problema social, o fetichismo que para sua solução seria recomendável evitar parceiros sexuais (LEITE JÚNIOR, 2011).

Em 1972, os sexólogos John Money e Anke Ehrhardt popularizaram a ideia de que sexo e gênero são categorias separadas. Sexo, diziam, se refere aos atributos físicos e é anatômica e fisiologicamente determinado. Viam o gênero como uma transformação psicológica do eu – a convicção interior de que se é homem ou mulher (identidade de gênero) e as expressões comportamentais dessa convicção (FAUSTO-STELLING, 2001, p.15).

Os estudos feministas, em suas diversas vertentes vão se apropriar do conceito de gênero transformando-o em categoria analítica (SCOTT, 1990; PISCITELLI, 2002) e teóricas e teóricos dos estudos *queer* vão mostrar que o binário heterossexualidade/homossexualidade organiza sociedades de matriz ocidental, naturalizando hierarquias e criando margens simbólicas onde aquelas e aqueles que escapam à norma heterossexual são alocados.

Falando a partir das margens, os teóricos *queer* buscam não só romper com o binarismo (...) ou questionar noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, que têm permeado o debate das Ciências Sociais e dos estudos feministas, mas também conferir um certo contorno ontológico àqueles que tem sido sistematicamente destituídos do privilégio da ontologia. Como discute Butler, “a matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’”. (PELÚCIO, 2009, p.47).

Estas proposições sofisticadas foram mais distorcidas que simplificadas e, quando Judith Butler veio pela segunda vez ao Brasil, em 2017, ofereceu um corpo ao pânico moral que veio sendo orquestrado pelo menos desde 2011, quando há o reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo no Brasil e Dilma Rousseff, que assumia seu segundo mandato, tomava como uma das primeiras medidas o veto ao “kit anti-homofobia”, material didático cujo foco era a promoção de uma educação inclusiva com base no respeito à diversidade de gênero e sexual. A decisão da Dilma foi uma resposta acanhada à pressão de parlamentares ligados às igrejas católicas e evangélicas que afirmavam ser o material obsceno e sexualizador. À frente dessa campanha difamatória esteve Jair Bolsonaro, até então um obscuro deputado federal.

Foi assim que, em 2017, Judith Butler se tornaria alvo de gritos como “queimem a bruxa”, proferidos por manifestantes contrários aquilo que tomaram como sendo as ideias de Butler: incentivo à pedofilia, conversão de crianças em homossexuais e o anulamento de normas que regulam sexo e gênero, como se isso fosse de fato possível em termos antropológicos e sociológicos. Durante a campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro reavivaria essa discussão tornando o “kit anti-homofobia” em uma das mais potentes *fake news* de sua bem-sucedida máquina digital de produção de verdades.

Em grande parte dos comentários a opinião pessoal ocupou o lugar de expressão da verdade, secundarizando ou mesmo desqualificando o conhecimento científico sobre o tema, sobretudo se este conhecimento vem do campo das Humanidades. “A minha opinião” se torna mais importante que os argumentos de um especialista no assunto discutido no on-line.

O economista Thomas Palley (2019, p.718), revendo e discutindo a história da ciência recorda-nos que: “*Si una teoría representa una amenaza suficiente para el statu quo, podrá ocurrir que no se le presten oídos o incluso que se busque decididamente suprimirla, y es posible que al actuar de ese modo se invoque el nombre de la ciencia*”⁷. E mais à frente, no mesmo artigo, ele cita o psicólogo social Leon Festiger:

Supongamos que un individuo cree en algo con todo su corazón... Supongamos que se le presentan evidencias inequívocas e innegables de que su creencia es infundada; ¿qué habrá de ocurrir? Con frecuencia el individuo no solamente se quedará imperturbable sino que estará aún más convencido que antes de que sus creencias se fundan en la verdad. Es más, incluso exhibirá un nuevo fervor al acometer la labor de convencer a la gente de lo acertado de su visión y buscar que se sume a su causa. (FESTIGER apud PALLEY, 2019, p. 736)⁸.

Ainda que o contexto que Palley (2019) aciona não seja aquele que abordamos aqui, estabelecemos as conexões com o pânico moral que relacionou crise econômica, criminalização da política institucional e corrupção moral (MISKOLCI; PEREIRA, 2019). Vale destacar que os comentários e as postagens negacionistas com as quais nos deparamos ao longo da pesquisa foram além de menções sobre gênero, fazem parte do seu repertório desde a negação do Holocausto, do aquecimento global até o formato elipsoide da Terra, que vulgarmente é chamada de redonda.

Em suma, a ideologia de gênero tornou-se o olho de um furacão que movimentou uma complexa rede de significados, categorias, marcadores, operadores políticos e forças (KALIL, 2018, p.4). A autora traz um conjunto desses elementos (temas) a partir de uma etnografia realizada entre os que estavam presentes nas manifestações contra a presença da filósofa Judith Butler em palestra no Sesc Pompéia, em São Paulo. Tal como Isabela Oliveira Kalil (2018), percebeu durante a realização de sua pesquisa pela internet, o autor e a autora deste artigo também perceberam como a categoria ideologia de gênero mobilizava um conjunto de temas que deveriam ser combatidos como transexualidade, feminismo, LGBT, comunismo, socialismo, travesti, homossexuais, bissexuais, pessoa não binária, partidos de

⁷ “Se uma teoria representa uma ameaça suficiente para o status quo, poderá ocorrer que não lhe deem ouvidos ou inclusive que se busque decididamente suprimi-la, e é possível que ao atuar desse modo se invoque o nome da ciência”. Thomas Palley (2019, p.718, tradução nossa).

⁸ Suponhamos que um indivíduo crê em algo com todo seu coração... Suponhamos que lhe apresentem evidências inequívocas e inegáveis de que sua crença é infundada; O que ocorrerá? Com frequência o indivíduo não somente permanecerá imperturbável como estará ainda mais convencido do que antes de que suas crenças se fundam na verdade. E mais, exibirá um novo fervor empreendendo a tarefa de convencer as pessoas da sabedoria de sua visão, buscando que se associem à sua causa. ((FESTIGER apud PALLEY, 2019, p.736, tradução nossa).

esquerda, indígenas, pluralidade de pensamento, diversidade cultural, laicidade, cultura, ciências humanas, intelectuais, ser humano, política, direitos humanos, cidadania, religiões afro, ateus, movimento trabalhadores rurais sem terra, aborto seguro, sexualidade, artes, sexo, desigualdade social, meio ambiente, imigrante, Mercosul, Organizações Nações Unidas (ONU), latino americano, nordestino, muçulmano, pesquisa científica, aspectos sociológicos, dados históricos, filosofia.

Direitos trans *versus* “tudo isso que tá aí”

Os discursos de ódio passaram a ser ostentados à luz do dia, as ações criminosas se tornaram banais e os assassinos do passado e do presente ganharam muitos defensores públicos, prontos para destruir os inimigos, como verificamos no período de campanha eleitoral: travesti assassinada por homens gritando o nome de Bolsonaro; algumas torcidas de futebol gritando “Bolsonaro vai matar viado”, entre outras formas de violência. Essas atitudes revelam a expectativa de colocar em prática um desejo velado de destruição da população de lésbicas; gays; bissexuais; transexuais e transgêneros; e intersexuais (LGBTI+). Sem nenhum pudor, eles e elas se sentem no direito de agredir e até matar pessoas pelo simples fato de não estarem de acordo com as normas heterossexuais (ANDRADE, 2019, p.2-4).

“Tudo isso que tá aí”, termo tão vago quanto abrangente, guarda na sua amplitude aversões que vão da recusa ao Partido dos Trabalhadores (PT) ao medo do fim da família e da promoção da homossexualidade nas escolas (KALIL, 2018). Assim, a ideologia de gênero se tornou um grande espantinho que enfeixa com sua envergadura frágil na estrutura, mas potente simbolicamente, sentidos que passaram a identificar por derivação a esquerda política com corrupção moral e favorecimento a segmentos populacionais que não mereceriam habitar a nação. Se a pessoa é a favor da identidade de gênero, ela é feminista. Sendo feminista é militante LGBT e aceita a transexualidade e a homossexualidade. É, portanto, comunista, o que implica em ser a favor da distribuição de renda, dos médicos cubanos, ateuista, no limite satanista. Adjetivações que se desdobram em teias aparentemente desconexas, mas que compõem, de fato, uma trama social costurada pelas linhas do temor da violação de valores tidos como intocáveis (heterossexualidade, sexualidade das crianças, família em modelo canônico, papéis de gênero, questões raciais) somada à orquestrada criminalização da política formal como sendo um campo de corrupção e arrematada pelo temor à crescente violência urbana. Nesse cenário, ser a favor de se discutir esses temas e/ou ampliar o campo dos direitos para segmentos historicamente subalternizados em nossa sociedade, é colocá-los em risco.

Entre as postagens de seu blog, a socióloga e professora Berenice Bento (2016, n.p.) vê o estatuto da família, a escola e a proibição da teoria sobre gênero e sexualidade nas escolas, chamada distorcidamente e algumas vezes equivocadamente de ideologia de gênero, como ações de uma “elite política moral que se expressa politicamente via as bancadas BBB (Bíblia, boi, bala)” por um país/reino de Deus sem “lixo humano”, pois não somente essa elite, mas toda a sociedade, família e até mesmo Deus se sentem ameaçados pelos movimentos feministas, LGBT, comunistas e os de direitos humanos. Enfim, uma vida (heteronormativa) que se sente ameaçada e desejosa de “limpeza social” mesmo que se viva “a heterossexualidade obrigatória em pleno funcionamento” social (BENTO, 2016, n.p.). A mínima possibilidade oposta ao modelo heteronormativo impositivo é vista como uma terrível ameaça que deve ser combatida.

Para Jacques Sémelin (2009) a necessidade de purificação social faz ver a morte como necessária, desejável e justificável, e dessa maneira a sociedade não enxergará como um assassinato a morte de algumas pessoas porque se estará fazendo, para fins terapêuticos, uma limpeza que prima pela saúde social. Esse anseio social é elemento discursivo em comentários postados em portais de notícias combatendo a transexualidade e para isso se valem, por vezes, de distorções que são colocadas como verdade. Para tal, utiliza-se *fake news* (notícias falsas)⁹ que associam a transexualidade a tudo que a sociedade moralmente acredita ser ameaçador e mau para o corpo social sacramentalizado.

É um processo biopolítico que por valorizar a vida (de alguns grupos) mata aqueles grupos que são considerados ameaçadores e por esta razão acabam se tornando bode expiatório, culpados por todo mal que assola a sociedade (AGAMBEN, 2002). Assim, as pessoas trans também se tornam e acabam sendo incluídas no pacote das perseguições na categoria de elimináveis, como os homossexuais, os pobres, os negros, os imigrantes, os intelectuais, os artistas e os comunistas.¹⁰ Um dos enunciados, entre os comentários, que chama atenção é o de que “a transexualidade é coisa de esquerdista, isso é ideologia de gênero”; utilizando-se o argumento de que “a transexualidade não é de Deus e é contra a vontade de Deus.” Vamos a alguns comentários recolhidos.

⁹ Com o número de notícias falsas, cada vez maior, o “G1 lança Fato ou Fake, novo serviço de checagem de conteúdos suspeitos” (GLOBO, 2018c, n.p.) no dia 30 de julho de 2018.

¹⁰ A gramática moral reinante aproximou grupos de interesse laicos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Escola sem Partido, de religiosos (católicos e evangélicos, neopentecostais ou não), de maneira que sua aliança reforçou a tendência de atribuir problemas sociais concretos a inimigos imaginários, que podem ser comunistas, gays, feministas, pessoas trans. Esse tipo de prática política se alicerça em uma visão de mundo dividida entre os que representariam “o Bem” e os que representariam “o Mal”. Da política para a moral, grupos de interesse passaram a demonizar pleitos de direitos humanos por parte de mulheres, homossexuais, pessoas trans, travestis, intersex, entre outros, concatenando-os no fantasma que batizaram de “ideologia de gênero”.

Mulher é XX --- Homem é XY. Fora isso é engenharia social marxista para destruir a família...**Marx engendrou a estrutura da ideologia de gênero visando destruir a família, com intuito de inviabilizar a cultura da posse de propriedade**, que era na cabeça dele, a razão de todo mal. Ele acreditava q a família era o alicerce da ideia de propriedade, logo quis destruir a família como ela é. (GLOBO, 2018a, n.p., destaques nossos).

Esse negócio de gênero quem inventou foi os marxistas politicamente correto, fica na base do discurso. Para saber se e macho ou fêmea e só olhar os cromossomos xy homem xx mulher, no ser humano e assim. o resto são palavras que o vento leva e a pessoa fala o que quer, mas não o que é. (GLOBO, 2016b, n.p., destaques nossos).

Imundícia! Podridão! **Agora qualquer folgado vai poder ‘virar mulher’ quando completar 30 anos de trabalho pra se aposentar antes. Esse STF PORCO** indicado pelo condenado nove dedos de esquerda deveria ser todo fuzilado na praça dos 3 poderes. (GLOBO, 2018b, n.p., destaques nossos).

Olhem na primeira foto, **essxs são os típicos eleitores do PSOL e PT, li.x.os!** (GLOBO, 2016c, n.p., destaques nossos).

O progressismo esquerdista vai **acabar com a civilização ocidental!!!!** os valores, princípios, moralidade e tudo mais que conhecemos... **Deixa teu filho em casa assistindo rede globo o dia inteiro pra ver se ele não vira um mongolóide esquerdopata comunista feminista transgênero.** (GLOBO, 2017, n.p., destaques nossos)¹¹.

Os comentários, os grupos, as páginas digitais e as figuras difundidas on-line, regularmente partem do princípio de que a transexualidade sendo um desvio deve ser corrigido e não algo aceito, como as políticas dos governos mais à esquerda tenderam fazer. Frequentemente, devido à efervescência das discussões sobre gênero, a transexualidade acaba sendo alvo de demonização/monstrificação. Monstrificar e coisificar (SÉMELIN, 2009), autoriza o escárnio, a perseguição e, no limite, a eliminação daquele que ameaça a ordem. É ser lançado/lançada para fora do campo da ontologia, do possível e do dizível. Quem somos quando somos indizíveis?

Inspirada em Julia Kristeva, a teórica *queer* Judith Butler (2000) propõe pensar alguns corpos/experiências como enredadas por processos de abjeção. Quem são os abjetos? Ela contorna a questão, pois, elencar pessoas ou grupos a partir dessa chave seria assumir uma coerência constituinte da própria ideia de abjeto, que de fato o conceito não comporta. “Suas proposições sobre a existência de corpos abjetos

¹¹ Na reportagem “Quem Sou Eu?: Conheça crianças transgêneros na estreia da nova série” (GLOBO, 2017, n.p.) a palavra “Deus” aparece 28 vezes em 16 comentários e a palavra “comunismo” 10 vezes em 10 comentários.

são francamente contraditórias. Mas, diz ela, são propositalmente contraditórias: colocadas como fórmulas performativas, são feitas para impor ou invocar essa existência ‘impossível’” (PRINS & MEIJER, 2002, p.156). As aspas marcam que essa “impossibilidade” não é intrínseca à condição orgânica do corpo abjeto, mas deriva das normas e convenções sociais que tornam certas vidas inabitáveis. A vida daqueles e daquelas que não mereceriam gozar de direitos, os “maus cidadãos” que ameaçam uma suposta ordem de uma experiência comunitária percebida como homogênea e ordenada. A corrupção da ordem viria dos excessos de direitos concedidos a quem não os merecia: os “maus cidadãos”.

É preciso levar a sério o conteúdo dos comentários recolhidos no decorrer da pesquisa, nas teias discursivas digitais. Antes de desmerecê-los e desqualificá-los, propomos ser mais proveitoso interrogar-nos sobre o que faz deles verdades? De onde vem sua potência argumentativa? O que sustenta percepções como a afirmação de que a transexualidade não é uma questão de identidade de gênero, que não tem bases científicas e que se trata de uma “sem vergonhice”? Ou, por que assistir a uma determinada rede de televisão torna crianças e adolescentes transexuais e homossexuais? E se isso acontecesse, por que seria ruim?

Ao afirmarem que Karl Marx inventou a ideologia de gênero muitos/as comentaristas não estão, provavelmente, percebendo-se como produtores/as e replicadores/as de inverdades, mas estão lutando para preservar um regime de verdades.

O uso de *fake news* para uma pós-verdade de gênero

Em um mundo de irracionalidade e pós-verdade – nome elegante para as mentiras organizadas –, prover dados certos e argumentações racionais é um perigo. As redes sociais paradoxalmente democratizaram o acesso a mentiras e falácias que – não espontaneamente – circulam em grande velocidade e escala. O ataque – que não se dá desde um lugar romanticamente plebeu, anti-intelectual e anti-classista (ainda que se assente em tendências históricas de reação crítica diante do elitismo universitário) – vai além do plano intelectual, teórico ou de estilos de comunicação e se dirige diretamente a indivíduos que são perseguidos, encontram-se sob ameaça inclusive física, têm seus recursos cortados e são atacados com técnicas orquestradas de escárnio público. (PECHENY, 2019, p.3-4).

Apesar de ser colocada como um novo conceito, a questão da pós-verdade não surgiu com as redes sociais on-line; já era discutida e problematizada por Nietzsche (1979 [1887]) que admitia que não há fatos, apenas versões e por Foucault (2006) que a chama de falsa verdade, construção de verdade ou discurso de verdade. Há

ainda, que se considerar o recente fenômeno que ficou conhecido como *fake news*, a produção de matérias em formato jornalístico que, de fato, não estão baseadas em dados concretos ou em realidades empíricas verificáveis. É importante fazer a ressalva de que os *memes* e as *fake news* não são inverdades, são discursos e, portanto, contemplam efeitos de verdades. Observa-se que nem sempre quando as pessoas postam e defendem ideias estarão acreditando integralmente nelas, ainda que devamos considerar que na maior parte das vezes devem acreditar. Isto não quer dizer que essas pessoas possuam uma moralidade estoica. Talvez seja importante que outras pesquisas explorem esses discursos cotejando-os com o modo como as pessoas que os proferem agem no seu dia-a-dia. Talvez nos deparemos com pastores que exploram financeiramente os fiéis; heterossexuais que consomem pornografia gay e com políticos que não hesitam em usar recursos públicos para fins pessoais. De forma que, se isso de fato acontece, o moralismo torna-se uma estratégia biopolítica para governar e, em última instância, eliminar corpos ingovernáveis.

É interessante, ainda, pensar que a potência de propagação dessas pós-verdades, “nome elegante para as mentiras organizadas”, como definiu Mário Pecheny (2019, p.3) na epígrafe que abre esta seção, está no fato de haver uma parte da população que encontra nas *fake news* suas ideias e valores sistematizados, organizados e expostos em formato crível. Muitas vezes, o entusiasmo é tal, que o conteúdo completo sequer é lido, atendo-se apenas à manchete, gerando replicações rápidas, confiando-se, mais na força da mensagem que na fonte emissora. Confia-se no emissor, assim o conteúdo tende a ser igualmente percebido como confiável, como no grupo *Hetero/Orgulho* (nome modificado para preservar a privacidade do mesmo). Sentindo-se ameaçados pelo que foi chamado em vários fóruns on-line e off-line como “ditadura gay”, os membros do grupo não só se valem de *memes* para enaltecer a heterossexualidade (ainda que muitos destes sejam misóginos, como aparece na Figura 2), como replicam notícias e artigos que possam respaldá-los na defesa de seus privilégios.

Figura 2: Memes nos quais há naturalização das habilidades dos gêneros e nas duas últimas imagens objetificando as mulheres.



Fonte: Grupo *Hetero/Orgulho* (Facebook)

Ideias que respaldam valores do Grupo são, muitas vezes, editadas e selecionadas para amplificar os fatos como, por exemplo, um vídeo intitulado *Ditadura gay* postado na página *Marco Feliciano*¹² e compartilhado no grupo *Hetero/Orgulho* que pede para os pais exigirem que as escolas não ensinem ideologia de gênero. Ao longo do vídeo, vários outros fatos são distorcidos, entre eles de que o nazismo é um partido de esquerda (e não de extrema direita), e mesmo que o regime tenha perseguido e matado homossexuais (fato que é ocultado) fornece fundamentos para a “ditadura gay” que é percebida atualmente como cada vez mais insidiosa. Segundo o vídeo, tal como o nazismo, a ditadura LGBT obriga todas as pessoas aceitarem a homossexualidade e tudo aquilo se associa a ela como, por exemplo, o comunismo. Uma imposição gay que segundo a página *Marco Feliciano* usa da força e da violência cometida por travestis mesmo que, na realidade, elas sejam as mais vulneráveis à violência e morte como revela a pesquisa *Transgender Europe* (2014). Porém, dados que colocam as travestis como vítimas e não como algozes não são publicados em suas postagens. “Em um mundo já fortemente polarizado, o “efeito rede” potencializa a intolerância, a impaciência e o ódio. Escutamos só o que queremos e o que reforça os nossos preconceitos” (GENESINI, 2018, p.54-55).

As *fake news* estão arraigadas no sistema de crenças anti-intelectualista. Por isso existe, constantemente, nas postagens de grupos como do *Hetero/Orgulho*, desprezo às ciências humanas personificadas nas figuras do/a sociólogo/a, do/a filósofo/a, do/a historiador/a. São figuras vistas como ameaçadoras e a serem combatidas para que o ato de matar não seja visto como assassinato; torturar não seja considerado violação de direitos humanos; espancar mulheres até a morte, não seja feminicídio; agredir homossexuais, não consista em homofobia; linchar travestis e transexuais, não seja definido como transfobia e muitas vezes nem sequer seja um crime.

O enaltecimento da opinião versus argumentos, sustentados por pesquisas indicaram, a partir da análise desses Grupos digitais, que vinha sendo gestada uma política de ressentimentos. Ester Solano (2018) explica que a emergência de um pensamento de extrema-direita no Brasil se deu a partir do uso estratégico de discursos de ódio os quais procuravam associar políticas inclusivas à corrupção política e moral. Jair Bolsonaro e seus acólitos souberam associar insatisfações coletivas relativas à crise econômica, que se agravou durante o governo de Dilma Rousseff, à criminalização da política institucional, orquestrada pelas grandes empresas de comunicação brasileiras e a falta de segurança pública ao

¹² É o conteúdo gráfico digital oficial de Marco Antônio Feliciano, deputado federal brasileiro do Partido Social Cristão (PSC), que é um pastor da Catedral do Avivamento, uma igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus. Tal página possui uma atualização diária de postagens em sua maioria de cunho religioso, bélico e moral em que tem como o tema de conteúdo e adesão nas redes sociais #ANossaFamíliaMereceRespeito.

campo progressista. A forma agressiva e tida como autêntica de Jair Bolsonaro se posicionar, somada à sua incitação ao armamento da população como recurso para combater a criminalidade e garantir a segurança pessoal, encontrou grande apoio. O ódio foi associado à coragem de dizer a verdade, o que de forma maniqueísta alocava a mentira e a corrupção no campo da esquerda política e se transformava em uma espécie de política espontânea do ódio. Espontânea porque faz crer que a indignação é individual e que os indivíduos isolados se encontram, por exemplo, on-line enxergando-se uns nos comentários dos outros, legitimando em boa medida sentimentos que foram, isto sim, orquestrados como políticas de governo ou ações pensadas por grupos organizados, tais como parlamentares da bancada BBB (bala, boi, Bíblia). O ódio como política (SOLANO, 2018) faz com que as pessoas acreditem ou queiram acreditar, mesmo quando os fatos propalados não são comprováveis em um exame mais cuidadoso.

Considerações finais ou quem ri por último...

Neste contexto, os empreendedores políticos de maior sucesso serão aqueles que falarem de maneira convincente aos perdedores, aos homens e mulheres destruídos pela globalização e pelas suas identidades arruinadas. A política se converterá na luta de rua e a razão não importará. Nem os fatos. A política voltará a ser um assunto de sobrevivência brutal em um ambiente ultracompetitivo. (MBEMBE, 2017b, n.p.).

A imersão on-line revelou que, principalmente, a partir de 2016 (eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e o processo de impeachment de Dilma Rousseff no Brasil) as *fake news* ou *hoax* (que são os boatos) ganharam força de verdade na internet (pós-verdade). Para o pesquisador Felipe de Oliveira, em entrevista a Vitor Necchi (2017), as novas sociabilidades na web, entre elas, particularmente, as redes sociais digitais, permitiram a criação de um terreno fértil para a propagação da (des)informação de modo que uma enxurrada de informações produzidas pelas redes digitais atuam como função de imprensa, revelando dessa maneira como a desprofissionalização da produção de conteúdo noticioso abriu uma clareira na qual a intolerância grassou. Na sua expressão mais raivosa a intolerância e o ressentimento deram luz aos discursos de ódio. Estes não costumam lidar com dados resultantes de pesquisas, aliás, costumam mesmo desqualificar essas fontes, sejam elas quantitativas ou qualitativas, para poder sustentar os discursos que hierarquizam vidas a partir de critérios morais assentados no “bom uso” do gênero.

A negação obsessiva às demandas de pessoas trans para o acesso à saúde, educação e ao trabalho aparecem nos comentários que estabelecem hierarquias de

urgências, pautadas em parâmetros morais que decidem quem merece ser atendido, nessa contenda por bens escassos e aqueles/as que podem esperar para obterem recursos, mesmo que isso implique em morte literal ou simbólica. Numa espécie de apropriação brutalista do biopoder como sintetiza Michel Foucault (1999): “fazer viver, deixar morrer”, comentaristas vão além, propondo mesmo necropolíticas. “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, slogan da campanha presidencial de Jair Bolsonaro não só reatualizou o mote nazista (Alemanha acima de tudo/ “*Deutschland über alles*”), como foi capaz de sintetizar a lógica autoritária de uma ideia de nação pura regida por forças sagradas e não por relações de poder, que são sempre sociais. A ideia de que havia pessoas e grupos que não mereceriam ascender ao status de cidadão/ã e que ao o fazerem tornaram-se parasitárias, drenando não só recursos escassos do Estado, mas infeccionando com seus comportamentos o corpo social, já estava nos comentários que vínhamos lendo, mas com a ascensão de Jair Bolsonaro como “mito”, o campo discursivo de ação se adensou. Bolsonaro passou a encarnar “o desejo (...) pela eliminação sistemática daqueles corpos que poluem a pureza de uma nação imaginada” (BENTO, 2018, n.p.). Nas palavras da socióloga Berenice Bento inspirada em Michel Foucault (biopolítica) e Achille Mbembe (necropolítica), trata-se da promoção de uma necrobiopolítica. Bento define necrobiopoder como “um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver” (BENTO, 2018, n.p.).

Os *memes*, as *fake news* e pós-verdades com as quais nos deparamos ao longo da pesquisa não revelaram um discurso propriamente novo em torno das sexualidades não-normativas. Ao contrário, apareceram como ferramentas discursivas capazes de reavivar crenças e medos que acreditávamos estar superando a partir do alargamento do campo dos direitos humanos no Brasil, bem como pelo crescimento dos estudos de gênero e sexualidade. Deparamo-nos com “negacionismo e falsificacionismo históricos [...], elementos presentes nos discursos ascendentes anti-humanistas, antifeministas, antidemocráticos, antipopulares e antiliberais” próprios de um momento global “pós-democrático” (BALLESTRIN, 2018, p.157).

Finalmente, o negacionismo que antes encontrávamos nos comentários de cidadãos/ãs comuns no *Portal Globo.com* ou nos Grupos do *Facebook* passaram a ser reproduzidos, após a posse de Jair Bolsonaro, em discursos oficiais do próprio presidente e/ou de ministros/as de seu governo. O staff político parece ter sido escolhido para ocupar as pastas justamente pela negação daquilo que elas deveriam defender e administrar como, por exemplo, promoções de políticas que protejam o meio ambiente, promovam a educação e assegurem os direitos humanos. Entre todos os *memes* políticos com os quais nos deparamos talvez seja esse entre todos o mais viral, no sentido lato do termo: uma toxina com capacidade de se autorreplicar.

Burroughs (2013) conceitua os *memes* políticos como parte de uma ecologia da mídia e uma esfera pública agonística na internet. Já Lawrance (2015), se referindo à organização fundamentalista BokoHaram como um *meme*, descreve o conceito como uma ‘ferramenta de referência cultural’ capaz de exprimir medos e ansiedades através da repetição de imagens mentais. [...] esses conteúdos [...] participam de um debate normativo sobre como o mundo deveria ser e qual a melhor forma de alcançar este objetivo (CHAGAS, 2018, p.9).

Em tempos de movimento antivacina, precisamos urgentemente, buscar saídas políticas capazes de desenvolver em nós uma memória imunológica, contra os fascismos de ocasião.

MEMES, FAKE NEWS AND POST-TRUTH OR HOW GENDER THEORY BECOMES A “DANGEROUS IDEOLOGY”

ABSTRACT: *This article is based on and also the result of the thesis named “How many ‘likes’ do you think this ‘trans’ deserves” The receptivity of transsexuality in digital media -carried out from the year 2015 to 2018, from hidden online immersion in the journalistic portal Globo.com and in two Facebook groups focused on gender issues. The immersive work revealed intense disputes and inflamed opinions around gender issues. The “meme of gender ideology” was a fact in the research which attracted attention, such as the “negationism” and “post-truth” material relating above all to moral issues, ironizing and/or rejecting behavioral changes attributed to government corrupting policies and possibly encouraging a reversal of values. The memes were used as a kind of “war weapons” against gender theories which converted into “dangerous ideology”. In order to analyze the research findings, theoretical tools from the studies of gender in their post -structuralist form, the queer studies and also contributions from the political sciences were used in this article.*

KEYWORDS: *Gender theory. Gender ideology. Memes. Post-Truth. Negationism.*

MEMES, NOTICIAS FALSAS Y POST-VERDAD O CÓMO LA TEORÍA DE GÉNERO SE CONVIERTE EN UNA “IDEOLOGÍA PELIGROSA”

RESUMEN: *Este artículo se basa en la tesis denominada “¿Cuántos ‘me gusta’ crees que este trans merece?”, realizada durante los años 2015 y 2018, a partir de la inmersión en línea oculta en el portal periodístico Globo.com y en dos grupos de Facebook centrados en cuestiones de género. El trabajo de inmersión reveló*

intensas disputas y opiniones inflamadas en torno a cuestiones de género. El “meme de la ideología de género” fue un hecho que llamó la atención en la investigación, como también el “negacionismo” y el “post-verdad” material que tocaba sobre todo cuestiones morales, burlándose y/o rechazando cambios de comportamiento, atribuidos a políticas gubernamentales que corrompen la moral y que alentarían la inversión de valores. Los memes fueron usados como una especie de “arma de guerra” contra las teorías de género, convertidas en “ideología peligrosa”. Para el análisis de los resultados de la investigación, utilizamos las herramientas teóricas de los estudios de género en su aspecto postestructuralista, de los estudios queer, también haciendo uso de las contribuciones de las ciencias políticas.

PALABRAS CLAVE: Teoría de género. Ideología de género. Memes. Post-Verdad. Negacionismo.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu** (43), janeiro-junho, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200013. Acesso em: 10 dez. 2014.

AMARAL, Adriana da Rosa. Etnografia na pesquisa em cibercultura. Limites e insuficiências metodológicas. **Revista USP**, v. 1, p. 122-135, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13818>. Acesso em: 19 dez. 2017.

ANDRADE, Luma Nogueira de. LGBTI+ no Brasil: o golpe de 2016 e a fachada de 2018. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, 23, e190156. Epub June 13, 2019. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/interface.190156>. Acesso em: 19 nov. 2019.

ÁVILA, Simone N. FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. Tese – Doutorado em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129050>. Acesso em: 10 out. 2014.

BALIEIRO, Fernando Figueiredo. Não se meta com meus filhos: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, e185306, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332018000200406&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 out. 2018.

BALLESTRIN, Luciana. O Debate Pós-democrático no Século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, p. 149-164, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824>. Acesso em: 08 out. 2018.

BENJAMIN, Harry. **El fenómeno transexual**. Sevilha, 1966.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, n.53, e185305. Epub June 11, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405. Acesso em: 18 out. 2018.

BENTO, Berenice. Heteroterrorismo e o lixo humano. **BLOG**, 2016. Disponível em: <http://berenicebento.blogspot.com.br/2016/04/heteroterrorismoe-o-lixo-humano.html>. Acesso em: 02 dez. 2016.

BORBA, Rodrigo. Gendered politics of enmity: language ideologies and social polarization in Brazil. **Gender and Language**, vol. 13, n. 4, 2019.

BOURCIER, Marie-Hélène. Technotesto: biopolitiques des masculinités tr(s)ans hommes. **Cahiers du Genre**, N. 45, 2008. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-cahiers-du-genre-2008-2-page-59.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRAGA, Adriana Andrade. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. **UNirevista**. UNISINOS, v. 1, p. 1-11, 2006. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNirev_Braga.PDF. Acesso em: 10 fev. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.): **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, p.153-172, 2000.

CHAGAS, Viktor. A febre dos memes de política. **REVISTA FAMECOS**, v. 25, p.27025, 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/27025>. Acesso em: 10 ago. 2019.

DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

DESLANDES, Keila. Sobre disputas anti-igualitárias e políticas públicas: mais argumentos para o debate. **Interface**, vol.23. Botucatu, Epub June 13, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832019000100402&script=sci_arttext. Acesso em: 29 ago. 2019.

FALCÃO, Thiago H. Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook. Dissertação – Mestrado em

Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/322133>. Acesso em: 29 ago. 2019.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismo em duelo. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p.9-79, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a02>. Acesso em: 29 ago. 2019.

FERREIRA, Dina M. M; VACONCELOS, Marco A. Discurso de memes: (Des)memetizando ideologia antifeminista. **Bakhtiniana**, São Paulo, 14 (2): 44-61, Abril/Junho, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bak/v14n2/2176-4573-bak-14-02-0044.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GENESINI, S. A pós-verdade é uma notícia falsa. **Revista USP**, n. 116, p.45-58, 29 maio 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146577>. Acesso em: 09 mai. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de Gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos tornou-se uma “ameaça à família natural”? *In*: RIBEIRO, Paula R.; MAGALHÃES, Joanalira C. (Org.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. Furg, 2017. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/livro_debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

KALIL, Isabela Oliveira. Notas sobre ‘Os Fins da Democracia’: etnografar protestos, manifestações e enfrentamentos políticos. **Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**. Ponto Urbe 22, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3933>. Acesso em: 20 ago. 2018.

LEITE JÚNIOR, Jorge. “**Nossos Corpos Também Mudam**”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, 2011.

LOWENKRON, Laura; MORA, Cláudia. A gênese de uma categoria. **CLAM+10**. 2017. Disponível em: <http://clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=12704>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017a.

MBEMBE, Achille. A era do humanismo está terminando. **IHU – Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, 24 de janeiro 2017b. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564255-achille-mbembe-a-era-dohumanismo-esta-terminand>. Acesso em: 25 ago. 2019.

MINOIS, Georges. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Unesp, 2003.

MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro P.G. Desigualdades mortais: a fabricação de vidas precárias no Brasil. **Interface**. Botucatu, 2019; 23: e190157. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2019.v23/e190157/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v32n3/0102-6992-se-32-03-725.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

NECCHI, Vitor. Jornalismo deve fazer mediação qualificada entre acontecimentos e a sociedade. **IHU** – Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Edição 502, 10 Abril 2017. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao502.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. (1887). **Fragments posthumes**. Automne 1885 – automne 1887. Oeuvres philosophiques complètes, XII. Paris: Galimard, 1887. Œuvres philosophiques complètes XII Fragments posthumes (Automne 1885 - Automne 1887). Trad. de l’allemand par Julien Hervier. Collection Œuvres philosophiques complètes (n° 12), Gallimard. Parution: 09-11-1979.

PALLEY, Thomas I. Desigualdad y estancamiento por diseño de políticas: el negacionismo predominante y sus peligrosas consecuencias políticas. **El Trimestre Económico**, vol. LXXXVI (3), núm. 343, julio-septiembre de 2019, p.717-739. Disponível em: <http://www.revistas-conacyt.unam.mx/trimestre/index.php/te/article/view/876/1063>. Acesso em: 25 ago. 2019.

PECHENY, Mario Martín. Restaurações conservadoras na Argentina e no Brasil: o íntimo e o público sob ataque. **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação. Botucatu, v.23, e19005, jun. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100401&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 ago. 2019.

PELÚCIO, Larissa. Amor em tempos de aplicativos: masculinidades heterossexuais e a negociações de afetos na nova economia do desejo. Tese (livre-docência). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/154656>. Acesso em: 09 mai. 2020.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e Desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. 1. ed. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2009.

PISCITELLI, Adriana. “Recriando a (categoria) mulher?” In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Adriana01.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, 10(1), p.155-167, 2002. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>. Acesso em: 25 ago. 2019.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SCALA, Jorge. **La ideología de género: o el género como herramienta de poder**. Madrid: Sekotia, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(2), jul/dez., p.5-22, 1990. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e Destruir: Usos políticos dos massacres e dos genocídios**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

SOLANO, Esther. **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018.

TRANSGENDER EUROPE. Trans Murder Monitoring. 2014. Disponível em: <https://tgeu.org/tag/trans-murder-monitoring/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

VIEIRA JUNIOR, Luiz Augusto Mugnai. “Quantas Curtidas Merece essa Trans?”: a Recepção da Transexualidade Nas Mídias Digitais. Tese – Doutorado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista/UNESP – Campus Marília, 2018.

Fontes jornalísticas

GLOBO. ‘Monstro, prostituta, bichinha’: como a Justiça condenou a 1ª cirurgia de mudança de sexo do Brasil e sentenciou médico à prisão. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/monstro-prostituta-bichinha-como-a-justica-condenou-a-1a-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-do-brasil-e-sentenciou-medico-a-prisao.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2018a.

GLOBO. STF decide que transexuais e transgêneros poderão mudar registro civil sem necessidade de cirurgia. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/stf-decide-que-transexual-podera-mudar-registro-civil-sem-necessidade-de-cirurgia.ghtml>. Acesso em: 01 mar.2018b.

GLOBO. G1 lança Fato ou Fake, novo serviço de checagem de conteúdos suspeitos. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/07/30/g1-lanca-fato-ou-fake-novo-servico-de-checagem-de-conteudos-suspeitos.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2018c.

GLOBO. Quem Sou Eu? Conheça crianças transgêneros na estreia da nova série. **G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/03/quem-sou-eu-conheca-criancas-transgeneros-na-estrela-da-nova-serie.html>. Acesso em: 13 mar. 2017.

GLOBO. Justiça manda Estado fazer cirurgia de mudança de sexo em paciente. **G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/11/justica-manda-estado-fazer-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-em-paciente.html>. Acesso em: 24 nov. 2016a.

GLOBO. Policiais que não impediram agressão a travesti são afastados. **G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/10/policiais-que-nao-impediram-agressao-travesti-sao-afastados.html>. Acesso em: 21 out. 2016b.

GLOBO. Torturei minha “‘garotinha’ durante anos”, diz mãe sobre aceitação de filho transgênero; relato viralizou. **G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/10/torturei-minha-garotinha-durante-anos-diz-mae-sobre-aceitacao-de-filho-transgenero-relato-viralizou.html>. Acesso em: 10 out. 2016c.

GLOBO. Transexuais e travestis podem usar nome social no cartão do SUS em SP. **G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/03/transexuais-e-travestis-podem-usar-nome-social-no-cartao-do-sus-em-sp.html>. Acesso em: 15 mai. 2013.

GLOBO. Transexuais do DF esperam até seis anos por cirurgia para troca de sexo. **G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/03/transexuais-do-df-esperam-ate-seis-anos-por-cirurgia-para-troca-de-sexo.html>. Acesso em: 08 mar.2012.

Recebido em 16/03/2020.

Aprovado em 06/05/2020.

NAS EMPRESAS DE GARAGEM: REFLEXÕES SOBRE MASCULINIDADES, EMPREENDEDORISMO E MÍDIAS DIGITAIS

*Juliana do PRADO**

RESUMO: O artigo analisa as relações entre mídias digitais e apoio emocional, enfatizando as maneiras pelas quais se articulam aos sentidos atribuídos às masculinidades em rede. A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas com homens, que se identificam como brancos, heterossexuais e profissionais liberais que fizeram parte de uma comunidade on-line. O estudo mostra como a comunidade, antes de ser entendida como empreendimento inovador, consolida-se a partir de relações entre homens, que encontram um espaço para lidar com as inseguranças profissionais que experimentavam, no que tange às convenções de masculinidades. Nesse sentido, essa rede de socialidade possibilita que sejam empreendedores de si mesmos e busquem transformarem-se em homens socialmente admirados por suas conquistas no trabalho e nas relações afetivas. A comunidade fez dessa modelagem social de masculinidade pelas mídias digitais um modelo de negócios de apoio emocional restrito para homens com perfil social específico de classe social, sexualidade e raça.

PALAVRAS-CHAVE: Mídias digitais. Comunidades. Masculinidades. Empreendedorismo.

Introdução

A expressão “empresas de garagem” remete às iniciativas modestas, que emergem em contextos privados, nos quais se destacam a genialidade, criatividade,

* UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Unidade de Paranaíba. Paranaíba – MS – Brasil. 79500-000. ju.doprado@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-8190-3292>.

dedicação e o protagonismo individual, como elementos definidores do êxito nos negócios. A equação de sucesso encarnada em homens empreendedores se expressa, sobretudo, nas áreas de tecnologia. Em termos sociológicos, a ideia de que iniciativas profissionais bem sucedidas dependem exclusivamente do mérito individual merece ser problematizada.

Este artigo pretende apontar para as implicações de gênero, sexualidade, raça e classe social na elaboração de um negócio específico via mídias digitais, com foco na formação de redes de apoio emocional entre homens. Nele, argumento que a conexão em rede propiciada pelas mídias digitais fortalece alguns sentidos de masculinidades, ancorados em sucesso profissional, relações com mulheres e que, em última instância, converte-se num negócio focado em apoio emocional para homens inicialmente e, expandindo-se para outra plataforma que inclui as mulheres.

O trabalho de campo foi realizado a partir de um serviço de rede social¹, caracterizado pelos sujeitos da pesquisa como uma comunidade on-line exclusivamente voltada ao público masculino e contou com entrevistas com homens que a compunham. Essa comunidade foi formada no interior de um site criado em 2006 a partir da experiência de um de seus fundadores com uma lista de e-mails utilizada por homens para discutirem suas vidas pessoais. Inicialmente, se tratava de uma coluna de aconselhamento afetivo que funcionava de modo assíncrono, com perguntas enviadas pelos leitores e respostas elaboradas pelos editores, cujo intuito era propiciar o desenvolvimento de habilidades com as mulheres. Com a formação da comunidade, que segundo dados obtidos pelo seu site de origem teve por volta de 2300 homens, houve a possibilidade de interação entre os usuários através de fóruns², compartilhamento de artigos e ensinamentos que denominavam de práticas³, o que a constituiu como um espaço legitimado onde construíram laços de confiança ao dividirem suas vidas⁴.

¹ Por finalidades de preservação da identidade dos sujeitos e da plataforma digital, não revelaremos o nome da comunidade e dos sujeitos que compuseram a pesquisa.

² Os fóruns eram organizados a partir dos itens: apresentações (onde cada membro se apresentava), artigos exclusivos aos usuários, práticas (com sugestões de exercícios, treinamentos e atividades envolvendo corpo, mente e interação social), discussão (espaço de troca de conhecimentos e experiências), sexo, relatos (com experiências de relacionamentos e experiências em geral dos usuários).

³ Todos os artigos, práticas, relatos e discussões giravam em torno de alguns eixos: Mente e Saúde, Corpo são, Sexo e Mulheres, Trabalhos e Negócios e Culturas e Artes.

⁴ Para participar das atividades era necessário responder um questionário inicial sobre como conheceu o projeto, preencher um cadastro com dados pessoais e pagar uma taxa mensal de R\$ 75,00 caso houvesse interesse de participar por 3 meses e R\$ 55,00 caso houvesse interesse de participar por 6 meses. Era recomendado que após o tempo máximo de participação – seis meses – cada usuário ficasse três meses sem participar – o que era conhecido como “tempo sabático”. A justificativa para essa medida era de que a comunidade não se transformasse em uma muleta para os participantes conduzirem suas vidas, mas sim em espaço para cultivar redes de socialidade entre homens, permitindo a rotatividade dos participantes, o que garantiria também a ampliação de novos usuários e manutenção financeira da comunidade.

Seu funcionamento se deu no período de 2008 a 2013, momento em que ampliou seu público com a entrada de mulheres, transformando-se em um negócio comercial, desde então, com foco em práticas de meditação on-line, ensinamentos e artigos sobre finanças, relações afetivas, etc. No período estudado, além das atividades de interações on-line, ocorriam encontros presenciais, com socialização em bares, práticas de silêncio, aula de dança de salão, conversa com mulheres, discussões sobre trabalho e balada de salsa. Caracterizou-se por uma rede entre homens, na sua maioria, com idades entre 21 e 34 anos, que se auto identificam como brancos e heterossexuais, com ensino superior concluído ou em andamento, realizado em universidades públicas ou particulares. Pertencentes às áreas profissionais de informática, publicidade, marketing, administração de empresas, engenharias, meus interlocutores trabalhavam com tecnologia em pequenas ou médias empresas, geralmente em regimes flexíveis quanto a carga horária, com contratos de trabalho em que são pagos como Pessoa Jurídica. De outro lado, alguns interlocutores estavam terminando seus estudos universitários, já trabalhavam com informática e almejavam seguir carreira acadêmica, passar em concurso público ou ter sua própria empresa. Viviam com famílias, namoradas ou esposas ou dividiam apartamento com colegas de faculdade e trabalho em centros urbanos brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Joinville, Curitiba, Recife, Goiânia e Brasília.

A conexão entre os sujeitos definiu o modo como a plataforma foi evoluindo em um negócio comercial mais amplo que auxiliou a moldar suas subjetividades. Lana Rakow (1992, p.2), ajuda a compreender esse cenário mostrando como “à medida em que uma tecnologia se torna parte de uma estrutura material e social, as pessoas fazem adaptações com a maneira como fazem as coisas e a maneira como interagem com os outros”. Sua pesquisa realizada em uma cidade pequena dos EUA, observa especificamente os usos do telefone, que não se trata de uma tecnologia neutra ou apenas um aparato tecnológico de comunicação, assumindo um aspecto de gênero que posiciona as mulheres como responsáveis pelo seu uso dentro dos lares como se falar ao telefone fosse tarefa essencialmente feminina. Inspirada por essa abordagem, verifica-se que as tecnologias não são independentes de seus contextos de usos, tampouco artefatos puramente técnicos. Elas têm impacto no cotidiano, desenhando as relações de gênero e as subjetividades. No meu campo constatei que as mídias digitais foram fundamentais para que os homens pudessem se sentir seguros para exercerem uma socialização de apoio emocional e construïrem uma masculinidade desejada, inclusive admirada entre eles, e para que pudessem se reconhecer e se espelhar nos líderes que coordenavam as atividades, como modelos.

Solicitei a entrada na comunidade, contudo, não obtive êxito, com a justificativa de ser destinada apenas aos homens. Para participar era necessário realizar um pedido de inscrição on-line e esperar ser entrevistado pelos coordenadores. Optei,

então, por me concentrar na experiência dos usuários ao buscarem pela comunidade, o que me permitiria entender quais motivações dos usos. Constituí, através de acompanhamento da comunidade em página do *Facebook*, uma rede de contatos com usuários e, dessa forma, pude manter conversas consentidas com eles.

Pretendo demonstrar, num primeiro momento, como a vida de alguns interlocutores foram marcadas por instabilidades profissionais e subjetivas, de tal maneira que dependeram do reforço coletivo dessa socialidade on-line, que lhes sugeriu um investimento em si mesmos como forma de constituírem uma masculinidade almejada. Evidencio como tanto os coordenadores, que tinham uma masculinidade admirada nesse contexto, quanto os usuários que pagavam por esse serviço, não podem ser vistos sem considerar sua inserção social. Posteriormente, aponto para como a comunidade forneceu referenciais e repertórios para esses homens corrigirem estigmas de masculinidades em rede. Isso se constituiu em um negócio que masculinizou o apoio emocional em uma infraestrutura de rede social restrita, preservada das mulheres. Foi por meio dos usos das mídias digitais, de ferramentas como grupos de e-mails, plataforma de desenvolvimento de sites e fóruns e não propriamente de inovação tecnológica que converteram a rede de socialidade que se formou, em um investimento empresarial.

Trajetórias instáveis, masculinidades conectadas

Gilberto⁵, um de meus interlocutores e fundador da comunidade, tinha 29 anos quando iniciamos nossas conversas. Formado em jornalismo, com habilitação em publicidade e propaganda, nasceu em Belo Horizonte e mudou-se para São Paulo. Segundo ele, as restrições profissionais presentes no mercado de Belo Horizonte, somadas ao término de um noivado e ao posterior envolvimento com uma mulher do interior de São Paulo, serviram de impulso para que deixasse a capital mineira rumo à paulista.

Em busca de aperfeiçoar suas habilidades profissionais e em consonância com a manutenção do namoro, sua experiência intersecciona os universos do trabalho com o da relação afetiva. Enquanto trabalhava em agências de comunicação e marketing desenvolvendo estratégias de alcance digitais para empresas, coordenava um grupo de e-mails específico para homens. Mais tarde, com a expansão desta rede, pôde se dedicar integralmente ao desenvolvimento da comunidade on-line na qual baseei a pesquisa.

Gilberto⁶ conta que a ideia inicial era

⁵ Os nomes de meus interlocutores foram trocados com o intuito de preservar seu anonimato.

⁶ Os depoimentos de Gilberto foram transcritos a partir de entrevista realizada via Skype.

De montar um projeto de um veículo para o público masculino que fosse capaz de afetar a vida das pessoas na prática e fosse capaz de colocar pro mundo algumas das coisas que a gente estava conversando ali dentro e a gente não via em outro lugar. Então esse grupo foi como se fosse um grande caldeirão de pesquisa, durante dois anos, como eu era moderador e condutor do grupo, pra mim foi um laboratório muito grande pra entender dinâmicas humanas presenciais e especialmente digitais porque envolvia todo tipo de coisa, gente de outras cidades com visões diferentes.

A origem da comunidade se confunde com a busca de Gilberto por estabilidade profissional, ou melhor, o percurso da comunidade e a sua estabilização se confundem com as instabilidades profissionais experimentadas por ele. O site pode ser compreendido como o resultado de uma rede de conexões que se converteu em um negócio que lhe permitia apostar em maior controle profissional diante de um contexto de inseguranças sociais e econômicas. Ademais, as mídias digitais impulsionam o compartilhamento de experiências, (PRADO, 2015; FACIOLI, 2017), o que nesse cenário, possibilitou ter o domínio da relação entre homens, fortalecendo sentidos de uma masculinidade apta a orientar outras a serem bem-sucedidas.

A partir de contatos estabelecidos com leitores, na época que ainda residia em Belo Horizonte, Gilberto pôde prosseguir com a elaboração do site e aprofundar suas atividades profissionais para um âmbito em que atendesse também seus anseios pessoais. De certo modo, todo esse itinerário pode ser assimilado como parte de um projeto mais amplo de ascensão social com a mudança para São Paulo, um negócio próprio e relacionamento estável que representaria a conquista de uma masculinidade que até então não era possível no contexto em que vivia. A ascensão assume aspecto de um projeto individual, que mesmo que não se concretize, tem ligação simbólica com a mudança para São Paulo, corroborando com a reflexão de Facioli e Padilha (2018, p.37), de que há um desejo pela metrópole que “pressupõe a possibilidade de uma vida intensificada mediante a convivência com estranhos, pela exigência de autonomia e, sobretudo, pela promessa da liberdade individual como sinônimo de felicidade”.

O percurso de Carlos, outro interlocutor, é semelhante ao de Gilberto. Quando nos conhecemos, estava com 30 anos. Nascido em Mauá, formou-se em Filosofia. Para ele foi a experiência acadêmica que o permitiu se interessar por temas que, em suas palavras, “prometiam alguma transformação interna”. Ele conta que, no início dos anos 2000, passou a se dedicar a grupos de discussão no *Yahoo* sobre conhecimentos e reflexões a partir dos referenciais filosóficos que já estudava e teve contato com o budismo. Carlos atuou como *freelancer* em editoras, produzindo conteúdo para sites e em 2008, começou a conciliar suas atividades profissionais

com a comunidade, de modo que a partir de 2011 conseguiu se dedicar integralmente à esta.

Os motivos pelos quais a comunidade foi criada e, inclusive, que também impulsionaram outros usuários a se associarem articulam-se a experiências de instabilidades profissionais e afetivas, que marcam suas buscas por constituição de referenciais de masculinidades que se darão como construções individuais partindo da rede de relações ali criadas. Os depoimentos que revelam como os usos da comunidade ampliaram relações e auxiliaram a lidar com a vida profissional e afetiva aludem ao modo como a rede, termo utilizado constantemente para definir a dinâmica da comunidade, atuou como suporte subjetivo, oferecendo apoio emocional para esses homens lidarem com incertezas e inseguranças com relação à padrões de masculinidades calcados na relação com as mulheres, situação financeira e profissão. Para Gilberto e Carlos, assim como para outros usuários que viriam a colaborar com os textos do site e até assumindo a coordenação de algumas atividades transformando esse envolvimento em atividade de trabalho, a rede ofereceu não apenas apoio emocional no sentido de lidarem com suas subjetividades, mas também auxiliou na criação de redes profissionais e com isso manterem-se atentos às oportunidades de trabalho que poderiam surgir.

Desse modo, ao contrário dessa plataforma ser considerada consolidada e seus idealizadores homens de prodígio natos, suas trajetórias de vida se revelaram incertas. O êxito se deu apenas a partir do momento em que outros usuários com as mesmas características e afinidades fizeram parte dessa rede. Existem aspectos em comum entre esses homens, quanto a questões de raça, gênero, sexualidade e classe social, como também quanto a um pertencimento profissional de áreas de tecnologias de informação e comunicação que aludem à colaboração entre eles. Isso se articula com a teoria da modelagem social da tecnologia sugerida por Donald MacKenzie e Judy Wajcman (1999), que observam como as tecnologias precisam ser socialmente contextualizadas, desde seu desenvolvimento até as formas de uso que assumem em determinados cenários. Em suas palavras: “um sistema tecnológico como uma rede de luz e energia elétrica nunca é meramente técnico; seu funcionamento no mundo real tem aspectos técnicos, econômicos, organizacionais, políticos e até culturais” (MACKENZIE; WAJCMAN, 1999, p.18). Desconsiderar essa modelagem desloca a tecnologia de contextos sociais mais amplos, como as que associam inovações tecnológicas como resultado de dedicação do trabalho de homens e, sobretudo, não interroga aspectos de gênero, conforme advertem os autores.

De acordo com essa noção, grandes invenções ocorrem quando, num lampejo de gênio, uma ideia radicalmente nova se apresenta quase pronta na mente do inventor. Esse modo de pensar é reforçado pelas histórias populares da tecnologia, nas quais cada dispositivo está associado a uma data precisa e a um homem em

particular (poucas são as mulheres nas listas estereotipadas) a quem a invenção inspirada ‘pertence’. (MACKENZIE; WAJCMAN, 1999, p.10).

Um olhar mais atento constata que meus interlocutores não eram propriamente produtores de inovações tecnológicas, embora acreditassem que o trabalho com as tecnologias lhes dava autonomia suficiente para almejam a ser empresários. Ao contrário, estavam em situações incertas e deram sentido, modelaram a tecnologia para obterem uma rede de apoio emocional. Ademais, foi possível observar um processo duplo: de um lado, a incorporação desses usuários à organização da comunidade e troca de contatos profissionais e, de outro, o contato com a comunidade através de contatos profissionais. Lima e Oliveira (2017), ao estudarem trabalhadores dessas áreas, constatam que:

A existência de milhares de empresas “de garagem”, *startups* com desenvolvimento de aplicativos e prestação de serviços customizados para clientes, pressupõe a existência de redes de colaboração entre elas e entre os profissionais que compõem a *networking*. Um profissional pode passar para outro a realização de tarefas específicas, para as quais este possui maior domínio, e isso pode acontecer independentemente de vínculo com as empresas; ou então, busca na rede a solução de um problema. A empresa, por sua vez, passa para profissionais externos a elaboração de atividades para as quais não tem *expertise*, numa forma de terceirização diferenciada (LIMA; OLIVEIRA, 2017, p.122).

Em vista disso, é possível perceber uma convergência entre trabalho e intimidade como parte dos usos das mídias digitais, particularmente de regimes de trabalho que estão focados no rendimento individual do trabalhador ao lidar com informações. Em outras palavras, “a ideia linear de início e fim do trabalho é substituída pela constância com que o trabalhador executa as atividades de trabalho permanentemente conectado, produzindo e se produzindo” (LIMA; OLIVEIRA, 2017, p.124).

É o caso de Tales⁷, que se aproximou da comunidade por se interessar por “desenvolvimento pessoal”. Com 28 anos, morava em São Paulo e trabalhava com informática. Tem dois irmãos por parte de pai, filhos de seu segundo casamento, após cinco anos de falecimento da primeira esposa, mãe de Tales, quando este ainda era criança. Já trabalhou desenvolvendo programas na internet para empresas, desejava desenvolver aplicativos para celulares e ter sua própria *start up*⁸. Em nossas

⁷ Os depoimentos de Tales foram transcritos a partir de entrevista realizada via *Facebook*.

⁸ *Start up*, termo da língua inglesa sem tradução oficial para a língua portuguesa, é uma “empresa emergente” ainda em fase de desenvolvimento que é normalmente de base tecnológica, mas pode aparecer em vários setores que têm como objetivo principal desenvolver ou aprimorar um modelo de negócio.

conversas afirmava o quanto gostava de trabalhar com informática e como Pessoa Jurídica, por contratos de regimes flexíveis, pois assim, teria mais liberdade e por justificar:

Na real, eu prefiro assim pq reflete mais o que eu penso. Eu sou mais meritocrata do que gostaria de ser. Pra mim tem que trabalhar se quer dinheiro sim, temos problemas de saúde sim, temos imprevistos inúmeros. Mas no fim eu acho que é essa a relação job > done > \$\$\$\$. Eu não pretendo parar de trabalhar nunca. Só pretendo mudar a forma e o conteúdo, talvez algum dia eu dê aulas de programação ou só faça uns freelas sei lá, mas eu sei que não vou ter aposentadoria e não vou querer parar de trabalhar. Eu gosto e acho saudável.

Fez um ano de Lazer e Turismo na Universidade de São Paulo (USP), campus de São Paulo, mais por pressão familiar de fazer uma faculdade pública do que por interesse próprio. Para ele, “era legal de estudar, mas eu não tinha perspectiva de carreira, não tinha *network* pra isso. E quem não tem... bom... grandes chances de tu passar uns anos como animador em buffet infantil ou recepcionista de hotel”. Como tinha afinidades com exatas e a carreira na área de informática já fazia parte da vida de seu pai – “o lado japa da família”, decidiu mudar os rumos da formação profissional. Depois transferiu o curso para Sistema de Informação, mas também não concluiu, tendo feito dois anos e saído pra se dedicar ao trabalho com a área. Apesar de ter enveredado pelo caminho da informática, isso se deu em meio a embates familiares. Seu pai havia entrado em dívidas por causa do trabalho na mesma área e receoso que acontecesse o mesmo como filho, tentou empurrá-lo para a carreira militar por acreditar que teria mais chances.

Tales diz ter estudado sempre em escolas particulares e morado em várias cidades quando ainda era criança, por conta da profissão de seu pai, que trabalhou com informática durante vinte anos. Todas as mudanças de cidade foram tidas como muito positivas para ele, que pelo fato de ser tímido, “descobriu meios de fazer amigos”. Depois de seu pai entrar em dívidas, afastou-se da família e foi morar com sua tia durante dois anos, enquanto seu pai, madrasta e irmãos, tiveram que morar com a avó. Saiu da casa da tia para dividir apartamento com amigos e também chegou a morar em pensionatos, ao mesmo tempo em que fazia faculdade e começou a trabalhar com programação. Como não conseguia se dedicar ao trabalho e à faculdade e sua situação financeira e da família não estava estável, decidiu “que não dava mais pra ficar desistindo de coisas que queria por causa de grana” e investiu na programação. O reestabelecimento financeiro como programador, aliado ao fato de começar a morar sozinho, o suscitaram a retomar o contato com a família e propor que seu pai e seus irmãos fossem morar com ele e ajudassem em alguns

gastos domésticos, enquanto o aluguel ficaria sob sua responsabilidade. Assim, segundo suas palavras, ele se tornou o “homem da casa”:

Isso foi bom no começo e aí eu percebi que não era bom não. Meus pais ficaram meio “submissos” a mim. Eu tinha virado o “homem da casa”, mas isso não tava fazendo bem pra família em si. Meu pai não conseguia ser pai dos meus irmãos. Essa configuração da casa bagunçou um pouco as relações. Quando minha irmã precisava de ajuda ou queria alguma orientação ela me procurava ao invés dos meus pais, saca? E eu tava ajudando a manter essa configuração. Eu tbm não conseguia ser menos do que eu era, eu não conseguia mais ser o filho que era antes. Mas a oportunidade de sair de casa só veio muito tempo depois, mas isso ajudou meus pais a se organizarem nas finanças um pouco. Hoje eles conseguem se sustentar já.

A história de reviravoltas de Tales, particularmente quanto à situação financeira e profissional é demonstrativa de uma experiência centrada no trabalho como meio de obtenção de estabilidade, reconhecimento familiar e, em última instância, uma masculinidade reconhecida enquanto aquela capaz de alcançar sucesso. Nesse processo de instabilidades ele conheceu a comunidade por meio de um amigo e me revelou que tinha interesse em fazer parte da maçonaria:

O principal motivo é meu interesse em “desenvolvimento pessoal”, qualquer coisa que me ajude a me tornar uma pessoa melhor. Na época eu tinha um bom interesse em entrar pra maçonaria e também tem o fato de ser um amigo que considero muito. Então acho que isso conta. Não acho que a comunidade e a maçonaria sejam semelhantes, a maçonaria cai pra um lado muito mais ritualístico creio eu do pouco que consegui conhecer né... sem contar que eu tenho essa impressão de que a maçonaria é meio como os escoteiros tem graus/degraus níveis que se galga também não gosto muito dessa hierarquia. Na maçonaria você é convidado a participar, não existe algo como “se inscreva aqui”. Eles que decidem (ou não) te convidar e a comunidade é bem mais fácil nesse aspecto. Tenho interesse em coisas relacionadas ao nosso crescimento como ser humano [...] meu amigo me indicou, chamou pra participar eu fui ver qual era.

A possibilidade de se inscrever na comunidade mais facilmente, sem nenhuma indicação específica como acontece na Maçonaria, assim como uma relação que julgava menos hierárquica garantiram a sua adesão. Em certa medida, a maçonaria, enquanto mais centrada na relação entre homens⁹ guarda afinidades com o que é

⁹ Embora em algumas vertentes haja a possibilidade de participação efetiva de mulheres.

proporcionado pela comunidade, no sentido de se configurar enquanto um espaço masculino, no qual homens se apoiam para alcançarem um grau mais elevado e prestigioso de sua masculinidade. Ainda, a rede estabelecida através desse tipo de arranjo social permite contatos de favorecimento, ao menos em alguns aspectos, no que se refere às esferas profissionais, podendo se assemelhar em alguns contextos ao que Tales denomina de “*network*”, que tanto faltava à carreira de turismo da qual desistiu. Em um sentido mais amplo, a associação entre Maçonaria e comunidade, apesar de ele identificar os pontos divergentes, poderia se relacionar à uma busca por constituir redes de socialidade através das quais pudesse obter suporte tanto subjetivo, quanto de redes profissionais, para manter atributos de masculinidade, recém conquistada junto à área de programação e pelo fato de ter assumido em momento concomitante, responsabilidades quanto à moradia familiar. Sobre sua concepção das atividades da maçonaria, Tales explica:

não tenho mta certeza do que eles fazem se realmente ajuda a ser uma pessoa melhor, mas acho que esse é o ponto deles eles também tem um desenvolvimento espiritual forte por lá do jeito deles...bem como alguns amigos...às vezes um grupo de amigos te ajuda a ser uma pessoa melhor e meu pai é maçom...na época eu queria participar, mas eu não curto mto o lance todo de fazer segredo saca? eu acho que se o que você faz é legal e é “certo” não tem pq ficar escondendo. Uma coisa é ser discreto outra é ser secreto não gosto mto do “secreto” prefiro discreto. Então eu queria algo como a maçonaria, mas que não fosse fechado como a maçonaria. Até hj eu tenho algum interesse na maçonaria. É só esse ponto que eu não consigo aceitar. Eu fico desconfiado.

As expressões segredo e discreto ao se referirem à Maçonaria e à comunidade, pautam-se, portanto, no fato de que a comunidade assumiria uma característica mais “discreta”. É possível indagar em que medida o discreto adquire nesse contexto um significado associado à masculinidade que não denuncie qualquer aspecto que possa corromper as relações entre os homens, sobretudo, publicamente. Essas relações, além de amparadas pelo sigilo, devem ser discretas, não ocasionando qualquer inferência de questionamento da masculinidade heterossexual dos homens que fizeram parte da comunidade. Isso faz com que sejam situadas mais no âmbito do discreto, ou seja, não tão secretas, incitando discursos que possam promover a adesão pela comunidade e sua imagem pública, mas minimamente reservadas, no sentido de não corroer a heterossexualidade, hegemônica nesse contexto.

A história de Tales articula elementos experienciados na família, trabalho e mídias digitais que visualizados num primeiro momento parecem não ter ligação. Os elementos em torno da relação familiar instável a partir das dívidas do pai, somados

à aproximação com a carreira de informática e posterior responsabilidades assumidas perante a família foram importantes no que se refere ao processo de adquirir masculinidade respeitável e bem sucedida na esfera profissional, culminando na esfera familiar e mais tarde, afetiva. O trabalho pode ser considerado como um modo de re-ordenamento subjetivo de sua experiência de instabilidade familiar, pois foi a partir dele que conseguiu relativa segurança. Por isso em seu discurso aparece o aspecto individualista ao qual se intersectam trabalho e dinheiro, isto é, em seu discurso meritocrata, conforme definido por ele mesmo, independente da pessoa ter sofrido momentos de inseguranças financeiras e familiares, se trabalhar bastante consegue dinheiro, atributo fundamental de avaliação pessoal e, principalmente masculina, baseada no discurso do sucesso, além do saudável. Nesse âmbito, pode ser considerado saudável para a masculinidade trabalhar muito, desde que com isso se consiga dinheiro.

Em um contexto no qual lhe tinha sido cobrado passar no vestibular em universidade pública e entrar para a carreira militar, ter sido “o homem da casa” por determinado período, lhe conferiu atributo de êxito aliando trabalho e masculinidade. Em uma conjuntura na qual as cobranças em torno de estabilidade profissional e financeira ganhavam teor muito forte para Tales, a rede de relações surge como suporte subjetivo para lidar com esse cenário. Isso se dá de modo a manter-se firme no caminho da ascensão profissional, que inclusive lhe trouxe a possibilidade de exercer uma masculinidade hegemônica na família.

Os aspectos relacionados à vida profissional também foram a tônica de minhas conversas com Felipe¹⁰, de 23 anos, estudante de Engenharia da Computação em uma universidade pública que morava com a avó em Goiânia. Quando começamos a conversar, Felipe me perguntava sobre a carreira acadêmica e concursos públicos, questionando sobre sua viabilidade financeira e capacidade de suprir demandas por estabilidade profissional. É filho de vendedor de joias e sua mãe – de quem advém a maior renda da família – trabalha em um banco público em Brasília, onde passou parte da infância, por conta da transferência do trabalho de sua mãe para lá. A vontade de fazer Engenharia da Computação veio do fato de sempre ter sido “bom em matemática” e seu primeiro contato com computadores foi no final dos anos 1990, especialmente com jogos.

Por conta da estabilidade profissional de sua mãe teve condições de ter computador em casa e acesso à internet desde seus primórdios no Brasil. Começou a fazer faculdade e no terceiro ano participou do programa nacional Ciências sem Fronteiras e foi para o Canadá. Seu interesse pela carreira acadêmica se deu por conta do desejo de fazer mestrado. Em certo sentido fui alocada numa posição de “conselheira acadêmica”, explicando sobre valor de bolsas, concursos para

¹⁰ Os depoimentos de Felipe foram transcritos a partir de entrevista realizada via *Facebook*.

professores, etc. Certa vez, Felipe inicia uma conversa comigo, em busca de desabafar sobre as cobranças familiares:

Só queria fazer um desabafo. Meu primo, sabendo que quero fazer Mestrado. “Mas você não vai trabalhar?” Ah, mas eu respirei muito fundo. Tá barril do lado de cá. Em que algumas pessoas da família acham que eu estou indo no mesmo rumo do meu primo viciado em cocaína (?), ser sustentado pela família. Mesmo com todo bom rendimento e todos os frutos que já deram, que nem intercâmbio. A explicação é que eu decidi não trabalhar enquanto tô fazendo faculdade.

As resistências familiares com relação à carreira acadêmica aliavam-se à oposição de seu pai com relação às práticas budistas. O pai de Felipe apareceu como figura repressora em nossos diálogos e, inclusive, em sua visão, era tido como ansioso, como alguém que não leva “um estilo de vida muito saudável, acabou com dificuldades de trabalho. Aí não conseguiu produzir muito”. Felipe estudou a maior parte da vida em “escolas de igreja”, começou a praticar artes marciais desde os quatro anos, com o *tae-kwon-do* e judô. Pensando em como evitar confrontos maiores com a família e de se manter sem sua ajuda, considerava a possibilidade de terminar os estudos trabalhando, mas pensava em prestar concurso público para isso e depois abandonar o cargo caso passasse no mestrado. Outro ponto que gerava discussão com seu pai se referia às práticas de meditação que Felipe costumava priorizar. No começo do ano seguinte estava planejando uma viagem de retiro para meditar, no entanto, a reação familiar não foi positiva:

Minha mãe não fala nada. Meu pai não gosta. Parece que ele realmente quer que eu viva de acordo com o molde dele. Qualquer coisa que saia disso, ele não conversa de igual pra igual. Nunca teve essa disposição. “O Felipe tá errado”. Sem nem considerar a possibilidade de ver um outro ponto de vista.

As circunstâncias narradas por Felipe sobre o que considerava “repressão familiar” se relacionam aos modelos de masculinidade aos quais não corresponde, contrastando com suas prioridades calcadas nos estudos, artes marciais e meditação, contrários à referência do pai. Os projetos de vida que sua família contemplava, o foco no trabalho ao invés de estudos e oposto aos retiros que Felipe buscava, o conduziam ao processo de tentativa de constituir uma masculinidade mais reconhecida no contexto familiar, através do concurso público, para que ao se dedicar a um trabalho formal garantisse tranquilidade mínima para posteriormente estudar e, principalmente, se manter sozinho. Nesse sentido, a participação na comunidade lhe ofereceu apoio emocional para lidar com essa conjuntura e aprender a “tomar atitudes” frente a esses contextos. Em suas palavras:

O que mais curto por lá é como tratam uns aos outros. Uma ideia de lá é bater o pau na máquina. Se tem algo a ser dito, será dito, e sem receio e doa a quem doer. Não por mal, mas há o pressuposto que as pessoas precisam olhar o mundo como ele é de verdade, sem ilusão. Enfim, um tapa na cara. (Não literalmente, claro.) É onde “nascem” os métodos para notarmos como somos medrosos, dispersos e outras características que a gente finge não ver.

A comunidade aparece, em seu discurso, como forma de aprendizagem de disciplina e apoio mútuo, que lhe fez praticar meditação e se dedicar aos estudos budistas, constantemente referidos em nossos diálogos. Funcionou como um medicamento para que pudesse se livrar dos estigmas de uma masculinidade não tão prestigiosa na família. Fazer parte dessa rede de apoio emocional lhe proporcionou referenciais de atitudes masculinizantes, apenas visualizados pelo “tapa na cara” que o fez acordar e assumir posturas mais ativas.

Os contatos que tive com os usuários da comunidade foram demonstrativos de como a negação de valores religiosos ou das expectativas vindas da família, aliados ao fato da saída de casa por conta dos estudos e posterior entrada na vida profissional adulta lhes foram determinantes para a entrada na comunidade. Ainda, insatisfações com a área profissional colocadas a partir de resistências aos modelos de trabalho tradicionais foram comuns e motivaram a tentativa de constituição de projetos profissionais próprios. No caso de Felipe os estudos apareceram como forma de se sentir seguro e produtivo profissionalmente. Para Tales, a importância do trabalho aliada mais às experiências práticas do que aos conhecimentos universitários e regimes flexíveis, aparece como um modo de questionar modelos de trabalho convencionais, com horários definidos e separação entre as esferas da intimidade e produtiva. Do mesmo modo, revelam resistências aos padrões impostos pela família, baseados, sobretudo, em modelos de masculinidades colocados pelos pais que não se adequam às suas visões. Lima e Oliveira (2017), entrevistando profissionais de Tecnologias de Informação, verificaram algo semelhante aos relatos de meus interlocutores:

[...] a construção da carreira e da identidade profissional se dá em meio à ideia da mobilidade, da atualização, da formação permanente e, sobretudo do protagonismo individual. [...] Significa tomar nas próprias mãos a responsabilidade por seu percurso ocupacional, o que, por um lado, pode produzir um efeito positivo, na medida em que agora o trabalhador segue em busca de suas realizações profissionais e pessoais; mas, por outro, pode produzir efeitos negativos, já que a não efetivação de seus sonhos, desejos e expectativas pode gerar sentimento de frustração, incapacidade e derrota. Afinal, a perspectiva individualista deixa o sujeito com o ônus e o bônus de seus projetos. Além disso, apontar que já aprendeu tudo

o que poderia na empresa pode representar apenas uma análise racional de que encerrada as possibilidades de “ganhos” em conhecimento, o caminho natural seria “partir para outra”. Mas também tende a representar a incorporação da ideologia do trabalho flexível, propagada pelas mídias empresariais; da necessidade de mobilidade, que difunde o não enraizamento em direção a novos horizontes; da negação do comodismo ou da “mesmice”. A permanência no emprego, antes percebida como fidelização na relação empresa-trabalhador, agora é percebida como problema que indica um trabalhador pouco inovador, que não arrisca e não empreende. Na construção de novas subjetividades, difunde-se a ideia de um perfil de profissional capaz de atender ao atual momento do capitalismo, isto é, que seja capaz de se adaptar rapidamente às mudanças, que seja móvel e que tenha características de liderança. (LIMA; OLIVEIRA, 2017, p.134)

Em suma, o trabalho, colocado numa perspectiva de projeto profissional individual e visto como meio de conquistar sucesso e dinheiro adquire significado de masculinidade para que, especialmente, seja tido como uma resposta aos contextos familiares que ora condenavam e estigmatizavam suas expressões de gênero não ancoradas nos modelos advindos dos pais, ora lhes traziam referenciais não bem sucedidos financeiramente.

A pesquisa de Michael Kimmel (2008, p.24) sobre homens estadunidenses com idades entre 16 e 26 anos constata mudanças no que se refere às relações afetivas, trabalho e família que se relacionam às masculinidades. De acordo com o autor, as etapas da vida desses homens têm sofrido alterações no sentido de evitarem marcas geracionais definidas pelos demógrafos como saída de casa; término de uma etapa da educação; começar a trabalhar; casar; ter um filho/a. Em caso brasileiro, é possível verificar a partir de meus interlocutores, que esses marcadores geracionais para esse contexto de homens brancos, heterossexuais, de classes médias e médias altas também estão sendo borrados. Isso os leva a adotar esses regimes flexíveis de trabalho ou preferir pela concentração nos estudos como Felipe, concomitantemente aos ideais de projetos profissionais individuais – como desenvolver *start ups* em tecnologias – que os permitem alcançar os ideais a partir desses referenciais de homens que trabalham com inovações tecnológicas e constituir masculinidades em rede.

Essa socialidade possui efeitos subjetivos de tal modo que colabora para nutrir uma compreensão individualista do sujeito, cuja aposta de sucesso concentra-se exclusivamente nele mesmo. Christina Scharff (2016) argumenta, a partir de entrevistas com mulheres musicistas, que existe uma retórica empreendedora por trás dessas subjetividades, permitindo observar o que ela chama de vida psíquica do neoliberalismo. De acordo com a autora, “o incentivo neoliberal para se administrar como empresa atravessa dinâmica de poder de gênero, racializada e de classe, levanta questões sobre os efeitos psicossociais do neoliberalismo” (SCHARFF,

2016, p.109), de tal modo que “a concorrência também parece ser auto dirigida, sugerindo que indivíduos empreendedores competem consigo mesmo, e não apenas com os outros” (SCHARFF, 2016, p.108).

Nesse sentido, os relatos de meus interlocutores demonstram que apesar de seus percursos profissionais terem sido inconstantes têm a possibilidade de se conceberem como agentes de sua própria trajetória profissional, provavelmente por serem brancos, heterossexuais e de classes médias e médias altas. As relações em rede lhes ofereceram subsídios para lidarem com novas configurações no universo do trabalho, de modo a possibilitarem ampliação de repertórios para constituírem-se como empreendedores de si mesmos, exercitando e disciplinando suas subjetividades.

Exorcizando os fantasmas dos “mimadinhos” e “nerds”

Durante a pesquisa de campo era comum que os interlocutores me dissessem como se aproximaram da comunidade pela necessidade de aprenderem a conquistarem mulheres. Esse discurso era tido como um fim para se libertarem das referências que os alocavam a posições feminilizadas ou pouco reconhecidas socialmente no que se refere à masculinidade. Consequentemente, vislumbraram através da comunidade, chances de se desvencilharem de antigos estigmas que marcaram suas experiências na infância e adolescência. Essa rede lhes auxiliou a visualizar meios de como lidarem com a construção da masculinidade junto à entrada na vida adulta e estabelecimento de relações afetivas.

Edson¹¹ tinha 27 anos, nasceu e morava no Rio de Janeiro sozinho no apartamento recém adquirido na Zona Sul após anos de trabalho. Formado em Sistema de Informação, trabalhava há aproximadamente seis anos em uma empresa de médio porte que desenvolve programas para outras empresas. Nas conversas que tivemos, as expressões que usava para se definir eram subalternas:

Acabei sendo o filhinho perfeito da mamãe, *nerd*, sempre nota boa, cabelinho penteado de lado. Tinha uma aposta na rua de que quando ficasse maior, seria gay, mas no meio do caminho tive amizades, algumas influências, e acabei virando essa coisa aqui. Resumindo era fazer tudo o que ela queria e nunca estar exposto ao mundo, sempre embaixo da saia dela. Faço parte da geração ruim, aquela de criados por pais separados, sempre morando com mães superprotetoras e vestindo o uniforme da escola com calças por cima de camisetas e cabelo penteado de lado. Como mamãe gosta. Sofria bullying na escola pq era *nerd* e terminei gerando

¹¹ Os depoimentos de Edson foram transcritos a partir de entrevista realizada via *Facebook*.

traumas e medos de pessoas. As pessoas da rua em que eu morava falavam que eu seria gay pq não jogava bola, não empinava pipa, ficava sempre dentro de casa e quando aparecia era de mãos dadas com a minha mãe, sempre muito educado, muito tímido...pelo menos eu acho que era por isso.

Edson tinha saído de casa há dez anos pra morar com um amigo e trabalhar com informática. Sua mãe não aceitou a mudança e por isso se falavam muito pouco. O bullying que sofreu na escola colaborou para desenvolver o que denomina de “trauma de pessoas” e fez com que a informática e a internet fossem uma “boa fuga”. Logo na infância ganhou o primeiro computador de sua mãe que trabalhava em uma empresa de grande marca de eletroeletrônicos. Os obstáculos apresentados pelo fato de ser “*nerd*”, “magro”, “filhinho de mamãe”, ter se relacionado com poucas mulheres e ser tido como gay, o levaram à introspecção circunscrita ao uso de computadores, aos jogos de vídeo game, programação e uso da internet. Também pela internet, se aproximou de mulheres, que era uma dificuldade que enfrentava. Sua entrada na comunidade, inclusive, se deu pelo interesse de aprender a conquistá-las, o que, posteriormente, foi modificado conforme relata detalhadamente:

Trabalho com informática, mais especificamente com desenvolvimento de sistemas e sempre fui fissurado por informática. Fui crescendo, adolescente, fui tendo problemas com mulheres, como todo adolescente, achava que era só eu que tinha esses problemas. Cheguei a maioridade. Entrei na comunidade visando aprender a pegar mulher, ser Don Juan e ensinar outros moleques. Porém, vi que o foco ali era conseguir ser alguém melhor. Aprender a trucar a vida, não aceitar meu sofrimento ou o dos outros como algo que acontece. Sem tanta dependência de ciúmes e controle, inveja, raiva, etc. Me envolvi bastante com o projeto e passei por coisas que nunca imaginei que aconteceriam comigo naquela época. Namorada traindo, perdendo emprego, família morrendo, casa despencando, a vida inteira desmoronando. Mas dei a volta por cima e consegui me erguer com a ajuda do pessoal lá. Tenho a impressão que as melhores coisas de um fórum não são os conteúdos que são gerados lá, mas sim os relacionamentos que se constroem por pessoas que nunca se falariam cara a cara. Já saí de lá, mas mantenho contato com um médico, um dono de uma editora, um biólogo. Essa é a parte boa, conhecemos pessoas com mundos totalmente “diferentes”, mas vemos que nossos dramas são todos iguais. Ter o apoio de quem já passou por certas situações. [...] Quando saí eu era um cara que praticava exercícios, meditação, estava parando de fumar, meditava todos os dias, calmo, sincero, amigo, etc. Hoje bebo todos os dias pelo menos cinco latas de cerveja. Me masturbo todos os dias, fumo um maço por dia e não pretendo parar. Parei de fazer exercícios. Não medito mais. O velho moleque mimadinho pela mãe quando fica mais velho.

A experiência de Edson é alusiva de como os usos da tecnologia lhe propiciaram elementos para lidar com estigmas sobre sua masculinidade por meio da socialidade com outros homens, e o libertaram das marcas de sua infância carregadas de violência exercida pelo bullying e isolamento social. Sua experiência social se deu no sentido em que foi alocado a uma posição feminilizada do “mimadinho da mamãe”, “nerd”, “educado” e “tímido” em contraposição ao garoto que joga bola, solta pipa e por estes motivos desde a infância, se associa à conquista de mulheres e não à homossexualidade.

Não obstante, a comunidade, em sua perspectiva, oferecia as chances de adquirir conhecimentos suficientes para “pegar mulher” e transmitir para outros amigos que tinham experiências semelhantes, adquirindo posição hegemônica na relação com estes. A figura do Don Juan em seu depoimento aparece em contraposição à figura do “nerd”, “mimado” e “gay” que o assombravam na infância, como se a partir do momento em que adquirisse atributos que o assemelhassem ao conquistador, estivesse livre da abjeção associada ao menino fraco, incapaz de atrair as mulheres e escondido atrás da tela de seu computador.

Em suma, os aspectos selecionados por Edson referem-se a um processo de renegar atributos de masculinidade indesejados e ir em busca de outros, socialmente reconhecidos, principalmente pela figura do “pegador”. Falar com outros rapazes ensinando-os a serem conquistadores pode ser interpretado enquanto tecnologia de gênero adquirida juntamente aos usos das mídias digitais. A socialidade que ofereceu apoio emocional contrasta com a figura do menino passivo e pode ser concebida como masculinizante.

As orientações contidas nessa rede de relações contribuíram para construir em cada sujeito, habilidades que pudessem desenvolver individualmente, como se estivessem assim, colaborando para uma lógica meritocrata que visualiza imperfeições e busca corrigi-las, num ato de empreender uma subjetividade exitosa. A partir desses princípios, se o sujeito soubesse utilizar bem esse treinamento e aproveitar as relações ali colocadas, teria sustentação e apoio emocional, sobretudo, para lidar com todas as armadilhas que o impediam de ser um homem melhor nos sentidos afetivos e profissionais. Essa agência individual aponta para como as relações foram constantemente fortalecidas e moldaram concepções de masculinidade. Nesse sentido, essa dinâmica social configura termos de projetos de masculinidades, que a partir da perspectiva de Connel e Messerschmidt (2013):

[...] Podem ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real. Mesmo assim esses modelos expressam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos. Eles oferecem modelos de relações com as mulheres e soluções aos problemas das relações de gênero. (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.253).

Ainda que o foco destoasse de referências que meus interlocutores buscavam adquirir na entrada da comunidade, como ensinamentos para serem pegadores, essa socialidade desemboca em uma masculinidade construída em rede. A masculinidade ali representada atuou no sentido de constituir-se hegemônica nesse contexto em particular e opera como uma disciplina que, corresponde ao que Shcarff (2016, p.108) averigua: “sujeitos empresariais rejeitam aqueles que não são empreendedores. [...] esses repúdios não são efeitos colaterais de subjetividade empreendedora, mas são constitutivos dela”.

Somado a isto, explicitando o que a comunidade não era na primeira descrição do projeto, eram destacados vários tipos de práticas terapêuticas refutadas, assim como uma série de manuais de sedução. O trecho abaixo demonstra como era necessário afirmar que muitos homens participantes faziam terapia ao mesmo tempo, assim como pegavam mulheres ou eram casados, o que não colocaria em dúvida a masculinidade heterossexual predominante, tampouco a originalidade da comunidade ao oferecer um espaço diferenciado do que já existe.

Alguns fazem terapia, muitos namoram ou são casados e vários pegam mulher direto. Ou seja, a comunidade não se confundiu com um espaço terapêutico, não se configurou como um refúgio de *nerds* desincorporados e não se reduziu tampouco a um reduto de solteiros em busca de métodos infalíveis de sedução¹².

A resistência na definição como um grupo terapêutico, de autoajuda ou ajuda mútua masculino poderia se referir à tentativa de promoverem um tipo de “treinamento” que se coloca num âmbito diferente dos discursos feminilizados e com receituários para orientação íntima mais acessíveis às classes populares. Um dos coordenadores explica:

Quando a gente fala em transformar, a gente fala muito em abrir espaço, então não é uma coisa guiada, não é coach, não é terapia, não é auto-ajuda. Então esse processo precisa muito ter um comprometimento, interesse e abertura e disponibilidade das outras pessoas. É uma coisa nossa de não guia, não guru, não coach, é uma postura meio de caseiro, mais ombro a ombro, mais lado a lado, mais nas trincheiras com as pessoas¹³.

Logo, a rede de contatos estabelecida confirma um investimento emocional nos usos das mídias digitais, deixando à disposição de seus usuários relações que se sustentam conjuntamente com essa infraestrutura de sistema, nos termos de Nancy

¹² Trecho de explicação sobre a comunidade retirado do seu site de origem.

¹³ Trecho de explicação sobre a comunidade retirado do seu site de origem.

Baym (2013). Ou seja, o modo como a comunidade funcionava, inclusive restrita apenas aos homens que pagavam, apresentando conteúdos exclusivos e direcionados, contemplava perfis de classe social, gênero e raça muito específicos, oportunizando a partilha de sentimentos em uma rede socialmente segura e preparada, na visão de meus interlocutores, a fornecer treinamento de suas subjetividades, que funcionaram como discursos de empreendedores de si, exorcizando seus fantasmas de infância.

Em outras palavras, o que essa rede disponibilizava era a garantia de segredo e exclusividade na confiança de masculinidades inseguras no trabalho e na vida afetiva, sobretudo, que ia além do que a plataforma elicitava, já que as relações percorriam fluxos além daquele espaço, pois mantinham contato, ainda que não participassem dos fóruns e atividades. Os usos da comunidade podem ser lidos como modelagem social de masculinidades por meio das mídias digitais e não meramente como formas de comunicação entre os sujeitos independente de seus contextos sociais. Assumem, portanto, uma forma cultural (WILLIAMS, 2016) que estende os repertórios de masculinidade de meus interlocutores ampliando suas concepções sobre trabalho e relações afetivas.

Os resultados da comunidade só podem ser entendidos pelo modo como ela despertou uma socialidade que funcionou para determinados grupos de homens insatisfeitos com a subalternização social de suas masculinidades. A rede estabelecida alimentou expectativas quanto às tecnologias como solução tanto para suas incertezas no trabalho quanto para as inseguranças com as mulheres, fortalecendo discursos de que poderiam ser empreendedores de si mesmos nas esferas profissionais e afetivas. Por sua vez, se transformou em uma empresa que disputava com outros referenciais de auxílio como a autoajuda ou ajuda mútua e, para prosperarem, buscaram masculinizar o apoio emocional pelas mídias digitais, consistindo também em um modelo de negócios. Assim, o envolvimento com essa rede de socialidade apontou para um processo de transformação subjetiva de meus interlocutores, de modo a se sentirem minimamente confortáveis para a expansão posterior para as mulheres em outra plataforma, oportunizando manter os rendimentos em outro negócio comercial.

Considerações finais

Neste texto busquei demonstrar como as mídias digitais aglutinam experiências de homens que lidam com inseguranças na esfera profissional e afetiva. A ideia de sucesso do que se considera pequenos empreendimentos caracterizados como “empresas de garagem” se trata de um mito se aplicada ao entendimento do meu campo, pois faz parte de um determinismo tecnológico que vê a tecnologia como fora da sociedade, desconsiderando, sobretudo, aspectos de gênero. Embora

o serviço comercial oferecido aos homens que compuseram meu campo de pesquisa se pautasse por discursos de êxito, era, na verdade, produto de uma rede de relações e apropriações de tecnologias comercialmente disponíveis e não trabalho de sujeitos isolados cujo esforço individual e deslocado do contexto social lhes garantiria triunfo social e econômico.

A comunidade analisada despertou anseios dos usuários de aprenderem a lidar com a esfera afetiva, entre homens cujas experiências são marcadas por acesso às mídias digitais desde a infância e adolescência. Ampliou suas visões para além dessa necessidade, no sentido de disciplinar suas subjetividades para que se desvinculassem de referenciais de masculinidades estigmatizadas em figuras recorrentes que fizeram parte de sua infância e adolescência.

Aprenderam a desconstruir os sentidos de masculinidades hegemônicas e os reconstruírem por meio da camaradagem estabelecida através das mídias digitais, que se configuraram como um modelo de negócios restrito ao apoio emocional para homens. As mídias digitais legitimaram partilha de emoções entre eles e colaboraram nos seus discursos para o processo de construção coletiva de sentidos de masculinidades que iriam modificar os referenciais considerados subalternos nesse contexto, como os que se associam à feminilidade ou à masculinidade não bem sucedida no aspecto profissional e afetivo.

O processo dos sujeitos se auto constituírem coletivamente refere-se ao modo como se interpelaram em relações de socialidade e teve como resultado a compreensão de si como empreendimento. Conforme mencionado em campo, a rede funcionou como forma de esculpir cumplicidades entre homens que, “ombro a ombro, nas trincheiras”, desafiavam seus percursos de vida e tentavam, ainda que individualmente, serem senhores de seu próprio destino, gestores de suas subjetividades, como se gerissem uma empresa.

IN GARAGE ENTERPRISES: REFLECTIONS ON MASCULINITY, ENTREPRENEURSHIP AND DIGITAL MEDIA

ABSTRACT: *The article analyzes the relationship between digital media and emotional support, emphasizing the ways in which they articulate the meanings attributed to network masculinities. The research was conducted through interviews with men, who identify themselves as white, heterosexual and autonomous professionals who were part of an online community. The study shows how that community, before being understood as an innovative enterprise, consolidates itself based on relationships between men, who find a space to deal with the professional insecurities they experienced, regarding the masculinity conventions. In this sense, this social network enable them to be entrepreneurs of their own and seek to transform*

Nas empresas de garagem: reflexões sobre masculinidades, empreendedorismo e mídias digitais

them into men who are socially admired for their professional achievements and affective relationships. That community has made this social moulding of masculinity through digital media a business model of emotional support restrict to men with a specific social profile of social class, sexuality and race.

KEYWORDS: *Digital media. Communities. Masculinities. Entrepreneurship.*

EN LAS EMPRESAS DE GARAJE: REFLEXIONES SOBRE MASCULINIDAD, EMPRENDIMIENTO Y MEDIOS DIGITALES

RESUMEN: *El artículo analiza las relaciones entre los medios digitales y el soporte emocional, enfatizando las formas en que se articulan a los sentidos atribuidos a las masculinidades en red. La investigación se llevó a cabo a partir de entrevistas con hombres que se identificaron como blancos, heterosexuales y profesionales liberales que formaban parte de una comunidad en línea. El estudio muestra cómo la comunidad, antes de ser entendida como una emprendimiento innovador, se consolida a partir de las relaciones entre hombres, que encuentran un espacio para enfrentar las inseguridades profesionales que experimentaron, en relación con las convenciones de las masculinidades. En este sentido, esta red social hace posible que sean emprendedores de sí mismos y que busquen convertirse en hombres socialmente admirados por sus logros en el trabajo y en las relaciones afectivas. La comunidad ha hecho de este modelo social de masculinidad en los medios digitales un modelo de negocio de apoyo emocional restringido a los hombres con perfiles sociales específicos de clase social, sexualidad y raza.*

PALABRAS CLAVE: *Medios digitales. Comunidades. Masculinidades. Emprendimiento.*

REFERÊNCIAS

BAYM, Nancy. Social Networks 2.0. In: M. Cosavo e C. Ess (orgs). **The Handbook of Internet Studies**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.

CONNEL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1), p.241-282, janeiro-abril. 2013.

FACIOLI, Lara Roberta Rodrigues. Mídias Digitais e Horizontes de Aspiração: um estudo sobre a comunicação em rede entre mulheres das classes populares brasileiras. São Carlos. 230f. **Tese** (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

FACIOLI, Lara Roberta Rodrigues; PADILHA, Felipe. O desejo da metrópole: gênero, sexualidade e mídias digitais. *Periodicus*, n. 9, v. 1, p.377-399, maio-out. 2018.

KIMMEL, Michael. **Guyland**: the perilous world where boys become men. HarperCollins ebooks, 2008.

LIMA, Jacob.; OLIVEIRA, Daniela Ribeiro de. Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília – Volume 32, Número 1: 111-143. Janeiro/Abril 2017.

PRADO, Juliana do. Dos consultórios sentimentais à rede: apoio emocional pelas mídias digitais. 2015. 269f. **Tese** (Tese de Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Carlos, 2015.

RAKOW, Lana F. **Gender on the Line**: Women, the Telephone, and Community Life. Illinois Studies in Communications. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1992.

SCHARFF, Christina. The Psychic Life of Neoliberalism: Mapping the Contours of Entrepreneurial Subjectivity. *Theory, Culture & Society*. Vol. 33(6) 107–122, 2016.

MACKENZIE, Donald.; WAJCMAN, J. Introductory essay. *In*: D. MACKENZIE; J. WAJCMAN. **The social shaping of technology**. Buckingham, Open University Press, p.1-25, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão**: tecnologia e forma cultural. Trad. Márcio Serelle; Mário F. I. Viggiano. 1a ed. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte, PUCMinas, 2016. Elicitava

Recebido em 27/03/2020.

Aprovado em 06/05/2020.

Artigos

VIÉS ALGORÍTMICO – UM BALANÇO PROVISÓRIO

*Letícia SIMÕES-GOMES**

*Enrico ROBERTO***

*Jônatas MENDONÇA****

RESUMO: Este artigo se insere no campo da Sociologia Digital e objetiva realizar um balanço bibliográfico sobre viés algorítmico (*algorithmic bias*) nas Humanidades, observando quais definições, causas, diagnósticos e perspectivas são apresentadas para o fenômeno. Tomando por base artigos presentes nos principais portais de periódicos nas línguas inglesa, espanhola e portuguesa, foram encontrados majoritariamente artigos de cunho ensaístico, produzidos no Norte Global, com baixa penetração da temática nas literaturas em espanhol e português. Percebe-se certa indefinição sobre o termo, ora tratado como sinônimo de discriminação, ora como sua causa. Como principais fontes de viés, foram identificadas a construção de ferramentas e os dados de treinamento. Esses fatores ressaltam a necessidade de aumentar a transparência no desenvolvimento de algoritmos; ademais, sugerem tendência analítica de enfatizar o caráter subjetivo do viés algorítmico. Esses achados salientam a importância de integrar à análise elementos que transcendem a subjetividade desses atores.

PALAVRAS-CHAVE: Viés algorítmico. Algoritmo. Discriminação. Sociologia Digital.

* USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Núcleo de Estudos da Violência. São Paulo – SP – Brasil. 05508-080 - le.simoesgomes@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6329-6115>

** USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito na USP. São Paulo – SP – Brasil. 01005-010 - enrico.roberto@live.com. <https://orcid.org/0000-0001-9438-9173>

*** USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo – SP – Brasil. 05508-080 - mendonca.jonatas@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-1746-8131>

I. Introdução

A vida social contemporânea está impregnada por novas tecnologias digitais¹ e pelos algoritmos que as compõem, sendo usadas para interação com outras pessoas e instituições, para movimentação por espaços públicos, para a produção e recriação de subjetividades (LUPTON, 2015). Tal processo de normalização das tecnologias digitais no mundo social gera uma infinidade de dados e metadados sobre hábitos, padrões de consumo e de interação. Essas tecnologias se desdobram em uma miríade de produtos – de objetos inteligentes (*smart objects*), conscientemente adquiridos e manipulados, a sensores e outros aparelhos dispersos pelos territórios por onde se circula (como *smart cameras*, ou outros sensores de ambiente). Imperativo para o tratamento e utilização deste *big data*² é o uso de sistemas algorítmicos que automatizem os processos de tratamento, categorização e filtragem de dados.

A partir da aplicação de tais modelos algorítmicos a dados digitais³ é possível extrair correlações entre categorias, que são postas a serviço dos mais diversos propósitos. Um deles é a manutenção dessas tecnologias. Outras aplicações passam pela consolidação e comercialização de dados agregados com objetivo de aumentar a sua precisão sobre agrupamentos sociais com fins de *micro-targeting*, por treinamento de outros sistemas algorítmicos, pela promoção de controle e vigilância estatais, entre outros. Daqui extraem-se três questões: a primeira é que esses dados, automaticamente coletados, tornam-se mercadoria quando agregados. A segunda é que, uma vez vendidos, são utilizados em outras atividades às quais não estão inicial e diretamente relacionados, além de serem manipulados com o auxílio de processos automatizados. Finalmente, ressalta-se a interatividade entre indivíduos, dados e análise, uma vez que tais tecnologias incidem e geram impactos sobre o mundo e a vida social (MARRES, 2017)⁴.

Alguns estudiosos apontam que a tendência de valorização e comercialização de dados está associada a uma orientação da lógica capitalista em termos de ganhos em produtividade e rentabilidade (ZUBOFF, 2018; 2019; FOURCADE; HEALY, 2016), além de a processos mais amplos de quantificação da vida social e de movimentos de categorização (PASQUALE, 2017; POWER, 2004; LE GALÈS,

¹ O termo tecnologia digital se refere à conjunção de *software* e *hardware* em um dispositivo, bem como à infraestrutura necessária para seu funcionamento (LUPTON, 2015, p.7).

² Boyd e Crawford (2012, p.663) argumentam que a característica primordial do *big data* não é a grande quantidade de dados reunida em uma base, mas a capacidade de buscá-los, agregá-los e cruzá-los. Para elas, *big data* é um fenômeno “cultural, tecnológico e acadêmico” que articula tecnologia, análise e mitologia.

³ Dados digitais, aqui, dizem respeito ao registro e transmissão de dados codificados (em sequências binárias) por meio de tecnologias digitais (LUPTON, 2015).

⁴ Em que medida “interação” permanece sendo um conceito adequado para a descrição e denominação desse fenômeno, foge ao escopo deste artigo.

2016; HACKING, 1990)⁵. Apresentados e vendidos como potenciais soluções a problemas sociais, sistemas algorítmicos são mobilizados como formas de aumentar a eficiência de processos os mais variados (CASTRO, 2018; MACHADO, 2018), de modo mais objetivo e cego a diferenças sociais, colocados como mais neutros, previsíveis e precisos (BOYD; CRAWFORD, 2012; LUPTON, 2015)⁶.

Há uma literatura em expansão polemizando tais afirmações, respaldada em campos consolidados de investigação sobre tecnologias, discriminação, desigualdade e quantificação. De matriz multidisciplinar, esses estudos abordam a produção de vieses algorítmicos (*algorithmic bias*), discriminação algorítmica (*algorithmic discrimination*), e filtragem/perfilamento algorítmico (*algorithmic profiling*). Dentro desse contexto, apresenta-se uma revisão bibliográfica acerca da temática do viés algorítmico nas Humanidades, com base nos principais portais de periódicos nas línguas inglesa, espanhola e portuguesa. O objetivo é acompanhar o surgimento e desdobramento do debate sobre o viés algorítmico, com ênfase nas definições, perspectivas e nos diagnósticos que circulam na literatura acadêmica neste momento.

Após introdução aos conceitos centrais da área, a segunda seção descreve a metodologia usada para o levantamento e sistematização dos trabalhos. A terceira seção discute a literatura internacional sobre viés algorítmico, destacando as famílias de definições presentes, as causas e as consequências apontadas para a existência de viés algorítmico, além de quais perspectivas são apresentadas para reduzi-lo ou superá-lo. A quarta seção trata dos trabalhos em português, atentando para a abordagem do tema no Brasil e para eventuais diálogos com perspectivas internacionais. A quinta e a última seções discutem tendências identificadas e tecem considerações para o subsequente desenvolvimento de pesquisas sobre o tema.

Como ponto de partida, cabe definir o que se entende por algoritmo. Em um sentido amplo, um algoritmo é uma sequência de instruções a serem cumpridas em uma determinada ordem, ou “procedimentos codificados que, com base em cálculos específicos, transformam dados em resultados desejados” (GILLESPIE, 2018, p.97). No entanto, é usada aqui a acepção contemporânea de “algoritmos digitais”, como “entidades reais que consistem em operações finitas de cálculo, bem como sequências incomputáveis de dados” (DIXON-ROMÁN; NICHOLS; NYAME-MENSAH, 2019, p.4, tradução nossa). Nesse ponto, convém notar que

⁵ Assunto que se discute, na sociologia, pelo menos desde a filosofia do dinheiro.

⁶ Boyd e Crawford (2012, p.663, tradução nossa) destacam o aspecto “mitológico” do *big data*, isto é, da “crença generalizada de que grandes conjuntos de dados oferecem uma forma superior de inteligência e conhecimento que pode gerar *insights* que antes eram impossíveis, com a aura de verdade, objetividade e precisão”.

se referir ao viés algorítmico trata-se do enviesamento estatístico⁷ ou moral⁸, ou da discriminação causada por meios algorítmicos –, isto é, da automatização de cálculos e processamento automatizado de dados.

Com base na literatura pesquisada realiza-se uma tentativa inicial de apresentar o que se entende por “viés”.

Embora haja diversas modalidades de algoritmos, o fenômeno do viés algorítmico é associado primordialmente ao uso de algoritmos de aprendizado de máquina (*machine learning*). Neste processo, o sistema apreende padrões contidos em um conjunto de dados com o qual é alimentado previamente, e faz uso de tais padrões para chegar a resultados não explicitamente programados pelos seus desenvolvedores, além de projetar tais padrões apreendidos a novas situações (ALPAYDIN, 2017).

Pode-se assim afirmar que o aprendizado de máquina é uma forma de processamento de dados, isto é, de taxonomia. Estudos a esse respeito chamam atenção para a construção de classes de equivalência, desde as etapas de seleção das qualidades, constituição das categorias à modelagem, gerando informações que modificam interpretações da realidade, bem como a realidade em si (DESROSIÈRES, 2011). Por exemplo, um algoritmo ao qual são apresentadas inúmeras imagens de rostos anotados, por humanos, com as classificações “homem” ou “mulher”, será capaz de identificar padrões distintos (uso de cabelo curto ou comprido, maquiagem etc.) de cada uma das fotos a eles alimentadas e, posteriormente, classificar outras fotos de rostos que não faziam parte do conjunto que o alimentou inicialmente. Segundo Desrosières (2011), essas práticas taxonômicas foram, historicamente, objeto de disputa. Agora, “[o] estabelecimento da concordância [passa a ser] deslocado para a construção negociada das próprias máquinas. Porém, mesmo então, a controvérsia sobre esses mecanismos pode ser novamente desencadeada” (DESROSIÈRES, 2011, p.278, tradução nossa). Seguindo essa visão, a discussão sobre o viés algorítmico é uma das formas de reavivamento dessas controvérsias.

II. Metodologia

Entre os dias 15 e 30 de janeiro de 2020, foram buscados artigos científicos publicados em periódicos nacionais, latinoamericanos (língua espanhola), e de

⁷ O viés estatístico ou técnico deriva da manipulação de classes de generalizações em um banco de dados que, por motivos técnicos, geram resultados desiguais entre grupos, ainda que não tenha como objetivo expresso a discriminação e reprodução de desigualdades.

⁸ Viés moral refere-se ao uso de generalizações baseadas em preconceitos visando a resultados discriminatórios. Conforme será discutido, a diferenciação entre viés moral e estatístico, embora analiticamente possível, tem aplicação comprometida ao pressupor que a produção de vieses técnicos estaria desvinculada de considerações morais.

língua inglesa. A opção por esses idiomas baseou-se no reconhecimento de que esta temática surgiu inicialmente em países com implementação mais acelerada de tecnologias digitais em domínios cruciais da vida social – como, por exemplo, a automação de processos relacionados ao provimento de serviços estatais e privados⁹ –, países nos quais domina a literatura científica em língua inglesa. Além disso, interessa investigar como essa discussão ressoa em outros centros de produção científica mais próximos ao contexto brasileiro, se há apropriação desta temática, quais questionamentos são trazidos e se há inovações teórico-metodológicas.

Devido à profusão de artigos em língua inglesa, a busca se concentrou em periódicos da área de Humanidades, com foco no campo da Sociologia. Desse modo, uma produção significativa de livros, relatórios, capítulos de coletâneas e anais de congresso foi descartada, a despeito da sua reconhecida relevância para a difusão e discussão internacional do tema¹⁰. Por ser uma produção recente não foi estabelecido recorte temporal; os bancos de dados selecionados (pela abrangência) podem ser visualizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Portais de periódicos e bancos de dados de artigos consultados

Nacionais	Latinoamericanos	Demais países
BIB ¹	SciELO	Google Scholar
Banco de teses da CAPES	Latindex	HeinOnline
Anais LAVITS ^{1*}		DOAJ ⁴
Anais Humanidades Digitais [*]		Taylor & Francis
Anais ANPOCS ^{3*}		JSTOR

Fonte: Elaboração própria.

* Anais incluídos conforme discussão apresentada adiante

¹ Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais

² Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade

³ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

⁴ Directory of Open Access Journals

Em cada um deles, foram procurados artigos com os termos apontados no Quadro 2. Foram utilizadas as palavras-chave que estão na coluna à esquerda, em combinação ou não com os termos da coluna à direita.

⁹ Apesar de o caso chinês se enquadrar neste aspecto, os autores não dominam a leitura em mandarim.

¹⁰ Dentre os livros, destaca-se O'Neil (2016), Eubanks (2018), Pasquale (2015), Custers *et al.* (2012), Noble (2018), Benjamin (2019a), Benjamin (2019b).

Quadro 2 – Palavras-chave utilizadas para busca dos artigos

Termo	Combinação
viés algorítmico / algorithmic bias / sesgo algorítmico	N/A ¹
filtragem algorítmica / algorithmic profiling / perfil algorítmico & perfilado algorítmico	N/A
algoritmo / algorithm	Discriminação / discrimination / discriminación OU Viés / bias / sesgo
inteligência artificial / artificial intelligence / inteligencia artificial	
big data	
data / dados; digital	
Software	

Fonte: Elaboração própria

¹Não aplicável

A depender da base, foram encontrados entre 300 e 10 mil resultados. No caso da busca em inglês pelo Google Scholar, que reúne artigos já contidos em outras bases de dados, restringiu-se excepcionalmente a busca à expressão “viés algorítmico”, entre aspas. No JSTOR foram buscadas todas as combinações, porém restritas às entradas em revistas de Sociologia (recurso não disponível no Google Scholar). Os títulos e resumos dos resultados foram considerados manualmente, para assegurar que os artigos selecionados efetivamente abordassem o tema.

Ao cabo do levantamento bibliográfico, restaram apenas cinco artigos em língua portuguesa, o que suscitou a necessidade de busca de fontes alternativas na literatura nacional. Optou-se por agregar teses e dissertações, bem como artigos em anais de congresso. O acesso a essas produções ocorreu de duas formas principais: pela expansão dos critérios de recorte nos portais de busca acadêmica (como o Google Scholar) e pelo acesso direto a Anais de congressos relevantes para o tema: o Simpósio Internacional Lavits, os Encontros da ANPOCS e o Congresso Internacional em Humanidades Digitais¹¹. No que diz respeito às teses e dissertações, recorreu-se ao Banco de Teses da CAPES. Com essa medida a amostra de trabalhos nacionais foi ampliada para 13 artigos e nove dissertações.

Para sistematizar a análise do conteúdo de todos e cada um dos trabalhos selecionados, foi utilizado um formulário com 16 tópicos, elencados no Quadro 3. Para comparação entre gêneros textuais semelhantes, as dissertações foram

¹¹ A escolha pela não inclusão dos Anais dos Congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) se deu por considerações práticas: a inconstância da existência dos Anais e a falta de um endereço eletrônico único disponível limita a investigação.

destacadas em formulário à parte, ainda que dotado dos mesmos pontos de inquérito. A pré-estruturação de respostas a algumas questões, apesar de constituir um direcionamento do olhar do pesquisador ao seu objeto, possibilita sua comparação para amostras maiores. Além do título do artigo, foram coletados os seguintes dados:

Quadro 3 – Tópicos abordados no formulário para coleta de dados do artigo

Tópicos	
Número de autores	Definição de viés algorítmico
Ano de publicação	Causas do viés algorítmico
Nacionalidade do Artigo	Consequências do viés algorítmico?
Distribuição geográfica dos autores (pertencimento institucional)	Soluções para o viés algorítmico
Subgênero textual	Perspectiva teórico-metodológica
Distribuição geográfica do objeto empírico	Hipótese
Área do periódico	Principais argumentos
Tema do artigo	Palavras-chave ¹
Objeto do artigo	Outros comentários sobre uso do termo viés algorítmico

Fonte: Elaboração própria.

¹ Neste caso, palavras-chave, ou tags, não correspondem necessariamente àquelas propostas pelos autores, mas dizem respeito a tópicos que foram abordados com alguma profundidade ao longo do texto.

Após a elaboração e pré-teste do formulário, os autores padronizaram seu preenchimento. Ao longo da leitura, ficou claro que a pré-seleção de textos continha entradas que tratavam muito subsidiariamente – ou não tratavam em absoluto – de viés algorítmico; essas foram subtraídas da amostra. Eventuais referências derivadas da leitura desse *corpus* de textos foram incorporadas, respeitados os requisitos acima enunciados. Após esse processo, houve 123 entradas ao formulário, sendo 11 delas brasileiras. A este resultado somaram-se sete dissertações.

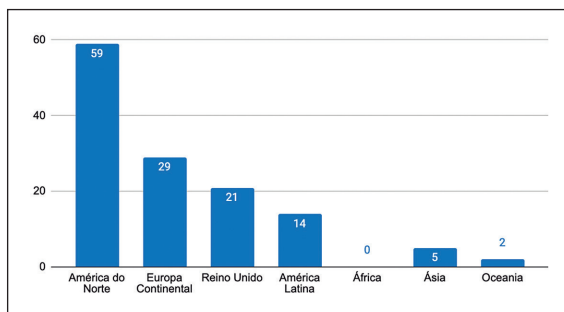
III. Literatura Internacional

A. Panorama sobre a produção

Dos 123 artigos analisados, 110 estão em inglês e publicados em revistas de circulação internacional, sem periódicos brasileiros e nem de outros países da América Latina. Para as análises, foram considerados os 123 artigos. A

predominância de artigos publicados por autores do Norte Global é evidente, e ao analisar a procedência dos estudos por continente, constata-se que a América do Norte, a Europa Continental e o Reino Unido somam 89,4% de toda a produção¹². Em um único artigo não foi possível coletar os dados, pois os autores se apresentam como empresários, e não acadêmicos.

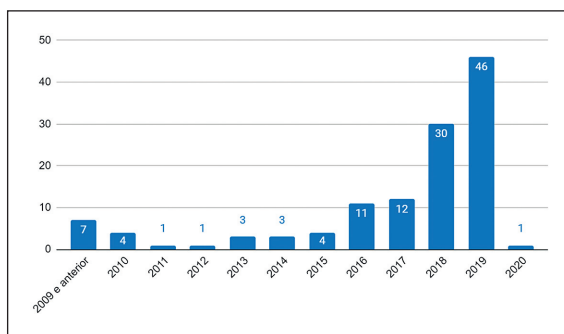
Gráfico 1 – Vinculação institucional dos autores, por distribuição geográfica



Fonte: Elaboração própria.

Vale notar a evolução temporal das publicações na área: 46 dos artigos analisados foram publicados em 2019, sendo que 83,4% de toda a produção científica sobre viés algorítmico ocorreu a partir de 2016 (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Ano de publicação



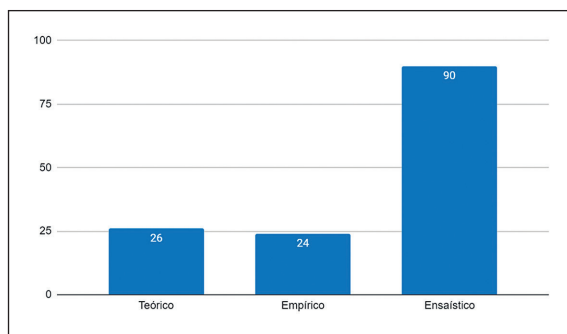
Fonte: Elaboração própria.

Em relação à autoria, 52,8% foram escritos individualmente e 47,2% por dois ou mais autores.

¹² Ressalte-se que o Reino Unido foi contabilizado separadamente da Europa Continental em virtude da quantidade de contribuições e das conhecidas diferenças de tradição em pesquisas nas Humanidades, em especial na Sociologia e no Direito.

Os artigos foram agrupados nas rubricas teóricos, empíricos ou ensaísticos¹³, com a possibilidade de que um texto fosse classificado em mais de uma delas. O modo ensaístico predominou, presente em 90 artigos (74,4% do total).

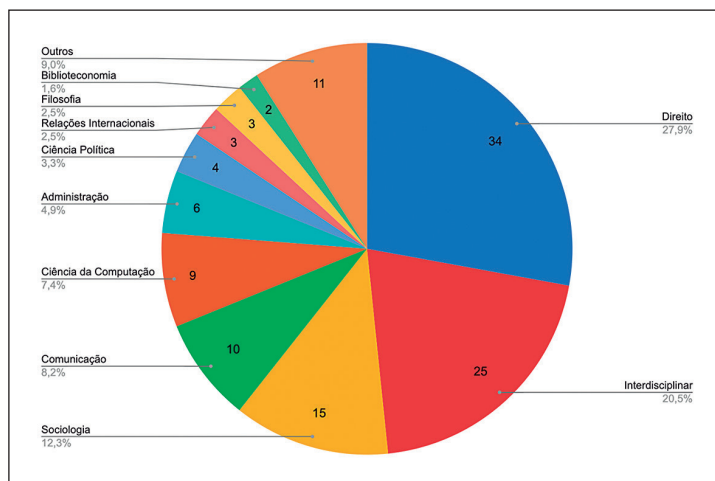
Gráfico 3 – Tipo do Artigo



Fonte: Elaboração própria.

Por fim, destaca-se que os textos foram majoritariamente publicados em revistas jurídicas, a seguir em periódicos interdisciplinares e de sociologia (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Campo das Humanidades do Periódico



Fonte: Elaboração própria.

¹³ Teóricos foram considerados os artigos que tratam especificamente de determinada teoria ou propõem adições a teorias existentes; empíricos aqueles que coletam e realizam análise a partir de dados primários; ensaísticos aqueles que não apresentam dados primários nem contribuições teóricas, mas resenham o tema.

Na literatura jurídica, nota-se a abordagem do viés algorítmico no contexto de outro problema – no uso para a persecução penal, com recorrência do caso COMPAS¹⁴ (HUQ, 2019; RICH, 2016); no ambiente de trabalho (KIM, 2017); no contexto da proteção de dados (MANN; MATZNER, 2019); em perfilamento (HILDEBRANDT; KOOPS, 2010); e no direito de autor (BURK, 2019). Em todos os casos prevalece a tentativa de subsumir¹⁵ normas norte-americanas, em especial aquelas relativas a direitos fundamentais individuais de privacidade e de não-discriminação, às realidades impostas pelo fenômeno.

Um segundo aspecto interessante é que boa parte da literatura jurídica busca apresentar e categorizar o fenômeno e suas consequências, além de explorar possíveis soluções normativas sistêmicas, como maior transparência, auditabilidade, responsabilização (*accountability*) etc. (AYRE; CRANER, 2018; BAROCAS; SELBST, 2016; MAYSON, 2018; LA FORS; CUSTERS; KEYMOLEN, 2019; DIAKOPOULOS, 2016). Diakopoulos (2016), por exemplo, propõe pensar *accountability* e transparência com base na divulgação de informações sobre intenções e envolvimento humanos, qualidade dos dados e do modelo, quais as especificidades das inferências realizadas pelo algoritmo, e como e para o que o algoritmo é mobilizado (denominado por ele “presença algorítmica”).

A literatura jurídica trata o viés algorítmico praticamente como um sinônimo de discriminação – enquanto fenômeno vivenciado do ponto de vista individual, e causado, também, por agentes individuais (programadores negligentes, juízes com vieses inconscientes etc.). Poucos autores nessa literatura (BAROCAS; SELBST, 2016, AYRE; CRANER, 2018, MANN; MATZNER, 2019) exploram em detalhe as dimensões sistêmicas e propriamente sociais – como o aprofundamento de desigualdades – do uso de vieses algorítmicos.

B. Conteúdo dos artigos

Em relação à definição de “viés algorítmico”, foi surpreendente perceber que *nenhum* dos trabalhos oferece uma definição explícita para o fenômeno. Nota-se na literatura estudada diferentes abordagens e rara preocupação com uma delimitação teórica clara (FAVARETTO; DE CLERCQ; ELGER, 2019).

Em muitos casos, viés algorítmico, viés e discriminação são tratados quase como sinônimos, associados à falta de justiça (*fairness*) ou à violação de outros

¹⁴ Trata-se de *software* usado nos EUA para computar notas de risco de reincidência para réus, as quais são utilizadas pelos juízes do processo no sopesamento da pena. Neste caso, foi indicado que, controladas outras variáveis, o risco de reincidência de negros era invariavelmente mais alto que o de brancos.

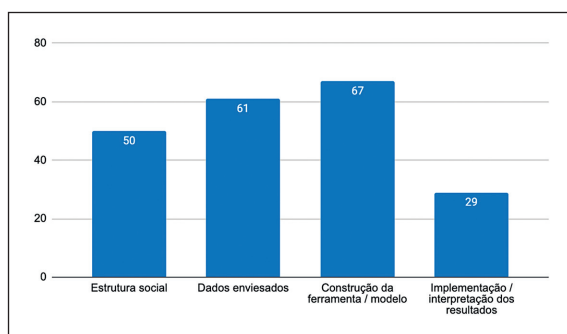
¹⁵ No direito, fala-se de “subsunção” ou “teste de subsunção” quando se busca testar a aplicabilidade de uma norma a um fato concreto.

direitos (HOWARD; BORENSTEIN, 2018, MCGREGOR; MURRAY; NG, 2019; LEPRI *et al.*, 2018; GRAHAM; WOOD, 2003; FRIEDMAN; NISSENBAUM, 1996; MBADIWE, 2018; HILDEBRANDT; KOOPS, 2010). Nesse contexto, Lim e Taeihagh (2019, p.7, tradução nossa) resumem a tendência: “Um sistema é considerado enviesado quando contém características ‘intencionais’ ou ‘não intencionais’ que discriminam injustamente certos indivíduos ou grupos de indivíduos na sociedade”.

Outros autores definem viés algorítmico como a própria realidade da distorção de dados, algoritmos e resultados de acordo com uma realidade social pré-existente – ora com maior destaque ao desenvolvimento do modelo e ao uso dos dados, ora à própria estrutura social (AYRE; CRANER, 2018; SHIN; FOTIADIS; YU, 2019; BAROCAS; SELBST, 2016).

Buscou-se também conhecer as causas apresentadas para a ocorrência de viés algorítmico. Por se tratar de fenômeno majoritariamente associado ao aprendizado de máquina, procurou-se identificar se o viés decorria (i) do momento em que a máquina era alimentada com dados (*input* ou dados de treinamento), (ii) da construção da ferramenta ou modelo, (iii) da má interpretação do resultado ou *output* do algoritmo, ou (iv) de fatores externos ao sistema. No formulário, as opções não eram excludentes¹⁶.

Gráfico 5 – Causas apontadas para o viés algorítmico



Fonte: Elaboração própria.

Nos 98 artigos que mencionam causas para o fenômeno, predominam preocupações com o momento de construção do modelo. Nesse ponto do processo o viés pode emergir na seleção de *proxies* apropriados, na definição do tipo de algoritmo aplicado, no processo de categorização das variáveis, entre outros.

¹⁶ A divisão proposta para estruturar as causas do viés algorítmico na literatura não é unívoca, sendo aqui utilizada no intuito de mapear a argumentação. Taxonomias ricas são propostas, por exemplo, por Friedman e Nissenbaum (1996), Danks e London (2017), Barocas e Selbst (2016), Favaretto, De Clercq e Elger (2019) e Rich (2016).

Eckhouse e colegas (2019, p.205, tradução nossa) fazem uma reflexão muito apropriada sobre o potencial viés na construção de um algoritmo: “O processo de construção desses modelos requer julgamento humano sobre o que significa justiça em termos matemáticos e quando é moralmente aceitável julgar as pessoas com base no comportamento dos outros”¹⁷.

Diversos autores discutem o viés gerado pela coleta de dados enviesados, ou de forma geral, no *input* do sistema. É frequente a referência à reprodução de padrões sociais pré-existentes em virtude da automação baseada em dados passados (AYRE; CRANER, 2018; SHIN; FOTIADIS; YU, 2019; BAROCAS; SELBST, 2016). Da mesma forma, parte da literatura enfatiza a estrutura social subjacente ao viés algorítmico (HILDEBRANDT; KOOPS, 2010; BENJAMIN, 2016; STRAUß, 2018; ATKINSON, 2018; MBADIWE, 2018).

Por fim, quanto à possibilidade de o viés ter origem no uso dos resultados desses algoritmos, destaca-se a pesquisa de Hicks (2019) sobre o desenvolvimento histórico de sistemas públicos automatizados no Reino Unido e a introjeção da discriminação contra pessoas transgênero, de forma frequentemente intencional e sob o manto de maior eficiência:

A fim de aumentar sua própria eficiência e poder, tais sistemas devem representar a realidade e traduzi-la em um cenário informativo onde se possa atuar sobre ela de forma aparentemente sem atritos, desinteressada e sem vieses. Na verdade, porém, esse processo de tornar a informação computável depende da institucionalização das visões e dos preconceitos daqueles que constroem o sistema e, reflexivamente, serve aos seus fins. (HICKS, 2019, p.29-30, tradução nossa).

Passando então à investigação sobre as consequências apontadas na literatura para o fenômeno do viés algorítmico, há um achado interessante: em geral essas consequências não são especificadas, ficando implícito que viés e discriminação são os próprios efeitos deletérios, injustos ou violadores de direitos humanos (KAMISHIMA *et al.*, 2018; MCGREGOR; MURRAY; NG, 2019; OLHEDE; WOLFE, 2018; KIRKPATRICK, 2016; NOBLE, 2018). Barocas e Selbst (2016, p.674, tradução nossa), além de mencionarem desigualdades de acesso e de participação na sociedade em virtude da reprodução de vieses sociais, sintetizam tal tendência: “Abordada levemente, a mineração de dados pode reproduzir padrões de discriminação existentes, herdar o preconceito dos tomadores prévios de decisão, ou simplesmente refletir os preconceitos generalizados que persistem na sociedade”.

Alguns autores abordam o papel do viés algorítmico no aprofundamento de desigualdades pré-existentes (ECKHOUSE *et al.*, 2019; GUTA; VORONKA;

¹⁷ Sobre essa questão ver também Mayson (2018).

GAGNON, 2018; REGAN; JESSE, 2019; SEVIGNANI, 2017), por vezes destacando a retroalimentação da discriminação por vias algorítmicas: “O viés social e o viés algorítmico podem reforçar-se mutuamente em um *feedback loop* – um círculo vicioso de injustiça acelerado por nossas ferramentas de *big data*” (AYRE; CRANER, 2018, p.344, tradução nossa)¹⁸. Outros estudos ressaltam os perigos intrínsecos de discriminação em quaisquer categorizações e perfisamentos (ECKHOUSE *et al.*, 2019; RICHARDS, 2012; LEPRI *et al.*, 2018).

Potenciais soluções para o viés algorítmico são investigadas na maior parte de todos os artigos aqui avaliados: somente 10 artigos não as mencionam. Em especial, as soluções exploradas focam em temas de natureza normativa (i.e., em regras de conduta centradas nos criadores e/ou usuários das ferramentas) – em transparência (às vezes associada à auditabilidade), em privacidade, em possibilidade de monitoramento, em códigos de boas condutas e responsabilização (*accountability*) (KIRKPATRICK, 2016; YU; ALÌ, 2019; COTINO HUESO, 2019; RICH, 2016; STRANDBURG, 2019). Além disso, alguns estudos discutem técnicas para modelagem de algoritmos, como o uso de paradigmas específicos, garantia de *inputs* diversos, documentação dos passos tomados, dentre outros (EDWARDS; RODRIGUEZ, 2019; HAZAN, 2013; STRAUß, 2018; HILDEBRANDT; KOOPS, 2010). Em outros casos, soluções sociais foram analisadas, como maior envolvimento comunitário no desenvolvimento das ferramentas e o estímulo a times multidisciplinares (HOWARD; BORENSTEIN, 2018; PASQUALE, 2017; CRAMER *et al.*, 2018).

Há ponderação por parte de alguns autores quanto à inevitabilidade de vieses nos algoritmos. Nestes estudos se propõe sua mitigação ao invés de tentar solucionar o problema, além da proposição de soluções não necessariamente algorítmocêntricas (AYRE; CRANER, 2018; MBADIWE, 2018).

Mayson (2018) e Cotino Hueso (2019) propõem o uso de dados de forma a evitar positiva e ativamente vieses, configurando uma inversão do fenômeno ausente no resto da literatura: “Empregadores e pesquisadores podem usar dados para diagnosticar onde e como os vieses cognitivos ou estruturais estão atualmente operando de forma prejudicial aos grupos desfavorecidos” (KIM, 2017, p.865, tradução nossa). Os dados, então, seriam essenciais para projetar situações sem vieses.

Por fim, é patente a importância dada à transparência. De todos os temas normativos que foram quantificados, este foi o mais mencionado, presente em 53 artigos¹⁹. Grande parte da literatura a defende, ainda que com ressalvas e múltiplas

¹⁸ Sobre essa questão ver também Mann; Matzner (2019).

¹⁹ Além de transparência, dentre os outros temas normativos quantificados, justiça foi mencionada em 45 artigos, responsabilização em 35 artigos, responsabilidade (*liability*) em 35, e privacidade em 34 artigos.

considerações quanto à abordagem prática. A transparência parece ser vista como uma estratégia para permitir a auditabilidade e o monitoramento de algoritmos, facilitando a detecção e prevenção de vieses:

Expandir o foco do debate sobre inteligibilidade [*explainability*] para incluir a responsabilização pública é, portanto, apenas o primeiro passo para uma visão mais realista sobre as diversas ramificações da questão da inescrutabilidade das ferramentas decisórias. Antes de incorporar essas ferramentas decisórias baseadas em aprendizagem de máquina [...] os tomadores de decisão devem ter uma visão clara sobre quais informações estão disponíveis para todos os atores do sistema. Isso lhes permitiria avaliar se essa informação, combinada com outros mecanismos, poderia fornecer responsabilização e coordenação suficientes para justificar o uso de uma determinada ferramenta de decisão automatizada em um determinado contexto (STRANDBURG, 2019, p.1857, tradução nossa).

Os críticos à transparência questionam sua viabilidade em vista de promover desestímulos econômicos (ATKINSON, 2018) ou por sua insuficiência para fazer frente aos vieses, os quais muitas vezes são oriundos de estruturas sociais dissociadas da obtenção de informações claras sobre o algoritmo (MBADIWE, 2018). Em duas pesquisas empíricas, autores argumentam que o viés algorítmico detectado não teria sido resolvido com maior transparência (LAMBRECHT; TUCKER, 2019; THELWALL, 2018).

É relevante mencionar que o enviesamento algorítmico não foi o principal tema tratado por 84 artigos (68,3%), e que parte significativa dos estudos discute o viés algorítmico no contexto de outro tema, como, por exemplo: a) análise de estatutos jurídicos (geralmente dos EUA) em relação a diferentes usos de algoritmos; b) vieses de gênero na visualização de anúncios na internet (LAMBRECHT; TUCKER, 2019); c) o ranqueamento de resultados do *Google Search* (GILLESPIE, 2017); d) mecanismos de moderação e incentivos em vídeos do Youtube (BISHOP, 2018); e) os escores de crédito e saúde (PASQUALE, 2019); f) tecnologias “vestíveis” (*wearables*) (MONTGOMERY; CHESTER; KOPP, 2018, SAVIRIMUTHU, 2017); g) carros autônomos (LIM; TAEIHAGH, 2019).

Em suma, o típico texto sobre viés algorítmico é um ensaio recente, publicado em periódico jurídico e oriundo de acadêmicos vinculados a universidades norteamericanas ou europeias. Amiúde, tais ensaios buscam introduzir o tema por meio de exemplos, analisá-los em conjunto com determinado contexto, e explorar perfunctoriamente seus efeitos sociais e jurídicos, assim como possíveis soluções (em especial a transparência).

Tal predominância pode derivar do caráter recente do tema, aliado à preocupação crescente com seus efeitos discriminatórios. Foi recorrente a menção ao COMPAS, *software* utilizado para notas de risco em réus de processos penais nos EUA. Em 2016, a Organização Não-Governamental ProPublica publicou uma análise extensiva, hoje célebre, dos resultados desse *software*, apontando vieses raciais em seus resultados (ANGWIN; LARSON; MATTU; KIRCHNER, 2016). É possível que o caso tenha contribuído para maior conscientização e estímulo para pesquisas sobre o tema. Esta hipótese encontra respaldo no fato de que viés racial (*racial bias*) é mencionado em 38 artigos (30,9%), seguido de viés de gênero (*gender bias*) em 19 (15,4%) dos artigos aqui avaliados.

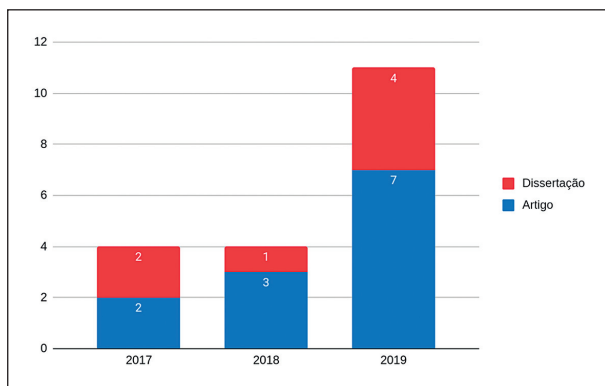
IV. Literatura Nacional

Conforme mencionado na seção de metodologia, foram raras as entradas de artigos sobre viés algorítmico em português. Miskolci e Balieiro (2018) notam que, apesar de o termo Sociologia Digital ter sido usado apenas recentemente no Brasil (por ocasião de dossiê específico publicado em 2016), tal discussão não é nova. Eles também argumentam que se tem aprofundado a reflexão sobre o uso de tecnologias de comunicação em rede. Ao apontarem seis grandes eixos temáticos da área²⁰, elencam enquanto temática necessária a “[recuperação da] perspectiva da moldagem social da tecnologia, a qual reconhece sua historicidade e o caráter criativo e aberto de seus usos, usos que variam socialmente e só podem ser aferidos por meio de investigação e análise de como eles se inserem nas práticas cotidianas” (MISKOLCI; BALIEIRO, 2018, p.150).

É justamente esta perspectiva que permite a discussão do viés algorítmico. A trajetória nos estudos de tecnologias digitais e sociedade nas Ciências Sociais brasileiras chama atenção para o caráter recente desses estudos e ajuda a dar sentido às escassas produções encontradas durante o levantamento aqui realizado. Todas as entradas em português se deram nos últimos três anos (Gráfico 6).

²⁰ Seriam eles ciberativismo, mídias digitais e afetividades, ciberespaço, práticas sociais digitais, desigualdade digital e reflexões metodológicas (MISKOLCI; BALIEIRO, 2018, p.138-139).

Gráfico 6 – Ano de publicação das entradas nacionais

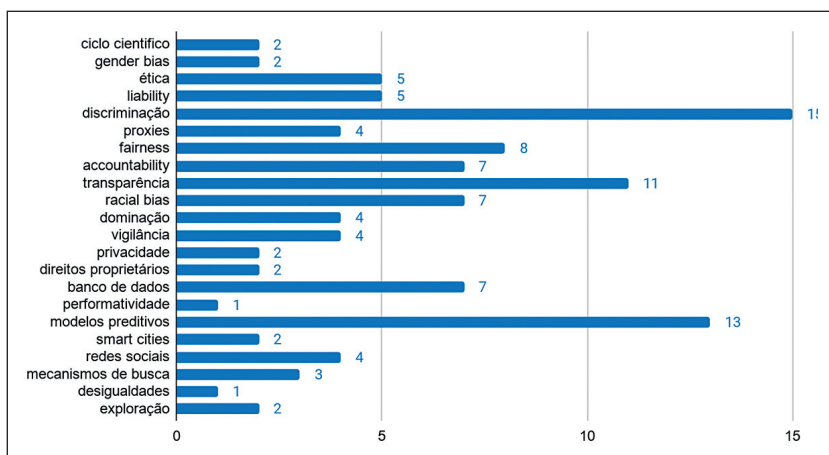


Fonte: Elaboração própria.

A exemplo da desigualdade geopolítica na produção de artigos que tratam de viés algorítmico, a produção nacional não escapa das desigualdades regionais, observadas também na revisão de Sampaio *et al.* (2018) sobre a procedência dos artigos sobre internet e política. Aqui, os trabalhos se concentram no Sudeste (15 entradas), Sul (3) e Centro-Oeste (2), sem entradas das regiões Norte e Nordeste.

Em consonância com a produção internacional, os trabalhos brasileiros também convergiram em três grandes áreas: Direito, Estudos Interdisciplinares e Comunicação. As questões trabalhadas nos artigos têm forte influência do campo jurídico e de governança, com alguma discussão técnica:

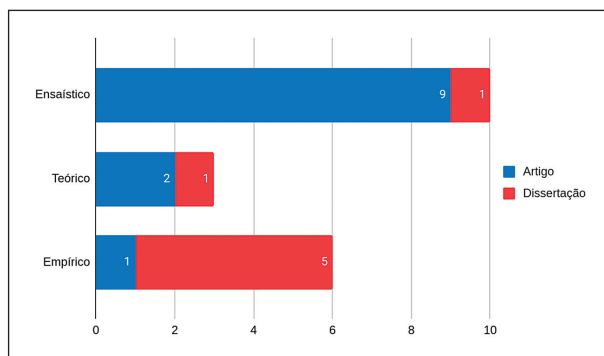
Gráfico 7 – Palavras-chave das entradas nacionais



Fonte: Elaboração própria.

Em termos agregados, predominam os trabalhos de caráter ensaístico. Contudo, viu-se que esta distribuição não é uniforme:

Gráfico 8 – Tipo textual das entradas nacionais



Fonte: Elaboração própria.

É de destacar um esforço de exposição teórica e bibliográfica de temas relacionados à inserção dos algoritmos na vida social. Marcadamente, os trabalhos se esmeram em descrever o processo de elaboração e funcionamento dos algoritmos, inteligência artificial, aprendizado de máquina e *big data*. Ainda que não de forma explícita, aparecem questões vinculadas ao status ontológico dos algoritmos, à distribuição de responsabilidade e à agência dessas tecnologias.

No que tange às principais questões levantadas, alguns trabalhos abordam a problemática da disseminação de algoritmos nas tomadas de decisão no contexto brasileiro, a partir de experiências de outras localidades, ou de discursos transnacionais (SILVA, 2019; SILVEIRA; MOURA; ALMEIDA, 2019; ARAÚJO, 2017; LUCENA, 2019; BRANCO, 2019); em geral, esses estudos se baseiam em dados secundários. Outros, de caráter empírico, têm os olhos voltados exclusivamente para experiências nacionais (SAMPAIO, 2017; WERNER, 2019; MOURA, 2018).

Recortando a amostra para os artigos cujo foco é o viés algorítmico, restam oito dos 12 artigos analisados. Acompanhando a tendência internacional de indefinição do termo, (FAVARETTO; DE CLERCQ; ELGER, 2019), apenas quatro desses apresentam alguma caracterização do fenômeno, dividindo-se entre uma visão técnica do viés algorítmico – que o caracteriza como um processo de generalização a partir de uma categoria que gera consequências consideradas socialmente discriminatórias (LINDOSO, 2019; FERRARI; BECKER; WOLKART, 2018) – e uma visão normativa – que o equaliza com o tratamento discriminatório (LUCENA, 2019; SILVEIRA; MOURA; ALMEIDA, 2019). São notáveis os esforços de distinção de termos como discriminação algorítmica, perfilamento e viés

algorítmico feitos por Mattiuzzo (2019) e Mendes e Mattiuzzo (2019), na medida em que, embora sejam todos processos de categorização e generalização, uns são moralmente condenáveis (e assim, discriminatórios), outros não.

Na discussão sobre as causas de viés algorítmico, destaca-se menções à estrutura social de onde derivam os dados, o enviesamento dos dados de amostra e os diversos passos de desenvolvimento da ferramenta. Apenas um artigo reflete sobre o viés decorrente da implementação e aplicação dessas ferramentas.

Nos textos nacionais, a abordagem das consequências do uso de sistemas algorítmicos enviesados privilegia o problema da discriminação, bem como a formalização de estereótipos e a hipervigilância sobre determinados grupos. Ademais, alguns autores mencionam os riscos de incorrer em *feedback loops*, de aumento da desigualdade, de violação de direitos e de descentralização do elemento humano do processo decisório.

Como medidas para a mitigação do viés algorítmico são apontadas disposições de cunho moral, normativo, pedagógico, técnico e social. As medidas mais mencionadas são a adoção de princípios éticos no desenvolvimento desses sistemas e o estabelecimento de mecanismos de auditoria, seguidas da sugestão de regulação normativa apropriada e da composição multidisciplinar do time de desenvolvedores. Outras providências elencadas são governança, criação de órgãos públicos de fiscalização, manutenção de *proxies* positivos e fomento de iniciativas para desconstrução das pretensões de objetividade que circundam sistemas algorítmicos.

Em suma, a literatura nacional se caracteriza por trazer os termos do debate internacional e refletir sobre sua aplicabilidade no contexto brasileiro, potencialidades e limites, com rara proposição de novas questões, perspectivas teóricas ou inovações metodológicas. Até o momento, são poucos os estudos empíricos brasileiros sobre viés algorítmico e, como notam Miskolci e Balieiro (2018), o questionamento do determinismo tecnológico ainda não é tema resolvido.

A adoção de tecnologias digitais na esfera pública vem ocorrendo de forma desorganizada e difusa (ARBIX; MIRANDA, 2015). Ainda assim e talvez por isso mesmo, o fenômeno do viés algorítmico começa se evidenciar no Brasil, ao mesmo tempo que desperta gradativamente os interesses públicos (para sua implantação) e acadêmicos (para a compreensão de seus mecanismos, causas, consequências e limitações). O próprio estudo sobre os processos de implementação dessas tecnologias tem o potencial de agregar tanto teórica como metodologicamente.

V. Discussão

A análise do *corpus* de trabalhos selecionados desperta questões interessantes. Na literatura internacional, predominam os trabalhos do Norte Global, em especial

dos EUA e Europa, de produção concentrada nos últimos quatro anos. São obras de natureza recorrentemente ensaística, com ainda baixo desenvolvimento teórico e empírico sobre o tema. Ao mesmo tempo, o viés algorítmico aparece como tópico secundário em artigos dedicados a outros objetos.

O caráter ensaístico e a novidade do debate nas Humanidades podem explicar, em parte, a constatação da ambiguidade do termo, assim como sua aproximação com outras expressões, como discriminação algorítmica (ou ainda, embora menos frequente, de perfilamento e filtragem algorítmica). Ora tratados como sinônimos, ora como relação causal, discriminação aparece como a principal palavra-chave no *corpus* de textos.

A isso pode ser agregada outra questão, que é a recorrência da construção do modelo como a causa mais citada do viés algorítmico. Conforme já discutido, seja pela literatura abordada neste artigo, seja nos estudos sobre ciência e tecnologia de maneira mais ampla, a tecnologia é um produto social, na medida em que a sociedade interfere nas suas condições de produção e circulação, mas também na constituição dos valores e subjetividades dos agentes que as produzem.

Por vezes, o viés algorítmico aparece nos textos como viés subjetivo, em contraponto à pretensa objetividade da ferramenta. O foco nos processos pelos quais a subjetividade se transfere e contamina a ferramenta parece encontrar eco também no tratamento e denominação normativa que circunda o viés algorítmico, isto é, a discriminação. De um lado, há uma dimensão moral e ética que está envolvida nas formas de categorização e que vai destacar a discriminação como forma inaceitável de outros processos de categorização e filtragem. De outro, há no uso de discriminação pela perspectiva normativa, a busca pela intencionalidade do sujeito e pela ação discriminatória, uso este de legado individualista e que parte de uma concepção liberal de ação²¹.

Os debates sobre discriminação nos estudos sobre relações raciais, por exemplo, destacam o giro interpretativo, que passou da análise centrada na conduta individual e intencional (uma pessoa que discrimina outra, intencionalmente), para a análise centrada nos mecanismos sociais pelos quais a desigualdade é reproduzida, ainda que de maneira não-intencional (processos que levam a resultados discriminatórios). Ao que tudo indica, pensar o viés algorítmico a partir da discriminação significa pensar a tecnologia a partir do agente que a constrói.

Por um lado, este parece ser um movimento que responde à construção da mitologia envolvendo o uso de *big data*²² e ferramentas de automatização como

²¹ Inclusive, esta é reconhecidamente uma dificuldade no campo jurídico, ao buscar configurar uma discriminação intencional e, com isso, possibilitar a aplicação de leis anti-discriminatórias sem incorrer no tratamento não-igualitário (BAROCAS; SELBST, 2016; para o caso brasileiro, ver MACHADO; LIMA; SANTOS, 2019).

²² Ver nota de rodapé 9.

tomadores de decisão mais objetivos. Por outro, pode descuidar de uma compreensão mais abrangente sobre as posições dos agentes. Para além da análise e desconstrução de discursos que ganham amplo espaço no debate público, a investigação científica deve se colocar também a tarefa de propor novas formas de compreensão dos fenômenos que estuda. Nesse sentido, a Sociologia enquanto disciplina tem muito a contribuir como ferramenta de interrogação do fenômeno do viés algorítmico.

VI. Considerações finais

Este artigo produziu um inventário provisório da ocorrência de estudos acerca do viés algorítmico, objeto cujo estudo se encontra em expansão. A escolha pela realização de um levantamento bibliográfico com caducidade precoce justifica-se pelo interesse na disseminação das principais reflexões em língua portuguesa sobre um tema de crescente relevância e interesse para a realidade social brasileira.

Após apresentar algumas tendências identificadas neste *corpus* de trabalhos, chama-se a atenção para algumas questões de interesse sociológico, que consistem em como pensar tecnologias digitais a partir de uma perspectiva compreensiva, que busque integrar análises micro e macroprocessuais.

Origens possíveis do viés algorítmico são atribuídas a questões presentes em todas as etapas do desenvolvimento de um sistema algorítmico. Dentre essas, é recorrente a busca pela subjetividade embutida no sistema: a subjetividade do desenvolvedor – que escolhe e trata os bancos de dados, que confere peso e testa os modelos –, a subjetividade do implementador ou daquele que adota o sistema no seu processo decisório. A maioria dessas entradas, inclusive por estarem tão estreitamente ligadas às noções jurídicas de discriminação, centra-se no agente. Enquanto plano reflexivo, não menos importante é o reconhecimento dos elementos que transcendem a subjetividade dos atores envolvidos. Pensar na discriminação e concentrar-se na busca pelo autor do viés pode significar a negligência da desigualdade estrutural presente nos dados, ou do contexto no qual esses indivíduos, desenvolvedores, estão posicionados.

Mesmo na hipotética situação de acessarmos um banco de dados representativo, retornamos à questão das relações de desigualdades fundantes de nosso mundo social, com a qual historicamente nos debatemos. Para além da correção do viés subjetivo, retornamos a um debate existente, ainda que pouco explorado neste *corpus* de trabalhos: a reprodução das desigualdades sociais – questões essas que embasam, por exemplo, as literaturas sobre categorização, estratificação e desigualdades sociais e raciais. Lacuna essa que poderá ser rapidamente preenchida com o adensamento do debate sobre o tema e com novas contribuições, teóricas e empíricas.

ALGORITHMIC BIAS: A PROVISIONAL REVIEW

ABSTRACT: *This paper stands in the field of Digital Sociology and proposes to carry out a provisional bibliographic review on algorithmic bias, based on the main journals databases in English, Spanish and Portuguese. Our aim is to assess how the debate on algorithmic bias in the Humanities has developed, observing which definitions, origins, diagnostics and perspectives are presented for the phenomenon. It is observed that the majority of articles are of essayistic nature and produced in the Global North, with a low penetration of the subject in Spanish and Portuguese language literature. The expression remains broadly undefined, and is sometimes treated as synonymous with discrimination, sometimes as its cause. The main sources of bias are, according to the literature, the model development and its training data, which largely lead to recommendations for increasing transparency about the process and suggest an analytical tendency to emphasize the subjective character of algorithmic bias. There seems to be an analytical tendency in the subjective character of bias. As a perspective, we point out the importance of integrating the elements transcending the subjectivity of these actors to this analysis.*

KEYWORDS: *Algorithmic bias. Algorithm. Discrimination. Digital Sociology.*

SESGO ALGORÍTMICO: UNA SÍNTESIS PROVISIONAL

RESUMEN: *Este artículo se sitúa en el campo de la Sociología Digital y propone realizar una revisión bibliográfica provisional sobre el sesgo algorítmico, basada en los principales portales de revistas en inglés, español y portugués. El objetivo es seguir el desarrollo del debate sobre el sesgo algorítmico en las Humanidades, observando las definiciones, los orígenes, los diagnósticos y las perspectivas presentadas para el fenómeno. El resultado fue que la mayoría de los artículos es de naturaleza ensayística, producidos en el Norte Global, con baja penetración del tema en la literatura en español y portugués. Hay una gran falta de definición del término, que por veces se trata como sinónimo de discriminación, por veces como su causa. Las principales fuentes de sesgo presentadas son la construcción de la herramienta y sus datos de capacitación, lo que en gran medida da lugar a sugerencias para aumentar la transparencia del proceso y sugiere una tendencia analítica a subrayar el carácter subjetivo del sesgo algorítmico. Parece haber una tendencia analítica en el carácter subjetivo del sesgo. Como perspectiva, señalamos la importancia de integrar en el análisis elementos que trasciendan la subjetividad de estos actores.*

PALABRA CLAVE: *Sesgo algorítmico. Algoritmo. Discriminación. Sociología digital.*

Agradecimentos

Os autores agradecem ao prof. Leopoldo Waizbort pelos comentários, às pesquisadoras do Núcleo de Estudos da Violência Débora Piccirillo e Roberta Novello, à Mônica Corso e à colega Jéssica Höring pela leitura; por fim, ao Grupo de Pesquisa em Sociologia Digital da FFLCH/USP. Eventuais incorreções são de inteira responsabilidade dos autores. Somos gratos pelo financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo nº 2019/02612-0.

REFERÊNCIAS

- ALPAYDIN, Ethem. **Machine learning**: the new AI. Cambridge, MA: MIT press, 2016.
- ANGWIN, Julia; LARSON, Jeff; MATTU Surya; KIRCHNER Lauren. Machine Bias. There's software used across the country to predict future criminals. And it's biased against blacks. **ProPublica**. May 23, 2016. Disponível em: <https://www.propublica.org/article/machine-bias-risk-assessments-in-criminal-sentencing>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- ARAÚJO, Camila. Identifying stereotypes in the online perception of physical attractiveness. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação). Orientador: Wagner Meira Júnior. 82f. Instituto de Ciências Exatas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- ARBIX, Glauco; MIRANDA, Zil. Inovação em tempos difíceis. **Plural**, v.22, n.2, p.18-36, 2015.
- ATKINSON, Robert. "It Is Going to Kill Us!" and Other Myths About the Future of Artificial Intelligence. **IUP Journal of Computer Sciences**, v.12, n.4, p.7-56, 2018.
- AYRE, Lori; CRANER, Jim. Algorithms: avoiding the implementation of institutional biases. **Technology Column**. v.37, n.3, p.341-347, 2018.
- BAROCAS, Solon; SELBST, Andrew D. Big data's disparate impact. **Calif. L. Rev.**, v.104, p.671-732, 2016.
- BENJAMIN, Ruha. **Captivating Technology**: Race, Carceral Technoscience, and Liberatory Imagination in Everyday Life. Durham: Duke University Press, 2019a.
- BENJAMIN, Ruha. **Race After Technology**: Abolitionist Tools for the New Jim Code. Cambridge: Polity, 2019b.
- BENJAMIN, Ruha. Innovating inequity: if race is a technology, postracialism is the genius bar. **Ethnic and Racial Studies**, v.39, n.13, p.2227-2234, 2016.

BISHOP, Sophie. Anxiety, panic and self-optimization: Inequalities and the YouTube algorithm. **Convergence**, v.24, n.1, p.69-84, 2018.

BOYD, Danah; CRAWFORD, Kate. Critical questions for Big Data. **Information, Communication, Society**. York, v.15, n.5, p.662-679, 2012.

BRANCO, Priscilla. Smart Cities como dispositivos biopolíticos. **VI Simpósio Internacional Lavits**, Salvador, 2019.

BURK, Dan L. Algorithmic Fair Use. **U. Chi. L. Rev.**, v.86, p.283-308, 2019.

CASTRO, Julio Cesar. Redes sociais como modelo de governança algorítmica. **Matrizes**. v. 12, p.165-191, 2018.

COTINO HUESO, Lorenzo. Derecho y garantías ante el uso público y privado de inteligencia artificial, robótica y big data. In: BAUZÁ, Marcelo (org.). **El Derecho de las TIC en Iberoamérica**. Montevideo: La Ley- Thompson-Reuters, p.917-952, 2019.

CRAMER, Henriette; GARCIA-GATHRIGHT, Jean; SPRINGER, Aaron; REDDY, Sravana. Assessing and addressing algorithmic bias in practice. **Interactions**, v.25, n.6, p.58-63, 2018.

CUSTERS, Bart; CALDERS, Toon; SCHERMER, Bart.; ZARSKY, Tal (Eds.). **Discrimination and Privacy in the Information Society: Data Mining and Profiling in Large Databases**. Springer, 2012.

DANKS, David; LONDON, Alex John. Algorithmic Bias in Autonomous Systems. **IJCAI 17**, p.4691-4697, 2017.

DESROSIÈRES, Alain. **The politics of large numbers: a history of statistical reasoning**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2011.

DIAKOPOULOS, Nicholas. Accountability in Algorithmic Decision Making. **Comm. ACM**, 2016.

DIXON-ROMÁN, Ezekiel; NICHOLS, Philip; NYAME-MENSAH, Ama. The racializing forces of/in AI educational. **Technologies, Learning, Media and Technology: Special Issue on “AI and Education: critical perspectives and alternative futures”**. p.1-15, 2019.

ECKHOUSE, Laurel; LUM, Kristian; CONTI-COOK, Cynthia; CICCOLINI, Julie. Layers of bias: A unified approach for understanding problems with risk assessment. **Criminal Justice and Behavior**, v.46, n.2, p.185-209, 2019.

EDWARDS, John Steven; RODRIGUEZ, Eduardo. Remedies against bias in analytics systems. **Journal of Business Analytics**, v.2, n.1, p.74-87, 2019.

EUBANKS, Virginia. **Automating inequality: how high-tech tools profile, police, and punish the poor**. New York: St. Martin's Press, 2018.

FAVARETTO, Maddalena; DE CLERCQ, Eva; ELGER, Bernice. Big Data and discrimination: perils, promises and solutions. A systematic review. **Journal of Big Data**, v.6, n.1, p.1-27, 2019.

FERRARI, Isabela; BECKER, Daniel; WOLKART, Erik. Arbitrium ex machina: panorama, riscos e a necessidade de regulação das decisões informadas por algoritmos. **Revista dos Tribunais online**. v.995, p.1-16, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38199022/ARBITRIUM_EX_MACHINA_PANORAMA_RISCOS_E_A_NECESSIDADE.pdf. Acesso em: 26 jun. 2020.

FOURCADE, Marion; HEALY, Kieran. Seeing like a Market. **Socio-Economic Review**, v.15, n.1, p.9-19, 2016.

FRIEDMAN, Batya; NISSENBAUM, Helen. Bias in computer systems. **ACM Transactions on Information Systems**. v.14, n.3, p.330-347, 1996.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. **Revista Parágrafo**, v.6, n.1, p.95-121, 2018.

GILLESPIE, Tarleton. Algorithmically recognizable: Santorum's Google problem, and Google's Santorum problem. **Information, Communication, Society**, v.20, n.1, p.63-80, 2017.

GRAHAM, Stephen; WOOD, David. Digitizing Surveillance: Categorization, Space, Inequality. **Critical Social Policy**. v.23, n.2, p.227-248, 2003.

GUTA, Adrian; VORONKA, Jijian; GAGNON, Marilou. Resisting the digital medicine Panopticon: toward a bioethics of the oppressed. **The American Journal of Bioethics**, v.18, n.9, p.62-64, 2018.

HACKING, Ian. **The taming of chance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

HAZAN, Joshua G. Stop being evil: A proposal for unbiased Google search. **Mich. L. Rev.**, v.111, p.789, 2013.

HICKS, Marie. Hacking the Cis-tem. **IEEE Annals of the History of Computing**, v.41, n.1, p.20-33, 2019.

HILDEBRANDT, Mireille; KOOPS, Bert-Jaap. The Challenges of Ambient Law and Legal Protection in the Profiling Era. **The Modern LR**, v.73, n.2, p.428-460, 2010.

HUQ, Aziz Z. Racial equity in algorithmic criminal justice. **Duke LJ**, v.68, p.1043-1134, 2019.

HOWARD, Ayanna; BORENSTEIN, Jason. The Ugly Truth About Ourselves and Our Robot Creations: The Problem of Bias and Social Inequity. **Science and Engineering Ethics**, v.24, n.5, p.1521-1536, 2018.

KAMISHIMA, Toshihiro; SHOTARO, Akaho; ASOH, Hideki; SAKUMA Jun. Model-based and actual independence for fairness-aware classification. **Data mining and knowledge discovery**, v.32, n.1, p.258-286, 2018.

KIM, Pauline. Data-Driven Discrimination at Work. **William and Mary LR**. v.58, n.3, p. 856-936, 2017.

KIRKPATRICK, Keith. Battling algorithmic bias: how do we ensure algorithms treat us fairly? **Comm. of the ACM**, v.59, p.16-17, 2016.

LA FORS, Karolina; CUSTERS, Bart; KEYMOLEN, Esther. Reassessing values for emerging big data technologies: Integrating design-based and application-based approaches. **Ethics and Information Technology**, v.21, p.209-226, 2019.

LAMBRECHT, Anja; TUCKER, Catherine. Algorithmic Bias? An Empirical Study of Apparent Gender-Based Discrimination in the Display of STEM Career Ads. **Management Science**. v.65, n.7, p.2966-2981, 2019.

LE GALÈS, Patrick. Performance measurement as a policy instrument. **Policy Studies**. v.37, n.6, p.508-520, 2016.

LEPRI, Bruno; NURIA, Oliver; LETOUZÉ, Emmanuel; PENTLAND, Alex; VINCK, Patrick. Fair, Transparent, and Accountable Algorithmic Decision-making Processes: The Premise, the Proposed Solutions, and the Open Challenges. **Philosophy; Technology**. v.31, n.10, p.611-627, 2018.

LIM, Hazel; TAEIHAGH, Araz. Algorithmic Decision-Making in AVs: Understanding Ethical and Technical Concerns for Smart Cities. **Sustainability**. v.11, n.20, 2019.

LINDOSO, Maria C. Discriminação de gênero em processos decisórios automatizados. Orientadora: Ana Frazão. 116f. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade Nacional de Brasília, 2019.

LUCENA, Pedro A. Policiamento preditivo, discriminação algorítmica e racismo: potencialidades e reflexos no Brasil. **VI Simpósio Internacional Lavits**, Salvador, 2019.

LUPTON, Deborah. **Digital sociology**. New York: Routledge, 2015.

McGREGOR, Lorna; MURRAY, Daragh; NG, Vivian. International Human Rights Law as a framework for algorithmic accountability. **International and Comparative Law Quarterly**. v.68, n.2, p.309-343, 2019.

MACHADO, Henrique F. Algoritmos, regulação e governança: uma revisão de literatura. **Revista de Direito Setorial e Regulatório**. Brasília: v.4, n.1, p.39-62, 2018.

- MACHADO, Marta; LIMA, Márcia R; SANTOS, Natália. Anti-racism legislation in Brazil: the role of the Courts in the reproduction of the myth of racial democracy. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol.6, n.2, p.267-296, 2019.
- MANN, Monique; MATZNER, Tobias. Challenging algorithmic profiling: The limits of data protection and anti-discrimination in responding to emergent discrimination. **Big Data; Society**, v.6, n.2, n.p., 2019.
- MARRES, Noortje. **Digital Sociology: The Reinvention of Social Research**. Oxford: Polity Press, 2017.
- MATTIUZZO, Marcela. Algorithms and Big Data: Considerations on Algorithmic Governance and Its Consequences for Antitrust Analysis. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro v.23, n.2, p.1-19, 2019.
- MAYSON, Sandra G. Bias in, bias out. **Yale LJ**, v.128, p.2218-2300, 2018.
- MBADIWE, Tafari. Algorithmic injustice. **The New Atlantis**, n.54, p.3-28, 2018.
- MENDES, Laura; MATTIUZZO, Marcela. Discriminação algorítmica: conceito, fundamento legal e tipologia. **Direito Público**, v.16, n.90, p.39-64, 2019.
- MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando. Sociologia Digital: balanço provisório e desafios. **Revista Brasileira de Sociologia**. Belo Horizonte: v.6, n.12, p.132-156, 2018.
- MONTGOMERY, Kathryn; CHESTER, Jeff; KOPP, Katharina. Health wearables: ensuring fairness, preventing discrimination, and promoting equity in an emerging Internet-of-Things environment. **Journal of Information Policy**, v.8, p.34-77, 2018.
- MOURA, Carolina. Associações sociotécnicas: mediações algorítmicas e a economia das ações no Facebook. Orientadora: Suely Henrique de Aquino Gomes. 162f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, 2018.
- NOBLE, Safiya. **Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism**. New York: New York University Press, 2018.
- OLHEDE, S. C.; WOLFE, P. J. The growing ubiquity of algorithms in society: implications, impacts and innovations. **Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences**, v.376, n.2128, p.1-16, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1098/rsta.2017.0364>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- O'NEIL, Cathy. **Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy**. New York: Crown, 2016.
- PASQUALE, Frank. Data-Informed Duties in AI Development (2019). **Columbia LR**, v.119, p.1917-1940, 2019.

PASQUALE, Frank. A esfera pública automatizada. **LÍBERO**. São Paulo, v.39, p.16-35, 2017.

PASQUALE, Frank. **The Black Box Society: The Secret Algorithms That Control Money and Information**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2015.

POWER, Michael. Counting, Control and Calculation: Reflections on Measuring and Management. **Human Relations**, v.57, n.6, p.765-783, 2004.

REGAN, Priscilla M.; JESSE, Jolene. Ethical challenges of edtech, big data and personalized learning: twenty-first century student sorting and tracking. **Ethics and Information Technology**, v.21, n.3, p.167-179, 2019.

RICH, Michael. Machine learning, automated suspicion algorithms, and the fourth amendment. **University of Pennsylvania Law Review**, v.164, p.871-929, 2016.

RICHARDS, Neil. The dangers of surveillance. **Harv. L. Rev.**, v.126, p.1934-1965, 2012.

SAMPAIO, Alice. Data Brokers: um novo modelo de negócios baseado em vigilância de dados. Orientadora: Marta Kanashiro. 135f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; MITOZO, Isabele; MASSUCHIN, Michele Goulart; FONTES, Giulia Sbaraini; PENTEADO, Cláudio Luis de Camargo. Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura: uma análise dos papers apresentados no grupo de trabalho da Anpocs. **BIB**. v.1, n.85, p.126-147, 2018.

SAVIRIMUTHU, Joseph. Do algorithms dream of ‘data’ without bodies? **International Review of Law, Computers, Technology**, v.31, n.2, p.243-262, 2017.

SEVIGNANI, Sebastian. Surveillance, classification, and social inequality in informational capitalism: The relevance of exploitation in the context of markets in information. **Historical Social Research**, v.42, n.1, p.77-102, 2017.

SHIN, Donghee Don; FOTIADIS, Anestis; YU, Hongsik. Prospectus and limitations of algorithmic governance: an ecological evaluation of algorithmic trends. **Digital Policy, Regulation and Governance**, 2019.

SILVA, Tarcizio. Visão Computacional e Vieses Racializados: Branquitude Como Padrão No Aprendizado De Máquina. **II COPENE NORDESTE**. Anais do Encontro, p.1-13, 2019.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu; MOURA, Lucas; ALMEIDA, Lucas Theodoro. A reprogramação da sociedade nos discursos sobre algoritmos. **VI Simpósio Internacional Lavits**, Salvador, 2019.

STRANDBURG, Katherine. Rulemaking and Inscrutable automated decision tools. **Columbia LR**. v.119, n 7, p.1851-1886, 2019.

STRAUß, Stefan. From Big Data to Deep Learning: A Leap Towards Strong AI or ‘Intelligentia Obscura’? **Big Data and Cognitive Computing**, v.2, n.3, p.1-19, 2018.

THELWALL, Mike. Gender bias in sentiment analysis. **Online Information Review**, 42 (1), p.45-57, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2436/620633>. Acesso em: 26 jun. 2020.

WERNER, Deivid A. A quarta revolução industrial e a inteligência artificial: um estudo sobre seus conceitos, reflexos e possível aplicação no Direito por meio da análise de texto jurídico como forma de contribuição no processo de categorização preditiva de acórdãos. Orientador: Wilson Engelmann. 211f. Dissertação (Mestrado em Direito). UNISINOS, 2019.

YU, Ronald; ALÌ, Gabriele. What’s Inside the Black Box? AI Challenges for Lawyers and Researchers. **Legal Information Management**, v.19, n.1, p.2-13, 2019.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power**. New York: PublicAffairs, 2019.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: Capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização da informação. *In*: BRUNO, Fernanda; CARDOSO Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (org.). **Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018, p.17-68.

Recebido em 05/03/2020.

Aprovado em 31/05/2020.

FACT-CHECKING: UMA ANÁLISE DA CHECAGEM DE INFORMAÇÃO POLÍTICA DO PROJETO *TRUCO!*

*Desirèe Luíse Lopes CONCEIÇÃO**
*Rosemary SEGURADO***

RESUMO: O artigo tem por objetivo analisar a produção e divulgação de informação política na plataforma digital *Truco!*, um projeto de *fact-checking* – checagem de informação – da Agência *Pública* desenvolvido para as eleições 2014. A iniciativa, uma das pioneiras no Brasil, levantava discursos dos candidatos à presidência no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) na televisão e verificava as declarações comparando-as com dados disponíveis. A conclusão da verificação, publicada na internet, revelava se as falas continham informações corretas, sem contexto, distorcidas ou falsas. A metodologia consistiu na elaboração de indicadores para coleta de dados primários e entrevistas individuais. Os resultados permitem identificar um trabalho de jornalismo investigativo de qualidade, revelando um processo para a checagem e a ampliação do conteúdo político sobre temáticas surgidas no HGPE. Assim, construiu-se um espaço de contrainformação, com possibilidade de pensar a prática de checagem para fazer frente a um fenômeno recente, os casos de *fake news* – notícias falsas.

PALAVRAS-CHAVE: Internet. Discurso político. Ciberpolítica. *Fact-checking*. Checagem de informação.

* PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (Neamp). São Paulo – SP – Brasil. 05015-901 - deluise19@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-2700-3864>

** PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (Neamp). São Paulo – SP – Brasil. 05015-901 - roseseg@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-3910-4603>

Introdução

O avanço das tecnologias digitais provocou, na sociedade contemporânea, mudanças nos hábitos sociais, como nas formas de sociabilidade e comunicação social. Com a chegada da internet ocorrem transformações nos moldes de produção e divulgação de informação, pois há inserção do “domínio da técnica na esfera do discurso e da comunicação de forma radical, criando novas tensões entre a técnica, por um lado, e a pólis, a política, por outro” (LEMOS; LÉVY, 2010, p.22-23).

A nova conectividade presente com a digitalização do mundo cria possibilidades de ampliação da comunicação, o que deverá gerar efeitos políticos. Neste contexto, está localizada a relação entre a internet e as novas modalidades de jornalismo on-line, que criam possibilidades para “mecanismos de monitoramento público do poder político, especialmente por ocasião dos processos eleitorais e de representação política” (CARVALHO; CERVI; MASSUCHIN, 2016, p.397).

Segundo John Keane (2009, *apud* CARVALHO; CERVI; MASSUCHIN, 2016), há uma tendência cada vez maior de acontecer, principalmente durante as eleições, um escrutínio público do sistema político por parte da esfera civil, em decorrência do desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Nesse sentido, ainda de acordo com o autor, as tecnologias digitais provocam uma alteração na democracia representativa, podendo essa ser caracterizada com o que chamou de democracia monitorada, pela criação de instrumentos de monitoramento do sistema político e seus atores.

Em especial nas eleições de 2014 no Brasil, surgiram mais expressivamente sites, plataformas e aplicativos para celular destinados aos cidadãos que almejassem saber mais sobre os candidatos aos cargos públicos do Executivo e Legislativo. A pretensão desses dispositivos, em geral, era a de contribuir com informações para que a população obtivesse mais elementos na hora de decidir sobre o voto. Também com esse intuito, o projeto de *fact-checking* – checagem de informação, na tradução livre – *Truco!*¹ chamou a atenção da mídia por sua proposta inovadora, obtendo à época mais de 80 menções em veículos tradicionais da imprensa como TV Brasil, CBN, TV Cultura, BBC, Globonews e Rádio Jovem Pan².

Podendo ser simultaneamente tipificado como prática cibercultural e jornalística, o projeto *Truco!* foi desenvolvido pela Agência *Pública*³ com a preocupação de trabalhar com uma nova abordagem de cobertura política. A

¹ Disponível em apublica.org/truco2014/. Acesso em: 3 abr. 2018.

² Contabilização realizada pela Agência *Pública* e divulgada no texto “Um turbilhão de trucos”, disponível em apublica.org/2014/11/um-turbilhao-de-trucos/. Acesso em: 18 jun. 2019.

³ Iniciativa de mídia independente – não atrelada a um veículo comercial. Produz conteúdo com base no jornalismo investigativo, com propósito de fortalecer o direito à informação e a promoção dos direitos humanos e qualificar o debate democrático. Disponível em: apublica.org/quem-somos/. Acesso em: 9 abr. 2018.

iniciativa de *fact-checking* teve como finalidade central verificar o discurso dos candidatos à presidência em 2014, confrontando suas declarações com fatos e dados disponíveis. O resultado dessa investigação da Pública revelava se o discurso dos políticos, especificamente durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) na televisão, era verdadeiro, sem contexto, contraditório, discutível, distorcido, exagerado ou falso.

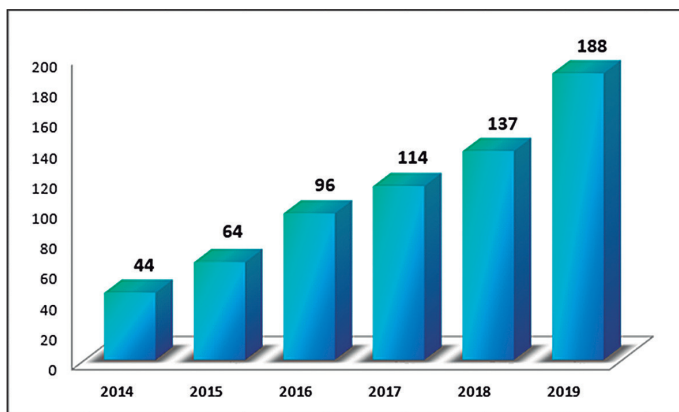
Um dos primeiros projetos de *fact-checking* no Brasil, o *Truco!* foi lançado em agosto de 2014, mês em que iniciou a campanha eleitoral na TV. Para o mesmo pleito, o jornal *O Globo* criou o *Preto no Branco*, blog de checagem dos discursos políticos que se tornou inativo a partir do ano seguinte. Posteriormente às eleições daquele ano, a plataforma *Aos Fatos* foi lançada apenas em julho de 2015, como iniciativa independente assim como o projeto da *Pública*. Já *A Lupa* começou suas atividades, em novembro do mesmo ano, como parte do site da revista *Piauí*, no modelo de *startup*, totalizando três projetos de checagem de informação ativos no Brasil até 2017.

O lançamento do *Truco!* faz parte de um fenômeno global de surgimento de iniciativas de checagem, que entende a verificação de discursos públicos como atividade importante para a informação de qualidade na democracia (CONCEIÇÃO, 2018b). O projeto brasileiro foi inspirado no argentino *Chequeado* (ato de verificar, tradução nossa), criado em 2010 e primeiro do tipo na América Latina. Existem ainda nos Estados Unidos, desde 2003, o *FactCheck.org*; o *Polifact*, desde 2005, também estadunidense; *Del Dicho al Hecho* (Do Dito ao Feito, tradução nossa), lançado em 2014 no Chile; o site sul-africano *AfricaCheck* desde 2012; e o *Pagella Política* (Boletim Político, tradução nossa) na Itália, também de 2012, para mencionar exemplos.

Apesar de um fenômeno relativamente novo, o número de iniciativas de *fact-checking* no mundo tem aumentado todos os anos, desde o início da série histórica de mapeamento, em 2014 (STENCEL, 2019). O levantamento, representado no gráfico 1, com o mês de corte fevereiro do ano, é do *Duke Reporters Lab*⁴, que monitora plataformas dessa natureza. As iniciativas localizadas em diversos países têm em comum o intuito de averiguar o discurso público, ou as declarações dos políticos; serem desenvolvidas como plataformas digitais; e o trabalho adotar como base o jornalismo investigativo (CONCEIÇÃO, 2018b).

⁴ Laboratório de repórteres situado na *Duke University*, localizada em Durham, na Carolina do Norte (EUA). Tem como premissa explorar novas formas de jornalismo, incluindo a checagem de informação, segundo o site sobre o laboratório. Disponível em: reporterslab.org/about-the-lab/. Acesso em: 8 abr. 2018.

Gráfico 1 – Projetos de *fact-checking* ativos no mundo



Fonte: autora

Outro ponto a observar é que o trabalho desenvolvido na checagem se relaciona com um contexto que têm se apresentado nos últimos anos, o do crescimento de casos de *fake news*⁵ nas redes digitais que têm favorecido o que se pode chamar de desinformação. As redes permitem a circulação de quantidade cada vez maior de conteúdos tornando as informações mais acessíveis, mas também esse ambiente favoreceu a proliferação de notícias falsas, que encontrou um território livre para reverberar principalmente nas redes sociais digitais.

Diante da elevação da presença das *fake news*, os projetos de *fact-checking* passaram a ampliar seu campo de atuação: de especificamente verificação de discursos dos políticos, e candidatos aos pleitos, para informações possivelmente inverídicas que passaram a circular no meio on-line. Informações essas também associadas à política, com constância maior desde as eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos, envolvendo, em especial, o então candidato republicano Donald Trump.

Também em 2016, no referendo do Brexit, a campanha que resultou na escolha pela saída do Reino Unido da União Europeia foi marcada pela circulação de *fake news*, no campo econômico sobre valores a ganhar ou perder com a decisão, bem como em relação a imigrantes roubando empregos de locais. Ainda, nas eleições no Brasil, dois anos depois, em 2018, foi possível identificar ondas de notícias falsas e a campanha eleitoral do atual presidente Jair Bolsonaro foi beneficiada por isso, como mostra a reportagem do jornal britânico *The Guardian*, de 30 de outubro de 2019 (AVELAR, 2019). O gerente do WhatsApp, Ben Supple, chegou a admitir que a plataforma esperava que haveria desinformação: “Sempre soubemos

⁵ Da tradução notícia falsa. Para este trabalho, adota-se como notícias e informações produzidas intencionalmente e comprovadamente falsas.

que as eleições brasileiras seriam um desafio. Era uma eleição muito polarizada e as condições eram ideais para a disseminação de desinformação” (MELLO, 2019).

Assim, uma iniciativa pioneira no Brasil realizada por um veículo de mídia independente, a plataforma digital *Truco!* será o objeto de análise desta pesquisa como um estudo de caso. Considera-se relevante a prática de checagem ainda ser pouco estudada em pesquisas acadêmicas brasileiras, portanto ainda com vasto campo científico a ser percorrido, e também o trabalho de verificação ser sobre discursos políticos, ao considerar que a política é um campo de batalha na qual ocorre uma guerra simbólica, e o discurso político cumprir papel essencial nesse processo ao atuar para influenciar opiniões, objetivando obter adesões às propostas que defende, ou rejeições aos projetos adversários (CHARAUDEAU, 2011 *apud* CIOCCARI; COELHO; EZEQUIEL, 2019).

O objetivo deste artigo é o de avaliar a produção e divulgação de informação política, durante as eleições de 2014, na plataforma digital *Truco!* que acontecia por meio da prática do *fact-checking*. Observando, assim, a qualidade do processo de checagem de informação em relação aos discursos dos políticos durante o HGPE para, em um segundo momento, entender suas potencialidades em um contexto de redes digitais.

1. Metodologia

Primeiramente, considera-se importante explicitar como a checagem de informação ocorria – o que explica o nome do projeto –, os critérios e processos para sua realização, bem como a viabilidade econômica que permitiu a sustentabilidade da Agência *Pública*, contidos nos tópicos 2 e 3 deste trabalho. O aprofundamento da compreensão sobre o funcionamento do *Truco!* foi viabilizado a partir de entrevistas individuais com um dos três editores do projeto à época, Maurício Moraes⁶, que ajudou a elaborar e organizar a iniciativa.

Depois, no tópico 4 deste artigo, adentra-se nos resultados empíricos da avaliação realizada sobre a checagem de informação do projeto *Truco!* Para averiguar a informação produzida e divulgada por meio do *fact-checking*, indicadores foram elaborados a partir de uma análise piloto da edição 1 de checagem de informação da *Pública*, de 19 de agosto de 2014⁷. A construção dos indicadores possibilitou a coleta de dados primários objetivando avaliações qualitativas.

⁶ Formado em jornalismo (1997) e história (2015) pela Universidade de São Paulo (USP), começou a trabalhar como jornalista em 1998. Na *Pública*, entrou como editor em agosto de 2013. Ocupou especificamente a função de editor de *fact-checking* da agência de agosto de 2015 a novembro de 2018.

⁷ TRUCO! PROGRAMA #1 – 19 de agosto de 2014. Disponível em: apublica.org/truco-programa-1/. Acesso em: 10 out. 2017.

Assim, o *corpus* de análise ficou composto por todas as 33 edições de checagem que a agência publicou em sua plataforma na internet, entre os dias 19 de agosto e 24 de outubro de 2014, quando perdurou o horário eleitoral na televisão. A partir de todas as edições publicadas, foram levantados 98 discursos checados pela *Pública* que são avaliados para este estudo a partir de três indicadores.

Com o primeiro, denominado Critérios, pretendeu-se apreender se os discursos verificados pela *Pública* estavam enquadrados nos critérios a que a agência se propôs inicialmente para elencar essas falas. O segundo indicador, Recursos, identificou a presença do suporte utilizado pela agência em seus textos argumentativos para justificar a classificação que fazia dos discursos políticos. Além de Coerência, que averiguou se havia correspondência entre o resultado da checagem (uso de cartas, a serem explicadas a seguir) e a argumentação da *Pública* para sustentar tal veredicto por meio dos textos argumentativos.

2. Processo de verificação dos discursos políticos

Em relação à dinâmica da checagem, após cada programa do HGPE no ar, a equipe da Agência *Pública* averiguava as informações contidas nas declarações dos candidatos à presidência e distribuía cartas de baralho (validações) correspondentes para cada determinada fala dos políticos, com o intuito de demonstrar até que ponto o que diziam na propaganda era factível, se o contexto correto mudaria a informação, ou se o que dizia o presidenciável era uma inverdade.

Assim como no jogo de baralho Truco, e justificando o nome e a dinâmica adotados para o projeto, cartas eram utilizadas para apontar qual foi a conclusão sobre o discurso do político avaliado, após a averiguação da sustentabilidade da informação realizada pela equipe do projeto. Para isso, a *Pública* criou um padrão de cartas, definindo os significados de cada uma, como descritos a seguir:

- **Não é Bem Assim** – Informação exagerada, distorcida ou discutível;
- **Tá Certo, Mas Pera aí** – Informação correta, mas que merecia ser contextualizada. Existiriam mais dados que o eleitor precisaria saber além dos apresentados no programa eleitoral;
- **Blefe!** – A informação era falsa. Dados de outras fontes foram usados, além do auxílio de especialistas, para confrontar a versão apresentada pelo candidato;
- **Zap!** – Informação correta e relevante dita pelo político. Para demonstrar isso, foram apresentados números que confirmariam e ampliariam a declaração;

- **Truco!** – Informação insustentável e promessa grandiosa, sem explicação de como seria implementada.

Também, no segundo turno, foram criadas três cartas novas: Candidato em Crise quando havia uma contradição com algo dito anteriormente, Carta Marcada quando a mesma afirmação questionável já fora usada no primeiro turno; além de Que Medo! quando a Pública se posicionava discordando dos candidatos quanto às propostas que, na concepção do veículo, eram perigosas para a democracia e os direitos humanos.

Os momentos de aplicação da carta Truco! configuraram uma dinâmica diferenciada e não compõem material para as análises deste artigo, pois não se trata da prática de checagem de informação. Isso porque nos casos da carta Truco! a Agência Pública estabelecia contato com as campanhas dos presidentiáveis, enviando perguntas relacionadas à declaração do candidato. A ação correspondeu a um desafio público para que explicassem afirmações ou promessas aparentemente insustentáveis. As respostas obtidas eram divulgadas também dentro da iniciativa on-line.

As checagens dos discursos dos candidatos eram publicadas em formato de edições na internet. Cada programa eleitoral que foi ao ar na televisão correspondia a uma edição de checagem divulgada na plataforma on-line. Assim, tomando como exemplo o 27º HGPE que foi ao ar em 17 de outubro de 2014, tem-se como resultado a 27ª edição de checagem, composta por quatro discursos averiguados⁸. Cada discurso era publicado na plataforma *Truco!* juntamente com a carta que trazia o resultado do discurso avaliado (imagem 1), e com um texto argumentativo, que explicava o porquê aquela declaração foi classificada com a determinada carta (imagem 2).

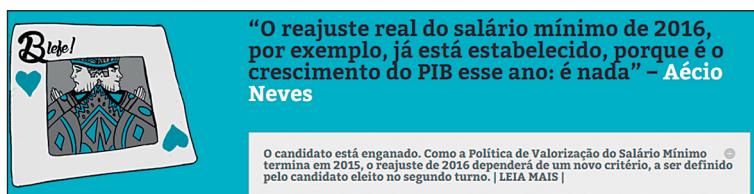
No exemplo das imagens 1 e 2 a seguir, o candidato Aécio Neves (PSDB), durante o HGPE de 17 de outubro, no segundo turno das eleições, disse que “o reajuste real do salário mínimo de 2016, por exemplo, já está estabelecido, porque é o crescimento do PIB esse ano: é nada”⁹. A Pública apontou que “o candidato está enganado. Como a Política de Valorização do Salário Mínimo termina em 2015, o reajuste de 2016 dependerá de um novo critério, a ser definido pelo candidato eleito no segundo turno”¹⁰.

⁸ Truco! Programa #27. Agência. Pública, 17 de outubro de 2014. Disponível em: apublica.org/truco-programa-27/. Acesso em: 24 abr. 2017.

⁹ Idem.

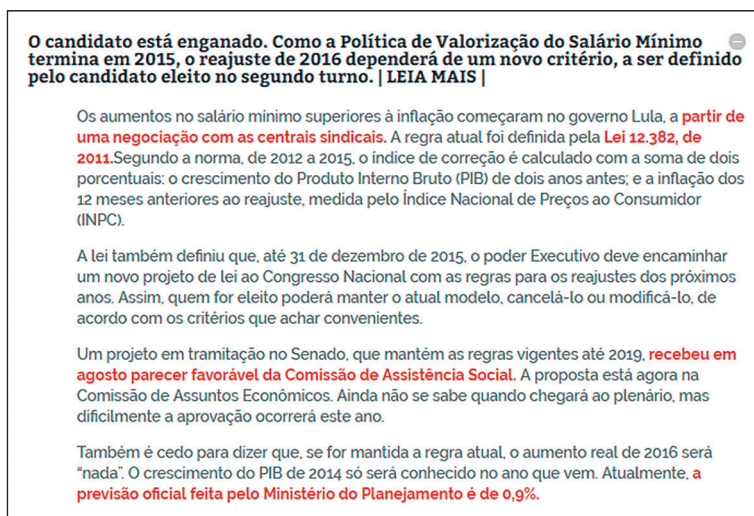
¹⁰ Idem.

Imagem 1: exemplo da carta Blefe! destinada ao discurso do então candidato Aécio Neves, na checagem de 16/10/2014



Fonte: Reprodução. Disponível em: apublica.org/truco-programa-27/. Acesso em: 24 abr. 2017

Imagem 2: texto argumentativo que justificou a classificação da checagem do discurso de Aécio Neves com a carta Blefe! em 16/10/2014



Fonte: Reprodução. Disponível em: apublica.org/truco-programa-27/. Acesso em: 24 abr. 2017

A equipe da Agência *Pública* coletou as informações durante o horário eleitoral orientados a partir do pressuposto de que qualquer conteúdo poderia estar distorcido. Ao assistirem o HGPE na televisão, extraíram os discursos em formato de frases para facilitar a posterior averiguação. Porém, as declarações políticas não embasadas em dados ou justificativas possíveis de serem pesquisadas, portanto, passíveis de serem comprovadas, não poderiam ser checadas e foram descartadas pela *Pública*. Por estarem em um campo além dos fatos, os seguintes casos não foram checados: propostas políticas, afirmações com termos imprecisos (sem citação de dados ou fatos) ou a opinião dos políticos sobre qualquer tema.

Após essa primeira triagem, do que seria passível ou não de buscar comprovação em fatos e dados por meio de apuração, também houve casos em que a *Pública* encontrou barreiras para chegar às informações suficientes que possibilitassem realizar determinadas checagens. Geralmente quando havia a necessidade de solicitar dados para órgãos governamentais, as respostas não eram obtidas por falta do solicitado e, assim, também se optou por descartar a fala do político para publicação nas edições de checagem, de acordo com Maurício Moraes (informação verbal)¹¹.

Dessa forma, o processo metodológico utilizado pela Agência *Pública* para realização do *fact-checking* pode ser resumido da seguinte forma: coleta dos discursos dos presidentiáveis em formato de frases; pesquisa de dados e informações que atestassem ou refutassem a declaração realizada pelo político (apuração); análise verificando se a partir do material obtido seria possível classificar a frase; classificação do discurso por meio das cartas de baralho de acordo com o resultado da checagem de informação, podendo ser em sete categorias: Não é bem assim, Tá certo, mas pera aí, Blefe!, Zap!, Candidato em crise, Carta marcada ou Que medo!; produção de texto com argumentação que justificasse a classificação das cartas; e publicação dos resultados da checagem na plataforma on-line.

Em processo de evolução do trabalho de checagem, a *Pública* passou a ser auditada em relação à consistência de sua metodologia para figurar entre os signatários de um Código de Princípios – mantido pelo *Poynter Institute for Media Studies*, um centro de treinamento de mídia localizado em São Petersburgo, Flórida (EUA) –, que atesta a confiabilidade de projetos de *fact-checking*. O modelo de checagem continua em aprimoramento, assim como fazem outras organizações internacionais do tipo.

O Código de Princípios de checagem de informação foi acordado em 2016 pelo conjunto dos checadores presentes durante o encontro anual *Global Fact-Checking Summit* (Cúpula Global de Checagem de Informação, tradução nossa), em Buenos Aires, na Argentina (MANTZARLIS, 2016). Criado para consolidar a confiança do público nas plataformas de *fact-checking*, o instrumento prevê a realização de uma auditoria independente para tornar os projetos aptos a assinarem o documento. A Agência *Pública* teve a sua auditoria concluída em 28 de março de 2017, tornando-se uma das signatárias (POYNTER, 2017). As outras duas iniciativas brasileiras – *A Lupa* e *Aos Fatos* – também assinam.

Calcado em cinco pontos éticos, o Código de Princípios enfatiza um comprometimento dos que assinam o documento com: a imparcialidade e equidade ao realizar as checagens; a transparência das fontes utilizadas para fazer as averiguações

¹¹ Informação mencionada por Maurício Moraes durante entrevista presencial para o desenvolvimento desta pesquisa, em São Paulo-SP, em maio de 2017.

dos discursos; a transparência com relação ao financiamento da organização que realiza o projeto de checagem; a transparência na metodologia usada pelo projeto; e a visibilidade no reconhecimento de erros, quando forem realizadas correções no trabalho de checagem (POYNTER, 2017).

Ao observar o produto final de um processo de *fact-checking* (a informação checada), na comparação com um produto jornalístico tradicional (a notícia), “o jornalismo assume uma nova forma de mediação de caráter mais procedimental, através da rotina de checagem e confrontação de dados, e o fato da declaração ser verdadeira ou falsa se transforma na própria notícia” (DOURADO, 2016, p.18). Assim, o *fact-checking* poderia ser visto como um incremento da fiscalização da cobertura política realizada pela imprensa tradicional, pois possibilita “transparência das informações políticas, persegue a credibilidade do ator político e, a partir de tudo isso, oferece ao cidadão maior poder de argumentação sobre temas de interesse público” (DOURADO, 2016, p.18).

Por isso, um dos pontos ressaltados é que a prática *fact-checking* evita o que pode ser denominado de jornalismo declaratório, quando a construção da notícia acontece a partir de informações do tipo “ele disse, ela disse”, sem entrar no mérito de que “aquilo que se disse” pode não corresponder ao factível. “Este movimento representa uma mudança potencialmente radical na forma como o jornalismo é praticado” (NYHAN, REIFLER, 2013 *apud* DOURADO, 2016, p.3). O jornalismo declaratório é considerado um “vício” da profissão do jornalista para José Roberto de Toledo¹², em declaração no documentário *O Mercado de Notícias* (2014):

Em todo lugar, mas em Brasília principalmente, temos um vício, o que chamamos de jornalismo declaratório: alguém falou alguma coisa. É muito cômodo o jornalismo declaratório, porque [você pode argumentar ao dizer] “mas fulano que falou” e sempre que isso entrar em conflito com os fatos objetivos você fala, “mas fulano falou”. (O MERCADO..., 2014).

3. Modelo econômico de sustentabilidade

Além da descrição do processo que caracterizou o trabalho de checagem de informação da *Pública*, considera-se importante discorrer nesta pesquisa sobre o modelo econômico adotado pela agência para sua sustentabilidade, com o intuito de somar à compreensão do que possibilitou o desenvolvimento de um projeto de *fact-checking* como o *Truco!*, além de obter indícios de sua credibilidade. O

¹² No momento de sua participação no documentário o jornalista José Roberto de Toledo escrevia uma coluna semanal sobre política em seu blog no *Estadão*, coordenava o Estadão Dados, era vice-presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

financiamento do veículo está atrelado a um formato independente de atuação, o que corresponde a não estar vinculado a um modelo comercial para sua manutenção.

A sustentabilidade da agência acontece a partir da contribuição financeira de seus parceiros, segundo o site da *Pública*¹³. No período que interessa para este trabalho de pesquisa, o ano de 2014, a agência contava como financiadora a Fundação Ford, a partir de seu programa de Direito e Acesso à Mídia, segundo Maurício Moraes (informação verbal)¹⁴. Abaixo, comenta-se brevemente sobre a instituição a fim de apresentá-la, porém sem a pretensão de analisá-la ou esgotar as informações sobre a organização.

Sediada em Nova York (EUA), a Fundação Ford tem como objetivo principal de seu trabalho ações que visam a promoção da democracia e a redução da pobreza. No Brasil, fomenta projetos nas linhas de direitos humanos, desenvolvimento sustentável, educação e liberdade de expressão. O professor e pesquisador na área de comunicação política Mauro Porto chegou a atuar como assessor da área “Mídia e liberdade de expressão” da Fundação Ford no Brasil¹⁵.

Além da *Pública*, outros beneficiados da instituição, levantados em artigo da revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará¹⁶, são: Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, Universidade de Brasília (UnB), Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Instituto Patrícia Galvão, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Centro Cultural Luiz Freire, Observatório da Imprensa, Cipó: Comunicação Interativa, Associação Artigo 19 e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Em relação ao *Truco!* o recurso financeiro que possibilitou o projeto não adveio especificamente para sua realização, mas de um aporte feito pela Fundação Ford para a manutenção da Agência *Pública* como um todo. A contrapartida exigida pela instituição foi um relatório de prestação de contas das atividades desempenhadas em 2014 e do valor destinado a cada uma delas. Segundo Maurício Moraes (informação verbal)¹⁷, não houve direcionamento editorial para o desenvolvimento da iniciativa de checagem ou interferência no conteúdo produzido pela *Pública*.

Também, não foram identificadas propagandas da Fundação Ford ou outro financiador na página na internet da *Pública* ou em suas postagens na página da agência na rede social *Facebook*. Apenas na seção *Quem somos* de seu site, está

¹³ Disponível em: apublica.org/quem-somos/#financiadores. Acesso em: 21 jun. 2017.

¹⁴ Informação mencionada por Maurício Moraes durante entrevista telefônica para o desenvolvimento desta pesquisa, em São Paulo-SP, em dezembro de 2017.

¹⁵ Disponível em: basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download_view/51951. Acesso em: 19 out. 2017.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Informação mencionada por Maurício Moraes durante entrevista telefônica para o desenvolvimento desta pesquisa, em São Paulo-SP, em dezembro de 2017.

presente um espaço indicando Financiadores¹⁸. Ainda de acordo com Maurício, trata-se de deixar explícito quem são as organizações que viabilizam a manutenção da agência como uma postura de transparência junto ao público.

Para uma das diretoras e idealizadora da Agência *Pública*, Natalia Viana, o jornalismo investigativo praticado pelo veículo “é um tipo de jornalismo fundamental para a democracia, mas que não vai trazer resultado financeiro. Precisa ser incentivado de alguma maneira” (informação verbal)¹⁹, já que a sobrevivência de um veículo por meio do modelo comercial exige proximidade de empresas que compram espaço publicitário para alavancar seus negócios. O que, a depender de como administrada a relação, poderia causar conflitos de interesses e prejudicar o jornalismo de qualidade²⁰.

Se por um lado o desenvolvimento da indústria midiática possibilitou a produção e difusão de formas simbólicas de maneira generalizada, pela exploração comercial das inovações técnicas (THOMPSON, 2001), por outro a busca por aumentar a audiência nesse meio competitivo impactaria negativamente a produção de informação (GOMES, 2005b). O problema conforme Gomes (2005b, p.62), em análise sobre veículos tradicionais da imprensa, é que há características desses meios de comunicação que “atingem diretamente as condições culturais e cognitivas da participação política” da população:

A forte concorrência interna entre as indústrias de informação e, neste contexto, o imperativo de atendimento às necessidades do mercado de notícias e entretenimento levaram a comunicação de massa a assumir características que, numa lista aleatória, vão do sensacionalismo à simplificação das questões e informações políticas segundo interesses de competição e consumo a distorções, voluntárias ou involuntárias, em virtude de a pauta política estar orientada pelos imperativos de venda. (GOMES, 2005b, p.62-63).

Por isso, um dos aspectos em discussões entre os projetos de *fact-checking* mundialmente é a preocupação com o financiamento das iniciativas, que estão em processo de descoberta de possibilidades de modelos compatíveis com seus objetivos. No geral, as plataformas de checagem de informação acreditam na necessidade de diversificar suas fontes de sustento, para tentarem garantir a manutenção do trabalho, como a partir da utilização de campanhas de financiamento coletivo²¹ que já começaram a ser realizadas (MANTZARLIS, 2015).

¹⁸ Disponível em: apublica.org/quem-somos/#financiadores. Acesso em: 9 dez. 2017.

¹⁹ Comentário realizado por Natalia Viana durante entrevista presencial para o desenvolvimento de notícia do jornal da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em São Paulo-SP, em janeiro de 2012.

²⁰ Para obter mais informações consultar “O Capital com ‘pressa’ e o jornalista sem fonte” (FELIX, 2010).

²¹ Também denominadas campanhas de *crowdfunding*, trata-se da arrecadação de fundos junto à população interessada para a realização de projetos.

Ao tratar de novas organizações ciberculturais que trabalham com jornalismo, Saad (2011 *apud* SANTOS, 2014, p.144) menciona como exemplos: *Wikileaks*, *ProPublica*, *Polico.com*, *GlobalVoices*, *IDL-Reporters* e as brasileiras Agência *Pública*, *Repórter Brasil*, *Transparência Brasil* e *Contas Abertas*. Isso para classificá-las como envolvidas em ações colaborativas que contemplam atividades em conjunto com o público geral, mas também para caracterizar essas iniciativas como detentoras de independência editorial em relação às empresas jornalísticas tradicionais; também, ressalta que utilizam intensamente as tecnologia da informação e sistemas de banco de dados para a mineração e correlação do conteúdo; e que contam com novas formas de sustentação financeira para produzir informação, como doações e mecenato.

4. Avaliação da checagem de informação

Os critérios da *Pública* para elencar as frases do horário eleitoral na televisão a serem checadas se concentraram em três: quando os candidatos à presidência mencionavam dados numéricos, porque seria possível comparar com dados já existentes e disponíveis; além de afirmações consideradas categóricas, em que a equipe observava a existência de palavras ou ideias determinantes; e ainda quando a frase do político fizesse menção suspeita de ser um perigo à democracia ou aos direitos humanos.

Para tangibilizar os discursos que traziam palavras ou ideias determinantes, passíveis de serem classificados como categóricos, identificou-se a presença dos seguintes termos nas falas dos políticos: “a maior de todos os tempos”, “todo ano”, “casamento é homem e mulher”, “[a candidatura governista] que fracassou”, “assumimos a vanguarda mundial”, “o crescimento do PIB esse ano: é nada”, “têm a melhor educação”, “aprovamos o Plano Nacional de Educação”, “acabou com o elitismo”, “garantimos um bônus” e outros nessa perspectiva, extraídos do *corpus* de análise.

Como exemplo, pode ser mencionada a seguinte frase de Aécio Neves, no programa 1, de 19 de agosto: “Problemas que já tinham sido superados estão agora voltando. A inflação já está aí de novo, batendo na sua porta, entrando na sua casa”²². Mesmo a declaração não contendo dados numéricos para comparação, o candidato defende que a inflação voltou como um acontecimento definitivo. A *Pública* pondera sobre o discurso ao se basear em indicativos do campo da economia, e relata que “a inflação tem se mantido dentro da meta definida pelo Banco Central desde 2004”²³.

²² Disponível em: apublica.org/truco-programa-1/. Acesso em: 17 abr. 2017.

²³ *Idem*.

Também, traz um histórico dos números da inflação nos dois mandatos do governo Lula (2003-2010) e nos dois de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) para comparação.

Ao analisar as falas checadas pela Pública a partir do indicador Critérios, pode-se entender que a agência cumpriu com o proposto inicialmente em seu projeto, conforme dados da primeira coluna da tabela 1, adiante. Do total de 98 discursos, 45% trouxeram números ou dados; 51% puderam ser classificados como falas categóricas; 3% estavam relacionados ao perigo à democracia ou direitos humanos; e apenas 1% – o que correspondeu a uma frase – poderia ser classificado como fora dos critérios, o que torna esse item menos relevante diante da assertividade do trabalho como um todo.

Já em relação ao indicador Recursos, com os dados localizados na segunda coluna da tabela a seguir, em cada edição publicada do *Truco!*, a *Pública* não apenas dava seu veredicto sobre os discursos, mas produzia um texto curto argumentando o porquê ter classificado a frase com determinada carta do baralho, como já demonstrado na imagem 2, neste artigo. O conteúdo primou pela objetividade, mas sem perder o aprofundamento do fato ou tema tratado, além de dar o crédito das fontes e indicar links para interessados em saber mais do assunto – construção no formato de hipertexto²⁴.

Tabela 1 – Sistematização da checagem de informação

Critérios			Recursos			Coerência		
Números ou dados	44	45%	Pesquisa	8	5%	Pertinente	91	93%
Fala categórica	50	51%	Fatos históricos	3	2%	Parcialmente	6	6%
Perigo à democracia ou direitos humanos	3	3%	Dados oficiais	74	48%	Não pertinente	1	1%
Não pertinente	1	1%	Matéria jornalística	29	19%			
			Apuração com fonte	36	23%			
			Não fundamentado	4	3%			
Total	98	100%	Total	154	100%	Total	98	100%

Fonte: autora

Das 98 checagens, em 48% foram utilizados como recurso dados oficiais; em 23% ocorreu apuração com fonte; em 19% o uso de matérias jornalísticas; 5% mencionaram pesquisas; 2% trouxeram fatos históricos; enquanto 3% apareceram como não fundamentado. Assim, os dados revelam que houve preocupação quase permanente da *Pública* com o embasamento de suas checagens, demonstrando que

²⁴ Formato textual na internet que permite a indexação de conteúdo externo ao texto por meio de links.

há argumentação no trabalho de pesquisa do *Truco!* o que possibilitou ao eleitor confiar nas informações expostas.

Considerou-se para dados oficiais documentos e definições em sites de instituições do poder público; para apuração com fonte, o retorno de assessoria de imprensa, além de informações, pareceres técnicos ou anuários de órgãos conceituados da sociedade civil, e artigos de colunistas; já matéria jornalística correspondeu às notícias linkadas na argumentação; pesquisa abarcou tanto artigos acadêmicos como pesquisas do Serasa²⁵ ou Data Popular²⁶; e por fim, fatos históricos corresponderam às citações de acontecimentos não validados por um dado numérico, mas que se tratou da descrição de um fato ocorrido.

Também é interessante notar que ao produzir um texto argumentativo que justificasse a classificação das cartas, era revelada conjuntamente a origem dos dados utilizados pela *Pública* para confrontar as declarações políticas, que neste trabalho foi chamado de recursos. Porém, como origem dos dados não se pode tomar apenas o fato de **citar** a fonte em que a agência se embasou para realizar a checagem, mas além disso, **disponibilizar** um link ou material on-line com informações que comprovavam o contraponto ou a reiteração da agência em relação às falas dos presidentiáveis. A atividade é inovadora, pois possibilitou que aqueles que tivessem acesso à plataforma pudessem contar com provas de que a checagem de informação estava embasada.

A agência não apenas classificar os discursos dos presidentiáveis, mas também demonstrar qual a base de sua justificativa, é uma característica dos projetos de *fact-checking*. A ideia é a de que o leitor também possa verificar o trabalho realizado por esse tipo de prática, assim como os checadores fazem com as falas dos políticos, indicando a fonte primária dos dados (NEISSER, 2015). Como a transparência na divulgação de informações é ponto central do projeto, também se colocam como passíveis de erros e, portanto, na condição de terem seu trabalho averiguado.

Além disso, e principalmente, a partir das argumentações da *Pública* e disponibilização dos materiais on-line, o eleitor passou a contar, por meio da checagem na internet, com uma gama de conteúdos políticos relacionados aos assuntos abordados pelos presidentiáveis durante o HGPE na TV, possibilitando-o estar mais bem informado ao ampliar a compreensão em relação às questões políticas.

Ainda que os veículos tradicionais da imprensa também estejam presentes na internet e detenham grande parte da audiência, Ramonet (2013) alerta para a diferença de que no meio digital há condições de intervenção de outros atores,

²⁵ Empresa privada que reúne um cadastro de empresas e indivíduos em situação de dívida.

²⁶ Instituto de pesquisa, realiza levantamentos nacionais.

abrindo a possibilidade para a realização da mídia independente nos moldes da Agência *Pública*. Então, há potencialidade para alcançar pessoas que “terão acesso à informação com função de contrainformação ou de correção” (RAMONET, 2013, p.96). Há ampliação das opções pelas quais se pode adquirir conteúdo.

Neste contexto, ressaltam-se as modificações na relação entre a tecnologia e os processos comunicacionais sociais, já que as redes digitais “incorporam facilmente novos discursos, novos formatos de sites, novas plataformas e novas criações” (SILVEIRA, 2009, p.84). Assim, com o surgimento da internet, apresenta-se também a constituição de uma nova dimensão política a partir da era da intercomunicação (CASTELLS, 2006 *apud* LEMOS; LEVY, 2010).

Ainda, cabe ressaltar que em cada checagem, mais de um recurso para argumentação pôde ser utilizado, o que ocorreu com frequência, já que puderam ser contabilizados 154 recursos no total das averiguações, sendo que o total de discursos checados era 98, como demonstrado na tabela 1. O número reforça o trabalho de pesquisa da equipe do *Truco!*, pois considerou diversificar os tipos de recursos em suas justificativas, apoiando-se em mais de uma fonte para construir cada uma das 98 argumentações.

Com relação à porcentagem de argumento não fundamentado (3%), ocorreu quando alguma pontuação foi realizada dentro dos textos divulgados pela *Pública* e não ficou clara a origem da informação. Seria desejável que em todas as menções fossem indicadas a sua fundamentação. Apesar disso, essa classificação “não fundamentado” não apareceu sozinha em nenhuma das 98 matérias analisadas. Em um mesmo texto em que foi citada alguma informação sem esclarecimento do crédito, havia também outros recursos que trouxeram sustentação aos argumentos centrais utilizados pela *Pública*.

A partir do último indicador, denominado Coerência, com os dados na terceira coluna da tabela 1, disposta anteriormente, compara-se o veredicto da *Pública* (carta do baralho e seu significado) sobre os discursos dos candidatos com a argumentação contida no texto. Dito de outra forma, foi avaliado se o diagnóstico final explicitado por meio das cartas do baralho estava coerente com o texto produzido pela *Pública* para justificar a classificação.

Em 93% dos casos checados, a classificação foi pertinente; em 6%, parcialmente pertinente; enquanto 1% – o que correspondeu a um caso – entrou na categorização como não pertinente. Adotou-se para pertinente quando o texto argumentativo da *Pública* para justificar a carta escolhida correspondia ao significado da carta. Parcialmente quando havia informações para classificar o discurso com outro tipo de carta, constatando que em alguns momentos a linha pode ser tênue entre uma e outra carta (classificação). Além de não pertinente ocorreu no caso em que a justificativa utilizada no texto pareceu não corresponder ao significado da carta escolhida.

Com relação às duas últimas classificações – parcialmente e não pertinente – aconteceram principalmente por divergência das pesquisadoras deste estudo com relação a determinar discursos com a carta Não é bem assim, mesmo havendo elementos suficientes para o veredicto Blefe! O que pode indicar que a *Pública* adotou extrema cautela na utilização dessa última carta, já que ela correspondia a taxar a declaração como mentirosa. Além de confusão na utilização das cartas Não é bem assim e Tá certo, mas pera aí. Como ambas classificações significavam que os discursos políticos continham **certa parte** de veracidade, causou dúvidas na escolha da carta. E um último caso de uso da carta Zap! quando haveria justificativa suficiente para a adoção de Tá certo, mas pera aí.

As divergências parecem também chamar atenção para o fato de que apesar de a checagem de informação contar com um processo, não compõe uma prática totalmente lógica, em que o resultado é inquestionável. Quando os discursos contêm nuances de inverdades ou falta de contexto, pode ser mais difícil de enquadrar a declaração política em uma ou outra classificação. Nesses casos, parece prevalecer a interpretação de quem está produzindo a checagem, ainda que a prática tenha uma metodologia a seguir. Por outro lado, ressalta-se que casos assim ocorreram com menos frequência.

A partir dos resultados, pode-se refletir sobre o lugar do jornalismo na sociedade em rede e os projetos de *fact-checking*, nesse contexto, como capazes de distinguir informações qualificadas (BELDA; CARVALHO, 2017). Em meio ao dilúvio informacional, em que há dificuldades de localizar a credibilidade de quem produz e divulga conteúdos, bem como a constância de casos de *fake news*, a prática jornalística de apuração dos dados e checagem de informação, e a responsabilidade atrelada ao exercício da profissão do jornalista, configura um ambiente mais seguro para a obtenção de notícias críveis (BUCCI, 2017 *apud* SORRENTINO; SOUZA, 2017).

Nas eleições 2018 no Brasil, projetos de checagem de informação, incluindo o *Truco!*, verificaram discursos e entrevistas de políticos, mas estenderam suas verificações também para informações que estavam em evidência circulando pelas redes sociais. Dessa forma, puderam ser úteis ao identificarem algumas das *fake news*, estas que foram característica do pleito no país, realizando e divulgando seus contrapontos. Ter a mentira como estratégia política aliada à polarização transformou o país em um campo de batalha das mentiras. (FERNANDES; GIORDANI, 2019).

O trabalho de pesquisa de Fernandes e Giordani (2019) sobre as três principais agências de checagem brasileiras (Agência *Pública*, *A Lupa* e *Aos Fatos*) avaliou 286 checagens publicadas por elas no pleito mencionado. Notou-se que em sua maioria as averiguações tiveram como resultado a classificação de conteúdos enganosos, já que 200 do total das checagens continham a etiqueta falso.

A checagem de informação confronta os discursos políticos diante de um público ampliado. Publicizadas na internet, as verificações estão acessíveis e quanto mais circular, alcançando maior número de pessoas, mais repercussão o fato terá (DOURADO, 2016). Porém, se por um lado a prática pode ajudar a provocar um processo de *accountability*, ao impactar na imagem do candidato junto aos seus possíveis eleitores ou levantar o debate sobre algum fato político, por outro “não quer dizer que o político vai sofrer alguma sanção apenas pela desconstrução do seu discurso” (DOURADO, 2016, p.18).

Também, apesar de a mídia adicionar esforços para criar uma sociedade mais vigilante e crítica (MAIA, 2006), o acesso à informação política não torna os indivíduos automaticamente cidadãos mais informados e ativos (GOMES, 2005a). Maia (2006) já discorria sobre a dificuldade de mensurar o impacto da prática comunicativa no público. Trata-se de um dilema não apenas de projetos de *fact-checking*, mas da prática jornalística como um todo. “É difícil apreender os efeitos da cobertura midiática de tais iniciativas e mobilizações cívicas. Para captar tais efeitos, seria preciso conduzir uma pesquisa específica” (MAIA, 2006, p.20).

Considerações finais

A partir dos resultados, pode-se concluir que a prática do *fact-checking* da *Pública* demonstra ser bem desenvolvida, já que há altos índices de coerência e nulidade nas publicações realizadas por meio do projeto *Truco!* Além da criatividade da estrutura semelhante a um jogo de cartas, sua singularidade está na construção de um processo de validação das declarações dos candidatos, ademais na produção de um conteúdo específico e exclusivo, por meio dos textos argumentativos que acompanhavam a checagem, que circulou livremente sobre assuntos abordados nas campanhas eleitorais na televisão em 2014.

Com a checagem de informação e construção dos textos explicativos sobre os veredictos em relação aos discursos, a agência ampliou o conteúdo presente nas declarações. Além de disponibilizar materiais sobre as temáticas surgidas no HGPE com a divulgação de links, também concomitantemente prestou contas de suas argumentações ao apontar as fontes utilizadas para a checagem por meio desses mesmos links. Com isso, a *Pública* propiciou o surgimento de mais elementos informativos em período eleitoral.

Portanto, projetos de checagem de informação podem ser mais uma ferramenta, dentre outras, com a qual os eleitores e a população em geral podem contar para adquirir conteúdo político **embasado**. A desinformação, que se desenvolve em um campo onde não há espaço para contraposições (DEBORD, 1997), passa a contar com iniciativas como a da prática do *fact-checking* atuando na contramão.

Há, ainda, a possibilidade de realçar um novo fenômeno com o qual a checagem de informação já tem lidado, o do crescimento dos casos de *fake news*. As notícias falsas contam com a peculiaridade de estarem inseridas nas dinâmicas das redes digitais e a partir das técnicas jornalísticas de apuração dos fatos, pode-se refletir sobre a checagem de informação, agora não só de discursos dos políticos, mas também de declarações públicas em geral, como uma das ferramentas para fazer frente às *fake news*. Ao identificarem informações falsas, se baseando nos fatos, e divulgarem o contraponto, projetos de checagem podem ser um instrumento a contribuir positivamente.

Apesar disso, ressalta-se que o trabalho realizado pelos projetos de checagem de informação não apresenta o que é a verdade em um sentido estrito. “Diante de uma palavra de difícil determinação, com significado fluido, um caminho mais seguro seria o de deslocar a preocupação de avaliar se o discurso político é verdadeiro para se as declarações contêm fundamentos concretos em acontecimentos” (CONCEIÇÃO, 2018b, p.27). Assim, o *fact-checking* ajudaria mais a desmistificar informações inverídicas que se passam por verdades, do que estabelecer verdades absolutas por meio da verificação das informações (CONCEIÇÃO, 2018a).

Também cabe mencionar que tanto em relação à prática para a construção de notícias como para desenvolver o *fact-checking* não se pode pressupor a existência da neutralidade da informação. Segundo a Teoria Construcionista, o produto do jornalismo não é um reflexo estrito da realidade, mas sim mais um elemento que ajudará na construção social (QUINDERÉ, 2007 *apud* CONCEIÇÃO, 2018b).

Assim, o resultado do trabalho do jornalista não poderia configurar-se como um espelho do real ao admitir-se que o profissional realiza a atividade jornalística a partir de uma atuação “interativa, dependendo tanto das rotinas produtivas e das escolhas dos jornalistas como também de demandas sociais, econômicas, culturais e históricas” (QUINDERÉ, 2007, p.7 *apud* CONCEIÇÃO, 2018b, p.20). Os construcionistas apontam que “o jornalismo encontra referencial na realidade, mas esta é apresentada em uma notícia a partir de determinados enquadramentos” (CONCEIÇÃO, 2018b, p.21), conferindo poder ao campo dos mídia²⁷.

Por fim, com a problematização dos assuntos abordados durante as propagandas eleitorais na televisão, durante a eleição de 2014, que pode ser recordada por sua extrema polarização no plano presidencial entre Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e a construção de um espaço de contrainformação em relação às declarações dos

²⁷ Adota-se para a definição o que Maia (2002) chama de campo dos mídia: um campo de instituição social da mesma forma que o religioso, o político, o científico, o militar, o econômico. A autora cita Adriano Rodrigues (1990) para concordar que “a função básica deste campo seria conferir visibilidade pública às questões coletivas da vida social, mediar e dar expressão aos atores provenientes dos demais campos, promovendo a inserção desses na cena pública” (MAIA, 2002, p.3).

políticos, contribui-se para a qualidade da comunicação ao favorecer a transparência da informação no espaço público.

FACT-CHECKING: AN ANALYSIS OF THE POLITICAL INFORMATION VERIFIED BY THE TRUCO! PROJECT

ABSTRACT: *This article aims to analyze the political information produced and disseminated by the digital platform Truco!, which is a Agência Pública fact-checking project developed for the 2014 election, in Brazil. This project, one of the first in the country, verified the presidential candidates' speeches during the free electoral campaign advertising on television comparing what they said with data and the facts available. The methodology consists of an elaboration for primary data collection, defined upon initial observation of the Agência Pública work. The results recognize qualitative investigative journalism work, showing a process to practice the fact-checking, and the broadening of the political content. Therefore, a counter-information space was built, with the possibility of using the fact-checking to face a recent global phenomenon, the fake news cases.*

KEYWORDS: *Internet. Political speech. Information. Cyber-politics. Fact-checking.*

FACT-CHECKING: UN ANÁLISIS DE VERIFICACIÓN DE INFORMACIÓN POLÍTICA DEL PROYECTO TRUCO!

RESUMEN: *El artículo tiene como objetivo analizar la producción y difusión de información política en la plataforma digital "Truco!", un proyecto de verificación de información - de la Agência Pública desarrollado para las elecciones de 2014. La iniciativa, una de las pioneras en el Brasil, levantó los discursos de los candidatos presidenciales en la Hora Libre de Propaganda Electoral (HGPE) en la televisión y verificó las declaraciones comparándolas con los datos disponibles. La conclusión de la verificación, publicada en Internet, reveló si las declaraciones contenían información correcta, sin contexto, distorsionada o falsa. La metodología consistió en la elaboración de indicadores para la reunión de datos primarios y entrevistas individuales. Los resultados permiten identificar un trabajo de periodismo de investigación de calidad, revelando un proceso de comprobación y ampliación del contenido político de los temas que surgieron en el HGPE. Así, se construyó un espacio de contrainformación, con la posibilidad de pensar en la práctica de revisar para enfrentar un fenómeno reciente, los casos de noticias falsas.*

PALABRAS CLAVE: *Internet. Discurso político. Ciberpolítica. Fact-checking. Comprobación de información.*

REFERÊNCIAS

AVELAR, Daniel. WhatsApp fake news during Brazil election ‘favoured Bolsonaro’. **The Guardian**, 30 oct. 2019. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2019/oct/30/whatsapp-fake-news-brazil-election-favoured-jair-bolsonaro-analysis-suggests>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BELDA, Francisco Rolsfen. & CARVALHO, Pedro Henrique Varoni. Multiparcialidade, dialogia e cultura participativa como reação a pós-verdade. **Culturas Midiáticas**. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba, v. 10 n. 18, p.230-245. Janeiro/Junho 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/35045/17899>. Acesso em: 23 jun. 2020.

CARVALHO, Fernanda Cavassana; CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart (orgs). **Internet e eleições no Brasil**. Curitiba: Grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública, 2016. Disponível em: www.academia.edu/30246524/2016_Internet_e_elei%C3%A7%C3%B5es_no_Brasil. Acesso em: 18 nov. 2017.

CIOCCARI, Deysi; COELHO, Cláudio Novaes Pinto. EZEQUIEL, Vanderlei de Castro. O pensamento conservador e as manifestações de ódio na cena política brasileira. **Revista Estudos de Sociologia**. Araraquara, v. 24, n° 46, p.267-286, jan-jun/2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/9539>. Acesso em: 22 jun. 2020.

CONCEIÇÃO, Desirèe Luíse Lopes. Fact-checking e fake news: a checagem de informação como confrontação às notícias falsas. **Horizontes ao Sul**. Postado em 7 agosto 2018a. Disponível em www.horizontesaosul.com/single-post/2018/08/07/FACT-CHECKING-E-FAKE-NEWS-A-CHECAGEM-DE-INFORMA%C3%87%C3%83O-COMO-CONFRONTA%C3%87%C3%83O-%C3%80S-NOT%C3%8DCIAS-FALSAS. Acesso em: 22 jun. 2020.

CONCEIÇÃO, Desirèe Luíse Lopes. Internet e cidadania: o estímulo ao debate político por meio do jornalismo *fact-checking* – Um estudo de caso do projeto “Truco!”. Orientadora: Rosemary Segurado. 2018b. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOURADO, Tatiana. *Fact-checking* como possibilidade de *accountability* do jornalismo sobre o discurso político: as três iniciativas brasileiras. Paper apresentado no **40º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2016.

FELIX, Jorge. O capital com pressa e o jornalista sem fonte. *In: MARQUES, Rosa Maria; JANSEN, Mariana (orgs). O Brasil Sobre a Nova Ordem – A economia brasileira contemporânea*. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FERNANDES, Márcio; GIORDANI, Renatha. As agências de Fact-Checking frente às eleições de 2018. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Porto Alegre-RS – 20 a 22/06/2019. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sul2019/resumos/R65-0613-1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. São Leopoldo, v. VII, nº 3, p.214-222, setembro/novembro 2005a.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista Famecos**. Porto Alegre, nº 27, p.58-78, agosto 2005b.

LEMOS, André. & LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Mídia e diferentes dimensões da *accountability*. **E-compós**. Brasília, v. 6, nº 3, p.1-27, dezembro 2006.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Mídia e deliberação pública: mediações possíveis. Paper apresentado no **XI Encontro Anual da Compós**. Brasília, 2002.

MANTZARLIS, Alexios. In Buenos Aires, fact-checkers plan a code of principles and an International Fact-Checking Day. **Poynter**. June 12, 2016. Disponível em: www.poynter.org/news/buenos-aires-fact-checkers-plan-code-principles-and-international-fact-checking-day. Acesso em: 22 jun. 2020.

MANTZARLIS, Alexios. Introducing Poynter’s International Fact-checking Network. **Poynter**. October 21, 2015. Disponível em: <https://www.poynter.org/fact-checking/2015/fact-checkers-of-the-world-unite/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

MELLO, Patrícia Campos. WhatsApp admite envio maciço ilegal de mensagens nas eleições de 2018. **FOLHA DE S.PAULO**, 8 de outubro de 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml>. Acesso em: 22 jun. 2020.

NEISSER, Fernando Gaspar. *Fact-checking* e o controle da propaganda eleitoral. **Revista Ballot**. Rio de Janeiro, V.1, nº 2, p.178-212, Set/Dez 2015.

O MERCADO de notícias. Direção: Jorge Furtado. Documentário Produzido por Nora Goulart. Casa de Cinema de Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zq4CpvHdbAA&t=2s>. Acesso em: 6 ago. 2017.

POYNTER. Commit to transparency – sign up for the International Fact-Checking Network’s code of principles. Disponível em www.poynter.org/fact-checkers-code-of-principles/. Acesso em: 15 mai. 2017.

RAMONET, Ignacio. A explosão do jornalismo na era digital. In: MORAES, D; RAMONET, I; SERRANO, P. **Mídia, Poder e Contrapoder, da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SANTOS, Carlos Eduardo Sandano. Para além do código digital: Discussões epistemológicas para a prática jornalística na contemporaneidade. Orientadora: Cremilda Medina. 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Esfera pública interconectada, blogosfera e redes sociais. In: COELHO, C. N. P. **Esfera Pública, Redes e Jornalismo**. Rio de Janeiro: e-papers, 2009.

SORRENTINO, Tainã Ribeiro & SOUZA, Rogério Martins. Jornalismo e pós-verdade: uma análise das notícias falsas divulgadas por Donald Trump. Paper apresentado no **XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. Volta Redonda, 2017.

STENCEL, Mark. Number of fact-checking outlets surges to 188 in more than 60 countries. **Duke Reporters LAB**. 11 June 2019. Disponível em: reporterslab.org/number-of-fact-checking-outlets-surges-to-188-in-more-than-60-countries/. Acesso em: 22 jun. 2020.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2001.

Recebido em 12/11/2019.

Aprovado em 06/05/2020.

Varia

DEMOCRACIA E FEMINISMO NO BRASIL

*Lucila SCAVONE**

RESUMO: Este texto reporta-se à história do feminismo no que concerne aos períodos da ditadura militar (1964-1985): anos de chumbo, transição democrática, retorno à democracia. Apresenta a trajetória do movimento feminista que nessa época se consolida tanto em âmbito organizacional, estatal, como político e que com suas reivindicações próprias representa um dos atores de peso no processo de democratização. Refere-se às trocas de experiências feministas, até mesmo com brasileiras exiladas, que resultaram em contatos com outros movimentos sociais emergentes: mulheres da periferia, negros e homossexuais. Esse direcionamento do movimento feminista definiu suas ações em duas grandes áreas, relacionadas à formulação de políticas sociais e ampliação do debate sobre a democratização: a saúde reprodutiva e a violência contra as mulheres, o que levou o movimento em direção às classes populares, desprovidas de direitos à saúde e de direitos à assistência contra os danos da violência. Nomeia ganhos não desprezíveis para as mulheres e a democracia brasileiras como resultado da resistência ao autoritarismo dos anos da ditadura militar, dos diálogos internacionais e com outros movimentos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Feminismo. Ditadura Militar. Brasil.

Introdução

A história do feminismo contemporâneo brasileiro remete-nos à conjuntura política, econômica, cultural do período em que emergiram e se desenvolveram a

* UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - lucsca@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0003-4330-018>.

ditadura militar, a transição democrática e o retorno à democracia, como também a ação política das mulheres neste percurso.

Remontam ao primeiro período democrático da história política brasileira (1945-1964), após a queda de Getúlio Vargas em 1945, os antecedentes da ditadura militar no Brasil (1964-1985).

O primeiro período do governo Vargas (Era Vargas) abrangeu 15 anos ininterruptos (1930-1945), durante o qual Getúlio Vargas governou sem partido e que compreendeu, inicialmente, o Governo Provisório da Revolução de 1930 (1930-1934), a seguir ele foi eleito pela Assembleia Constituinte (1943-1937), que promulgou nova Constituição, e, entre 1937 e 1945, período conhecido como Estado Novo, ele governou como ditador. Considerado como o pai dos pobres, incorporou os trabalhadores à sociedade por uma política populista apoiada nos direitos sociais – trabalhistas e previdenciários –, mas que não asseguravam aos trabalhadores liberdade para realizarem ações políticas e sindicais independentes. No Brasil, na Argentina, no Peru, o populismo implicou uma relação ambígua entre cidadãos e Governo, a “antecipação dos direitos sociais fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade” (CARVALHO, 2001, p. 126).

Em 1945, o general Eurico Gaspar Dutra, candidato do Partido Social Democrático (PSD) foi eleito presidente da República (1946-1951) pelo voto direto, o que significou um passo no processo de redemocratização e a ruptura com a ditadura do Estado Novo. Era o início de um regime democrático que duraria 19 anos, sobrevivendo em meio a diversas crises políticas. Entre 1945 e 1964 ocorreu “liberdade de imprensa e da organização política”, com eleições regulares em todos os níveis da República e a criação e funcionamento de diversos partidos políticos, que foram interrompidos com o golpe militar de 1964 (CARVALHO, 2001, p. 127). Vargas retornou ao poder eleito (1951-1954) pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e teve João Goulart (Jango), também do PTB, como ministro do Trabalho (1953-1954), alvo das críticas da oposição, pela sua política trabalhista e sindical. Demitiu-se e os ministros militares exigiram, também, a renúncia de Vargas, que em 1954 escolheu o suicídio à capitulação. “O choque de forças que levou ao seu suicídio resolveu-se apenas com o golpe militar de 1964” (CARVALHO, 2001, p. 131).

Nos dez anos que antecederam o golpe da ditadura militar, o Brasil teve como presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), do PSD, que cumpriu seu mandato integralmente e cujo vice-presidente foi João Goulart. Jango garantiu as boas relações dos sindicatos com o governo; foi o período em que o salário mínimo (instituído em 1940) alcançou seus índices mais altos (CARVALHO, 2001, p. 132). Ao mesmo tempo realizou com êxito, nesse período, uma política trabalhista

conciliatória entre os diferentes interesses em jogo, o que deu continuidade à política varguista (SKIDIMORE, 1982, p. 213).

Juscelino foi apoiado por uma aliança entre os dois partidos criados no fim do Estado Novo por Vargas: o PSD, de proprietários rurais e oligarquias interioranas, e o PTB, da classe operária e sindical urbana varguista. As elites políticas conservadoras, civis e militares, representantes da velha oligarquia rural – que se identificavam com a internacionalização econômica e com o anticomunismo –, estavam concentradas no partido da União Democrática Nacional (UDN) e formavam a maioria das forças antivarguistas (CARVALHO, 2001, p. 130-131).

O nacionalismo desenvolvimentista adotado por Juscelino - que gerou uma alta taxa de crescimento econômico e de urbanização do país – foi fundamentado no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e inspirado na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Opunha-se ao nacionalismo militar de direita gerado na Escola Superior de Guerra (ESG) que deu base à doutrina de Segurança Nacional, utilizada para justificar os atos discricionários da ditadura militar pós-64 (SKIDIMORE, 1982, p. 222).

Jânio Quadros (1961-1961), filiado à UDN, partido historicamente antivarguista, foi o presidente vitorioso na sucessão de Juscelino. Entretanto, o vice-presidente eleito foi João Goulart, apoiado pela aliança da oposição PSD/PTB: “o país ficou na situação de ter um presidente e um vice-presidente eleitos por forças contraditórias”¹ (CARVALHO, 2001, p. 134). Essa situação, somada ao estilo político personalista de Jânio Quadros e à situação econômica provocada pela inflação acelerada, causou instabilidade no governo.

A renúncia de Jânio, oito meses após sua investidura, com provável intenção golpista gerou uma grave crise político-institucional e o país esteve próximo de uma guerra civil. O Exército se dividiu: os ministros militares vetaram a posse de Jango – que estava em visita oficial à China – e tiveram o apoio das forças antigetulistas, conservadoras e anticomunistas. Considerado herdeiro de Vargas, eles temiam um golpe semelhante ao de Perón, na Argentina. Além disso, suas ligações com os sindicatos e as causas trabalhistas o identificavam, também, com o populismo mais radical e, por consequência, com o comunismo.

Em contrapartida, os setores legalistas militares (o comando do III Exército, do Rio Grande do Sul) mais as forças populistas, da esquerda moderada e radical, apoiavam sua posse². A solução do parlamentarismo, dada pelo Congresso, garantiu a investidura de Jango em setembro de 1961, mas, não se sustentou. Submetido

¹ A Constituição de 1946, em vigor, não vinculava a escolha do presidente a de seu vice. O mandato presidencial era de cinco anos, não reelegível.

² Estava claro na Constituição de 1946 que na vacância do cargo da Presidência o vice assumiria. Entre os radicais encontrava-se Leonel Brizola, então governador do estado do Rio Grande do Sul, cunhado de Jango e figura de destaque na “luta pela legalidade” (CARVALHO, 2001, p. 143).

a um plebiscito, o parlamentarismo foi derrotado e Jango recuperou os poderes presidenciais em janeiro de 1963 até fim de março de 1964.

Nesse período, as forças políticas em jogo se radicalizaram. À direita: civis e militares, empresários nacionais e estrangeiros, deputados conservadores, proprietários rurais, parte da hierarquia da Igreja católica conspiravam. A Escola Superior de Guerra (ESG) havia preparado militares e técnicos antivarguistas para um provável governo e produzido, também, estudos sobre os principais problemas nacionais. Aproximou-se das lideranças empresariais nacionais e estrangeiras agregadas em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que apoiavam o capitalismo e o anticomunismo. Essas forças tramavam a queda de Jango com o apoio do governo norte-americano. A ameaça comunista, efeitos da

À esquerda se mobilizavam: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) do Congresso, o Movimento de Educação de Base (MEB), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP), estes três últimos apoiados pela Conferência Nacional dos Bispos (CNBB). A Igreja católica ficou dividida entre os progressistas e os conservadores. Os progressistas, fundamentados na Teologia da Libertação, atuavam na busca da melhoria da população pobre.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), na clandestinidade desde 1947, apoiava alguns desses movimentos, assim como suas dissidências maoistas. Na zona rural, a organização das ligas camponesas, sob a direção de Francisco Julião, desde 1960, com apoio de Cuba, constituía-se em uma ameaça para os proprietários rurais. A demanda das reformas de base – agrária, educacional, fiscal, eleitoral – mobilizava a esquerda, que de fato tinha um apoio popular limitado e pressionava Jango a tomar uma posição política mais definida (CARVALHO, 2001).

As questões da reforma agrária e eleitoral³, da aceleração vertiginosa da inflação, além da queda dos investimentos estrangeiros no país, criaram um clima político social que acelerou a crise. Jango, indeciso, tenta um golpe contra seus adversários: solicita ao Congresso o estado de sítio, mas, sem o apoio da esquerda e dos moderados, recua. Líder sem o carisma e a astúcia política de seu patrono, Jango oscilava entre seguir as pressões da esquerda moderada ou radical, mas, por fim, decidiu-se pela defesa das reformas de base (CARVALHO, 2001). Em um grande comício no dia 13 de março de 1964, Jango, ao lado do seu ministro da Guerra, defende as reformas de base e anuncia dois decretos polêmicos: um de desapropriação de terras ociosas; outro que encampava as refinarias de petróleo particulares. Com tais medidas Jango desafiava o Congresso Nacional, de maioria conservadora.

³ Na Reforma Eleitoral estava em pauta a proibição do voto aos analfabetos e aos soldados, que persistia desde a Constituição de 1934. Em 1950, 57% da população era analfabeta (CARVALHO, 2001).

A tensão social foi crescente, a direita contra-atacou com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo e Rio de Janeiro, nas quais as mulheres tiveram um papel proeminente. A Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) – e de outras organizações semelhantes, que se formaram no país naquele momento – defendia os princípios da família e da propriedade, por meio dos valores católicos tradicionais. O objetivo era fortalecer a luta contra o governo e conseguir maior apoio popular. Esposas, mães, filhas, parentes de empresários ou políticos conservadores foram às ruas, com o terço nas mãos, engrossar a ladainha anticomunista⁴.

Os impasses políticos agravaram-se ainda com a rebelião dos marinheiros por melhores condições de trabalho, a qual recebeu o apoio do presidente. O líder dos marinheiros, o cabo Anselmo, “foi posteriormente identificado como agente da *Central Intelligence Agency* (CIA) americana, tendo cooperado com os órgãos de repressão durante os governos militares” (CARVALHO, 2001, p. 143). Em meio à maior crise militar de seu governo, Jango participou de uma reunião dos sargentos e suboficiais das Forças Armadas, em que proferiu discurso inflamado, transmitido em rede nacional de televisão. Foi o estopim para sua queda.

Apesar de Jango ter montado um dispositivo militar, ao colocar em posições-chave do Exército seus correligionários, para se preparar para um possível embate, as forças da direita saíram na frente. O Exército e o governo de Minas Gerais enviaram as tropas ao Rio de Janeiro, onde tinham o apoio do Chefe do Estado-Maior do Exército, Humberto Castelo Branco. Receberam adesão da tropa paulista, até então janguista, em 31 de março de 1964 e apoio do governo norte-americano durante a preparação do golpe⁵.

Jango exilou-se no Uruguai, e as forças sindicais e de esquerda, que estavam ao seu lado, não conseguiram mobilizar apoio popular. Os militares assumiram o poder, para surpresa dos políticos civis que os apoiaram, especialmente, os udenistas (CARVALHO, 2001). O país entrou em uma fase de retrocesso de direitos políticos e sociais que durou até 1985.

O período da ditadura e as mulheres na política

A ditadura militar teve três fases. A primeira (1964-1968): governo do general Castelo Branco (1964-1966) e do general Costa e Silva (1967-1969), ligados aos

⁴ Algumas dessas manifestações foram realizadas logo após o golpe para celebrá-lo. O apelo religioso era estratégico, uma vez que na década de 1960, 95% da população brasileira declarava-se católica (SCAVONE, 1979).

⁵ Nas palavras de um general conspirador, o Exército “dormiu janguista” e acordou “revolucionário”, isto é, passou a apoiar os militares. Os contatos com os governos norte-americanos foram constantes (GASPARI, 2002, p. 59).

setores liberais conservadores da Escola Superior de Guerra (ESG). Constam desse período os Atos Institucionais e as cassações de políticos, militares, civis. Prisões, denúncias de tortura, dissolução dos partidos, criação do bipartidarismo, instalação de eleições indiretas para Presidência e governadores. Na economia: combate à inflação e pequeno crescimento. No fim dessa fase crescem as manifestações contra a ditadura e iniciam-se as guerrilhas urbana e rural.

A segunda fase (1969-1974), conhecida como os “anos de chumbo”, ligada aos militares mais truculentos: governo do general Garrastazu Médici, que intensifica a repressão política. No fim de 1968 foi editado o Ato Institucional N° 5 (AI-5), o qual centralizou o poder no Executivo, suspendeu o habeas corpus, decretou o recesso do Congresso Nacional, que só foi reaberto dez meses depois, com uma oposição amordaçada⁶. A partir daí, o arbítrio aumentou, a violência de Estado incrementou a tortura como arma de constrangimento e extermínio das organizações de esquerda. Paradoxalmente, foi uma fase de crescimento e euforia econômica, conhecida como milagre econômico (GASPARI, 2002).

A terceira fase (1974-1985): teve como presidentes o general Ernesto Geisel (1974-1979) e o general João Batista Figueiredo (1979-1985), ligados aos liberais conservadores da ESG. No início do período continuam a censura, as prisões e a tortura. Oito meses após a posse da Presidência, Geisel anunciou uma distensão política lenta, gradual e segura: em 1974, diminuição das restrições à propaganda eleitoral; em 1978, revogação do AI-5; em 1979, anistia ampla e a volta ao pluripartidarismo. Na economia: crescimento da dívida externa e da inflação. Foi um longo período de transição democrática.

O bipartidarismo e a atuação do Congresso Nacional, em quase todo o período da ditadura, tiveram um caráter peculiar. O partido do governo, Aliança Renovadora Nacional (ARENA), acatava todas as decisões e escolhas políticas dos militares, até mesmo para eleger os presidentes militares indicados. A sigla da oposição-MDB – Movimento Democrático Brasileiro – congregava diferentes opositores ao regime que ao longo do período ditatorial foram sendo cassados, neutralizados e/ou cooptados. Qualquer discurso mais inflamado no plenário redundava em perda de mandato.

As eleições legislativas – em todos os níveis – eram mantidas com restrições: censura da propaganda política e veto dos candidatos mais radicais. A vitória do partido da oposição nas eleições de 1978 fez o governo criar a figura dos senadores eleitos indiretamente, para não perder o controle da situação política. Para o Senado

⁶ O AI-5 cassou os mandatos de 513 senadores, deputados e vereadores. Foram aposentados 3.782 funcionários públicos, dos quais 72 professores universitários e 62 pesquisadores científicos. Os militares que se opunham ao golpe foram excluídos das fileiras: 1.313 militares de diversas patentes (CARVALHO, 2001).

e a Câmara, as eleições ocorreram em 1966, 1970, 1974, 1978 com os dois partidos e em 1982 e 1986 já no sistema multipartidário (GASPARI, 2004).

Nesse período, poucas mulheres participavam da vida política institucional do país. As mulheres obtiveram direito ao voto no Brasil em 1932, após uma longa luta liderada pela pioneira, a bióloga Bertha Lutz, que criou em 1922 a Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Vargas cedeu às pressões das feministas pioneiras e incorporou o direito ao voto feminino no Código Eleitoral, por meio do Decreto 21.076, a 24 de fevereiro de 1932 (SOHIET, 2006). Nesse ano, a médica Carlota Pereira de Queiroz, eleita a primeira deputada federal e participante da Assembleia Constituinte de 1934, contribuiu para a inclusão desse direito na nova Constituição.

No período de 1932-1962 (fora os oito anos da ditadura Vargas), 11 mulheres se elegeram à Câmara dos Deputados (AVELAR, 2001). Nas eleições de 1965, um ano após o golpe militar, o número de eleitas aumentou três vezes, passando de duas deputadas (nove candidatas) das eleições anteriores para seis deputadas (treze candidatas). As mulheres apresentaram-se aos cargos eletivos para substituírem “seus parentes (maridos, irmãos, pais) cujos mandatos haviam sido cassados no Ato Institucional Nº 1” (TABAK; TOSCANO, 1982, p. 25). Essas deputadas eram na maioria do partido de oposição, MDB, uma só do partido do governo, ARENA.

A participação das mulheres na política institucional no país foi e ainda é marcada pelas oligarquias familiares, que se perpetuam no poder (AVELAR, 2001; BLAY, 1981). Algumas mulheres dessas famílias se destacaram nacionalmente: Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas, elegeu-se deputada federal em 1950/1954/1958 pelo PTB e depois pelo MDB em duas legislaturas durante a ditadura (1963-1967 e 1967-1971) e teve seu mandato cassado pela ditadura em 1969. Na volta à democracia assumiu a liderança do PTB e se elegeu novamente deputada na legislatura 1983-1987. Roseana Sarney, filha de José Sarney, é outro exemplo desse tipo de política: elegeu-se senadora pelo Partido Frente Liberal (PFL), antigo Partido Democrático Social (PDS), e foi a primeira mulher no país a se eleger governadora no estado do Maranhão.

Durante os anos de chumbo, na legislatura 1971-1975, há somente uma deputada no Congresso Federal, da ARENA. Na legislatura seguinte, eleição de 1974, legislatura 1975-1979, o mesmo cenário: uma só deputada, da ARENA. Em 1977, o Congresso Nacional aprovou a Lei do Divórcio no país e não contou com o apoio desta deputada. Nas eleições de 1978, legislatura 1979-1983, quatro mulheres foram eleitas, três do MDB e uma da ARENA (SASSE, 2010).

Se não havia uma discriminação aberta contra às mulheres nesse período, o espaço para elas na política institucional autoritária foi praticamente inexistente. Além da participação conservadora fugaz que as mulheres das classes dominantes tiveram na Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), não há nenhuma

mulher que tenha se notabilizado no apoio aos ditadores, a não ser em seus papéis tradicionais dentro da família.

As ideias do feminismo brasileiro contemporâneo surgiram no fim dos anos de 1960 e começo dos anos de 1970, período dos anos de chumbo. Nesse período, ainda não é possível falar em um movimento feminista, mas em um novo acontecimento político, no qual as mulheres começam a participar do movimento estudantil, da ação partidária ou sindical clandestina e a romper com um dos mais consolidados mitos da dominação masculina de que **política é negócio dos homens**. Subjacentes a esse acontecimento há os ecos da revolução das idéias e comportamentos dos países do norte que circulavam no meio da vanguarda política e cultural brasileira e os questionamentos dos tabus tradicionais relacionados à família e à sexualidade, que aprisionavam as mulheres no espaço doméstico.

Desde o início de 1968, multiplicavam-se as manifestações estudantis nas capitais do país; os estudantes, organizados, mobilizavam-se em massa contra a ditadura. A União Nacional dos Estudantes (UNE) congregava opositores de diferentes tendências de esquerda, dentre eles, homens e mulheres que, posteriormente, foram ou para luta armada ou para a clandestinidade. As manifestações de operários, camponeses, políticos, intelectuais, artistas, nas principais cidades brasileiras e na zona rural, indicavam o clima de resistência geral ao regime militar.

No fim de 1968, com a decretação do AI-5, o país ingressou em um período de repressão política, sem precedentes em sua história – a censura atingia os grandes e pequenos jornais, livros, letras de músicas, espetáculos teatrais, com o exílio, ou prisão, ou morte de militantes, estudantes, intelectuais, professores, artistas, trabalhadores do campo ou da cidade, sindicalistas, religiosos progressistas e de todos os que se manifestassem contra o regime (GASPARI, 2002).

A fase da guerrilha urbana, organizada pelos partidos clandestinos da nova esquerda, se intensificou com sequestros de embaixadores, assaltos a bancos e ações públicas e políticas de impacto. Os sequestros eram utilizados para negociar a liberação e o exílio das centenas de prisioneiros políticos que a ditadura, até então, encarcerara.

A ação política das mulheres contra a ditadura foi diversificada: na luta armada; na militância clandestina dos partidos políticos; no apoio aos seus companheiros, filhos ou amigos. Foram perseguidas, torturadas ou exiladas. Houve aquelas que se auto exilaram para estudarem nos Estados Unidos, Europa, por terem sido ameaçadas pelo regime, ou por terem tido pessoas de suas relações que sofreram com a repressão.

A participação das mulheres nas organizações de esquerda, nesses anos, foi bem menor do que a dos homens, no entanto ela foi significativa e, de certo modo, condizente com o lugar que elas começavam a ocupar no espaço público:

do total dos 4.124 militantes processados judicialmente nas décadas de 1960-1970, 16% eram mulheres. As mulheres perfaziam, em 1970, somente 18,5% da força de trabalho, mas já representavam 40% da população estudantil universitária do país. Além de os homens serem majoritários do ponto de vista quantitativo nos partidos de esquerda, eles também ocupavam os cargos de comando, salvo em raríssimas exceções (AVELAR, 2001, TABAK; TOSCANO, 1982).

As mulheres participaram mais dos grupos armados e das organizações militaristas da guerrilha urbana, as quais apresentavam maiores riscos, do que dos partidos políticos tradicionais. Do total dos militantes processados ligados aos grupos armados, 18,3% eram de mulheres; já, entre os processados do Partido Comunista Brasileiro (PCB), havia somente 4,7% de mulheres. Este dado sugere que elas se identificavam com uma proposta de ação política radical, tanto do ponto de vista da militância como de sua vida pessoal. A ação armada e/ou a clandestinidade abalavam de forma material e simbólica a conjuntura da dominação masculina, pois criavam uma situação em que as mulheres rompiam com seu papel social dentro e fora da família. Apesar dessa ousadia e transgressão, muitas delas só foram perceber o lugar que ocupavam com a distância do exílio, da prisão, do tempo, ou quando começaram a constatar a opressão que sofriam como mulheres, até mesmo dentro das organizações políticas (AVELAR, 2001, TABAK; TOSCANO, 1982).

A militância das mulheres nos partidos políticos de esquerda, nesse período, foi analisada por estudiosas do assunto como uma dupla transgressão: não só pelo fato de elas entrarem em uma situação-limite de clandestinidade, de estar fora da lei, mas também pelo fato de terem rompido com a vida familiar, afetiva e profissional. Além da grande novidade e desafio de serem mulheres fazendo política.

Essas militantes se identificavam com dois tipos de engajamento político: como mulheres liberadas, vanguarda da revolução dos costumes, e como mulheres que se engajavam na luta revolucionária. Associavam compromisso político com compromisso existencial, tal qual a afirmação de uma militante que dizia estar fazendo a história, como os guerrilheiros nas montanhas da América Latina ou como os estudantes nas barricadas de 68 (COSTA *et al.*, 1980). Ao buscarem romper com o estilo tradicional de fazer política e com os valores de suas classes de origem, elas estavam, também, em sintonia com o romantismo revolucionário da época. Não havia, entretanto, uma elaboração propriamente feminista de suas experiências.

Depoimentos dados nos anos 1990 – quando ocorreu uma intensa produção memorialística, historiográfica, fílmica do período da ditadura militar – por militantes que participaram da luta armada mostram consciência da questão de gênero na política (GARCIA, 1993; PATARRA, 1992). Vera Silva Magalhães foi das poucas mulheres que chegaram a dirigir uma organização e a única que participou do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick. Ela relatou que fez com seus companheiros a preparação do ponto de vista prático, teórico e estratégico

da guerrilha, mas, durante o processo do sequestro, tratou dos levantamentos de informações “com o papel de mulher que a sociedade me atribuía” (SALEM, 1997, p. 61).

Em depoimento dado a Marcelo Ridenti (1993, p. 202), Vera declarou que foi afastada da direção por ter sido considerada, pelos seus companheiros, de “instável emocionalmente”, comentando que a estabilidade emocional não era exigida para os homens. Ela ressaltou o lado libertário de sua geração, que queria, também, romper com os “preconceitos da família, com os casamentos formais”, com o tabu da virgindade. Foi presa, torturada, e saiu da prisão em 1970, entre os 40 presos soltos na negociação pela libertação do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben, sequestrado pela luta armada⁷.

As presas políticas que foram torturadas passaram pela “cota suplementar de sofrimento que resulta da violência sexual (estupros, às vezes seguidos de gravidez) ou dos rituais de humilhação a que são submetidas” pela sua situação de gênero (GARCIA, 1997, p. 327). Atos abomináveis de tortura que expuseram crianças diante de suas mães, que desprezaram mulheres grávidas, mostraram até que ponto os torturadores utilizaram elementos da identidade feminina para aniquilar “as mulheres que desafiaram o poder instituído” (OLIVEIRA, 1996, p. 12). Ao ocuparem um lugar político no espaço público e negarem o lugar tradicional que lhes fora destinado no espaço privado, abriam as portas para a construção de uma nova identidade. Muitas delas tornaram-se militantes feministas nos anos seguintes.

Ao lado do intenso cerceamento dos direitos políticos e sociais dos “anos de chumbo”, o Brasil viveu seu milagre econômico com uma política econômica de crescimento sem democracia: houve uma centralização da economia, estímulos fiscais e tributários, investimentos estrangeiros em profusão, aceleração da industrialização e da urbanização, modernização das comunicações, realização de grandes obras públicas. O Produto Interno Bruto (PIB) do país chegou a taxas nunca antes (nem depois) alcançadas. A ditadura utilizava uma propaganda ufanista e autoritária para divulgar suas realizações econômicas, era aceitar ou desertar, tal como o slogan que circulou pelo país: “Brasil, ame-o ou deixe-o” (GASPARI, 2002a).

O crescimento deu-se de forma excludente, com aumento significativo da faixa de participação dos mais ricos na economia e a expulsão dos trabalhadores para as periferias das grandes cidades. Apesar disso foi a década de expansão de empregos e quando as mulheres ingressaram definitivamente na atividade produtiva, representando 28,8% da População Economicamente Ativa (PEA), em 1976, e 36.9% em 1985. Em 2002, as mulheres eram 42.5% da PEA (BRASIL, 1981; 2002).

⁷ Ao sair da prisão rumo ao exílio, Vera não conseguia andar em consequência das torturas que sofreu. Em 2002 recebeu indenização do Estado pelas sequelas que a violência causou a sua saúde. Faleceu no fim de 2007, aos 59 anos,

Nesses anos, há um significativo declínio da fecundidade, com a modernização da contracepção e início da prática da esterilização feminina, a qual se ampliou nas décadas seguintes e passou a ser o método contraceptivo mais usado entre as mulheres brasileiras. Havia contradições políticas na cúpula militar entre adotar uma política demográfica de incentivo à natalidade visando ao povoamento e à Segurança Nacional ou uma política demográfica controlista.

Esta última política prevaleceu, pois estava prevista nas cláusulas dos empréstimos internacionais e introduziu, em 1965, a Sociedade pelo Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM) – instituição associada à *International Planned Parenthood Federation* (IPPF), que iniciou uma ampla distribuição de contraceptivos orais, com o objetivo de diminuir a fecundidade das brasileiras. Entre os anos de 1970-1980 houve uma redução de 24,1% na taxa de fecundidade, passando de 5.8 filhos por mulher para 4.4 filhos, no fim da década⁸ (BRASIL, 1997). As feministas, que estavam no país ou no exterior, criticavam a forma impositiva e discriminatória da política de controle da natalidade adotada no país (PINTO, 2001; DOSSIÊ, 1976).

Os “anos de chumbo” começaram seu declínio no fim, de 1974 com “o assassinato do último guerrilheiro (guerrilheira) do Araguaia (guerrilha rural que durou aproximadamente quatro anos), Walkíria Afonso Costa, 27 anos, ex-aluna da Faculdade de Artes e Educação da Universidade Federal de Minas Gerais”, a vitória no Senado do partido de oposição (MDB) e o aumento de sua bancada na Câmara de Deputados (GASPARI, 2004, p. 508). Foi quando a política de extermínio de militantes políticos, das guerrilhas urbanas e rurais, chegou ao seu clímax. Ocorreu também que os anos do milagre econômico (1968-1973) conviveram com o declínio do Produto Interno Bruto (PIB), o crescimento da inflação e da dívida externa e culminou seu desmoronamento com os impactos mundiais da recessão econômica e da crise do petróleo. O país entrou nos anos de 1980 com recessão econômica e hiperinflação, que só começou a ser controlada a partir de 1994, com a substituição da moeda e um plano econômico de estabilização.

A pressão popular cresceu a partir de 1973 e teve o apoio da Igreja católica – mediante os militantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na figura do cardeal progressista D. Paulo Evaristo Arns, que se posicionava contra as mortes nas prisões e o desaparecimento de prisioneiros políticos. Uma missa celebrada em memória do estudante Alexandre Vannuchi Leme, morto na prisão, foi considerada como o primeiro protesto de grande porte da década de 1970, ao reunir diversos setores da sociedade civil. Os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog na prisão, em 1975 e, do operário Manuel Fiel Filho em 1976, desencadearam ampla mobilização contra o regime.

⁸ Em 2006, essa taxa alcança o índice dos países desenvolvidos de 2.0 filhos por mulher.

O arbítrio foi cometido até o fim dos anos de 1970, começo da década de 1980: prisões políticas seguidas de tortura e assassinatos; repressão aos estudantes, que voltavam às ruas clamando por liberdades democráticas; práticas de terrorismo da direita com o intuito de desestabilizar o processo de redemocratização do país. Cenário que evidenciava as forças políticas conflitantes que se digladiavam nos bastidores do processo em curso. No fim da década de 1970 a tensão entre a sociedade civil e os militares aumenta: três grandes greves operárias paralisam o país: 1978, 1979 e 1980.

O feminismo nos dois lados do Atlântico

O Chile foi um dos destinos do exílio político durante o governo de Salvador Allende (1970-1973), mas o golpe militar neste país resultou para os brasileiros que lá estavam em um segundo exílio. A França (Paris) foi o país que mais recebeu brasileiros ao longo da ditadura, no âmbito europeu. Os exilados viram-se diante de um contexto diverso do que vivenciaram no Brasil: havia uma efervescência social, cultural e política que abrangia tanto a crítica ao imperialismo americano, como ao soviético, e a busca por um novo modo de fazer política. Havia, também, a contestação radical aos padrões e costumes da família e da sexualidade burguesas tradicionais, cujos ecos haviam chegado ao Brasil.

As ideias libertárias de maio de 1968, que confluíam com o feminismo, traziam à tona questões novas, sobretudo para os militantes brasileiros com formação mais ortodoxa. As mulheres exiladas brasileiras, e latino-americanas, em Paris entraram em contato com uma sociedade mais igualitária socialmente, o que lhes possibilitava perceber com maior clareza as contradições que ocorriam em sua vida cotidiana.

Aquelas que vinham de um meio social mais privilegiado, que tinham curso universitário completo (artistas plásticas, ou musicistas, ou profissionais liberais) mergulharam em um universo onde seus privilégios de classe não eram os mesmos que no Brasil. As que não tinham formação especializada, por terem centrado sua vida no trabalho político, ou simplesmente por serem mães, esposas ou irmãs de guerrilheiros, tiveram dificuldades de integração profissional no novo país (GOLDEBERG, 1987).

Confrontadas, em suas novas experiências de vida, com a percepção da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero em sua vida afetiva e nas organizações políticas em que atuavam, as mulheres exiladas se identificaram, em sua maioria, com as reivindicações do feminismo francês, participando e organizando grupos feministas (GOLDEBERG, 1989).

Dois grupos organizados por brasileiras no exterior destacam-se na história do feminismo brasileiro: o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris (Latino-Americanas), fundado pela escritora brasileira Danda Prado⁹, em 1972, e O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (Círculo), fundado em 1976 por brasileiras vivendo em Paris. A constituição desses grupos era de exiladas políticas, auto exiladas e estudantes. O Círculo foi um grupo composto somente de brasileiras, enquanto o Latino-Americanas agregava mulheres de diferentes países do continente. Esses grupos funcionavam como o movimento feminista francês e internacional da época, em que os grupos de reflexão se multiplicavam espontaneamente por bairros, ou por temas, ou por interesses comuns, dentro de um grupo maior que se reunia com menor frequência. Os dois grupos interagiam com o movimento feminista francês em passeatas e ações públicas, identificando-se com suas reivindicações mais amplas.

O Latino-Americanas editou no período de 1972 a 1976 o jornal *Nosotras*, escrito por mulheres de vários países da América Latina e, também, da França, com uma pauta voltada para as questões feministas e matérias sobre a situação das mulheres em diversos países. O jornal era enviado para o Brasil e distribuído para pessoas-chave, burlando a censura e propagando as ideias feministas radicais no país. Esse grupo foi esvaziado pelas pressões da Frente de Brasileiros no Exílio, que não aprovava a participação das exiladas na luta feminista e as ameaçava com a retirada de apoio financeiro para suas famílias (CARDOSO, 2004a; 2004b).

O Círculo propunha-se a lutar contra a “opressão específica das mulheres” de forma “autônoma”, embora considerasse que essa opressão não se refletisse “da mesma forma para todas as mulheres”. Assim, pretendia integrar a luta “de todos aqueles que reconhecem no sistema a causa primeira (...) da exploração e opressão”¹⁰, não abandonando o compromisso com as lutas mais gerais. O grupo manteve contato com os jornais feministas que se criaram no país – *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* – e, também, com a imprensa alternativa – jornais *Movimento* e *Opinião* (DOSSIÊ, 1976). Este grupo viveu até 1979, quando a Anistia política possibilitou o retorno do exílio de grande parte de suas militantes.

No Brasil, há registros da organização de grupos de reflexão feminista em São Paulo e Rio de Janeiro, no início da década de 1970, com mulheres que haviam voltado de uma experiência de estudos nos Estados Unidos ou na Europa, sobretudo professoras universitárias (PEDRO, 2006).

A organização das mulheres da periferia de São Paulo – situação proveniente da urbanização excludente e acelerada da cidade – em clubes de mães, ou de donas de casa lutando por melhorias em seus bairros, por escolas para seus filhos, por creches, ou ainda, no movimento nacional contra a carestia, mostra outro tipo de

⁹ Filha do historiador marxista Caio Prado Júnior, condenado pela ditadura em 1970.

¹⁰ Trechos da carta enviada aos jornais em 17 de dezembro de 1976.

atuação política feminina à época da ditadura. Embora suas reivindicações tenham tido mais força no fim dos anos de 1970, a organização desses movimentos nos anos duros da ditadura, marcou para essas mulheres a saída do isolamento doméstico e a entrada como sujeitos políticos no espaço público (OLIVEIRA, 1990; SADER, 1988).

Tais movimentos tinham apoio, sobretudo, da Igreja católica progressista, grande aliada na luta contra a ditadura – que organizou as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) –, e da esquerda ortodoxa, o que impossibilitava uma discussão de temas específicos de interesse das mulheres. A não discussão do aborto nesse período, por exemplo, resultava em acordo tácito entre as partes envolvidas no trabalho comunitário.

É comum que estudiosas do movimento feminista brasileiro situem o Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ocorrido no México, em 1975, como propulsor do movimento no país (SARTI, 2001). Tal celebração teria propiciado, no contexto da ditadura militar, abertura de espaços para reuniões, debates públicos, enfim, meios para sair da clandestinidade. Foi uma ocasião para setores da esquerda ortodoxa que ficaram no país e para as mulheres, feministas ou não, se manifestarem contra a ditadura e divulgarem o que na época era tratado como **questão da mulher**.

O Seminário *O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira* realizado no Rio de Janeiro, nesse ano (1975), organizado por um grupo de mulheres feministas e patrocinado pela ONU e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), é considerado como o primeiro momento do debate público sobre feminismo no país. A pauta incluía questões do trabalho, da saúde, da educação, da legislação, da discriminação racial, entre outras. Participaram do Seminário vários grupos de oposição à ditadura, inclusive grupos católicos, com os quais as organizadoras queriam selar aliança. Isso gerou um documento que deu mais destaque às questões do trabalho, omitiu a questão do aborto e a palavra “feminismo” (BARSTED, 1992)¹¹.

O Movimento Feminino pela Anistia (MFA), criado em 1975 em São Paulo, sob a liderança de Terezinha Zerbini, é outro exemplo do bom aproveitamento político do *Ano Internacional da Mulher*. Ao voltar da *I Conferência Mundial da Mulher* realizada no México, Zerbini lança o MFA, com a proposta de anistia “ampla, geral a todos que foram atingidos pelos atos de exceção” (DUARTE, 2019, p. 1). Seu lançamento foi divulgado na imprensa alternativa (jornal *Opinião*), lembrado em missa na catedral de São Paulo pelo arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns. Este movimento contribuiu para ampliar e transformar a luta pela Anistia em

¹¹ Em outubro do mesmo ano, realizou-se na Câmara Municipal de São Paulo o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista. Participaram do evento representantes de partidos políticos, da Igreja, sindicalistas, feministas e pesquisadoras (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 233).

bandeira nacional, por ter tido sede em vários estados e uma ampla participação de mulheres. Muitas militantes do MFA eram feministas, ou aderiram ao feminismo após a militância pela Anistia (MORAES, 1990). Entretanto, o MFA rompeu com a Frente Unitária das Mulheres por sua líder não concordar com a discussão sobre aborto ali levantada (BARSTED, 1992).

Logo após o Seminário do Rio, em 1975-1976, destaca-se a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB) em São Paulo e do Centro da Mulher Brasileira (CMB) no Rio. A atuação em partidos políticos de esquerda das principais integrantes do CDMB fez com que não fizessem referência à palavra “feminismo” em seu estatuto (BARSTED, 1992). Estes Centros lutavam pela volta à Democracia no país, e as reivindicações de cunho específico eram relacionadas, sobretudo, à situação das mulheres trabalhadoras, como criação de creches e escolas.

Em 1975, foi organizada uma mesa-redonda sobre a questão da mulher na Reunião Anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), órgão tradicionalmente progressista que apoiava a luta contra a ditadura. Esta foi uma das primeiras ocasiões em que a questão da mulher foi discutida na academia (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000), embora em 1967, a socióloga feminista Heleieth Saffiotti tenha defendido uma tese sobre o assunto – na qual articulava a questão da mulher com as classes sociais – que se tornou, posteriormente, referência nacional para os estudos de gênero no país (SAFFIOTTI, 1969).

Ainda em 1975 foi criado o jornal *Brasil Mulher* que era impresso na cidade de Londrina-PR, primeiro jornal feminista contemporâneo produzido no país, que traz a “gênese do debate entre mulheres feministas e mulheres militantes de esquerda” (CARDOSO, 2004, p. 43). Esse jornal chegou a ter uma tiragem de 10 mil exemplares e foi publicado até 1980, com uma predominância de temas políticos mais gerais na maioria das suas edições.

Em 1976 foi criado o jornal *Nós Mulheres*, em São Paulo, “primeira publicação do feminismo brasileiro contemporâneo a declarar-se feminista” (MORAES, 1990, p. 20)¹². Esse jornal tinha uma organização interna flexível e não partidária, funcionava como um coletivo e defendia a autonomia do movimento; contava com mulheres que já haviam passado pelo exílio ou pelo exterior (LEITE, 2003). Levantava bandeiras feministas, denunciando a dupla moral e a repressão sexual, como a opressão da mulher em todas as classes. A questão do racismo já fazia parte das preocupações das feministas brasileiras dos anos 70, no primeiro número desse jornal foi publicado o depoimento de uma mulher negra que denunciava o racismo no país (CORRÊA, 2001). Apesar da postura assumidamente feminista desse jornal, havia uma demanda e uma crítica da ausência de questões candentes

¹² Na obra *A mulher no Brasil*, a autora June E. Hahner (1978) indica que o Brasil foi o único país da América Latina que teve uma imprensa feita por mulheres entre 1974-1980.

do feminismo em sua pauta jornalística, impossível de cobrir no contexto da época. *O Nós Mulheres* encerrou suas atividades em 1979.

Em 1978, no Rio de Janeiro, um grupo de mulheres feministas rompeu com o Centro da Mulher Brasileira, com um manifesto que reivindicava espaço para os temas-tabu, como a sexualidade e o aborto. No ano de 1979 o I Congresso da Mulher Paulista lembrou o “direito das mulheres a ter o número de filhos desejados”, centrou-se na luta pelas creches, destacou a “anistia, ampla, geral e irrestrita” aos presos e perseguidos políticos. Entretanto, não contou com a participação do Movimento Feminino pela Anistia de São Paulo, que realizou encontro à parte (TELES, 1993, p. 117-119).

A mobilização das mulheres brasileiras no período de 1975-1979 foi intensa e marcada por uma luta que se dividia entre o compromisso político contra a ditadura e as causas feministas, prevalecendo o primeiro nas negociações políticas.

O retorno à democracia e as ações feministas

O primeiro presidente civil do Brasil após a ditadura foi Tancredo Neves, filiado ao MDB¹³ e eleito em 1985, ainda por eleições indiretas. Sua candidatura foi uma aliança com o partido do governo em sua nova versão, PDS, que indicou o vice-presidente, José Sarney. A intensa participação de Tancredo Neves na Campanha pelas Diretas Já, seu histórico na política nacional, sua posição moderada, conferiam-lhe simpatia popular e apoio político para o cargo. Seu falecimento, pouco antes da posse, causou comoção social. Assumiu o vice, José Sarney (1985-1990), que havia colaborado com os militares.

José Sarney foi sucedido por Fernando Collor de Mello (1991-1992), do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), primeiro presidente eleito por voto direto após a ditadura e também o primeiro na história do país a sair do cargo por impeachment, por ter comandado um importante esquema de corrupção em seu governo. Foi sucedido por seu vice, Itamar Franco (1992-1995), do PMDB.

Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-2002), eleito pelo Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), dissidência do PMDB, governou o país por oito anos, dois mandatos, e foi sucedido por Luíz Inácio Lula da Silva (Lula) que emergiu como liderança sindical no fim dos anos 1970 pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Lula elegeu-se Presidente da República por dois mandatos, o primeiro entre 2003-2006 e o segundo entre 2007-2010.

¹³ O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi criado em março de 1966 como uma forma de oposição à ditadura, composto por uma frente ampla de centro a esquerda moderada. Em 1979 recebeu a denominação de partido, passando a ser PMDB, e em 2017 volta à sua sigla original MDB.

A fundação do PT ocorreu em 1979 e sua legalização, no começo de 1980, foi uma novidade promissora para a nascente democracia, já que a história de todos os partidos brasileiros oficiais, até então, era ligada às elites econômicas, sociais e políticas. Partido de base popular, aglutinou em sua fundação: os novos movimentos sociais; o setor progressista da Igreja católica; o novo sindicalismo que brotou das bases; a esquerda que retornava do exílio; ex-militantes da luta armada; intelectuais e artistas.

Foi um período em que as mulheres começaram a participar mais da política institucional. Na legislatura de 1983-1987, foram eleitas oito mulheres à Câmara Federal – o dobro da anterior – duas delas pertenciam ao PT, uma ao PTB (Ivete Vargas), três ao PMDB e duas ao PDS. Na legislatura 1987-1991 com funções constituintes serão 26 deputadas de vários partidos, inclusive do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Essas deputadas compuseram a bancada feminina da Constituinte.

Nos meados dos anos 1990, a lei das cotas para as candidaturas femininas dentro dos partidos deu maior visibilidade ao problema, aumentaram as candidaturas, mas, em proporção menor, as eleitas (ARAÚJO, 2001). Nas legislaturas de 1991-1995, há 32 mulheres eleitas para o Congresso; em 1995-1998, há 34 eleitas; em 1999-2000, há 28 eleitas. Na última legislatura, 2003-2006, há 42 eleitas de diferentes partidos, o que representa 8,2% do total de deputados (FERREIRA, 2006).

No Senado a disparidade entre homens e mulheres é, também, importante, mas após a redemocratização as mulheres começam a ocupar essa tribuna: 1995-2003, cinco senadoras eleitas, sendo duas do PT, uma delas Marina Silva (tornou-se ministra do Meio Ambiente no governo Lula durante cinco anos), além de uma do PDT (dissidência à esquerda do PTB), uma do PMDB, uma do PFL. De 1999-2007 há duas senadoras eleitas de partidos mais à esquerda e, de 2003-2011, são eleitas oito senadoras, somente duas do PFL (SASSE, 2010). As duas únicas prefeitas da mais populosa cidade do Brasil, ou seja, São Paulo, foram Luiza Erundina (1989-1993) e Marta Suplicy (2000-2004), que à época das legislaturas eram filiadas ao PT.

Tanto em nível organizacional, estatal, como político, o movimento feminista consolidou durante o processo de democratização suas reivindicações próprias e, por meio delas, foi um dos atores de peso nesse processo. Com a anistia política, as exiladas voltaram com a experiência europeia do feminismo, inegável estímulo para uma maior definição do movimento no país. As trocas de experiências feministas foram acrescidas dos contatos com outros movimentos sociais emergentes: mulheres da periferia, negros e homossexuais.

Nos anos 1980-1990 destacamos a formação de grupos autônomos em todo o país: sua articulação em nível nacional; sua definição política; suas participações na campanha das Diretas Já em prol da realização de eleições diretas, na Constituinte, nas concretizações das políticas de saúde e violência contra as mulheres. Ao

escolher sua estratégia política – privilegiar as lutas gerais ou as lutas específicas –, o feminismo brasileiro optou por participar das lutas gerais, mas, também, assumir com mais ênfase as lutas ditas específicas. Além disso, passou a considerar a autonomia feminista diante dos partidos de esquerda, especialmente para aquelas que tinham uma dupla militância. Do fim dos anos 1970 em diante definiu suas ações em duas grandes áreas, que remetiam à formulação de políticas sociais e ampliavam o debate da democratização: a saúde reprodutiva e a violência contra as mulheres. Com isso, a atuação do movimento se direcionava mais para as classes populares, desprovidas de direitos à saúde e de direitos de assistência aos danos da violência¹⁴.

A maioria dos grupos feministas autônomos, de então, se constituiu em torno destas questões: SOS Corpo de Recife; SOS Mulher e Centro de Informação da Mulher, em São Paulo; SOS Violência, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, entre vários outros grupos, de norte ao sul do país. No começo dos anos 1980 era assinalada a existência de aproximadamente 30 grupos no país, do extremo nordeste, em São Luís do Maranhão, ao extremo sul, em Porto Alegre. Esses grupos faziam intenso trabalho político: nas ruas (manifestações, peças teatrais); nas periferias (formando grupos de discussão ou de pesquisas militantes); e no atendimento social (para saúde e violência) (SUAREZ; BANDEIRA, 2002; SHUMAER; BRAZIL, 2000).

O trabalho de mobilização em todo o país era articulado em Encontros Feministas e nas grandes campanhas políticas nacionais pela redemocratização. Os primeiros Encontros Nacionais Feministas, entre 1981-1985, aconteceram ao lado dos encontros anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Com a ampliação do movimento, as reuniões passaram a ser organizadas independentemente; entre 1979 e 1989 foram realizados onze Encontros Nacionais em diferentes cidades do país. Na década de 1980 também foram realizados quatro Encontros Feministas Latino-Americanos, sendo um no Brasil; em 1985, ocorreram encontros setoriais, por ordem cronológica crescente: movimento sindical, negro, lésbico; em 1987 realizou-se a I Conferência Nacional sobre a Saúde da Mulher (SHUMAER; BRAZIL, 2000).

Esse foi o período do processo de institucionalização das demandas feministas pelo Estado com a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo (1983), e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, que a partir daí se multiplicaram. A criação desses Conselhos, em um país que estava ainda em uma complexa transição política entre autoritarismo e democracia,

¹⁴ Nesta questão se coloca um ponto complexo no feminismo brasileiro, consideradas as profundas desigualdades sociais e de direitos existentes no país. Tanto em relação à violência que atinge as mulheres, sem distinção de classe, mas que permite àquelas que podem pagar que resolvam com profissionais particulares os problemas psicológicos resultantes das violências doméstica e/ou sexual quando estas as atingem, em relação à saúde reprodutiva, que leva as mulheres que podem pagar a fazer um aborto clandestino sem riscos.

pode ser compreendida por fatores conjunturais. Internamente, a vitória nas eleições estaduais do amplo partido da oposição (PMDB) para o governo de São Paulo, em 1982, favoreceu a intervenção política institucional do movimento feminista em nível estadual e nacional¹⁵.

Internacionalmente, a Conferência da Organização das Nações Unidas para a Década da Mulher em Nairóbi, em 1985, recomendou aos países-membros o desenvolvimento de políticas públicas de promoção dos direitos das mulheres. A proposta da criação do CNDM provocou um processo de intensa discussão política no movimento feminista. De um lado, estavam as feministas que prezavam a autonomia; de outro, aquelas que consideravam ser importante a interlocução com o Estado, para implementar políticas destinadas às mulheres. Apesar de esta divisão ter sido central no VII Encontro Nacional Feminista de 1985, em Belo Horizonte-MG, a criação do CNDM foi efetivada.

A análise da Carta de Belo Horizonte mostra as tensões internas perante a criação do CNDM, entre outras, o receio do movimento de ter seu discurso cooptado e neutralizado pelo Estado e de perder sua autonomia. Por fim, o CNDM foi aprovado sob determinadas exigências: que fosse administrado por feministas; que tivesse dotação orçamentária própria; que o movimento participasse da elaboração, execução e acompanhamento das políticas oficiais, entre outras. Era uma série de reivindicações que supunham garantir a continuidade da luta feminista em nível institucional, sem perda total da autonomia (SHUMAER; VARGAS, 1993).

Em sua primeira gestão (1985-1989), o CNDM estava ligado ao Ministério da Justiça e tinha uma estrutura deliberativa e executiva, semelhante a uma Secretaria de Estado, que lhe possibilitou ações mais efetivas nos campos da saúde, trabalho, legislação específica, violência e combate ao racismo. Esta gestão teve duas presidentes feministas, Ruth Escobar (1985-1986) e Jacqueline Pitanguy (1986-1989).

A conjunção da ação do CNDM, da ampla mobilização do movimento feminista com as associações de mulheres, em todo o país, e da bancada feminina suprapartidária, criada pelas 26 deputadas do Congresso Constituinte de 1988 foi denominada de “lobby do batom”, uma denominação dada inicialmente de forma pejorativa pelos constituintes de direita e que as feministas em resposta passaram a utilizar de forma positiva como elemento de mobilização, desarmando o machismo de seus agressores (SCHUMAER, 2007; COSTA, 2005). Com o slogan “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” e o uso da tática feminista “de ação direta de convencimento dos parlamentares”, o “movimento feminista conseguiu aprovar

¹⁵ As eleições para governadores em 1982 se realizaram pelo sufrágio universal. No estado de São Paulo foi eleito André Franco Montoro (PMDB, 1983-1987) e no de Minas Gerais, Tancredo Neves (PMDB, 1983-1984), dois líderes da abertura democrática, sendo Montoro de uma tendência mais progressista do partido.

em torno de 80% de suas demandas, foi o setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou” (PINTO, 2001, p. 72).

Na Carta das Mulheres entregue pelo CNDM ao presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães¹⁶ (PMDB), havia demandas gerais de aprofundamento da democracia e de justiça social e, sobretudo, dos direitos das mulheres (CONSTITUINTE, 1987). O documento tratava da questão da violência contra as mulheres, redefinia o conceito de estupro e clamava pela ampliação das delegacias policiais de atendimento às mulheres no país. As questões do controle da natalidade e do aborto foram habilmente contornadas por uma demanda mais ampla: garantia das mulheres ao direito de conhecer e decidir sobre o próprio corpo. A carta foi aprovada em uma grande reunião em Brasília por mais de 3 mil mulheres (PITANGUY, 2005).

Por ser um tema polêmico no processo constituinte, o movimento entrou em acordo com os parlamentares progressistas de que o aborto poderia ser regulamentado pela legislação ordinária e não precisaria ser matéria constitucional (ROCHA; NETO, 2003).

A Constituição de 1988 assegurou os direitos de igualdade de homens e mulheres perante a lei. Foi garantida igualdade no trabalho e na sociedade conjugal. Ficaram caucionadas: licença-gestante de cento e vinte dias e licença-paternidade de cinco dias; mecanismos para coibir a violência doméstica e propiciar o planejamento familiar, como decisão livre do casal, entre outras¹⁷. A ampla mobilização dos grupos feministas, das associações de mulheres da sociedade civil, com o apoio do CNDM, explica tal resultado e evidencia o poder da intervenção feminista nesse importante momento de redemocratização do país.

Após a participação do movimento feminista na Constituinte, o CNDM intensificou seu trabalho, dando prioridade às temáticas consideradas ameaçadoras a uma estrutura estatal que mantinha resquícios de autoritarismo. Entre essas temáticas estavam as questões dos direitos das trabalhadoras rurais, dos direitos reprodutivos, especialmente o aborto, como também a campanha nacional relacionada às mulheres negras (SCAVONE, 2012). Na ocasião do Centenário da Abolição da Escravatura no país, em 1988¹⁸, a Comissão da Mulher Negra do CNDM organizou a campanha Mulher negra, 100 anos de discriminação, 100 anos de afirmação, que não foi bem

¹⁶ O deputado Ulysses Guimarães foi um ícone da campanha Direta Já.

¹⁷ Cap. I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Art. 5º; Cap. II – Dos Direitos Sociais, Art. 6º e Art. 7º, inciso XVIII; Cap. VII – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, Art. 226, parágrafos 7 e 8 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

¹⁸ A escravidão no Brasil durou mais de três séculos. Sua abolição foi decretada em 1888, sem dar nenhuma proteção social e econômica aos escravos, o que dificultou a integração dos negros libertos na sociedade brasileira. Por não possuírem qualificação, os negros ficaram à margem do mercado de trabalho e, mesmo como assalariados, não podiam concorrer na mesma base de igualdade com os brancos. Há um modelo de valorização dos brancos e o preconceito racial no país é disfarçado, marcado pela discriminação dos negros (FERNANDES, 1965; HASENBALG, 2005).

recebida pelo Ministério da Justiça e contou com programação de ciclo de debates e a participação da Pastoral da Terra, Anistia Internacional e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (PITANGUY, 2002).

Em um contexto em que as forças políticas conservadoras ganhavam cada vez mais espaço, no fim da gestão do presidente José Sarney (1985-1990), houve uma renúncia coletiva de membros do CNDM: presidente, conselheiras e a maioria expressiva do corpo técnico e administrativo renunciaram, capitulando diante das pressões políticas adversas. Na gestão posterior, o CNDM perdeu seu perfil político feminista, foram nomeadas mulheres conservadoras para compor o Conselho na gestão de Fernando Collor de Melo (1991-1992). Nos anos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o CNDM não teve muita expressão, pois lhe foi retirado o *status* executivo (GRAÇA; NALAGUETI, 2020). Em 2003, a partir do primeiro mandato do governo Lula (2003-2011), o CNDM passou a integrar a nova Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), a qual, com *status* de Secretaria de Estado, promove políticas feministas.

Expansão dos estudos de gênero e das Organizações Não Governamentais (ONGs)

Destaca-se, a partir dos anos 1980, o desenvolvimento das pesquisas e estudos acadêmicos sobre as mulheres no país. Dos concursos de pesquisas financiados pela Fundação Carlos Chagas/Ford (1978-1998) à criação de núcleos de pesquisa nas universidades, tal produção país passou a ser um importante lugar de reflexão feminista autônoma, que não parou de crescer e ganhou reconhecimento acadêmico. No ano de 1981, um grupo de feministas pesquisadoras, jornalistas, intelectuais lançou o jornal *Mulherio* (1982-1987), vanguarda na discussão de questões feministas na imprensa, tais quais: licença-paternidade para os pais, democracia doméstica, o movimento de mulheres negras, a descriminalização do aborto (TELES, 1993).

A produção de pesquisas, dissertações de mestrado e teses de doutorado nas áreas de saúde, violência, política, trabalho, educação, sexualidade continuaram a crescer nas décadas seguintes, contribuindo para refletir, assessorar e acompanhar as ações políticas feministas no país. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) tem incentivado pesquisas de gênero, com o objetivo de fortalecer o lugar das mulheres na ciência. Esse apoio se dá em diferentes níveis de formação, baseado na política de educação inclusiva (GROSSI; MINELLA; LOSSO, 2006).

A partir dos anos 1990, duas publicações tornaram-se referências nacionais na área. A revista *Estudos Feministas*, lançada em 1992 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, atualmente, sediada na Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC) e a revista *Cadernos Pagu*, inaugurada em 1993, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Elas são consideradas revistas de excelência no meio acadêmico. Em 2005, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Mestrado e Doutorado, na Universidade Federal de Salvador (UFBA), primeiro no país e na América Latina com formação específica na área.

Cabe observar que o feminismo acadêmico no Brasil se integrou à comunidade científica, por ela foi reconhecido e continuou a manter a ligação política com sua própria história (BRUSCHINI; UNBEHAUM, 2002; CORRÊA, 2001). Há uma retroalimentação do movimento com a produção científica, e vice-versa, pela manutenção de uma troca de experiências entre pesquisadoras, cientistas, militantes, o que proporciona um rico diálogo entre a teoria e a prática política.

No fim dos anos 1980, ampliaram-se as Organizações Não Governamentais (ONGs) e a profissionalização do movimento; além disso, novos grupos se formaram em torno de questões específicas. Saídos do movimento negro (composto pelos dois sexos) e do feminista (branco e europeizado), surgem os grupos feministas negros, entre os quais, o GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra, fundado em 1988 – com uma proposta de combater o racismo, o sexismo e a exclusão social –, precursor dos grupos que surgiram a partir dos anos 1990.

A reflexão específica das mulheres negras conduziu à reapropriação de suas origens históricas e culturais africanas, ao questionamento dos estereótipos da sua sexualidade, à verificação de indicadores específicos de saúde e mortalidade. Isso resultou em uma análise mais visível da articulação das questões de gênero, de raça e de classe social. Tal processo contribuiu, e continua contribuindo, para a construção de uma sociedade democrática do ponto de vista racial e social no país (CARNEIRO, 2002; GONZALES, 1983). Há por parte das políticas públicas direcionadas às mulheres uma atenção especial à questão da raça/etnia, que aparece articulada com a discriminação de gênero no trabalho, educação, violência, saúde, política, sexualidade, entre outras (BRASIL, 2005).

As subdivisões do movimento aumentaram consideravelmente da década de 1990 em diante: há o movimento lésbico que saí do movimento feminista (heterossexual) e *gay*; as mulheres negras lésbicas, que saem do movimento feminista negro; as feministas católicas, entre outras. Tal dispersão é articulada pela formação de redes virtuais e/ou reais que buscam aglutinar as divisões temáticas, no espaço nacional e latino-americano.

Essas redes privilegiaram dois grandes eixos de debate: a saúde reprodutiva (direitos sexuais e reprodutivos) e a violência de gênero. Esses eixos possibilitaram uma articulação ampla, pois atravessavam os interesses de cada grupo específico. Entre tais redes destacam-se a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (REDESAUDE) e a Rede de Saúde das Mulheres Latino-americana

e do Caribe (RMLAC). Destacam-se também: Articulação Nacional das Mulheres Negras (AMN); Rede de Educação Popular entre Mulheres (REPEM); Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB); Rede de Estudos e Pesquisa Feministas (REDEFEM); Rede de Estudos e Pesquisas sobre a mulher e Relações de Gênero (REDOR), entre outras. A REDESAÚDE, por exemplo, produziu dossiês com informações temáticas sobre a saúde das mulheres; sistematizou, por meio de pesquisas, informações necessárias para assessorar as políticas sociais da área.

As reuniões preparatórias das Conferências Internacionais dos anos 1990, com a participação que as feministas aí tiveram, contribuíram para legitimar, em nível político nacional, demandas feministas já existentes. Também serviram como parâmetro de acompanhamento das políticas em benefício das mulheres no país (PITANGUY, 2002). Entre elas: a Conferência da ONU sobre Meio-Ambiente, no Rio de Janeiro, 1992, quando o feminismo brasileiro organizou uma importante força paralela, *O Planeta Fêmea*; Conferência de Direitos Humanos, Viena (Áustria), 1993; Conferência da População e Desenvolvimento, Cairo, 1994; Conferência Internacional da Mulher, Beijing, 1995; Cúpula Social na Dinamarca, 1995; Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, África do Sul, 2001. No início dos anos 2000, a ocorrência dos Fóruns Sociais Mundiais em Porto Alegre, sul do Brasil, foi outro polo articulador dos diferentes grupos.

As duas Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres realizadas pela SPM (2006, 2007) resultaram nos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, frutos do diálogo da sociedade civil com o governo. Esses planos incluem diversos programas nas áreas de trabalho, saúde, violência, educação, política. O Programa Pró-Equidade de Gênero, por exemplo, tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades entre os gêneros no trabalho, desde a seleção, formação, promoção e remuneração nas empresas públicas (BRASIL, 2005-2006).

Políticas Feministas de Saúde e de Combate à Violência

Por meio da questão da saúde reprodutiva, o movimento feminista interveio, em 1983, na proposta do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), elaborada pelo Ministério da Saúde, que substituiu o antigo programa Materno-Infantil. A criação desse programa, durante a considerada transição democrática, foi explicada pela inquietude do governo com o crescimento populacional, decorrente das cláusulas relacionadas aos empréstimos internacionais.

Além disso, pressão do movimento feminista e de setores da sociedade civil contra a política de controle da natalidade no país e a participação de médicas e técnicas feministas do Ministério da Saúde na discussão do PAISM contribuíram

para que o Programa tivesse um caráter inédito e progressista diante das políticas de saúde anteriores. O PAISM propunha um atendimento à saúde das mulheres em todas as fases da vida, não as limitando à fase reprodutiva, e respeitava a liberdade dos casais no planejamento familiar.

As médicas feministas que trabalhavam no Ministério da Saúde propuseram a criação da Comissão de Estudos dos Direitos da Reprodução Humana (1985-1988), instituída com a finalidade de trazer as vozes da sociedade civil para assessorar o PAISM. A Comissão, composta por feministas, profissionais de saúde, cientistas e parlamentares, fez um levantamento das atividades das organizações que atuavam com financiamento externo, sem restrições normativas, na área da reprodução humana: distribuição indiscriminada de anticoncepcionais, pesquisas de novos contraceptivos, reprodução assistida, esterilização feminina (OLIVEIRA, 2005; REIS, 2005). O PAISM teve inúmeras dificuldades de êxito em sua implantação nas décadas seguintes, não só pela falta de infraestrutura na saúde pública para aplicá-lo, como também pela falta de interesse político em continuá-lo (RIBEIRO, 1993).

Em 1986, 26,9% das mulheres em idade reprodutiva em união haviam se esterilizado, em 1996 este índice atinge, 40.1% (BRASIL, 1997). Inicialmente o feminismo denunciou o crescimento inexorável do fenômeno, sua associação com partos por cesariana, política de controle de populações mais pobres e/ou da raça negra, seu caráter definitivo. Constatava-se, entretanto, que as mulheres brasileiras de todas as classes buscavam a esterilização por ser um recurso seguro e, seguidamente, pagavam para realizá-la. No fim dos anos 1990, houve uma mudança no teor do debate, e alguns grupos feministas passaram a apoiar a sua regulamentação para evitar abusos.

Em 1997, governo FHC promulgou uma lei federal de planejamento familiar que estabeleceu critérios para o acesso à esterilização voluntária masculina e feminina, nos serviços públicos de saúde: idade acima de 25 anos, ter pelo menos dois filhos/as, ser informado de seus riscos e benefícios, ser realizada independentemente do parto. O regulamento proporcionou um aumento da esterilização masculina e uma diminuição da esterilização em mulheres muito jovens e sem filhos.

O aborto sempre foi um sério problema político para o feminismo brasileiro. Ele é proibido no país, com base no Código Penal de 1940, pelo qual é considerado crime, salvo por dois permissivos legais: risco de vida da mulher e gravidez decorrente do estupro. É um crime raramente punido, tanto para as mulheres que o realizam, como para as parteiras, ou para os médicos que o executam, mesmo com ocorrência de morte da gestante (ARDAILLON, 1997).

A trajetória do debate e das ações políticas feministas em prol da liberalização do aborto no país foi marcada por avanços, recuos e, sobretudo, por inúmeras negociações políticas. Da omissão da palavra aborto, nos meados dos anos de 1970 – para assegurar as alianças políticas com os setores da esquerda e da Igreja católica

progressista na luta contra a ditadura – à opção política pela descriminalização e pela efetivação dos casos previstos por lei, o percurso das políticas feministas para tratar do problema indica o poder das forças conservadoras em jogo.

No fim da década de 1970, o feminismo brasileiro já tinha uma posição política sobre o aborto fundamentada no princípio do direito individual. Ao contornarem demandas abertas pelo direito ao aborto, as feministas costumavam substituí-las por fórmulas gerais, tais como: **direito de decidir pelo número de filhos desejados, direito de conhecer e decidir sobre seu próprio corpo**, entre outras.

No começo dos anos de 1980, a publicação *O que é aborto*, da Frente Feminista de Mulheres de São Paulo (BARROSO; CUNHA, 1980), considerava-o como um direito de autonomia e ressaltava os perigos à saúde decorrentes de sua clandestinidade. Já estavam aí explícitas duas táticas utilizadas pelo feminismo para legalizar o aborto: a questão dos direitos e a questão social.

O aborto como problema social está relacionado às condições precárias em que ele é realizado, colocando a saúde e a vida das mulheres em risco. Essa posição foi fortalecida nas Conferências do Cairo e de Beijing. O feminismo passou a tratar do **aborto inseguro** e a considerar que a alta incidência de abortos clandestinos no país – em torno de 1 milhão por ano – é um problema de saúde pública. O aborto é a quarta causa da mortalidade materna no país (REDESAÚDE, 2001).

A questão dos direitos foi aprimorada a partir dos meados dos anos de 1980, quando o feminismo brasileiro começou a utilizar a noção dos direitos reprodutivos. Tal conceito remetia a uma das idéias fundadoras do feminismo contemporâneo: o direito ao próprio corpo, baseado nos princípios de autonomia e liberdade, expresso na máxima feminista **nosso corpo nos pertence**. A ideia de geração de direitos é utilizada pelas Nações Unidas para situar o estágio histórico do debate dos direitos humanos (JELIN, 1994; ÁVILA, 1999).

Esse conceito propagou-se no feminismo brasileiro a partir da sessão do Tribunal Internacional de Saúde e Direitos Reprodutivos, realizado em Encontro de Saúde da Mulher, em Amsterdã, 1984. A noção de direitos reprodutivos foi acatada pelo grupo de brasileiras ali presentes e, em seguida, incorporada à linguagem feminista uma década antes de ter sido consagrada nas conferências do Cairo e de Beijing (CORRÊA; ÁVILA, 2003).

Em 1989, no Encontro Nacional Saúde da Mulher, um Direito a ser conquistado, organizado pelo CNDM, há uma demanda explícita por sua descriminalização (BARSTED, 1992). Ao constatar que vários segmentos da sociedade não apoiavam a criminalização do aborto, mesmo que o condenassem moralmente, o feminismo brasileiro considerou que esta seria a melhor tática política para sensibilizar setores progressistas da sociedade e derrubar a condenação do Código Penal. De fato, nos anos de 1990, o movimento já não estava tão solitário

nessa luta, com a adesão crescente de novos segmentos sociais: profissionais de saúde, juristas e parlamentares. Foi o período em que houve maior número de projetos de lei relacionados ao aborto no Congresso Nacional.

A garantia do direito nos casos previstos por lei, os quais eram desconsiderados pelos serviços públicos de saúde, só foi efetivada em 1989, quando a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina (1989-1993), instalou o primeiro serviço de aborto previsto por lei. O feminismo centrou sua luta na garantia da aplicação da lei e buscou ampliá-la para outros casos. Destaca-se o grupo das Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), pois constitui uma oposição importante no seio da própria Igreja católica, uma das mais fortes opositoras da liberação do aborto no país.

Em 2004, a Primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres afirmou a existência de um estado laico e recomendou a revisão da criminalização do aborto. A Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) designou uma Comissão Tripartite, com representantes do Executivo, Legislativo e Sociedade Civil (inclusive feministas), para discutir a questão do aborto. Essa Comissão elaborou um projeto preliminar de descriminalização e legalização do aborto, que foi enviado ao Congresso e que ainda aguarda votação.

No fim de 2007, o governo lançou um Programa Especial de Planejamento Familiar que foi apoiado por um grupo de feministas, que aproveitou a ocasião para manifestar os princípios feministas do estado laico, dos direitos reprodutivos, da questão do aborto inseguro e do projeto de descriminalização.

O destaque que o feminismo deu dos meados da década de 1970 em diante à violência contra as mulheres surtiu efeitos políticos institucionais. Destacam-se as campanhas nacionais contra os assassinatos de mulheres, nas quais o caso de Ângela Diniz (1976), assassinada por seu namorado, virou um símbolo da luta contra a violência às mulheres. Absolvido no primeiro julgamento, as feministas lançaram uma mobilização nacional, *Quem ama não mata*, que se espalhou rapidamente pela mídia; levado ao segundo julgamento, o criminoso foi condenado. A absolvição tinha sido baseada na tese jurídica da legítima defesa da honra, pois o assassino alegava ter sido traído. Esse recurso jurídico perdurou até março de 2005, quando foi promulgada a lei que revogou o adultério como crime contra o casamento, presente no Código Penal de 1940.

As experiências desenvolvidas pelos grupos feministas autônomos SOS Violência foram outra forma de buscar resolução ao problema. O aprofundamento da questão em encontros nacionais, regionais, como o de Valinhos-SP, em 1980, também criou condições de viabilizar saídas políticas para a questão. Entretanto, o problema envolvia a esfera policial quando as mulheres registravam queixa contra o agressor e a esfera jurídica no caso de separação judicial. O registro da queixa nas delegacias era penoso, dado o despreparo dos policiais para a questão, o que resultava em atitudes constrangedoras para as mulheres.

Nos meados dos anos de 1980, foram criadas as Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) – a primeira nasceu em São Paulo (1985) – e se tornaram parte da política de Estado contra a violência de gênero. Expandiram-se no Brasil e se espalharam em outros países; hoje elas existem na Argentina, Uruguai, Colômbia, Equador, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Espanha, Paquistão e Índia (BRASIL, 2006).

A proposta foi criar um espaço estatal que desse uma cobertura jurídica, policial e psicológica ao combate e prevenção à violência contra as mulheres. Constituir um espaço que, sem a carga do machismo policial, possibilitasse às mulheres agredidas se expressarem, sem constrangimentos, sobre a violência física, psicológica e/ou sexual vivida.

Para tanto, as DDMs foram constituídas por policiais mulheres, delegadas, escrivãs, investigadoras e por uma equipe de assistentes sociais e psicólogas; a ideia foi dar atenção diferenciada integral às mulheres em situação de violência. Assim, as mulheres poderiam registrar a queixa contra os agressores (em geral maridos, companheiros), providenciar a separação conjugal no serviço social, ou buscar superar os traumas das agressões sofridas e identificar os problemas do relacionamento (em geral alcoolismo) (IZUMINO, 2003).

Prevvia-se a necessidade de uma capacitação especial sobre gênero para que a equipe de atendimento estivesse preparada para tratar a questão como resultante de uma relação do casal ou familiar. O crescimento do trabalho das delegacias mostrou numerosas falhas em seu sistema, provenientes não só do despreparo das equipes, mas também de uma falta de padronização dos procedimentos, já que elas são vinculadas aos governos estaduais, cada um com suas características e orçamentos¹⁹.

A SPM buscou integrar os diversos serviços existentes, em um plano nacional de Enfrentamento à violência contra às mulheres, integrado no Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Neste plano está inclusa a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que tipifica a violência doméstica e familiar como um crime, podendo o agressor ser preso em flagrante. Essa lei tem provocado muita discussão, pelo seu caráter punitivo, e não há consenso entre as feministas. O documento “Enfrentamento à violência contra a mulher”, indica que em 2007 foram registradas no país 399 DDMs em funcionamento, 90 Centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e 65 Casas Abrigo, 15 Juizados de Violência Doméstica e Familiar (BRASIL, 2007).

A descrição da ação política das mulheres brasileiras, nos últimos 40 anos, reafirma a força de um movimento social na construção de uma sociedade justa e

¹⁹ Pesquisa de SAFFIOTI (2004) indica a falta de treinamento das equipes como possível ponto fraco das DDMs no Brasil.

igualitária. Força que teve suas origens no século XIX, quando uma precursora como Nísia Floresta se indignou com a discriminação social e política das brasileiras, ou, então, quando Bertha Lutz, no começo do século XX, iniciou a luta pelos direitos civis, que culminou com a conquista do voto para as brasileiras em 1932.

Da resistência ao autoritarismo dos anos 1970-1980, aos diálogos internacionais e à onguização do movimento dos anos 1990, à experiência de um feminismo de Estado, nos anos 2000, constatamos que os ganhos feministas para as mulheres e a democracia brasileira não são desprezíveis. Se utilizarmos como parâmetro de comparação as conquistas dos direitos sociais e políticos das mulheres nas democracias dos países centrais, há ainda muito a ser alcançado. Mas, se olharmos esta História pelo lado do Sul, constataremos que a experiência da ação política feminista no país não deve ser desperdiçada, e sim utilizada pelas mulheres brasileiras como ponto de referência primordial para dar continuidade a suas aspirações.

DEMOCRACY AND FEMINISM IN BRAZIL

ABSTRACT: *This text relates to the history of feminism concerning the period of military dictatorship in Brazil (1964-1985): the so called “years of lead”, the democratic transition, the return to democracy. It presents the trajectory of the feminist movement which, during that time, consolidates itself in the organizational, federal and political context. A movement which, with their own requirements, played a fundamental role in the process of democratization. It refers to the exchange of feminist experiences, including those with exiled Brazilians, which resulted in contacts with other emerging social movements: women from the poor neighborhoods, black and homosexual female. This orientation of the feminist movement defined its actions in two major areas, regarding the formulation of social policies and the expansion of the debate about democratization: reproductive health and violence against women. This led the movement towards the lower classes, those deprived of their rights to health programs and their rights to assistance against the harm caused by violence. This text lists the gains, not negligible, for both Brazilian women and the Brazilian democracy as the results of the resistance to the authoritarianism in the years of military dictatorship, of the international dialogues and dialogues with other social movements as well.*

KEYWORDS: *Democracy. Feminism. Military Dictatorship. Brazil.*

DEMOCRACIA Y FEMINISMO EN BRASIL

RESUMEN: *Este texto se refiere a la historia del feminismo en relación con los periodos de la dictadura militar (1964-1985): años de plomo, transición democrática, retorno a la democracia. Presenta la trayectoria del movimiento feminista, que en ese momento se consolidó a nivel organizativo, estatal y político y que, con sus propias reivindicaciones, representó uno de los principales actores del proceso de democratización. Se refiere a los intercambios de experiencias feministas, incluso con mujeres brasileñas en el exilio, que resultaron en contactos con otros movimientos sociales emergentes: mujeres de la periferia, negras y homosexuales. Esta dirección del movimiento feminista definió sus acciones en dos grandes áreas, relacionadas con la formulación de políticas sociales y la expansión del debate sobre la democratización: la salud reproductiva y la violencia contra la mujer, que condujo al movimiento hacia las clases populares, privadas de derechos de salud y de derechos de asistencia contra los daños de la violencia. Menciona conquistas relevantes para las mujeres y la democracia brasileña como resultado de la resistencia al autoritarismo de los años de la dictadura militar, de los diálogos internacionales y con otros movimientos sociales.*

PALABRAS CLAVE: *Democracia. Feminismo. Dictadura militar. Brasil.*

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO C. Potencialidades e limites da Política de Cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. vol.9, n.1, p.231-252, 2001.
- ARDAILLON D. O lugar do íntimo na cidadania de corpo inteiro. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, vol. V, n.2, p.376-388, 1997.
- AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Ed. Unesp, 2001.
- ÁVILA, M. B. Feminismo y ciudadanía: la producción de nuevos derechos. In: SCAVONE L. (ed.). **Gênero y Salud Reproductiva em América Latina**. Cartago, Libro Universitario Regional (LUR), p.57-83, 1999.
- BARROSO C. e CUNHA M.J. C. **O que é o Aborto**. Frente de Mulheres Feministas: São Paulo, Editora Cortez, 1980.
- BARSTED, L. A. L. Legalização e descriminalização do aborto no Brasil, 10 anos de luta feminista. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, n.0, p.104-130, 1992.

BERQUÓ E. (ed./dir.). **Sexo & Vida**. Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

BLAY, E. A. **As prefeitas**. São Paulo: Avenir, 1981.

BLAY, E. A. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008.

BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (org.). **Mulher e Política**: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres II. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acessado em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial De Políticas Para Mulheres. Enfrentamento à Violência contra Mulher. Balanço de Ações 2006-2007. Brasília, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. MICRODADOS. Rio de Janeiro, 1981; 2002; 2007.

BRASIL. Microdados 1981; 2002; 2007. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>. Acessado em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SEPM). Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Programa Pró-Equidade de Gênero. Brasília, 2005-2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres I. Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Pesquisa Nacional Demografia e Saúde. Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM) e Programa de Pesquisas de Demografia e Saúde (DHS) Macro International Inc. 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRUSCHINI, C. e UNBEHAUM, S. Os Programas de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: BRUSCHINI C. e UNBEHAUM, S. (eds.). **Gênero, Democracia e Sociedade brasileira**. São Paulo: FCC/ Editora 34, 2002.

CARDOSO, Elizabeth da P. **Nosotras: Imprensa feminista no exílio e a descoberta do gênero.** VII Colóquio Brasil-França, 2004. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=CARDOSO%2C+E.+Imprensa+feminista+no+ex%3%ADlio+e+a+descoberta+do+g%C3%AAnero%2C+VII+Col%C3%B3quio+Brasil-Fran%C3%A7a%2C+2004&oq=CARDOSO%2C+E.+Imprensa+feminista+no+ex%3%ADlio+e+a+descoberta+do+g%C3%AAnero%2C+VII+Col%C3%B3quio+Brasil-Fran%C3%A7a%2C+2004&aqs=chrome..69i57.2030j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CARDOSO, Elizabeth da P. Imprensa Feminista brasileira pós-74. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.12, N.E, p.37-55, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2004000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 mar. 2020.

CARNEIRO, S. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, C. e UNBEHAUM, S. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC/Editora 34, 2002.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil, o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, S. S. **Feminismos Contemporâneos: os discursos e as práticas de grupos feministas em São Paulo**. Tese de Doutorado, Araraquara. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras - FCL, UNESP, 2008.

COLLING, M. **A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil**, Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

CONSTITUINTE 1987. Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. Câmara dos Deputados. **Portal das Constituições**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres. Acesso em: 23 mar. 2020.

CORRÊA M. Do feminismo aos estudos de Gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n. 16, p.13-30, 2001.

CORRÊA, S. e ÁVILA M. A. Direitos Sexuais e Reprodutivos. Pauta Global e Percursos Brasileiros. In: BERQUÓ, E. (ed./dir.). **Sexo & Vida**. Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. V. 5, N. 2, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137>. Acesso em: 26 mar. 2020.

COSTA, A. O. *et al.* **Memórias das mulheres do Exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, C. T. **Cale-se**. São Paulo: Editora Girafa, 2003.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. O Movimento Feminino pela Anistia na luta contra a ditadura no Brasil: entrevista com Therezinha Zerbini. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 27, n. 1, e53564, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000100400&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2020.

DOSSIÊ – Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris 1976-1978. [Datilografado]. Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC). Archives. F delta 1120(11) Recueil. Brésiliennes en France. Documents.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Edusp, 1965.

FERREIRA, E. F. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, M. Os bastidores da Tribuna: Mulher, Política e Poder no Maranhão. Tese de Doutorado. Araraquara. Faculdade de Ciências e Letras - FCL, UNESP, 2006.

GARCIA, M.A. O Gênero da Militância – Notas sobre as possibilidades de uma outra História da Ação Política. **Cadernos Pagu**, vol. 8/9, 1997.

GARCIA, M. A. Iara, história e cotidiano. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, vol.1, n.1, p.210-212, 1993.

GASPARI, E. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLDEBERG, A. Tudo começou antes de 1975: ideias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. In: *Relações Sociais de Gênero versus Relações Sociais de Sexo. Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero*, USP, p.1-45, 1989.

GOLDEBERG, A. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado. IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS, 1983. Disponível em: <https://disciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2523992>. Acesso em: 26 mar. 2020.

GRAÇA, E. M. e M. NALAGUETI. Orçamento e gênero, a luta pela Igualdade: os oito anos do governo FHC. **CFEMEA**. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br>. Acesso em: 20 mar. 2020.

GROSSI, M. P.; MINELLA. L. S.; LOSSO J. M, (editoras) **Gênero e Violência: pesquisas acadêmicas brasileiras sobre violência (1975-2005)**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

HAHNER J. E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HASENBALG C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: ED. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

IZUMINO, W.P. Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo - USP, FFLCH, 2003.

JELIN, Elizabeth. Mulheres e Direitos Humanos. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 2, n. 3, p.117, jan. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16293>. Acesso em: 09 mar. 2020.

LEITE, R.C. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, Vol. 11, n.1, 2003.

MORAES, M. L. Q. de. **A experiência Feminista dos Anos Setenta**. Araraquara, FCL/UNESP, 1990.

MOREIRA L. L. M. **Outra face do Feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

OLIVEIRA, E. M. As relações de Gênero entre mães e filha/os na solidão da tortura: reflexão de uma experiência. XX Encontro Associação Nacional Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS, Caxambu, 1996.

OLIVEIRA, E. M. A re-apropriação do corpo feminino: do confinamento doméstico à reinvenção de novos espaços de cidadania. Tese Doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo - USP, SP,1990.

OLIVEIRA, F. Saúde integral para as mulheres: ontem, hoje e perspectivas. **Jornal da Rede Feminista de Saúde**, Encarte Especial: PAISM, 20 anos depois, 27, p.6-9, 2005.

PATARRA, J. L. **Iara**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PEDRO, J. M. Narrativas Fundadoras do Feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. V. 26, nº 52, p.249-272, 2006.

PINTO, C. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

PITANGUY, J. **Jornal Mulheres em Pauta**. Ano IV, n.7, Brasília, 16 de junho de 2005.

PITANGUY, J. Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil. Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM). Documento de 2002. Disponível em: <http://www.eclac.org/mujer/proyectos/gobernabilidad/documentos/jpitanguy.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020

REDESAÚDE. Dossiê Aborto Inseguro. São Paulo, **Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos**, 2001.

REIS A. Comissão de Estudos dos Direitos da Reprodução: ajudando a recuperar a História. **Jornal da Rede Feminista de Saúde**. Encarte Especial: PAISM, 20 anos depois, 2005.

RIBEIRO, M. Direitos Reprodutivos e Políticas Descartáveis. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v.1, n.2, p.400-7, 1993.

RIDENTI, M. **O fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Edunesp, 1993.

ROCHA, M. I. B. e NETO, J. A. A questão do aborto: aspectos clínicos, legislativos e políticos. *In*: BERQUÓ, E. (ed./dir.) **Sexo & Vida**. Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em Cena**: experiências, falas e lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes, mito e realidade**. São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1969.

SALEM, H. Ex-militante inspira personagens femininas. Entrevista com Vera Silva. *In*: D.F. AARÃO REIS. **Versões e Ficções**: o sequestro da História. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

SARTI, C. Feminismo e Contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, v.16, p.31-48, 2001.

SASSE, Cintia. Evolução do número de mulheres no Legislativo. **Agência Senado**. Brasília, 28 de setembro de 2010. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/09/28/evolucao-do-numero-de-mulheres-no-legislativo>. Acesso em: 26 mar. 2020.

SCAVONE Lucila. Gênero, Feminismos e Políticas Sociais. *In*: SOUZA, Luís Antônio Francisco de; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira (org.). **Desafios à segurança pública**: controle social, democracia e gênero. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SCAVONE Lucila. **Dar a vida e Cuidar da vida**. Feminismo e Ciências Sociais. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SCAVONE Lucila. Mulheres pesquisando mulheres: uma experiência na área de saúde. *In*: LABRA, M.E. **Mulher, saúde e sociedade**. Petrópolis: Vozes/Abrasco, 1989.

SCAVONE Lucila. *Femme, Église et Société: le cas du Brésil*. IHEAL/Paris III, Doctorat III Cycle, 1979.

SCAVONE, Lucila; BRETIN, Hélène; THÉBAUD-MONY, Annie. Contracepção, controle demográfico e desigualdades sociais: análise comparativa franco-brasileira. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, ANO 2, 2º Semestre 1994.

SCHUMAHER, S. **O lobby do Batom**. Rio de Janeiro: Documento Impresso, 2007.

SCHUMAHER, S. e BRAZIL, V. E. **Dicionário das Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SCHUMAER, M.A.; VARGAS, E. Lugar no Governo: álibi ou conquista. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, Vol. 1, n.2, p.348-364, 1993.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. N.16, vol.2, p.5-22, 1990.

SEPM – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Enfrentamento à Violência contra Mulher**. Brasília, 2007.

SEPM – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Plano Nacional de Políticas das Mulheres I e II**, Presidência da República. Brasília, 2006-8.

SEPM – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher**. Brasília, 2006.

SEPM – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Programa Pró-Equidade de Gênero**. Brasília, 2005-2006.

SKIDIMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOIHET, R. **O Feminismo Tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2006.

SUAREZ M. e BANDEIRA L. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: M. C. BRUSCHINI e S. UNBEHAUM (eds.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC/Editora 34, 2002.

TABAK F. e TOSCANO M. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VENTURI G. *et al.* **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Recebido em 20/08/2019.

Aprovado em 31/05/2020.

LAS PRÁCTICAS CULTURALES, MÁS ALLÁ DE LA DISTINCIÓN: NUEVOS ENFOQUES TEÓRICOS

*Marina MOGUILLANSKY**

RESUMEN: Este artículo propone una discusión crítica sobre las prácticas culturales, sus condiciones sociales y sus emergentes subjetivos, partiendo de la reconstrucción de trayectorias biográficas de diferentes sujetos. La interpretación de esas trayectorias se apoya en los nuevos abordajes teóricos desarrollados por la sociología francesa contemporánea -en particular, los conceptos de soporte social y de agencia de los objetos- recuperando al mismo tiempo las propuestas de Michel Foucault sobre las tecnologías del yo.

PALABRAS CLAVE: Prácticas culturales. Soportes sociales. Tecnologías del yo. Efectos subjetivos.

Introducción

En este artículo nos proponemos revisar las tesis de la teoría de la distinción y los debates contemporáneos que buscan trascender los límites de esta perspectiva. Las teorías de la producción de la cultura (BECKER, 2008) y del omnivorismo cultural (PETERSON y SIMKUS, 1992) abrieron un debate acerca de la vigencia del modelo bourdeano para entender los consumos culturales contemporáneos. Otras perspectivas ligadas a la sociología pragmática francesa y a la teoría del actor red (LAHIRE, 1998; HENNION, 2017) han buscado introducir reflexiones sobre las industrias, la conectividad, las redes sociales y la individuación como aspectos fundantes de las prácticas culturales y la constitución del gusto.

* IDAES/UNSAM/CONICET – Instituto de Altos Estudios Sociales, Universidad Nacional de San Martín, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Buenos Aires – Argentina. mmoguillansky@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-8873-1136>

En este trabajo propondremos una mirada al problema del gusto y las prácticas culturales que partirá de la reconstrucción de trayectorias biográficas de sujetos con diferentes rasgos en cuanto a sus hábitos en la vida cotidiana, qué tipo de prácticas culturales realiza, con quiénes, cómo se acercaron a esas prácticas. La construcción de biografías culturales nos permitirá relevar los modos en que los sujetos desarrollan aficiones, gustos, elecciones estéticas, en entramados sociales – que configuran caminos, trayectos, que acercan posibilidades – y en contextos materiales específicos – que habilitan ciertas prácticas e inhiben otras – de modo que nuestra comprensión de los condicionantes sociales del gusto se complejice. Luego, nos permitirá también explorar, partiendo del relato de los propios sujetos, qué surge de las prácticas culturales, qué consecuencias tienen para sus propias vidas, de qué modo los sujetos se transforman en esas prácticas culturales.

En la primera sección del artículo, desarrollamos brevemente los postulados centrales del abordaje de Pierre Bourdieu acerca de los consumos culturales y los estilos de vida, ligados al paradigma de la distinción, y presentamos las principales críticas que este enfoque ha recibido en los últimos años. En la segunda sección, describimos los aportes de algunas perspectivas alternativas para el estudio de las prácticas culturales, centrándonos en la sociología francesa contemporánea. En la tercera sección, delineamos dos trayectorias biográficas con énfasis en ciertas prácticas culturales (el golf y el tango), explorando en cada caso los modos de iniciación de la práctica y los emergentes subjetivos de la misma. En la cuarta sección, proponemos un desglose analítico acerca de las condiciones sociales de las prácticas culturales y los efectos de ellas sobre los sujetos. En las reflexiones finales, sintetizamos el recorrido del artículo y proponemos una interpretación global acerca del estatuto de las prácticas culturales en la sociedad contemporánea.

La sociología de la distinción y sus críticos

En su libro *La distinción. Criterio y bases sociales del gusto*, Pierre Bourdieu (1998) estudia las prácticas culturales de los franceses en relación con su posición en el campo social, empleando los conceptos de gusto, estilo de vida y distinción. De esta manera, por primera vez, se pone en el centro de la discusión la relación de las prácticas culturales con la desigualdad social (MIRA y BERTONCELO, 2019). Formula una teoría crítica general sobre la estructuración simbólica del mundo social, que por primera vez utiliza de modo más sistemático el concepto de *habitus* como articulador entre el espacio de las clases sociales y el espacio de los estilos de vida. Bourdieu elabora una caracterización sistemática de las clases sociales en Francia utilizando una técnica estadística relativamente novedosa para el momento: el análisis de correspondencias múltiples o ACM, que le permite

hacer una representación gráfica del espacio social (BARANGUER, 2012). En *La distinción* se formula la tesis de la homología estructural entre los campos, que explica las correspondencias entre producción y demanda de objetos culturales; entre el espacio social y el espacio de los estilos de vida; entre las elecciones culturales y las tomas de posición política, etc. Según lo enuncia Bourdieu (1998, p. 230): “El principio de la homología funcional y estructural que hace que la lógica del campo de producción y la lógica del campo de consumo sean concertadas de manera objetiva, reside en el hecho de que todos los campos especializados (...) tienden a organizarse según la misma lógica”. Esta lógica es la que opone por un lado al polo dominante y al polo dominado; que opone a la ortodoxia conservadora del status quo y a la heterodoxia o vanguardia que viene a cambiar las reglas; a los sectores con mayor volumen global de capital y a aquellos con menor capital: en cada campo, esa oposición adquiere formas y modulaciones específicas, pero siempre encuentra sus equivalentes funcionales.

En *La distinción*, Bourdieu (1998) considera al gusto como una experiencia subjetiva que moldea las prácticas culturales y que, a su vez, es producido por un aprendizaje social a través de una trayectoria en el espacio social. Si el gusto, para el sentido común, es el terreno de la negación, de lo arbitrario y de lo individual, la sociología de Bourdieu (1998) busca mostrar cómo el gusto se construye y forma parte de las múltiples operaciones generadoras del *habitus*. El concepto de *habitus* designa “un sistema de disposiciones éticas y estéticas adquiridas en el curso de la educación a través de una internalización de estructuras sociales, las cuales, a su vez, estructuran las percepciones, juicios y prácticas de los grupos sociales” (SAPIRO, 2016, p. 94). Combina *hexis* y *ethos*: una manera de ser que se inscribe en el cuerpo y se hace gesto, por un lado, y una ética, una concepción del mundo, un carácter moral. Así, la propuesta analítica de Bourdieu (1998) presenta una tipología de los gustos en función de su correlación con la clase social; el gusto legítimo de los sectores altos, el gusto medio de la pequeña burguesía y el gusto popular de obreros y campesinos. El gusto legítimo es el que cuenta con los códigos de percepción adecuados e impuestos por las obras de arte legítimas; se corresponde con la ideología del arte por el arte, la contemplación de la obra de arte dentro del universo estilístico, la percepción estetizante de los objetos: el museo de arte es su institución paradigmática. El gusto medio es un gusto de imitación, de carácter aspiracional, que se vincula con la industria cultural (el cine, la radio, la televisión) como principal fuente de consumo. El gusto popular, por último, se basa en la elección de lo necesario (en el doble sentido de lo práctico y también de aquello que no es superfluo), partiendo de una estética pragmática y funcionalista, que rechaza la ostentación.

La idea de distinción en Bourdieu (1998) remite a las prácticas de diferenciación social, de construcción relacional de la identidad a partir de los consumos

culturales y la estilización de la vida. Según Bourdieu (1998), las prácticas culturales entre los sujetos de sectores intermedios y altos se formulan como elecciones guiadas por la lógica de la distinción. La identidad social se construye relacionamente, por contraste con las prácticas y costumbres de los otros cercanos, de los que el sujeto quiere separarse. De esta manera, la elección de un determinado espectáculo, de una lectura, un tipo de comida o de vestimenta, el lugar donde tomar las vacaciones, aparece como una toma de posición que tiene en cuenta el espectro de las decisiones presentes y pasadas de otros actores sociales. El sentido estético y la contemplación pura del arte son atributos de la lógica de la distinción, ya que la propia disposición estética “es una dimensión de una relación distante y segura con el mundo y con los otros” (BOURDIEU, 1998, p. 53). El *habitus* es nuevamente la clave de esta construcción teórica, pues realiza el pasaje entre la posición del sujeto en el espacio social hacia la toma de posición -a través del gusto- en el espacio de los estilos de vida.

Las principales críticas a la sociología de la distinción se han basado en tres aspectos: la cuestión de la legitimidad, la homología estructural entre los campos, y la especificidad histórico-cultural del estudio. El primer aspecto se refiere al modo en que Bourdieu describe el gusto de la clase dominante como “estética legítima”, pues “convierte en concepto descriptivo una pretensión de las clases dominantes” (GARCÍA CANCLINI, 1990, p. 18). Los franceses Grignon y Passeron (1992), en *Lo culto y lo popular* elaboraron esta crítica mostrando los límites de la teoría de Bourdieu para pensar las prácticas culturales de los sectores populares. En el ámbito de las ciencias sociales latinoamericanas, se han hecho aportes en esta línea que utilizan abordajes empíricos para problematizar la noción de “gusto popular” asociada únicamente a la carencia, mostrando los rasgos propios y heterogéneos de las diversas estéticas de grupos subalternos (ALABARCES, 2011; GARRIGA, 2010; RODRÍGUEZ, 2015; SARLO, 2004; SEMÁN, 2006).

La tesis de la homología estructural entre los campos social y estético ha sido discutida por diversos abordajes, entre los cuales se destaca la emergencia de la teoría del omnivorismo cultural. Hacia 1990, en la academia norteamericana, se producen algunos trabajos que discuten las tesis de Bourdieu y su aplicabilidad a otros contextos geográficos y a la etapa contemporánea – a partir de abordajes empíricos que recurren al concepto de omnivorismo cultural (PETERSON y SIMKUS, 1992; PETERSON y KERN, 1996; PETERSON, 2005). Contra la idea de diferenciación y jerarquización de los estilos de vida basada en la adquisición de capital cultural, la teoría del omnivorismo cultural sostiene que los gustos legítimos de los sectores dominantes se caracterizan actualmente por la amplitud y diversidad de sus prácticas y consumos culturales, “con gustos que se extienden desde las artes más refinadas a las manifestaciones propias de subculturas populares” (FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 2011, p. 585). Los trabajos empíricos que sostienen

estas afirmaciones se han hecho principalmente en el área de la sociología de la música en Norteamérica. Según la teoría del omnivorismo, el contraste principal estaría dado entre las clases altas, que cuentan con tiempo, dinero y deseos para realizar todo tipo de prácticas culturales, por un lado, y las clases bajas, que tendrían escasez de tiempo, dinero y también de disposiciones para consumir cultura.

El debate entre las teorías de la distinción y del omnivorismo cultural puede matizarse con una adecuada contextualización histórica. En ese sentido, se han comparado datos sobre gustos musicales en Francia y Estados Unidos para diferentes generaciones (ANGÉLE, 2010), encontrándose que en la actualidad en ambos países los sujetos de clase alta tienden al omnivorismo (es decir, a un consumo muy amplio de música de diversos estilos). No obstante, si se comparan los patrones de generaciones previas para el caso francés se encuentran patrones de distinción, mientras que para el caso norteamericano ello no ocurre. Este trabajo articula la discusión sobre la homología estructural y la crítica al carácter local de los hallazgos de Bourdieu¹.

Continuando con la crítica acerca de la validez de extrapolar los hallazgos a otras sociedades – que Bourdieu no hizo nunca de manera automática, sino a través de sugerentes traducciones² - esta cuestión tuvo una gran importancia en su recepción latinoamericana. Las sociedades de América Latina han tenido un desarrollo muy diferente del que describe Bourdieu en sus trabajos (no sólo en *La distinción* (1979), sino sobre todo en *Las reglas del arte* (1992). El campo literario y los campos artísticos en general se forman tardíamente en los países de la región, con una independencia relativa con respecto al Estado y al mercado, y sobre todo, presentan un rasgo heteronormativo en sus procesos de creación de legitimidad (SARLO y ALTAMIRANO, 1997). Las autoridades en materia literaria, cinematográfica o de las artes plásticas siempre se encuentran en las metrópolis europeas o latinoamericanas; por ende, no es posible aplicar en América Latina en forma directa las hipótesis provenientes del modelo de sociedad artística descrito por Bourdieu. Más allá de este sesgo, también es necesario atender al carácter fragmentario de los mercados simbólicos en los países latinoamericanos, con una fuerte presencia de lo indígena y de lo artesanal, así como con la cultura negra, que a su vez coexisten con los desarrollos del mercado capitalista (GARCÍA CANCLINI, 1990).

¹ Un importante antecedente de investigación sociológica comparada entre Estados Unidos y Francia es el estudio de Michèle Lamont (1992).

² Véase por ejemplo su conferencia en *Todai* en 1989, publicada bajo el título *Espacio social y espacio simbólico. Introducción a una lectura japonesa de La distinción* (BOURDIEU, 1997).

Enfoques alternativos sobre gustos y prácticas culturales

Desde 1970 la sociología y la antropología han desarrollado enfoques alternativos que en algunos casos incorporan elementos de la sociología de Bourdieu, pero la trascienden para proponer nuevos interrogantes, conceptos y modos de abordar los gustos y las prácticas culturales. Un enfoque relevante es la corriente conocida como estudios de la producción de la cultura, uno de cuyos mayores exponentes es Howard Becker. Con su libro *Los mundos del arte. Sociología del trabajo artístico* (BECKER, 2008) replanteó las bases de la sociología del arte enfatizando su dimensión material y organizacional, así como los modos en que es necesaria la cooperación social para producir, distribuir y consumir cultura. Frente a la mirada bourdeana que destaca la lucha por la distinción, en la perspectiva de Becker (2008) prevalece el carácter colectivo del trabajo cultural, las redes sociales que conectan a personas, recursos e instituciones. Uno de los conceptos centrales para Becker (2008) es el de convenciones, puesto que son formas de hacer regulares y reguladas que permiten la cooperación, economizando tiempo y recursos. También es importante el concepto de reputación para comprender la relación de las audiencias con las obras de arte. En cierta manera, son dos enfoques que sirven para entender diferentes aspectos de las prácticas culturales, sin necesariamente excluirse mutuamente.

Otro tipo de sociología cultural desafía y trasciende a la teoría de la distinción desde su propio territorio de origen, la academia francesa. Los desarrollos de la sociología disposicionalista postbourdeana (LAHIRE, 2004), por un lado, y de la sociología pragmática francesa (HENNION, 2004), por el otro, han contribuido a replantear las bases para el estudio de las prácticas culturales y de los gustos. En el caso de Bernard Lahire, su sociología cultural pluraliza las instancias de socialización, destaca la existencia de múltiples mundos sociales frente a los cuales el individuo se singulariza y revisa extensamente el concepto bourdeano de *habitus*. En el caso de la sociología pragmática, el cuestionamiento a la teoría de Bourdieu es aún más radical, se abandonan los conceptos de campo, *habitus* y distinción. Con la influencia de los estudios del actor-red³ (LATOURE, 1992, 2008), se enfatiza en las redes de relaciones entre actantes -que pueden ser tanto seres humanos, como objetos o discursos- y se propone un análisis cultural que atienda a la materialidad y resistencia de los objetos (HENNION, 2017).

³ Como señala Anna-Mari Almila (2016), la teoría del actor-red no es una única teoría estable sino más bien un cuerpo de conocimientos empíricos, sobre el cual diferentes historias pueden contarse. Las figuras principales que se asocian a esta corriente son Michel Callon y Bruno Latour. Algunas de sus ideas clave incluyen la generalización del concepto de actante a humanos, objetos y discursos; el principio de la simetría (que se aplica a sujeto y objeto, pero también a científicos y legos, éxitos y fracasos, entre otros), y la consideración de las redes (de actividades, discursos, actantes).

En esta línea, la sociología del gusto musical de orientación pragmática (HENNION, 2010) critica fuertemente la idea de que la sociología debe rastrear los condicionantes sociales de las prácticas culturales y se propone, en cambio, indagar cómo se construyen en forma colectiva los caminos y las alternativas de esas prácticas culturales, en operaciones de interacción entre objetos y sujetos -que transforman a ambos- de modo que la pregunta central pasa a ser por las relaciones sociales que se producen en esas prácticas. Su trabajo aboga por un retorno de los objetos a las ciencias sociales, pues sostiene que necesitamos “comprender que, a la inversa, estos objetos de la acción colectiva hacen del mismo modo a sus actores y a sus organizaciones, sobre todo por su capacidad de instalar su autonomía relativa interiorizando sus propios efectos” (HENNION, 2017, p. 5). La concepción del objeto se redefine, pasa a entenderlo como “nudo de relaciones, tejido de asociaciones, de lazos que se experimentan y resisten” (HENNION, 2017, p. 5). Según esta idea, los objetos y las prácticas culturales transforman a los actores o grupos de actores que se apropian de ellos. Si para Bourdieu los objetos eran signos que remiten a un código arbitrario, pues son investidos de sentido más allá de sus propiedades, Hennion (2017) y sus colegas plantean que los objetos resisten, actúan sobre los sujetos, son mediaciones que transforman y moldean a quienes los usan.

Esta línea teórica converge, sostendremos, con los desarrollos teóricos de Michel Foucault (2008) en torno de las prácticas de sí o las tecnologías del yo, puesto que el filósofo francés entiende que en ellas se da una constitución correlativa del sujeto y del objeto. Las tecnologías del yo son prácticas de dominio sobre sí mismo, pues son intervenciones que el sujeto realiza para controlar y/o transformar sus pensamientos, saberes, emociones y corporalidad. El objetivo del análisis de las tecnologías del yo, según Foucault, será estudiar los modos de subjetivación y los modos de objetivación, que se intersectan de maneras complejas. Las tecnologías del yo son formas de autocontrol y de cuidado de sí -cuyo modelo es la práctica confesional- que se articulan con concepciones sobre la condición humana históricamente variables. En sus últimas clases, Foucault proponía la figura del “empresario de sí” (FOUCAULT, 2007, p. 264) para pensar en la imbricación de las tecnologías del yo con el neoliberalismo.

La teoría del actor plural (LAHIRE, 1998, 2004) enfatiza las múltiples socializaciones -sucesivas o simultáneas- que condicionan a los sujetos contemporáneos: la familia, la escuela, diversos grupos de pares, medios de comunicación, las instituciones culturales, el espacio profesional, etc. A través del pasaje por diversas esferas y espacios de sociabilidad, a veces heterogéneos y hasta contradictorios entre sí, paradójicamente el actor se individualiza. Según su propuesta, “la personalidad cultural del niño o del adolescente, sus preferencias y sus prácticas, sus acciones y reacciones, son incomprensibles fuera de las relaciones sociales que se tejen, entre él y los demás miembros de la constelación social en la que está

inmerso” (LAHIRE, 2007, p. 24). En sus estudios, destaca la diversidad de esquemas incorporados por los actores -en discusión con la idea de unicidad del habitus en Bourdieu⁴- que resultan en una pluralidad “de puntos de vista, de memorias y de tipos de experiencia” (LAHIRE, 1998, p. 48). Como resultado, cada sujeto cuenta con un repertorio de roles y hábitos, que puede asumir en diferentes momentos y situaciones. Con respecto a las prácticas culturales de los actores, Lahire (1998) sostiene que es importante romper con la idea de la motivación por el gusto personal. Las prácticas culturales cotidianas de un actor responden a una red de relaciones de interdependencia, delineando un espectro que va desde las prácticas más o menos obligatorias (ej. lecturas escolares o profesionales), a los hábitos impuestos por una diversidad de situaciones o vínculos sociales (ej. ir al cine para acompañar a un familiar, asistir a la muestra de danza o teatro de fin de año de un hijo) hasta aquellas prácticas personales específicamente perseguidas por el sujeto en cuestión.

En la siguiente sección, expondremos con cierto detenimiento dos biografías culturales que hemos seleccionado para mostrar las articulaciones que se producen entre la historia personal y las prácticas culturales.

Trayectorias biográficas y prácticas culturales

Con el objetivo de explorar los modos en que se articulan diversas condiciones sociales vinculadas con las prácticas culturales, vamos a reconstruir dos trayectorias biográficas que elaboramos a partir de un conjunto más amplio de entrevistas⁵. El orden de la exposición buscará desplegar el entramado de relaciones sociales que acerca a los sujetos a ciertas prácticas culturales específicas, para luego detenernos en los emergentes y los efectos subjetivos que producen esas prácticas. Entenderemos a las prácticas culturales como objetos con agencia y resistencias propias (HENNION, 2017; LATOUR, 2008): como veremos, ciertas las prácticas culturales habilitan y facilitan algunos recorridos, mientras que desestimulan otros.

⁴ En discusión con Bourdieu, señala que “la paradoja radica en el hecho de haber mantenido el modelo de habitus adaptado al enfoque de sociedades escasamente diferenciadas (preindustriales, precapitalistas) para efectuar el estudio de sociedades altamente diferenciadas, que necesariamente producen, por definición, actores más diferenciados entre sí y, al mismo tiempo, en ellos mismos” (LAHIRE, 1998, p. 42).

⁵ Durante 2016, en el marco de un proyecto de investigación dirigido por Marina Moguillansky, con financiamiento de CONICET (Argentina), se realizaron 15 entrevistas, luego complementadas por otras 4 entrevistas en 2017 y 4 en 2018. La selección de los casos se realizó siguiendo criterios de muestreo teórico (CHARMAZ, 2006). La producción de datos a partir de las entrevistas realizadas nos fue guiando en la selección de los siguientes casos: exploramos variaciones en la edad, el género, la clase social, la ciudad de residencia y la identidad política.

a. El golf como refugio

El golf en tanto deporte suele asociarse a la elite en Argentina, y es de hecho practicado en general por sujetos de nivel socioeconómico alto. Desde la prensa, el sentido común e incluso la bibliografía académica, se enfatiza el vínculo entre el golf, los empresarios y el mundo de los negocios (IULIANO, 2012). Sin embargo, la trayectoria biográfica de Roberto, actual ex jugador de golf *amateur*, nos permitirá explorar un acercamiento a este deporte por parte de un sujeto que no responde a dichos estereotipos, pues parte de una familia de origen más bien humilde, si bien logra un significativo ascenso social a partir de su éxito profesional como psicoanalista. Actualmente tiene 67 años, está casado y tiene tres hijos adultos, que emigraron luego de la crisis de 2001. En su tiempo libre, Roberto realiza una amplia variedad de actividades recreativas, culturales y deportivas. Asiste regularmente al Teatro Colón, ya que cuenta con un abono de la ópera, suele ver películas en el cine con su esposa y ocasionalmente asiste al teatro. Su salida más habitual es cenar fuera, en diferentes restaurantes, aunque también en casas de amigos. Tiene también una rutina deportiva que realiza siempre con amigos: una vez por semana juega dobles de tenis. Hasta hace pocos años, jugaba al golf una o dos veces por semana, también con amigos o conocidos.

Se inició en el golf ya de grande, cerca de los 40 años de edad, a comienzos de la década de 1990⁶. Durante unas vacaciones de verano compartidas con otras familias de amigos -algunos de los cuales eran ya buenos jugadores de golf- se hospedaron en un complejo de cabañas que contaba con una cancha de golf que se podía utilizar libremente. Allí, cuenta, toda la familia asistió a clases grupales; pero sólo Roberto continuó jugando una vez finalizado el viaje. Un amigo psicoanalista -con cuya familia había compartido esas vacaciones- le prestó su equipo de palos durante los primeros meses, actuando así como soporte social (MARTUCELLI, 2007) para su acercamiento a la práctica.

Luego Roberto se compró un carrito y un equipo económico de palos, que recuerda como “muy berreta”, aunque todavía lo conserva en la baulera de su departamento. Años después, su esposa le regaló para un aniversario un equipo de muy buena calidad, que él mismo fue completando, de a poco, con algunas “maderas” que resultaban más caras. Este carro con palos solía ocupar un lugar sobresaliente en el baúl de su auto o en el hall de entrada al departamento, siempre listo para ser usado. Otros amigos suyos se sumaron a la actividad: en particular, fue clave que su amigo más cercano, comenzara a jugar al golf. En este caso, fue

⁶ Coincide, precisamente, con un período en el cual se popularizó el golf en Argentina, no en el sentido de tornarse masivo sino en cuanto a que se volvió más conocido para la población, debido a la cobertura mediática de las actividades del entonces presidente Carlos S. Menem (1989-1994 y 1995-1999), pero también asociado a un crecimiento efectivo del deporte en Argentina, de la mano del desarrollo de barrios cerrados y *countries* con canchas de golf, y de un acercamiento al golf por parte de diversos empresarios (IULIANO, 2012).

Roberto el que actuó como soporte para que su amigo se iniciara en el deporte. También colaboró en la iniciación de otro de sus amigos, regalándole un equipo de palos.

Al jugar al golf es habitual compartir la “línea de juego” con uno o más jugadores, con los que a veces se entablan conversaciones e incluso relaciones más duraderas. A pesar de su fama de deporte solitario, se construye alrededor del golf un espacio de sociabilidad, pues el ritmo del juego, el tiempo que toma el completar los 18 hoyos de la cancha y las esperas obligadas, colaboran en generar situaciones de conversación. Roberto cuenta que jugando al golf conoció a mucha gente diversa, de distintos orígenes, muy diferentes a él mismo:

Conocí mucha gente diferente de mí. Especialmente extranjeros, recuerdo haber jugado durante una larga temporada con un escocés, con quien hablaba en inglés de su vida en España y aquí, otro que era sueco, con quien aprendí un montón de cosas de países y conductas que yo no conocía. Conocí gente muy interesante y gente de mierda, supongo que como en tantas otras situaciones. Me di cuenta que hay gente con la que no coincidís en nada, pero aún así, con ellas podés compartir un punto de vista o una actividad.

La sociabilidad de la que habla Roberto no es la que apuntan en general la prensa y los estudios sociológicos sobre el golf en tanto deporte de elite que utilizarían los empresarios casi como un “simple pretexto para encuentros selectos” (BOURDIEU, 1993, p. 221). No se trata aquí de una sociabilidad instrumental, destinada a obtener beneficios profesionales, a generar contactos para algo más allá del propio disfrute de la conversación. Más bien aparece la posibilidad de conocer otros mundos sociales a través del contacto con personas de orígenes diversos, es decir, que el golf opera como espacio de socialización y permite al sujeto una “experiencia de la pluralidad de mundos” (LAHIRE, 1998, p. 49). Como vimos, es la propia organización de la práctica del golf, sus rasgos objetivos, los que favorecen estos encuentros de socialización entre desconocidos. En este sentido, nos interesa destacar la resistencia del objeto (HENNION, 2017) que no sólo es una construcción social -que lo es- sino que también construye, moldea, transforma a los sujetos.

En su etnografía sobre jugadores de golf, Iuliano (2012) encuentra que para los practicantes, el marco simbólico del golf puede -y suele- ponerse en funcionamiento en otros contextos de la vida cotidiana en tanto marco interpretativo. Podríamos agregar que también funciona como una práctica de sí o una tecnología del yo⁷ -

⁷ Foucault (2008, p. 48) define a las tecnologías del yo como prácticas que “permiten a los individuos efectuar, por cuenta propia o con la ayuda de otros, cierto número de operaciones sobre su cuerpo y su alma, pensamientos, conducta, o cualquier forma de ser, obteniendo así una transformación de sí mismos con el fin de alcanzar cierto estado de felicidad, pureza, sabiduría o inmortalidad”.

término que Michel Foucault (2008) adopta en sus últimos escritos, dedicados a las tecnologías de la subjetividad – es decir, como una práctica de auto conocimiento, de moldeado y de cuidado de sí mismo.

El golf me enseñó mucho de mí, de mi auto exigencia, de mis exageradas expectativas, de mis límites, de mis posibilidades también. Aprendí que si uno se esfuerza puede hacer las cosas muy bien. Recuerdo una vez que empecé una partida y en el primer hoyo cometí una serie de errores que me costaron 11 golpes. Mis compañeros se rieron por lo bajo, como diciendo: ‘miralo a éste que tiene 12 de hándicap’. Yo me dije, tranqui que seguro vas a poder jugar como siempre. Y seguí jugando tranquilo. Mi juego apareció de pronto y empecé a jugar bien, como siempre. ¡Hice varios hoyos debajo del par y terminé jugando la vuelta 12 golpes encima del par de la cancha, mi hándicap! Esa fue una enseñanza de vida para mí. Aprender a confiar en mis chances, en que si solemos hacer las cosas bien, nos van a salir bien, aún después de haber hecho varios errores.

En su relato aparece esta dimensión del golf como práctica de autoconocimiento y moldeado de sí, como práctica que le permite regular su conducta y obtener enseñanzas de vida que puede aplicar en otras situaciones. La anécdota que cuenta es una historia de auto aprendizaje, en línea con la idea de que las tecnologías del yo suponen “ciertas formas de aprendizaje y de modificación de los individuos, no sólo en el sentido más evidente de adquisición de ciertas habilidades, sino también en el sentido de adquisición de ciertas actitudes” (FOUCAULT, 2008, p. 48). Retomando aquí a la sociología pragmática francesa, el golf puede entenderse, como uno de “estos objetos que fabricamos y que a la vez nos fabrican” (HENNION, 2017, p. 7).

En tanto práctica de cuidado de sí mismo, la práctica de golf asumió un lugar importante en algunas etapas de la vida de Roberto no sólo como deporte sino como espacio de contención ante diversas dificultades tanto externas como personales.

El golf fue un refugio en el 2002, cuando todo estaba muy confuso acá [se refiere a la crisis económica], yo estaba con poco trabajo en Argentina y por suerte recibí mucho trabajo de México, que permitió que saliéramos adelante, en ese año terrible, con dos pibes afuera, sin recursos y con el dinero encanutado por el Banco Galicia, ir a jugar me despejaba un poco.

Como muchas familias de clase media, la de Roberto tenía sus ahorros en dólares en el banco, y el dinero quedó retenido por el “corralito” que decretó en diciembre de 2001 el entonces presidente F. De La Rúa. Al mismo tiempo, sus hijos se vieron afectados profesionalmente por la crisis, emigraron y se radicaron en países europeos. En ese momento, el golf funcionó como sostén, como soporte

para transitar una etapa difícil. En este sentido, su experiencia puede enmarcarse en lo que señala Iuliano (2012, p. 9) en cuanto a que “la práctica del golf es narrada por algunos jugadores como una experiencia emocional, como una instancia cuasi-terapéutica capaz de recuperar al sujeto de una situación de indolencia”.

Hace unos años, su amigo más cercano, con quien compartía partidas semanales de golf, – seguidas de un tiempo para tomar café y conversar – formó una nueva pareja, cambió sus rutinas del tiempo libre y dejó de jugar. También Roberto tuvo algunas dificultades para mantener las salidas regulares, debiendo asistir a su esposa, que tiene una enfermedad crónica. Al desarmarse los soportes de esta actividad, terminó suspendiéndola y cuenta que hace ya unos cinco o seis años que no juega con frecuencia.

b. De las clases de tango a la milonga y el conservatorio

Máximo tiene 36 años, una hija adolescente y una bebé de un año, que tuvo con parejas diferentes. Nació en Quilmes, en el conurbano bonaerense, donde hizo sus estudios secundarios. Luego se mudó a la ciudad de Buenos Aires, empezó a trabajar en un banco como empleado. Al momento de las entrevistas, tiene licencia para desempeñarse como delegado de la comisión interna del sindicato La Asociación Bancaria, uno de los más fuertes en la Argentina. Vive con su hija mayor en un departamento alquilado en el barrio de Belgrano. Se mudó allí hace dos años, después de vivir por más de diez en Almagro; considera que este cambio ha sido un paso adelante, un cierto ascenso social, que le permite una mejor calidad de vida.

En la vida de Máximo, la música ocupa hoy un lugar central, pero no siempre fue así. Hasta los 24 años, se dedicaba a su trabajo como empleado administrativo y acababa de separarse de su pareja. En ese momento, un tanto deprimido, cuenta que un compañero de trabajo le hace conocer una orquesta de tango, a la que empieza a seguir en sus presentaciones en vivo. Al mismo tiempo, él se reconecta con parte de su pasado, con recuerdos de su abuelo bandoneonista, de escenas de escucha que habían quedado en su memoria. Alguien le sugiere tomar clases de tango en una milonga muy popular. Lo consulta con su terapeuta, que a su vez lo impulsa a asistir, y un buen día se anima. Desde entonces, cuenta, “no pasaba una semana que no tomara una o varias clases de tango”.

El tango en tanto danza social se practica en Buenos Aires en las milongas. Se trata de espacios de encuentro que suelen tener mesas para sentarse a tomar algo y observar el baile, ubicadas alrededor de la pista. Conforman un circuito de sociabilidades con sus propios códigos de conducta y vestimenta (CAROZZI, 2015). En su percepción del mundo de la milonga, Máximo destaca que allí siente que se vive una cierta igualdad, aunque sea efímera, en la pista de baile: se desdibujan las jerarquías materiales, las desigualdades sociales. Aparece vigente la idea de que “vivimos, pues (relativamente) simultánea y sucesivamente en contextos sociales

diferenciados” (LAHIRE, 1998, p. 50). En el mundo social de las milongas, se construye una jerarquía local y específica que posiciona a los bailarines según su pericia y prestigio en la danza, suspendiendo al menos momentáneamente los rangos del dinero (CAROZZI, 2015).

Con algunos años de práctica y clases, Máximo se fue perfeccionando como bailarín, con tanto éxito que formó una pareja de baile, con la que hizo algunas presentaciones y exhibiciones en milongas. También dio clases privadas de tango, organizó una milonga en el barrio de Villa Crespo y organizó el Festival de Tango y Teatro en Rosario, una ciudad de la provincia de Santa Fe, que ya tuvo varias ediciones. Como corolario de este acercamiento cada vez más intenso a las prácticas musicales, Máximo se inscribió en la carrera de Piano en el Conservatorio Nacional.

En su trayectoria biográfica, el comienzo de la práctica del tango como baile social fue para Máximo un punto de giro, un momento que marca un cambio de rumbo en su vida. A partir de su inicio en el tango y la milonga, relata una transformación de su personalidad -logra dejar atrás su timidez- de sus relaciones sociales -se hace de nuevos amigos y amigas, forma pareja- y de sus rutinas cotidianas -cambian sus horarios y sus salidas. Resulta interesante explorar cómo describe algunos emergentes de su inicio en esta práctica cultural al referirse al trabajo reflexivo sobre sí mismo, sobre su cuerpo y sus actitudes personales.

Cada vez que tomaba una clase de tango, no sentía que estaba laburando un paso físico de baile, de decir ‘ah bueno hago una apertura, o hago un paso adelante, o camino’, como movimiento físico y nada más. Las clases de baile siempre las vinculé mucho con una cuestión hasta de carácter, o sea laburaba en mí, una cuestión de carácter personal.

Como en el caso de Roberto con el golf, aquí también aparece una dimensión de las prácticas culturales como tecnologías del yo, por el tipo de proceso de moldeado de los rasgos de personalidad. Este trabajo reflexivo sobre sí, que comienza en su experiencia con las clases de tango, se acentúa y profundiza cuando Máximo decide ingresar al conservatorio para estudiar música:

(...) en realidad en donde termino desembarcando es en qué quiero hacer con mi vida, qué objetivo de vida quiero tener, y que algo que me vengo replanteando hace un tiempo es que no puede ser que solo tenga una búsqueda material de vida. Entonces, desde ahí empecé a pensar el tema del laburo más espiritual interno y la música me vino como anillo al dedo, esto de tomar clases y sentir que laburaba cuestiones de carácter mías me volvió a pasar, y de mayor forma, con la música, mucho más profundo.

A modo de emergente de su práctica musical, al principio como hobby en su tiempo libre, se convierte en un deseo de transformar su forma de vida y su inserción profesional. La búsqueda de Máximo, a largo plazo, es lograr trabajar en algo relacionado con la música. Actualmente, sería acertado describirlo como un “omnívoro cultural” (PETERSON y KERN, 1996) por el amplio abanico de estilos musicales que consume (música clásica, folklore, cumbia, tango, rock, pop) desafiando los hallazgos de otras investigaciones, puesto que ocupa una posición subalterna en la estructura social e incluso se autodefine como perteneciente a la clase trabajadora.

¿Qué hace la cultura con los sujetos? Condicionantes sociales y emergentes de las prácticas culturales

A partir de la exploración de narrativas biográficas acerca de las prácticas y los gustos culturales, podemos señalar algunos patrones que nos remiten a la trama social de la constitución de los gustos y a sus condicionantes sociales. Nos referiremos aquí a tres tipos de condiciones de origen social: el acceso a información, la existencia de ofertas culturales y las redes de sociabilidad. La distinción entre estos tres niveles es únicamente analítica, pues como veremos, en la práctica se encuentran intrínsecamente reunidas.

En primer lugar, los actores sociales dependen de la existencia de una oferta cultural en su lugar de residencia (o bien en algún espacio cercano, o que les resulte accesible a través del desplazamiento), lo que Bourdieu ha teorizado como “efecto de lugar” (BOURDIEU, 1999). Este aspecto es muy significativo en sociedades latinoamericanas, puesto que la infraestructura y los servicios culturales se encuentran muy desigualmente distribuidos, con concentración en las grandes ciudades y en los barrios de clase media/alta. Como mostramos en un trabajo previo (Moguillansky y Fischer, 2017), el tamaño de la ciudad de residencia es un condicionante central del tipo de prácticas culturales a los que tienen acceso los ciudadanos. Los residentes metropolitanos de ciudades como Buenos Aires, San Pablo o Santiago de Chile cuentan con las ventajas de vivir en lugares que ofrecen una amplísima variedad de bienes y servicios culturales, así como una serie de exposiciones, eventos y espectáculos, tanto permanentes como temporales, públicos y privados, que incluyen entre otros a los principales museos, bibliotecas, centros culturales, óperas, teatros, cines, galerías, centros de exposiciones; espacios para grandes recitales y conciertos; restaurantes, bares, salones y locales bailables; así como también innumerables conferencias, cursos y talleres. En términos de Bourdieu, los residentes metropolitanos tienen una “ganancia de localización”, ya que se ubican en la ciudad en la que son accesibles diversos tipos de ofertas

culturales. El efecto de lugar, que señalaba Bourdieu, es muy relevante en sociedades en las que hay déficits crónicos de desarrollo del mercado cultural.

En segundo lugar, los sujetos necesitan tener acceso a la información pertinente: saber cómo y cuándo ocurren los eventos de su interés, qué obras de teatro están en escena y cómo comprar las entradas, dónde se ubican los principales espacios para ciertas prácticas culturales, cómo informarse sobre la programación, entre otros aspectos. Aquí las ciudades grandes presentan en cambio una desventaja: hay una oferta tan amplia en cualquier rama cultural, que resulta difícil orientarse y seleccionar. La función de “recomendación” es la clave de este problema.

Las trayectorias culturales que revisamos nos permitieron aprehender procesos emergentes de las experiencias y las prácticas culturales de los sujetos. No sólo, entonces, leeremos procesos de condicionamiento social de los gustos, sino también efectos subjetivos de las prácticas culturales. Los artefactos culturales, los objetos y su agencia son aquí el eje de nuestro interés. Las prácticas culturales “abren la cabeza”, permiten establecer enlaces sociales, de amistad y de pareja, delimitan trayectorias profesionales y habilitan a un auto-conocimiento y a una regulación de la propia conducta, en tanto suelen operar como tecnologías del yo. No es sólo distinción entonces, sino placer, goce, experiencia, aprendizaje, conexiones con personas y aperturas a otras prácticas.

Hasta aquí hemos explorado y sistematizado la cuestión de la trama social de los gustos, que ha sido ampliamente estudiada y cuenta con una biblioteca muy significativa que nos permite comprender de qué modos lo social condiciona y moldea los gustos de los sujetos. Lo que nos interesa agregar es la pregunta acerca de qué hacen las prácticas culturales con los sujetos, en qué sentido los modifican y cuáles son los emergentes del encuentro entre sujetos y objetos culturales.

La reconstrucción de los casos que hemos presentado en la sección anterior nos permite delimitar una serie de efectos subjetivos en tanto aspectos emergentes de las prácticas culturales. En las diferentes trayectorias biográficas, el inicio de una práctica cultural parece brindar acceso a otros mundos sociales diferenciados, es decir, a espacios en los cuales las formas, las normas y los modos de comportamiento son específicos, y se suspenden algunos de los rasgos de la rutina de los sujetos. El acceso a un mundo diferente, con otras lógicas, despierta la curiosidad de los sujetos, les permite relativizar sus propias condiciones de vida y ampliar las fuentes de su imaginación. La práctica del golf o del tango, así, pueden constituirse como espacios de fuga o de refugio ante las dificultades de la vida cotidiana o de un momento especialmente delicado de la vida, como una crisis o una separación.

Otro aspecto que se destaca en la interacción de los sujetos con las prácticas culturales es que a través de estas actividades se realiza un trabajo reflexivo sobre uno mismo. La práctica de un deporte, de un instrumento musical o del baile, entre otras, parecen ser actividades que habilitan al sujeto a un mayor autoconocimiento

y al desarrollo o transformación de algunos rasgos de su carácter. Las prácticas culturales como tecnologías del yo, siguiendo la propuesta de Foucault (2008), permiten a los sujetos ejercer el control de sus emociones, trabajar sobre sus dificultades y acceder a formas placenteras de estar en el mundo. En este sentido, es central la conexión con el cuerpo y con el movimiento, la percepción de la posibilidad de aprendizaje y de moldeado de las capacidades propias.

Por último, la sociabilidad aparece también como emergente de las prácticas culturales. A través de la práctica del golf, del baile o del teatro los sujetos entablan nuevas amistades, forjan vínculos y arman nuevas parejas. Estas son formas de la sociabilidad que se alejan de la dimensión instrumental que se ha señalado en la sociología de la distinción, pues se perciben como lazos sociales deseables en sí mismos. Estas formas de sociabilidad son descritas por los sujetos como asociadas al placer de estar juntos, de la conversación, de la interacción con otros.

Algunas reflexiones finales

Los estudios sociológicos de los gustos, las prácticas y los consumos culturales han atravesado un giro teórico en las últimas décadas. Del paradigma dominante de la sociología bourdeana, que enfatizaba las correlaciones entre la posición en el espacio social con las tomas de posición estilísticas y la cuestión de la distinción como lógica subyacente en los consumos culturales, se ha pasado a una exploración de la heterogeneidad de perfiles culturales y de la multiplicidad de configuraciones subjetivas. La sociología pragmática francesa reformula los modos de comprender los procesos de individuación, enfatizando los contextos múltiples de socialización y buscando relevar la agencia de los objetos. Ya no se trata tanto de estudiar las bases sociales de los gustos y prácticas estilísticas, sino de abrir nuevas preguntas acerca de las bases culturales de algunos procesos de subjetivación. No sólo queremos saber cómo llegan los individuos a realizar ciertas prácticas culturales, sino que también nos interesa averiguar qué hacen estas prácticas con los individuos, cuáles son los emergentes del encuentro entre sujetos y prácticas culturales.

Las trayectorias biográficas reconstruidas nos permitieron relevar la heterogeneidad de posiciones que un mismo actor puede asumir, en distintos momentos de su vida e incluso en forma simultánea. Al rastrear los modos en que se inicia una práctica cultural, destacamos los soportes sociales que habilitan a recorrer ciertos caminos en detrimento de otros y observamos las condiciones sociales que facilitan el acceso a ciertos repertorios culturales (el efecto de lugar, el conocimiento de la oferta, los lazos sociales). Pero dimos un paso más para explorar también el trabajo reflexivo que los sujetos hacen sobre sí mismos a través de las prácticas culturales como el golf o el tango. De esta manera, fue posible describir procesos en los cua-

les ciertos objetos culturales -artefactos socialmente fabricados- transforman a los sujetos.

**PRÁTICAS CULTURAIS, ALÉM DA DISTINÇÃO:
NOVAS ABORDAGENS TEÓRICAS**

RESUMO: *Este artigo propõe uma discussão crítica sobre as práticas culturais, seus determinantes sociais e emergentes subjetivos, a partir da reconstrução de trajetórias biográficas de diferentes sujeitos. A interpretação dessas trajetórias é baseada nas novas abordagens teóricas desenvolvidas pela sociologia francesa contemporânea, em particular a ideia de suportes sociais e a agência dos objetos, enquanto, ao mesmo tempo, recupera a abordagem de Michel Foucault sobre as tecnologias do eu.*

PALAVRAS-CHAVE: *Práticas culturais. Suportes sociais. Tecnologias do eu. Efeitos subjetivos*

**CULTURAL PRACTICES, BEYOND DISTINCTION:
NEW THEORETHICAL PERSPECTIVES**

ABSTRACT: *This article proposes a critical discussion about cultural practices, their social determinants and emerging subjective, from the reconstruction of biographical trajectories of different subjects. The interpretation of these trajectories is based on the new theoretical approaches developed by contemporary French sociology, especially the idea of social supports and the agency of objects, while recovering the approach of Michel Foucault on the technologies of the self.*

KEYWORDS: *Cultural practices. Social supports. Technologies of the self. Subjective effects.*

REFERÊNCIAS

- ALABARCES, P. **Peronistas, populistas y plebeyos**. Buenos Aires: Prometeo, 2011.
- ALMILA, A.M. Actor Network Theory and Its Cultural Uses. In: INGLIS, David y ALMILA, Anna-Mari (eds). **The SAGE Handbook of Cultural Sociology**. Londres: SAGE, 2016.
- ANGÉLE, Ch. Omnivores vs Snobs? Musical tastes in the United States and France. In: **Working Papers**, 40, Princeton University, 2010.

BARANGUER, D. **Epistemología y metodología en la obra de Pierre Bourdieu**. Posadas: el autor, 2012.

BECKER, H. **Los mundos del arte**. Sociología del trabajo artístico. Buenos Aires: UNQ, 2008.

BOURDIEU, P. **Las reglas del arte**. Barcelona: Anagrama, 1995 [1992].

BOURDIEU, P. **La miseria del mundo**. Akal, 1999 [1993].

BOURDIEU, P. **La distinción**. Criterio y bases sociales del gusto. Buenos Aires: Taurus, 1998 [1979].

BOURDIEU, P. Espacio social y espacio simbólico. Introducción a una lectura japonesa de La distinción. In: _____. **Razones prácticas**. Barcelona: Anagrama, 1997.

BOURDIEU, P. Deporte y clase social. In: _____. **Materiales de sociología del deporte**. Barcelona: Ediciones de La Piqueta, 1993.

CAROZZI, M.J. **Aquí se baila el tango**. Una etnografía de las milongas porteñas. Buenos Aires: Siglo XXI, 2015.

CHARMAZ, K. **Constructing Grounded Theory**. A practical guide through qualitative analysis. Londres: SAGE, 2006.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C.J. El debate sobre omnivorismo cultural. Una aproximación a nuevas tendencias en sociología del consumo. **Revista Internacional de Sociología (RIS)**, 69(3), 585-606, 2011.

FOUCAULT, M. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. Buenos Aires: Paidós, 2008.

FOUCAULT, M. **El nacimiento de la biopolítica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

GARCÍA CANCLINI, N. La sociología de la cultura de Pierre Bourdieu. In: BOURDIEU, P. **Sociología y Cultura**. México: Grijalbo, 1990.

GARRIGA, S. Una historia de franceses en la Argentina, una perspectiva ilegítima sobre la cultura legítima. **Question**, 25, 2010.

GRIGNON, C. y PASSERON, J. **Lo culto y lo popular**. Miserabilismo y populismo en sociología y en literatura. Buenos Aires: Nueva Visión, 1992.

HENNION, A. De una sociología de la mediación a una pragmática de las vinculaciones. Retrospectiva de un recorrido dentro del CSI. **Cuestiones de Sociología**, 16, e032, 1-23, 2017. Disponible en: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.8194/pr.8194.pdf. Acceso en: 16 mai. 2020.

HENNION, A. Gustos musicales: de una sociología de la mediación a una pragmática del gusto. **Comunicar**, 34, 2010.

HENNION, A. Pragmatics of taste, In JACOBS, M. Y HANRAHAN, N. (Ed.). **The Blackwell Companion to the Sociology of Culture**. Oxford UK/Malden MA: Blackwell, 131-144, 2004.

IULIANO, R. Mirá el día de golf que me hiciste perder. Emociones y aficiones en torno a la práctica del golf. **Actas de las II Jornadas de Antropología**, PPGAS, IFCH-UNICAMP, Campinas, Brasil, 2012. Disponible en: http://historia politica.com/datos/biblioteca/estudiosdeportes_iuliano.pdf. Acceso en: 16 mai. 2020.

LAHIRE, B. Infancia y adolescencia: de los tiempos de socialización sometidos a constricciones múltiples. **Revista de Antropología Social**, 16, 21-38, 2007.

LAHIRE, B. **La culture des individus**. Dissonances culturelles et distinction de soi. París: La decouverte, 2004.

LAHIRE, B. **El hombre plural**. Los resortes de la acción. España: Bellaterra, 1998.

LAMONT, M. **Money, Morals and Manners**. The Culture of the French and American Upper-Middle Class. Chicago y Londres: University of Chicago Press, 1992.

LATOUR, B. **Reensamblar lo social**. Una introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LATOUR, B. **Ciencia en acción**. Cómo seguir a los científicos e ingenieros a través de la sociedad. Barcelona: Labor, 1992.

MARTUCELLI, D. **Gramáticas del individuo**. Buenos Aires: Losada, 2007.

MIRA, M.C. y BERTONCELO, E.R. Dossiê: Para Além da distinção: condicionantes sociais do gosto e disputas simbólicas na contemporaneidade. **Revista Estudos de Sociologia**, 46, 19-158, 2019.

MOGUILLANSKY, M. y FISCHER, M. ¿La cultura está en otra parte? Acerca de prácticas y consumos en ciudades pequeñas y grandes de la Argentina. **Cuestión urbana**, 2(2), 63-76, 2017.

PETERSON, R. Problems in Comparative Research: The Example of Omnivorousness. **Poetics**, 33 (5/6), p. 257-282, 2005.

PETERSON, R. y KERN, R. Changing Highbrow Taste: From Snob to Omnivore. **American Sociological Review**, 61(5), p. 900-909, 1996.

PETERSON, R. y SIMKUS, A. How Musical Tastes Mark Occupational Status Groups. In: LAMONT, M. y FOURNIER, M. (eds). **Cultivating Differences**, edited by M. Lamont y M. Fournier. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

RODRÍGUEZ, M. G. **De fleteros a motoqueros**. Los mensajeros de Buenos Aires y las espirales de sentido. Buenos Aires: Gorla, 2015.

SAPIRO, G. Bourdieu's Sociology of Culture: On the Economy of Symbolic Goods. In: HALL, J.R.; GRINDSTAFF, L. y LO, M.C. (eds). **Handbook of Cultural Sociology**. London: Routledge, 2016.

SARLO, B. **El imperio de los sentimientos**. Buenos Aires: Norma, 2004.

SARLO, B y ALTAMIRANO, C. **Ensayos argentinos**. De Sarmiento a la vanguardia. Buenos Aires: Ariel, 1997.

SEMÁN, P. **Bajo continuo**. Exploraciones descentradas sobre cultura popular y masiva. Buenos Aires: Ed. Gorla, 2006.

Recebido em 07/03/2019.

Aprovado em 11/01/2020.

A CELEBRIZAÇÃO COMO SUCESSORA DO CARISMA OU COMO CONTRAPARTIDA SECULAR? O PAPEL DOS FAMOSOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

*João KAMRADT**

RESUMO: Este artigo busca compreender qual o papel do carisma na sociedade contemporânea e qual sua relação com as celebridades – indivíduos que atualmente são responsáveis por concentrar a atenção da sociedade. O carisma, na concepção weberiana, é entendido como uma qualidade de poucos indivíduos, vista como algo mágico, extracotidiano, responsável por dar legitimidade ao líder. A celebridade é um sujeito que ascendeu ao estrelato sem, necessariamente, ter nenhuma qualidade que não seja a de ser conhecido por um grande número de pessoas. Com o declínio das religiões e a diminuição da importância dada aos líderes políticos/religiosos, viso compreender se e até que ponto as celebridades incorporaram elementos típicos da conduta dos líderes carismáticos, se as celebridades são uma forma moderna de carisma, se o carisma weberiano é um conceito datado, não servindo para analisar o atual tempo, ou se continua tendo seu espaço na atual conjuntura.

PALAVRAS-CHAVE: Celebridades. Carisma. Weber. Cultura Popular. Mídia.

Introdução

Em uma sociedade de mudanças constantes e ininterruptas, as celebridades se tornaram uma banalidade, sendo uma característica essencial da cultura ocidental. Transitando pelos mais distintos campos sociais, como o campo cultural, político e econômico, os famosos são um recurso essencial para que se expresse uma forma

* Faculdade Ielusc. Departamento de Ensino Superior. Joinville – SC – Brasil. 89221-665 - joakamradt@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6440-8043>.

de poder ou mesmo um caminho para a demonstração do poder. As celebridades também são fruto do declínio pelo qual passou a religião no século passado, que aliado à uma intensa industrialização e a democratização da sociedade, acabou gerando uma estrutura social mais fluída, em que há menos distinções sociais e que deu “aos indivíduos as condições para se superarem”¹ (GABLER, 2000, p. 194). Se as celebridades ascenderam na sociedade, o carisma weberiano como uma forma legitimadora de poder, oriunda de um elemento extracotidiano acabou perdendo espaço e sendo relegado a espaços religiosos e/ou mágicos. Essa diferente percepção pela qual o carisma na clássica definição de Weber (2012) passa atualmente, aliada ao avanço das celebridades, gera os questionamentos deste artigo: seria a celebrização uma sucessora moderna do carisma, em sua definição weberiana, incorporando elementos antes presentes apenas na conduta de líderes carismáticos? Ou a celebrização funciona como um complemento secular do conceito de carisma? Outra hipótese é de que o conceito de carisma seja um conceito datado, não servindo para analisar a atual sociedade.

O carisma em Weber

As celebridades seriam sucessoras do líder carismático, no sentido weberiano, ou funcionariam como contrapartida secular? Para chegarmos a uma resposta para este problema, precisamos compreender melhor os conceitos de carisma e de celebrização. Em Weber (2012, p. 160), o poder carismático vai além das exigências da vida econômica, sendo contraponto às estruturas burocráticas e patriarcais – que servem a economia e as necessidades cotidianas. Essa face antieconômica é uma das principais características do conceito de carisma. Isso porque o carisma puro é contrário a toda economia ordenada e não seria uma forma de alcançar ganhos financeiros. Embora viva neste mundo, o carisma não viveria dele (WEBER, 2012, p. 161). Weber enxerga o carisma como revolucionário e transformador das ordens e das coisas, sempre de acordo com a vontade revolucionária (WEBER, 2012, p. 162). Esse caráter de mudança é central, sendo uma das principais alterações de características impostas pelo carisma. Como o carisma é para Weber um poder revolucionário capaz de criar a história, poderia romper com todos os tipos de normas da tradição que impõe uma sujeição íntima que ainda não havia sido vista.

Para Weber (2012), o surgimento da autoridade carismática não representa uma situação com falta de estrutura. Ao invés disso, é uma formação social com estrutura clara, baseada na vida comunitária do líder carismático ao lado dos seus

¹ Todas as passagens em outra língua, foram traduzidas pelo autor do texto.

seguidores. Nessa lógica, qualquer mudança que ocorrer na estrutura, como o desvio de costumes, irá atrapalhar a pureza da disposição carismática e conduzirá a outras formas estruturais. Caso aqueles que seguem o líder carismático parem de reconhecer a sua missão, o líder irá fracassar. Agora, caso continuem o reconhecendo, o líder mantém a união de seus seguidores, sempre mediante a apresentação de provas. O reconhecimento do carisma é qualificado pelo dever daqueles aos quais sua missão se dirige (WEBER, 2012). Nessa lógica, afirmar que o carisma só existe, seja na instituição ou no indivíduo, por meio da relação do reconhecimento por parte de uma comunidade a qual lhe dá sentido, não é imperativo. Weber (2012, p. 158) reconhece que “apesar de as capacidades carismáticas não poderem desenvolver-se em nada e em ninguém que não as possua em germe, tal germe permanece oculto se não é estimulado ao desenvolvimento, se o carisma não é ‘despertado’”. Isso quer dizer que, caso não se reconheça a existência de um carisma presente em certos indivíduos, este se tornará carismático no momento no qual for colocado à prova diante da sua comunidade.

O líder carismático possui legitimidade não pela tradição de cargos ou por algum tipo de autoridade pré-estabelecida da posição social a que ocupa. É o contrário que ocorre. O portador de dons carismáticos (seja em forma inicial, pura ou ainda não rotinizada) irá se opor a todo tipo de manutenção do cotidiano. Mas, como dito, quem lidera algum tipo de comunidade irá ter que provar constantemente que sua missão possui algo de extracotidiano, de transcendente. A prova dos dons carismáticos é um fator fundamental para a manutenção da dominação carismática, já que sem ela o portador não teria como ter o contínuo reconhecimento da comunidade e “ao acabar o reconhecimento do povo, o senhor é um simples homem particular e, se pretende ser mais, um usurpador culpável” (WEBER, 2012, p. 159).

Com o tempo, o carisma do líder também passa a ser rotinizado. Isso é inevitável na medida em que existe o desejo dos seguidores e dos dominados de que o líder carismático tente transformar o carisma em um elemento permanente da vida cotidiana. Quem segue os líderes busca satisfazer as necessidades econômicas que possui sem depender de um estilo de vida comunitário. Desse modo, a existência do carisma acaba sendo subvertida pelo domínio do cotidiano. Weber (2012) deixa claro que o carisma possui um elemento individual, sendo determinado por fatores internos e alheios a economia. Assim, a dominação carismática se dá na medida em que os seguidores do líder reconhecem sua missão. Esse reconhecimento não é o principal argumento de sua legitimidade, já que antes os indivíduos reconheceram essa qualidade em virtude da vocação do líder e das contínuas provas do seu carisma. Caso as pessoas não reconheçam mais seu carisma, o líder acaba fracassando. Por sua vez, se a missão é reconhecida, o líder continua dominando (WEBER, 2012).

O conceito de liderança carismática reconsiderado

O conceito de carisma weberiano gera debate principalmente quanto à possibilidade ou não de ser aplicado para compreender a política contemporânea. Alguns comentadores se impressionam com o poder e a potencialidade do termo para analisar situações de lideranças do passado e do presente histórico. Mas outros são céticos quanto a ideia de utilizar o conceito atualmente. Teria sido o carisma substituído por outras formas de representatividade, como a celebração dos indivíduos? Foi Loewenstein (1966) o responsável por levantar a questão sobre se o carisma poderia ser aplicado para compreender a política contemporânea. Segundo ele, a liderança carismática depende de uma ampla crença na existência de capacidades extraordinárias ou sobrenaturais, mas essa crença perde força em contextos seculares. Ele argumenta que embora a democratização tenha aumentado o componente plebiscitário dentro da política moderna, as qualidades do indivíduo que atraem os eleitores indicam a popularidade, mas isso não representa necessariamente o carisma de um líder político bem-sucedido. Sendo assim, Loewenstein afirmou de forma emblemática: “na política, o carisma é um fenômeno do mundo pré-cartesiano” (LOEWENSTEIN, 1966, p. 86). Ele compreende que as áreas em que existe uma crença maior no sobrenatural (ele cita como exemplo regiões da Ásia e da África) teriam uma propensão maior para encontrar líderes carismáticos.

Outra crítica recorrente foi feita por Schlesinger (1960). Segundo ele, o uso que Weber fez do carisma demonstra “sua irrelevância para o mundo técnico moderno”, sendo algo “especificamente fora do âmbito da rotina diária” (SCHLESINGER, 1960, p. 6) e, também, irracional. Desse modo, alega que devido à natureza da sociedade moderna, não é possível utilizar o carisma para analisar a liderança moderna. Friedrich (1961) defendeu uma interpretação restritiva do conceito. Segundo ele, Sohm, de quem Weber derivou o termo e a ideia de carisma, argumenta que a liderança carismática é uma liderança baseada em um chamado transcendental feito por um ser divino no qual tanto a pessoa chamada quanto seus seguidores passam a acreditar. Friedrich (1961) sente que essa liderança carismática precisa ser concebida na fé em Deus ou em deuses. Ele aponta que Weber alargou o conceito para incluir tipos seculares e não-transcendentais, inspirados no líder do tipo demagógico.

Há os que defendem a aplicação do conceito para interpretar a política contemporânea. Shils (1965), por exemplo, enxerga a autoridade carismática em todas as sociedades. Ele argumenta que Weber faz distinção entre os efeitos inovadores do carisma e o caráter rotineiro da tradição ou da ordem legal. Aponta que o sociólogo alemão não teria limitado o uso do termo a crenças mágicas ou religiosas, tendo também analisado a institucionalização do carisma através do parentesco e da hereditariedade. Mesmo assim, Weber compreende que as oportunidades de carisma

genuíno diminuíram em conformidade à crescente racionalização e burocratização da sociedade ocidental. Shils (1965) questiona isso. Ele alega que as sociedades enfrentam exigências que necessitam de soluções nas quais o carisma seja atribuído aos indivíduos e as instituições que prometem satisfazer essa necessidade.

O debate em torno da possibilidade ou não do conceito de carisma ser utilizado atualmente torna necessário um retorno às formas como Weber usou o termo. Breuilly (2011) empreendeu essa tarefa. Segundo ele, Weber utiliza o conceito de carisma de três formas distintas. Antes de 1914, com a publicação da parte II de *Economia e Sociedade*, Weber fornece exemplos, a maioria vinda de sociedades pré-modernas, nos quais menciona figuras como senhores de guerra, caciques de caça, demagogos de cidades-estados e indivíduos aos quais foram atribuídos poderes mágicos. Em um segundo momento, nos escritos políticos, durante e logo após a Primeira Guerra Mundial, Weber se centrou na liderança carismática em uma concepção moderna, especialmente aquela formada por líderes eleitos advindos de partidos políticos, sendo parte dos esforços voltados para compreender como a Alemanha poderia encontrar uma liderança dinâmica que suprisse as necessidades da nação. Em um último ponto, nos escritos pós-guerra, publicados como uma parte de *Economia e Sociedade*, Weber desenvolveu o conceito de autoridade carismática como uma das formas ideais de dominação praticadas pelas sociedades ou pelos indivíduos. Assim, foi possível analisar relacionamentos sociais em um conceito histórico. De todo modo, Breuilly (2011) entende que o carisma possui uma faceta pré-moderna, precisando ser reelaborado para funcionar atualmente. Ele argumenta que os escritos weberianos sugerem dois tipos de dominação carismática, sendo o segundo compreendido como uma forma de ligação entre o conceito weberiano de carisma e a celebração dos políticos modernos. Breuilly (2011) descreve os tipos da seguinte forma:

O primeiro deles é encontrado em sociedades tradicionais de pequena escala com crenças amplamente difundidas sobre a existência de poderes transcendentais além do mundo mundano que podem ser exploradas e concentradas pelos indivíduos. No que diz respeito ao nacionalismo moderno, esse poder carismático pode ser organizado no espaço entre a autoridade tradicional de pequena escala e o estado colonial em larga escala. O segundo tipo de dominação carismática se desenvolve em estados-nação modernos com fortes sentimentos nacionalistas existentes onde uma crise maciça tem minado as modernas instituições de poder. É com base nessa ideologia nacionalista, ligada à noção de gênio – uma espécie de moderno secular, equivalente à ideia do sagrado – que um líder carismático pode emergir. Em seguida, o aparelho burocrático do poder do Estado moderno pode ampliar ao invés de corroer tal carisma (BREUILLY, 2011, p. 492).

Como Tucker (1968) aponta, não é fácil distinguir entre líderes que são carismáticos e líderes que não possuem o carisma no sentido weberiano. Ele observa que Weber não fornece uma declaração clara e nem elenca as qualidades pessoais que os líderes carismáticos precisam ter para dar origem a um vínculo emocional especial com seus seguidores. “Em suma, a teoria da liderança carismática, como o próprio Weber expôs, nos deixa em dúvida sobre quais líderes são carismáticos e o que os torna assim” (TUCKER, 1968, p. 734). Tucker (1968) ainda aponta que embora o carisma seja um fenômeno de significado universal, as manifestações políticas são apenas uma de suas múltiplas dimensões. Segundo ele, quando Weber utiliza o termo, o usa de maneira neutra em termos de valores. Desse modo, ele diz que um líder carismático não precisa necessariamente ser admirável.

Tucker (1968, p. 741) defende que uma regra geral das lideranças carismáticas é de que “quando uma personalidade-líder é genuinamente carismática, seu carisma começará a se manifestar antes que ele se torne politicamente poderoso”. O específico na resposta carismática não é a obediência absoluta ao líder, mas simplesmente o fato de que por força de qualidades extraordinárias ele exerce uma dominação sobre os seus seguidores.

Seguidores podem estar sob o feitiço de um líder e podem aceitá-lo como uma autoridade suprema, sem necessariamente concordar com ele em todas as ocasiões. Na atmosfera altamente argumentativa de um partido radical moderno, por exemplo, um líder pode ser carismático e contestado em pontos específicos. De fato, ele pode até manifestar seu carisma de maneira inspirada pela qual conquista a dissidência pelo poder absoluto de seu discurso político (TUCKER, 1968, p. 736).

Não devemos, portanto, considerar a relação de autoridade carismática como aquela que envolve a obediência automática dos seguidores às ideias do líder ou excluir a possibilidade de que os seguidores ocasionalmente discordem do líder. Ainda mais que além de ser considerado um inovador, o líder carismático tenha predisposição a romper com os modos estabelecidos de pensar e agir, assumindo posições que divergem das expectativas dos seus seguidores e que acabam levantando questões incômodas. Kalivas (2002) alega que parte dos pesquisadores que estudam o carisma weberiano reconhecem o poder desse tipo de líder, mas enfatizam sempre um caráter emocional que levaria a uma “celebração do irracionalismo”. Posição ao qual se opõe e utiliza para demonstrar que o carisma não possui padrão claro de manifestação.

Em suma, não acreditamos que exista um contexto usual ou necessário dentro do qual o carisma se desenvolva naturalmente. A situação em que tal movimento

ocorre pode ser relativamente ordenada ou pode envolver desordem militar, política e econômica. Em ambos os casos, mas particularmente no último, tais situações não produziram uniformemente uma disputa revolucionária, um ideal e resultaram tanto em soluções não-carismáticas quanto em soluções carismáticas. Assim, qualquer análise que se concentre exclusivamente no contexto social em que o carisma supostamente se desenvolve, corre o risco de interpretar erroneamente a natureza fundamental do movimento carismático, isto é, a independência relativa tanto do indivíduo excepcional quanto de suas ideias. Isso não significa que o homem ou suas ideias são agentes livres no processo de transformação histórica, mas apenas que eles são mais autônomos (KALIVAS, 2002, p. 309).

Propriedades mágicas e transcendentais. Qualidades extraordinárias. Dominação dos súditos. Elementos do mundo pré-cartesiano. O carisma, na definição dada por Weber, não indica poder ser aplicado plenamente na sociedade contemporânea. Diante deste quadro, uma hipótese é de que a liderança carismática esteja sendo representada pelas pessoas famosas da sociedade contemporânea: as celebridades. Para Turner (2003, p. 24), isso não só é possível como também se tornou algo trivial. Segundo ele, vivemos na cultura de celebridades e a celebridade por si só já é um conceito que apresenta similaridade e um avanço em relação ao conceito de carisma proposto por Weber.

Celebridades prosperam no seio da sociedade moderna

Qualquer celebridade é carismática? A celebridade seria uma forma de democratizar o carisma? Como elas se tornaram elementos centrais da sociedade? Embora as celebridades tenham se tornado elementos essenciais na sociedade midiática, nem sempre o cenário se desenhou desta forma. A primeira vez que o termo celebridade foi aplicado para designar uma pessoa foi em 1849, segundo o *The English Oxford Dictionary* (2010). Segundo o dicionário, a palavra celebridade seria “a condição de ser exaltado ou falado; fama, notoriedade”; “pessoa de celebridade; pessoa celebrada; uma figura pública”. Ao traçar e comparar a origem do termo em inglês, Marshall (2008) mostra como essa aplicação é diferente da dada até então. Analisando outros dicionários ingleses da época (*Webster's e Oxford English*), ele mostra significados distintos: em alguns momentos, celebridade era interpretada como “um rito solene ou cerimônia, celebração”, em outros como o “respeito devido aos cultos e cerimônias, pompa, solenidade”. Ainda hoje vemos diferenças de interpretações. O dicionário *Aurélio* (2011) apresenta celebridade em termos de “notabilidade, pessoa célebre”, “coisa extraordinária, fama e renome”.

Com o surgimento e o crescimento da cultura de celebridades se tornou possível compreender como, a partir de 1900, se produzia uma celebridade. Primeiro nos EUA, depois no resto do mundo, o rosto ou o nome de um indivíduo podia se tornar familiar para toda uma nação em questão de horas. Como Ortiz (2016) destaca, a revolução gráfica foi importante por dar a qualquer indivíduo a possibilidade de se tornar conhecido. Mas isso não significa que qualquer famoso se torna uma celebridade. Schickel (1985) atribuiu ao espaço maior dado à mídia ao longo do último século o surgimento das celebridades como as conhecemos hoje. Ruebsaat (2007) e Leslie (2011) seguiram o mesmo caminho ao afirmar que a celebridade foi concebida pelo cruzamento entre a mídia moderna e o processo de democratização da sociedade. No caso dos dois, o surgimento das celebridades ocorreria em paralelo ao nascimento da fotografia, no começo do século XIX. Como Ortiz (2016, p. 672) descreve: “a invenção da fotografia e do cinema, a proliferação da imprensa de massa, o surgimento da publicidade moderna, o advento do rádio e da televisão tornam-se elementos imprescindíveis para a constituição de uma *celebrity culture*”. Boorstin (1971) afirma que isso fez com que consumidores da mídia pudessem celebrar a grandeza de um indivíduo pelo fato de ele estar na mídia de massa.

Celebridades são indivíduos que passam por um constante processo de visibilidade, sendo produtos da modernidade. Para Antoine Lilti (2014), as celebridades foram inventadas entre 1750 e 1850. Ele data o século XVIII como o embrião para o surgimento de uma sociedade do espetáculo nas quais as características físicas e de personalidade de certos atores ou atrizes² do teatro, de músicos, de políticos e de escritores acabou sendo projetada na arena pública. Para Boorstin (1971), uma celebridade “não faz nada” de excepcional, não realiza nada. Sua grande qualidade é a “ausência de qualidade”. Rojek (2008) foi taxativo ao argumentar que as celebridades são um fenômeno moderno. Segundo ele, na sociedade contemporânea, o termo celebridade está associado a fama, à natureza temporária, volúvel e ao mercado de sentimentos humanos. Tudo em um contexto em que ocorrem relações episódicas, anônimas, em que há mudanças velozes na vida social e econômica do indivíduo, sustentadas pela atribuição de um status glamoroso a um sujeito dentro da esfera pública. Ortiz (2016) foi mais longe em sua definição ao afirmar que a celebridade possui todos os traços de uma individualidade³ única. “O estamento, a classe social, o pertencimento a um grupo tornam-se secundários (mas não apagados) diante da presença da idiosincrasia pessoal. O reconhecimento por sua vez pressupõe a existência de pessoas que

² Segundo Lana (2013), no início do século XIX, mulheres celebrizadas eram, em quase todos os casos, aristocratas. Elas sabiam ler e escrever, tinham influência política e eram consideradas damas da sociedade.

³ Para Rojek (2008, p. 107), “o desejo de ser reconhecido como especial ou único talvez seja uma característica inevitável de culturas construídas em torno da ética do individualismo”.

possam identificá-la como ‘íntimos estranhos’” (ORTIZ, 2016, p. 675). Por sua vez, Rojek (2011) fala que:

(...) o significado moderno do termo celebridade, a bem dizer, deriva da queda dos deuses e da ascensão de governos democráticos e sociedades seculares. Não por acaso. A crescente importância do rosto público no dia-a-dia é uma consequência da ascensão da sociedade pública, uma sociedade que cultiva o estilo pessoal como antídoto para a igualdade democrática formal (ROJEK, 2008, p. 11).

A definição de Marshall (2008) sobre o conceito é clara. “Parece que o uso moderno do termo celebridade se vincula à valorização da cultura popular e da cultura democrática. A celebridade materializa o empoderamento do povo que simbolicamente constitui a esfera pública” (MARSHALL, 2008, p. 7). Isso faz Ortiz (2016, p. 685) afirmar que o status de celebridade apenas é confirmado no instante em que “o conteúdo da pessoa se torna secundário diante da sua representação pública”.

Ainda relacionado à conceituação do termo celebridade, há a definição dada por Marshall (2008), de que os celebrizados são um “grupo de indivíduos” que possuem grande presença e mais abrangência do que o resto da população, compondo um “sistema de valorização do significado e da comunicação” (MARSHALL, 2008, p. ix-x). Hollander (2010) oferece outra característica interessante para explicar o surgimento das celebridades na sociedade moderna. Além de citar que o culto ao individualismo foi essencial para o surgimento das pessoas célebres, ele aponta que as celebridades ajudam “a convencer as pessoas de que para se ascender ao status de celebridade não há necessidade de se possuir nenhum talento ou qualificação especial” (HOLLANDER, 2010, p. 390).

Com um conceito delineado, é preciso reforçar que as celebridades são parte de três grandes processos históricos: 1) o declínio da religião organizada, ou seja, o processo de secularização⁴ narrado por Weber (2012); 2) a democratização de todos os aspectos da sociedade; e 3) a industrialização e consequente transformação do cotidiano em mercadoria (ROJEK, 2008, p. 15). Como ele explica:

(...) o declínio da sociedade cortesã dos séculos XVII e XVIII implicou a transferência de capital cultural para homens e mulheres que venciam pelo próprio esforço. Com o desenvolvimento da sociedade moderna, as celebridades preencheram a ausência gerada pela decadência da crença popular no direito divino dos reis e da morte de Deus (ROJEK, 2008, p. 15-16).

⁴ Como Sell (2015, p. 12) afirma, a secularização é “uma tentativa de compreensão da natureza do moderno em sua relação histórica com o religioso”.

Caminho semelhante ao percorrido por Marshall (2008), que além de citar a democratização da sociedade, usa o surgimento do capitalismo para explicar o motivo das celebridades formarem um grupo de poucos indivíduos⁵. Segundo Marshall (2008), as celebridades têm sua origem ligada ao surgimento de populações urbano-industriais, sendo uma “tentativa de conter a massa”. Ele argumenta que isso foi feito através do uso de símbolos. Ou seja, modelos que seriam apresentados ao público. Assim, os indivíduos seriam encorajados a se identificar com esses modelos. Nessa lógica, as celebridades passam a funcionar como vigilantes da democracia ao irradiar glamour e atração e demonstram de forma automática que o sistema valoriza a mobilidade ascendente, premiando um tipo de talento bem específico: a capacidade de se celebrar.

Como fenômeno moderno, as celebridades precisam ter sua imagem propagada imensamente através dos meios de comunicação de massa. Segundo Turner (2003, p. 3), uma das características dos famosos é de que “a celebridade moderna não pode reivindicar nenhuma realização especial para si além da atenção pública”. Por sua vez, Thompson (2005, p. 220-225) argumentou que as celebridades possuem como característica fundamental possuir admiradores e fãs. Ele alega que as celebridades são um aspecto que define a modernidade, por implicar a necessidade da formação de relações de intimidade com indivíduos distantes e diferentes entre si. Esse elemento, segundo o autor, foi o que deu base para que as celebridades sejam vistas como uma forma de representação política. Como Street (2004) aponta, as celebridades criam vínculos afetivos com seus admiradores/seguidores e isso, em determinados contextos, torna possível que um artista ou que um político celebrizado reivindique aqueles que o admiram. “Eles dão voz política aos que os seguem, tanto em virtude das condições políticas quanto por meio de sua arte” (STREET, 2004, p. 449). Segundo Wheeler (2012, p. 408), “os deveres cívicos tradicionais estão sendo substituídos por formas alternativas de participação. Dentro deste novo ambiente político, diferentes tipos de agência, como a política de celebridade, tornaram-se forças centrífugas para o engajamento público”.

Celebridades: herdeiras modernas do carisma?

A convergência entre carisma e celebridade dentro de um sistema simbólico não foi explicada nas teorias da cultura de celebridades propostas por Rojek (2008) e Marshall (2008). Para esses autores, a celebridade é uma contrapartida secular, sendo até mesmo considerada uma sucessora do carisma, implicando em uma

⁵ Como apontam Bonner *et al.* (1999, p. 56), a “celebridade não existe como uma propriedade de indivíduos específicos; mais do que isso, ela é constituída discursivamente através do modo como os indivíduos são representados”.

diferença marcada e até mesmo teleológica entre os tipos de distinção social e de prestígio.

Em discussão sobre a produção de poder simbólico na política da Indonésia, a antropóloga Hughes-Freeland (2007) apontou que a celebridade não necessariamente substitui o carisma. Segundo ela, “símbolos sacros e seculares engajam-se à celebridade em termos de representação e estilo pessoal, mas os cultos da personalidade exploram características carismáticas ou de celebridades de acordo com os padrões das relações sociais nas quais estão situados” (HUGHES-FREELAND 2007, p. 193). Seu estudo examina como líderes políticos adotaram o comportamento comum a integrantes do show business em ambientes sociais específicos. Com o tempo, o status público desses líderes políticos passou a carregar as qualidades carismática e de celebrização. Ainda assim, significativamente, Hughes-Freeland (2007) localizou o carisma dentro do domínio político ao mesmo tempo em que alocou celebridade dentro da esfera do entretenimento e da cultura popular.

Na perspectiva de Pype (2009), a co-ocorrência de ambos os mecanismos de distinção social não apenas diferiu da distinção feita por Rojek (2008) e Marshall (2008), mas também da realizada por Hughes-Freeland (2007). Pype (2009) argumentou que no caso das figuras públicas cuja publicidade deriva da mídia de massa e que também possuem alegados poderes sobrenaturais, os elementos carismáticos e celebrizados se fundem. De acordo com Weber (2012), uma das maneiras pelas quais as comunidades respondem à erosão dos costumes, tradições e instituições anteriormente autorizadas foi através do carisma vindo de atributos pessoais de indivíduos únicos. Weber (2012) acreditava que, mesmo em uma sociedade moderna, o carisma permanecia relevante como uma forma externa de legitimação. Embora historicamente o carisma fosse baseado em heroísmo ou revelação, ele pode adquirir diferentes formas culturais em um contexto moderno. As celebridades podem não possuir qualidades heroicas, mas como modelos altamente visíveis, elas se tornaram objeto de imitação. Aqui estaria uma relação de continuidade entre carisma e celebridade. A personalidade altamente divulgada da celebridade e as qualidades individuais funcionam de forma similar ao carisma, possuindo a qualidade de chamar a atenção das pessoas. Friedman (1994, p. 78) foi taxativo ao afirmar que a dominação carismática “foi remodelada na imagem da celebridade”.

Com base nos recursos culturais da política de celebridades, figuras públicas e até líderes religiosos tentaram cultivar uma imagem de persona popular pública acessível. Como Furedi (2010) detalha, até mesmo o papado internalizou elementos dessa influência. A grande multidão de jovens atraídos para o funeral do papa João Paulo II, em abril de 2005, ficou fascinada com a imagem do superastro religioso e tratou o evento como se fosse um festival de música pop.

As celebridades de hoje podem não ter as qualidades mágicas tradicionalmente associadas ao status de carisma. E, de fato, muitas vezes eles aparecem como o oposto desse tipo ideal weberiano. No entanto, sua fama os destaca como únicos e diferentes das pessoas comuns “que não são conhecidas”. Estes são indivíduos que através de algum tipo de processo mágico se tornaram uma versão exaltada de nós mesmos. Sua autoridade não reside tanto em suas qualidades superiores, mas no fato de que elas servem como um ponto de referência para os outros. Em particular, eles servem como modelos para o comportamento expressivo (FUREDI, 2010, p. 495).

Ainda segundo Furedi (2010), assim como eram as figuras carismáticas clássicas, as celebridades são indivíduos que fornecem às pessoas comuns um foco de identificação. Mas, ao contrário dos indivíduos carismáticos, as celebridades carecem das misteriosas qualidades de liderança transcendentais vistas em um profeta ou um herói. Elas são modelos ao invés de líderes autorizados.

Convergência e divergência na relação entre os conceitos de carisma e de celebridade

O carisma e a celebridade são atribuídos a pessoas de amplo reconhecimento público, que possuem reputações ampliadas, embora em estilos e contextos diferentes. “Carisma” foi o termo usado por Weber (2012) para se referir ao “dom extraordinário e pessoal da graça” associado em sua forma pura como “dominação carismática”. O conceito foi diferenciado de dois outros tipos puros de dominação: a racional-legal⁶ e a tradicional⁷. Celebridade é “a atribuição de glamour ou

⁶ A dominação racional-legal está baseada na legalidade que é defendida por estatutos e normas jurídicas, possuindo entre seus objetivos as seguintes características: a) o soberano não exerce o mandato de acordo com o seu arbítrio. Ele está subordinado a leis conforme as quais pauta os seus atos; b) a obediência ao soberano não é compreendida como uma obediência ao indivíduo, mas sim a uma ordem impessoal; c) existe uma separação entre o que é patrimônio público e o que é patrimônio privado. Ou seja, os funcionários não irão se apropriar dos cargos em que estão e estão sujeitos à prestação de contas com os cidadãos; d) o sistema é regido pelas hierarquias administrativas e pelo princípio da competência; e) cada tipo de autoridade tem atribuído um conjunto de funções; f) os “casos” são resolvidos de acordo com a aplicação de regras técnicas e de normas; g) é exigido dos funcionários um saber profissional específico. Do mesmo modo, o recrutamento desses indivíduos é realizado de modo competitivo, sendo levado em conta o mérito e a capacidade de cada um dos candidatos.

⁷ O segundo tipo ideal seria a dominação tradicional, que para Weber é essencialmente pessoal. Esta é fundamentada na crença na legitimidade que o soberano possui advinda da tradição para poder exercer o seu governo. Nesse tipo de dominação, não há uma norma racional e objetiva ou regra, do mesmo modo que não há uma criação deliberada de estatutos administrativos ou jurídicos. Os dominados precisam obedecer a pessoa do soberano, sendo servos dele. “Denominamos uma dominação tradicional quando sua legitimidade repousa na crença da santidade de ordens e poderes senhoriais tradicionais (“existentes desde sempre”). Determina-se o senhor (ou os vários senhores)

status notório a um indivíduo dentro da esfera pública” (ROJEK, 2008, p. 10). Uma leitura estritamente evolucionista de Weber (2012) conceitua o carisma e a legitimidade como mutuamente exclusivos, mas isso resulta de uma simplificação exagerada da relação do carisma com a dominação racional-legal e tradicional. Como Hughes-Freeland (2007) demonstra, uma leitura de Weber que atende à sua descrição da “rotinização do carisma”, frequentemente deixada de lado nos relatos culturais de poder e de liderança e nas abordagens teóricas da celebridade ajuda a explicar o papel da celebridade na política moderna. Ela defende que as contradições e indeterminações de Weber em relação ao significado e racionalidade produzem um modelo para entender diversos estilos culturais. Segundo ela, o carisma e a celebridade podem expressar diferentes racionalidades e não precisam ser conceitualizados em relação ao que foi descrito como um sistema individualista “pós-Deus” (ROJEK, 2008). “Em vez disso, a celebridade se entrelaça com o carisma e articula um relacionamento complexo entre os tipos tradicionais e legais de autoridade de Weber” (HUGHES-FREELAND, 2010, p. 198).

Reconhecer o papel da celebridade dentro do processo político não leva necessariamente a que o carisma weberiano seja visto como relevante para a celebridade moderna. Rojek (2008) e Marshall (2008) leram Weber para produzir duas abordagens contrastantes para o papel do carisma na conceituação do que é celebridade. Rojek (2008) invoca as categorias ideais de Weber, mas descarta sua teoria como subjetivista. Em uma sociedade em que a racionalidade foi tomada como garantida, o carisma se constitui como uma qualidade exclusivamente pessoal reservada aos líderes religiosos (ROJEK, 2008). Nessa lógica, a celebridade teria assumido um sentido mais amplo do que carisma ao satisfazer desejos decorrentes do vácuo deixado pelo declínio da religião organizada, ao mesmo tempo em que continuou recorrendo a narrativas religiosas e a simbologias. Para Rojek (2008, p. 97), a celebridade não é um substituto para a religião, mas “o meio em que o reconhecimento religioso e a pertença são agora promulgados”. Enquanto isso, o carisma foi considerado irrelevante para criar relações sociais fora da esfera religiosa.

Marshall (2008) possui uma abordagem contrastante ao analisar a celebridade, assim como o carisma, como uma parte do processo de racionalização. Para Marshall (2008), o carisma é rotinizado não como racionalidade no sentido weberiano, mas como uma “racionalidade afetiva”. Essa racionalidade deriva do “poder afetivo” da circulação da vigilância visto no panóptico burocrático de Foucault (2002). A racionalidade afetiva é responsável pela dimensão pessoal da celebridade. Como a sexualidade, ela é vivenciada de maneira muito pessoal e íntima, mas dentro de uma

em virtude de regras tradicionais. A ele se obedece em virtude da dignidade pessoal que lhe atribui a tradição” (WEBER, 2012, p. 148).

estrutura representacional: “O sistema de celebridades constitui uma técnica para a organização do investimento cultural nos atributos de personalidade e sentimento, subjetividade individual e experiência privada”. (MARSHALL, 2008, p. 75).

A racionalidade afetiva foi demonstrada em respostas em massa a celebridades do entretenimento e líderes políticos, especialmente em épocas de eleição. O status de celebridade é uma fonte de poder compartilhada por políticos e estrelas, “um sistema unificado”, no qual “a aprovação do poder é baseada em emoções semelhantes, sentimentos irracionais, ainda que culturalmente estejam profundamente enraizados” (MARSHALL, 2008, p. 19). Aqui, a rotinização do carisma explica a manifestação dos “cultos de personalidade” nos sistemas políticos racionais, demonstrando que a política nunca é inteiramente racional, embora Marshall (2008, p. 277) assim como o próprio Weber, pergunte se a importância do afeto na organização da subjetividade pública não pode ser “evidência de uma crise de legitimação nas democracias capitalistas”. A rotinização, no entanto, despersonaliza o carisma e transforma as qualidades pessoais em papéis. Seguindo a sociologia de Weber (2012), o carisma não é uma qualidade individual, mas sim produzido de forma relacional através da manutenção de seguidores dentro do processo político.

Essa análise acaba minimizando as contradições na rotinização do carisma e argumentando que qualquer irracionalidade residual deve ser redutível à racionalidade. Esses dois relatos mostram que a celebridade é uma pré-condição contínua para as formações políticas, o que leva ao “carisma objetivado” de Weber (2012), à transformação social e, provavelmente, à integração social. Rojek (2008, p. 203) criticou o tratamento conservador de Marshall (2008) ao consumismo como uma forma de subordinação política na qual as celebridades estariam “congelando a massa”, mas também argumentou que, embora alguns famosos interrompam a ordem social, a celebridade é “uma instituição significativa na normatização” da integração social. No entanto, onde Rojek (2008) molda o carisma como uma forma de “alternância teórica”, a ênfase de Marshall (2008) se dá no aspecto relacional do carisma como uma troca social entre líderes e seguidores que articulam a semelhança entre carisma e celebridade. Ambos envolvidos em um processo de transações representacionais que confirmam o status e a reputação de um indivíduo usando símbolos seculares e não seculares.

Considerações finais

Este artigo buscou debater se a celebridade pode ser considerada uma sucessora ou uma outra faceta do conceito weberiano de carisma. De antemão, se constatou que a congruência entre carisma e celebridade oferece um caminho

útil para uma abordagem antropológica da celebridade no campo político. Como Hughes-Freeland (2010) diz:

O conceito de carisma de Weber objetivado e rotinizado dentro de estruturas que se baseiam na autoridade tradicional e racional é útil para explicar como as pessoas (...) consideram seus líderes. A liderança carismática é uma relação social que inclui o poder de atrair seguidores, tanto em épocas de mudança de regime e crise quanto rotineiramente, quando o carisma se torna parte de metáforas legitimadoras e continuidades sustentáveis (HUGHES-FREELAND, 2010, p. 192).

Hughes Freeland (2010) sugere que a discussão de Weber sobre o carisma em relação à sua rotinização também permite refletir criticamente sobre o desenvolvimento do conceito de celebridade. Ela entende que a celebridade é uma nova forma de “carisma objetivado”, mas não necessariamente o substitui. O carisma rotineiro e o simbolismo tradicional são produzidos pelas celebridades através da mídia impressa, televisiva e digital, apresentando um estilo de populismo que cria uma sobreposição, seja entre instituições tradicionais e racionais, seja entre políticas autoritárias e políticas democráticas. Poderes sacro e secular acabam sendo aspectos diferentes do processo político, não constituindo fases evolutivas.

É possível assinalar que assim como o carisma, as celebridades também teriam um caráter revolucionário ao transformar as ordens e ao conseguir impor sua opinião e/ou vontade a um grande contingente de indivíduos. Além de possuir um caráter democrático, sendo composta por indivíduos de todas as classes, etnias e gêneros. Mesmo assim, a interpretação do sucesso ou não do uso de um líder carismático feita por Tucker (1968), também pode ser aplicada as celebridades na atual sociedade. Segundo ele, um líder carismático não seria qualquer líder que fosse idolatrado e livremente seguido por suas extraordinárias qualidades de liderança, mas alguém que demonstrasse essas qualidades no processo de convocação de pessoas para participar de uma mudança e que conseguisse liderar esse movimento.

Como se vê atualmente, celebridades possuem amplitude para convocar multidões, seja para movimentos políticos ou culturais. O acesso direto dos fãs que as celebridades têm por meio de suas contas pessoais (principalmente por redes sociais como o Facebook, Instagram, SnapChat e Twitter) tornou possível que em pouco tempo um famoso reúna seus seguidores em torno de uma causa. Diante da complementaridade entre os conceitos de carisma e de celebridade, torna-se necessária a produção de novos estudos que visem explorar as mais diferentes facetas de como os indivíduos celebrizados se comportam na sociedade contemporânea e de como influenciam outros indivíduos e suas decisões.

**THE CELEBRATISING AS A SUCCESSOR OF THE
CHARISM OR AS A SECULAR COUNTERPART? THE ROLE
OF CELEBRITIES IN CONTEMPORARY SOCIETY**

ABSTRACT: *This article seeks to understand the role of charisma in contemporary society and its relationship with celebrities - individuals who are currently responsible for focusing the attention of society. Charism, in its Weberian conception, is understood as a quality of few individuals, seen as something magical, extra-quotidian, responsible for giving legitimacy to the leader. The celebrity is a subject who has risen to stardom without necessarily having any quality other than to be known by a large number of people. With the decline of religions and the diminished importance given to political / religious leaders, this article aims to understand if and to what extent celebrities have incorporated elements typical of the behavior of charismatic leaders, also if celebrities are a modern form of charisma, whether the Weberian charisma is an outdated concept, unable to be used to analyze the current time, or if it continues having its space in the current conjecture.*

KEYWORDS: *Celebrities. Charisma. Weber. Popular culture. Media.*

**¿CELEBRACIÓN COMO SUCESOR DEL CARISMA O
COMO CONTRAPARTE SECULAR? EL PAPEL DE LOS
FAMOSOS EN LA SOCIEDAD CONTEMPORÁNEA**

RESUMEN: *Este artículo busca entender el papel del carisma en la sociedad contemporánea y su relación con las celebridades - individuos que actualmente son responsables de centrar la atención de la sociedad. El carisma, en la concepción weberiana, se entiende como una cualidad de unos pocos individuos, vista como algo mágico, extra-diario, responsable de dar legitimidad al líder. La celebridad es un sujeto que ha ascendido al estrellato sin tener necesariamente otra cualidad que la de ser conocido por un gran número de personas. Con el declive de las religiones y la disminución de la importancia otorgada a los líderes políticos/religiosos, me propongo comprender si y en qué medida las celebridades han incorporado elementos típicos de la conducta de los líderes carismáticos, si las celebridades son una forma moderna de carisma, si el carisma weberiano es un concepto anticuado, que no sirve para analizar el tiempo actual, o si sigue teniendo su espacio en la conjetura actual.*

PALABRAS CLAVE: *Celebridades. Carisma. Weber. Cultura popular. Medios de comunicación.*

REFERÊNCIAS

BONNER, F.; FARLEY, R.; MARSHALL, P.; TURNER, G. Celebrity and the media. **Australian Journal of Communication**, v. 26, n. 1, p. 55-70, 1999.

BOORSTIN, D. **The image**. A guide to pseudo-events in America. New York: Vintage Books, 1971.

BREUILLY, John. Max Weber, charisma and nationalist leadership. **Nations and Nationalism**, v. 17, n. 3, p. 477-499, 2011.

DICIONÁRIO. **Aurélio**. São Paulo: Editora Positivo, 2010.

DICIONÁRIO. **The English Oxford Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FUREDI, F. Celebrity Culture. Symposium: Celebrity around the world. **Journal of Society**, v. 47, p. 493-497, 2010.

FRIEDMAN, L. **The republic of choice: Law, authority and culture**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

FRIEDRICH, C. J. **Man and His Government: An Empirical Theory of Politics**. New York, 1961.

GABLER, N. **Life: the Movie - How Entertainment Conquered Reality**. New York: Vintage Books, 2000.

HOLLANDER, P. Why the celebrity cult? **Sociology**, v. 47, n. 5, p. 388-391, 2010.

HUGHES-FREELAND, F. Charisma and celebrity in Indonesian politics. **Anthropological Theory**, v. 7, n. 2, p. 177-200, 2007.

KALIVAS, Andreas. Politics and the Symbolic Foundations of Power in Max Weber. **New German Critique**, n° 85, Special Issue on Intellectuals, p. 67-103, 2002.

LANA, L. A vítima oportunista: a construção da celebridade Luciana Gimenez. **Interseções (UERJ)**, v. 15, p. 446-462, 2013.

LESLIE, L. **Celebrity in the 21st Century: A Reference Handbook**. Santa Barbara, CA: Greenwood, 2011.

LILTI, A. **Figures publiques: l'invention de la célébrité**. Paris: Fayard, 2014.

LOEWENSTEIN, K. **Max Weber's Political Ideas in the Perspective of Our Time**. Amherst: University of Massachusetts, 1966.

MARSHALL, P. D. **Celebrity and Power: Fame in Contemporary Culture**. Minneapolis MN: University of Minnesota, 2008.

ORTIZ, R. As celebridades como emblema sociológico. **Sociol. Antropol.** Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 669-697, 2016.

PYPE, K. Media Celebrity, Charisma and Morality in Post-Mobutu Kinshasa. **Journal of Southern African Studies**, v. 35, n. 3, p. 541-555, 2009.

ROJEK, C. **Celebridade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

RUEBSAAT, N. Seen by many: the celebrity image. In: Howell, Brian (org.). **Fame us: celebrity impersonator and the culture of fame**. Vancouver: Arsenal Pulp Press, 2007.

SELL, C. E. A secularização como sociologia do moderno: Max Weber, a Religião e o Brasil no contexto moderno-global. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 3, n° 6, p. 11-46, 2015.

SCHICKEL, R. **Intimate Strangers: The Culture of Celebrity**. New York: Doubleday, 1985.

SCHLESINGER, J. A. The structure of competition for office in the American States. **Systems Research and Behavioral Science**, v. 5, ed. 3, p. 197-210, 1960.

SHILS, A. E. **Center and Periphery: Essays in Macrosociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1965.

STREET, J. Celebrity Politicians: Popular Culture and Political Representation. **The British Journal of Politics & International Relations**, p. 435-52, 2004.

THOMPSON, J. **The Media and Modernity: A Social Theory of the Media**. Cambridge: Polity, 2005.

TUCKER, R. C. The Theory of Charismatic Leadership. **Daedalus**, v. 97, n° 3, Philosophers and Kings: Studies in Leadership, p. 731-756, 1968.

TURNER, S. Charisma Reconsidered. **Journal of Classical Sociology**, v. 3, p. 5-26, 2003.

WEBER, M. **Economia e Sociedade - Parte II: Fundamentos da sociologia compreensiva**. UNB: Brasília, 2012.

WHEELER, M. The Democratic Worth of Celebrity Politics in an Era of Late Modernity. **British Journal of Politics and International Relations**, v. 14, p. 407-422, 2012.

Recebido em 18/07/2018.

Aprovado em 01/02/2020.

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NO CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DE GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA: O CASO DA HIDRELÉTRICA BELO MONTE, ALTAMIRA-PA

*Márcia GRISOTTI**

*Dinar Duarte de VASCONCELOS***

*Emílio Frederico MORAN****

*Geysiane Costa e SILVA*****

RESUMO: O artigo analisa a percepção dos agentes comunitários de saúde (ACS) sobre o desempenho de suas atividades no contexto de implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte em Altamira-PA. Essa obra intensificou os processos econômicos e sociais e evidenciou os desafios do trabalho comunitário. Através de grupos focais e questionários aplicados aos ACS, em 2015, analisamos a percepção dos ACS que trabalham na região impactada pela usina sobre: o reconhecimento e satisfação com seu trabalho; a identificação de áreas de risco e de famílias expostas à situação de riscos; as dificuldades encontradas durante as visitas domiciliares; e os impactos nos indicadores de saúde trazidos pelo empreendimento Belo Monte. O artigo pretende contribuir na proposição de estratégias futuras que fomentem a melhor incorporação desses agentes no processo de identificação e mitigação dos impactos causados por grandes empreendimentos, dada a sua proximidade e experiência cotidiana com os problemas da cidade e de seus residentes.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção básica em saúde. Agentes comunitários de saúde. Hidrelétrica Belo Monte. Percepção de impactos.

* UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Sociologia e Ciência Política. Florianópolis – SC – Brasil. 88040-970 - marcia.grisotti@ufsc.br. <https://orcid.org/0000-0003-0389-7100>

** UEPA - Universidade do Estado do Pará. Departamento de Ciências do Movimento Humano. Belém – PA – Brasil. 66087-310 - divasconcelos@uepa.br. <https://orcid.org/0000-0002-6889-1749>

*** Michigan State University. Center for Systems Integration and Sustainability. East Lansing – MI – USA. 48823 - moranef@msu.edu. <https://orcid.org/0000-0001-5153-545X>

**** UEMA – Universidade Estadual do Maranhão. BIONORTE – Rede de Biodiversidade e Biotecnologia na Amazônia Legal. Museu Paraense Emílio Goeldi. São Luis – MA – Brasil. 65.055-310 - geysianecosta18@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-7617-0765>

Introdução

A lei nº 11.350 de 5 de outubro de 2006, em seu art. 3º, estabelece como atribuição do agente comunitário de saúde (ACS), o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal (BRASIL, 2006)¹.

Desde a criação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), em 1991, enquanto política de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), uma série de atividades foram sendo destinadas aos ACS. Embora não seja objetivo desse artigo realizar um estudo sobre as origens e o estado atual do exercício da profissão, a análise das pesquisas realizadas com os ACS nos permitiu identificar o caráter contextual da produção de conhecimento sobre esse sujeito social, ou seja, de como essa produção está relacionada ao contexto histórico, marcado pelas mudanças conjunturais, políticas e econômicas do país.

Os primeiros trabalhos refletiam o contexto do ainda incipiente processo de implantação do SUS e da busca por referências teóricas para auxiliar a compreensão da relação Estado/Sociedade, especialmente quanto à experiência da municipalização, da descentralização do setor saúde e dos desafios para efetivar a participação e controle social nas políticas sociais, diante dos resquícios de uma “cultura autoritária”, termo densamente estudado por Cardoso, 1982; Schwartzman, 1982; O’Donnell, 1973. Assim como centravam a análise na organização e funcionamento do sistema de saúde no Brasil e os dilemas relacionados com as necessárias adequações do papel dos ACS às diretrizes do SUS. Há um consenso, repetidamente reiterado na literatura, sobre as fontes inspiradoras do PACS, como as experiências do Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), em 1976, e o Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde, em 1982, mostrando, mais uma vez, certas continuidades no âmbito da história das políticas de saúde no Brasil.

Posteriormente, um vasto volume de publicações emergiu dedicado à identificação dos problemas encontrados para a viabilização de seu trabalho, em diversas regiões do país, o qual colocava em xeque os limites de sua atuação. Enquanto era esperado que o ACS desempenhasse o papel de mediador entre os saberes técnicos e populares, entre a equipe de saúde e a comunidade, os estudos recentes têm provocado reflexões sobre em quais circunstâncias vem se consolidando

¹ O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 56/2017, alterou partes dessa lei e redefiniu suas atribuições, nível de qualificação, jornada e condições de trabalho dos ACS e dos agentes de combate às endemias. Novas pesquisas serão necessárias para avaliar as consequências dessa mudança.

a prática deste profissional no âmbito dos serviços de saúde na atenção básica (FREITAS, *et al.*, 2015).

Dentre os aspectos reconhecidos como limitantes do trabalho do ACS, destacam-se, os problemas socioeconômicos das famílias, problemas com a saúde do ACS, falta de capacitação e de reconhecimento profissional (MACIAZEKI-GOMES *et al.*, 2016), insuficiência de conhecimentos essenciais para o exercício das atividades pelos agentes de saúde e atuação descontextualizada das condições sociais (AVILA, 2011).

Diante do exposto, esse artigo pretende analisar o trabalho dos ACS, porém em uma situação bastante particular: sua atuação no contexto da implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte. Essa obra intensificou os processos econômicos e sociais e evidenciou os desafios do trabalho comunitário. Os ACS são atores sociais que, por vivenciarem e compartilharem os problemas da comunidade, poderiam ter sido mobilizados de forma mais ativa no processo de construção da obra, auxiliando possivelmente, na diminuição de alguns dos impactos negativos sofridos pela população rural e urbana. Na primeira parte, analisamos o contexto e as demandas específicas de saúde envolvidas na implantação de uma grande obra de infraestrutura de localização singular, como é o caso da hidrelétrica de Belo Monte.

Na segunda parte, analisamos a percepção dos ACS que trabalham na região impactada pela construção da usina sobre o reconhecimento e satisfação com seu trabalho, sobre a identificação de áreas de risco e de famílias expostas à situação de riscos, sobre as dificuldades encontradas durante as visitas domiciliares, e sobre como eles avaliam a comunidade no qual atuam em relação à: 1) o que as pessoas da comunidade mais reclamam dos serviços de saúde; 2) quais outras terapias ou curas as pessoas utilizam, relatadas durante as visitas domiciliares; 3) problemas com as pessoas ou famílias, e de conflitos entre os membros da família em visitas no domicílio; 4) algum tipo de preconceito, costume, ideias religiosas que poderiam interferir na saúde da população. E, na terceira parte, analisamos a percepção dos ACS sobre os impactos nos indicadores de saúde trazidos pelo empreendimento Belo Monte.

Esperamos contribuir, com esse artigo, na proposição de estratégias futuras que fomentem a melhor incorporação desses agentes no processo de identificação e mitigação dos impactos em grandes empreendimentos, dada a proximidade e experiência cotidiana com os problemas da cidade e de seus residentes.

Metodologia

De um total de 124 ACS na área de estudo, 28 eram ACS rurais e 96 eram ACS urbanos. Compuseram a amostra, 53 ACS, sendo 25 urbanos e 28 rurais, que

correspondia a 26% e 100% do universo total, respectivamente. Utilizou-se para coleta de dados, questionários formulados por nossa equipe de pesquisa, que foram aplicados antes do início de uma atividade de capacitação profissional, realizada pela Secretaria de Saúde de Altamira no ano de 2015, para cada categoria (uma com ACS urbanos e outra com ACS rurais). A amostra foi composta, portanto, com os ACS que se disponibilizaram a responder o questionário antes dessas reuniões. Todos os que estavam na reunião responderam ao questionário com 27 perguntas fechadas e 20 abertas, que demorou em torno de 1 hora para ser respondido.

Posteriormente, realizamos dois grupos focais com os ACS, na qual eles foram estimulados a relatarem suas experiências de trabalho. A técnica consistiu no debate coletivo das questões previamente elaboradas pelos pesquisadores: sobre identificação de riscos e conflitos em sua área de atuação, influência de preconceitos ou ideias religiosas que interferiram no trabalho; outras terapias que a comunidade utiliza e os impactos e problemas advindos com a construção de Belo Monte. Com essa técnica foi possível, também, validar algumas perguntas do questionário. No grupo focal com os ACS rurais participaram os mesmos que responderam ao questionário anteriormente, enquanto no grupo focal com os ACS urbanos participaram alguns que responderam ao questionário e outros que não estavam presentes no dia de sua aplicação. Os grupos focais foram gravados e posteriormente transcritos.

Através da triangulação de dados quantitativos e qualitativos (questionário e grupos focais) foi possível analisar a percepção dos ACS sobre as dificuldades na execução de seus trabalhos e as estratégias utilizadas para enfrentarem as contingências que emergem na realização de suas tarefas cotidianas, especialmente no contexto do processo de construção de um grande projeto de desenvolvimento.

A saúde em Altamira-PA no contexto da usina hidrelétrica de Belo Monte

O processo de construção da usina de Belo Monte acentuou o papel de centralidade da cidade de Altamira em relação às localidades de seu entorno, especialmente por concentrar todo o impacto da expansão do emprego formal devido à proximidade do núcleo urbano em relação aos canteiros de obras e a presença de melhor infraestrutura (NETO; HERRERA, 2016) e por ser receptora de um grande fluxo populacional, provocando expressivas transformações territoriais (LETURCQ, 2016)².

² Para uma análise histórica detalhada das modificações sócioterritoriais da região amazônica, e de Altamira-PA em especial, ver trabalho de Moran (2016).

A cidade de Altamira-PA, possui uma população de 99.075, conforme o último censo realizado no ano de 2010, com estimativa de aumento para 108.382 em 2015 (IBGE, 2015) e de 111.435 para 2017 (IBGE, 2017). Esses valores não previam a contratação de pessoas para trabalhar na obra de Belo Monte que, conforme o relatório apresentado ao IBAMA pela Empresa Norte Energia (NESA), divulgado em fevereiro de 2015, atingiram um pico de 33.115 trabalhadores em junho de 2014; como exposto por Oliveira (2017):

[a] projeção aponta que em Altamira se verifica estabilidade na população, em torno de 140 mil habitantes, sendo que, no cenário esperado, o pico ocorreu em junho de 2014, com 140.190 moradores e na sequência, 139.885 em dezembro de 2014 e 139,455 em junho de 2015. No cenário do alto fluxo, a estabilidade gira em torno de 143 mil habitantes, com pico de 143.515 em junho de 2014, seguido de 143.104 em dezembro e 142.556 em junho de 2015 (OLIVEIRA, 2017, p. 70).

Herrera e Moreira (2016) relataram que a Secretaria de Planejamento do Município de Altamira (SEPLAN) encontrou diferenças significativas no acesso de bens e serviços a partir do processo migratório de Belo Monte. Para eles, os dados do censo demográfico, obtidos pela amostra de domicílios em 2010, não podem estabelecer a projeção da população devido ao grande deslocamento de trabalhadores ligados direta e indiretamente à obra da usina hidrelétrica, pois a SEPLAN estimou uma população no ano de 2012 em 148.224 habitantes, projeção obtida considerando o volume de lixo produzido e o número de atendimentos hospitalares realizados.

Em Altamira-PA, o último censo foi realizado em 2010, havendo previsão para nova coleta em 2015 (i.e. o censo agropecuário), fato que não ocorreu, estando previsto para 2020. O IBGE faz uma série histórica, onde realiza estimativas anuais do aumento populacional a partir da taxa de crescimento, considerando os intervalos entre os censos, não havendo discrepância entre os dados uma vez que estima valores a partir do acumulado. Nessa projeção, Altamira-PA teria uma população de 111.435 para 2017, porém, compreendemos que com o advento Belo Monte esses dados podem estar desconectados da realidade na medida em que a cidade recebeu um grande fluxo migratório em virtude da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que distribuiu esses trabalhadores em três grandes canteiros de obras: Pimental, Sítio de Canais, e finalmente, Belo Monte.

Demarcamos esse fato porque a prospecção e a efetividade das políticas públicas de saúde dependem essencialmente do diagnóstico real da população residente e dos fluxos migratórios, especialmente porque no setor saúde os investimentos em infraestrutura governamental são realizados em função do número da população

residente no município. No caso de Altamira-PA, o aumento populacional – especialmente de trabalhadores migrantes que são, na maior parte, dependentes do sistema público de saúde – sobrecarregou os serviços de saúde existentes, enquanto esperava-se a execução das condicionantes para a obtenção da licença de instalação da obra (por exemplo, aumento da infraestrutura hospitalar e demais serviços de saúde), como uma forma concreta de mitigação dos impactos.

No entanto, a expansão dos serviços de saúde através da construção de novas unidades hospitalares não foi devidamente efetivada devido às divergências políticas locais; nem estado, nem município se dispôs a assumir tal responsabilidade, culminando no retardo para a abertura do hospital do Mutirão que passou um ano de portas fechadas e só foi inaugurado mediante a recomendação nº 03/2016/PRM-ATM/GAB1 do Ministério Público Federal, determinando sua imediata abertura em virtude do cenário local.

Esse aumento da demanda populacional inflacionado provocou também aumento das demandas sociais nas mais variadas matizes (alimentação, habitação, saúde, educação, assistência social, segurança pública, entre outras (OLIVEIRA, 2017). Giongo *et al.* (2015) relatam os problemas vivenciados pelas populações diretamente atingidas que são deslocadas do seu território, o impacto sobre a saúde dos trabalhadores que migram com os projetos e as populações que ficam as margens das grandes construções das hidrelétricas, nas “franjas” do planejamento e que não são contempladas, pois, ficam fora do alcance das políticas compensatórias do empreendimento.

A reorganização urbana, com a inserção de novos bairros para alocar os atingidos em reassentamentos urbanos coletivos (RUC's), provocaram a expansão territorial de cobertura em saúde, culminando na construção de novas unidades básicas de saúde nesses espaços. Todavia, até sua implantação e inserção no sistema, os atendimentos eram vinculados às unidades já cadastradas: uma equipe da unidade ficava atendendo em um espaço provisório adaptado em uma residência para efetivar a prestação de serviços à comunidade, e o ACS era o responsável pela visitação e cadastramento dos novos usuários, sendo o elo entre a unidade básica de saúde com a comunidade.

Uma possível sobrecarga nos serviços de saúde do município de Altamira-PA já havia sido citada no Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA). Porém, o relatório aponta que essa sobrecarga seria minimizada através da implantação, pelo empreendedor, de um plano de saúde para os trabalhadores da obra, extensivo a seus dependentes, o qual contribuiria “para desenvolver a medicina complementar dos municípios e tornar os planos de saúde mais atrativos, contribuindo, inclusive, para diminuir o número de usuários do Sistema Único de Saúde” (EIA, 2009, volume 29, p. 97).

No PBA (2010) de Belo Monte também foi destacado que o EIA-RIMA elaborou um diagnóstico sobre as condições de saúde da população da região que seria afetada pela usina hidrelétrica, evidenciando uma situação epidemiológica típica de regiões pobres, com carência de equipamentos e instalações de saúde pública. O documento enfatiza que na parceria estabelecida com o empreendedor, a Norte Energia se comprometeria a:

[...] construir e equipar unidades de saúde, fornecer transporte para equipes de saúde, contratar médicos e financiar capacitações dos profissionais para comporem as equipes de Saúde dos municípios da AID, necessárias para cobrir 100% da população atraída pelo empreendimento, conforme os compromissos estabelecidos no PBA. (PBA, 2010, volume III, tomo 2-8, p. 159).

No entanto, apesar de previsto no EIA-RIMA, as demandas de infraestrutura necessárias para absorver e mitigar o aumento populacional não foram executadas no tempo exigido tanto para a licença de instalação, quanto para a licença de operação. Vários documentos mostram a insuficiência dos estudos de impacto e o colapso do sistema de saúde durante o andamento das obras, entre eles, a análise do Painel de especialistas (COUTO; SILVA, 2009) e as Recomendações do Ministério Público Federal (MPF, 2016).

Em 2009, um painel de especialistas, composto por pesquisadores de várias áreas acadêmicas, realizou uma análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento, destacando que o EIA-RIMA não incluiu, em seu escopo, um diagnóstico situacional de saúde da população de referência para o empreendimento. De acordo com o painel, “há uma referência a dados secundários, não confiáveis, por não representarem a realidade, o que poderia ser resolvido se o diagnóstico tivesse como metodologia o inquérito epidemiológico da área de influência com a participação da comunidade” (COUTO; SILVA, 2009, p. 88). Uma das conclusões do painel de especialistas é que as alterações ao meio ambiente, provocadas pelo projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte, acarretariam consequências maiores do que as previstas e anunciadas no EIA-RIMA (GRISOTTI, 2016).

O parecer do MPF (2016), baseado em visitas locais e documentos, ressaltou: 1) as condições desfavoráveis para a instalação da hidrelétrica tendo em vista a histórica omissão do Estado e a precariedade dos serviços públicos locais (Parecer TCU/2008); 2) a falta de estrutura encontrada na região com relação aos serviços de saúde com déficit de 31% de leitos hospitalares em relação aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde, bem como de 55% no tocante ao número de médicos necessários para atender a população da região. Além dos baixos e insuficientes gastos em saúde para a manutenção das condições mínimas dos serviços e programas de saúde pública (Análise Técnica do Estudo de Impacto Ambiental da UHE

Belo Monte – Parecer 114/2009/IBAMA); 3) o custeio do sistema de saúde com infraestrutura ampliada a partir das condicionantes da UHE Belo Monte era um dos maiores desafios para as gestões municipais, especialmente devido ao aumento do fluxo populacional. Este desafio persiste para além do término das obras, tornando-se um problema “invisível” (MAPA DOS CAMINHOS, 2015, p. 24).

O documento menciona também, a morte de crianças indígenas devido ao surto de gripe influenza H1N1 que atingiu as aldeias indígenas da região e trouxe à luz a inefetividade das condicionantes de saúde, uma vez que os relatos são de que essas mortes se deram em contexto de colapso do serviço de saúde do município de Altamira devido a instalação da UHE Belo Monte, sem que as condicionantes territoriais e de saúde indígenas fossem implementadas.

Outro fator relevante foram os constantes protestos e conflitos com movimentos sociais e populações indígenas que culminaram na intervenção federal através de portarias que autorizaram o emprego da Força Nacional de Segurança Pública nos canteiros da obra. Essa portaria foi viabilizada pelo Decreto 5.289, emitido em de 29 de novembro de 2004 (BRASIL, 2004). Em 2013 a Força Nacional foi acionada, assim como em 2018, com o objetivo de assegurar a “incolumidade das pessoas, do patrimônio e a manutenção da ordem pública dos locais em que se desenvolvem as obras, demarcações, serviços e demais atividades” relacionadas à construção da hidrelétrica (BRASIL, 2018, p. 204).

Resultados e discussão

Perfil dos ACS e suas percepções acerca das atividades desenvolvidas

A coleta de dados, realizada em 2015, obteve uma amostra de 53 ACS, composta por 36 mulheres (19 atuavam na área urbana e 17 na área rural) e 17 homens (6 da área urbana e 11 da área rural). Quanto à formação escolar, apenas 9,4% completaram o ensino superior e 5,6% não concluíram ou ainda estavam cursando uma graduação. A maioria (69,8%) finalizou o ensino médio e somente 1,9% não o completaram. Alguns estudaram até o ensino fundamental (3,8%), enquanto outros não completaram esta formação (5,7%). Ainda outros (3,8%) alcançaram uma formação técnica relacionada à sua atuação profissional.

Quanto ao tempo de atuação como ACS, a maioria tem desempenhado suas atividades entre 10 anos (45,3%, com pouca diferença entre rurais e urbanos) a 20 anos (39,6%, com destaque aos ACS rurais). Outros trabalhavam há menos de 1 ano (11,3%) e alguns entre 1 a 4 anos (1,9%). Apenas 1,9% tinha mais de 20 anos de atuação como agente de saúde.

Reconhecimento e nível de satisfação dos ACS em relação ao trabalho

Os resultados indicaram que a maior parte dos ACS (tanto rurais quanto urbanos) percebem que a comunidade reconhece o seu trabalho. Quanto a satisfação, verificaram-se percepções diferentes entre os que atuam em área urbana e em área rural. A maioria dos ACS rurais disseram estar totalmente satisfeitos, enquanto a maioria dos ACS urbanos responderam que estão parcialmente satisfeitos. Aqueles que estão satisfeitos parcialmente ou insatisfeitos relataram que eles deveriam: “ser enxergados como profissionais pelos nossos chefes de saúde”; “se trabalhássemos como equipe ficaria satisfeita, somos PACS”; “falta material para fazermos um trabalho de qualidade”; “embora muitas vezes não falamos a mesma língua, me sinto com certeza parte do sistema. O sistema é muito burocrático e cheio de entraves que atrapalha o desempenho do trabalho”. Já a insatisfação com o salário foi quase consensual, indicando que o fator econômico (salário) não tende a ser um limitador para a satisfação pelo trabalho, principalmente para os ACS rurais. Esses dados obtidos através da aplicação do questionário são relativizados com o cotejamento dos dados obtidos através dos grupos focais onde são relatados vários problemas na execução de suas atividades cotidianas e que tendem a impactar a satisfação com o trabalho, como veremos mais adiante.

Avaliação da comunidade conforme relato dos ACS

Na percepção dos ACS, as reclamações sobre os serviços de saúde, elencados pela população, referem-se à, em ordem decrescente: não conseguirem vaga ou senha; não ter dentista; não ter médico; desistirem devido a longa espera; equipamentos não estarem funcionando; e não haver profissional especializado para atender.

Durante o grupo focal, os ACS relataram que muitas vezes os membros da comunidade perguntam sobre o Programa Bolsa Família e solicitam apoio psicológico; que eles servem como receptores das reclamações da população e que, embora eles possam escutá-las, possuem pouca capacidade para alterar a situação. As críticas do trabalho do ACS se deve, na percepção deles, “porque somos cobrados por aquilo que não acontece no serviço de saúde e por ter família que não cumpre com as nossas orientações”; “quando me pedem remédio e eu falo que não posso dar remédios, pois só posso trabalhar com a prevenção”; “nem tudo que o paciente pede a gente pode resolver, aí então eles acham que é falta de interesse do ACS”. Nessas falas aparecem as tensões entre as atribuições que

o sistema oficial de saúde demanda aos ACS e as expectativas da população, que nem sempre coincidem.

Em relação a outras terapias ou curas que as pessoas da comunidade utilizam, as respostas seguiram um padrão bastante disseminado na sociedade brasileira. Apesar da existência de unidades de saúde espalhadas em vários bairros do município de Altamira-PA, a utilização de outras terapias (com destaque nesse caso, para as benzedadeiras e uso de plantas medicinais) é uma prática relacionada à compreensão do processo de saúde-doença, por parte da população, que não abrange apenas as classificações biomédicas, mas também as classificações culturais. Um número significativo da população encontra, através de canais heterogêneos e até antagonistas (na medicina e na religião), formas alternativas de acesso e tratamento (GRISOTTI, 1998). Os ACS rurais percebem que na área rural a comunidade «tem sua própria ciência», sendo que uma ACS estava realizando um trabalho de identificação da medicina tradicional para o seu trabalho de conclusão de curso de graduação.

Quanto aos problemas, conflitos e situações de riscos encontrados na comunidade, assim como os preconceitos, costumes e idéias que poderiam interferir no seu trabalho, alguns ACS relataram a violência doméstica e as dificuldades para lidar com esse problema, especialmente em que momento (e como) eles deveriam acionar instituições de apoio, sem correr o risco de perder a confiança dos responsáveis pela residência. Outra situação, ocorreu com um agente durante a campanha para o uso de preservativos: “o pai da menina me disse: vá ensinar para a tua filha, a minha deixa que eu ensino”. Nessa fala é possível perceber as dificuldades relativas ao seu papel enquanto agente intermediário entre a compreensão do pai sobre do tema e as campanhas de saúde pública, e as consequentes implicações na eficácia de políticas de saúde.

Várias outras situações foram mencionadas como: “A mãe gastava o dinheiro do bolsa família com bebedeiras e não comprava os alimentos das crianças, ela era viciada. O pai me chamou para ir no conselho falar por ele, eu levei a assistente social em sua casa, etc...”; “Gravidez não esperada na adolescência e usuário de drogas, crianças fora da escola”; “Os homens não gostam de usar camisinha e tem medo de fazer exame de próstata”; “Acontece muito do ACS chegar e a família está em conflito e querer conversar e nós, ACS, sempre temos que estar pronto para escutar de ambas as partes e aconselhar tanto um quanto o outro”.

A influência de ideias religiosas é comum nas pequenas comunidades gerenciadas, muitas vezes, por líderes religiosos que enfatizam determinados princípios direcionadores da vida dos membros do grupo social, e a partir disso, várias práticas são disseminadas na comunidade na percepção dos ACS: “criança com dor de cólica e a mãe fala que é quebrante”; “paciente hipertensa que se recusa a tomar medicação, pois acredita que sua religião vai curá-la”; “alguns não querem

tomar vacinas porque dizem que fazem mal”; “idosos que não tomam remédios por causa de crendices”. Os ACS ressaltaram que esses saberes e práticas podem dificultar o seu trabalho, uma vez que alguns seguidores de religiões não aceitam alguns tipos de procedimentos terapêuticos ou condutas como o uso de preservativo e a transfusão de sangue. Nota-se que os ACS analisam a comunidade com base no olhar das instruções biomédicas obtidas em seus cursos de capacitação. No entanto, como parte da comunidade, eles próprios partilham muitas vezes, saberes de cunho popular ou religioso, e os utilizam quando necessário nas visitas domiciliares.

Em relação à identificação de riscos, os ACS relataram casos nos quais a vigilância sanitária e ambiental deveria trabalhar conjuntamente: de uma família que “morava à beira de um igarapé, abaixo de uma fazenda onde um chiqueiro de porco escorria o chorume para o igarapé, o mesmo que fornecia água para beber e cozinhar os alimentos”; de outra família que “viviu perto do lixo a céu aberto e água contaminada”; e “famílias que criavam porcos perto das casas, dessa forma prejudicavam várias famílias”. Além de outros casos ligados a riscos de segurança pessoal: “Quando cheguei para visitar em uma certa residência me deparei com um senhor abusando de uma pré-adolescente, fiquei com medo de denunciar, pois tinha que continuar no trabalho”; “Já tive que visitar um jovem que me assaltou e me pôs de refém por duas horas, até hoje tenho medo desse criminoso, ex-presidiário, pois é muito perigoso”.

Em todos esses relatos fica evidente, mais uma vez, as tensões entre as atribuições legais do ACS e as demandas de uma população que tem nesse profissional o vínculo mais permanente e sistemático com os serviços de saúde, intensificados devido às distâncias geográficas que caracterizam o território na região amazônica. Por um lado, os serviços oficiais de saúde demandam aos ACS a promoção e educação em saúde com base nos procedimentos apreendidos nos cursos de capacitação, por outro lado, na sua atuação cotidiana esses trabalhadores se deparam com outras demandas que emergem da complexidade da vida urbana e rural que caracteriza esse território, as quais requerem uma gestão mais integrada com outros setores e profissionais e um sistema de compartilhamento e debate das informações trazidas do trabalho na comunidade ao serviço de saúde. Como destacado por Carmo e Guizardi (2017):

[...] a marca da intersetorialidade, como indutora de superação da fragmentação nas políticas sociais, orienta para uma ideia de colaboração, de complementaridade, promovendo um olhar atento às necessidades das populações, reconhecendo as particularidades de sua organização, suas formas de sobrevivência e os rebatimentos da questão social em seu cotidiano (CARMO; GUIZARDI, 2017, p. 1279).

Porém, apesar do consenso existente sobre a necessidade do trabalho intersetorial, na prática identifica-se uma justaposição de esforços em algumas áreas e escassez de recursos em outros, diluindo a singularidade desse profissional, situado na interface intersetorial da promoção da saúde, educação e meio ambiente.

Os relatos apresentados por eles, através dos grupos focais, relativizam a declaração de satisfação no trabalho, emitida nos questionários, reforçando o que a literatura tem demarcado sobre esse tema. A falta de instrumentos e de tecnologias para suprir as necessidades de trabalho dos ACS nas diferentes dimensões propostas para sua atuação, constitui limitações que dificultam a operacionalização do seu trabalho com ênfase na integralidade do cuidado, assim como as limitações presentes no cotidiano de trabalho produzem sintomas de estresse, refletindo em sua saúde, física, psicológica e social (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

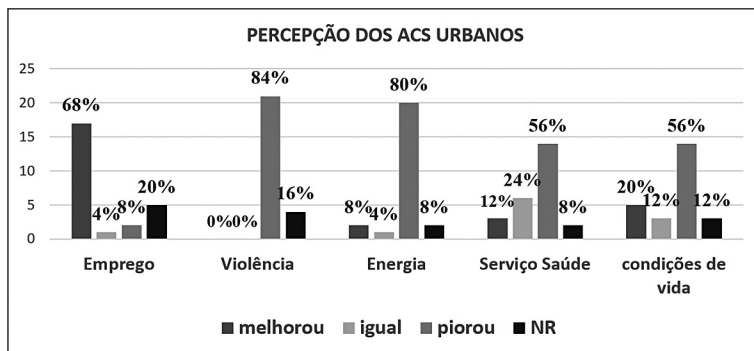
O não reconhecimento profissional faz com que alguns agentes sintam-se desmotivados e apresentem diminuição do comprometimento com o trabalho (SANTANA *et al.*, 2009). Guanaes-Lorenzi e Pinheiro (2016), identificaram uma tensão em torno da des/valorização de seu trabalho nas práticas discursivas dos ACS. Sentidos de valorização surgem quando destacam sua atuação próxima à comunidade e seu potencial para construção de vínculos, mas são tensionados por sentidos de desvalorização referidos a aspectos macroestruturais, como baixos salários e pouco reconhecimento de sua função se comparados a profissionais de nível superior, estabelecendo assim limitações quanto a sua autonomia e reconhecimento como profissional.

Percepção dos ACS sobre as mudanças econômicas e sociais trazidas por Belo Monte

Um estudo sobre percepções da população em torno de um tema específico e polêmico, como é o caso da usina de Belo Monte, é sempre conjuntural, ou seja, está ancorado na experiência subjetiva imediata e sujeita a modificações conforme as mudanças provocadas no processo de instalação da obra. Uma grande obra de infraestrutura como essa provocou expectativas e conflitos entre os diferentes segmentos da população.

Nessa parte do artigo, analisamos a percepção dos ACS sobre a situação dos serviços públicos e a qualidade de vida em Altamira-PA com a chegada da usina de Belo Monte (2010) em comparação com anos anteriores, especialmente em relação às categorias: emprego, violência, energia, serviços de saúde e condições de vida em geral, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Percepção dos ACS Urbanos acerca das mudanças em indicadores de saúde da cidade de Altamira-PA



Fonte: Dados de Pesquisa. *NR= Não responderam

A geração de emprego aumentou durante a instalação da obra na percepção dos ACS, inclusive alguns deles foram trabalhar na obra devido ao salário maior, abandonando a atividade de ACS. Contudo, nos grupos focais eles questionaram a qualidade desse tipo de emprego: apesar do maior salário, percebiam que não somente a obra era temporária, mas também o próprio sistema de contratação de funcionários.

Essa percepção dos ACS encontra respaldo no estudo realizado por Conceição (2014, p. 74), o qual mostra, com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego, que os constantes recrutamentos para a obra estão relacionados com as frequentes demissões realizadas pela construtora: “no período de janeiro a julho de 2013, do total de 12.289 trabalhadores contratados, 52% foram demitidos no mesmo período”. Essa situação de rotatividade foi denunciada pelos movimentos sociais da região e representou um dos aspectos concernentes às diversas greves dos trabalhadores da usina - duas em 2011, quatro em 2012 e três em 2013 (CONCEIÇÃO, 2014).

Os serviços de saúde e as condições de vida pioraram na percepção da maior parte dos ACS urbanos, e, mesmo considerando o alto número de não respondentes de ACS da área rural (ver GRÁFICO 2), a precariedade destes indicadores também foi percebida nessa categoria de agentes de saúde. Aumento populacional, aumento das filas para a comunidade ser atendida, aumento dos preços dos alimentos, aumento da insegurança pública e problemas com saneamento básico foram enfatizados pelos ACS.

O aumento populacional devido a construção de Belo Monte foi um fator mencionado principalmente pelos ACS urbanos. Relataram problemas para identificar e cadastrar os moradores e para atingir a meta de vacinação: “Brasil

Novo conseguiu atingir a meta e Altamira não conseguiu porque houve um aumento populacional”.

Um destaque na percepção dos ACS é para a categoria “violência”, diante da qual 84% deles responderam que “piojou” com o advento Belo Monte. Esta percepção encontra sustentação em outros dados empíricos. Os autores do Atlas de Violência (CERQUEIRA *et al.*, 2017), analisaram a prevalência da violência nos municípios brasileiros, e listaram aqueles com populações maiores que 100 mil habitantes em 2015. Neste ano, a cidade de Altamira apresentou a maior taxa de homicídio por 100 mil habitantes, com valores estimados de 105,2.

Os autores destacam que, em relação aos municípios mais violentos em 2015, com mais de 100 mil habitantes, Altamira-PA lidera a lista, que tem representantes de Unidades Federativas das cinco regiões brasileiras. Para eleger Altamira-PA como o município mais violento do País foi realizada a soma das taxas de homicídios e de Mortes Violentas com Causa Indeterminada (MVCI), não restringindo a análise apenas à taxa de homicídios que poderia induzir ao um erro já que em muitos municípios o número de MVCI pode ocultar o verdadeiro nível de agressão letal por terceiros (homicídios). Também foram ressaltadas no documento as diferenças socioeconômicas entre o município menos violento (Jaraguá do Sul-SC) e o mais violento (Altamira-PA) considerando: números de residentes 164 e 108 mil, densidades demográficas de 268,8 e 0,65 habitantes por quilômetro quadrado, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH = 0,803) e (IDH =0,665) respectivamente.

As diferenças supracitadas, entre os dois municípios ilustram o papel que o estágio de desenvolvimento humano tem sobre a criminalidade violenta letal, elas não explicam tudo, afirmam os autores. Todavia, ressaltam que um crescimento rápido e desordenado das cidades (caso Altamira-PA, no rastro da construção da Usina de Belo Monte) pode ter sérias implicações sobre o nível de criminalidade local, percebido pelos ACS.

O grande aumento populacional, em curto período de tempo, e a falta de preparação do município em relação às políticas públicas para atender as novas demandas são fatores explicativos para o aumento da violência. A segurança pública não teve investimento direto vinculado às condicionantes socioambientais do licenciamento. De acordo com Assis de Oliveira (2017), pesquisador sobre violência em Altamira-PA, foi pactuado um Termo de Cooperação externo às condicionantes:

Não tem PBA de segurança pública. Ele foi feito por fora do licenciamento! [...] É só verificar em todas as condicionantes e nos documentos de licenciamento. Não aparece nada relacionado a segurança pública, apenas informação de que será feito um acordo posterior para tratar do assunto. Se a segurança pública fosse condicionante, o IBAMA deveria apresentar em cada relatório de monitoramento dados sobre ela, e nunca apresentou. (OLIVEIRA, 2017, p.13).

Esse termo de cooperação para investimentos na área de segurança pública destinou 115 milhões para projetos e ações de segurança para os 11 municípios da área de influência, sendo que parte deste recurso foi destinado à compra de um helicóptero (35 milhões), para aluguéis de veículos (viaturas), compra de motocicletas para frotas policiais, como também reforma dos prédios dos órgãos de segurança do município; ações estas previstas no Termo de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre a Norte Energia e Governo do Estado do Pará em maio de 2011 e aditado em 2013 para mais dois anos (PAPER BELO MONTE-DEZEMBRO, 2014 p. 15). Vale ressaltar que, com o término da obra, os contratos de aluguéis dos veículos foram rescindidos, e estes foram devolvidos, caracterizando um paliativo momentâneo e exíguo que se estendeu ao efetivo policial pois, somente em 2017 ocorreu a abertura de vagas para compor o quadro efetivo da polícia, e as vagas são remanescentes de outros concursos ofertadas em todo o estado, portanto, já existia previsão antes do empreendimento.

Outro fator de destaque, é o caso da “energia” que 80% dos ACS afirmaram ter “piorado”, um contrassenso considerando que se tratava do momento de implantação da terceira maior hidrelétrica do mundo. Sobre essa questão, não há dados oficiais, todavia é possível encontrar menção nos noticiários, jornais locais e sites, manchetes com destaque às manifestações populares sobre a frequência das quedas e aumentos no valores da energia elétrica, conforme os trechos a seguir:

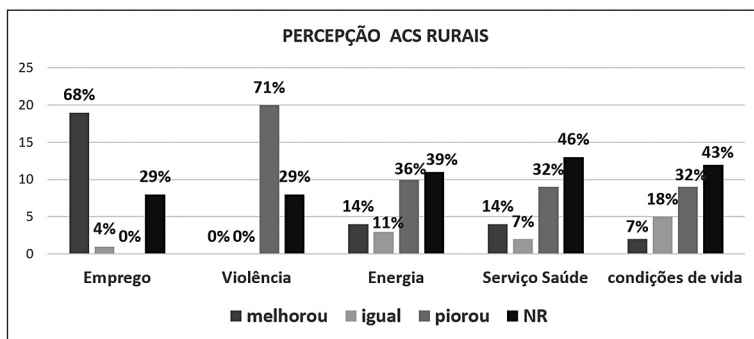
[...] moradores de Altamira (PA) voltaram às ruas para reclamar das frequentes quedas de energia. [...]. Os manifestantes saíram da região central da cidade até chegar à Celpa (Centrais Elétricas do Pará). Ocuparam a sede da empresa e entregaram uma carta de reivindicação. O documento pede por investimentos nas redes de transmissão e distribuição, ampliação do quadro de funcionários da companhia, redução nas tarifas e pagamento das indenizações pelos danos causados aos usuários pela falta de energia. A população atribui as quedas de energia à sobrecarga na demanda, causada pelo aumento de habitantes na cidade, por conta da construção da UHE de Belo Monte (LEITE, 2013, n.p.).

Com o crescimento populacional em Altamira, acelerado nos últimos dois anos pelas obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, aumentou também o consumo dos serviços essenciais como a energia elétrica. Mas o aumento da demanda não teria sido acompanhado por melhorias na prestação dos serviços, o que teria causado uma sobrecarga do sistema (JORNAL G1, 2013, n.p.).

No período de construção da usina Belo Monte, não houve a expansão imediata da rede de serviços de energia, mesmo com o aumento da demanda. Tal reestruturação ocorreu de forma fracionada, mediante a realocação da população nos

reassentamentos urbanos coletivos. No GRÁFICO 2, são apresentadas as percepções dos ACS rurais.

Gráfico 2 – Percepção dos ACS Rurais acerca das mudanças em indicadores de saúde da cidade de Altamira-PA



Fonte: Dados de Pesquisa. * NR= Não responderam

Os ACS rurais também destacaram o aumento do emprego e violência na zona rural, porém nos aspectos como energia, serviços de saúde e condições de vida foi elevado o número dos que não responderam, fato, que pode estar associado à existência de algumas localidades (na área rural) que ainda não dispõem de energia elétrica e à alta concentração dessas demandas na zona urbana, uma vez que esta área absorveu o maior fluxo migratório. Também pode estar relacionado com o fato do questionário, possivelmente, ter deixado alguns ACS menos abertos para exporem as suas opiniões, especialmente quando se tratava de avaliar as consequências de um projeto de desenvolvimento que estava em andamento, as quais eles/elas teriam que lidar nas suas atividades cotidianas. Essa foi uma das razões de incluirmos dados qualitativos, obtidos através de grupos focais. Com esta técnica de investigação foi possível criar uma interação e confiança que propiciou a emergência das falas/relatos dos problemas do exercício da profissão como foram destacadas no artigo.

Ainda assim, 32% dos ACS rurais relataram ter piorado o serviço de saúde e condições de vida na zona rural, informação que evidencia haver impacto e mudanças ocorridas também na zona rural provocada pela usina hidrelétrica de Belo Monte.

Considerações finais

Os agentes comunitários de saúde são atores importantes na vida social, não somente por representarem um elo entre os serviços de saúde e a comunidade e

por desempenharem tarefas que extrapolam o espaço restrito das unidades básicas de saúde (já que acompanham as famílias no ambiente familiar); mas também por conviverem com mais proximidade com os dilemas sociais e psicológicos dessas famílias.

Na percepção dos ACS, a construção da UHE Belo Monte aumentou a sua rotina de trabalho em razão do grande fluxo populacional e da incapacidade de rastreamento dessa população. Embora a obra tenha aumentado, momentaneamente, o número de postos de trabalho na região, ela piorou as condições de vida principalmente dos habitantes urbanos da cidade de Altamira-PA. Aumento populacional, aumento das filas para a comunidade ser atendida, aumento dos preços dos alimentos, aumento da insegurança pública e problemas com saneamento básico foram enfatizados pelos ACS.

Os diversos estudos realizados sobre impactos de hidrelétricas na saúde humana e animal descrevem a emergência de doenças, bem como de vetores e reservatórios de doenças durante a fase de construção da barragem e após a finalização do projeto. Apesar do EIA-RIMA de Belo Monte prever esse fato, do ponto de vista prático, pouco foi realizado em função da alegada restrita disponibilidade de recursos humanos (tanto do setor público quanto do consórcio construtor) para viabilizar o processo de identificação, registro e controle de vetores e reservatórios de doenças.

Nesse aspecto, consideramos os ACS como atores chaves no processo de implantação de uma grande obra de infraestrutura como foi o caso de Belo Monte. A vinda de um enorme contingente de trabalhadores para a execução da obra, e de outras pessoas indiretamente ligadas à obra, deveria ter sido melhor planejada, entre outras formas, através de uma articulação intersetorial entre as secretarias de meio ambiente, de saúde e de obras, e de uma capacitação específica com os agentes de endemias e os ACS, os quais poderiam ter auxiliado no processo sistemático de monitoramento do fluxo populacional, na busca ativa de casos e agravos à saúde e no registro de situações que comprometam a qualidade de vida da comunidade. Esse *expertise* poderia viabilizar a construção de dados e indicadores de saúde que, de forma contínua e sistemática, serviriam para correlacionar as condições de morbidade antes e depois da instalação da usina; mas especialmente no momento posterior, ou seja, quando a obra estivesse concluída e, portanto, cessados os investimentos do consórcio construtor sobre a mitigação das consequências.

Para a prospeção de estratégias de futuras obras de infraestrutura, sugerimos a incorporação desses agentes de saúde no processo de identificação e mitigação dos impactos, dada a proximidade e experiência cotidiana com os problemas da cidade e seus residentes.

**COMMUNITY HEALTH AGENTS IN THE CONTEXT OF
THE IMPLEMENTATION OF A MAJOR INFRASTRUCTURE
PROJECT: THE CASE OF *BELO MONTE*
HYDROELECTRIC POWER PLANT, *ALTAMIRA-PA***

ABSTRACT: *The aim of this article is to analyze the perception of community health agents (CHA) about the performance of their activities in the context of the implementation of Belo Monte hydroelectric power plant. This construction project intensified economic and social processes and highlighted the challenges of community work. Through focus groups and questionnaires applied to CHA in 2015, we analyzed the perception of CHA who work in the region, impacted by the construction of the dam, on: their recognition and satisfaction with their work; the identification of risky areas and of families exposed to risky events; the difficulties found during home visits and the impacts of health indicators brought by the Belo Monte project. The article intends to contribute to the improvement of future strategies and to promote the better incorporation of these agents in the process of identification and mitigation of impacts in large infrastructure projects, given the proximity and daily contact of these agents with the problems of the city and its residents.*

KEYWORDS: *Basic health care. Community health agents. Belo Monte Hydroelectric power plant. Perception of impacts.*

**AGENTES DE SALUD COMUNITARIOS EN EL CONTEXTO DE LA
EJECUCIÓN DE GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUCTURA: EL CASO
DE LA HIDROELÉCTRICA DE *BELO MONTE*, *ALTAMIRA-PA***

RESUMEN: *El artículo analiza la percepción de los agentes comunitarios de salud (ACS) sobre el desempeño de sus actividades en el contexto de la implementación de la Central Hidroeléctrica Belo Monte. Este proyecto intensificó los procesos económicos y sociales y destacó los desafíos del trabajo comunitario. A través de grupos focales y cuestionarios aplicados a los ACS, en 2015, analizamos la percepción de los ACS que trabajaban en la región impactada por la planta de energía, acerca: el reconocimiento y la satisfacción con su trabajo; la identificación de áreas de riesgo y familias expuestas a la situación de riesgo; las dificultades encontradas durante las visitas domiciliarias; y los impactos en los indicadores de salud traídos por el proyecto de Belo Monte. El artículo pretende contribuir en la*

propuesta de futuras estrategias que promuevan la mejor incorporación de estos agentes en el proceso de identificación y mitigación de los impactos causados por las grandes obras de infraestructura, dada su proximidad y experiencia diaria con los problemas de la ciudad y sus habitantes.

PALABRAS CLAVE: *Atención sanitaria básica. Agentes de salud comunitarios. Hidroeléctrica de Belo Monte. Percepción de los impactos.*

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à FAPESP e ao CNPq pelo apoio financeiro recebido.

REFERÊNCIAS

AVILA, M. M. M. O Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Ceará: o caso de Uruburetama. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 349-360, 2011.

BRASIL. Portaria nº 135, de 10 de setembro de 2018. Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública (Força Nacional) em apoio ao Ministério de Minas e Energia, no Estado do Pará. **Diário Oficial da União**: seção 1, edição 176, p. 204, Ministério da Segurança Pública/Gabinete do Ministro, Brasília, DF, 12 set. 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/40505511/do1-2018-09-12-portaria-n-135-de-10-de-setembro-de-2018-40505468. Acesso em 15 fev. 2018.

BRASIL, Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006. Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006. **Presidência da República**, Casa Civil, Brasília, DF, 9 jun. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111350.htm. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5289, de 29 de novembro de 2004. Disciplina a organização e funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública. **Presidência da República**, Brasília, DF, 29 nov. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5289.htm. Acesso em: 15 mar. 2018.

CARDOSO, F. H. Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina. *In*: COLLIER, D. (Org.). **O Novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra (Coleção Estudos Latino-Americanos, 18), p. 41-62, 1982.

CARMO, M. E. do, GUIZARDI, F. L. Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1265-1286, 2017. Disponível em : https://www.researchgate.net/publication/322923755_Desafios_da_intersectorialidade_nas_politicas_publicas_de_saude_e_assistencia_social_uma_revisao_do_estado_da_arte. Acesso em : 23 mai. 2020.

CERQUEIRA, D.; LIMA, R. S.; BUENO, S.; VALENCIA, L. I.; HANASHIRO, O.; MACHADO, P. H. G.; LIMA, A. S. **Atlas da violência 2017**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Rio de Janeiro, jun. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7956>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CONCEIÇÃO, T. S. **Trabalhadores nos canteiros de obras da UHE Belo Monte - Altamira**: condições de saúde e políticas públicas. Orientadora: Rosa Elizabeth Acevedo Marin. 2014. 193 f. Dissertação - Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – Núcleo de Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

COUTO, R. C. de S.; SILVA, J. M. As questões de saúde no estudo de impacto ambiental do Aproveitamento hidroelétrico Belo Monte. *In*: SANTOS, S. M. B. M.; HERNANDEZ, Francisco del M. (orgs.). **Painel de especialistas**. Análise crítica do estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidreletrico de Belo Monte, 2009.

EIA - Estudo de Impacto Ambiental, Aproveitamento hidrelétrico Belo Monte. **Relatório de Impacto Ambiental – Rima**. Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás, 2009.

FREITAS, L. M.; CORIOLANO-MARINUS, M. W. L.; LIMA, L. S.; RUIZ-MORENO, L. Formação dos agentes comunitários de saúde no município de Altamira (PA), Brasil. **Arquivos Brasileiros de Ciência da Saúde**, Belém, v. 40, n. 3, p.171-177, out. 2015.

GIONGO, C. R.; MENDES, J. M. R.; SANTOS, F. K. Desenvolvimento, saúde e meio ambiente: contradições na construção de hidrelétricas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 501-522, jul./set. 2015.

GRISOTTI, M. A construção de relações de causalidade em saúde no contexto da hidrelétrica de belo monte. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 287-304, 2016.

GRISOTTI, M. Políticas de saúde e sistemas médicos no Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, SC, n. 3, p. 49-62, 1998.

GUANAES-LORENZI, C.; PINHEIRO, R. L. A (des)valorização do agente comunitário de saúde na Estratégia Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2537-2546, ago. 2016.

HERRERA, J. A.; MOREIRA, R. P. Espacialidade do medo e insegurança pública: ensaio sobre os efeitos da UHE Belo Monte na cidade de Altamira no Pará. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 2359-1552, jun. 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População estimada 2017**: Altamira, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/panorama>. Acesso em: 15 fev. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População estimada 2015**: Altamira, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/pesquisa/1/21682>. Acesso em: 15 fev. 2018.

JORNAL G1. Quedas de energia têm causado prejuízos aos moradores de Altamira. **G1-Globo**, Altamira, 25 jul. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/07/quedas-de-energia-tem-causado-prejuizos-aos-moradores-de-altamira.html>. Acesso em: 31 jan. 2018.

LEITE, L. Moradores de Altamira protestam contra as constantes quedas de energia. **Instituto Socioambiental**, Altamira, 30 ago. 2013. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/moradores-de-altamira-protestam-contra-as-constantes-quedas-de-energia>. Acesso em: 31 jan. 2018.

LETURCQ, G. Diferenças e similaridades de impactos das hidrelétricas entre o Sul e o Norte do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, abr./jun. 2016.

MACIAZEKI-GOMES, R. de C.; SOUZA, C. D.; BAGGIO, L.; WACHS, F. O trabalho do agente comunitário de saúde na perspectiva da educação popular em saúde: possibilidades e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Santa Catarina, v. 21, n.5, p. 1637-1646, 2016.

MAPA DOS CAMINHOS. Condicionantes de saúde e o legado para o território. Uma análise do cumprimento de condicionantes da UHE Belo Monte relacionadas à saúde e sua efetividade para o território. **Fundação Getúlio Vargas**, 30 nov. 2015. Disponível em <http://indicadoresdebelomonte.eco.br/>. Acesso em : 15 fev. 2018.

MORAN, E. F. Roads and Dams : Infrastructure-driven transformations in the Brazilian Amazon. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, abr./jun. 2016.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Recomendação MPF**, 2016. Disponível em: www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2016/recomendacao-do-mpf-para-abertura-do-hospital-do-mutirao-em-altamira-caso-belo-monte. Acesso em: 15 fev. 2018.

NETO, J. Q. M.; HERRERA, J. A. Altamira-PA: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. **Confinns**, São Paulo, n. 28, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confinns/11284>. Acesso em 24 mai. 2020.

NORTE ENERGIA. **Relatório final consolidado de andamento do PBA e do atendimento de condicionantes**. Brasília: NESA, 2015. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidretricas/Belo%20Monte/Relatorios%20Semestrais/7%C2%BA%20RC%20FINAL%2011.02.2015%20-%20PDF/Cap%C3%ADtulo%202/7/7.4/Texto/CAP%202%20-%207.4.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

O'DONNELL, G. **Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics**. Berkeley, CA. US: Institute of International Studies, 1973.

OLIVEIRA, A. C. **Belo monte: violências e direitos humanos**. 1 ed. Belém: Editora Supercores, 2017.

OLIVEIRA, A. R.; CHAVES, A. E. P.; NOGUEIRA, J. A.; SÁ, L. D.; COLLET, N. Satisfação e limitação no cotidiano de trabalho do agente comunitário de saúde. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, GO, v. 12, n. 1, p. 28-36, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/9511>. Acesso em: 23 mai. 2020.

PAPER BELO MONTE. **UHE Belo Monte**, Norte Energia, dezembro, 2014. Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2015/01/PAPER-BELO-MONTE-DEZEMBRO.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

PBA – Plano Básico Ambiental. Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte. **Norte Energia**, CNEC, Worley Parsons, LEME Engenharia, jul. 2010. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidretricas/Belo%20Monte/PBA>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SANTANA, J. C. B.; VASCONCELOS, A. L.; MARTINS, C. V.; BARROS, J. V.; SOARES, J. M.; DUTRA, B. S. Agente comunitário de saúde: percepções na estratégia saúde da família. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, PR, v. 14, n. 4, out./dez. 2009.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

Recebido em 16/05/2019.

Aprovado em 11/01/2020.

A MORTE PELA ESPADA: O SUICÍDIO RITUALÍSTICO JAPONÊS ANALISADO À LUZ DA TEORIA DE ÉMILE DURKHEIM

*Alana Camoça Gonçalves de OLIVEIRA**

RESUMO: O *Seppuku* era uma forma de suicídio tradicional do Japão feudal e, ao longo da história, foi utilizado pela classe guerreira japonesa (samurai) como uma forma de morrer de maneira honrosa e servindo ao seu mestre. Considerando que o suicídio japonês pode ser interpretado como uma imposição do meio social e das regras que permeavam a sociedade japonesa da época, o presente artigo tem como intuito analisar o suicídio samurai como um fato social e, para fazê-lo, utiliza-se do arcabouço teórico da teoria do suicídio de Émile Durkheim. A partir das concepções sobre as quatro tipologias de Durkheim do suicídio (egoísta, altruísta, fatalista ou anômico), a hipótese central deste artigo é de que o *Seppuku* pode ser categorizado como uma forma de suicídio altruísta, que está estritamente relacionada com o meio social e com a cultura japonesa.

PALAVRAS-CHAVE: Suicídio. Japão. Samurai. Seppuku. Émile Durkheim.

Introdução

A sociedade japonesa fornece materiais únicos para os estudos sociais sobre o ato de tirar a própria vida, sendo um dos países com as mais altas taxas de suicídio do mundo. Somente no ano de 2014, por exemplo, o Japão registrou uma taxa de 18,5 suicídios para cada 100 mil habitantes (BBC, 2015). Historicamente, uma das práticas de suicídio mais antigas do Japão é o *Seppuku* (切腹) ou *Harakiri* (腹切り), que era uma forma ritualizada do ato que perdurou durante séculos,

* UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 22290-250 - alanacamoca@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-0330-3368>.

representando uma insígnia, um ato de coragem e de honra reservado para os militares – precisamente, para os samurais – durante o Japão feudal.

Tal prática foi institucionalizada ao longo da história japonesa, ganhando gradativamente mais ritos e significados. O suicídio simbolizado pelo *Seppuku* era uma forma de dever; relacionava-se com a honra e com as possíveis falhas humanas cometidas pelos samurais. Considerados como um símbolo de heroísmo e adoração popular em diversos filmes, os samurais foram retratados em variadas séries animadas (animes) e revistas em quadrinhos japonesas (mangás), que os apresentam, inclusive, realizando o ritual do suicídio, o que se correlaciona com a cultura japonesa e com o meio social (RUSSELL; METRAUX; TOHEN, 2016).

Nesse sentido, ao analisarmos o suicídio japonês ritualístico dos samurais, estamos considerando uma forma altamente institucionalizada desenvolvida ao longo da história do arquipélago que expressa uma filosofia sobre a vida e a morte, bem como um ritual que precisa ser analisado por um viés social. De fato, o ritual se tornou parte inerente da história e dos aspectos culturais nipônicos e, como afirma Fuse (1980, p. 57, tradução nossa), “O ato de *Seppuku* tem sido cultivado na tradição cultural do Japão como um comportamento socialmente e culturalmente prescrito.”¹

Diante de tal compreensão, como debateremos no presente artigo, o *Seppuku* pode ser caracterizado como um costume, uma regra social, um fato social. Apresentando a história dos samurais, seus preceitos e as questões relacionadas aos samurais e à cultura japonesa, visamos debater o *Seppuku* à luz da teoria de suicídio de Émile Durkheim (2008) abordada no livro *O Suicídio*.

De fato, utilizamos uma teoria ocidental para explicar um rito oriental, com tradições que são permeadas por valores diferenciados. Apesar disso, compreendemos que as tipologias de Durkheim nos fornecem mecanismos para compreender o ato social e, do nosso ponto de vista, nos possibilita debater sobre a existência de uma forma de suicídio que era vista como positiva pela sociedade. Ao lançarmos a hipótese sobre o suicídio japonês como um exemplo de suicídio altruísta, visamos elucidar o caso no qual a integração ao meio social colabora para o ato de tirar a própria vida, promovendo, com isso, o cumprimento de uma função social.

Para analisarmos o suicídio samurai à luz da teoria de Durkheim (2008), apresentaremos inicialmente um debate sobre as tipologias do suicídio de Durkheim e sua teoria social e acerca de como definimos o suicídio altruísta. Na segunda parte do artigo, abordaremos como a prática do suicídio é interpretada de forma diferente, dependendo do meio social de sua época. Dessa forma, apresentaremos como, no Japão feudal, o suicídio era um ato positivo e como tal prática se tornou um dos emblemas da cultura samurai.

¹ No original: “*Seppuku* has been nurtured in Japan’s cultural tradition as a socially and culturally prescribed role-behaviour”.

O suicídio como fato social

No livro *As Regras do Método Sociológico*, Émile Durkheim (2002) enfatizou a necessidade de transformar a sociologia em uma ciência empírica, pressupondo a necessidade do uso da empiria para a comprovação de princípios teóricos. Em tal obra, o autor denomina o “fato social” como “toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independentemente de suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 2002, p. 13).

De forma simplificada, os fatos sociais são externos ao homem, são anteriores a ele e permeiam a sociedade. Nesse sentido, são impositivos sobre a ação humana por meio de relações estabelecidas entre o indivíduo e a sociedade. Tais fatos condicionam o comportamento dos homens, que instruem a sua forma de agir, o seu costume e os seus deveres por intermédio de imposições sociais. Regras morais, jurídicas, dogmas religiosos, sistemas financeiros, obrigações familiares e responsabilidades enquanto cidadão são exemplos de fatos sociais.

De acordo com Durkheim (2002), os fatos sociais definem o que é normal e o que é anômico em uma sociedade, tendo em vista que existem padrões morais superiores aos indivíduos que definem os comportamentos aceitáveis presentes no interior da sociedade. Existem forças institucionalizadas ou não institucionalizadas que fazem do homem um ser social e não individual e, por meio dessas forças que rondam a sociedade e que permeiam a mente de cada indivíduo que a ela pertence, regras, normas, costumes e hábitos são construídos e difundidos. Dessa maneira, os homens vivenciam um processo de socialização desde seu nascimento e deixam de ser seres ainda não socializados, para se tornarem indivíduos sociais em uma sociedade.

Nem toda ação humana é um fato social, visto que ela deve atender a três características básicas: ser geral, exterior ao indivíduo e coerciva. Ou seja, para que uma ação humana seja considerada como um fato social, é preciso que ela responda a normas sociais externas anteriores à vontade e à consciência individual de cada indivíduo; ademais, elas precisam ser coercivas, tendo em vista um ambiente social que constrange e influencia o comportamento dos homens.

No livro *O Suicídio*, Durkheim (2008) busca entender os motivos que levam os homens a atentarem contra a própria vida, tendo em vista que os obituários, por exemplo, são insuficientes e não tratam de uma verdade sobre o fato, visto que apresentam uma opinião de outrem sobre o acontecido. Giddens (1981) argumenta que o objetivo de Durkheim na obra é analisar a natureza do suicídio, partindo não das motivações pessoais, mas das sociais. Steiner (2016) aponta que Durkheim está preocupado em analisar aspectos da socialização do indivíduo no meio social, pontuando tanto aspectos sobre a integração como acerca da regulação social.

Mas seria o suicídio um fato social? Afinal, o suicídio é muitas vezes um sintoma, uma consequência de outros fatos sociais sobre os quais um sujeito é interpelado diariamente na sua convivência e ao longo da sua vida. Durkheim (2008, p. 167) define o suicídio como “todo o caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, ato que a vítima sabia dever produzir este resultado. A tentativa de suicídio é o ato assim definido, mas interrompido antes que a morte não tenha resultado”. Como aponta Giddens (1981, p. 87), “uma taxa de suicídio é mais que um índice de incidência de atos de autodestruição. É um fato social em si mesmo; consequência de um conjunto complexo de eventos que envolvem numerosos atores sociais: parentes, amigos, médicos, polícia, magistrados, encarregados de investigar casos de morte suspeita, etc.”.

Contudo, mesmo que o suicídio seja um ato que apenas afeta fisicamente o próprio indivíduo que o cometeu, isso não quer dizer que seja uma ação regida somente por valores pessoais (MUELLER, 2017). Além disso, indo de encontro às percepções da psicologia, Durkheim lança a concepção de que, considerando-se o conjunto dos suicídios cometidos numa sociedade, constata-se não a simples soma das unidades independentes, e sim a coleção de um todo. Por esse motivo, a natureza do suicídio é eminentemente social (DURKHEIM, 2008).

Do nosso ponto de vista, o suicídio pode ser considerado um fato social, na medida em que ele se constitui por uma tendência presente em todas sociedades, algo que Durkheim (2008) denomina como aptidão definida para o suicídio. Afinal, cada sociedade tem uma predisposição para a existência de um determinado número de mortes por suicídio que acontecem não com indivíduos isolados, mas com indivíduos enquanto membros da sociedade.

De acordo com o sociólogo, o suicídio pode ser categorizado a partir de quatro tipos: (i) o egoísta, (ii) o fatalista, (iii) o altruísta e (iv) o anômico. O primeiro tipo de suicídio é aquele que tem como característica predominante (i) o egoísmo. Nesse caso, o ato de se suicidar varia inversamente à integração das pessoas na sociedade religiosa, política e/ou doméstica. As relações entre os indivíduos e a sociedade se perdem e, por isso, há uma individualização excessiva perante o meio social². Em contraposição, o (ii) suicídio fatalista demonstra que o indivíduo estaria tão preso à sociedade e aos valores normativos que se sentiria pressionado pela ordem social a cometer o ato. Diante da opressão social, a única opção viável ao indivíduo seria o suicídio (STEINER, 2016).

O terceiro tipo de suicídio é (iii) o altruísta. Essa categoria delimita os indivíduos que estão integrados no coletivo social de tal forma que às vezes existe

² O afastamento do homem do meio social torna-o separado da sociedade; assim, perde-se o vínculo entre o indivíduo e o grupo, e o valor da vida deixa de deter o mesmo significado.

o dever de se matar, sendo este muitas vezes considerado um ato de heroísmo. Nesse contexto, a ação de tirar a própria vida pode ser pensada como uma forma positiva do suicídio. Assim, precisamos explorar tal tipo com maior profundidade e ampliar o debate para além das obras de Durkheim, como faremos na próxima seção.

O quarto e último tipo, mas não menos importante, é o suicídio (iv) anômico. Nesse caso, o indivíduo não encontra razão de existência na sociedade e nem em si. Surge em um momento de caos, em que a normalidade social não pode ser mantida. De acordo com o autor, o maior número de suicidas é encontrado nessa categorização, e os suicídios que ocorreram em 1929, quando houve, em resumo, a crise econômica que ocasionou a falência de diversas empresas e organizações, são um exemplo disso (DURKHEIM, 2008). Observa-se nos casos supracitados que o suicídio pode ocorrer tanto quando o homem é alienado à sociedade quanto quando ele é integrado demais a ela (TSAI; CHANDLER, 1993). Em suma, é possível sintetizar as categorizações de suicídio na concepção de que “muito pouca integração acarreta em egoísmo e muita integração acarreta no suicídio altruístico. Muito pouca regulamentação produz anomia e muita regulamentação produz suicídios fatalistas”³ (TSAI; CHANDLER, 1993, p. 245).

O suicídio como um ato positivo e socialmente aceito

O suicídio altruísta pode ser categorizado de três formas: obrigatório, opcional ou agudo. O primeiro caso simboliza o suicídio como um dever, de modo que se espera que o indivíduo, devido às normas culturais, cometa o suicídio. Exemplos desse tipo seriam: (a) os servos que se matam após a morte de seus reis ou senhores, como ocorria no caso do Egito, (b) idosos e doentes que desejavam fazê-lo por não cumprir (ou poder cumprir) mais qualquer função social na sociedade, ou, ainda, (c) as viúvas que cometiam suicídio após a morte de seus maridos (DURKHEIM, 2008; STACK, 2004). O segundo caso é semelhante ao primeiro no que diz respeito à velhice e à doença, mas podia ser encarado como opcional em algumas sociedades primitivas (STACK, 2004). Por fim, a terceira subcategorização refere-se ao suicídio realizado por fins religiosos, usualmente para alcançar a superioridade espiritual (STACK, 2004).

Durkheim (2008) argumenta que a modernização levou ao aumento das taxas de suicídio no mundo, onde, com a industrialização, os avanços tecnológicos e as transformações no meio social, concluiu-se que o suicídio egoísta e anômico são as formas mais comuns na sociedade atual, enquanto o altruísta e o fatalista são as formas menos observáveis no contexto moderno, estando presente somente em

³ No original: “too little integration leads to egoistic and too much integration to altruistic suicide. Too little regulation produces anomic and too much regulation fatalistic suicide”

sociedades tradicionais ou primitivas. Para o presente artigo, não é nosso objetivo revisitar outras sociedades, testar e debater se de fato o suicídio altruísta e o fatalista são raros na modernidade. Contudo, no que tange ao debate sobre o Japão, alguns atores visaram testar tais hipóteses ao analisar o caso do arquipélago, chegando a conclusões contrárias às afirmativas de Durkheim (2008). Mamoru Iga (1986; 1981), por exemplo, analisando a sociedade japonesa no século XX, conclui que, no Japão, ocorria o inverso:

O pessimismo budista e rígidas regulamentações sociais, seja formal ou informalmente, impostos aos socialmente inferiores, incluindo jovens e mulheres, contribuem para o suicídio “fatalista”. O conceito animista do espírito do falecido permanecendo como membro da família; a ênfase dada à solidariedade familiar; e a ênfase dado pelo Confucionismo à lealdade, auto-sacrifício, e honra - todos contribuem para o suicídio altruístico (...) É possível dizer que o suicídio no Japão é mais ou menos um mecanismo de ajuste institucionalizado.⁴ (IGA, 1981, p. 29, tradução nossa).

Posteriormente, Tsai e Chandler (1993) utilizaram-se de métodos quantitativos para testar a hipótese de que o comportamento da sociedade japonesa na atualidade era diferente em relação ao esperado por Durkheim (2008). Os autores chegaram à conclusão de que os suicídios no Japão, em sua maioria, ainda detêm traços que os categorizam como altruístas e/ou fatalistas⁵, traços estes que têm relação com a própria cultura e estrutura social do país.

Se o suicídio altruísta e/ou fatalista é algo presente na sociedade japonesa do século XX, quais seriam os pilares culturais que baseiam tal predisposição social? Para respondermos a tal indagação, recorreremos a uma análise da figura do samurai e do suicídio ritualístico japonês. Nesse sentido, precisamos primeiro considerar que o suicídio pode deter um caráter positivo dentro da sociedade e, em segundo lugar, que a valorização da morte era um valor social que influenciava a sociedade feudal nipônica (IGA, 1981).

Referente a tal fato, mesmo na modernidade, um exemplo utilizado por Durkheim e que pode ser pensado no século XX são as ações dos militares e de civis que optaram pela morte em prol da Nação. Nesse caso, o Japão nos fornece um exemplo moderno que simboliza tal forma de suicídio, visto que, na década de

⁴ No original: “Buddhist pessimism and the strict social regulations, whether formal or informal, imposed upon social inferiors, including youth and women, contribute to “fatalistic” suicide. The animistic conception of the deceased person’s spirit remaining as a member of his family; the emphasis on family solidarity; and the Confucian emphasis on loyalty, self-sacrifice, and honor – all contribute to altruistic suicide (...). It may be said that suicide is a more or less institutionalized adjustment mechanism in Japan”

⁵ Nos estudos dos autores, a metodologia utilizada não permite compreender a dissociação dos dois tipos de suicídio.

1930, durante o expansionismo japonês e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), diversos militares e até mesmo cidadãos civis japoneses se suicidaram como um pedido de desculpas ao Imperador após a derrota.

Ainda está fresco em nossas memórias o fato de que, recentemente, durante a segunda guerra mundial, diversos oficiais das forças armadas japonesas cometeram o Seppuku em ilhas do Pacífico diante de soldados norte-americanos que ficaram perplexos com a visão. Imediatamente após o final da guerra, em 1945, o chão sereno do exterior do Palácio Imperial em Tóquio foi tingido de vermelho com o sangue de homens e mulheres japoneses, tanto militares quanto civis, que calmamente cometeram Seppuku aos milhares, como forma de “desculpas” ao Imperador por terem perdido a guerra⁶ (FUSE, 1980, p.57, tradução nossa).

Contudo, uma outra maneira de compreender o suicídio de forma positiva e para além de um ato heróico em prol da pátria consiste em analisar os princípios da própria tradição japonesa e os axiomas de responsabilidade das elites samurais. Tais fatores são associados ao suicídio por obrigação, devido à integração do indivíduo com o meio social e cultural.

O suicídio samurai e os seus motivos

Apesar de um tabu na atualidade, o suicídio, antigamente, era encarado de forma diferente do que o é dos dias atuais. Na Antiguidade, diversos povos ocidentais partilhavam um caráter comum em relação ao suicídio de idosos. Esperava-se que, a partir de uma certa idade e/ou devido às debilidades da velhice, os homens se suicidassem. Na Roma e na Grécia, por exemplo, o suicídio era apoiado sob condições específicas e, para fazê-lo, era necessário solicitar à comunidade política (HETCH, 2013). Os próprios escritos bíblicos não condenavam as passagens de suicídio e, inclusive, o ato era uma prática adotada por cristãos, o que colocava em risco a própria existência da igreja (HETCH, 2013). De fato, a grande mudança com relação ao suicídio emergiu com Santo Agostinho, que trouxe argumentos sobre a proibição do ato de se matar, e pela categorização de tal ação como pecado (GOES, 2004).

⁶ No original: “It is still fresh in our memory that as recently as World War II countless numbers of Japanese military officers committed Seppuku in Pacific islands before the eyes of stunned American fighting men. Immediately after the end of the war in 1945, moreover, the serene outer ground of the Imperial Palace in Tokyo was dyed with blood by some Japanese men and women, both military and civilian, who calmly committed Seppuku in tens and hundreds as an “apology” to the Emperor for having lost the war”.

Como aponta Young (2002), inicialmente, o suicídio no ocidente era visto diversas vezes como um problema religioso, moral, legal e médico, enquanto, no século XXI, o ato de cometer o suicídio começou a ser tratado como a evidência de uma doença mental. Contudo, no Japão, o suicídio “não é visto como a negação do valor da vida, mas como uma afirmação do valor dado à devoção moral ao próximo”⁷ (YOUNG, 2002, p. 413). O suicídio é derivado de um senso de dever (*giri*) e, por esse motivo, está relacionado à integração do indivíduo ao meio social. Tais ações podem ser vistas nos samurais, nos *kamikazes*⁸ e, inclusive, mesmo que de forma mais rara, na atualidade⁹.

Segundo Young (2002), o indivíduo japonês está embebido por valores sociais e, como consequência, o grupo é de central importância para ele, de tal modo que o ato de autosacrifício é altamente valorizado (FUSE, 1980).

No ocidente, o indivíduo é entendido como autônomo, independente, e livre, e, além disso, possuidor de direitos inalienáveis. O que vemos no Japão, em contraste, é o conceito do indivíduo como inserido na sociedade e dependente dos outros, e complacente dos desejos dos outros. (...) Cada indivíduo recebe os benefícios (*on*) do grupo e possui deveres não escritos (*giri*) pelos quais é responsável porque, através deles temos como resultado a harmonia (*wa*) social¹⁰ (YOUNG, 2002, p. 415, tradução nossa).

Em linhas gerais, os samurais surgiram como classe guerreira na época feudal do Japão entre os séculos VIII e XIX. Ser um samurai era um prestígio social, uma vez que a classe guerreira ocupava os mais altos cargos no Japão feudal.

⁷ No original “is not seen as the denial of the value of life, but as an affirmation of the value of one’s moral duty to others”

⁸ Eram soldados japoneses que se suicidavam como ato de amor à Nação, vinculados às questões de pertencimento à sociedade japonesa e de agir em prol desta. Os *kamikazes* arremessavam os aviões contra navios inimigos em momentos que não tinham mais combustível para alimentar o motor, ou, muitas vezes, por já terem sido treinados especificamente para uma missão suicida. Argumenta-se que os *kamikazes* já sabiam que iriam morrer pela pátria e pelo imperador, e muitos sentiam orgulho de serem escolhidos para realizarem tais atos.

⁹ Em 2004, houve um escândalo envolvendo uma empresa de aves domésticas que falhou ao enviar relatórios sobre a morte de vários pássaros em suas fazendas para a prefeitura de Kyoto. Posteriormente, foi descoberto que os pássaros morreram de uma doença aviária, e diversas mortes ocorreram em humanos na Ásia no período. Existiam relatos sobre a possibilidade de um corvo ter sido infectado pelos vírus dos pássaros na fazenda e disseminado para outros animais. O casal se enforcou próximo à fazenda durante a investigação, o que foi considerado como um ato de arcar com as responsabilidades da falha de enviar relatórios sobre a morte dos pássaros, sendo também um pedido de desculpas para aqueles que morreram vítimas do problema (RUSSELL; METRAUX; TOHEN, 2016).

¹⁰ No original: “In the west, the individual is conceived of as autonomous, independent, and free, and, moreover, as possessing inalienable rights. What we find in Japan, in contrast, is a conception of the individual as socially embedded as dependent on others, and as compliant to others wishes. (...) Each individual receives benefits (*on*) from the group and has unwritten duties (*giri*) for which he or she is responsible because through their fulfillment social harmony (*wa*) results.”

Inicialmente, a função dos samurais era coletar impostos e servir ao Império por meio de trabalhos administrativos (BENESCH, 2014), sendo que, somente entre o século X e XII, a figura do samurai tomou forma e ganhou funções militares e de guerra como são conhecidos e difundidos atualmente, principalmente na cultura pop¹¹ (RUSSELL; METRAUX; TOHEN, 2016).r Do ponto de vista etimológico, a palavra samurai (侍) significa literalmente no japonês “aquele que serve”, referindo-se diretamente à função de servir ao imperador e ao soberano no Japão feudal.

Como código de conduta, os samurais seguiam o caminho do *Bushido* (BENESCH, 2014). Segundo Inazo Nitobe (2005), o *Bushido* é o código de princípios morais ao qual os guerreiros eram obrigados ou instruídos a seguir e a difundir. Não é um código escrito, e consiste em poucas máximas transmitidas por meio dos atos de fala durante gerações, influenciando a cultura militar japonesa ao longo dos anos e tornando-se um dos pilares das ações do indivíduo nipônico ao longo dos séculos. Seguir o caminho do guerreiro era viver a vida com lealdade, fidelidade, autossacrifício, justiça, modos refinados, humildade, espírito marcial e honra. E, acima de tudo, quem trilhava o caminho do guerreiro deveria morrer com dignidade para não danificar a reputação de seu nome e do nome da família, do feudo e do seu senhor.

O samurai deveria servir com lealdade incondicionalmente e, por isso, um de seus axiomas era o de que eles deveriam dar a vida pelo senhor se fosse preciso (NITOBÉ, 2005). Apesar do código do *Bushido* nunca ter sido escrito, em 1716, Yamamoto Tsunetomo, um vassalo do feudo Nabeshima, tentou recuperar os valores samurais em tempos de paz, escrevendo o livro chamado *Hagakure* ou “Folhas ocultas” ou ainda “Oculto pelas folhas” (TSUNETOMO, 2004). Os escritos do *Hagakure* recuperaram a ideia da filosofia samurai e ressaltavam ensinamentos que nunca haviam sido propriamente escritos. Como não eram escritos, durante séculos os valores dos samurais eram como energias, transmitidos pela sociedade e pelos ensinamentos das artes marciais e familiares como correntes que penetraram a sociedade japonesa como um todo.

O *Hagakure* traz aprendizados práticos de ideias e de concepções e valores que deveriam ser seguidos pelos samurais para se manterem puros e serem verdadeiros guerreiros. Em tal livro, são apresentados quatro votos de conduta que deveriam ser e que foram seguidos pelos samurais ao longo dos anos. O primeiro e o segundo deles determinam que o guerreiro feudal japonês deveria (i) servir ao mestre e precisava (ii) executar suas funções com primazia, sem cometer falhas ou erros. O terceiro e o quarto votos dos samurais pregavam (iii) a devoção aos

¹¹ Não faltam exemplos de filmes (hollywoodianos e japoneses), animes e mangás que retratam sobre os samurais. Para citar alguns temos O Último Samurai (2003), Rurouni Kenshin (1994), Os Sete Samurais (1954) e inúmeros outros. Deve-se considerar ainda que o uso de espadas samurais pelos mais diversos personagens e nos mais variados filmes de ficção fazem sucesso na atualidade.

pais e (iv) a manifestação da compaixão para com os seus semelhantes. Em linhas gerais, um guerreiro japonês não poderia ser egoísta ou individualista, visto que suas decisões deveriam levar em consideração o mestre, a família e, acima de tudo, o seu feudo e o povo.

O ritual da morte: o *Seppuku* e o dever

O suicídio samurai era um ato comum entre os samurais a partir do século XII e, por trás da prática, existia não só uma preparação ritualística, como também uma simbologia que referencia e se correlaciona com os valores que foram expostos posteriormente no *Hagakure*. Historicamente, postula-se que um dos primeiros *Seppuku* registrados no Japão foi o de Minamoto Tametomo em 1170, que cometeu tal ato após perder uma batalha contra famoso clã dos Taira.

De acordo com Maeda (2011, p. 99), desde o período Kamakura (1192-1333), o *Seppuku* “foi estabelecido como um método de suicídio. O *Seppuku* é descrito como um método para expurgar a culpa, pedir desculpas por erros, evitar estigmas, reparar relações com amigos, e provar a própria honestidade”¹². E, no período Edo (1603-1867), o *Seppuku* se estabeleceu como uma forma de punição por parte do governo, passando a existir de modo voluntário ou involuntário (punitiva ou comandada). É imperativo compreender que existe uma relação íntima entre “valores culturais e comportamentos culturais aceitáveis. Entendido de forma tão vantajosa do ponto de vista de ‘cultura e personalidade’, então o *Seppuku* pode não ser uma forma de comportamento ‘psicopatológico’”¹³. (FUSE, 1980, p. 64). Segundo Benedict (1954), os japoneses não têm o sentimento cristão de culpa no momento do suicídio, estando mais inclinados a salvar o seu nome ou proteger a nação por intermédio da realização de tal ato. Como afirma Fuse (1980, p. 62), para os samurais e japoneses influenciados pelo Budismo¹⁴, “o significado da vida era entendido como a habilidade de uma pessoa de achar o momento e local corretos para morrer”¹⁵.

¹² No original: “was established as a method of suicide. *Seppuku* is described as a method to expiate guilt, to apologize for mistakes, to avoid stigma, to atone for friends, and to prove their own honesty”

¹³ No original: “cultural values and culturally approved behaviour. Viewed from such a vantage point of ‘culture and personality’, then, *Seppuku* may not be a case of ‘psychopathological’ behavior”

¹⁴ Segundo Fuse (1980, p. 62, tradução nossa), “ desde o período Kamakura (1185-1333), o samurai sofre forte influência do Zen Budismo, que pregava a importância de se transcender a vida e a morte. O Zen foi adotado de forma entusiasmada pelo código do guerreiro samurai (*Bushido*), no qual a morte era considerada de forma positiva como uma forma de mostrar seu valor e lealdade por toda a eternidade”. Nota-se que o confucionismo e o xintoísmo também eram bases do *Bushido* no Japão, o que pode ser vislumbrado nas concepções de hierarquia familiar e de classe no Japão feudal, por exemplo.

¹⁵ No original: “the meaning of life was understood in terms of one’s ability to find the right time and place to die”.

Historicamente, o Japão seria o tipo de sociedade na qual o prestígio social está associado ao suicídio e a recusa desta honra tinha efeitos punitivos na pessoa, na família e na Nação (UENO, 2005). Existia um ritual, um modo específico de como conduzir o *Seppuku* que, em alguns casos, era assistido por outras pessoas. Portanto, o suicídio tinha significado não apenas para a pessoa que morria, mas também para aquelas que ela deixava para trás, incluindo audiências esperadas e não esperadas (MUELLER, 2017; STACK; ABRUTYN, 2015). Nesse sentido, o ritual pode adquirir significados que são compartilhados e adquiridos por meio da interação com outros seres.

No ritual do *Seppuku*, os passos deveriam ser estabelecidos a partir de uma determinada ordem. A vestimenta, a sequência e o modo como a prática deve ser feita causam a ideia de um ato sereno, homogêneo e previamente ensaiado. Por isso, enquanto um ritual, fortalecia a tradição e a crença, fazendo com que se tornasse algo mais palpável e materializado. Além disso, a ritualização do ato o tornava repetitivo e, por meio da repetição, cada vez mais a crença estava presente no meio social. Existia uma performance e uma expectativa em torno do samurai, que era impelido pelo meio social, pela cultura, pelos costumes e pelas tradições a aceitar e venerar a morte, bem como a apoiar tal ato.

Na maioria dos casos, o ritual seguia a seguinte ordem: o samurai banhava-se para purificar seu corpo e sua alma, vestia uma indumentária tradicional japonesa (normalmente na cor branca) e tomava uma dose de saquê. Então, se ajoelhava¹⁶ e enfiava uma *wakizashi* (espada curta) ou um punhal na barriga, no lado esquerdo, e cortava até o lado direito, deixando assim as vísceras expostas. O *Seppuku* era considerado uma morte terrivelmente dolorosa, mas o samurai, de acordo com o seu código de honra, não podia demonstrar dor ou medo ao realizá-lo (PINGUET, 1987; FUSE, 1980; BERNESCH, 2014).

O samurai, após abrir o ventre, poderia permanecer vivo por horas ou mesmo dias. Por isso, era cometido o *kaishaku* (介錯), que era o ato de um companheiro ou assistente¹⁷ que consistia em abrir a garganta do samurai sem romper nenhuma vértebra, para que o samurai não demonstrasse sua dor. Dessa forma, além dos significados social e cultural, existia um valor físico do processo de cometer o ato em si. A utilização da lâmina por parte do guerreiro japonês traz consigo o simbolismo da “alma do samurai” (e do Japão) e, ao mesmo tempo, nas artes marciais japonesas, o *hara* (腹), ou a parte que representa o abdômen, é considerado como o centro de equilíbrio do corpo tanto físico como espiritual.

¹⁶ Em alguns casos, o *Seppuku* poderia ser cometido em pé, sendo também conhecido como “Tachibara”.

¹⁷ É importante dizer que aquele que comete o *kaishaku* não recebe nenhuma honra ou louros pelo trabalho, todavia, como era um ato de misericórdia e como era necessária destreza e força, quem executava o ato era um samurai experiente.

O ato de cometer o *Seppuku* poderia ser voluntário, e, nesse caso, a ação de fazê-lo partia do próprio samurai, que enxergava o suicídio como um dever social; ou, em outras situações, o *Seppuku* poderia ser um ato comandado pelos senhores feudais. No segundo caso, tal ação era ordenada no momento em que o samurai feria a honra do mestre – seja por conta de um ato de desobediência, alguma falha, ou ainda devido a uma derrota – ou atentasse contra a vida de algum nobre. Além disso, era comum que o samurai cometesse o suicídio caso o seu senhor feudal morresse, visto que tradicionalmente ele não poderia servir a nenhum outro senhor em vida como guerreiro (BENESCH, 2014; FUSE, 1980).

Como afirma Fuse (1980, p. 59-60), o suicídio voluntário era chamado de *jijin* (自尽) e o punitivo ou comandado era conhecido como *tsumebará* (詰め腹). Ambas as categorias podem se subdividir em tipos de suicídio que simbolizam determinado ato e elencam certos motivos para que tal ação fosse cometida, como apresentamos no quadro a seguir.

QUADRO 1: TIPOS DE SEPPUKU E MOTIVOS

	Tipos	Motivos
Suicídio Voluntário	Jiketsu	Derrotado em batalha.
	Inseki	Assumir responsabilidade pelos erros.
	Sacrifício	Salvar um grupo.
	Kanshi	Protestar contra a conduta de um lorde. ¹⁸
	Memboku	Provar a inocência de alguém.
	Junshi	Seguir o lorde ou alguém após a morte. ¹⁹
Suicídio Punitivo ou Comandado	Munenbara	Comandado por não cumprir determinadas metas e objetivos.
	Funbara	Comandado após o indivíduo assumir a responsabilidade legal e moral por alguém.
	Keishi	Punição por ter cometido algum crime.

Fonte: Adaptação da tabela de Fuse, 1980.

A prática do *Seppuku* perdurou durante séculos, mas passou a não ser oficialmente apoiada e completamente endossada pelo governo com a unificação

¹⁸ Era cometido como um ato de lealdade porque o samurai se matava para chamar a atenção e advertir o *daimyo* (senhor) de que algo poderia estar errado.

¹⁹ Caso o senhor feudal do samurai fosse derrotado na guerra e o samurai não cometesse *Seppuku*, nenhum outro senhor poderia contratá-lo. Nesse momento, o guerreiro renúncia à classe dos samurais e passa a ser chamado de *ronin* ou “homem onda”. Tal nome refere-se à ideia de que, assim como as ondas do mar, esse servo não tem destino. Usualmente, o *ronin* se tornava um andarilho, fazendo trabalhos menores e até mesmo servindo em pequenas missões de outros feudos.

(1603) e a pacificação do Japão sob a liderança de Ieyasu Tokugawa, com o estabelecimento do Shogunato Tokugawa (1603-1868). Todavia, as práticas não foram esquecidas e continuaram sendo mantidas mesmo após a condenação. O enaltecimento da morte é uma das marcas do período feudal japonês e, mesmo no século XX, as práticas ainda eram realizadas por oficiais militares e até mesmo por cidadãos, que o fizeram principalmente, como mencionamos anteriormente, após o fim da Segunda Guerra Mundial.

O suicídio samurai à luz da teoria de Durkheim

O *Seppuku* “é um bom exemplo de comportamento individual sendo subordinado à necessidade de uma coesão social, porque no seu ato autodestrutivo no qual o propósito e significado do indivíduo é tão fortemente definido em termos maiores do que ele próprio que ele rapidamente sacrifica sua própria vida em nome do seu papel social”²⁰ (FUSE, 1980, p. 64). Por ser algo endossado e parte fundamental do papel do samurai na sociedade, o suicídio samurai cumpria um papel social e pode ser considerado como um fato social.

Seja ele voluntário ou comandado, considerando a teoria de Durkheim e suas tipologias de acordo com o que apresentamos, qual seria o tipo-ideal ou a categorização que mais se aproxima da prática samurai? Como apresentamos anteriormente, o samurai comete o *Seppuku* por motivos específicos, que se relacionam com a servidão ao mestre, ao povo, aos pais e à honra (TSUNETOMO, 2004). Partiremos desse prisma em nossa análise a fim de responder essa pergunta.

Tsunetomo (2004) apresenta algumas histórias de samurai e enaltece alguns casos interessantes de *Seppuku*. Em um dos casos, ele apresenta Sagara Kyuma, um samurai japonês que estava em completa harmonia com o seu mestre feudal e o servia sem questionamentos. De acordo com Tsunetomo (2004) ao recontar a história, Kyuma negligenciou uma reunião que ocorria na casa de campo de seu mestre, adentrando na residência deste de forma disruptiva, causando grande perturbação. Com isso, “após provocar esse incidente, ele, numa atitude galante de desprendimento, pensou apenas na honra de seu mestre e decidiu cometer o suicídio” (TSUNETOMO, 2004, p. 31). Tal ato de Kyuma causou grandes problemas para o senhor e, por esse motivo, o samurai cometeu o *Seppuku* como um ato de arrependimento e de altruísmo. Afinal, como não serviu ao seu mestre, não agiu em prol daqueles que deveria proteger e, em razão disso, cometeu suicídio como ato de honra e de perdão.

²⁰ No original: “is a good example of individual behavior being subordinate to the needs of social cohesion, because it is an act of self-destruction in which the individual’s purpose or meaning is defined so strongly in terms larger than himself that he readily sacrifices his life in the name of his social role”

Associa-se o suicídio samurai com a honra, visto que, para os samurais, um homem existe apenas por uma geração, enquanto seu sobrenome dura até o fim dos tempos, sendo algo típico da cultura da vergonha (BENEDICT, 1954). Para os guerreiros japoneses, a vida não se tornou inaceitável em si mesma, isto é, o samurai não se abate por interesses e angústias pessoais, e a família não sofre com a morte, pois o ato justamente visa impedir o sofrimento das pessoas. Nesse sentido, tudo o que o samurai fizer “deve ser feito em prol de seus pais e mestres, das pessoas em geral, e para a posteridade. Essa é a grande compaixão. A sabedoria e a coragem que vêm da compaixão são as verdadeiras” (TSUNETOMO, 2004, p. 25).

Durante séculos, o ritual japonês tinha apoio do meio social, que enxergava o suicídio como um símbolo de servidão, podendo ser um ato voluntário. Como mencionamos anteriormente, o *Seppuku* também poderia ser um ato comandado e nem todos os samurais desejavam fazê-lo. Apesar disso, podemos considerar até mesmo uma anomia os samurais que não se sentiam inclinados a cometer tal ato, visto que ia de encontro com os ideais esperados no meio social do arquipélago nipônico.

Nesse sentido, os samurais que decidissem não cometer o suicídio caso fossem ordenados ou caso fosse esperado que eles cumprissem esse papel poderiam ser punidos. Ou seja, o meio social e as regras dos samurais impunham determinados valores que esperavam ser seguidos pelos indivíduos que pertencessem a tal grupo social. Consequentemente, o samurai que recusasse o destino e decidisse viver porque não via sentido na morte:

[...] pelos próximos cinco, dez ou vinte anos de vida, ele seria recriminado pelas costas e estaria marcado pela vergonha. Após a morte, seu cadáver seria coberto de desgraça, seus descendentes inocentes receberiam sua desonra por ter nascido em sua linhagem, o nome de seus ancestrais seria ultrajado e todos os seus familiares seriam mal vistos. Essas consequências seriam lastimáveis (TSUNETOMO, 2004, p. 97-98).

Além de sujar a honra de toda a família e dos descendentes, o samurai poderia desonrar o nome do clã e de todo o feudo ao qual pertencia. Por isso, era comum e enraizado culturalmente que o guerreiro deveria realizar o *Seppuku* para que outras pessoas ao seu redor não sofressem com os erros cometidos em vida pelo guerreiro. Assim, é possível ponderar que o samurai se suicidava como dever e como uma obrigação no meio social.

Dessa maneira, mesmo que o ato fosse motivado para não causar transtorno à família, era movido também por uma questão presente na sociedade que traria problemas para as pessoas próximas ao samurai e até mesmo para o feudo. Por isso, no nosso ponto de vista, o suicídio estaria mais próximo do altruísmo, uma vez que

o indivíduo se sacrificaria em prol da família, sendo penetrado pelas correntes das crenças e dos valores presentes na sociedade japonesa. Nesse sentido, quando o samurai se suicida com o intuito de proteger o nome de sua família, ou em prol do senhor feudal, os atos são altruístas e se relacionam com a servidão e com a relação com o outro.

Apesar de tais pontos que nos permitem categorizar o suicídio samurai como altruísta, é importante salientar que nem todos os samurais necessariamente agiam de forma benevolente, altruísta e em concordância com as regras sociais presentes na sociedade nipônica. Como na maioria das sociedades, existiam pessoas que não seguiam os valores e, por vezes, estavam alienadas em relação às regras sociais. Assim, existiam aqueles samurais que se suicidavam por não ter mais motivos para viver, por não se encaixarem na sociedade e por questões individualistas. Esse estilo de samurai cometia tal ato como uma forma de fugir da realidade; sua ação, portanto, era individual para que unicamente ele não sofresse mais, e não voltada para preservar ou honrar os outros, sendo um ato egoísta.

Logo, quando analisamos o suicídio feudal japonês à luz da teoria de Durkheim, podemos observar que o *Seppuku* pode oscilar entre dois tipos de correntes do suicídio: o egoísta e o altruísta. Entretanto, como apresentamos anteriormente, os valores samurais são endossados por ideais que enaltecem o pertencimento à determinada sociedade e às regras sociais. O *Seppuku* era um ato final de servidão e de honra cujos benefícios não recaem somente sobre o samurai que cometia o suicídio. Era principalmente uma ação altruísta para que a honra não só dele, mas a de seus antepassados, a de seu feudo e a de seu senhor feudal não fossem afetadas. O suicídio é altruísta porque o samurai tem o dever de morrer pelos atos e falhas cometidas em vida, falhas que de alguma forma feriram a honra, o prestígio e causaram danos para outrem. Além disso, como uma prática que influenciava a sociedade feudal japonesa como um todo, o meio social ordenava que o indivíduo deixasse de existir.

Tal contexto possibilitou a ocorrência de diversos atos de *Seppuku*, muitos dos quais conhecidos ao longo da história. Alguns desses acontecimentos já foram abordados nesse estudo; além deles, é importante mencionar o caso dos 47 *ronins*, que ficou conhecido no longa-metragem ocidental de 2013 inspirado em uma lenda/história japonesa conhecida como “47 *Ronins*”. O filme conta uma famosa história japonesa sobre 47 samurais que se mataram coletivamente em prol do senhor feudal, seguindo ensinamentos e tradições do passado. A lenda dos 47 *ronins* é também conhecida como o “Incidente de Akô”.

A versão mais conhecida da lenda é aquela em que 47 samurais foram obrigados a se tornarem *ronins*, ou seja, tiveram de abdicar da classe guerreira. A história se passa na província de Harima no Japão, e começa em 1701 durante o Shogunato Tokugawa, tempo em que o *Seppuku* não era mais uma prática social

completamente endossada pelo shogunato, mas era ainda presente nos princípios dos guerreiros.

Em linhas gerais, a lenda reconta o incidente relacionado com o *shogun* Tsunayoshi que decidiu enviar dois senhores feudais para receber os mensageiros imperiais, Naganori Asano e Munchare Date. Como tais oficiais eram inexperientes, o *shogun* também designou um alto oficial, Yoshinaka Kira, para auxiliá-los. Após Yoshinaka Kira irritar-se com Asano por não lhe presentear com caros artigos em sinal de apreciação e respeito à sua ajuda durante o processo, reconta-se que, ao invés de ajudá-lo, Yoshinaka Kira prejudicava-o sempre que possível durante a missão. Asano, após suportar a situação por algum tempo, não tolerou mais os atos do oficial; assim, desembainhou sua espada e feriu o oficial. Diante do incidente e do ato abrupto de Asano, o *shogun* Tsunayoshi ordenou que Naganori Asano cometesse o *Seppuku* e não ordenou nenhuma punição ao oficial Kira. Apesar desse tipo de suicídio não ser apoiado mais pelo shogunato naquela época, a prática ainda era aceita quando um *shogun* ou o Imperador comandassem.

Nessa época, quando um governante era obrigado a cometer o *Seppuku*, suas posses eram confiscadas e sua família e servos eram deserdados e ordenados a se dispersar. Assim, como não podiam cometer o *Seppuku*, restava aos samurais somente se tornarem andarilhos. Após a morte de Asano e em devoção a ele, os samurais se vingaram do seu senhor feudal, sabendo que, ao final de sua ação, eles seriam comandados a cometer o *Seppuku* por parte do *shogun* Tsunayoshi. Os 47 *ronins* capturaram o oficial Yoshinaka Kira e o mataram em seguida. Após isso, enviaram ao *shogun* uma carta, na qual confessaram o crime e a responsabilidade pela morte do oficial e de alguns guardas. Em 1703, o *shogun* Tsunayoshi ordenou que 46 dos *ronins* cometessem *Seppuku* (BENESCH, 2014) e foram enterrados no mesmo local que Asano, no templo Sengakuji.

Mesmo nesse contexto, o suicídio pode ser interpretado em sua forma altruísta, visto que seguiram o soberano e fizeram isso com o objetivo de honrar a todo o clã e aos descendentes da família de Asano. Tais samurais não eram propriamente movidos por interesses individuais e particulares, mas foram mobilizados a se comportar de tal forma em prol de seu mestre e em concordância com as tradições samurais que ainda, apesar de terem diminuído, continuavam a permear culturalmente a classe guerreira. Tal fato demonstra como, em um momento inicial, regras sociais previamente socializadas podem continuar a influenciar a sociedade a despeito do surgimento de novas regras e imposições.

Conclusão

“Cada sociedade tem, portanto, em cada momento de sua história, uma aptidão definida para o suicídio. [...] Cada sociedade está predisposta a fornecer um

determinado contingente de mortos voluntários” (DURKHEIM, 2008, p. 168-173). A importância do suicídio no século XXI e temas relacionados à história e aos casos recorrentes de suicídio no Japão são um campo fértil de estudo, que nos permite aplicar teorias que compreendam questões culturais sobre o suicídio, e não somente aspectos psicológicos.

Observamos que, como Durkheim aponta, os valores samurais pairam como palavra de ordem e estão presentes nos valores da sociedade da época, fazendo com que o *Seppuku* seja uma forma ritualística e uma ação louvável, repetitiva e inerente ao meio social nipônico, sendo também um fato social. Em linhas gerais, o suicídio não era simplesmente um direito de morrer, mas constituía um dever da classe guerreira. Na maioria dos casos, o suicídio do samurai, como apresentado ao longo do texto, poderia ser considerado como altruísta por estar relacionado a um grande ideal e à ideia de se matar por um princípio social e não por interesses egoístas. Nota-se que, apesar de os samurais agirem em prol daqueles que devem defender em razão da estrutura social, existiriam aqueles que agiriam com um viés egoísta, de modo que, em um ato de desilusão e de perda, se matariam para tentar restaurar a honra.

A lâmina que o samurai ergue para matar e servir é uma mera ajudante na concretização do suicídio. Por estar integrado de forma demasiada à sociedade, por meio de ensinamentos e das regras que pairam como palavra de ordem e que eram passadas de geração em geração, o suicídio não era apenas aceito, como também esperado em diversas situações. Ou seja, em diversos sentidos, o meio social e também a cultura japonesa influenciavam a sociedade como um todo, impulsionando o comportamento dos samurais. Nesse sentido, a relação com a morte na sociedade japonesa precisa ser pensada não só à luz de fatos sociais, mas também com o intuito de adentrar de forma mais específica em uma análise que envolva o social e o cultural, algo que precisa ser aprofundado em futuros estudos sobre a temática.

O presente artigo faz um esforço inicial nesse sentido, analisando à luz da teoria de Durkheim as causas e as consequências do suicídio ritualístico samurai, visto que tais fatos podem elucidar alguns pontos sobre o Japão na atualidade. O suicídio japonês cometido pelos samurais era um ato ritualístico e influenciado pelo meio social, sendo um dos símbolos de honra e de altruísmo da tradição guerreira. De fato, apesar de ser insuficiente ponderar que as práticas dos samurais ainda existem na atualidade, casos isolados de suicídio no Japão se assemelham em alguns aspectos com as práticas do *Seppuku* (RUSSELL; METRAUX; TOHEN, 2016) e se relacionam com as pressões do meio social. Ademais, isso mostra como as tradições de uma sociedade podem perdurar em suas mais diversas camadas, envolvendo, inclusive, as motivações para se cometer o suicídio.

DEATH BY THE SWORD: JAPANESE RITUALISTIC SUICIDE ANALYZED IN THE LIGHT OF ÉMILE DURKHEIM'S THEORY

ABSTRACT: *Seppuku* was a form of traditional feudal suicide in Japan and throughout history it was used by the Japanese warrior class (samurais) as a way to honorably die and serve their master. Considering that Japanese suicide can be interpreted as an imposition of the social environment and the rules which permeated the Japanese society of the time, this article aims to analyze samurai suicide as a social fact and in order to do so, the theoretical framework of Émile Durkheim's theory of suicide is used. From Durkheim's conceptions of the four typologies of suicide (selfish, altruistic, fatalistic, or anomic), the central hypothesis of this paper is that *Seppuku* can be categorized as a form of altruistic suicide which is closely related to the social environment and the Japanese culture. Therefore, we move away from psychological interpretations of suicide and recover the understanding that the act of committing suicide, when analyzing feudal Japan, must be studied in the light of the society of that time.

KEYWORDS: *Suicide. Japan. Samurai. Seppuku. Émile Durkheim.*

MUERTE POR LA ESPADA: EL SUICIDIO RITUALISTA JAPONÉS ANALIZADO A LA LUZ DE LA TEORÍA DE ÉMILE DURKHEIM

RESUMEN: *El Seppuku* fue una forma tradicional de suicidio feudal japonés y a lo largo de la historia ha sido utilizado por la clase guerrera japonesa (samurái) como una forma de morir honorablemente y servir a su maestro. Al considerar que el suicidio japonés puede ser interpretado como una imposición del entorno social y de las reglas que impregnaban la sociedad japonesa de la época, este artículo tiene como objetivo analizar el suicidio samurai como un hecho social y para lograrlo utiliza el marco teórico de la teoría del suicidio de Émile Durkheim. Basándose en las concepciones de Durkheim sobre las cuatro tipologías de suicidio (egoísta, altruista, fatalista o anómico), la hipótesis central de este artículo es que el *Seppuku* puede ser categorizado como una forma de suicidio altruista que está estrictamente relacionada con el entorno social y la cultura japonesa.

PALABRAS CLAVE: *Suicidio. Japón. Samurái. Seppuku. Émile Durkheim.*

REFERÊNCIAS

- 47 RONINS. Direção de Carl Rinsch. EUA; Reino Unido; Japão; Hungria, 2013. Lançado no Brasil em 2014.
- BBC. Por que o Japão tem uma taxa de suicídios tão alta? 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150705_japao_suicidio_rb. Acesso em: 10 jan. 2016.
- BENEDICT, Ruth. **The Chrysanthemum and the Sword; Patterns of Japanese Culture**. Charles E. Tuttle Co, 2nd edition, 1954.
- BENESCH, Oleg. **Inventing the Way of the Samurai**. Nationalism, Internationalism, and Bushidō in Modern Japan. United Kingdom: Oxford University Press, 2014.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- GIDDENS, Anthony. **As Ideias de Durkheim**. São Paulo: Cultrix, 1981.
- GOES, Paulo de. O problema do suicídio em Santo Agostinho a luz do De civ. Dei, I. 227 p. Tese (doutorado), **Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Campinas, SP, 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279841>. Acesso em: 3 ago. 2018.
- HETCH, Jennifer Michael. Stay. **A History of Suicide and the philosophies against it**. Yale: Yale University Press, 2013.
- IGA, Mamoru. Suicide of Japanese Youth. **Suicide and Life-Threatening Behavior**, Vol. 11, p.17-30, 1981.
- IGA, Mamoru. **The Thorn in the Chrysanthemum: Suicide and Economic Success in Modern Japan**. Berkeley University of California Press, 1986.
- MAEDA, Aya. How suicide has been conceived in Japan and in the Western World: Hara-kiri, Martyrdom and Group Suicide. Facing Finality: Cognitive and Cultural Studies on Death and Dying. **Institute for Intercultural Communication**, 2011.
- MUELLER, Anna S. Does the Media Matter to Suicide? Examining the Social Dynamics Surrounding Media Reporting on Suicide in a Suicide-prone Community. **Social Science and Medicine**, Vol. 180, p. 152-159, 2017.
- NITOBÉ, Inazo. **A Alma do Samurai**. São Paulo: Tahyu, 2005.
- PINGUET, Maurice. **A Morte Voluntária no Japão**. São Paulo: Rocco, 1987.

RUSSELL, Roxanne; METRAUX, Daniel; TOHEN, Mauricio. Cultural influences on suicide in Japan. **PCN Frontier Review**. Japanese Society of Psychiatry and Neurology, p. 2-4, 2016.

STACK, Steven. Emile Durkheim and Altruistic Suicide, Archives of Suicide Research. Vol 8, p. 9-22, 2004.

STACK, Steven; ABRUTYN, Seth Abrutin. "Suicide by Fire: Ethnicity as a Predictor of Self Immolation in the U.S.". In: LESTER, D.; STACK, S. **Suicide as Performance**. New York: Transaction, p. 193-210, 2015.

STEINER, Philippe. **A Sociologia de Durkheim**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.

FUSE, Toyomasa. Suicide and Culture in Japan: A Study of Seppuku as an Institutionalized Form of Suicide. **Social Psychiatry**, Vol. 15, p. 57-63, 1980.

TSAI, Yung-Mei; CHANDLER, Charless. Suicide in Japan and in the West. **International Journal of Comparative Sociology**. Vol. 34, issue 3-4, p. 244-258, 1993.

TSUNETOMO, Yamamoto. **Hagakure: O livro do samurai**. São Paulo: Conrad, 2004.

UENO, Kayoko. O suicídio é o maior produto de exportação do Japão? Notas sobre a cultura de suicídio no Japão. **Revista Espaço Acadêmico**, Vol. 44, 2005.

YOUNG, Jerome. Morals, Suicide, and Psychiatry: A View from Japan. **Bioethics**, Vol. 16, p. 412-424, 2002.

Recebido em 25/11/2018.

Aprovado em 11/09/2019.

A JUDICIALIZAÇÃO DO CAIS: O LEGICENTRISMO NO ESTATUTO DO JUIZ

*Marcelo Rubin de LIMA**

RESUMO: Este artigo investiga o papel social dos juizes nos conflitos sobre a revitalização do Cais Mauá em Porto Alegre-RS. As expectativas quanto às ações do juiz neste conflito estruturaram práticas sociais mobilizadas pelos atores envolvidos no conflito. A análise do material empírico indicou que os movimentos sociais esperam que o juiz atue segundo o conceito operacional de “legicentrismo social”, em que o juiz é percebido como aplicador da lei e protetor das pessoas desassistidas, aquelas que não conseguem acessar os espaços de tomadas de decisão da política administrativa do Estado. Esta noção coloca os magistrados diante de tensões sociais e expectativas que muitas vezes não podem ser correspondidas.

PALAVRAS CHAVE: Judicialização. Juiz. Legicentrismo. Cais Mauá.

Introdução

Este artigo investiga as reivindicações dos movimentos sociais em Porto Alegre-RS sobre a revitalização do Cais Mauá para revelar suas expectativas quanto às ações do juiz. A análise do material empírico indicou que os movimentos sociais esperam que o magistrado atue segundo o conceito operacional de “legicentrismo social”, quando o juiz é percebido como aplicador da lei. Esta noção coloca os magistrados diante de tensões sociais e expectativas que muitas vezes não podem ser correspondidas. As concepções de justiça compartilhadas pelos atores em conflito estruturaram discursos e práticas sociais que revelam o estatuto social do juiz.

* Uniftec – Centro Universitário de Faculdades. Caxias do Sul – RS – Brasil. 95012-669 - rubin.lima@ufrg.br. <https://orcid.org/0000-0002-9775-7776>

Os dados apresentados neste artigo fazem parte de um corpus de pesquisa que tem seu início em 2008. Trata-se de uma coleção de dados primários e secundários sobre os conflitos das associações de moradores da cidade de Porto Alegre-RS contra projetos imobiliário controversos¹(LIMA, 2017).

Bauer e Aarts (2002, p. 44) conceituam um corpus como “uma coleção finita de materiais, determinadas de antemão pelo analista”. A coleção foi montada com dados de entrevistas, gravações de reuniões, observação participante, matérias de jornais, sites e blogs, além de documentos dos movimentos sociais e da Justiça. O corpus é trabalhado analiticamente após sua saturação. A coleção possui sincronia no tema, e se expande diacronicamente seguindo os novos eventos sobre o Cais Mauá. A narrativa desta categorização se concentra nos momentos em que os movimentos sociais, coletivos e associações de moradores organizavam sua mobilização; este recorte foi determinado pelo conceito de queixa. O conceito de legicentrismo foi usado analiticamente para revelar o estatuto social do juiz.

A ideia de justiça como estruturante de práticas sociais

Para Paul Ricoeur (1995) e Nancy Fraser (2014) as noções compartilhadas de justiça são um princípio ordenador do mundo social. Fraser (2014) pondera que a ideia de justiça é como uma virtude que serve de base para as demais virtudes. Por sua vez, Ricoeur (1995, p. 89) nota que “a ideia de justiça – quaisquer que sejam o sentido e o conteúdo – rege uma prática social”. Tanto Ricoeur (1995) quanto Fraser (2014) comentam que ao acessar um tribunal os atores sociais não necessitam saber ou definir o que é a justiça, eles precisam apenas expressar uma injustiça que pode ocorrer ou ser percebida de diversas maneiras. Fraser (2014, p. 267) considera que “a justiça jamais se experimenta diretamente”. Em contraste, a injustiça é experimentada diretamente. A injustiça existe positivamente, porque se constitui em uma experiência primeira. Ela concluiu que: “É apenas pela ponderação do que consideramos injusto que começamos a construir um sentido do que seria uma alternativa. Somente quando imaginamos o que seria preciso para superar a injustiça é que o nosso conceito de justiça deixa de ser vago e adquire conteúdo” (FRASER, 2014, p. 267).

Ricoeur (1995) também considera que a injustiça vem antes da justiça, ela é primeira. Com a queixa pública iniciamos a expressar o que é a injustiça e a justiça. Quando queremos estabelecer a justiça exclamamos: “Isso é injusto”, “Que injustiça!”. Por isso, perante o juiz nos comportamos como queixosos. Ricoeur (1995, p. 90) constata que, “a justiça é, mais amiúde, o que falta e a injustiça o que

¹ Dados produzidos para o mestrado e doutorado do autor.

reina, e os cidadãos têm uma visão mais clara do que falta às relações humanas do que da maneira correta de as organizar”.

O conteúdo da justiça se materializa com base em uma queixa no tribunal. Esta é uma maneira de tentar organizar corretamente a ordem social, que, por ser complexa e plural, é de difícil compreensão para os atores envolvidos nos conflitos. Esta noção apresenta a justiça como a ação reflexiva entre agentes. A queixa perante o juiz expõe o que deve ser considerado justo por uma parte. No tribunal, os litigantes consideram que “recorrer ao juiz é recorrer à justiça, pois a natureza do juiz é ser uma espécie de justiça animada” (ARISTÓTELES, 1991, p. 105). O magistrado é percebido pela sociedade como a encarnação das noções abstratas de justiça. As queixas do cotidiano quando chegam ao tribunal constroem, por um lado, um princípio de justiça e por outro, um estatuto social do juiz. É pela queixa que os atores sociais determinam suas expectativas quanto ao justo e à ação do juiz.

O legicentrismo como princípio de justiça e estatuto do juiz

Nas sociedades democráticas o estatuto social do juiz suscita contradições devido às diferentes noções que existem sobre o fazer do magistrado. As representações idealizadas da figura do juiz são correntes. Segundo Allard (2009), o magistrado se localiza em uma verdadeira encruzilhada de expectativas sociais. Assim, para alguns, ele deve ser intransigente e duro em suas decisões; outros pensam que o juiz deve ter a sensibilidade do perdão. Ainda, enquanto alguns esperam que o magistrado julgue com cuidado e calma demonstrando estima pela lei, outros querem a velocidade e a precisão de uma máquina. A impossibilidade de cumprir todas estas expectativas demonstra que a sociedade espera muitas vezes o impossível do juiz. Allard (2009) considera que: “De fato, as expectativas a respeito do juiz, notadamente como assegurador dos direitos humanos, são às vezes desmedidas e correm o risco de refletir uma imagem impotente do magistrado. Esperávamos Deus e descobrimos humanos, demasiado humanos” (ALLARD, 2009, p. 12).

Koerner (2013), coloca que a figura do juiz e seu ativismo na sociedade se sustenta a partir da representação idealizada do governo constitucional, que lembra a noção romântica do contrato social. Esta visão descreve o percurso que levou os indivíduos livres a se submeterem voluntariamente a um conjunto de regras gestadas como se fossem em comum acordo. Esta é a ideia de que processos históricos resultaram em um ciclo político virtuoso que foi plasmado em constituições que, por sua vez, possuíam um germe civilizador apoiado sobre dois conceitos fundamentais: a representação popular e a proteção dos direitos individuais. Decorre desses fatores a noção de que todos os membros de uma sociedade são os autores da lei.

Neste modelo, e ainda usando como referência trabalhos de Garapon (1999) e Koerner (2013), o juiz possui o papel social de protetor do pacto fundador, o ator que deve assegurar a realização dos princípios estabelecidos na constituição. Esta seria uma das bases do ativismo dos juízes. Ocorre que esta noção sobre um hipotético contrato social e seus conceitos abstratos correlacionados está longe de responder minimamente aos problemas do cotidiano de nossas democracias. Contudo, sustenta a noção de que o papel das instituições jurídicas é o de seguir as leis. Não haveria neste caso qualquer espaço para a interpretação ou mesmo criatividade por parte dos magistrados. Esta noção conceitua de **legicentrismo social** a partir da obra de Allard (2009).

Allard (2009) coloca a visão romântica da formação das constituições como um dos alicerces do legicentrismo e pilar da ordem jurídica moderna. A ideia de que, com auxílio da razão, se pode produzir um código legal completo, com muitos artigos, capaz de reger a totalidade dos problemas sociais. Neste caso, as únicas normas jurídicas relevantes são as leis. A primazia da lei e sua anterioridade lógica é chamada de legicentrismo. Neste modelo, o juiz apenas segue a lei e, se acaso precisar fazer uma interpretação da lei, deve mantê-la estritamente no seu sentido original. Segundo esta posição, o juiz deve interpretar a lei com parcimônia, sem grandes arroubos criativos, pois a lei possui uma lógica própria que é anterior ao caso julgado e que responde perfeitamente aos problemas levantados no litígio. O conceito de centralidade da lei coloca a regra acima de qualquer opinião. A lei é vista como algo que não deixa dúvidas a serem resolvidas, pois ela é completa e, assim, refratária às divergências.

Na França revolucionária pós 1798, o legicentrismo se colocava como uma proteção dos ditames elevados da Revolução que deveriam ser preservados do corpo da magistratura ligada à nobreza, havia na época o receio de uma ditadura de juízes. O legicentrismo ao acentuar a criação da lei em uma assembleia popular, além de valorizar os ideais revolucionários, demonstrava também a fé na razão como melhor guia para resolver os conflitos humanos. De acordo com Allard (2009), a crença reta na supremacia e eficiência da lei também representa um dos principais motivos para a transformação das concepções sobre a figura e papel do juiz na sociedade. Allard (2009) argumenta que:

Verifica-se a seguir que o declínio da lei, hoje dessacralizada, põe em xeque o legicentrismo. Por diversas razões, em especial a complexidade do mundo, a lei perdeu sua legitimidade e sua eficácia: mostra-se inadaptada para oferecer respostas eficazes aos problemas que surgem neste mundo tecnológico, em plena evolução. Ou ela chega muito tarde ou é demasiado nacional, lá onde os problemas como a ecologia ou a Internet são universais. Em muitos casos, entre os quais o da incompletude de uma lei, espera-se que o juiz resolva este déficit (ALLARD, 2009, p. 10).

No cotidiano, o legicentrismo social se manifesta nas queixas dos litigantes que são dirigidas ao juiz para que ele aplique a lei sem interpretação alguma, aspecto revelado pelo argumento: “tá na lei, cumpra-se a lei”. Esta é a expectativa dos movimentos sociais que se opõem ao processo de revitalização do Cais Mauá em Porto Alegre-RS que será apresentado a seguir.

A queixa dos movimentos sociais na questão do Cais Mauá

O modelo de ocupação das margens do rio Guaíba pensado a partir de altos edifícios erguidos pela iniciativa privada enfrenta forte oposição em Porto Alegre-RS. A verticalização da cidade gera diversas queixas dos moradores em diferentes bairros. No período entre 2001 e 2017 os movimentos e associações de moradores dos bairros centrais se envolveram em uma série de conflitos no entorno de questões sobre o planejamento urbano e o modelo de ocupação das margens do Guaíba. No centro desta disputa está a queixa dos movimentos sociais pelo cumprimento dos princípios do planejamento urbano previstos no Estatuto da Cidade.

Por outro lado, em Porto Alegre-RS há também uma intensa atividade a favor da ocupação das margens do Guaíba em organizações empresariais, veículos de comunicação e na internet. Estes são aqueles que vislumbram nos investimentos imobiliários e na indústria do turismo uma fonte certa e segura para o crescimento econômico. Assim os defensores do modelo de ocupação da orla centrado em grandes projetos imobiliários privados se referem aos movimentos que são contrários a este modelo como os “caranguejos do atraso”. Pessoas que se opõem ao progresso e ao crescimento econômico da cidade a partir do seu cais.

Devido à disparidade no poder político e econômico entre os dois grupos, resta aos defensores da orla a queixa, a reclamação de uma falta grave feita pelos detentores dos poderes. As queixas das associações de moradores se direcionam ao juiz via Ações Cíveis Públicas (ACPs). Na questão do Cais Mauá está em jogo um terreno com números superlativos, 181 mil metros quadrados na margem do rio, na região central da cidade que tem mais de 1,4 milhão de pessoas (PORTO ALEGRE, 2020). Nos projetos pensados pelo poder público, nada de novo, todos contemplam o normal em termos de turismo e negócios, uma grande avenida com viadutos que levam a torres de escritórios, hotéis, shopping, restaurantes e centro de convenções, tudo cercado por um gigantesco estacionamento.

A confiança na eficácia das ACPs decorre dos conflitos ocorridos entre 2007 e 2009 em que estava em questão o projeto urbanístico do Pontal do Estaleiro, um antigo estaleiro localizado na ligação do centro com a zona sul. Em jogo, estavam as normas para construção de imóveis nas margens do rio. Após uma sucessão de ACPs, a solução jurídica para a questão foi a realização da primeira consulta popular

do país para determinar aspectos do planejamento urbano. Com a participação de mais de 22 mil eleitores, a limitação na altura dos edifícios foi aprovada por 80,7% dos votantes. Naquele momento, a novidade das normas do Estatuto da Cidade possibilitou um incremento na confiança sobre o estatuto social do juiz centrado no conceito de legicentrismo, pois a queixa era para aplicar o Estatuto da Cidade, e o judiciário fez valer o que estava na lei. Este cenário inédito causou espanto e paralisia que deixou as organizações empresariais e a própria administração municipal sem saber o que fazer diante das queixas e da ativa mobilização que tomou conta dos bairros centrais exigindo o cumprimento do Estatuto.

O plebiscito de 2009 levou o prefeito da cidade a vetar a construção de torres comerciais com mais de 100 metros de altura próximo das extremidades do Cais Mauá, especificamente, no entorno da Usina do Gasômetro, que é tombada pelo patrimônio histórico e cultural, e da Rodoviária da cidade. Até este momento as queixas instrumentalizadas via ACP surtiram o efeito esperado pelos ativistas.

Segundo o planejamento urbano do município, a participação dos moradores do centro ocorreu institucionalmente nas reuniões da Região de Planejamento 1 (RP-1), que congregava os bairros centrais da cidade. A observação participante, realizada nas reuniões, constatou que os conselheiros da RP1 dialogaram com cidadãos, ONGs, coletivos, estudantes e os mais diversos movimentos sociais envolvidos nas questões urbanas. Em todas as reuniões, as potencialidades das ACPs foram destacadas. A articulação de denúncias ao Ministério Público (MP) e ACPs foi a ação mais indicada para solucionar as queixas contra a prefeitura e as empresas da construção civil. Nas reuniões os ativistas comentavam e destacavam os aspectos fundamentais das diversas queixas que eram trazidas e recomendavam: “Tem o MP, eles são obrigados aceitar este tipo de queixa”.

Evidentemente a confiança extremada nos potenciais da lei e das normas muitas vezes não era correspondida pelos magistrados. Porém, os conselheiros e ativistas seguiam com a esperança de que as instituições jurídicas apenas aplicassem a lei sem questionamento. Por exemplo, em 2010, em uma reunião da RP1 uma conselheira fez a seguinte recomendação a um cidadão que apresentava uma queixa:

O senhor não desista, não existe ninguém que tenha mais poder que o senhor. Simplesmente o que o senhor tem que fazer é pegar as leis e ir ao MP e dizer: eu quero que cumpra a lei, não interessa se é coronel ou o que for! Só que o senhor tem que pegar e botar no papel, marcar com o MP e ir lá e dizer: eu quero que cumpra isso! Prefeito nenhum vai atender o senhor. Só em época de eleição. Escreva o que o senhor está dizendo aqui e vá ao MP.

Em 2010 o Governo do Estado cedeu a área do Cais Mauá para a iniciativa privada por um período de 25 anos. Na licitação houve apenas um concorrente. Esta

foi a realização de um antigo sonho de muitos governos. O argumento que sustentou esta ambição foi a noção de que o cais deveria ser reintegrado ao centro da cidade, e seria função do poder público “devolver o rio para a cidade” e “reaproximar o porto-alegrense do rio”. Acompanhava estes jargões o raciocínio de que o governo deveria repartir este projeto com a iniciativa privada como forma de não onerar os cofres públicos. E assim tivemos um projeto turístico internacional atrelado ao ideal de reintegrar o cidadão ao seu cais.

Foi neste momento que nasceu o coletivo Cais Mauá de Todos, que se opôs ao processo de licitação do cais. Sua origem era ligada aos movimentos espontâneos que se formaram logo após à concessão do cais. Entre estes movimentos, estava o coletivo Ocupa Cais Mauá. O “ocupa” buscou sua inspiração no movimento “Ocupa Estelita” de Recife-PE. Deve-se a isso a semelhança entre os nomes. Desde o início das articulações, a maior preocupação dos ativistas foi de encontrar uma maneira eficiente de impedir a demolição dos armazéns, ainda não tombados pelo patrimônio histórico e cultural, e, em decorrência disso, paralisar o processo licitatório. Assim, logo tomou forma a ideia de focar os esforços nas ações judiciais para que se fizesse cumprir a lei.

Para isso, o primeiro passo foi fazer o levantamento das principais questões judiciais do projeto de revitalização do cais. Este trabalho detectou indícios de irregularidade e ilegalidades em questões urbanísticas e no próprio edital de licitação. Entre as queixas do coletivo, estava o fato de que, em 2010, a Câmara Municipal havia aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 638, que estabeleceu as normas para a utilização da área do cais. Esta Lei conferiu índices construtivos especiais para o cais via parcerias público-privadas, art. 17. Nos documentos do coletivo, este ponto foi tratado como uma irregularidade da empresa que venceu a licitação, e assim a queixa endereçou-se a uma injustiça, pois no Estatuto consta:

- O art. 17 afirma que os regimes urbanísticos instituídos pela lei vigorarão até 32 de dezembro de 2012, e no seu § único cria a obrigação que nos primeiros 90 dias de 2013 o Executivo envie à Câmara Projeto contendo critérios de atualização da Lei, com a manutenção, modificação ou a revogação dos índices contidos. Isto não foi realizado, o que torna o regime urbanístico instituído sem efeito;
- O mesmo art. 17 define as diretrizes estratégicas para o Cais Mauá. A primeira delas é o estudo de ligação aérea ou em nível, vegetada sobre a Avenida João Goulart, como até o presente momento o estudo não foi apresentado tal ato caracteriza descumprimento da obrigação legal;
- A Lei concede alteração de uso e do direito de construir, que segundo o Estatuto da Cidade deveriam ser outorgas onerosas, mas são concedidas sem ônus, em contrariedade ao disposto na lei federal. Não bastasse isto a lei do município isenta da doação de áreas para sistema viário e equipamentos públicos e não prevê contrapartidas e medidas mitigadoras de

impacto, previstas nestes casos pela Legislação Federal (Estatuto da Cidade); - Na parceria pública privada é desejável que haja equilíbrio entre os benefícios concedidos pelo poder público e o ônus assumido pelo investidor privado em relação à concessão de 25 anos, sendo que a restauração dos armazéns é trocada pela possibilidade de edificação (1) um shopping center, (2) três torres comerciais de 100 m de altura e milhares de vagas de estacionamento, o que é, na relação custo benefício, extremamente desfavorável ao Poder Público (Documento Cais Mauá de Todos).

Somaram-se a esta queixa, outras, como os problemas licitatórios, entre eles a questão do princípio do procedimento formal, o princípio da publicidade de seus atos e o princípio da igualdade entre os licitantes. Desta forma, ficou claro que o melhor caminho a ser tomado pelos ativistas seria o de sustentar suas queixas contra a licitação nos tribunais.

Mas isso não foi consenso. Muitos ativistas do Ocupa Cais Mauá vislumbravam ações diretas como ocupações, passeatas e bloqueio de avenidas. O coletivo se dividiu. Desta dissidência surgiu o Cais Mauá de Todos. A queixa principal dos dissidentes era quanto às reuniões e ações do coletivo Ocupa Cais Mauá, consideradas como pouco efetivas e concentradas em objetivos muitos amplos, sem eficácia na luta pela preservação do Armazém A7. O objetivo específico do Cais Mauá de Todos era apenas parar a licitação. E para isso as melhores ações seriam as jurídicas.

Em entrevista dada ao blog da disciplina jornalismo ambiental do Centro Universitário Ritter dos Reis – UniRitter uma das líderes e fundadoras do coletivo Cais Mauá de Todos, comentou os motivos da separação do coletivo Ocupa Cais Mauá da seguinte forma: “Tínhamos o entendimento de que era preciso fazer a mobilização mais centrada em ações jurídicas, ações no âmbito institucional e também ter um discurso mais abrangente com o objetivo de conquistar as pessoas” (PEREIRA, 2015, n. p.).

Outra líder do Cais Mauá de Todos, em uma troca de e-mails, quando questionada sobre as expectativas com relação às ACPs respondeu: “O que esperamos do judiciário é algo bem cândido: justiça. Isso porque o contrato de arrendamento está com problemas e o consórcio já deixou de cumprir com obrigações consideradas fundamentais e que poderia dar por encerrado o negócio” (Corpus Cais Mauá).

Neste caso, a esperança de justiça se concentra na noção de que o juiz seguirá a lei, e a justiça é o equivalente à execução dos princípios do aparato de leis do Estado. A opção do Coletivo Cais Mauá de Todos de ter sua mobilização centrada em ações jurídicas se mostrou acertada e motivo de comemorações quando em 27 de outubro de 2015 o juiz federal Roberto Wanderley Nogueira decidiu que o terreno do Cais Estelita em Recife deveria retornar para a posse do poder público.

Esta decisão é do Processo nº: 0001291-34.2013.4.05.8300, uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal contra o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a prefeitura e a empresa Novo Recife Empreendimentos LTDA., esta última é a responsável pela construção dos edifícios no cais Estelita. Na prática esta decisão anulou o leilão de venda da área.

Em Porto Alegre-RS, logo a notícia se espalhou pela internet, no jornal *JÁ* a matéria de 29 de outubro de 2015² trouxe a chamada: “Decisão judicial sobre o Cais Estelita anima ativistas de Porto Alegre”. A matéria comentava que “a noite de sábado (28) foi de celebração diante do pórtico central do Cais Mauá”. A reportagem destacou a troca de informações entre os dois movimentos e descreveu o comentário de uma ativista que pontuava: “Lá eles anularam um leilão, reverteram uma compra. Aqui é mais simples, basta rescindir o contrato”.

O coletivo Cais Mauá de Todos fez dos conhecimentos jurídicos que adquiriu uma ferramenta para despertar o interesse midiático sobre suas queixas sobre a licitação do cais. Em coletiva de imprensa, realizada antes da audiência pública sobre o EIA-RIMA do projeto de revitalização, foram apresentadas mais queixas contra o contrato de concessão. Como resultado, no dia da audiência, o jornal *Correio do Povo*, em sua edição impressa do dia 18 de setembro de 2015, trouxe a seguinte manchete: “No STF, grupo quer evitar obra no Cais Mauá”. No relatório entregue à imprensa o coletivo descreveu que:

O Coletivo Cais Mauá de Todos pretende levar ao IPHAN/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o pedido de tombamento da Paisagem Histórica e Cultural do Cais Mauá, bem como a inclusão do Armazém A7 na proteção legal do conjunto tombado em nível municipal. Da mesma forma, está em andamento estudo para ingressar com Mandado de Segurança em nome da representação da Sociedade Civil junto ao TJ/RS e ao STF, por conta de inconstitucionalidades advindas da desobediência da Lei das Licitações (Lei Federal nº 8.666/931) e da Lei da Transparência (Lei nº 12.741). O presente relatório foi objeto de encaminhamento de providências às denúncias em nome do Coletivo Cais Mauá, devidamente registradas em abaixo-assinado com mais de 6.500 assinaturas, para legitimidade do espírito cívico desta ação, junto aos órgãos competentes em todas as esferas públicas de âmbito Municipal, Estadual e Federal (Documento CAIS MAUÁ DE TODOS, relatório setembro 2015).

Em abril de 2018, a suspeita do coletivo Cais Mauá de Todos revelou-se concreta quando uma operação da Polícia Federal encontrou evidências de fraude no fundo de investimentos que financiava as obras de revitalização do Cais Mauá.

² <http://www.jornalja.com.br/vitoria-no-cais-estelita-repercute-entre-ativistas-em-porto-alegrecaismaua/>.

Entretanto, as obras não foram paralisadas devido às ACPs, mas sim devido a uma investigação paralela. Um mês antes, em março de 2018, a prefeitura e o governo do Estado liberaram as autorizações para o início das obras o que acarretaria na demolição dos armazéns não tombados pelo patrimônio histórico e cultural. As expectativas quanto à eficácia das ACPs não se concretizaram até o momento. A esperança depositada no juiz como articulador do legicentrismo social e protetor dos desassistidos nas decisões sobre o planejamento urbano de Porto Alegre não aconteceram. Até este momento, a questão da revitalização do Cais Mauá é incerta.

Considerações finais

A centralidade das ACPs nos conflitos urbanísticos e ambientais de Porto Alegre-RS é *taken for granted*. Os ativistas e apoiadores da defesa do Cais Mauá seguirão usando as ACP como um destacado repertório de ação. Entretanto, as queixas dos defensores do Cais Mauá não foram atendidas. A expectativa quanto à atuação do juiz não se concretizou. Em Porto Alegre-RS o estatuto social do juiz está em ebulição. A queixa para que se cumpra o Estatuto da Cidade suscita a noção de que o juiz deve aplicar a lei. Isso exclui a criatividade e interpretação do magistrado e pressupõem que a lei é completa e sua aplicação autoevidente. A posição legictrista espera que o juiz atue semelhante a uma máquina de julgar. Ocorre que a lei está dessacralizada. Embora o Estatuto da Cidade tenha objetivos virtuosos, sua execução gera dúvidas e não é automática. A incompletude da lei gera espaços para o juiz atuar de diferentes formas. Esperar que o juiz apenas cumpra a lei é reduzir sua capacidade de ação. O magistrado pode articular e conciliar. Além disso, a queixa centrada na questão legal obscurece conflitos de fundo, como os modelos alternativos de planejamento urbano.

THE JUDICIALIZATION OF THE HARBOR: THE LEGICENTRISM IN THE STATUTE OF THE JUDGE

ABSTRACT: *This article investigates the social role of the judges in the judicialization of the revitalization of Mauá harbor in Porto Alegre, RS, Brazil. Expectations as to the actions of the judge in this conflict structured social practices mobilized by the people involved in the conflict. The analysis of the empirical material indicated that the social movements expect the judge to act according to the operational concept of “social legicentrism”, in which the judge is perceived as an enforcer of the law and protector of the unassisted people, those who cannot access*

the decision-making spaces of the State administrative policy. This notion places the magistrates in face of social tensions and expectations which are often not met.

KEYWORDS: *Judicialization. Judge. Legicentrism. Mauá Harbor.*

LA JUDICIALIZACIÓN DEL PUERTO: EL LEGICENTRISMO EN EL ESTATUTO DEL JUEZ

RESUMEN: *Este artículo investiga el papel social de los jueces en la judicialización de la revitalización del puerto de Mauá en Porto Alegre. Las expectativas sobre las acciones del juez en este conflicto estructuraron las prácticas sociales movilizadas por los actores involucrados en el conflicto. El análisis del material empírico indicó que los movimientos sociales esperan que el juez actúe de acuerdo con el concepto operativo del “legicentrismo social”, en el que el juez es percibido como un ejecutor de la ley y protector de las personas sin asistencia, aquellos que no pueden acceder a los espacios de toma de decisiones de la política administrativa del Estado. Esta noción coloca a los magistrados ante tensiones sociales y expectativas que a menudo no se cumplen.*

PALABRAS CLAVE: *Judicialización. Juez. Legicentrismo. Cais Mauá.*

REFERÊNCIAS

BAUER, Martin; AASTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ALLARD, Julie. **Le juge en France, un statut en pleine évolution?** Paris: Dalloz, 2009.

ARISTÓTELES. **Os pensadores**, v2. São Paulo. Nova Cultural, 1991.

CORREIO DO POVO. “No STF, grupo quer evitar obra no Cais Mauá”. Publicado em 18 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.jornalja.com.br/vitoria-no-cais-estelita-repercute-entre-ativistas-em-porto-alegrecaismaua/>. Acesso em: 13 mai. 2020.

FRASER, Nancy. Sobre justiça: lições de Platão, Rawls e Ishiguro. **Rev. Bras. Ciênc. Polít**, Brasília, n. 15, p. 265-277, 2014.

GARAPON, Antoine. **O juiz e a democracia: o guardião das promessas**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

KOERNER, Andrei. Ativismo judicial? Jurisprudência constitucional e política no STF pós-88. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p. 69-85, 2013.

LIMA, Marcelo Rubin. **A justiça e a cidade**: o juiz nas lutas pela ocupação do espaço urbano de Porto Alegre. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

PEREIRA, Juliana. KATIA SUMAN: “O espaço público precisa permanecer público”. **Jornalismo Ambiental**. UniRitter, 15 de julho de 2015. Disponível em: <http://jornalismoambiental.uniritter.edu.br/?p=776>. Acesso em: 13 mai. 2020.

PORTO ALEGRE. Prefeitura. Dados Demográficos IBGE 2010. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?p_secao=918. Acesso em: 13 mai. 2020.

RICOEUR, Paul. **Em torno ao político**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

Recebido em 17/08/2018.

Aprovado em 04/02/2020.

Ensaaios

DEPOIS DO PÓS-FORDISMO: AS ÚLTIMAS DÉCADAS DA RAZÃO MATERIAL DO TRABALHO

Breilla ZANON*

RESUMO: Inúmeras são as formas pelas quais o mercado de trabalho buscou lidar com as transformações econômicas nos últimos 50 anos. Dentre essas transformações, a flexibilização marca as novas dinâmicas de produção e de organização dos trabalhadores. O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as transformações decorrentes da reestruturação produtiva, observando como a partir desse cenário de estagnação da produtividade fordista – percebida como resultante da rigidez e das burocracias presentes na organização da produção, distribuição e nos mercados –, demandas não só dos consumidores, mas também dos trabalhadores, não podiam mais ser atendidas. O artigo tem como foco o surgimento de um novo perfil de trabalhador, demandado a partir das novas dinâmicas de flexibilização do mercado e de uma nova racionalidade a respeito do trabalho que, no início do século XXI, vai se refletir em novos modelos de organização e gestão do trabalho, como as *startups* e os *coworkings*.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-fordismo. Reestruturação produtiva. Vale do Silício. *Startups*. *Coworkings*.

Introdução

Nos últimos 50 anos, a flexibilização marcou as novas dinâmicas de produção e de organização dos trabalhadores. A estagnação da produtividade fordista – percebida como resultante da rigidez e das burocracias presentes na organização

* UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidades (LEST-M-UFSCar). São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - bzaanon@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-3266-8289>.

da produção, distribuição e nos mercados –, não mais atendia às demandas não só dos consumidores, mas também dos trabalhadores. Era preciso uma nova forma de produzir que possibilitasse uma maior flexibilidade às transações econômicas. O toyotismo¹, ao introduzir a dinâmica do *just-in-time*, – baseada na produção por demanda do mercado – eliminava a produção em grande escala, gerando maior eficiência e menores custos para as empresas (ALVES, 2011). Seguindo essa nova configuração, o mercado de trabalho passa a criar dinâmicas e perfis de trabalhadores mais flexíveis, dispostos a atender a essa nova demanda (SENNETT, 2009).

O período da reestruturação produtiva pode ser entendido também como o catalisador – e resultado ao mesmo tempo – daquilo que autores como Castells (2003) chamam de Revolução Informacional. Trata-se de um momento em que, conseqüentemente, os mercados passam a demandar por uma maior qualificação dos trabalhadores, favorecendo o aumento da categoria dos profissionais especializados. Vemos, portanto, dois processos que se entrelaçam e contribuem de maneira articulada a toda uma reconfiguração do cenário produtivo e do trabalho. Se olharmos o desenvolvimento tecnológico em retrospectiva, podemos observar que esse gerou um avanço material e social amplo e intenso nas dimensões mais diversas. Não é difícil entender, então, o motivo pelo qual sociólogos como o próprio Castells (2003) consideram as transformações que tais tecnologias renderam às sociedades, algo de impacto semelhante ao que foi conduzido pelas Revoluções Industriais. Foi no final do século XX, mais especificamente a partir da década de 1970, que as transformações tecnológicas passaram a ser extensamente sentidas em meio a sociedade civil. Assim, as novas tecnologias abriram um novo curso socioeconômico: trouxeram soluções eficazes aos entraves que já vinham sendo apresentados pelo fordismo uma década antes, e contribuiu para a oxigenação dos mercados em um período que ainda se sentia os impactos, sobretudo econômicos e políticos, do pós-guerra (ATHIQUE, 2013).

[...] A nova centralidade da gestão da informação, no entanto, posteriormente provou ser um desenvolvimento igualmente profundo no refazer do mundo moderno. Na década de 1970, entramos em uma era em que vastos armazenamentos de informações pareceram ter maior significado do que grandes volumes de recursos físicos. Todas as formas de processos, conceitos e atividades humanas estavam sendo registradas e, por sua vez, foram aplicadas e melhoradas pela maquinaria da tecnologia da informação. [...] Os benefícios da maior velocidade e eficiência no processamento da informação também foram evidentes para os vários ramos

¹ Taiichi Ohno é considerado o criador desse sistema, o qual tem como base o modo de produção flexível *just-in-time*, que elimina a produção em grande em escala, gerando maior eficiência e menores custos para as empresas (ALVES, 2011).

do governo moderno e as corporações comerciais da atualidade (ATHIQUE, 2013, p.7-8, tradução nossa).

Em paralelo às turbulências que movimentavam o campo da economia nesse período, as reivindicações dos trabalhadores ampliavam as discussões acerca de melhores condições de trabalho e mais autonomia em relação às dinâmicas rígidas que a organização fordista impunha até então. Maio de 1968 talvez tenha sido o episódio mais emblemático de todas essas manifestações que demandavam por mais acessos e direitos à sociedade civil, transbordando a esfera da economia para questões de interesse político e social (HARDT; NEGRI, 2001).

Toda essa nova configuração dá início a um período que convençionamos chamar de pós-fordista, um momento em que as técnicas de trabalho humano e material passam das estratégias tayloristas de repetição e planificação, para produções flexíveis, sob demanda do mercado, aliando agilidade do processo produtivo sob demanda à diminuição de custos (HARVEY, 2012). Inserem-se com isso novos valores em meio ao mercado de trabalho, o que significa que um novo perfil de trabalhador, com um outro tipo de racionalidade em relação a sua condição, passa a ser constituído (SENNETT, 2009). A flexibilidade passa a ser prerrogativa para as transações de mercado como um todo. O período pós-fordista deixa evidente a maneira pela qual a transformação da produção material vai se espalhando pelas relações de reprodução social dos indivíduos nas mais diversas dimensões da vida.

De acordo com Sennett (2009) e Harvey (2012), a flexibilidade que se requer nesse momento não se refere somente à dimensão da produção, mas está totalmente relacionada também à própria estrutura do mercado de trabalho e às transformações pelas quais os trabalhadores são obrigados a passar no que diz respeito às suas condutas para se adaptarem a essa nova configuração. O intenso fluxo informacional, junto com suas respectivas tecnologias, permite que tempo e espaço sejam resignificados, e junto com eles, a própria posição dos indivíduos dentro do mercado de trabalho.

O mercado de trabalho [...] passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (HARVEY, 2012, p.143).

Sejam como catalizadores ou como resultantes, em síntese, os debates sobre as transformações ocorridas a partir da reestruturação produtiva concordam que a entrada de novas tecnologias na cadeia de produção, e a decorrente transformação

da organização do trabalho e de suas relações em condições mais flexibilizadas, alimentaram a instabilidade e fragmentariedade dos mercados de trabalho, levando a um enfraquecimento dos sindicatos trabalhistas (HARVEY, 2012).

O que vemos é o resultado da articulação dessas transformações econômicas, políticas, tecnológicas e sociais. Não se trata de dizer qual o princípio que desencadeou cada uma delas, nem de colocá-las em um grau de hierarquia, mas de pensarmos como todos esses acontecimentos, de maneira articulada, permitiram que uma nova racionalidade fosse concebida e com ela uma nova interpretação do trabalhador a respeito de si mesmo e do seu trabalho. Uma nova subjetividade começa a se moldar e o que vemos hoje a partir de espaços de trabalho flexíveis como as *startups*² e os *coworkings*³ são não mais que reflexos de todo esse processo.

2. Um novo perfil de trabalhador ou a reengenharia do mercado de trabalho em dois momentos

A tecnologia da informação dentro dos processos de produção garantiu que a reestruturação produtiva gerasse um avanço não só no que tange a alta produtividade a baixos custos, mas também permitiu uma reorganização das relações de trabalho. Os espaços de *coworking* e as *startups* surgem na esteira dos processos de reengenharia dos mercados de trabalho que acontecem nesse período. Entendemos que esse cenário se desenha em dois momentos: o primeiro deles corresponde à inserção da tecnologia nos processos de produção logo nos primeiros anos da década de 1970, o que acaba por eliminar uma mão de obra mais mecânica e menos qualificada, substituindo-a por novas tecnologias e profissionais qualificados no seu manuseio (SENNETT, 2009). Ao final da década de 1990, observamos um segundo movimento semelhante, cujo intuito era mais uma vez reorganizar o perfil de trabalhadores dentro da escala produtiva. Trata-se de um período histórico onde a internet passa a ser o principal centro das atenções mercantis da época. Seu potencial econômico começa a ser explorado com mais intensidade a medida em que as empresas voltadas para o desenvolvimento de negócios via internet – conhecidas como *ponto.com* – deixam de ser algo fora da realidade de mercado.

Mais uma onda de desemprego vai se desencadear, no entanto, ela se refere ao estouro da bolha que o intenso fluxo de investimentos e especulação começa

² *Startups* podem ser definidas como empresas de pequeno porte em fase inicial de investimento que se proliferaram a partir da década de 1990 (GITAHY, 2010), mas também podem ser consideradas um modelo de gestão pautado na inovação, método e escalabilidade.

³ *Coworkings* são espaços de trabalho compartilhados por profissionais diversos, em sua maioria autônomos, aonde são divididos os custos de aluguel, de materiais de trabalho em comum, e de manutenção do espaço, por meio dos quais se é possível aumentar as oportunidades de *networking* e diminuir o isolamento do *home-office*.

a formar entorno dessa nova forma de empreender. Com uma alta aplicação de capital em uma dimensão do mercado que ainda estava se consolidando, muitas empresas acabam não atingindo o resultado esperado diante de grande instabilidade e concorrência, e mais uma onda de trabalhadores – sobretudo jovens e qualificados – se vê em condição de desemprego (MANN; NUNES, 2009). O que vemos, portanto, a partir desses dois momentos, são dois tipos consecutivos de trabalhadores à deriva nesse período de transformações: no primeiro deles, um trabalhador mais experiente, porém menos qualificado no que diz respeito às novas demandas tecnológicas, tendo apenas um conhecimento mais técnico da produção e, por isso, exposto a um intenso processo de adaptação, (SENNETT, 2009) e, posteriormente, uma categoria de trabalhadores mais jovens, que já havia entrado no mercado de trabalho em certa medida em substituição a um perfil mais rígido e técnico de profissional, e que acumulava em seu currículo conhecimentos mais qualificados, ligados a uma grande influência da demanda por tecnologia, ao fluxo de informação e à cientificidade no mercado de trabalho.

É importante diferenciar esses dois tipos de trabalhadores, pois eles indicam a racionalidade por trás das transformações econômicas. Entender o processo de reengenharia do trabalho em duas fases nos ajuda a visualizar uma complementariedade e um curso lógico da forma pela qual o mercado passa a organizar a gestão de seus trabalhadores. Em síntese, vemos no primeiro momento uma onda de desemprego de trabalhadores em decorrência da substituição por ferramentas de automação da produção que tinha como objetivo pôr em prática a estratégia toyotista do *lean production*, ou seja, da produção enxuta (SENNETT, 2009). Anos mais tarde, a qualificação técnica a respeito das novas ferramentas tecnológicas parecia não mais ser suficiente para contemplar as demandas do mercado. Um novo perfil de trabalhador era necessário e isso significava trabalhadores cuja subjetividade estivesse envolvida com o mercado para além dos atributos técnicos. Esse novo trabalhador deveria ser ainda mais flexível, dotado de uma subjetividade cujos afetos e desejos fossem capazes de se adaptar às intempéries, fragilidades e interesses do mercado e, assim, deveria estar consequentemente disposto a dedicar sua vida e talentos à empresa (LAVAL; DARDOT, 2016).

Mais do que aqueles trabalhadores que foram lançados à sorte no início da reestruturação produtiva, os trabalhadores que se deparam com o desemprego no contexto dado pela bolha da internet se veem diante de uma demanda toyotista intensificada, onde as práticas de gestão do trabalho passaram a dar mais privilégio por um profissional que se disponibilizasse a um constante processo de inovação de seus conhecimentos como forma de garantir sua empregabilidade. Além disso, novos cargos e ocupações são criados ou renomeados dentro das empresas⁴, mas não

⁴ Essa estratégia das empresas é definida por Standing (2013, p.38) como *uptitling*.

de maneira a criar novos custos, e sim como forma de dar um outro significado a atividades que até então não eram valorizadas, dando ao trabalhador a falsa sensação de ascensão na carreira (STANDING, 2013). Todo o processo de reengenharia do mercado de trabalho que se estabelece a partir da reestruturação produtiva e se intensifica com o período de recessão que se estabelece após o estouro da bolha da internet vai ao encontro, portanto, do projeto de enxugamento das empresas e da progressiva incorporação da subjetividade e vida dos trabalhadores aos interesses do capital.

Do ponto de vista da origem das primeiras *startups* e espaços de *coworking*, vemos uma consonância do aparecimento de suas primeiras experiências com esses dois processos de reengenharia. Primeiro porque é partir da reestruturação produtiva, desencadeada na década de 1970, que um perfil de trabalhador mais qualificado passa a ser exigido pelo mercado de trabalho e, segundo, porque a progressiva transformação da subjetividade dos trabalhadores – que consecutivamente é resultado da transformação do perfil de trabalhador demandado pelo mercado – passa a configurar novos desejos e interesses dos mesmos a respeito daquilo que para eles seria o trabalho ideal. Dessa maneira, observamos que o perfil de trabalhador que a princípio se apresenta nas *startups* e espaços de *coworking* tem uma forte relação com o desemprego que assolou os grandes centros europeus e americanos nas últimas décadas. Trata-se de sujeitos que presenciaram um processo de transformação do mercado de trabalho e, conseqüentemente, do perfil de trabalhador, que se inicia na década de 1970, mas que se intensifica nas primeiras décadas dos anos 2000. Suas subjetividades vão sendo cada vez mais mobilizadas em função das novas formas de gestão. Forja-se assim, no decorrer de todo esse período, um trabalhador cujos desejos e interesses que o identificam, se encontram alinhados às motivações do mercado capitalista. Trata-se de sujeitos com alto nível de formação e especialização, mas, sobretudo, trabalhadores cuja subjetividade se mobiliza no sentido de incorporar sem muita resistência o comportamento flexível, uma vez que esse passa a ser demandado pelas empresas e entendido por eles como requisito de empregabilidade (ZANON, 2015).

Assim, diante de todas essas condições, o perfil de trabalhadores tanto das *startups* quanto dos *coworkings* são muito semelhantes: a média de idade dentro dos espaços de *coworking* e dentro das *startups* gira em torno dos 25 a 40 anos, sendo que nos espaços de *coworking* a faixa etária dos empreendedores é de 35 anos e nas *startups*, essa faixa média é de 28 anos (PELISSON; HARTMANS, 2017). Os dois modelos são predominados por homens (53% e 81% dos *coworkers* e dos empreendedores de *startups*, respectivamente, são do gênero masculino). Já no que diz respeito ao nível de escolaridade, 86% dos *coworkers* são graduados ou pós-graduados, assim como 95% dos empreendedores de *startups*. Podemos ver,

portanto, um perfil de profissionais que se aproxima nesses dois modelos: homens jovens e com nível superior de ensino (DESKMAG, 2017; FIRST ROUND, 2017).

Um ponto interessante na trajetória desses profissionais é que, no processo de origem desses espaços, muitos deles inicialmente trabalhavam em empresas e depois, mediante o processo de reengenharia, são demitidos ou passam a trabalhar em casa ou remotamente como uma forma de cortar gastos por parte das empresas⁵. Outros, quando mais jovens, já são formados a pensar o mercado de trabalho por meio de uma perspectiva mais flexível e instável, ou que a seguridade, no caso, seria fruto de seu próprio desempenho.

No entanto, toda essa nova atmosfera de pró-atividade disseminada em meio ao mundo do trabalho nas últimas décadas, esconde condições que podem ser entendidas como movimentos de precarização que se disfarçam em discursos de autonomia e liberdade. Trata-se de uma nova mentalidade apresentada em um processo de formação de trabalhadores que vai além das cadeiras da universidade e que se constroem em consonância a toda uma racionalidade neoliberal que reforça os processos de individualização e responsabilização do trabalhador, usando para isso o nome de “autonomia empreendedora” (LAVAL; DARDOT, 2016). Isso acontece porque ao mesmo tempo em que esses modelos criam oportunidades de conexão, exigem mais do trabalhador e transferem para ele toda a responsabilidade de seu sucesso e competência. Assim, podemos observar também uma mudança gradativa das estratégias de exploração. É na lógica da reestruturação produtiva que a racionalidade neoliberal se define: ampliam-se as formas pelas quais essas estratégias se valem da responsabilização, fazendo uso de discursos motivacionais e atributos que afetam cada vez mais a subjetividade do trabalhador na tentativa de refinar as técnicas de diluição das fronteiras entre o trabalho e a vida do trabalhador.

O toyotismo, em oposição ao taylorismo, não vê diferença entre concepção, controle e execução. Com isso, os trabalhadores tornam-se mais responsáveis pelo processo produtivo como um todo, menos alienados.

Ao lado disso, a proposta é de uma certa liberação generalizada, à medida que uma mobilidade é estimulada, é valorizado aquele que pode trabalhar com pessoas muito diferentes, que está aberto e flexível a trabalhar em projetos distintos, adaptar-se a circunstâncias diversas, e cada projeto é uma oportunidade para enriquecer as competências próprias e aumentar a empregabilidade. Com isso, de fato o *neomanagement* responde às críticas anteriores no tocante do controle hierárquico, outorgando uma margem de liberdade, reivindicando mesmo uma

⁵ A relação de proliferação das *startups*, surgimento dos espaços de *coworking* e desemprego não diz respeito ao surgimento das primeiras experiências desses modelos surgidas na América do Norte e na Europa, respectivamente.

autonomia, uma espontaneidade, uma mobilidade, uma pluricompetência, uma convivialidade, uma abertura à novidade, à criatividade, à sensibilidade, a escuta do vivido e o acolhimento de experiências múltiplas, contatos interpessoais etc. [...] Mas se esses temas eram associados a uma crítica radical ao capitalismo, agora, são valorizados por si mesmos e postos a trabalhar em favor daquilo que ontem eles criticavam. (PELBART, 2003, p.99).

Standing (2013) nos oferece alguns elementos para pensarmos sobre esse novo perfil de trabalhador a partir dos processos de precarização do trabalho. Esse autor define como precariado uma categoria de profissionais que emerge de um movimento de jovens europeus instruídos e descontentes com a competição imposta pelo mercado. Trata-se de trabalhadores que vivenciam as primeiras fases das transformações que o intenso fluxo de informação veio proporcionar. Apesar de não ser uma categoria homogênea, existe uma condição em comum: trata-se de pessoas que, sob a organização neoliberal do mundo do trabalho, se encontram sem âncora, sem estabilidade e por isso, compartilham de uma existência precarizada, ou seja, definida por baixos salários, pouca ou nenhuma proteção no emprego, trabalhos temporários ou sob demanda, e apelo às competências do trabalhador como forma de autoresponsabilizá-lo sobre seu desempenho. Por ser também uma categoria que não têm uma identidade fixa, mas que compartilha suas referências com pessoas cujo estilo de vida não corresponde aos interesses convencionais do capital, o precariado não se identifica com as pautas sindicais e trabalhistas que até décadas anteriores promoviam uma sensação de segurança entre os trabalhadores fordistas. O argumento de Standing (2013) é que a flexibilização da economia e seus reflexos no mercado de trabalho estabeleceram um ambiente de insegurança entre os trabalhadores e esse seria o componente principal da identidade dessa que, para ele, ainda seria uma classe em formação devido a sua fragmentariedade.

No entanto, o que nos interessa dessa análise é o debate que observa nessa categoria, também, a internalização por parte desses trabalhadores de que a existência precária nada mais seria que um estado de vida normal dentro de nossa realidade e que, apesar de não terem a partir disso esperança na integração social, acabam por tomarem para si uma identidade de trabalhador de “espírito livre”, percepção a qual é constantemente alimentada pelos discursos motivacionais voltados para o trabalho pós-fordista. Assim, a falta de uma identidade fixa que defina o precariado, nem sempre é entendida como algo ruim por aqueles que dele fazem parte, pelo contrário: muitas vezes passa a ser interpretada como liberdade pelo fato de não se ter nenhum comprometimento moral estabelecido pelo trabalho. Assim, a instabilidade de um trabalhador que trabalha por projeto ou sob qualquer outra forma de contrato temporário passa a ser exaltada como oportunidades de mobilidade dentro do mercado de trabalho, ou seja, o verdadeiro “nômade urbano”.

Trazer as reflexões a respeito do precariado torna-se importante para nossa análise na medida em que ela demonstra como a falta de seguridade dentro do trabalho provocada pelo fortalecimento da agenda neoliberal, influencia na subjetividade do trabalhador, dando base a um perfil de profissional que apesar de enfatizar a dimensão da comunidade e do compartilhamento, não mais reconhece as relações de confiança forjadas dentro da atividade laboral, pois para ele, manter-se flexível é significado de liberdade.

Dito isso, nosso principal argumento é que existe uma relação direta entre o surgimento das *startups* e o aparecimento dos espaços de *coworking* e essa relação se fundamenta em uma nova racionalidade econômica, projetada por um contexto político transformado que entra em cena a partir da reestruturação produtiva e da revolução informacional. Acreditamos que as *startups* e os espaços de *coworking* aparecem como modelos complementares de forma e organização do trabalho dentro desse recorte específico de tempo e contexto, envolvendo nessa atmosfera profissionais que não mais se encaixam no perfil de trabalhador fordista. Trata-se, portanto, de um trabalhador que tem intensificado em si as demandas de individualização, flexibilidade e responsabilização inauguradas pelo toyotismo. Por isso, para seguirmos adiante, precisamos observar como as transformações econômicas desencadeadas a partir da crise de produção fordista dos anos de 1970 propiciou um contexto favorável e flexível para que essas experiências e conjunções viessem a ser possíveis anos mais tarde, na década de 1990.

3. Um espírito ronda o Vale: novas formas de organização empresarial e do trabalho

Durante o exercício de fazer um resgate histórico e sociológico dos elementos contextuais que permitiram o aparecimento das *startups* e dos espaços de *coworking*, observamos o quanto seria importante nos debruçar sobre o papel do Vale do Silício. Se Manchester rendeu repertório a uma das principais análises econômicas e políticas do século XIX por ter sido o grande epicentro de transformações técnicas e organizacionais que iriam transbordar para o mundo do trabalho de maneira global, o Vale do Silício nos oferece hoje condições muito semelhantes para desenvolvermos as observações de que nosso tempo necessita. A importância de se dar foco para essa região de São Francisco, nos Estados Unidos da América (EUA), deve-se ao momento que ficou conhecido como *bolha da internet* (RIES, 2012). Ele pode ser entendido como período em que foram criadas as condições e um ambiente favorável a ideias vinculadas à economia compartilhada e inovação como modelo de gestão, as quais iriam corresponder tanto à proliferação das *startups* como ao surgimento dos espaços de *coworking* originalmente a partir do Vale do Silício.

O Vale, como amigavelmente chamam os empreendedores que lá habitam (MARTEL, 2015), está geograficamente localizado no sul da baía da cidade de São Francisco (USA), na região norte da Califórnia, pegando uma área que vai desde a cidade de São José até a cidade de São Francisco.

Figura 1 – Mapa do Vale do Silício



Fonte: <https://pearson-realty.com/SiliconValley>

A história do Vale do Silício remonta ao século XIX e já mostra que sua construção se deu em meio a uma cultura diferenciada no que diz respeito à diversidade e à ética do trabalho que envolvem o local. Isso porque é nessa região que em 1849 acontece aquilo que foi chamado a “Corrida do Ouro”, ocasião que transforma uma área que contava até então com 200 habitantes em uma aglomeração com 30 mil pessoas em um curto período de três anos. A Corrida do Ouro atrai para a baía de São Francisco milhares de aventureiros que buscavam encontrar naquele local as oportunidades de mudar de vida. É nessa época que começa a se delinear toda cultura que fundamentaria aquilo que muitos dizem ser a mística existente no Vale do Silício. Assim, de acordo com Normand (2014), o risco e a ambição, tão

inerentes ao espírito empreendedor, é algo, portanto, que, junto à diversidade que a região passa a aglomerar, vai contaminar diretamente a cultura local que começa a se definir naquele território a partir de então.

Figura 2 – Anúncio de embarques para Califórnia na época da Corrida do Ouro



Fonte: <https://www.geologyforinvestors.com/california-gold-rush/>

Figura 3 – Santa Clara Valley, região que mais tarde se tornaria o Vale do Silício (1920)



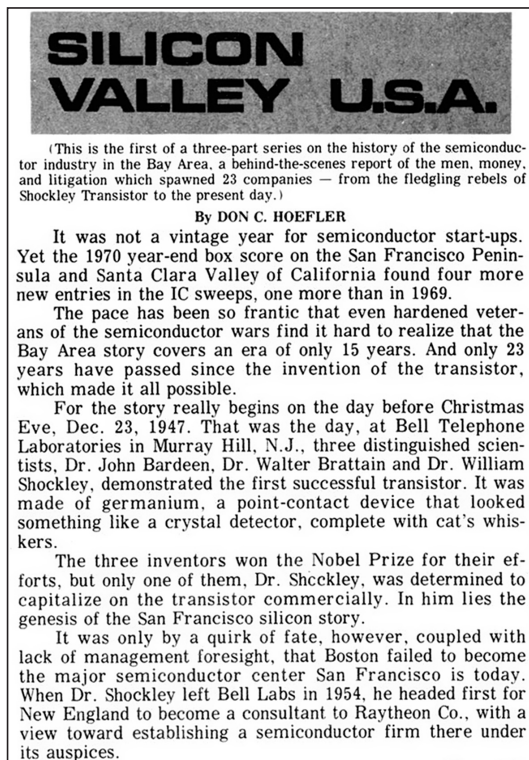
Fonte: <http://www.businessinsider.com/vintage-silicon-valley-photos-2014-7>

Já nas primeiras décadas do século XX, estudos na área de tecnologia adentram o Vale do Silício. Nos anos entre 1909 e 1912, na região de Palo Alto, dá-se início às pesquisas sobre sistemas de comunicação via rádio. É dali em diante que a tecnologia começa a ser algo que passa a dar a cara do Vale do Silício. Durante as décadas de 1930 e 1950, pesquisas aeroespaciais e militares são desenvolvidas por lá, muitas delas com o apoio financeiro do governo dos Estados Unidos. A partir desse período, Frederick Terman, então reitor da Universidade de Stanford, passa a incentivar alunos e professores a abrirem suas próprias empresas voltadas para a tecnologia no entorno da Universidade. É nesse período – década de 1950 – que, com a invenção do transistor e do uso do silício como material semicondutor – base para a produção do *microchip* e dos microprocessadores elementares para a fabricação de computadores – que começa a se constituir o que anos mais tarde desencadearia na chamada “Segunda Corrida do Ouro” da região. É também nessa mesma época que surge a arpanet, protótipo militar da internet que conhecemos hoje (DULLIUS, 2016; MILSKOLCI, 2014).

É ainda em 1950 que William Shockley, um dos pesquisadores envolvidos na criação dos semicondutores, usa de sua fama como ganhador de um Prêmio Nobel em Física para recrutar jovens talentos da área, vindos de Boston e Nova York – regiões consideradas o centro das grandes criações tecnológicas até então –, para abrir aquilo que seria considerada a primeira *startup* do Vale do Silício, a *Shockley Semiconductors*. Assim como ocorre comumente em muitas *startups*, como veremos adiante, a *Shockley* também foi o primeiro fracasso do Vale. No entanto, dois de seus pesquisadores não se deixaram abalar pela situação de desemprego e fundaram a *Fairchild Semiconductor* (MORRIS; PENIDO, 2014).

Atento a essas inovações e ao protagonismo de Shockley, o jornalista Don Hoefler batiza a região com o nome de Vale do Silício, em um artigo de 1971 para o jornal *Electronic News*. Hoefler fazia alusão ao vale agrícola que se instalava nessa localização no início da década de 1920 (Figura 2) e à descoberta e uso do silício na produção de microchips, o que viria a se tornar o motor central da economia daquele lugar. Na época, a região era até então conhecida como Santa Clara Valley (LAWS, 2015).

Figura 4 – Trecho do artigo de Don Hoefler publicado na *Electronic News* (1971)



Fonte: <http://www.computerhistory.org/atcm/who-named-silicon-valley/>

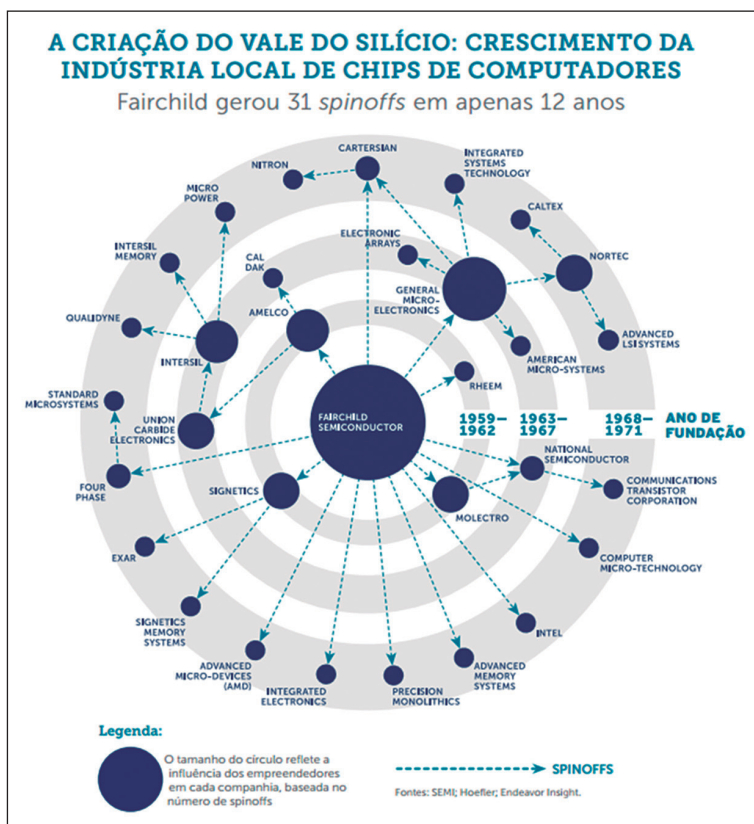
Figura 5 – Os oito empreendedores da FairChild Semiconductors



Fonte: <https://endeavor.org.br/como-o-vale-silicio-se-tornou-o-vale-silicio/>

A *Fairchild*, de certa forma, ajudou a moldar a cara que o Vale do Silício viria a ter no futuro. Ela daria origem a 31 outros empreendimentos, as chamadas *spinoffs*⁶ – sendo uma delas a Intel – em um período de apenas 12 anos (MORRIS; PENIDO, 2014).

Figura 6 – Spinoffs originadas a partir da FairChild Semiconductors



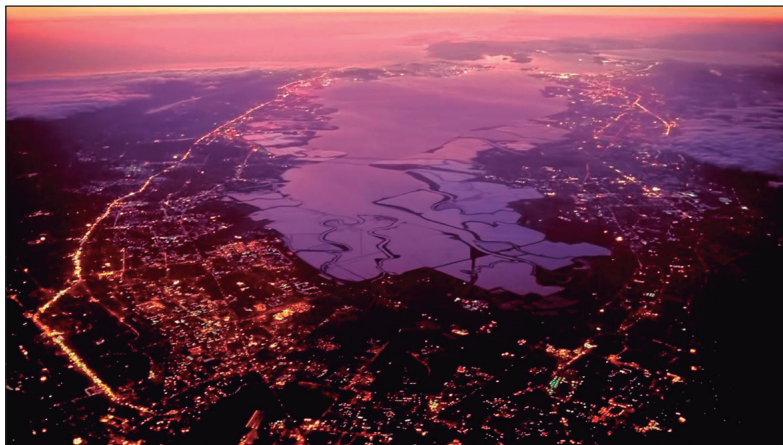
Fonte: <https://endeavor.org.br/como-o-vale-silicio-se-tornou-o-vale-silicio/>

Não é difícil entender, portanto, como essa proliferação de criações tecnológicas passam a atrair investimentos governamentais milionários e, anos mais tarde, na década de 1970, transforma o Vale do Silício em um verdadeiro polo de investidores de capital de risco que buscavam aplicar seus investimentos em empresas voltadas para inovação. Consequentemente, a região do Vale do Silício passa a dizer muito a respeito do surgimento das *startups* e *coworkings*. Diante de todo o histórico

⁶ *Spinoffs* são empresas secundárias que derivam de empreendimentos maiores. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/spin-off/>. Acesso em: 03 ago. 2018.

cultural e econômico da região, ele se transforma em uma área capaz de concentrar profissionais cuja racionalidade, perfis e desejos depositados em relação ao trabalho eram diametralmente opostos aos trabalhadores das décadas anteriores, marcados pela dinâmica fordista de trabalho (THIEL; MASTERS, 2014).

Figura 7 – Vista aérea do Vale do Silício (2017)



Fonte: <http://diversitytechweek.org/locations/silicon-valley/2018-silicon-valley-tech-diversity-week/>

O Vale do Silício nos ajuda a perceber de que maneira novas demandas e valores passaram a circular em meio ao mundo do trabalho e configurar um novo momento pós-fordista. Apesar de todos os elementos que tornaram possível sua atmosfera começarem a serem organizados desde a segunda metade do século XIX, é a partir da década de 1970 que ele passa a ter as proporções que vemos hoje, deslocando para lá os centros tecnológicos – e consequentemente o investimento em pesquisa – que até então se encontravam em Boston e Nova York (MORRIS; PENIDO, 2014).

O Vale do Silício ilustra aquilo que autores como Laval e Dardot (2016) mais tarde vão elaborar teoricamente como sendo uma nova configuração sob a qual o capitalismo passa a se orientar por meio de uma nova racionalidade – e por isso novas formas de organização, disciplinarização e de subjetividades. Como já salientamos, trata-se de um momento onde existe a necessidade prática de pensar a economia e a produtividade partindo de demandas por mais flexibilidade que já vinham sendo colocadas em pauta tanto por parte do mercado consumidor, quanto por parte dos próprios trabalhadores (BOLTANSKY; CHIAPELLO, 2009; LAVAL; DARDOT, 2016). Por isso, torna-se fundamental recorrermos à história do Vale do Silício para refletirmos sobre a reestruturação produtiva e sua influência no

surgimento das primeiras *startups*, uma vez que as primeiras experiências desses modelos surgem nessa região. O Vale do Silício foi capaz de aglutinar todos os elementos contextuais – sobretudo no que diz respeito à cultura e à matéria-prima – a uma nova fase da demanda econômica, na qual a informação e a tecnologia teriam centralidade. Trata-se, portanto, de um espaço em que podemos ver os efeitos dessas transformações, em especial no que tange a essa nova racionalidade de um determinado perfil de trabalhador: jovem, qualificado, de classe média, ligado a atividades que envolvem – mais ou menos intensamente – tecnologias informacionais.

Assim, o que torna o Vale do Silício um contexto interessante é um misto de elementos. Elementos esses que entram em concordância – mas também trazem avanços – àquilo que Schumpeter (1997) já havia salientado muitos anos antes em suas observações sobre a figura e o contexto do empreendedor. No Vale foi possível encontrar materiais necessários para a construção de *hardwares*⁷ sofisticados, o que, conseqüentemente, o tornou um local privilegiado e visado para o investimento em criação e o seu desenvolvimento em grande escala. Tais fatos também possibilitaram que o local abrigasse uma das maiores instituições de ensino voltada principalmente para tecnologias digitais, a Universidade de Stanford, considerada por muitos o coração do Vale do Silício (MARTEL, 2015). Não foi, portanto, a toa que o local deu origem a figuras responsáveis por grandes revoluções dentro da área computacional e da informação, como Steve Jobs (*Apple*), Bill Gates (*Microsoft*), Mark Zuckerberg (*Facebook*).

Os ingredientes que fazem o Vale do Silício lhe são próprios: as intersecções entre os mundos da pesquisa, das finanças e do empreendedorismo, sua porosidade e sua permeabilidade; a diversidade cultural e linguística específica da Califórnia; a fé na iniciativa pessoal, o evangelho da empresa e a tolerância com o fracasso; determinada ética protestante do trabalho e do capitalismo; uma relação com a riqueza que oscila entre a filantropia e a cupidez; o sonho de uma utopia digital; o otimismo; a massa crítica e a *scalability*; um jeito muito particular de ao mesmo tempo viver na comunidade e cultivar sua diferença; o *secret sauce* de Stanford; a contracultura de São Francisco – todos esses elementos não são facilmente suscetíveis de reprodução em outros lugares. (MARTEL, 2015, p.38-39).

As *startups* ganharam força em meio a uma multidão de jovens trabalhadores ligados à tecnologia, que viam naquele local um ambiente propício tanto financeiramente quanto simbolicamente para fomentarem suas ideias inovadoras

⁷ Hardware: Os componentes eletrônicos, placas, periféricos e outros equipamentos que formam um computador – em contraste com os programas (softwares) que controlam o funcionamento desses componentes, conforme Márcia Regina Sawaya no *Dicionário de Informática e Internet* (1999).

(THIEL; MASTERS, 2014). Os espaços de *coworking*, surgiram em decorrência do desenvolvimento desse cenário, em um momento em que mais uma vez, as transformações da economia impeliriam por novos arranjos no mundo do trabalho.

Quando olhamos para o contexto de surgimento e para as características das *startups* e dos *coworkings*, vemos que, quase como um tipo ideal, o Vale do Silício reflete toda uma nova configuração tanto das formas de se produzir e criar valor como da própria relação entre os trabalhadores e a própria ideia de trabalho. O Vale do Silício nos permite ver de forma prática como se constituiu um amálgama coerente e complementar entre a 1º) demanda por um novo modelo de produção frente a uma crise econômica, 2º) as novas tecnologias decorrentes dessa demanda e conseqüentemente, 3º) as novas subjetividades, forjadas por novos valores desencadeados a partir dessa nova configuração por meio da qual os indivíduos passaram a definir seus desejos e anseios sobretudo no que tange a sua relação com o mundo do trabalho.

Esses são, portanto, segundo Martel (2015) os ingredientes fundamentais que configuraram o diferencial do Vale – e que o asseguram como primeiro local procurado por jovens empreendedores, das mais variadas línguas e culturas em busca de fazer com que suas ideias saiam do papel: um local cuja a atmosfera estimula o empreendedorismo e toda a coragem frente os riscos, desafios e incertezas que ele lança. Em suas palavras, mais do que um ponto geográfico em si, o Vale corresponderia a um estado de espírito, estado esse que viria atravessar a essência das *startups* e dos espaços de *coworking* por todo mundo.

4. A bolha da internet

As *startups* ganham notoriedade como modelo de empreendimento na década de 1990. É nesse mesmo período que se configura a grande bolha da internet – conhecida também como *dot-com mania* ou *dot-com bubble*, e o Vale do Silício, devido a quantidade de investimentos voltados à tecnologia que se encontravam concentrados ali, ficou conhecido como o epicentro desses acontecimentos.

Da metade dos anos 1990 a 2001, o setor da internet, juntamente com as indústrias de alta tecnologia a ele relacionadas, cresceram rapidamente, devido principalmente a grande quantidade de capital de risco disponível e criaram uma nova onda de crescimento no Vale do Silício. O mercado de ações, como a NASDAQ onde diversas corporações voltadas para a tecnologia faziam parte da lista, experimentaram uma grande alta no preço de suas ações. Em março de 2000, a NASDAQ alcançou o pico de 5.132.52 (MANN & NUNES, 2009, p.2, tradução nossa).

Existem análises sobre períodos de formação das bolhas. Trata-se de um fenômeno de mercado já conhecido e que pode ser entendido como um movimento retórico do mesmo, isso porque as bolhas não seriam meras explosões irracionais, mas situações que ocorrem a partir da interinfluência de ações estratégicas que envolvem compradores, vendedores, banqueiros e agências governamentais. As bolhas, portanto, seriam uma interligação de práticas discursivas e materiais que gerariam um cenário de confiança, ambição e especulação. Elas se formam não em consequência de mera imitação dos modelos racionais e lógicos do mercado, mas se definem quando existem a emulação de empreendimentos inovadores e incertos (GOODNIGHT; GREEN Jr., 2010).

Entender a proliferação das *startups* em perspectiva com o momento do crescimento e estouro da bolha da internet nos permite visualizar na prática como essa nova cultura empreendedora está intimamente relacionada à uma transformação da cultura de risco do mercado. Por sua vez, olhar para a transformação da racionalidade do mercado sobre o que ele entende por risco é também levar em consideração todos os agentes e suas respectivas dimensões envolvidas nesse processo. A bolha da internet foi capaz de demonstrar como as articulações políticas, econômicas e sociais que se deram no contexto do Vale do Silício foram capazes de reconfigurar em um curto período de tempo os valores que balizam o nível de confiança dentro da esfera econômica.

Uma cultura de risco combinada que sustenta, ajusta ou revoluciona práticas de qualquer setor econômico em particular é influenciada por intervenções estatais. Muitas novas bolhas de tecnologia do século XX têm sido colaborações públicas e privadas. No caso das pontocom, enquanto o mercado espiralou através de controvérsias de legitimação, impulso em cascata e reviravoltas reflexivas, o governo federal promulgou políticas fiscais, regulatórias e monetárias para estimular – ao mesmo tempo em que seus poderes se tornaram atrativos – uma nova revolução tecnológica. (GOODNIGHT; GREEN Jr., 2010, p.120, tradução nossa).

Os EUA promoviam na década de 1990 condições favoráveis a um estado eufórico de mercado, sobretudo no que dizia respeito à tecnologia. O crédito era abundante, a economia estava indo de vento em popa, o cenário político emanava confiança por meio de medidas governamentais que baixavam os juros e realocavam investimentos que antes eram voltados para a manutenção da Guerra Fria, agora para o fortalecimento das áreas de tecnologia e informação. Todos esses elementos compunham um cenário propício à aposta de investidores locais e estrangeiros. Essa atmosfera era reforçada por uma narrativa midiática que falava em uma “superestrada para informação” e na “*media mania*” como um dos maiores passos da

comunicação desde a invenção do transistor. Esses componentes, juntos, faziam das novas tecnologias a ponte para um mundo revolucionário e, conseqüentemente, um novo mercado de investimentos (GOODNIGHT; GREEN Jr., 2010). Dessa forma, não só os elementos materiais disponíveis, mas todo um suporte discursivo – que envolvia especialmente o campo político e suas diretrizes neoliberais – se fazia presente para que uma nova racionalidade abrisse caminho para um novo perfil de trabalhador.

O fato é que, em um cenário traçado por tantas novidades, era natural que os acontecimentos não fossem antecipadamente previstos pelos analistas econômicos. As regras para a avaliação desse novo momento ainda não existiam, ou então, estavam em processo de formação. Os investidores ignoravam as fórmulas tradicionais de análise dos riscos e, conseqüentemente, uma mudança na cultura do investimento de mercado também acontece. É sob essas circunstâncias que ocorre a proliferação das *startups*. Em 1999, pouco antes da bolha estourar, foram abertos 446 novos empreendimentos na área de tecnologia. Foram 18 meses que ficaram conhecidos como a Segunda Corrida do Ouro no Vale do Silício. Tratou-se de um momento de grandes investimentos nessa região, onde milhares de pessoas, principalmente jovens que se consideravam com uma ideia potencialmente inovadora, começam a viabilizar estratégias a fim de se juntar e criar alguma *startup* no local (THIEL; MASTERS, 2014).

Sucessos espetaculares foram compartilhados por um tempo, e esses não passaram despercebidos. Revistas populares e canais de notícias como a CNBC espalharam histórias de investimento para o entretenimento. A cobertura assumiu um brilho positivo, até mesmo eufórico. “Era quase como um trem que não podia ser parado”, lembrou um publicitário. A mídia “adorava se apossar de” fundadores de empresas, transformando geeks desajeitados em titãs industriais, ricocheteando o público com histórias heroicas de trapo à riqueza. Amostras de sucessos precoces alimentaram desejos de aumentar ainda mais o sensacionalismo acerca dos iniciantes. Os capitalistas de risco reagiram multiplicando as oportunidades de e-business em mundos virtuais imaginários de novos produtos e serviços. Pet care? Entrega de pizza? Marcas voltadas para saúde? Ninguém conhecia os limites. Era como se o aparato econômico estivesse voltado para a lógica de que as percepções e o pensamento dos investidores serviam para moldar a realidade. De fato, os efeitos dos aumentos iniciais de preço pareceram criar um “ciclo de retroalimentação” que estimulou o crescente interesse dos investidores. À medida que a bolha se expandia, as lógicas que animavam os especuladores e os recém-chegados novatos dividiam-se e ampliavam-se. (GOODNIGHT; GREEN Jr., 2010, p.126-127, tradução nossa).

Para se ter uma ideia, várias *startups* desse período conseguiam o retorno de 70% de seus investimentos logo no primeiro dia de lançamento. Tratava-se realmente de um contexto instigante aos investidores e aqueles que viam nesses modelos uma nova forma de mudar o rumo de suas vidas (GOODNIGHT; GREEN Jr., 2010).

As contas online cresceram de 3,7 milhões em 1997 para 10 milhões em 1999. Em retrospectiva, esse tipo de transformação popular é inevitavelmente descrito como uma psicologia da “euforia” que induz uma “mania” de investir a qualquer preço. Mais que isso, a própria tecnologia da internet incluiu novatos em poderosas estruturas de informação. Esses investidores tinham mais dados para trabalhar do que nunca, mas os sistemas de comunicação alimentavam a confiança com as salas de bate-papo on-line, povoadas com mais frequência por entusiastas que compartilhavam da mesma opinião. Além disso, os relatórios de mídia de massa interagiram com as novas tecnologias e induziram uma quantidade sem precedentes de investimento pessoal. Os trabalhadores estavam deixando o emprego para se tornarem heróis da mídia. Em um cibercafé, é possível ler gráficos, reunir notícias, colocar ou retirar dinheiro em tempo real e obter lucro – tudo com um latte antes do almoço. (GOODNIGHT; GREEN Jr., 2010, p.127, tradução nossa).

Todos esses sucessos iniciais alimentavam o desejo de investidores e trabalhadores que deixavam seus antigos empregos em busca de criar alguma ideia inovadora que pudesse ganhar a confiança do mercado. Se existem momentos em que a condição pós-fordista de euforia e instabilidade pudesse ser representada, a bolha da internet sem dúvida é um deles. Por isso, esse momento também revelava uma outra condição. Por serem basicamente ideias de negócios inovadoras e em fase inicial, ou seja, ainda em estágio de realização de testes e em busca de investimentos, muitas *startups* e seus respectivos empreendedores, eram considerados excêntricos e extravagantes, o que, com o tempo, passou a ser uma das características do próprio Vale do Silício (MISKOLCI, 2014). Além disso, muitos desses negócios, principalmente durante esse período da *dot-com mania*, não chegaram nem a se realizar, o que fez com que seus fundadores fossem chamados de empreendedores de papel.

A *Dot-com mania* foi intensa, mas curta – 18 meses de insanidade de setembro de 1998 a março de 2000. Era uma corrida de ouro do Vale do Silício: havia dinheiro em todos os lugares, e uma abundância de pessoas exuberantes, muitas vezes esquisitas, para persegui-lo. Todas as semanas, dezenas de novas startups competiram para lançar a mais luxuosa festa de lançamento. [...] Os milionários de papel acumulariam milhares de dólares em jantares e tentariam pagar com as ações

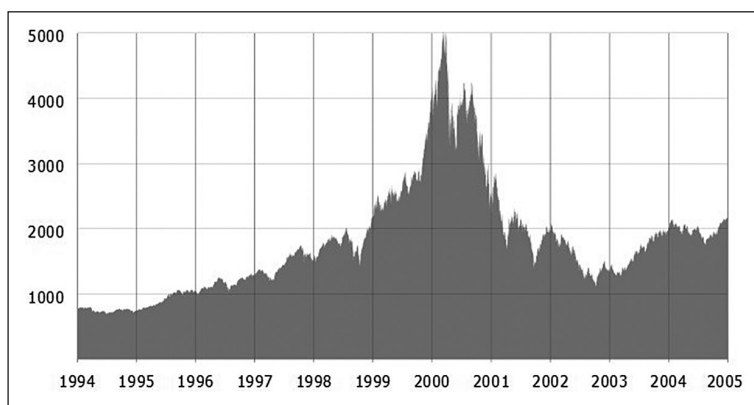
de sua empresa - às vezes, isso funcionava. Legiões de pessoas abandonaram seus empregos bem pagos para fundar ou juntar-se aos startups. (THIEL; MASTERS, 2014, p.16, tradução nossa).

Assim, apesar da confiança do mercado, a bolha já era algo inevitável diante do tamanho do fluxo de capital e investimento de risco que passou a se concentrar na região do Vale do Silício a partir da década de 1970, mas que se intensificou nos últimos anos da década de 1990. Nesse período, os preços das ações da Internet nos Estados Unidos “aumentaram quase cinco vezes e a taxa de crescimento do patrimônio líquido acelerou de 10,4 por cento ao ano entre 1990 e 1995 para 21,2% ao ano entre 1995 e 2000” (KRAAY; VENTURA, 2005, p.2-3, tradução nossa). No entanto, foi entre os anos de 1998 e 2000, aproximadamente em um intervalo de 18 meses, que “o setor de Internet ganhou mais de 1000 por cento de retorno em ações públicas. Na verdade, nessa data, o setor da Internet equivalia a 6% da capitalização de mercado de todas as empresas públicas dos EUA e 20% de todo o volume de ações negociadas publicamente”. (OFEK; RICHARDSON, 2003, p.1113, tradução nossa).

Em síntese, a bolha da internet tem início com a popularização da rede e dos computadores. Esse movimento mudou a forma de consumir e, conseqüentemente, criou um novo mercado. *E-commerces* e sites de buscas começam a se proliferar com uma rapidez tremenda e ganham uma grande aceitação de público consumidor em decorrência da novidade que representavam. Todo mundo queria “surfear” na internet. Os investimentos milionários e especulações no mesmo nível se alastram. Muitos investidores, dos mais variados tamanhos começam a injetar dinheiro em novos empreendimentos ao mesmo tempo. Todos queriam ter seu nome ou negócio conectado ao ramo *ponto.com*. Não demorou muito e empresas começam a ter valores muito elevados junto à bolsa NASDAQ, onde ocorriam as negociações da internet. Algumas delas, como a *The Globe*, só para tomarmos de exemplo, chegou a subir 606% em seu primeiro dia de IPO's – como são conhecidas as ofertas públicas de ações. Em março de 2000, o índice NASDAQ que girava em torno de 1000 pontos subiu para 5000, cravando seu pico mais alto na história. O valor combinado das ações na época era de 6 trilhões e 71 bilhões (A HISTÓRIA...2000).

A alta confiança do mercado, adicionado ao alto valor de capital disponível, mais a baixa de juros proporcionada pelo governo americano e uma grande parcela de empreendedores despreparados formavam um contexto econômico especulativo instigante, porém prestes a entrar em colapso. Em 10 de março a bolha estoura e o preço das ações cai 4% só no primeiro dia. A partir de então, empresas começam a perder seu valor drasticamente. Para se ter uma ideia, a *The Globe*, exemplo acima citado, depois do estouro da bolha passa a ter suas ações valendo por volta de US\$0,16 centavos.

Gráfico 1 – NASDAQ antes, durante e depois da Bolha da Internet



Fonte: <https://www.tecmundo.com.br/mercado/124475-historia-estouro-bolha-da-internet-ano-2000-video.htm>

Entender a formação do Vale do Silício, mas sobretudo especificamente o cenário que se deu por lá dos últimos anos do século XX nos ajuda a visualizar os elementos que passaram a fazer parte da racionalidade de mercado – tanto das empresas quanto dos investidores – e dos trabalhadores envolvidos com inovação de maneira geral. Tratou-se de uma transformação da cultura do investimento e dos riscos de mercado que acabou por influir diretamente na construção de um perfil ideal de trabalhador para determinados contextos de incerteza e instabilidade. Por isso, o advento da bolha e todas as condições contextuais que a tornaram possíveis são exemplos ilustrativos do momento em que passa a ser moldado esse novo perfil, não só porque mobilizaria atributos técnicos e práticos, mas porque transformaria toda a interpretação e desejo dos profissionais em favor de da potencialização de um mercado que pautaria sua legitimidade na exaltação da flexibilidade e do empreendedorismo como atributo necessário para lidar com momentos de instabilidade e incerteza.

Conclusão

Quando falamos do surgimento das *startups* e dos espaços de *coworking*, nosso argumento é de que se trata não só da estratégia de uma mão de obra oriunda da onda de desemprego decorrente dos processos de reengenharia do mercado de trabalho implementados pelas grandes empresas nas últimas décadas do século XX e fortemente sentida nos EUA (SENNETT, 2009) – concomitante aquilo que mais tarde seria visto como um dos reflexos do desfalecimento do estado de bem estar

social –, como também uma questão geracional, ou seja, um caminho natural entre os trabalhadores mais jovens, que já nascerem em meio a essa nova condição. E muito dessa nova condição, ou seja, dessa nova forma de interpretar o mundo do trabalho e as maneiras de se posicionar em meio a ele, foi construída em confluência das transformações de mercado que alteraram a percepção de risco e responsabilidade sobre o desempenho por parte dos trabalhadores. Essas transformações fazem com que vários elementos sejam naturalizados, em especial o caráter empreendedor, a flexibilidade, a adaptação, a ânsia constante por inovação e manutenção do capital humano, todos como chaves para empregabilidade em um mundo do trabalho pós-fordista. Diferente de um trabalhador que viveu todos os arranjos da década de 70 e 80 e teve que se reinventar, o trabalhador mais jovem já traz em sua formação profissional atributos coerentes e desejáveis para um mundo do trabalho cada vez mais flexibilizado, não precisando necessariamente passar por um processo de adaptação a essas transformações. Muitos deles nem chegaram a ter empregos formais, baseados em contratos de trabalho tradicionais como os de antigamente, e já entram no mercado fazendo uso da lógica empreendedora, ou seja, em nosso caso, decididos a rentabilizar suas próprias ideias por meio dos modelos de *startups*. Outros, por sua vez, deixaram seus empregos para se aproveitar desse momento propício (THIEL; MASTERS, 2014). A tendência de um perfil de trabalhador já preparado para essas condições vem se mantendo durante os últimos anos.

Como vemos, o Vale do Silício concentrou em um só local as maiores criações tecnológicas que deram base ao mundo conectado e informacional tal qual conhecemos hoje, e o terreno necessário para que empreendimentos – sobretudo pautados na ciência, informação e conhecimento – ganhassem o fôlego e motivação para dar conta de duas das maiores demandas da organização socioeconômica pós-fordista: a flexibilidade e a inovação. Apesar da bolha da internet ter sido o grande momento da proliferação das *startups*, todo aparato tecnológico que se foi possível criar no Vale do Silício, possibilitou que em torno dele se construísse um ecossistema político, econômico e social que, apesar dos altos e baixos do mercado ligado às novas tecnologias e à internet, se mantém como atrativo para jovens com perspectivas de empreender. É a partir de um contexto já estabelecido da década de 1990, que as *startups* passam a consolidar na prática o discurso do empreendedorismo que irá se espalhar ao redor do mundo. Por isso que, em grande medida, entender os modelos de trabalho que surgiram nesse contexto, como as *startups* e os espaços de *coworking*, nos impeliu a entender do que se tratava as condições que os tornaram possíveis. Pensar as origens do Vale do Silício e suas principais transformações é pensar sobre as origens das *startups*, pois foram elas que amplificaram todo o aparato material e simbólico que permitiu que aquela região fosse conhecida hoje como a meca do empreendedorismo, ou então, a Hollywood da tecnologia (NORMAND, 2014).

A história do Vale do Silício – e em especial o episódio da bolha da internet, nos permite entender os motivos pelos quais as *startups* e também os espaços de *coworking* são produtos de uma nova fase capital. Mais do que isso: se define uma complementaridade entre esses dois fenômenos que colabora e se torna cada vez mais fundamental para a manutenção do espírito empreendedor desses trabalhadores, espírito esse que se tornou essencial para a própria reprodução do capitalismo flexível e que se pauta incisivamente sobre o desejo e afeto dos trabalhadores em relação ao próprio trabalho – e conseqüentemente à suas condições – como forma de motivá-los nessa engrenagem instável e imprecisa das formas de trabalho pós-fordistas, representada pelos modelos e formas de organização de trabalho flexíveis.

AFTER POST-FORDISM: THE LAST DECADES OF THE MATERIAL REASON FOR LABOUR

ABSTRACT: *There are innumerable ways in which the labor market tried to deal with economic changes in the last 50 years. Among these transformations, flexibilization points the new dynamics of production and organization of workers. This article aims to reflect on the transformations resulted from the productive restructuring, observing how, based on this scenario of stagnation in Fordism - perceived as a result of the rigidity and bureaucracies present in the organization of production, distribution and in the markets -, demands not only from consumers, but also from workers, could no longer be served. The article focuses on the emergence of a new worker profile, demanded from the new dynamics of market flexibility and a new rationality regarding work which, at the beginning of the 21st century, will be reflected in new models of organization and work management, such as startups and co-workings.*

KEYWORDS: *Post-Fordism. Productive restructuring. Silicon Valley. Startups. Coworkings.*

DESPUÉS DEL POSTFORDISMO: LAS ÚLTIMAS DÉCADAS DE LA RAZÓN MATERIAL DE TRABAJO

RESUMEN: *Hay innumerables formas en que el mercado laboral ha tratado de hacer frente a los cambios económicos de los últimos 50 años. Entre estas transformaciones, la flexibilidad marca la nueva dinámica de la producción y la organización de los trabajadores. Este ensayo pretende reflexionar sobre las*

transformaciones derivadas de la reestructuración productiva y cómo, de ellas, surge un nuevo perfil del trabajador; exigido por la nueva dinámica de la flexibilidad del mercado y por una nueva racionalidad del trabajo que, a principios del siglo XXI, se reflejan en medio de nuevos modelos de organización y gestión del trabajo, como las startups y los coworkings. Este es el fragmento de una discusión planteada en la tesis doctoral titulada “No fue amor, fue una trampa: la puesta en marcha, el trabajo en equipo y la movilización del deseo por el mundo del trabajo”, en la que se trata de hacer apuntes elementales sobre el fortalecimiento del discurso neoliberal del emprendimiento de uno mismo a partir de sujetos situados en Silicon Valley (EE.UU.).

PALABRAS CLAVE: *Postfordismo. Reestructuración productiva. Silicon Valley. Startups. Coworkings.*

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA e o estouro da bolha da internet do ano 2000. **Tecmundo**. Vídeo. Tempo: 10'30", 12 dez. 2017. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/mercado/124475-historia-estouro-bolha-da-internet-ano-2000-video.htm> . Acesso em: 03 ago. 2018.

ALVES, G. **Trabalho e Subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011. 168 p.

ATHIQUE, A. **Digital Media and Society:** an Introduction. Cambridge, Polity Press, 2013. 295 p.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução Ivone C. Benedetti, revisão técnica Brasília Sallum Jr. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 704 p.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges, revisão Paulo Vaz. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003. 244 p.

DESKMAG. **The 2017 Global Coworking Survey**. 2017. Disponível em: <http://www.deskmag.com/en/background-of-the-2017-global-coworking-survey>. Acesso em: 06 ago. 2017.

DULLIUS, A. C. **As capacidades de inovação em startups:** um estudo no Vale do Silício. 2016. 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/143320> . Acesso em: 02 jul. 2016.

FIRST ROUND. State of Startups, 2017. Disponível em: <https://stateofstartups2017.firstround.com/>. Acesso em: 06 set. 2017.

GITAHY, Yuri. O que é uma startup? **Exame**. 3 fev. 2010. Disponível em <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/o-que-e-uma-startup/> . Acesso em: 02 out. 2014.

GOODNIGHT, T. G.; GREEN JR, S. E. Rhetoric, Risk, and Markets: The Dot-Com Bubble. **Quarterly Journal of Speech**. n. 96, p.115-140, jun. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/248927361_Rhetoric_Risk_and_Markets_The_Dot-Com_Bubble . Acesso em: 05 set. 2017.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Tradução Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 503 p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2012. 352 p.

KRAAY, A.; VENTURA, J. The dot-com bubble, the bush deficits and the U.S. current account. **NBER Working Paper**. n. 11543. Agosto, 2005. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w11543> . Acesso em: 19 abr. 2017.

LAVAL, C.; DARDOT, P. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echaclar. São Paulo: Boitempo, 2016. 416 p.

LAWS, D. Who named Silicon Valley? **CHM** – Computer, History, Museum. January, 2015. Disponível em: <https://computerhistory.org/blog/who-named-silicon-valley/?key=who-named-silicon-valley> . Acesso em: 07 jul. 2020.

MANN, A. and NUNES, T. After the Dot-Com Bubble: Silicon Valley high-tech employment and wages in 2001 and 2008. August 2009. U.S. Bureau of Labor Statistics. **Regional Reports**. Disponível em: http://www.bls.gov/opub/regional_reports/200908_silicon_valley_high_tech.htm. Acesso em: 07 jul. 2020.

MARTEL, F. **Smart**: o que você não sabe sobre a internet. Tradução Clóvis Marques. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 462 p.

MISKOLCI, R. San Francisco e a nova economia do desejo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 91, p.269-295, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452014000100010&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 19 abr. 2017.

MORRIS, R; PENIDO, M. **Como o Vale do Silício se tornou o Vale do Silício?** [S.l.]: Endeavor Global, 2014. Disponível em: <https://endeavor.org.br/ambiente/como-o-vale-silicio-se-tornou-o-vale-silicio/>. Acesso em: 25 set. 2017.

NORMAND, R. **Vale do Silício**: entenda como funciona a região mais inovadora do planeta. [S.l.: s. n.], 2014. Disponível em: www.valedosilicio.com. Acesso em: 23 set. 2017.

OFEK, E.; RICHARDSON, M. DotCom Mania: The Rise and Fall of Internet Stock Prices. **The journal of finance**. Vol. 58, n. 3, p.1113-1137, jun/2003.

PELBART, P. P. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. Revisão Ariadne Escobar Branco. São Paulo: Iluminuras, 2003. 256 p.

PELISSON, A; HARTMANS, A. The average age of employees at all the top tech companies, in one chart. **Business Insider**. 11 set. 2017. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/median-tech-employee-age-chart-2017-8> . Acesso em: 07 jul. 2020.

RIES, E. **A startup enxuta**: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas. Tradução editores. São Paulo: Leya, 2012. 288 p.

SAWAYA, Márcia Regina. **Dicionário de Informática e Internet**. São Paulo: Nobel, 1999. Disponível em: <https://nosda18.files.wordpress.com/2009/04/dicionariode-informatica-e-internet.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução Maria Silvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997. 238 p.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução Marcos Santarrita. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. 206 p.

STANDING, G. **O precariado**: a nova classe perigosa. Tradução Cristina Antunes. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2013. 288 p.

THIEL, P.; MASTERS, B. **Zero to one**: notes on startups or how to build the future. New York: Crown Bussiness, 2014. 160 p.

ZANON, B. **Rede, coworking e emancipação intangível**: um olhar sobre a flexibilidade, biopolítica e subjetividade a partir da reestruturação produtiva. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/12905/1/RedeCoworkingEmancipacao.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020.

Recebido em 28/03/2020.

Aprovado em 31/05/2020.

Resenha

VIGILÂNCIA, ESTÁGIO SUPERIOR DO CAPITALISMO. SERÁ?¹

Glauco ARBIX*
Rodrigo BRANDÃO**

Shoshana Zuboff, em *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*, traz a reflexão sobre os impactos da digitalização das sociedades para o centro da cena política contemporânea. Nesse sentido, integra a profusão recente de estudos sobre o declínio da democracia, que ganhou destaque com Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (*Como morrem as democracias*, 2018), com David Runciman (*Como a democracia chega ao fim*, 2018) e com Yascha Mounk (*O povo contra a democracia: Por que nossa democracia corre perigo e como salvá-la*, 2019). Ao explicitar os mecanismos de vigilância com foco exacerbado em detalhes pessoais e no controle social como rotina, Zuboff repõe o debate sobre as relações de assimetria entre o que vigia e o vigiado, agora mediatizado pela tecnologia. O conhecimento dos passos dados e a acuidade da previsão do futuro permitem que poucos saibam quase tudo de muitos. Indivíduos e instituições se transformam em objetos a serem perseguidos, examinados e medidos. Memórias, corpos e desejos são mecanicamente rastreados em sua profundidade e indexados para os negócios. Mais do que o monitoramento, os atuais sistemas de vigilância expostos por Zuboff desnudam o desequilíbrio da própria democracia, que cede diante da tensão constante entre poderes desiguais.

* USP – Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Observatório da Inovação do Instituto de Estudos Avançados. IA & Sociedade do Center for Artificial Intelligence (C4AI). São Paulo – SP – Brasil. 05508-010 - garbix@usp.br. <https://orcid.org/0000-0002-7078-4328>

** USP – Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Observatório da Inovação do Instituto de Estudos Avançados. IA & Sociedade do Center for Artificial Intelligence (C4AI). São Paulo – SP – Brasil. 05508-010 - brandao-cs@usp.br. <https://orcid.org/0000-0003-0127-498>

¹ Resenha da obra: ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power**. Nova York: Public Affairs, 2019. ISBNs: 978-1-61039-569-4 (capa dura), 978-1-61039-570-0 (ebook). Edição do Kindle, 692 páginas, R\$ 39,89.

Há outro sentido, porém, de coloração levemente distinta, que amplia as conclusões de seu livro de 1988, *In the Age of the Smart Machine: The Future of Work and Power*, e procura enfatizar a desorganização e a remodelagem estrutural que o capitalismo de vigilância promove nas sociedades de hoje. Zuboff analisa como a concentração de tecnologia, de capital e de poder em grandes corporações permite que indivíduos e instituições tenham suas vidas constantemente examinadas, devassadas e mesmo moldadas pela régua e pelo compasso do que seriam as sementes de um novo capitalismo. Para Zuboff, é a lógica do capitalismo, e não a tecnologia, que comanda sua própria transformação. Até recentemente professora da *Harvard Business School*, a autora denomina **capitalismo de vigilância** a novidade em questão, que se caracteriza, fundamentalmente, pela divisão do poder econômico e social entre os donos de corporações digitais que são capazes de prever, modificar e até mesmo produzir comportamentos individuais.

Esse grupo, aponta Zuboff, é composto, principalmente, pelas chamadas empresas de tecnologia, em especial por Google, Facebook e Microsoft. Essas empresas, segundo a autora, atuam pelo universo da economia e da sociedade praticamente sem regulação pública, e se beneficiam das informações aspiradas de seus usuários, com ou sem o seu consentimento explícito, transformando esses mesmos dados em matéria-prima de seus negócios.

A concentração de liberdade e de conhecimento nas mãos de um número tão diminuto de atores desautoriza qualquer possibilidade de os mercados serem regidos por uma mão invisível, capaz de coordenar as ações dos diferentes agentes econômicos. Indo além, a autora aponta uma segunda distinção do novo tipo de capitalismo: sua operação não depende de uma massa de pessoas como na era industrial. Exemplo eloquente é o pequeno número de funcionários que as gigantes da tecnologia empregam, diferentemente das empresas emblemáticas de outrora, como a Ford e a GM.

Os *surveillance capitalists*, explica Zuboff, vigiam a todos permanentemente. Com a disseminação de *tablets* e *smart-phones*, qualquer deslocamento é rastreado, toda parada é registrada e toda intenção de consumo é captada. Rotinizados, esses procedimentos dão forma a perfis ultra detalhados de usuários, base para a extração do que a autora denomina de **mais-valia comportamental** (*behavioral surplus*). Este termo procura elucidar que a captura de informações – posteriormente convertidas em **dados comportamentais** (*behavioral data*) – é realizada para satisfazer os interesses econômicos dos verdadeiros clientes dos capitalistas da vigilância: as empresas que compram os **produtos com capacidade de previsão** (*predictive products*), produtos sofisticados de inteligência artificial, com técnicas que combinam a projeção de comportamentos futuros com estímulos para que o comportamento se oriente na direção prevista pelos algoritmos.

Nos **mercados futuros de comportamento** (*behavioral future markets*), a relação dos consumidores com os novos donos do poder é apenas indireta, e isso, segundo a autora, representa um perigoso divórcio entre a população e as elites econômicas, que não se sentem pressionadas a responder a seus apelos e demandas. O enfraquecimento da reciprocidade orgânica entre esses dois polos – e, portanto, entre o capitalismo de mercado e a democracia de mercado – não é, todavia, a única razão pela qual Zuboff vê o capitalismo de vigilância como uma força social profundamente antidemocrática.

A autora aponta que a liberdade de ação e de conhecimento concentrada nas mãos das grandes empresas da vigilância, por um lado, e o divórcio entre estas e o conjunto da sociedade, por outro, impulsionam a ascensão de um regime totalizante dirigido não pelo Estado – como nos regimes nazifascistas e comunistas do Século XX –, mas sim pelo mercado. Ou melhor, por um mercado instrumentalizado por um seletivo grupo de empresas que exibem uma **indiferença radical** (*radical indifference*) em relação às pessoas. Esse distanciamento social é caracterizado pela autora como expressão do **instrumentarismo** (*instrumentarianism*), uma degenerescência da democracia endógena ao sistema, gerada pelo modo como alguns agentes econômicos específicos utilizam as novas tecnologias, e não pela existência em si dessas tecnologias.

O termo instrumentarismo guarda a ideia de que, no capitalismo de vigilância, as pessoas são convertidas em instrumento para a maximização dos lucros empresariais ou, como prefere a autora, são reduzidas a carcaças das quais são extraídos, incessantemente, dados comportamentais. A extração de dados, contudo, não é suficiente para consumir o processo de maximização do lucro. É fundamental que o comportamento das pessoas esteja em sintonia com o previsto pelos capitalistas da vigilância. É a união entre extração de informações e a correta previsão de comportamentos que orienta os clientes das grandes corporações na definição do quê anunciar, para quem, quando, onde e como, de modo a alinhar oferta e demanda. Ao se apropriarem desses dados, conseguem maximizar seus lucros, seja pela redução de custos, seja pela racionalização da produção e do volume da força de trabalho contratada.

No capitalismo da autora, a vigilância tende a tornar obsoleto inclusive o sistema de preços, um mecanismo tradicional e coletivo de sinalização de preferências e, portanto, fundamental para as relações entre oferta e demanda. Esse exemplo específico de disrupção é apenas enunciado pela autora, o que desperta em nós, leitores, profundas interrogações sobre como se daria o funcionamento real da economia de vigilância e sua efetiva relação com a tecnologia.

Mesmo quando reconhece os impactos positivos da tecnologia nas sociedades, Zuboff considera que eventuais benefícios estariam baseados em forte violação da intimidade, da individualidade, da ética e de direitos consolidados ao longo do

tempo. A eloquência de seu discurso investe contra a customização de produtos e serviços, como na medicina ou na agricultura de precisão, uma vez que a personalização só é possível graças aos dados comportamentais fornecidos pelas pessoas, em geral, de modo desavisado. Sua conclusão é que, ao se consumir produtos e serviços customizados, as pessoas estão, na verdade, pagando por algo que lhes foi apropriado indevidamente, sem que essa **expropriação** (*dispossession*) tivesse sido notada.

A conversão das informações expropriadas em produtos preditivos – vendidos aos clientes dos capitalistas da vigilância – ou em produtos e serviços de consumo direto – como, por exemplo, as funcionalidades de uma casa inteligente – recebe o nome de *rendition*. A ambiguidade do termo permite que a autora jogue com pelo menos dois de seus sentidos para situá-lo como elemento central do capitalismo de vigilância. O primeiro desses sentidos é o de **conversão** de um elemento em outro, como, por exemplo, a conversão de gordura em óleo ou, no universo do livro, a conversão de dados comportamentais em matéria-prima de produtos preditivos; o segundo sentido de *rendition* remete à **rendição, capitulação ou entrega**. Para aumentar a consistência deste segundo sentido, Zuboff recorre à Durkheim para apresentá-lo como um fato social, do qual, individualmente, não se pode escapar.

O argumento tem apelo. Afinal, são generalizadas as pressões para a participação em redes sociais ou para a cessão de digitais em uma simples portaria de um prédio comercial. A ausência de resistência ajuda a endossar relatos diversos que apresentam o fim da privacidade como algo aceitável. Mais ainda, a rendição abre espaço para a manipulação de comportamentos, o que está na base das decisões de algoritmos que nos conduzem a prestar mais atenção a algumas possibilidades de entretenimento, de ideias políticas ou econômicas, em detrimento de tantas outras. Manipulações como essa, segue Zuboff, revelam que, no capitalismo de vigilância, há uma clara e desequilibrada **divisão do aprendizado** (*division of learning*): os capitalistas da vigilância aprendem muito mais sobre nós do que nós sobre eles.

Contestações a essa assimetria, continua a autora, expressam tensões com potencial para abalar o lucro das empresas de vigilância e de seus clientes, já que podem se traduzir, por exemplo, na proibição de determinadas práticas de extração de dados comportamentais ou na imposição de regras e condutas que podem torná-las mais custosas. Ao combater ameaças regulatórias desse tipo, as corporações não só procuram influenciar decisões de governos, de políticos e de agentes públicos, mas também promover cada vez mais discursos que celebram os benefícios da customização, a ideia da internet como um espaço de empoderamento individual ou o fim da privacidade como algo indispensável para a construção de uma sociedade segura.

Para Zuboff, dadas as dificuldades para a manutenção da privacidade, as pessoas terminam por abrir mão dela, tornando-se, de fato, instrumentos a serviço dos

capitalistas da vigilância, um indicativo maior de que a preservação da intimidade está se tornando artigo de luxo, à disposição de poucos, e que o aumento desse tipo de desigualdade política abre espaço para a tirania: um regime autoritário em que os que vigiam desconhecem laços de semelhança com a maioria da população, fazendo da política uma grande ação de planejamento da vida econômica e social, desprovida de sua capacidade de estimular e intermediar as relações entre interesses conflitantes, vontades distintas e mesmo contraditórias.

Zuboff, no entanto, mantém esperanças de que esse cenário não se concretize. Ela nos lembra, por exemplo, que o capitalismo de vigilância é uma criação humana e que vive, portanto, na história, e não na inevitabilidade tecnológica. Aponta ainda que, nas duas últimas décadas, os capitalistas da vigilância tiveram uma corrida bastante livre, com quase nenhuma interferência de leis e regulamentos. Podemos afirmar, portanto, que, aos olhos da autora, a democracia dormiu enquanto as empresas acumularam conhecimento e poder sem precedentes e, claro, muita riqueza. A democracia, no entanto, pode resistir, observa Zuboff. Por essa razão, a autora conclui a obra com um *call to action*: sejamos a fricção que pode impor amarras ao capitalismo de vigilância, ou seja, contestemos suas práticas e seus discursos, e cobremos autoridades públicas para que repliquem e façam valer expedientes como o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia.

Apesar desse fio de esperança, *The age of surveillance capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power* é uma obra de ares distópicos. Suas assustadoras previsões, no entanto, assentam-se em bases pouco sólidas. Zuboff não se pretende anticapitalista. Sua análise aponta para a regulação dos mercados, ainda que não ofereça sequer um roteiro para explicar como o capitalismo pode ter sua natureza alterada a partir do desgarramento de um corpo de elite empresarial, de fato, um oligopólio, que domina técnicas sofisticadas, subtrai informações, manipula o consumo e a oferta e molda comportamentos, com todas as trágicas consequências apontadas pelo livro. Para ganhar musculatura, suas análises precisariam ter mergulhado mais fundo nas engrenagens que movem as sociedades. Ao deixar de lado referências fundantes da Sociologia, o livro se mantém como um libelo contra um grupo poderoso de corporações, em especial nos momentos em que trata da modelagem comportamental, ao estilo do comportamentalismo skinneriano. Mas não consegue completar o caminho sugerido nem iluminar o funcionamento do capitalismo nascente.

Sua crítica se distancia de Marx, Weber e da *creative destruction* de Schumpeter. Mesmo a referência a Polanyi, que mostrou a eficiência do capitalismo industrial para se apropriar e ressignificar pilares básicos da sociedade – como a terra, o dinheiro e o trabalho – por meio do **moinho satânico**, serve no livro muito mais para a construção da metáfora sobre a vigilância e a corrosão da humanidade do que para o esforço histórico e conceitual necessário para expor a formação de

uma nova ordem econômica, assentada sobre uma lógica especial de acumulação de capital.

Não é à toa que uma série de conceitos que surgem ao longo do texto (*new division of learning, behavioral surplus, radical indifference* e a formação dos *surveillance capitalists*) permanecem como selos de superfície a ilustrar uma peça de indignação contra o novo capitalismo em formação. O foco acentuado da autora na atuação de um pequeno clube de empresas que responde por grande parte dos avanços tecnológicos recentes sugere que os rumos sociais, políticos e econômicos contemporâneos são decididos a portas fechadas por um seleto grupo de iluminados². Nem a teoria das elites em suas formulações iniciais – como, por exemplo, em Hunter (1953) e Domhoff (1979) – caminhou tão longe na caracterização dos donos do poder e em sua capacidade de determinação dos rumos das sociedades.

A leitura do livro de Zuboff, mesmo passando ao largo de sua prolixidade, vale a pena por três de seus insights: (i) pela atenção dada à ideia de *rendition*, que ajuda a tratar uma das características centrais da formação e do comportamento das redes sociais; (ii) pela insistência na valorização do poder concentrado em poucas corporações e em sua relação com a democracia, o que enfatiza a necessidade de regulação pública e de maior controle da atuação das gigantes tecnológicas; e (iii) pelo reforço ao desenvolvimento da agenda de pesquisa ligada aos temas da Sociologia Digital. Se tomado como suporte, a obra de Shoshana Zuboff contribui para ampliar o necessário trabalho do cientista social. Mesmo com suas quase 700 páginas e boa dose de redundância, o livro é provocador e cativante.

REFERÊNCIAS

DOMHOFF, G. William. **The Powers That Be: Process of Ruling Class Domination in America**. Nova York: Vintage Books, 1979.

HUNTER, Floyd. **Community Power Structure: A Study of Decision Makers**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1953.

LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

² Google, Facebook, Microsoft, Amazon, Apple, para citarmos algumas. É intrigante o fato da autora não incluir nesse grupo as chinesas Alibaba, Tencent, Huawei e Baidu.

ZUBOFF, Soshana. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power.** Nova York: Public Affairs, 2019.

ZUBOFF, Soshana. **In the Age of the Smart Machine: The Future of Work and Power.** Nova York: Basic Books, 1988.

Recebido em 02/03/2020.

Aprovado em 10/03/2020.

Entrevista

COLONIALISMO TECNOLÓGICO OU COMO PODEMOS RESISTIR AO NOVO EUGENISMO DIGITAL – ENTREVISTA COM SÉRGIO AMADEU SILVEIRA

*Felipe PADILHA**
*Lara FACIOLI***

Contexto da entrevista

Sérgio concedeu a entrevista a Felipe Padilha e Lara Facioli por e-mail, em abril de 2020, em meio às medidas de restrição de contato social impostas pela pandemia da Covid-19. A conversa é ambientada num contexto de adoção intensificada de tecnologias digitais e explora as conexões íntimas entre tecnologia e política, passando por tópicos como cultura, educação e as implicações das mídias digitais para a pesquisa acadêmica e para a vida das democracias contemporâneas.

Apresentação do entrevistado

Sérgio Amadeu Silveira é professor associado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC) e desenvolve pesquisas que transitam entre as áreas da Sociologia e da Ciência Política. Graduado em Ciências Sociais, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), há mais de duas décadas tem se dedicado a

* UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia. Pesquisador Associado ao NAMCULT/ UFSCar – Núcleo de Estudos em Ambiente, Cultura e Tecnologia. São Carlos – SP – Brasil. 13565905 - felipeapa@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-5511-7252>.

** FURG – Universidade Federal do Rio Grande. Campus Carreiros. Grupo de Pesquisa em Sociologia Digital. Carreiros – Rio Grande – RS – Brasil. 96203-900 - larafacioli@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0003-4054-9631>.

compreender o novo cenário sociotécnico e político configurado a partir do advento da internet comercial. Pesquisador do CNPq, com bolsa produtividade em pesquisa, é membro do Comitê Científico Deliberativo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber). Sua trajetória acadêmica é marcada por temas de pesquisa como: as implicações tecnopolíticas dos sistemas algoritmos; Inteligência Artificial e ativismo; as relações entre comunicação e tecnologia; sociedades de controle e privacidade; práticas colaborativas na Internet.

É autor de dezenas de artigos e diversos livros, entre os quais destacam-se: *Democracias e códigos invisíveis*; *Tudo sobre tod@s: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais*; *Exclusão Digital: a miséria na era da informação*; *Software Livre: a luta pela Liberdade do conhecimento*. Além da expressiva produção acadêmica, Sérgio Amadeu da Silveira se mantém como uma voz ativa nos debates públicos, com engajamento nas iniciativas da sociedade civil que envolvem, sobretudo, a preservação de direitos nas mídias digitais, a garantia de liberdade, a luta contra violações de privacidade na internet e a produção de softwares livres.

Entre os anos de 2003 a 2005, integrou o Comitê Gestor da Internet no Brasil, para o qual retornou em 2017, cadeira que ocupou até o final de maio de 2020. Presidiu o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, vinculado à Casa Civil da Presidência da República, entre os anos de 2003 e 2005; além de ter atuado à frente da implementação dos Telecentros na América Latina, em 2004, durante o governo da prefeita da cidade de São Paulo, Marta Suplicy.

Felipe Padilha e Lara Facioli: Para começar nossa conversa, gostaríamos que você nos contasse um pouco sobre desenvolvimento técnico da internet pensando em situar as transformações no campo da cibernética que resultaram nos deslocamentos na esfera da informação e do controle. Como chegamos às consequências políticas inerentes ao recolhimento de dados que experimentamos hoje? De modo resumido, quais são as implicações da relação entre tecnologia, cultura e sociedade para nossa vida cotidiana?

Sérgio Amadeu Silveira: A cibernética avançou velozmente após a denominada Segunda Grande Guerra. Os grandes pensadores da comunicação e do controle como Nobert Wiener criaram as bases para as redes digitais do último quarto do século XX. A ideia da retroalimentação dos sistemas de controle, originados da cibernética, está na base dos protocolos TCP/IP considerados fundamentais para a existência da Internet. O filósofo Gilles Deleuze, na década de 1980, percebeu que a cibernética estava mudando o diagrama de poder das sociedades, por isso, caracterizou o período que passamos a viver de sociedades de controle. Quando

me comunico com alguém na internet utilizo um dispositivo para enviar e receber informações para outro dispositivo técnico que está em algum ponto do planeta. Essa interação é realizada entre milhões de possibilidades e de rotas que compõem a internet. Entretanto, os dispositivos que interagem têm posições inequívocas na rede e assim a comunicação só pode ser realizada com base em um controle de precisão. Alexander Galloway havia dito que a internet é uma rede de controle jamais vista. Precisamos compreender bem esse processo por ser decisivo. É o controle técnico que nos permite enviar mensagens com o conteúdo que quisermos. Esse controle é que garante a liberdade de nos comunicarmos. Todavia, ele não só assegura que os ativistas pela democracia espalhem suas ideias e articulem movimentos em rede. O controle permite simultaneamente a vigilância e o rastreamento das ações. Aí está um ponto crucial. A internet é um arranjo tecnológico ambivalente. Para as redes cibernéticas recobrirem o planeta foi necessário além das condições técnicas, condições políticas e econômicas. A guerra fria deu um impulso em inventos e no avanço da comunicação distribuída. O neoliberalismo foi crucial para acelerar tecnologias úteis à transferência rápida de capitais. O avanço do capitalismo neoliberal e o fim da União Soviética culminou com a abertura de fronteiras e a intensificação do fluxo de capitais e das redes digitais. As privatizações de setores de infraestrutura, como o das telecomunicações gerou grandes oligopólios e intensificou níveis de disputa e destruição de barreiras no mundo que deveria ser transformado em um grande mercado global. Nick Srnicek mostra que os capitais nunca atingiram taxas de lucratividade do período anterior, conhecido como *Welfare State*. Então, os grupos que acumularam gigantescas quantias de capital abriram inúmeros experimentos que geraram crises, tais como a de 2008. O modelo de negócio que estava dando certo era o das empresas de tecnologia da informação, puxado pela expansão das redes digitais. Caso observemos minuciosamente esse período, poderemos notar que a voracidade dos capitais em busca de uma reprodução fácil e rápida é que gerou o *crash* nos negócios insustentáveis e milionários que existiam na internet no final dos anos 1990. Essa quebra ficou conhecida como “estouro da bolha da Internet” ou “quebra das ponto com” que ocorreu na queda livre das ações da maioria das empresas de tecnologia ou comércio eletrônico na Nasdaq, em 2000. Foi aí que Google, Amazon e outras começaram a virada para a dataficação. Na primeira década do século XXI, a capacidade de processamento dos computadores e uma série de melhorias e novos inventos nos softwares, nos hardwares e na infraestrutura estavam ocorrendo, financiadas por especuladores em busca de rendimentos rápidos. Em paralelo, o avanço de soluções de aprendizado de máquina, um subcampo da chamada Inteligência Artificial, reforçou a crença de que a coleta de dados dos consumidores e usuários de serviços possibilitariam a extração de padrões de comportamento. O Google apostou no modelo que se baseia na entrega de interfaces e aplicativos gratuitamente para coletar dados das

pessoas. Assim, começou a construção de enormes estruturas para o armazenamento e o processamento de dados pessoais com o objetivo de modular e prever as ações futuras de cada indivíduo. Modelos estatísticos preditivos serviram para estimular a confiança e a adesão dos capitalistas a essa lógica. A intensa competição pela atenção dos consumidores impelia os anunciantes a buscar microsegmentos e perfis específicos para apresentar sua propaganda. A lógica de vender para quem tem perfil para comprar foi se consolidando com base na oferta crescente de perfis cada vez mais detalhados. É certo que o neoliberalismo foi decisivo para isso. No livro *O Nascimento da Biopolítica*, Foucault tinha detectado que o neoliberalismo buscava colocar a empresa como a unidades básica da sociedade e a concorrência como seu *ethos*, mesmo onde essa competição não existisse, em mercados dominados por oligopólios e monopólios. Nada melhor para o mito da concorrência que tentar prever os passos, os gostos e os interesses futuros de seus consumidores atuais e futuros. Assim modelo de dataficação se intensificou e se tornou indispensável para o capitalismo neoliberal. Vivemos uma sociedade em rede como argumentou Manuel Castells na última década do século XX. Essas redes, físicas e lógicas, asseguram o rastreamento dos metadados de nossa navegação, a coleta massiva de dados pessoais transformando o capitalismo em um conjunto de dispositivos de vigilância e extração dos fluxos de dados. A vida está sendo dataficação como afirmou a pesquisadora Van Dijck. Estamos vivendo cada vez mais da predição e para as práticas preditivas.

Felipe Padilha e Lara Facioli: *Tudo Sobre Tod@s e Democracias e Códigos Invisíveis* são análises que podem ser lidas em continuidade, sobretudo, se considerarmos que os dois livros tratam de processos sociotécnicos de interação e controle, com implicações profundas para a democracia. Enquanto no primeiro livro a análise está centrada na dimensão dos mercados de dados pessoais online, o segundo trata da relação entre economia informacional e política. Nos últimos anos, especialmente nas Ciências Humanas, temos constatado uma intensificação dos debates em torno das articulações entre política e mídias digitais. Tendo em vista o atual contexto brasileiro, qual seria uma síntese possível sobre a relação entre dados pessoais digitais e política?

Sérgio Amadeu Silveira: A política voltada ao controle do Estado nas democracias liberais há muito é realizada com a mediação de profissionais de marketing. Na segunda década do século XXI, ela passou a incorporar também os cientistas de dados. Quando a televisão se popularizou no século XX, os partidos recorreram aos especialistas em propaganda televisiva para estruturar suas campanhas. Com o avanço da internet, com a enorme relevância das redes sociais online e das plataformas de entretenimento, as disputas políticas caminharam para as redes

digitais e os especialistas em tecnologia passaram a ser fundamentais. O marketing comercial utiliza o chamado big data para minerar oportunidades e o *machine learning* para atuar sobre microssegmentos da sociedade e até mesmo para realizar a propaganda *one-to-one*, voltada exclusivamente para uma pessoa. O marketing político segue o caminho do marketing comercial. Se a chamada inteligência artificial passa a servir ao mercado publicitário e as plataformas online, ela também servirá à formação da opinião pública e às disputas eleitorais. Superdimensionado ou não, o fato é que o escândalo da Cambridge Analytica alertou todas as democracias para a gravidade do uso dos dados, das redes e da inteligência de máquina. Assim como os cientistas de dados de uma grande empresa de varejo buscam criar o perfil de seus potenciais consumidores e capturar o seu padrão de comportamento, adquirindo banco de dados variados, realizando cruzamentos e correlações de informações quantificadas com o objetivo de melhorar suas vendas, os dirigentes das campanhas eleitorais e políticas partirão para mapear e rastrear os cidadãos com a finalidade de construir o perfil de microssegmentos e de cada eleitor identificável. O problema está na transparência dos processos que na maioria dos casos ocorrem de modo imperceptível, invisível. Uma das questões mais complexas está no papel das plataformas de relacionamento-entretenimento. Não conhecemos seus algoritmos. Não sabemos como controlam a visualização dos conteúdos. Enfim, não podemos avaliar com precisão o processo de modulação dos comportamentos que realizam. A gestão das plataformas é realizada por sistemas algorítmicos e não somente por burocratas. O algoritmo do YouTube pode ter um viés ou até uma orientação de aumentar o alcance dos vídeos da extrema direita e isso terá enormes consequências na comunicação realizada a partir daquela plataforma. Quando as condições básicas de equidade da disputa pela formação da opinião são profundamente distorcidas e alteradas não podemos dizer que temos uma democracia. Essa é a hipótese do e-book que escrevi chamado *Democracia e os Códigos Invisíveis*. Considero três hipóteses de como os sistemas algoritmos podem afetar as sociedades democráticas. Primeiro, nos espaços online e nas chamadas redes sociais, eles podem atuar sobre as condições e procedimentos indispensáveis à existência da democracia. Os sistemas algorítmicos podem distorcer e alterar as condições mínimas e indispensáveis de equidade entre as forças políticas que disputam a opinião pública e o voto. Segundo, podem modular os processos de formação e de formatação da opinião pública, sem que isso seja transparente. A modulação é a principal técnica das plataformas, não sendo baseada no discurso, mas no controle do que se vê, se lê e se ouve. Terceiro, os sistemas algorítmicos atuam diretamente sobre a privacidade a partir da vigilância pervasiva dos dispositivos. A questão é que a democracia não pode conviver com tamanha opacidade e poder das corporações.

Felipe Padilha e Lara Facioli: A opacidade em torno dos fluxos de dados cria problemas para a sociedade e também para as pesquisas. Isso quer dizer que a tarefa de compreender relações digitalmente mediadas, invariavelmente exige um deslocamento no desenho da pesquisa. Em uma dimensão empírica, muitas vezes, estamos lidando com sujeitos que fazem uso de um sistema operacional formal. Tal particularidade nos conduz a uma posição ambígua entre sujeitos e tecnologias, que exige das Ciências Sociais um esforço no sentido de elaborar uma compreensão formal da tecnologia e do seu funcionamento e, ao mesmo tempo, sobre a vida social contemporânea que se produz entrelaçada com a tecnologia. Essa questão fica mais complicada quando empregamos serviços de redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter* em nossas pesquisas ou se percebermos como nossas buscas na internet são moduladas pelo Google. Seus trabalhos abordam de maneira crítica essa dimensão da opacidade dos sistemas, ou seja, de como os fluxos informacionais são controlados, modulados e organizados pelas plataformas. A dimensão de opacidade evidencia o quão limitado é o nosso conhecimento sobre os processos algorítmicos. Partindo dos desafios já apontados aqui, quais enfrentamentos você destacaria como fundamentais para a pesquisa social interessada nas mídias digitais?

Sérgio Amadeu Silveira: Temos inúmeros desafios epistemológicos. Quando cientistas de dados, estatísticos e profissionais de marketing extraem e realizam o tratamento de dados para forjar os perfis mais sensíveis à propaganda de um determinado produto, estamos observando aquilo que é equivalente a uma pesquisa social aplicada, a uma pesquisa experimental. A questão é saber qual a validade, o fundamento e o alcance da conversão ou expressão de toda a vida em um conjunto emaranhado de fluxos de dados. Até que ponto, podemos dizer que a detecção do nosso comportamento pode definir nossa subjetividade? Tudo pode ser resumido na filosofia e psicologia behaviorista. A correlação dos dados elimina a necessidade de causalidade e substitui as hipóteses e a pesquisa qualitativa? Entre os sociólogos e antropólogos há uma enorme desconfiança da dataficação. Contudo, é inegável que pesquisas sociais estão utilizando arranjos de *big data* para se aproximar de fenômenos complexos, que a teoria dos grafos está permitindo conhecer e classificar os grupos políticos que disputam redes digitais, que os algoritmos de linguagem natural estão melhorando as possibilidades da análise de discurso. Agora, note que nada disso é neutro ou natural, como o mercado quer nos fazer ver. Um dado não dá em árvore, nem é como o petróleo, um recurso natural. Dados são projetados. Dados antes de serem coletados precisam de um dispositivo de coleta. Pense em um RG ou CPF. São números simples que indexam inúmeras outras informações. Um RG não nasceu no meu quintal, nem veio ao mundo quando eu nasci. O RG foi criado pelos burocratas do Estado em um dado momento. Ele vincula determinadas informações e pode ser usado para me identificar. Mas o RG está longe de guardar

qualquer revelação do meu ser. O mundo para ser datafocado precisa ser projetado. Hoje sabemos quais amigos dos meus amigos compram os meus livros. Essa categoria foi inventada, não pode ser naturalizada. Os meus *likes* nas postagens do *Facebook* viraram medidores de personalidade, como se o modo como capturam essa informação fosse neutro. A dataficação atual pode ser muito enganosa. A cientista ou o cientista social precisa ser mais crítico que nunca. Por exemplo, o psicólogo social Michal Kosinski e o cientista da computação Yilun Wang publicaram uma pesquisa em que utilizaram um algoritmo de *deep learning* (aprendizado de máquina profundo) para detectar o padrão de homossexualidade em pessoas fotografadas. Digitalizaram 30.000 rostos e conseguiram extrair um padrão biométrico do que seria um gay. Ao ser treinado com o padrão encontrado, o algoritmo atingiu um grau de precisão na identificação de 81% em homens e 71% em mulheres. Essa pesquisa gerou indignação pelos perigos que possui em um mundo com 12 países que consideram a homossexualidade um crime cuja pena é a morte. Além da dimensão ética da pesquisa, tenho uma pergunta: quer dizer que faltava ao higienista Cesare Lombroso apenas dados suficientes para sustentar suas teorias criminalistas baseadas na biometrização da criminalidade? Me parece que cabe às Ciências Sociais atuais desmistificar e desnaturalizar a dataficação. Precisamos atuar na episteme desses processos. Há um enorme risco social de uma nova eugenia a partir desses processos que colocam os dados como expressão fiel do real.

Felipe Padilha e Lara Facioli: Em 2014, após intensa luta contra interesses corporativos e políticos, o Brasil conseguiu projetar e implementar o Marco Civil da Internet, um conjunto valioso de leis que resguarda os direitos individuais na utilização da rede. Pode-se dizer que uma das principais conquistas alcançadas pela regulamentação foi a neutralidade da rede. Com isso, empresas ficam impedidas de selecionar ou filtrar a informação que circula por nossos cabos e provedores de conexão. Também foi igualmente vedado o armazenamento de dados de navegação de usuários. Em tese, trata-se de uma legislação democrática que garante a neutralidade, a segurança de dados e do fluxo de informação. Hoje, o que foi modificado e o que ainda temos daquelas garantias estabelecidas a partir do Marco Civil? Como você analisa a relação entre as grandes corporações, o controle de dados e as legislações nacionais?

Sérgio Amadeu Silveira: O Marco Civil da internet no Brasil foi a resposta da sociedade civil organizada ao marco criminal que era proposto pelo então Senador Eduardo Azeredo (PDSB) que reunia o apoio de segmentos do aparato de vigilância e das agências policiais do Estado. Após o 11 de setembro, o Departamento de Estado norte-americano incentivava diversos países a aprovar leis duras que criminalizariam práticas cotidianas na internet. Contra isso, surgiu a ideia de

lançar uma lei que garanta direitos e deveres na utilização da internet. Com base em princípios democráticos e de garantia de liberdades e direitos individuais e coletivos fundamentais foi lançada a primeira versão da proposta de Marco Civil. É preciso destacar que nesse momento, a formulação do Marco Civil na gestão do então presidente Lula representou uma grande novidade. O projeto de lei começou com uma versão submetida a consulta em uma plataforma do Ministério da Cultura, desenvolvida em software livre. O processo de elaboração do Marco Civil contou com duas rodadas de coleta de propostas, recebendo mais de 2 mil contribuições. Depois de sistematizado pelo Ministério da Justiça o projeto foi enviado ao Congresso, já na gestão da presidenta Dilma Rousseff. Na Câmara dos Deputados, o projeto original sofreu diversos ataques das forças retrógradas, dos banqueiros, dos defensores do copyright e de representantes das operadoras de telecom. O princípio da neutralidade da rede esteve no centro dos embates. O Marco Civil queria proibir que o controlador da infraestrutura da internet pudesse interferir no fluxo de dados que passava pelos seus cabos e fibras ópticas. Em sentido oposto, as operadoras de telecomunicações pretendiam criar na internet o modelo de negócios semelhante ao da TV a cabo e cobrar por tipo de uso das aplicações de rede. Para acessar o e-mail e a web você pagaria menos do que para acessar aplicações multimídia, tais como som e vídeo. Mas, a sociedade civil organizada queria que o controlador da fibra óptica fosse neutro em relação aos conteúdos que passam por ela. Assim, as teles não poderiam discriminar o tráfego de pacotes de bits por ideologia, posição política, raça, religião, nem pelo tipo de aplicação. Os provedores de conexão, as teles, estariam autorizadas a vender pacotes de velocidade diferentes, mas uma vez que alguém comprou um pacote de 20 Mbits poderia acessar qualquer aplicação, e-mail, vídeo, etc. Os defensores de modelos de negócio que dependem da quebra da neutralidade passaram ao ataque. Disseram que a neutralidade protegia os *gamers* que usavam muita banda e que faziam a sociedade pagar pela diversão desses moleques e nerds. Muitos que hoje são bolsonaristas convictos apoiaram esses argumentos falaciosos. O próprio Bolsonaro foi o único deputado que votou contra o Marco Civil com o argumento curioso de “defesa da liberdade” contra “a ditadura na internet”. Aquilo que parecia incoerente e até engraçado, nonsense já era uma estratégia política da extrema direita neofascista. Só conseguimos aprovar o Marco Civil contra o lobby das agências de vigilância, dos banqueiros, da indústria de copyright e das Teles graças às denúncias realizadas por Snowden do aparato de espionagem da NSA, em junho de 2013. Alemanha e Brasil foram os dois países mais espionados. A agência de inteligência digital dos EUA havia espionado pessoas comuns e autoridades, como Angela Merkel e Dilma Rousseff. Até a denúncia de Snowden, o governo brasileiro não dava muita importância à internet e ao Marco Civil. O Ministro das Comunicações de Dilma era muito sensível ao argumento das teles. Quando o projeto de lei voltou a andar na Câmara foram feitos diversos

acordos para que fosse aprovado. O Marco Civil é a melhor lei sobre a internet já aprovada em qualquer país, mas tem várias brechas. Partidos de direita como o PPS (formado por ex-membros do Partido Comunista) exigiram que a polícia tivesse acesso ao cadastro de usuários de provedores de acesso, sem ordem judicial. Apesar de tudo isso, o Marco Civil assegura que a remoção de conteúdos e a identificação de IPs (endereços de navegação) só possam ocorrer com ordem judicial. Ao contrário do que disse Bolsonaro no momento da aprovação do Marco Civil, com a aprovação da lei, nenhuma autoridade do Executivo, policial e até o presidente da República pode obter dados de um usuário sem ordem judicial. Isso fortaleceu o estado de direito e incomoda até hoje muitos adeptos do novo e do velho pensamento reacionário. Após o golpe de 2016, inúmeros projetos de lei tentam desfigurar o Marco Civil. Os ataques ocorrem principalmente contra a defesa da privacidade, a proteção dos cidadãos contra as investidas do aparato policial. Agora os ataques partem de quem ingenuamente quer combater as chamadas *fake news*, destruindo princípios básicos e direitos fundamentais que estão no Marco Civil. Não será destruindo direitos que conseguiremos parar as máquinas de desinformação da extrema direita. Em sentido indesejado muitas vezes pelos ingênuos, a destruição dos direitos civis terá o efeito oposto.

Felipe Padilha e Lara Facioli: Pode-se dizer que, no Brasil, a relação íntima entre os meios de comunicação e pessoas que ocupam ou ocuparam cargos políticos, seja na esfera do poder municipal, estadual ou federal, deita raízes históricas. Por exemplo, em 2016, o Sistema de Acompanhamento de Controle Societário da ANATEL constatou que, no país, 32 deputados e 8 senadores eram declaradamente proprietários, sócios ou associados de canais de rádio e televisão. Neste mesmo ano, uma ação penal, embasada na Constituição, foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando a vedação de vínculos desse tipo. Como essas relações entre poder político e meios de comunicação avançaram e se renovaram com as mídias digitais? Em algum momento do passado recente, o acesso à internet foi mais aberto e democrático do que é hoje? Podemos considerar o contexto eleitoral de 2018 como um marco para pensar mídias digitais, internet e política no Brasil?

Sérgio Amadeu Silveira: A internet inverteu efetivamente os fluxos de comunicação. Com ela, o difícil não é falar, o difícil é ser ouvido. A economia da difusão foi rivalizada por uma economia da atenção. Essa possibilidade de qualquer pessoa com o mínimo de habilidade criar um site, um blog, um vídeo, um conteúdo, realmente democratizou a fala. Isso trouxe muitas ilusões. Como já havia alertado ainda no século XX, o professor Langdon Winner, não é porque alguém consegue voar de asa delta que será páreo para enfrentar a Força Aérea dos EUA. Com essa imagem, Winner deixava claro que existem elementos complexos que as tecnologias nos

trazem e não podemos simplificá-los. Considero que existe uma crise profunda sobre a internet. Essa crise possui três dimensões que se articulam. A primeira é a crise da estrutura das redes distribuídas. A segunda pode ser chamada de crise do ideal da participação. A terceira é a crise do livre fluxo dos dados. A arquitetura da internet não é centralizada. É composta de inúmeras camadas. Sem centros lógicos de passagem de dados obrigatório, a Internet é uma rede distribuída. Isso gerou uma confusão. Muitos analistas acreditaram que algo distribuído seria inerentemente democrático. Hoje, sabemos que não. Uma rede distribuída pode ser democrática no acesso de diversos pontos, mas pode distribuir também a vigilância e o controle social a partir de um de seus nós. Uma rede tecnicamente distribuída não impede a concentração de tráfego e das atenções em poucos nós. O fato de ser distribuída não impede a atuação do capital, não bloqueia o poder dos endinheirados, nem das grandes corporações. A segunda crise é a da crença na participação digital. O fato da rede estar disponível para milhões de pessoas não implica que elas participem de processos democratizantes. Além disso, nem toda a participação nas redes visa construir a democracia, muito menos é voltada ao entendimento, como queria Habermas. A extrema direita tem utilizado a internet para disseminar o discurso de ódio, para articular milícias digitais, realizar linchamentos de reputação, destilar ideias misóginas, racistas, homofóbicas, distribuir a desinformação como parte de uma estratégia política de explodir as possibilidades de um debate racional baseado em fatos. Isso tem levado a apressada e estranha posição de ortodoxos marxistas em criticar a participação nas redes. Jogam fora uma excelente placa de circuitos porque o HD queimou. Esquecem que a participação em rede permitiu a articulação dos quilombolas, das comunidades indígenas, de diversos grupos democráticos, permitiu a emergência do Podemos, entre outros milhares de exemplos. A participação é fundamental para mudar a sociedade. Sem dúvida, nem toda a participação política tem como objetivo fortalecer a democracia e a equidade. Pode ser de articulação de um MBL, das milícias digitais da família de Bolsonaro, pode montar as ações da KKK e da supremacia branca. A terceira crise envolvendo a internet é a que denomino de crise do livre fluxo de dados. É certo que a internet é uma rede transnacional e isso é positivo. Todavia, isso não implica que todos os dados do Brasil precisem ser daqui extraídos e levados para os data centers na Califórnia, na China ou para qualquer estrutura das corporações do mundo rico. O acesso a conteúdos de sites, os metadados fundamentais para a navegação livre na internet devem ser assegurados por todos os países. Isso não autoriza uma empresa a enviar dados coletados de nossas crianças, a partir de aplicações cedidas às escolas, para os armazéns de dados das corporações estadunidenses, europeias ou chinesas. Os democratas norte-americanos na gestão Obama estavam preparando uma ofensiva na OMC para denunciar como ataque à liberdade de expressão e à livre iniciativa dos países que protegem os dados de suas populações. A vitória de Trump atrapalhou

essa estratégia porque o bufão norte-americano é contra a OMC e as agências multilaterais. Isso atrasou a pressão dos EUA pela extração livre de dados. Essa questão nos remete ao problema que alguns pesquisadores têm chamado de novo colonialismo ou colonialismo de dados. Os pesquisadores Couldry e Mejias definem o colonialismo de dados como uma ordem emergente de apropriação da vida humana como fluxo de dados que podem ser continuamente extraídos para a obtenção de lucro. A internet tem sido o principal meio, não o único, para as plataformas capitalistas obterem os dados de populações de todo o planeta.

Felipe Padilha e Lara Facioli: Encerrado o período eleitoral de 2018, houve uma expansão do debate sobre o funcionamento das mídias digitais, sobretudo, a partir da circulação direcionada de notícias falsas – *fake news* –, e, com isso, veio à tona a questão do poder dos algoritmos. Sérgio, você pode falar um pouco sobre as relações entre recolhimento de dados e a modulação da opinião pública? Como essas relações se expressam na prática? Quais exemplos empíricos de recolhimento de dados podemos mencionar? Podemos considerar que a sociedade está mais preparada para lidar com as dinâmicas conectadas?

Sérgio Amadeu Silveira: O que podemos falar com base na empiria é o seguinte: existem grupos políticos que distribuem informações completamente distorcidas utilizando redes digitais, principalmente, não-exclusivamente, pelo Whatsapp, cujo controle democrático é dificultado pelo modelo de negócios do seu controlador o Facebook. O Youtube também é utilizado por esses grupos para passar informações mentirosas e descontextualizadas. A técnica mais comum utilizada pelos “*influencers*” da extrema direita é a de descontextualização. Por exemplo, é comum esses personagens mostrarem um livro e afirmarem que o conteúdo traz algo que não está escrito. Entretanto, como a grande maioria não vai ler o livro, o fato de mostrar a capa dá uma certa veracidade ao argumento equivocado ou completamente inverídico. Como as plataformas por onde se distribui essa desinformação é operada ou gerenciada por sistemas algorítmicos opacos, invisíveis, fechados à análise de auditorias independentes, não podemos comprovar que elas estariam privilegiando o discurso de ódio ou as posições extremistas. Podemos provar que as hordas bolsonaristas produzem desinformação em massa. Elas reúnem os grupos que propõe a eliminação física do outro, como a supremacia branca, os nazistas, neointegralistas. Recentemente, o presidente da República fez um vídeo tomando leite e logo foi seguido pelos seus seguidores nas redes. Tomar leite em público é um símbolo dos supremacistas brancos. Esses grupos se ligam ao autoritarismo neoliberal que também possuem fábricas de *fake news*, um dos tipos de desinformação. Propagam clássicos totalitários, tais como, “o holocausto não existiu”, “o nazismo era de esquerda”, “não existe racismo no Brasil”, com mentiras

como “o filho de Lula é dono da Friboi”, “o Greenpeace jogou óleo no mar”, “as ONGs colocaram fogo na Amazônia”. O fato é que até a Justiça já possui o mapa das fábricas de desinformação. Todavia, não há consenso em uma questão fundamental: exageros e mentiras são comuns na política, no entanto, o fenômeno atual é bem diferente disso. Enquanto acreditarmos que a desinformação é um post feito pela tia ou pelo priminho estaremos sem nenhuma condição de enfrentar esse processo sociotécnico. Enquanto pensarmos que a desinformação é um fenômeno distribuído por todo espectro político estaremos atuando de modo errático. A desinformação é a estratégia dos chamados neorreacionários, da direita alternativa, *alt-right*, que prefiro chamar de neofascismo ou fascismo neoliberal. Essa estratégia ganhou o coração de líderes obscuros da extrema direita norte-americana e se espalhou entre o que vem sendo chamado de novo populismo da direita. Não desinformam porque acreditam no conteúdo do que espalham ou porque erraram. A desinformação é a estratégia de anular o debate baseado em fatos para levá-lo para o plano da crença, dos valores. Nick Land, filósofo dos neorreacionários, considera que o iluminismo anulou os valores importantes e o racionalismo nos conduz ao marxismo ocidental. Por isso, os debates com base nos fatos e na razão conduziram ao esquerdismo, ao agigantamento do Estado. Assim, cabe aos neorreacionários destruírem esse modelo argumentativo e substituí-lo pela defesa da família, da redução do Estado, pelo patriotismo, pela religião. Não é por menos que os evangélicos neopentecostais, que dão muito valor ao dinheiro, estão praticamente alinhados com Bolsonaro e com o neoliberalismo reacionário, antidemocrático mais devastador. Esses grupos não vão parar de desinformar. A desinformação faz parte de sua estratégia central. Agora, falar que a Cambridge Analytica venceu as eleições para Trump é algo que precisa ser comprovado. Sem dúvida, a desinformação tem um efeito na esfera pública automatizada, gerenciada por algoritmos e organizada por plataformas obscuras que vendem as pessoas em amostras. Qual nível de efeito? Estamos estudando isso. É preciso não confundir isso com o *lawfare* organizado no Brasil pelas forças em torno dos tucanos, da Globo e do capital financeiro cuja maior expressão é a Operação Lava Jato. O *lawfare*, utilização das estruturas judiciais para perseguir pessoas ou grupos políticos, no Brasil, empregou o exagero, a corrupção das funções essenciais da Justiça, a partidarização do Ministério Público e a condenação com suposições ou com provas pífias ou forjadas. Mas, nem mesmo a Globo insiste em manter determinadas versões completamente descontextualizadas da dupla Moro-Dallagnol. Sem dúvida, a Globo protege e esconde os abusos do seu paladino Moro, mas ela não aderiu à estratégia da extrema direita de aniquilar completamente o debate baseado nos fatos. Omitem, escondem, fazem de conta que não sabiam, proíbem o uso de determinadas expressões, vetam a entrevista com certas pessoas, utilizam modelos clássicos de desinformação de massas. Qual seria a diferença? Está na disposição de aceitar a comprovação factual. Para os neoliberais do PSDB a ciência tem validade,

os fatos comprovados devem ser reconhecidos. Para a extrema direita bolsonarista e seus fundamentalistas evangélicos, a comprovação dos fatos e a realidade não tem a menor relevância. Por isso, um capitão e um general, sem nenhuma formação em saúde pública, sentem-se à vontade para prescrever cloroquina para pessoas com Covid-19. Para os neoliberais que ainda não romperam com a democracia, para a direita conservadora tradicional, a ciência deve ser respeitada. Já para os neorreacionários a ciência está dominada pelos marxistas e deve ser confrontada. Pior que as *fake news* é a *fake science*. Enfim, a internet e as plataformas de relacionamento online com seu modelo de monetização e de venda de amostras foi extremamente útil para que empresários extremistas usassem seus milhões para articular o neofascismo com a população.

Felipe Padilha e Lara Facioli: Enquanto realizamos esta entrevista, o mundo enfrenta a pandemia provocada pela Covid-19, que tem deixado um rastro de mortes e colapsos nos sistemas de saúde dos países mais afetados. Nessa semana, que se inicia no dia 6 de abril, espera-se que o Brasil alcance um novo platô de contágio, que deve levar a uma sobrecarga nos atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) e também dos sistemas privados. As consequências da pandemia envolvem, de maneira direta, o uso das tecnologias digitais na esfera do trabalho, da socialidade cotidiana e mesmo nos espaços de cultura e lazer. Considerando que tratamos de um cenário caótico, que pode ser usado para justificar a tomada de medidas de policiamento digital por parte dos governos com algum apelo entre parte da população, e sabendo que essas tecnologias trabalham com recolhimento constante de dados e com modulação, como você tem refletido sobre essas mudanças e sobre os prováveis efeitos que experimentaremos no contexto pós-pandemia? Como refletir sobre os impactos diversos do isolamento, da intensificação dos usos dessas tecnologias, tanto no âmbito das dinâmicas sócio-econômicas e políticas, quanto em termos de transformações subjetivas?

Sérgio Amadeu Silveira: Para evitar o contágio de um vírus que é transmitido por pessoas assintomáticas, que pode ficar dias em roupas, bancos, fechaduras é preciso adotar medidas sanitárias duras e que podem contrariar alguns interesses individuais. Essa é a dimensão biopolítica do poder de Estado. Entretanto, nesse mundo digitalizado, estamos vendo corporações – que vivem da coleta de dados e da construção de perfis para a venda altamente lucrativa de amostras de microssegmentos sociais – aproveitarem o momento para expandir a coleta e o armazenamento de dados pessoais. Até empresas de ciberguerra e espionagem como a NSO ofereceram aos governos tecnologias de acompanhamento de celulares para o rastreamento em tempo real do deslocamento da população e para a identificação de supostos infectados. Quero ir direto ao ponto. Vivo na cidade de São Paulo. Aqui,

existem áreas de grande adensamento populacional, sem saneamento básico e com carência de água. As moradias são precárias e em muitas delas temos quatro pessoas vivendo em dois cômodos. O acesso dentro de algumas favelas é realizado em vielas muito estreitas. Dada a carência nos hospitais públicos, pessoas que chegam com alguns sintomas não são internadas e voltam para suas casas. Não existem protocolos de isolamento de pessoas com suspeita de ter contraído a doença para residências precárias. Não estamos fazendo testes massivamente na população. Não sabemos quem está portando o vírus. Mas os governos acham moderno inserir aplicativos nos celulares ou acompanhar o deslocamento da população. Para que serve isso? Para muito pouco. As tecnologias que podemos adotar para evitar o contágio não estão sendo utilizadas. Melhor do que entregar dados dos celulares seria colocar mais ônibus em circulação para evitar que pessoas sejam transportadas de pé sem o distanciamento mínimo. Cuba e Nova Zelândia, o primeiro com quase nenhuma tecnologia digital e o segundo com mais dispositivos digitais, arregimentaram médicos, estudantes, agentes de saúde para visitar as residências e acompanhar diariamente o estado de saúde das pessoas. No Brasil, o movimento popular está trabalhando com agentes que visitam territórios e levam termômetro, oxímetro e equipamentos EPI para visitar as moradias precárias. A Uniafro está fazendo mais no enfrentamento do novo coronavírus do que os mapas de calor, supostamente anonimizados obtidos pelo Senhor Dória. Munido de um celular o agente de saúde liga para uma médica ou médico contratado pelo movimento para esclarecer as dúvidas do pessoal que está atuando na ponta. Mas, as plataformas e os corretores de dados, os vendedores de câmeras de vigilância ligadas aos sistemas de inteligência artificial não querem perder a oportunidade de obter os valiosos dados de celular, de desempenho escolar e de saúde das pessoas. O lucro do *Facebook* no primeiro trimestre de 2020 subiu 18%. As escolas e universidades estão entregando dados dos seus estudantes, técnicos e professores para as plataformas que vivem do comércio de dados pessoais. Podemos utilizar tecnologias de modo a preservar os direitos humanos e a melhorar nossa situação. A violação de direitos não melhora o enfrentamento da pandemia. Além disso, seus efeitos colaterais podem trazer inúmeras sequelas para a democracia.

Felipe Padilha e Lara Facioli: A política de substituição das aulas presenciais por um modelo de educação a distância (EaD) tem ganhado celeridade na esteira da crise provocada pela pandemia da Covid-19, sobretudo, no estado de São Paulo. Você tem se levantado como uma das vozes críticas a este processo. Sua argumentação parte da desigualdade brasileira e de como essa desigualdade não está restrita apenas ao plano econômico, mas também se expressa no plano social e educacional. Uma das questões centrais no debate sobre EaD diz respeito ao acesso à internet no Brasil. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, realizada

em 2018, mostram que entre os segmentos mais pauperizados da população, ou seja, aqueles com renda inferior a 3 salários mínimos, o acesso à internet é realizado por celular em 54% dos lares. A maioria faz uso de planos pré-pagos. Uma das soluções apresentadas pelos governos estaduais tem sido o estabelecimento de parcerias público privadas envolvendo as Secretarias da Educação e as grandes corporações de telecomunicações. Ao menos em tese, a promessa é que, a partir desta aliança, o acesso gratuito às aulas online estará garantido. Mas, como fica a questão da extração de dados nesse contexto? Quais são os riscos para os estudantes e professores, na medida em que estamos novamente lidando com sistemas opacos, sobre os quais pouco sabemos? Quais garantias temos de que não haverá extração de dados ou de que os dados extraídos de estudantes e professores não serão utilizados à serviço do poder público ou privado?

Sérgio Amadeu Silveira: Como já venho argumentando, estamos aprofundando a nossa condição de colônia digital. Não somos capazes de manter os dados de nossas crianças, alunas e alunos em nossas instituições de ensino. Ouvi de um empresário a objeção de que eu estava duvidando da honestidade do Google e da Microsoft. Respondi que não tinha a menor intenção de duvidar da seriedade dessas corporações, o que eu não duvidava e afirmava com todas as letras é que o modelo de negócios delas se baseia na coleta de dados pessoais para a análise e venda em amostras para quem quiser comprar. A pesquisadora Shoshana Zuboff considera o Google como uma empresa que inaugurou o capitalismo de vigilância. Ela define o capitalismo em que vivemos como um sistema que reivindica unilateralmente a experiência humana como matéria-prima livre para tradução em dados comportamentais. Eu considero que nessa pandemia, na área de Educação, estamos vivendo o embate entre a lógica neoliberal e a lógica decolonial. Fiquei muito feliz em participar da assembleia virtual de professores convocada pela associação de docentes da minha universidade. Os grupos de trabalho apresentaram um texto com propostas para a Reitoria com a finalidade de organizarmos como serão nossas atividades daqui para frente. Entre as sugestões está a realização de um censo sociotécnico e de vulnerabilidades de alunas, alunos, professoras, professores, técnicas e técnicos. Esse censo será fundamental para construirmos uma plataforma própria a partir das carências e necessidades do processo de ensino que seja eficaz e socialmente inclusivo. Temos capacidade técnica para utilizar códigos abertos para formar uma plataforma que não retire nossos dados. Qual seria o grande entrave? A infraestrutura de conexão, o número de servidores disponíveis e a banda colocada para o acesso das diversas pessoas? Podemos utilizar uma infraestrutura federada? Talvez. O importante é que se a Reitoria concordar podemos articular outras universidades para construirmos essa plataforma de ensino e aprendizado online. Enquanto o governo federal assina um acordo absurdo com a Cisco, sem licitação, para mapear as universidades e pesquisas

com inteligência artificial, o governo de São Paulo, entre outros, entrega os dados de nossas crianças para plataformas que vivem da extração de padrões para a venda de amostras de perfis aos departamentos de marketing. Mas não é de graça? Não. As interfaces e soluções excepcionais que essas plataformas nos entregam custam bem menos do que elas ganham com a extração e tratamento dos nossos dados pessoais. O futuro será decidido em meio da pandemia. Temos que começar a reagir contra o colonialismo tecnológico. Temos opções. Existem inúmeros desenvolvedores de soluções abertas inteligentes e eficazes. Resta saber se temos vontade de enfrentar a segregação dos pobres, o racismo algorítmico, a violação da privacidade e o novo eugenismo digital.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu **Democracias e códigos invisíveis**: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas. São Paulo: Edições Sesc, 2019. Coleção Democracia Digital. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=Wb2ZDwAAQBAJ&hl=en_US&pg=GBS.PT9. Acesso em: 08 jul. 2020.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Tudo sobre tod@s**: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições Sesc, 2017. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=Hj0qDwAAQBAJ&hl=en_US. Acesso em: 08 jul. 2020.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Software Livre**: a luta pela Liberdade do conhecimento. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/software-livre-a-luta-pela-liberdade-do-conhecimento/>. Acesso em 08 jul. 2020.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão Digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

Diretrizes para Autores

POLÍTICA EDITORIAL

A **Revista Estudos de Sociologia (RES)** possui periodicidade semestral e aceita artigos, dossiês, ensaios e resenhas inéditos nos campos da Sociologia, Política, Antropologia, ou no campo interdisciplinar das Ciências Sociais, que não estejam sendo apresentados simultaneamente em outro periódico. Ao enviar seu trabalho para a **Estudos de Sociologia**, o(s) autor(es) cede(m) automaticamente seus direitos autorais para eventual publicação do artigo.

A **RES** opera com chamadas temáticas divulgadas pelo Conselho de Redação (**CR**) em sua versão *online*, (<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>). São realizadas de duas até três chamadas por ano simultaneamente com prazos de expiração diferenciados.

Os artigos são aceitos em português, ou em espanhol. Artigos em outros idiomas podem ser submetidos à RES para serem traduzidos em português, desde que sejam originais, ou apresentem autorização de publicação. O CR se reserva o direito de aceitar ou não a proposta para tradução, conforme o tema, a pertinência de sua publicação.

É exigida a titulação mínima de Mestre aos autores que desejem submeter artigos. Os autores que pretendem publicar artigos com regularidade na **RES** devem aguardar três números consecutivos para tanto.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARES

A publicação dos artigos recebidos está condicionada à aprovação dos pareceristas *ad hoc*, ou ao cumprimento de suas sugestões. São considerados: originalidade, consistência teórica, clareza na exposição e contribuição científica do artigo. O prazo solicitado aos pareceristas para a emissão de sua avaliação é de três semanas. Os nomes dos pareceristas permanecem em sigilo, assim como os nomes dos autores, que receberão os pareceres com as avaliações, sugestões, ou recusa. Os autores serão informados pelo CR da decisão final sobre os textos aceitos, ou recusados para publicação.

O artigo será aprovado ou recusado pelo **CR** desde que atenda as devidas alterações indicadas pelos pareceristas. O tempo médio entre a submissão, a emissão dos pareceres e a aprovação ou recusa final do artigo pelo Conselho de Redação varia de 3 a 6 meses a partir da data de encerramento da chamada.

Após aprovados os artigos passam por uma minuciosa revisão gramatical realizada por profissionais da área e caso necessário, os autores são consultados para esclarecimento. Isto feito, os artigos seguem para o Laboratório Editorial da FCL/Ar/UNESP que faz a revisão bibliográfica. Nesta etapa os autores são consultados para fazer correções, ou preencher lacunas das referências.

O CR se reserva o direito de publicar ou não trabalhos enviados à redação, no que diz respeito aos itens acima citados e à adequação ao perfil da RES, à temática de cada edição, ao conteúdo e à qualidade das contribuições.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os textos devem ser enviados através do site da revista <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>>, onde são explicados todos os passos para submissão dos artigos, clicando em SUBMISSÕES ON LINE, no menu superior da página.

Formatação

Todos os trabalhos devem ser digitados em *Microsoft Word*, ou programa compatível (o arquivo deve ser salvo com a extensão “doc”), fonte *Times New Roman*, tamanho 12 (com exceção das citações diretas com mais de três linhas e das notas de rodapé), espaço 1,5 entre linhas e parágrafos (exceto para citações diretas com mais de três linhas). As páginas devem ser configuradas no formato A4, sem numeração, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens inferior e direita.

Dimensão

Os ARTIGOS deverão ter até 45.000 caracteres com espaços, incluindo título e resumo (com no máximo 150 palavras), palavras-chave (no máximo 5), em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. Os ENSAIOS deverão ter até 30.000 caracteres com espaços, incluindo título, resumo, palavras-chave, em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia, As RESENHAS deverão ter até 15.000 caracteres com espaços, incluindo título, em português e inglês, notas de rodapé bibliografia etc. Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, há no máximo dois anos e, no exterior, no máximo há cinco anos. No rodapé incluir dados do/a autor/a (não ultrapassar três linhas): formação, instituição, cargo, email.

Organização

A organização dos trabalhos deve obedecer à seguinte sequência:

- TÍTULO (centralizado, em caixa alta); RESUMO (no máximo 150 palavras); PALAVRAS-CHAVE (até 5 palavras, uma linha abaixo do resumo), escritas no idioma do artigo); TEXTO;
- TÍTULO EM INGLÊS (centralizado, em caixa alta); ABSTRACT e KEYWORDS (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave, exceto para os textos escritos em inglês).
- AGRADECIMENTOS (se houver);
- REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto).

Recursos tipográficos

O recurso tipográfico **Negrito** deve ser utilizado para **ênfases ou destaques no texto**, enquanto o recurso *Itálico* deve ser reservado para *palavras em língua estrangeira e para títulos de obras* citados no corpo do texto. As “aspas” devem ser utilizadas **somente nas citações** de frases de outros autores extraídas de artigos, livros, ou outras fontes, conforme as regras de citações dentro do texto, descritas a seguir. Recomenda-se que o recurso **negrito seja usado com parcimônia**.

Notas de Rodapé

As notas de rodapé devem conter somente informações substantivas, utilizando-se os recursos do *Microsoft Word*, em corpo 10, **não devem ultrapassar três linhas**.

Citações dentro do texto

Nas citações diretas feitas dentro do texto, **de até três linhas**, e entre aspas, o autor deve ser citado entre parênteses pelo SOBRENOME, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação e página (SILVA, 2000, p. 12). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data, entre parênteses: “Silva (2000) assinala...”. Nas citações diretas, é necessária a especificação da(s) página(s) que deverá(ão) seguir a data, separada por vírgula e precedida do número da página. com p. (SILVA, 2000, p.100). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (SILVA, 2000a).

Quando a obra tiver dois ou três autores, todos devem ser indicados, separados por ponto e vírgula (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (SILVA et al., 2000).

Citações destacadas do texto

As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 11 e sem aspas (NBR 10520 da ABNT, de agosto de 2002).

REFERÊNCIAS

Todas as referências que foram citadas no texto serão indicadas de forma completa ao final do artigo, em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor, alinhadas à margem esquerda, em espaço simples e separadas entre si por espaço 1,5 cm entrelinhas. Não colocar asterisco, traço, ponto ou qualquer marca no início da referência. Exemplos:

Livros: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da obra** (negrito): subtítulo. Número da edição (se não for a primeira). Local de Publicação: Editora, ano de publicação. [IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasilense, 2004.]

Capítulos de livros: SOBRENOME do autor, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). **Título da obra:** subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, Ano de publicação. Número e/ou volume, página inicial-final do capítulo. [ALEXANDER, Jeffrey C. A Importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p.23-89.]

Artigos em periódicos: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico**, Cidade de publicação, volume, número, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [ZALUAR, Alba. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.71, v.24, p.9-24, out. 2009.]

Dissertações e teses: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da tese:** subtítulo. Ano de defesa. número de folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Dissertação (Mestrado), Tese (Doutorado) – Instituto ou Faculdade, Nome da instituição por extenso, Cidade, Ano. [VAZ, Antonio Carlos. Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos. 2012. 262f. Tese

(Doutorado em Sociologia.) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.]

Artigos em jornais/revistas: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do jornal**, Cidade de publicação, data de publicação (dia mês abreviado e ano). Caderno, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [PIRES, P. A. Vidas Paralelas: reflexos nos espelhos de Sontag e Barthes. **Folha de S. Paulo**, 13 maio 2012. Ilustríssima, p. 4-5.]

Entrevistas: SOBRENOME do entrevistado, Nome. Título da entrevista. [mês abreviado e ano da entrevista]. Entrevistador: Nome do entrevistador na ordem direta. **Nome do jornal/revista**, Local de publicação, página onde aparece a entrevista, dia mês abreviado e ano da publicação. [ALENCASTRO, L. F. O observador do Brasil no Atlântico Sul. [out. 2011]. Entrevistadora: Mariluce Moura. **Revista da FAPESP**, São Paulo, p.10-17, out.2011.]

Eventos: SOBRENOME, Nome do autor. Título do trabalho apresentado. In: NOME DO EVENTO, número de ordem do evento seguido de ponto, ano da realização, Cidade. **Nome da publicação dos trabalhos**. Local da publicação: Editora, ano da publicação. [BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Trabalho domiciliar: uma tarefa para toda a família. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1, 1996, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Ed. UFV, 1996.]

Publicação on-line: SOBRENOME, Nome do autor. Título do artigo/matéria. **Nome do site**, Local da publicação, dia mês abreviado e ano da publicação. Disponível em: <endereço eletrônico completo para acesso ao artigo/matéria>. Acesso em: dia mês abreviado e ano do acesso. [TAVES, R. F. Ministério cota pagamento de 46,5 mil professores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1998. Disponível em: < <http://www.oglobo.com.br/reportagem> >. Acesso em: 19 abr. 1998]

A revista Estudos de Sociologia adota as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) <<http://www.abnt.org.br>> que devem ser consultadas caso não seja encontrado no presente modelo o exemplo necessário.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
4. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

Declaração de Direito Autoral

Os manuscritos aceitos e publicados são de propriedade da Revista Estudos de Sociologia. Os artigos publicados e as referências citadas na revista Estudos de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores.

Política de Privacidade

Os direitos autorais dos textos publicados são reservados à Estudos de Sociologia. Publicações posteriores dos mesmos não são permitidas.



SOBRE O VOLUME

Revista Estudos de Sociologia, v.25 n.48

formato: 16 x 23 cm

mancha: 12,8 x 20,5 cm

tipologia: Times New Roman/11

